

PARTIDO DOS TRABALHADORES

2



**RESOLUÇÕES
DE ENCONTROS
E CONGRESSOS
& PROGRAMAS
DE GOVERNO
1999-2020**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



**PARTIDO
DOS TRABALHADORES**

PARTIDO DOS TRABALHADORES

**RESOLUÇÕES
DE ENCONTROS
E CONGRESSOS
& PROGRAMAS
DE GOVERNO**

1999-2020

O livro *Partido dos Trabalhadores – Resoluções de Encontros e Congressos*, lançado originalmente em setembro de 1998 pela Fundação Perseu Abramo e Diretório Nacional do PT foi atualizado em 2002 e agora, no ano de aniversário de 44 anos, recebe uma nova edição, revisada e ampliada.

Estão presentes aqui documentos históricos desde o movimento pré-PT de 1979. Incluem textos de resoluções de encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores (PT), somados aos programas de governo desde 1989.

É uma obra de referência que servirá aos militantes e pesquisadores, ela mesma um importante patrimônio histórico e político do partido mais enraizado e lembrado do país.

Os dois volumes que compõem essa edição de *Partido dos Trabalhadores – Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo* têm, como vimos, sua própria história. Ao mesmo tempo, revelam a força e a trajetória de um partido fruto de sínteses por meio dos combates pela democracia e pela igualdade, dos debates aguerridos e plurais, da intensa interação com movimentos sociais e políticos que emergiram na sociedade de classes do Brasil contemporâneo. E a história desse partido é tão mais vibrante e criativa quanto mais expressa a construção do socialismo democrático.

No PT, dirigentes e base militante construíram um espaço comum, uma ferramenta coletiva de ação com experiência de gerações dedicadas à luta por um Brasil justo e igualitário.

Nas páginas que seguem estão presentes desafios, contradições e superações vitoriosas. Esperamos que contribuam para manter viva a história do Partido dos Trabalhadores!

Carlos Henrique Árabe
Diretor Fundação Perseu Abramo

| NOTA EDITORIAL

O livro que ora chega às suas mãos, em nova edição, dá continuidade a um dos primeiros lançamentos da Editora da Fundação Perseu Abramo, em setembro de 1998.

Na ocasião, resultou de um trabalho conjunto entre o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio da Secretaria Nacional de Formação Política, e a Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio de sua Editora e do Projeto Memória e História.

Mantivemos, no primeiro volume, o conteúdo original integral da primeira edição, atualizando apenas seu projeto gráfico, embalado em nova capa e revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Com o novo segundo volume, Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo alcançam o 14º Encontro Nacional (2014), o 6º Congresso do PT (2017), e também o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil (2020).

Agradecemos a todos e todas que nos auxiliaram nesta tarefa, em especial Cilene Antonioli e André Oliveira, militantes e trabalhadores do Diretório Nacional do PT, que contribuíram na reunião dos documentos originais aqui presentes. E na Fundação Perseu Abramo (FPA), agradecemos à equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), representados por Vanessa Nadotti e Sarkis Alves.

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria:

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno Cesar Gomes de Almeida

Diretores:

Elen Coutinho,

Monica Valente

Naiara Raiol

Alberto Cantalice

Alexandre Macedo de Oliveira

Carlos Henrique Árabe

Jorge Bittar

Valter Pomar

Conselho editorial:

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo,
Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi,
Tássia Rabelo, Valter Silvério

Diretor da Editora:

Carlos Henrique Árabe

Coordenador editorial:

Rogério Chaves

Assistente editorial:

Raquel Costa

Revisão da 2ª edição:

Boa Prosa Editorial – Claudia Andreoti

Angélica Ramacciotti

Projeto gráfico e diagramação:

Caco Bisol

Fotos: capa Sérgio Silva, contracapa: Lula Marques

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
Fone: (11) 5571 4299
www.fpabramo.org.br

Partido dos Trabalhadores
P276r Resoluções de encontros e congressos & programas de
governo: 1979-1988 [livro eletrônico] / São Paulo :
Fundação Perseu Abramo, 2023.

632p.

ISBN 978-65-5626-047-1

1. Partido dos Trabalhadores 2. Resoluções
3. Programas de governo I. Título

SUMÁRIO

- 6 **PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2024**
PAULO OKAMOTTO E GLEISI HOFFMANN
- 8 **O PT É RESULTADO DE MUITAS LUTAS**
ELEN COUTINHO
- 11 **PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 1998**
JOSÉ DIRCEU
- 15 **APRESENTAÇÃO (1998)**
JORGE ALMEIDA E LUIZ SOARES DULCI
- 18 **NOTA DOS ORGANIZADORES**
- 20 **INTRODUÇÃO (1998)**
WLADIMIR POMAR
- 46 **II CONGRESSO NACIONAL DO PT (BELO HORIZONTE-MG, 1999)**
- 119 **XII ENCONTRO NACIONAL DO PT (OLINDA-PE, 2001)**
- 193 **XIII ENCONTRO NACIONAL DO PT (SÃO PAULO-SP, 2006)**
- 264 **III CONGRESSO NACIONAL DO PT (SÃO PAULO-SP, 2007)**
- 439 **IV CONGRESSO NACIONAL DO PT (BRASÍLIA-DF, 2010)**
- 445 **IV CONGRESSO NACIONAL DO PT (BRASÍLIA-DF, 2011)**
- 494 **XIV ENCONTRO NACIONAL DO PT (SÃO PAULO-SP, 2014)**
- 506 **V CONGRESSO NACIONAL DO PT (SALVADOR-BA, 2015)**
- 564 **VI CONGRESSO NACIONAL DO PT (BRASÍLIA-DF, 2017)**
- 630 **DIRETÓRIO NACIONAL DO PT 2022**
- 632 **PROGRAMAS DE GOVERNO DOS ANOS VITORIOSOS**

| PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2024

A construção política do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) reflete um processo de evolução permanente, sempre referenciado na defesa dos direitos da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira. É um processo vivo, marcado por intensos debates internos que pautam, democraticamente, as Resoluções dos Encontros e Congressos do PT desde sua fundação, em fevereiro de 1980.

Estas Resoluções nos formam, nos orientam e fornecem luz ao conjunto do partido, para nossos avanços e também nos momentos mais difíceis. Ao reuni-las nesta segunda edição, a Fundação Perseu Abramo (FPA) possibilita um conhecimento criterioso da evolução histórica do PT e, ao mesmo tempo, uma avaliação crítica sobre os posicionamentos do Partido em diversas conjunturas.

Este conjunto de documentos proporciona uma ampla visão do processo político brasileiro nas quatro últimas décadas, profundamente marcado pela entrada em cena do PT, a mais importante força organizada da classe trabalhadora na história do país.

Desde o seu início, o PT defendeu que a classe trabalhadora só se libertaria através dela própria e que o povo é protagonista do seu processo de emancipação. O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) nasceu e cresceu enfrentando, nas lutas sociais, de ideias e também nas instituições, a ordem dominante neste país e na América Latina, especialmente.

Os textos reunidos neste livro constituem um importante trabalho sobre a identidade do PT e apresentam a sua posição diante de encruzilhadas políticas. Também registram o papel do Partido na elaboração de políticas públicas que mudaram para sempre a vida do povo brasileiro.

Após anos construindo o maior partido político de esquerda da América Latina, é necessário afirmar que a política não deve ser analisada somente pelo presente, é fundamental compreender a história para que se entenda o caminho que está sendo trilhado por atores e atrizes políticos do nosso país e, também, do mundo.

As resoluções aqui disponíveis expressam a concepção do Partido sobre a realidade em que estava inserido no momento de suas elaborações, como a nossa opinião sobre a eleição de 1989, primeira que disputamos a presidência da República com o companheiro Lula. Após a derrota e com o movimento social em refluxo, a nossa resolução apontava que era necessário fazer um chamado aos diferentes setores sociais para reagir “às medidas ilegais, ao autoritarismo e a vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor”.

Esse processo de decisão e democracia interna no PT fez dos Encontros e Congressos uma das características mais vibrantes do Partido, graças à pluralidade de ideias e forças. Os grandes documentos do partido não foram elaborados de forma fria, tendo como base apenas elementos técnicos. Ao contrário, foram redigidos em meio a divergências e disputas.

As resoluções estabelecidas simbolizam o pacto político entre os grupos, em sua diversidade. Temos marcos importantes e históricos. O 5º Encontro aconteceu quando o país ainda sem eleições diretas, o 6º Encontro ocorreu após a queda do Muro de Berlim – momento de crise do socialismo –, e o 7º aprovou a resolução O socialismo petista. O 1º Congresso aconteceu após a derrota na eleição presidencial de 1989 para Fernando Collor de Mello, no 3º Congresso foi reafirmada a política de alianças com outros partidos e o 6º Congresso ocorreu no ano em que Dilma Rousseff foi vítima de um golpe de Estado.

A linha política do Partido foi construída dessa forma. Disto tudo depende nosso futuro. Reconstruir o país também requer fortalecer o que o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) tem de melhor: a sua militância. Há muito para ser feito, a luta continua.

Paulo Okamoto
Presidente da Fundação Perseu Abramo
Gleisi Hoffmann
Presidenta nacional do PT

| O PT É RESULTADO DE MUITAS LUTAS

A participação da militância é uma característica fundamental do PT. O Partido criado nos anos 1980 para organizar os trabalhadores e intervir na vida política do país, chega em 2024, com mais de 2 milhões de filiados e filiadas, com uma caminhada que consolidou ao longo das décadas a importância da participação política de sua militância e da democracia interna na definição de seus rumos.

Os documentos aqui reunidos não são documentos frios, são síntese de uma diversidade de lutas e de opiniões que, no ato dos acontecimentos, orientavam o Partido na sua atuação política. Esta publicação registra textos que retratam a evolução do PT na transformação dos espaços políticos, tanto internamente quanto no cenário nacional.

Os documentos históricos aqui reunidos traçam uma linha do tempo abordando temas cruciais para a sociedade brasileira. Eles discutem o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o socialismo, detalham momentos específicos da história do Brasil – como o caso da resolução “Constituinte” para criar uma “Constituição Popular” e do documento sobre o centenário da abolição da escravatura.

Na vanguarda das mudanças históricas que visavam tornar os espaços de poder mais diversos e mais representativos do conjunto da classe trabalhadora, as Resoluções de Encontros e Congressos do PT, reunidas nesta obra, mostram como o Partido implementou medidas importantes, como no 1º Congresso (em 1991), quando foi aprovada uma nova política de organização que incluiu cotas de 30% para mulheres e determinava a destinação de 10% do orçamento para formação política. O Partido se destacou por promover a diversidade e a ampliação da participação das minorias políticas em seus processos dirigentes, implementou cotas raciais, cotas de juventude e paridade de gênero no 4º congresso, em 2011. E antes disso, destacam-se as criações de secretarias setoriais, cruciais para o desenvolvimento de pautas que ampliam a cidadania e fortalecem a democracia.

Através das decisões de encontros e congressos, o PT tem demonstrado um compromisso contínuo com a inclusão e a representação das diversas vozes e lutas da sociedade brasileira. Assim como o compromisso com o desenvolvimento do país, com a defesa do meio ambiente, da dignidade humana, com a luta socialista. Aqui está regirado o amadurecimento da opinião política sobre o Brasil que queremos. Esta publicação é um testemunho da trajetória do Partido que, às vésperas de completar 45 anos, contribui ativamente para um Brasil mais justo e mais democrático.

Elen Coutinho

*Diretora do Centro de Documentação Sérgio Buarque de Holanda
(CSBH) da FPA*

| PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 1998

É com imenso prazer que escrevo esta introdução porque, de certa forma, minha vida se confunde com as resoluções e deliberações dos Encontros do PT.

Vou escrever da ótica de quem viveu cada momento do Partido, de quem viu seu nascimento da clandestinidade, de quem havia sonhado anos com o seu surgimento.

E vou fazê-lo sempre relacionando o Partido com a história do nosso país: o PT com o Brasil; o PT com os acontecimentos políticos, sociais e econômicos dos últimos 20 anos; o PT com os momentos alegres e tristes de nossa gente; o PT com nossas vitórias e derrotas; o PT como nasceu, como cresceu, como é.

O nascimento do PT já mostra, em todos os seus documentos e resoluções, que o Partido estava ligado às lutas dos novos agentes sociais e políticos que surgiram no Brasil no final da década de 1970.

Se é verdade que o PT resgata a memória, as lutas, as bandeiras, as propostas da esquerda brasileira, desde o seu nascimento, também é verdade que ele é um partido contemporâneo do Brasil no qual ainda vivemos.

O manifesto e a plataforma do PT estão intimamente ligados à luta contra a ditadura militar, com a confluência de três grandes correntes no nascimento do Partido: os sindicalistas; as comunidades de base e os movimentos populares ligados à Igreja católica; e a esquerda que vivia na clandestinidade.

Por isso, a leitura do manifesto e da plataforma do PT é a leitura de um movimento que revela um partido novo, democrático, construído a partir das bases, pluralista, socialista, profundamente comprometido com a democracia, porque lutava contra uma ditadura militar e já trazia em si a crítica ao socialismo burocrático e totalitário, e porque queria que o Brasil respeitasse o direito e a cidadania dos seus trabalhadores.

O estatuto do PT já está marcado por uma profunda convicção da prática democrática e pelo repúdio às práticas stalinistas e/ou elitistas que caracterizam os partidos de direita.

As resoluções do PT estarão ligadas às lutas sociais e políticas que o Partido protagonizou. Assim, nós vamos encontrar nessas resoluções a marca

da luta contra a ditadura militar, a Lei de Segurança Nacional; da luta pela autonomia e defesa do direito de greve e pela independência dos sindicatos; da luta pela defesa do salário, da segurança e da saúde dos trabalhadores nas fábricas; da luta pela democracia, pela liberdade, pelo fim da censura; da luta pelo desenvolvimento com distribuição de renda; e da luta pela solidariedade entre as nações.

Logo em seus primeiros encontros o PT já está envolvido em eleições, na sua legalização como partido político e na luta para eleger seus primeiros vereadores, prefeitos e deputados. Os confrontos e as divergências próprias do pluralismo do PT já marcam também as discussões sobre a legalidade e a forma de organização do Partido, que estará expressa em seus estatutos.

Um dos momentos altos do Partido está nas resoluções dos encontros, particularmente o estadual de São Paulo, e depois o nacional, que desencadearam o movimento pelas eleições diretas para presidente da República. Num determinado momento, após as lutas contra os pacotes econômicos do governo João Figueiredo, o Partido resolve lançar a campanha das diretas, sintetizando em um único objetivo – a eleição de um presidente – toda a luta institucional contra a ditadura.

Contrariando a tradição da esquerda, de luta por uma Assembleia Constituinte, o PT encontra assim uma bandeira que unificará a maioria do povo brasileiro e derrotará a ditadura militar, apesar do Colégio Eleitoral.

O 5º Encontro Nacional do PT, em 1987, também merece ser destacado, porque foi um momento de mudança radical no Partido. O PT assume que seu objetivo é chegar ao governo. Começa, assim, a construir programas de governo e elaborar políticas públicas. Já tem experiências de governos municipais e mandatos legislativos. Organiza a produção política que vem de movimentos sociais; alia essa produção àquela que vem de nossas assessorias e daqueles que estão exercendo cargos no Estado e em governos. E, a partir do debate, o Partido consegue uma síntese do que serão as políticas públicas do PT, que surgirão com força na década de 1990.

Além de lutar pelo poder e apresentar programas de governo, o PT decide-se pela política de acúmulo de forças, pela construção da democracia e por uma política de alianças. Além disso, lança a proposta de um programa democrático-popular.

Essa tática política colherá frutos em 1988, com a vitória do PT em capitais importantes do Brasil. Antes, o PT foi o único partido a apresentar um

projeto de Constituinte e as resoluções dos encontros do Partido fundamentaram as decisões tomadas pelo Diretório Nacional, que dirigirão os trabalhos de nossa bancada na Assembleia Nacional Constituinte.

As eleições de 1988 significarão um momento sem volta, do avanço do Partido para governar cidades importantes do país, até chegar à conquista de governos estaduais, em 1994.

Na Constituinte, deixamos nossa marca, produto de resoluções e deliberações de encontros do PT, e repetimos sínteses de propostas surgidas nas lutas sociais, na atuação no Parlamento, nos governos, em nossas assessorias, em nossos quadros na administração pública. Ou seja, propostas que representavam um movimento vivo na sociedade.

Num segundo momento, vamos ter um salto de qualidade na elaboração do programa de governo da campanha Lula presidente, em 1989, que se aperfeiçoará em 1994. E, em 1998, aparecerá já como um programa de uma ampla frente de esquerda.

Destaco esses momentos das resoluções e deliberações do PT para reafirmar como elas expressam o contexto político e social que o país vive, apesar das divergências e das lutas internas, apesar de muitas vezes não conseguirmos ter uma perfeita avaliação da situação política nacional ou estarmos em sintonia com o desenvolvimento dos acontecimentos internacionais.

Por isso mesmo quero destacar a drástica mudança que houve no PT em 1993, no VIII Encontro Nacional, quando as forças políticas que detinham maioria no PT desde o seu I Encontro foram derrotadas, e surge uma nova maioria que vai perdurar até 1995.

O I Congresso, em 1991, acredito, foi o ponto máximo da atuação das maiorias formadas na década de 1980. De certa forma, esse congresso fracassou, porque se propôs a reestruturar os Estatutos e o Regimento do PT, as normas de orientação do Partido, seus princípios e a democracia interna, que não foram nem sequer implantadas, em sua maioria.

Fracassou também na tentativa de fazer um debate sobre um projeto para o Brasil. Se observarmos com rigor as várias resoluções sobre o socialismo, particularmente as do 7º Encontro Nacional, em 1990, veremos que elas estão em um nível bem superior ao das resoluções do I Congresso.

Virada a página do I Congresso, o Partido não encontra mais sua unidade e deixa de ter uma maioria consolidada. As consequências dessa falta de unidade e maioria apareceram em 1993. O Partido tinha ido bem nas eleições

de 1992, crescido, se consolidado. Mas os impasses que voltarão a surgir em 1998 levaram à derrota daquela maioria.

A nova maioria não se consolidou, não conseguiu governar o Partido, não apresentou propostas que mudassem radicalmente o PT, apesar de que, de certa forma, conteve orientações políticas que poderiam descaracterizar o Partido.

No entanto, os efeitos de sua política, de sua forma de dirigir o Partido, logo apareceram. Em 1995, surge uma nova maioria, que retoma o que iniciamos no 5º e no 7º Encontros Nacionais: uma série de decisões sobre política de alianças, de visão sobre o Brasil, de atuação dos movimentos sociais, de reestruturação do Partido, que deram a base para continuarmos, em 1997, com a mesma orientação, e consolidarmos em 1998 a candidatura de Lula, as diretrizes do seu programa de governo, a realização da nossa política de alianças com a União do Povo/Muda Brasil, a aliança com o PDT, com Brizola como vice e os palanques regionais.

As resoluções do 10º e 11º Encontros do Partido foram levadas à prática, assim como também o foram as do V e VII Encontros.

Faço este texto a título pessoal, e assumo inteira responsabilidade por seu conteúdo. Acredito que o que o Partido precisa agora é do II Congresso, que faça um novo Estatuto e um novo Regimento, que repense suas formas de organização, de comunicação, de financiamento, que aprofunde a transformação do PT numa instituição política nacional, mas também num partido popular, apoiado na militância, aberto para a sociedade, atuante nas lutas sociais. Que avalie nossas políticas de governo, que aprofunde a interação entre o Partido e seus governos, que avalie nossa política de alianças e, principalmente, que aprofunde nossa visão sobre o Brasil e retome nossa reflexão sobre o socialismo democrático.

Às vésperas da realização das eleições presidenciais, nada mais oportuno que reler e rever as resoluções do nosso Partido com espírito crítico, mas com esperança e com a certeza de um futuro melhor.

Agosto de 1998.

José Dirceu

Presidente do PT, 1995-1997 e 1998-2002

| APRESENTAÇÃO (1998)

Pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores (PT) publica a íntegra das resoluções de seus principais fóruns nacionais de decisão, especialmente seus Encontros e Congresso nacionais. É o que apresentamos nas páginas deste livro.

Antes de tudo, são documentos fundamentais para a compreensão da história do PT e para a realização de qualquer balanço político do Partido ou para o estudo histórico ou político de caráter acadêmico. Enfim, necessários para entender o PT e a vida nacional nos anos mais recentes.

É evidente que a história do PT não foi feita somente de resoluções de encontros nacionais, nem estas são suficientes para a compreensão de sua trajetória. Importantes decisões de seu Diretório Nacional e de instâncias estaduais e municipais tiveram um papel, muitas vezes, decisivo para a postura do Partido ou para provocar decisões políticas nacionais. Também a ação dos militantes nos movimentos sociais e na institucionalidade estatal sempre foram essenciais para a vida partidária, desde o período embrionário do Movimento pró-PT, até os dias atuais, passando por momentos de grande efervescência na vida política do país ou de crises políticas internas. Porém, a leitura organizada destas resoluções é indispensável para entender a dinâmica das posições políticas mais gerais e estratégicas do PT e os seus posicionamentos conjunturais.

Mesmo que nem sempre o contexto esteja muito claro; que o texto não reflita todo o rico processo de debate interno das teses, entre as tendências, e aqueles existentes na sociedade em cada momento; e que não façam um balanço de decisões anteriormente bem ou mal definidas; aqui podemos encontrar uma fonte privilegiada para entender uma parte muito importante dos últimos 20 anos de história do Brasil e das lutas dos trabalhadores em nível internacional.

A partir da ascensão das lutas democráticas, operárias e populares do final da década de 1970 e sua relação com importantes processos de lutas dos trabalhadores em nível internacional naquele período e no imediatamente anterior, por estas páginas passam o período final da luta contra a Ditadura Militar, o crescimento do movimento sindical e popular com o surgimento da CUT, o crescimento e afirmação do próprio PT, a luta da juventude, dos negros, das mulheres, em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos e o desenvolvimento da luta dos trabalhadores rurais, especialmente do MST. A luta por democracia, a campanha das diretas para presidente, contra os cinco

anos para Sarney e a campanha pelo impeachment de Collor. O sandinismo na Nicarágua e a intervenção imperialista por meio dos contras, o Solidariedade, a queda do Muro de Berlim, o fim do bloco do Leste Europeu e da URSS, o massacre da Praça da Paz Celestial, a resistência de Cuba, o debate pela renovação do socialismo e a solidariedade internacionalista. O avanço da revolução tecnocientífica e do neoliberalismo, assim como as consequências econômicas, políticas, ideológicas e sociais de ambos e a crise que este último passou a enfrentar. As campanhas eleitorais, especialmente as de Lula para presidente e das prefeituras e governos estaduais conquistados pelo PT, assim como os desafios, avanços e problemas daí decorrentes. As contribuições e os impasses vividos pelos diversos movimentos sociais nas últimas décadas. Vitórias e derrotas. Alegrias e tristezas. Conquista de espaços e perda de companheiros assassinados. Disputas internas e unidade para enfrentar a classe dominante.

Enfim, aqui estão as resoluções de 11 Encontros Nacionais ordinários, de dois Encontros Nacionais Extraordinários, de várias reuniões anteriores ao 1º Encontro, do discurso de Lula na 1ª Convenção que legalizou o Partido junto à Justiça Eleitoral e o I Congresso Nacional, além de resolução do Diretório Nacional sobre a regulamentação das tendências internas ao Partido. Indo até o Encontro Nacional Extraordinário de junho de 1998.

Foi um trabalho árduo para todos os companheiros que se envolveram na tarefa, na medida em que algumas resoluções não tinham sido publicadas ou o foram de modo muito precário (e impressas até mesmo em mimeógrafo) e sem revisões. Exigiu, assim, uma boa pesquisa, contemplação de versões, uma ampla revisão gramatical e notas para situar contextos e explicar o significado de determinadas siglas e termos hoje em desuso, esquecidos ou desconhecidos dos mais novos militantes e leitores de modo geral. Temos consciência de que ainda podem haver lacunas, mas pensamos que a melhor maneira de superá-las será a contribuição de cada um(a) dos(as) leitores(as), que poderão ajudar uma próxima edição.

São resoluções que geraram polêmicas antes, durante e depois de serem aprovadas e que, certamente, continuarão a gerar polêmicas tantos dos seus textos agora publicados, como sua introdução, prefácios e apresentação.

O PT, entretanto, sempre viveu dentro dela, e isto tem sido uma das energias que lhe deu vida internamente e na sociedade. E, seguramente, este conjunto agora publicado poderá ajudar a todos a organizar melhor o debate, quando estamos perto de completar 20 anos de atividade coletiva, especialmente se a entendemos desde o período do Movimento pró-PT e do lançamento de sua Carta de Princípios em 1º de maio de 1979.

Simbolicamente, o ano de 1999, último do século e do milênio e vigésimo do PT, será também o ano do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Ano em que o Partido passará por um balanço bem amplo de sua história e atuação nas lutas sociais, políticas e culturais do país e quando suas posições mais de fundo, especialmente ligadas à concepção de partido, de projeto de socialismo e de estratégia para a sua construção, serão o centro das preocupações e do debate partidário.

Têm assim, tanto os militantes que participarão diretamente das decisões quanto os demais segmentos da sociedade que, de alguma maneira, poderão contribuir para este debate ou que estejam simplesmente interessados em acompanhá-lo, um material indispensável.

De certa maneira, a Secretaria Nacional de Formação Política do Diretório Nacional do PT e a Fundação Perseu Abramo, dão esta primeira contribuição – entre outras que, certamente, virão durante o ano de 1999 – a este processo.

Ao mesmo tempo, independentemente de um momento especial de debate interno, como será o II Congresso, temos aqui um rico material para a atividade cotidiana de formação política de nossa militância. Ao lado dos Cadernos de Formação de Base – sobre o PT, história do Brasil e estratégia – que a Secretaria Nacional de Formação do PT vem publicando; da revista *Teoria e Debate* – agora sob responsabilidade da Fundação Perseu Abramo; de outras publicações da Fundação e das demais secretarias e instâncias do PT; e de outros materiais impressos ou audiovisuais já disponíveis para as atividades formativas; este livro é uma leitura obrigatória para todos os que têm se envolvido ou pretendam atuar como formadores políticos no Partido ou nos movimentos sociais.

Finalmente, fica o nosso abraço de agradecimento a todos os companheiros que, de alguma forma, contribuíram para tornar este projeto uma realidade e a nossa esperança de estar, de fato, ajudando a tornar o nosso processo de debates e deliberações partidárias mais consciente e estimulante, individual e coletivamente.

Agosto de 1998.

Jorge Almeida

Secretário Nacional de Formação Política do PT

Luiz Soares Dulci

Presidente da Fundação Perseu Abramo

| NOTA DOS ORGANIZADORES

Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos... uma ideia de muito tempo, proposta originalmente por Perseu Abramo, agora concretizada na forma de livro, que incorpora mais de um ano de trabalho das equipes da Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP) do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Projeto Memória & História, desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo, e principalmente os 20 anos da história de um dos mais destacados partidos políticos do Brasil.

Foi um ano de buscas, descobertas, verificações, comparações, revisões, entrevistas, incluindo até duas versões preliminares, realizadas pela SNFP e reproduzidas em xerox para apoio a cursos de formação de formadores.

Com a perspectiva de ser a reconstituição de sua história um componente fundamental para a própria consolidação do PT, a SNFP concentrou esforços na recuperação das Resoluções dos Encontros Nacionais e do Congresso, enquanto o Projeto Memória & História deu início, em 1997, ao trabalho de triagem da documentação produzida pelo Diretório Nacional do PT desde 1980. Este acervo, em fase de organização, contém uma vasta documentação ainda fragmentada, dispersa e muitas vezes com diferentes edições (por problemas de datilografia, digitação ou outros), com informações insuficientes ou não documentadas e registros não datados. Estas foram algumas das dificuldades enfrentadas, o que tornou imprescindível a realização de entrevistas, checagens e muitas revisões. À medida que a pesquisa avançava, foram surgindo novos documentos, do que resultou este vasto volume.

Até o 4º Encontro Nacional trabalhamos com a documentação original (atas, circulares divulgando as resoluções, regimento interno dos encontros etc.), geralmente datilografada e multiplicada em mimeógrafos ou fotocópias e muitas vezes reproduzidas por diferentes setores do partido e em diversos lugares (o que explica as diferenças entre as edições), exigindo apelos à memória dos participantes, seja como elaboradores de relatórios e teses, seja como delegados ou observadores.

A partir do 5º Encontro as referências foram as publicações oficiais das resoluções, editadas sob responsabilidade do Diretório Nacional ou da

Comissão Executiva Nacional, diretamente ou por intermédio das secretarias nacionais, principalmente a de Comunicação.

O resultado das pesquisas gerou a necessidade de notas de esclarecimento em alguns pontos dos textos, às vezes até por razões gramaticais, claramente identificadas por colchetes ou em notas de rodapé.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à falta de uniformidade das informações coletadas, consequência do grau preliminar de organização da documentação e da heterogeneidade dos registros efetuados, tanto na forma como no conteúdo. Exemplo disso são os cargos ocupados pelos integrantes da Comissão Executiva Nacional a partir da legalização do partido, em 1980. Desde o início, o PT preocupou-se em criar secretarias nacionais que não seguissem exclusivamente as exigências da legislação partidária. Secretarias sindical, de organização, agrária, de relações internacionais, de formação política, de mulheres, de juventude, de movimentos populares, de mobilização, de imprensa e propaganda e, mais recentemente, de combate ao racismo e de meio ambiente foram estruturas montadas de acordo com as necessidades políticas do partido. A pesquisa realizada recompôs esta estrutura informal, ainda que possa ter deixado lacunas.

A importância para a luta dos trabalhadores por sua emancipação como classe, por si só, justifica este esforço de reconstituição de uma parte importante da memória do PT, com a reunião de textos e documentos que constituem as resoluções dos seus Encontros Nacionais e do Congresso.

Agradecemos a todos os que contribuíram para que este trabalho se concretizasse, destacando o imprescindível empenho da equipe da Secretaria Nacional de Organização (SORG) do PT na recuperação de valiosas informações.

Finalmente, com este trabalho homenageamos Perseu Abramo. Sua dedicação na organização do PT e sua preocupação em preservar sua memória, deixando essa história para reflexão das futuras gerações, estão presentes em cada anotação, observação, resumo e artigo encontrados em meio à documentação do partido, muitas vezes até confundindo-se com ela. Perseu Abramo é um dos maiores representantes dessa multidão de militantes e simpatizantes que, ao longo destes anos, depositaram suas esperanças no PT e entregaram-se à construção desse projeto.

Os organizadores

INTRODUÇÃO (1998)¹

WLADIMIR POMAR²

UM PASSO INICIAL

Na Resolução do I Congresso do PT, em 1991, afirmava-se que *ainda está por ser feito um balanço global – histórico, político e organizativo – da experiência de construção do PT.*

Talvez os congressistas tenham levado em conta a experiência internacional segundo a qual apenas através de prolongados processos de avaliações e balanços críticos, tanto das experiências positivas quanto negativas, os partidos de trabalhadores conseguem consolidar políticas unificadoras e transformar-se em forças sociais efetivas, embora conservando divergências internas em vários aspectos da ideologia e da política.

Nos partidos burgueses esta necessidade não é tão premente. Seus interesses econômicos e sociais, assim como sua ideologia, são predominantes na sociedade e servem para agrupá-los e unificá-los quase naturalmente. Os partidos de trabalhadores, ao contrário, remam contra a corrente. São, a todo momento, bombardeados pela ideologia, a política, as promessas e as pressões dominantes, obrigando-se a criar métodos e mecanismos que fortaleçam constantemente sua ideologia e sua política. É neste contexto que os balanços críticos, ou globais, são indispensáveis.

Quando o papel educativo e unificador desses balanços é subestimado, cristalizam-se diferentes visões e práticas políticas excludentes, sob um mesmo teto. Cisões, neste caso, têm sido o mal menor. O mais trágico é a decomposição política e organizativa, que leva o partido a assemelhar-se aos tradicionais partidos burgueses, colocando-se a serviço dos interesses que antes combatia.

1. Os trechos em itálico, constantes desta Introdução, são transcrições livres das resoluções dos encontros nacionais do PT, o que pode levar o leitor, em alguns momentos, a confundir as opiniões dos encontros com as do autor. De qualquer maneira, a responsabilidade das transcrições é plenamente do autor. Para a efetivação deste texto introdutório, colaboraram Myrian Alves e Delcimar Martins.

2. Jornalista e autor de vários livros. Foi membro da Comissão Executiva Nacional do PT de 1986 a 1990 e coordenador geral da Campanha Lula, em 1989.

Sendo ou não o passo inicial de um processo de avaliação crítica da experiência petista o motivo da reunião, num texto único, das resoluções dos Encontros e Congresso Nacionais do PT, esta publicação pode servir não somente como referência bibliográfica para estudiosos, mas também como um instrumento ideológico e político de unificação partidária.

É verdade que ela é editada num momento conjuntural desfavorável para qualquer esforço de balanço global. As eleições de 1998 colocam, mais uma vez, o PT como polo de disputa do governo central, exigindo que todas as suas forças sejam direcionadas para esse objetivo.

Entretanto, também é verdade que os cenários pós-98, quaisquer que sejam os resultados eleitorais, devem erguer ante o PT desafios maiores do que todos os enfrentados anteriormente, em virtude da desestruturação econômica, social e política do país, levada a cabo pelo governo FHC. Nesta perspectiva, a necessidade de uma avaliação profunda da experiência do PT deve tornar-se ainda mais imperiosa, confirmando a oportunidade desta publicação.

É preciso levar em conta, por outro lado, que as resoluções aqui editadas contêm aspectos que podem limitar a compreensão das experiências vividas pelo partido. Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado debate que as envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, o que é particularmente importante do ponto de vista da relação entre teoria e prática, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária.

Neste sentido, é significativo e interessante notar que momentos tão importantes da participação do PT na vida social e política brasileira, como a campanha das Diretas Já, a campanha Lula Presidente de 1989 e a campanha do *impeachment* contra Collor, não mereceram avaliações críticas detalhadas nas resoluções dos Encontros nacionais imediatamente posteriores.

Mesmo assim, se os militantes e dirigentes do PT tiverem o fôlego necessário para rever tudo o que foi escrito em seus Encontros nacionais, poderão encontrar um material inestimável para avaliar criticamente a experiência de luta e construção partidárias. Tal avaliação pode ser ainda mais profunda se se reportarem aos debates anteriores a cada encontro, existentes na imprensa partidária e nos cadernos de teses.

PRELIMINARES

As resoluções reúnem temas extremamente variados, como a luta democrática, a luta pelo poder, os movimentos sindical e popular, a luta institucional, os movimentos de mulheres, negros, indígenas e outras minorias, a estratégia, as táticas, o movimento ecológico, as análises estruturais e as análises conjunturais, o socialismo real e o socialismo que queremos, a construção do PT etc. etc.

Trata-se de um vasto painel de assuntos elaborados em contextos nem sempre semelhantes. Retrospectivamente, as resoluções abrangem o período de 1978, imediatamente anterior à fundação do PT, a 1997, em que Lula é novamente apontado candidato do partido à presidência da República. Limitar-nos-emos a apontar alguns traços que sirvam de referência ao estudo do material agora reunido, tanto em relação ao contexto em que foram produzidos, quanto em relação à evolução do pensamento estratégico e do socialismo petistas.

A fundação do PT, em 1980, marcada por seu Manifesto e seu Programa, assim como o 1º Encontro nacional, em 1981, ocorrem numa conjuntura de crise da ditadura, tanto econômica quanto política, e de ascenso dos movimentos democrático, sindical operário e popular. Os Estados Unidos já haviam se convencido de que o regime militar esgotara suas possibilidades de continuar dirigindo o país e mantinha-se neutro ou mesmo estimulava os movimentos democratizantes. Com a liquidação das principais lideranças revolucionárias durante o período ditatorial, os setores mais lúcidos do conservadorismo nacional e imperialista não mais temiam que o fim do regime militar pudesse conduzir o Brasil para caminhos estranhos a seus interesses.

É verdade que no campo internacional os sinais eram confusos. Há movimentos revolucionários em alguns países do mundo, mas já predomina uma tendência de descenso, que não aparece nitidamente. O chamado campo socialista apresenta indícios de estagnação econômica, enquanto o mundo capitalista aponta para um novo processo de reestruturação.

Mas isto tem pouca ou quase nenhuma influência na análise e no ânimo do ascendente movimento contra a ditadura no Brasil. Os fundadores do PT, como não poderia deixar de ser, preocupam-se mais com a denúncia do milagre econômico da ditadura e de sua política *guiada pelo estímulo ao lucro, do crescimento acelerado a qualquer custo* e da rendição das *autoridades à pressão dos banqueiros*, aproveitando qualquer brecha para avançar na construção do partido e dos movimentos sociais.

O 2º Encontro, realizado em 1982, acontece num período de agravamento da crise política do governo ditatorial e de intensificação dos movimentos sociais e democráticos, empurrados pela pujança da luta operária.

Mas no 3º EN, se assistiu à eclosão do grande movimento democrático de massas das Diretas Já (no qual o PT realizou o primeiro processo de aliança tática com setores burgueses opositores), ao estiolamento da ditadura militar e ao surgimento de um novo movimento camponês (os sem-terra), também viu, apesar da fundação da CUT, os primeiros sinais de descenso do movimento operário.

Internacionalmente, tornam-se evidentes as dificuldades dos movimentos revolucionários para se desenvolverem diante da nova ofensiva “democrática” do mundo capitalista. O socialismo do Leste Europeu vê crescerem não só suas dificuldades econômicas, mas também assiste ao surgimento de movimentos de oposição, sob bandeiras democráticas e com apoio de massas operárias e populares.

Esses dois encontros concentram-se na análise da crise política da ditadura, indicando que ela *busca transformar-se, sob controle*, e sem perder as rédeas do poder, enquanto a *oposição liberal das classes dominantes* procura aproveitar-se da nova correlação de forças *para participar do poder* e os trabalhadores querem *ampliar sua organização e mobilização* para dar fim ao regime militar. Apontam, pois, corretamente, as principais tendências da conjuntura, como se comprovou na conciliação entre a oposição liberal e o regime militar para uma transição negociada.

Entretanto, não se dão conta, na profundidade necessária, do descenso dos movimentos sociais e da influência desta tendência sobre os fatores que permitiram aos setores burgueses da campanha pelas diretas negociarem com a ditadura militar e realizarem uma transição conciliadora.

Em 1985, já sob a égide da Nova República, franco descenso do movimento operário, popular e democrático e passos ainda tímidos do novo movimento camponês dos sem-terra, o PT realizou um Encontro Extraordinário.

Ele se restringe, porém, a fazer uma breve avaliação da Campanha das Diretas e da incapacidade do movimento popular em reunir forças suficientes para provocar uma ruptura democrática no regime militar fracionado. Analisa a formação da Aliança Democrática, as dissensões nas Forças Armadas e no PDS, o malufismo e a situação econômica e social crítica do país como pano de fundo da proposta de pacto social de Tancredo e faz um esforço para propor medidas de resistência frente à ofensiva conservadora.

AMADURECIMENTO

O 4º EN aconteceu em 1986, já no embalo da campanha pela Constituinte, num cenário de reativação do movimento democrático, mas ainda de descenso dos movimentos operário e popular. Ele faz uma pormenorizada análise conjuntural, abrangendo a transição e a crise da burguesia, o pacote econômico do governo Sarney, as greves de 1985 e a transformação da Constituinte, de bandeira das forças democráticas em bandeira de consolidação da hegemonia burguesa sob a Nova República, procurando dar respostas táticas a esse quadro.

O 4º EN é também o primeiro que tenta realizar uma análise das características do desenvolvimento capitalista e das classes sociais brasileiros. Conclui tratar-se de um capitalismo com *alto nível de desenvolvimento, regionalmente muito desigual, relativamente concentrado no centro-sul e no sul, principalmente em São Paulo, onde alcançou um razoável grau de centralização, mas no resto do Brasil, disperso por pequenas empresas e aproveitando-se de formas atrasadas de produção.*

Desenvolvido de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional (quanto a capitais, ciências e tecnologias), do ponto de vista social o capitalismo brasileiro teria expandido uma diversificada camada de assalariados urbanos e rurais, uma pequena burguesia urbana e rural de extensão razoável, e uma poderosa classe burguesa.

A chamada classe operária é considerada *fração estratégica da classe dos assalariados*, enquanto as *camadas marginalizadas, que não encontram lugar no mercado de trabalho ou dele são expulsas*, não são consideradas uma classe aparte, mas sim uma camada da classe dos trabalhadores assalariados. A situação das classes sociais no Brasil, mesmo em seus traços gerais, segundo a resolução, mostraria *uma inegável situação de luta de classes.*

O 5º EN, em 1987, após as eleições que consagraram Lula como o deputado mais votado do país, ocorre num contexto de poucas mudanças no movimento da base da sociedade, apesar da estagnação econômica. As esperanças e os olhos de boa parte da população se voltam para a elaboração da nova Constituição, acreditando nas possibilidades e nas forças parlamentares dos petistas e demais representantes populares e democráticos.

No terreno internacional tornam-se evidentes as modificações em curso nos dois campos em que o mundo se encontrava dividido. O campo capitalista ingressara velozmente numa nova revolução tecnológica e na

concentração do capital, com a formação das grandes corporações financeiras e empresariais.

Ao mesmo tempo, adota as ideias neoliberais como ideologia dominante e a bandeira da democracia liberal, mascarada sob o rótulo de democracia geral, como eixo político de luta contra o comunismo, o socialismo e a democracia popular. As ditaduras, antes patrocinadas principalmente pelos Estados Unidos, perdem apoio e são obrigadas, também sob pressão popular, a introduzir reformas democratizantes.

O campo socialista do Leste Europeu, por seu turno, tenta ingressar num processo de reformas políticas e econômicas (*glasnost e perestroika*), patrocinado pela União Soviética, no qual só havia certa clareza sobre o que destruir, mas nenhuma a respeito do que construir sobre os destroços do velho modelo. Por esta brecha ingressam as massas populares dos países da Europa Oriental, inebriadas pela miragem do mercado e da democracia liberal, colocando os governos comunistas ou socialistas de seus países contra a parede.

O 5º EN concentra, porém, sua atenção na análise da situação política conjuntural. Esta é marcada tanto pelos trabalhos do Congresso Constituinte, os descompassos da transição conservadora, a crise econômica e o aprofundamento da dependência econômica do Brasil, quanto pelos temores da burguesia ante o crescimento institucional e político do PT e a perspectiva de lançamento da candidatura Lula à presidência em 1988.

Sua resolução já se dá conta do *discurso privatista, antirregulador e liberal*, que *continuará ecoando e se disseminando do ponto de vista da ideologia da livre iniciativa*. Acredita, porém, que ele tem *poucas possibilidades de viabilização numa conjuntura como a então vivida, a menos que setores da burguesia consigam impor sua hegemonia nessa direção e se apossem de forma mais direta do aparelho de Estado*.

Analisa corretamente que a burguesia *se debate em contradições*, ao mesmo tempo que reconhece as divisões no campo popular *quanto à oposição, à transição conservadora, ao governo Sarney, a governos estaduais e mesmo diante do PMDB e de sua política*, assim como os problemas enfrentados pelas *lutas sindicais, populares e a mobilização social*, com a *desorientação e o desânimo de largas parcelas*.

Apesar disso, aponta que a transição conservadora estava em crise (*crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não crise geral do Estado ou do Regime*), colocando-se na ordem do dia a *possibilidade de conquista de*

um governo democrático e popular. O Encontro indicava, então, que estavam criadas condições reais para o PT abrir uma brecha no poder das classes dominantes, com a eleição de um candidato popular e socialista, embora tais condições apresentassem debilidades graves, como o descenso dos movimentos operário e popular e a própria descrença do PT quanto às suas potencialidades para aproveitar aquele momento favorável. O resultado das eleições de 1988 confirmou essa análise.

O 6º EN, como não poderia deixar de ser, por realizar-se em plena campanha presidencial de 1989, concentra-se também nas questões conjunturais. Analisa que o PT transformou-se, com as eleições de 1988, *no principal partido de oposição*, por seu *combate ao governo Sarney e à Nova República*, por haver feito *os temas nacionais predominarem sobre os locais* e por ter imprimido *caráter plebiscitário* à campanha eleitoral municipal em sua fase final, de acordo com as *resoluções do 5º Encontro, cuja política de alianças, definições estratégicas, opção pelo socialismo e tática eleitoral armaram o PT.*

Ao avaliar a crise do país, o 6º EN trata-a como uma crise que *combina o início de uma crise de regime com um impasse no padrão de acumulação capitalista e uma crise estrutural.* Seria *uma acumulação de processos econômicos e políticos de longos anos* que, para ser superada, exigiria *um forte e generalizado deslocamento da correlação de forças em favor da burguesia ou do proletariado.*

Entretanto, enquanto a burguesia estava fragmentada na busca por *diferentes saídas para a crise e formas de enfrentar a candidatura Lula*, os trabalhadores já haviam construído *um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses em nível nacional*, embora existisse *um fosso enorme e perigoso entre a influência eleitoral do PT e sua força militante.*

Segundo o encontro, a mudança da correlação de forças causada pelos resultados das eleições de 1988 modificara *radicalmente o quadro da disputa presidencial*, dando chances reais para uma vitória da esquerda e criando uma situação de perplexidade no centro e na direita política, o que teria aberto *espaço para a aventura eleitoral de Collor*, transformado na principal alternativa das classes dominantes.

O 6º EN reafirma, assim, a análise correta do 5º EN. Entretanto, alardeia uma força que a realidade posterior mostrou ser menor do que a exigida pela situação política, principalmente pela inserção insuficiente do PT entre os marginalizados. Só nos meses seguintes, iríamos descobrir que os marginalizados, chamados por Collor de descamisados, constituíam uma vasta camada social, com características tão próprias e específicas, que deveriam

ser encaradas praticamente como uma classe social. Embora até hoje isto não seja consensual no PT, uma nova análise em profundidade das classes sociais no Brasil terá que dirimir esta controvérsia, mais não seja pelo simples fato de que, quem hoje decide as eleições no país é o voto deste setor social.

DIFICULDADES

O 7º EN realiza-se após a vitória e posse de Collor na presidência, em 1990, num quadro de retraimento ainda maior dos movimentos sociais e políticos, de estupefação ante as medidas neoliberais implementadas pelo governo e de completa capitulação do Congresso aos ditames do Planalto, apesar da resistência da minoria popular e democrática.

No campo internacional consolida-se a ofensiva ideológica e política do capitalismo, com a queda do socialismo do leste europeu, abrindo campo para o fim da URSS e uma expansão sem precedentes das grandes corporações transnacionais.

O 7º EN, ante o impacto dos acontecimentos internacionais, avalia como positiva a queda do socialismo do leste europeu e volta-se inteiramente para a análise conjuntural. Segundo ele, a eleição de Collor marcaria *o desfecho contraditório da transição conservadora, que chega a seu final sem ter conseguido isolar os trabalhadores. Os de baixo já ocupam o centro da oposição*, enquanto Collor tem *o desafio de centralizar os esforços para a criação de partidos ou coligações que lhe garantam uma base, um dos problemas capitais das classes dominantes para enfrentar a crise econômica e social*.

Para o encontro, a *grande questão* do governo Collor estaria centrada na *administração do plano de estabilização*, que vivia *entre a recessão e a retomada da inflação, com riscos de uma hiperinflação*. Frente a esse quadro, estaria se criando *no país uma nova situação política. Diferentes setores sociais reagiram às medidas ilegais, ao autoritarismo e à vergonhosa propaganda que acompanharam o Plano Collor*. As mobilizações populares e as greves estariam sendo retomadas.

Em termos gerais, a análise se mostra adequada, embora a evolução dos acontecimentos tenha demonstrado que o desfecho da transição conservadora só ocorreu em 1994, com a eleição de FHC. Além disso, a expectativa de retomada das mobilizações foram mais fruto de um desejo do que realidade. Elas só serão retomadas mais tarde, num contexto bem diferente.

Já o I Congresso acontece em 1991, no curso da implantação do programa neoliberal de reformas econômicas, sociais e políticas comandado por Collor, e sob o impacto do desmonte final do socialismo da União Soviética.

A crise econômica se aprofunda no país, com o retorno da inflação, as consequências recessivas dos planos de estabilização e o processo de reestruturação empresarial. O sistema mafioso de Collor no governo coloca a burguesia, que o apoiara em bloco contra Lula, num impasse. Agrava-se a instabilidade política herdada da fase final do regime militar, mas, paradoxalmente, os movimentos sociais mantêm-se deprimidos e mostram-se incapazes de resistir à nova modernização conservadora das classes dominantes.

Diante disso, o I Congresso preocupa-se em analisar tanto a nova situação internacional e a perspectiva do socialismo, quanto a conjuntura brasileira. Embora realizado sob a ideia geral de *um Projeto para o Brasil*, o Congresso transforma-se num embate ideológico confuso, que resultou na colcha de retalhos de sua resolução. O I Congresso também modifica o padrão de elaboração dos documentos dos encontros partidários.

Até então, a direção partidária atribuía a uma comissão a missão de elaborar o texto básico, garantindo uma certa unidade orgânica ao processo de discussão e à resolução ou documento final. O I Congresso introduz o embate entre teses de cada corrente, ou grupo de correntes, com a aprovação de uma tese-guia e a introdução de emendas retiradas de outras teses. Por este método, a resolução final acaba contemplando a mistura de diversas teses, às vezes de fundo contraditório, perdendo sua organicidade.

De qualquer modo, o Congresso constata que *a situação mundial vive mudanças profundas*, entre as quais o fortalecimento dos Estados Unidos em virtude da Guerra do Golfo, o prosseguimento e o agravamento da crise *nos países do socialismo real*, a formação de grandes blocos econômicos, o aprofundamento da *diferença entre o Norte e o Sul*, *vertiginosa onda de inovações tecnológicas*, *acompanhada da ameaça e da subtração de conquistas sociais acumuladas pelos trabalhadores*, e agravamento dos *grandes problemas que afligem as maiorias do planeta – a fome, a miséria, a segregação racial, os ódios nacionais, a exclusão política e o militarismo*.

Paralelamente, segundo o Congresso, assistir-se-ia *ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas iniciado a partir da revolução Russa de 1917 e do modelo de sociedade por elas gerado*. Aquelas revoluções não se constituíam *mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo*. Por outro lado, o *novo padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista desarticula o núcleo do trabalho operário na indústria, fragmenta a classe trabalhadora, gerando desemprego tecnológico e estabelecendo novos paradigmas para a luta*

sindical e política. Assumem novas e gigantescas dimensões a exploração da força de trabalho e a destruição ambiental.

Para o I Congresso, *o principal conflito da política internacional é a relação Norte-Sul. O resultado de mais de uma década de estagnação dos países do Terceiro Mundo teria sido seu crescente distanciamento, tecnológico e produtivo, dos países capitalistas centrais. A América Latina vem sofrendo esse processo de maneira avassaladora. O neoliberalismo, projeto de ajuste do capitalismo no continente, implica um conjunto de medidas de desregulamentação do processo de expansão capitalista precedente, que está destruindo a estrutura produtiva nacional, sem assegurar a reorganização da economia.*

Desse modo, o I Congresso delinea as consequências das políticas patrocinadas pelas grandes corporações transnacionais, não apresentando dúvida quanto à necessidade de resistir a elas, tanto em sua variante internacional quanto nacional.

Ao analisar a conjuntura, o I Congresso avalia que a crise econômica, social e política sob o governo Collor ganhou *uma amplitude nunca vista*. O governo Collor, ao perder o controle sobre *a inflação, a recessão, as demissões em massa, a queda da produção e o fechamento de empresas*, ao transformar-se em centro de corrupção, ao abandonar *os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública* e violar seguidamente a Constituição, teria se tornado *o principal instrumento de aprofundamento da crise*.

O Congresso avalia, ainda, *que as tentativas de pacto de elites e acordos com Collor*, assim como iniciativas *de características golpistas*, não resolverão a crise. A solução desta *pressupõe uma nova representação congressional, com eleições antecipadas, assegurando que o novo regime político de governo seja, de fato, representativo de uma nova conjuntura e de um real avanço na situação social do país*.

Na prática, é verdade que as tentativas burguesas de encontrar saídas para o impasse por meio de medidas golpistas foram frustradas pela intensa participação do PT e da oposição popular nas comissões parlamentares de inquérito e pelo esforço de reativação das mobilizações populares. Mas, na falta de mobilizações mais intensas, a burguesia assumiu a direção do *impeachment* e preparou a substituição de Collor por seu vice.

Os movimentos sociais só despertaram para a mobilização pelo *impeachment* com as denúncias veiculadas na grande imprensa e com a arrogância de Collor, ao chamá-las para embandeirar o país em apoio à sua política. Essa mobilização, porém, não teve empuxo suficiente para *pressupor uma nova representação congressional, com eleições antecipadas*, como exigira o 1º Congresso.

NOVAS DIFICULDADES

O 8º EN, de 1993, ocorre no cenário criado após o movimento pelo *impeachment* e a posse de Itamar, pelos resultados das eleições municipais de novembro de 1992 e pelas manobras da burguesia para cooptar o conjunto dos movimentos populares e democráticos, inclusive seus partidos, para a participação no programa de reformas neoliberais.

O encontro não chega a analisar criticamente porque o partido não conseguiu implementar a resolução do I Congresso, vendo-se, ao contrário, diante de uma situação política de expectativas favoráveis com o governo Itamar, mesmo entre setores de esquerda e do próprio partido, apesar da oposição oficial do PT.

O 9º EN, realizado em 1994, reitera que o governo Itamar mantém, *no essencial, a mesma política econômica adotada por Collor*. Erroneamente, porém, supõe que a *área econômica tem sido marcada pelo imobilismo no combate à inflação*.

Simplemente constata que a nomeação do ministro Fernando Henrique Cardoso – *um senador com um passado democrático – foi acompanhada de grande expectativa e de uma mudança de comportamento, dos meios de comunicação e do empresariado em geral, frente ao governo*, já que o programa de privatização *está mantido e será acelerado*. Desse modo, sem haver entendido em profundidade o significado da nomeação de FHC, o encontro conclui somente que *as iniciativas da nova equipe... apontam para o ideário neoliberal*.

Mas o encontro se dá conta que o Brasil continuava vivendo *uma situação de equilíbrio instável*, com as classes dominantes não tendo conseguido *avançar tanto quanto gostariam as reformas neoliberais, graças à resistência do campo democrático e popular*. Entretanto, em lugar de rever a avaliação incorreta do 7º EN sobre o *desfecho contraditório da transição conservadora*, que teria chegado a seu final com a eleição de Collor, é no *quadro conjuntural e eleitoral mundial, especialmente latino-americano*, onde teria começado *a reversão do período do predomínio da ideologia neoliberal*, que vai buscar as indicações para as possibilidades das eleições de 1994 abrirem *uma nova relação de forças* no Brasil.

O encontro vê claramente *a mobilização empresarial e dos setores conservadores em apoio a Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de disputar com Lula o segundo turno*. Enxerga que *a aproximação entre o PSDB e o PFL não é algo inusitado*. E avalia adequadamente que, *uma vez no comando econômico e político do governo Itamar, FHC adotou um plano econômico antipopular, submisso aos interesses do grande capital e do sistema financeiro*.

No entanto, acredita piamente que as *chances de sucesso eleitoral de FHC, baseadas, em boa medida, no plano econômico, concebido para ser mais um estelionato eleitoral, são reduzidas*. Faltaria ao “*cruzado dos ricos*” o *mínimo apelo popular*. Diante desta situação, crê que Quércia poderia vir a ser o candidato preferencial da burguesia.

Não se dá conta, em sua totalidade, que a burguesia adotara como pedra de toque a estabilização monetária e a continuidade da modernização conservadora iniciada por Collor, para finalizar a transição e ingressar numa nova etapa de desenvolvimento capitalista. Nem avalia o papel que a impressionante unidade da mídia iria desempenhar na conquista da opinião pública para apoiar as medidas neoliberais, tornar o plano de estabilização de FHC um programa de alto apelo popular e transformar o *senador de passado democrático*, com verniz de esquerda, no candidato ideal da coalizão conservadora.

É sob o impacto das naufragadas esperanças do 9º Encontro, com a derrota de Lula no primeiro turno das eleições, a contenção da inflação e as expectativas populares que suscita, jogando os movimentos sociais no marasmo, que se realiza o 10º EN, em 1995. É verdade que ocorrem lutas setoriais, que a luta dos sem-terra pela reforma agrária cresce paulatinamente, mas a combatividade destes movimentos não consegue suplantar o isolamento em que se encontram.

O equilíbrio instável de forças, que até então impedia a implementação do novo projeto de modernização conservadora, parece definitivamente rompido. A correlação de forças políticas torna-se desfavorável ao PT e às correntes populares, abrindo terreno para a ofensiva neoliberal em todos os aspectos da vida brasileira.

Essa situação é auxiliada por um quadro internacional em que os projetos de desregulamentação e mundialização neoliberal, reclamados pelas grandes corporações transnacionais, avançam com rapidez, em particular no sistema financeiro e no mundo do trabalho, sob o manto conceitual de globalização. Os Estados Unidos procuram cristalizar sua posição de única superpotência, mas encontram a resistência das demais potências capitalistas que, livres da ameaça comunista, também não sentem mais necessidade do guarda-chuva nuclear norte-americano.

Embora a tendência aparente ainda seja de avanço mundial do projeto neoliberal, surgem os primeiros sinais de exaustão nas expectativas

suscitadas por suas promessas. Os países do antigo campo socialista amargam situações econômicas, sociais e políticas que há muito pensavam haver superado e que nada tinham a ver com as fomentadas ilusões a respeito de democracia, prosperidade, abundância e bem-estar.

Na Europa Ocidental desponta com força o desemprego estrutural, tendo como reação movimentos operários e populares bastante radicalizados. E no resto do mundo começam a ficar evidentes os perigos a que estão submetidos os países mais fracos, ao inserir-se de forma subordinada no processo de globalização. Estouram crises financeiras, em decorrência da liberdade com que agem as corporações capitalistas, em especial seu setor financeiro.

O 10º EN, porém, concentra sua atenção no balanço dos seis primeiros meses do governo FHC, que não deixariam dúvidas *sobre seu perfil neoliberal e conservador*. Sem fazer uma avaliação crítica da campanha presidencial de 1994, afirma que nossa derrota e a ascensão da aliança PSDB-PFL teriam quebrado *o quase equilíbrio estratégico que dificultava o ajuste neoliberal, dando mais iniciativa e margem de manobra às forças conservadoras e facilitando reformas antipopulares, com a benevolência do Judiciário e com fortíssimo apoio da mídia*.

O encontro constata que *a manutenção da estabilidade econômica garantiu níveis ainda elevados de popularidade ao governo, permitindo a este dar demonstração de força no Congresso e no ataque aos movimentos sociais*. Entretanto, também supõe que a evolução da conjuntura, *marcada pelo impacto devastador da política de importações e pelos juros altos, que disseminam a inadimplência e desencadeiam a recessão, faz crescer uma ampla, ainda que dispersa, mobilização social contra a política econômica do governo, indicando um cenário distinto para o segundo semestre*.

Assim, embora analise corretamente as contradições da política de FHC, o encontro não avalia adequadamente a força do apoio conservador a FHC, nem da estabilização como apelo popular. Nestas condições, suas previsões de um cenário distinto não se confirmaram.

DESAFIO

Quando se realiza o 11º EN, em 1997, já é patente que o processo de globalização, seja em âmbito mundial, seja em cada país, poderia abrir para os povos as possibilidades de uma revolução tecnológica que supriria suas

necessidades sem destruir suas economias, suas forças de trabalho e o meio ambiente. Paradoxalmente, em vez disso, ela agrava como nunca todas as contradições do avanço tecnológico realizado nas condições de predomínio da propriedade e da apropriação privada dos meios de produção e da produção social.

No Brasil acelera-se a exclusão social. Ela é causada tanto pelo desemprego, decorrente da reestruturação empresarial e, também, da política de contenção do governo FHC, quanto pelo agravamento dos fatores estruturais que há muito caracterizam o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil: alta concentração da propriedade e do capital, mercado interno restrito, agricultura quase exclusiva de produtos comerciais de exportação, indústria, comércio e serviços voltados quase exclusivamente para o atendimento das camadas de alta renda da população, altas taxas de consumo das elites, baixas taxas de poupança e investimento internas etc.

A implementação do projeto neoliberal por FHC e seus aliados não piora somente a situação de vida e trabalho das grandes massas trabalhadoras e das camadas marginalizadas da população. Ela atinge em cheio o padrão de vida das classes médias, leva à falência setores da média burguesia, força a desnacionalização de setores ainda não subordinados ao capital estrangeiro, desestrutura o Estado nacional, aniquila o serviço público, alimenta uma crise federativa gigantesca, rompe com os tênues mecanismos de democracia participativa e representativa conquistados nas lutas do passado, abre o país, sem qualquer restrição, à ação das corporações transnacionais, e ensaia liquidar qualquer traço de ação soberana e de solidariedade da política internacional do Brasil com os povos e países ameaçados pelo imperialismo.

A rapidez com que os aspectos reais da política de FHC vieram à tona é um dos fatores da instabilidade que, surpreendentemente, apesar da unidade e do apoio da burguesia, assaltou o governo FHC quase desde a sua posse. Ressurgiram, no campo político dominante, os apetites setoriais, regionalistas e grupais, como expressão da luta pela sobrevivência capitalista.

Só à custa da barganha fisiológica e da ação corruptora, que lembra os tempos da política dos governadores da República Velha, FHC tem conseguido manter seu bloco de poder, incluindo a sempre poderosa mídia, e exercer uma ação paralisante sobre as grandes massas do povo. E é somente sob o bombardeio permanente e massivo de notícias distorcidas e diversionistas que

consegue evitar que grande parte do povo enxergue a relação entre FHC, seu plano Real e a situação de crescentes dificuldades econômicas e sociais.

É num quadro como esse que o 11º EN constata que a *aprovação da emenda da reeleição reafirmou a força do compromisso histórico conservador que levou FHC à presidência*. A cada dia se acentuaria *sua face autoritária e sua estratégia de inserção subordinada do país à economia internacional e desarticulação do Estado Nacional*, que promovem *um brutal processo de endividamento externo e interno, a exclusão social, a desarticulação da estrutura produtiva, desemprego e precarização das condições de trabalho e a violência e a banalização da vida*.

O encontro reitera a avaliação de que *os resultados eleitorais recentes na Europa e alguns países latino-americanos mostram sinais de enfraquecimento da estratégia conservadora*. Mas quase não se dá conta de que o Brasil tem outra vez, diante de si, a disputa de projetos de sociedade, na qual o projeto do PT, claro ou não, constitui um dos polos. De qualquer modo, vê-se diante da necessidade de, *desde já, articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo* e convocar o II Congresso para voltar a discutir a questão do socialismo e as questões estratégicas.

Assim, num curto espaço de tempo, os petistas se veem colocados novamente, mesmo que de forma ainda difusa e sem ter plena consciência delas, diante de condições históricas especiais. A evolução estrutural do mundo e do país, e os caminhos ante os quais está colocado nosso povo, fizeram ressurgir com vigor o embate entre os dois projetos excludentes que, desde o esgotamento da ditadura militar, dividem as forças sociais e políticas brasileiras.

Em tal contexto, retomar as questões teóricas e práticas que envolvem essa disputa de projetos estratégicos, como a análise da realidade e das classes, as estratégias e táticas da luta de classes e o socialismo, apresenta-se para o PT como desafio que não pode ignorar.

Análises da realidade em que vive a sociedade, por exemplo, tanto de suas tendências de mudanças estruturais, quanto dos momentos conjunturais dessas tendências, não são suficientes para que um partido se torne uma força política efetiva. Mas elas são essencialmente necessárias para evitar ações cegas. Há algum tempo era pacífico, ou mais ou menos pacífico, que tais análises deveriam ter por base o estudo das classes e da luta de classes. Agora, porém, tornou-se adicionalmente necessário demonstrar que as classes existem,

têm interesses próprios e conflitam entre si, sendo essa existência, interesses e conflitos a origem primária dos embates políticos e das estratégias e táticas com que as forças políticas se confrontam.

Neste sentido, vale frisar que os encontros do PT quase não conseguem fugir dos lugares comuns a respeito das classes sociais existentes no Brasil. Talvez por ser um partido pluriclassista, e não expressão do setor operário industrial da classe dos assalariados, o PT tenha sempre navegado na definição genérica de representante da *classe trabalhadora*, incluindo aí desde os marginalizados até as extensas camadas de pequenos proprietários urbanos e rurais, desconsiderando os interesses discrepantes e os vieses ideológicos desses setores que, embora *trabalhem*, são socialmente diferentes.

Sem dirimir suas dúvidas a respeito dessa matéria primária, o PT corre o risco de confundir objetivos, inimigos, base social, aliados e propostas estratégicas com objetivos, inimigos, base política, aliados e propostas táticas, como às vezes tem ocorrido. Pode ser ilusoriamente tentado a resolver os problemas do socialismo, reduzindo-o a um projeto humano com dimensões éticas, como se o capitalismo e todas as formações sociais historicamente existentes não fossem também resultado de projetos humanos com dimensões éticas. E, pior, corre o risco de esfacelar-se em torno de questões táticas ou conjunturais por não tratar em profundidade as controvérsias de ordem estrutural ou estratégica.

O breve panorama dos contextos em que ocorreram os encontros nacionais, assim como das correspondentes análises estruturais e conjunturais realizadas por eles, aponta para a necessidade de tratar as análises como questão de suma importância. Não é difícil detectar a correção de inúmeras delas, assim como as lacunas existentes. Como também é possível verificar a falta que faz uma avaliação crítica da prática petista anterior a cada encontro, que deveria constituir a linha histórica de costura das diversas resoluções, explicando suas modificações conceituais e de orientação política. Aliás, essa ausência tem sido fruto tanto de omissões, quanto de opções explícitas, o que deveria nos alertar para a necessidade de tratar o assunto com mais profundidade.

Se esta costura não é tão clara quando se trata da análise da realidade, ela parece ainda mais difusa quando se trata das estratégias e das táticas, assim como das concepções sobre o socialismo, conforme tais questões foram sendo elaboradas nos sucessivos encontros.

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

As linhas gerais da estratégia e das táticas do PT estão contidas em seu Manifesto de fundação e em seu Programa, publicados em 21/10/1980. Ali se diz que *os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma* e que *o PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista*. O PT tem, então, de ser capaz de *atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia a dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia da sociedade em todos os níveis*.

O Programa explicita que *o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico, quanto no social*. Ele quer construir *um poder que avance no rumo de uma sociedade sem exploradores e explorados, tendo claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional*.

Para atingir tal objetivo estratégico, *o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação*. No entanto, *o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindical e populares que lhe deram origem*.

Assim, do ponto de vista tático, *o PT intervirá sempre em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais*. Nas lutas democráticas e no Parlamento, *cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário que sirvam à causa dos trabalhadores*.

O 2º EN relaciona a luta *para que os trabalhadores derrubem a Ditadura Militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que a sustenta*, com o compromisso de luta do PT *pela construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores, um Brasil socialista*.

A resolução do 3º EN reafirma sua disposição estratégica de almejar o poder, de *conquistar o Poder*, isto significando *para os trabalhadores, ter acesso a condições e meios para ajudar as transformações econômicas, sociais e políticas desejadas por eles e pela maioria da população*.

Esta resolução reitera ainda o vínculo estreito que deve existir entre esse objetivo estratégico e a tática de luta cotidiana por ele: *o Poder não apenas se toma, mas também se constrói, a partir das bases da sociedade, dos movimentos*

populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados. É necessário desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular.

O EN Extraordinário lança pela primeira vez o conceito de Alternativa Democrática e Popular, ligada à tática de luta contra a transição conservadora. Mas é nos 4º e 5º ENs que as questões estratégicas são tratadas de forma mais extensa. A resolução do 4º EN sustenta que o caminho para o socialismo no Brasil *será marcado por um eixo central básico, constituído de grandes e cada vez mais frequentes e intensas ações políticas de massas, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora, que terá que combinar, desde já, conquistas reais no plano político, econômico e social, que lhe permitam avançar no caminho de um projeto histórico e político comum.*

Segundo o encontro, são estas considerações que permitem *delimitar as linhas gerais e o caráter das alianças.* Para ele, seria *impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista.* Como resultado, o PT *deve ser capaz de elaborar e colocar em debate para a sociedade o seu projeto alternativo, que se contraponha à lógica e ao alcance da política do governo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.*

O 5º EN apresenta a *conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil* como os principais objetivos estratégicos do PT. Em vista disso, seria necessário distinguir, nesses objetivos, dois momentos estratégicos que, embora entrelaçados, seriam *de natureza diferente: a tomada do poder político e a construção da sociedade socialista sobre as condições deixadas pelo capitalismo.*

Para completar o primeiro momento seria *necessário realizar uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado.* Todas as formas embrionárias de poder, construídas no dia a dia da luta contra o capitalismo, assim como as demais experiências de luta e de organização dos trabalhadores, devem servir *como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade.*

Nesse sentido, o encontro alerta para a necessidade de distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento, das atividades que se destinam à *conquista imediata do poder.* Afirma que deve existir um *processo de mediação* entre o momento em que as grandes massas ainda não

se convenceram que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder.

A resolução do 5º encontro também reafirma a necessidade da luta por reformas no capitalismo. Para ele, *a luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, para demonstrar que a consolidação das reformas só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações.*

O 5º EN afirma que, naquela ocasião, parecia existir *um certo consenso* de que a burguesia era *a inimiga principal*. Mas reconhece que muitos colocavam no campo da burguesia os *pequenos e microempresários e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola.*

Por outro lado, ao tomarem a classe burguesa como inimiga estratégica, muitos militantes opunham-se ao aproveitamento das *contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia*. Colocavam-se *contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores.*

Quanto à Alternativa Democrática e Popular, o encontro reitera que ela *não pode se limitar a ser uma alternativa à Nova República. Ao contrário, trata-se de uma alternativa estratégica à dominação burguesa*, que exige uma política *de acúmulo de forças*, por reconhecer que não estão colocadas na ordem do dia *nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo.*

Para o encontro, a alternativa democrática e popular estaria *articulada com nossa luta pelo socialismo. Um governo e um programa democráticos e populares – os dois componentes de nossa alternativa – são o reconhecimento de que só uma aliança de classe, dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo, tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil.* É por isso que o encontro rejeitou a formulação *de uma alternativa nacional e democrática, porque o nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes.*

O 5º EN também não aceitou as *propostas que proclamam a necessidade e a possibilidade imediata de um governo dos trabalhadores* porque elas *evitam a discussão sobre qual é a tática para alcançar esse objetivo. Na situação política caracterizada pela existência de um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas. Um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas,*

imaginando uma etapa democrático-popular como uma nova fase do capitalismo. Ele seria o elo entre a tática de acumulação de forças e a estratégia socialista.

O 6º EN, em plena efervescência da primeira campanha presidencial em 30 anos, volta-se explicitamente para as questões táticas. Aponta que a *tarefa fundamental colocada para o campo popular e, portanto, o centro de nossa tática é a luta por um novo governo, democrático e popular, com a eleição de Lula presidente do Brasil.*

A resolução tem o cuidado de acentuar que *este objetivo se combina com o da constituição de um campo de forças antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista, configurando o bloco histórico que fará a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e a luta pelo socialismo.* Neste sentido, *o governo do PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política.*

Esta temática é retomada pelo I Congresso, ao afirmar a necessidade *de articular os movimentos e setores organizados da população aos amplos setores marginalizados e envolvidos em relações informais de trabalho, de sorte que seu protesto econômico se conjugue a uma estratégia política global e a um projeto alternativo de desenvolvimento. Urge a construção de um padrão alternativo de desenvolvimento – inspirado nos ideais socialistas, democráticos e libertários.*

Para este I Congresso, o PT *está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder. A disputa da hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas.*

Aqui, sutilmente, o Congresso modifica a fórmula inicial de que *o poder não apenas se toma, mas também se constrói*, acrescentando que o PT não visualiza a *conquista do poder como um “assalto ao Estado”,* embora não acredite que *o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas, sem choques e confrontos intensos.*

Reitera que *só um poderoso movimento por reformas políticas e sociais, baseadas num programa democrático e popular, pode levar a cabo a profunda revolução que este país necessita. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais.*

Nesse quadro, o Congresso vê a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de chegarmos a ele por uma maioria eleitoral como um objetivo estratégico, porque o entendemos como a expressão atual de um governo de hegemonia dos trabalhadores. Conclui, pois, que a conquista do poder político é um momento da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder. O PT defende, assim, a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que esta seja a mais ampla possível, garanta os interesses em jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo.

O 8º EN reafirma que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo, a partir de uma base popular e de uma maioria eleitoral, são um objetivo estratégico. Um projeto alternativo, estratégico destinado a romper o círculo de ferro das alternativas de curto prazo. Nosso programa estará voltado para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários.

O 10º EN sustenta que nossa oposição ao projeto neoconservador deve se articular com a luta por uma agenda alternativa democrático-popular para o país. Finalmente, o 11º EN decide articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente, construir um polo de disputa e lançar as bases de um caminho alternativo democrático e popular. Somente uma revolução democrática será capaz de pôr fim à exclusão, às desigualdades sociais e ao autoritarismo, construir o estado de direito no país, com uma reforma profunda do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa do direito do consumidor, a participação direta da população nas decisões, a constituição de novas esferas públicas não estatais, o combate a todas as formas de discriminação, presença soberana do Brasil no mundo, um projeto nacional de desenvolvimento.

Segundo o encontro, a estratégia de construção de um novo projeto nacional, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática, recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo.

Todas essas formulações representaram um considerável esforço teórico e prático de elaboração, parecendo guardar uma razoável linha de coerência. Entretanto, vale a pena estudar com atenção as diversas formulações da alternativa democrática e popular como objetivos táticos e/ou estratégicos, a absolutização da tática eleitoral e, tão importante quanto, a experiência de

conquista de governos municipais e estaduais pelo PT, sob a denominação de governos democráticos e populares.

As dificuldades encontradas pelo modo petista de governar, não tanto para a implementação de medidas socialistas, mas de medidas democráticas e populares, e até mesmo simplesmente democráticas, fizeram surgir inúmeras dúvidas sobre as possibilidades de governabilidade, tendo como eixo programas dessa natureza. Há, desse modo, uma clara tendência para rebaixar objetivos, ante as dificuldades postas pelo sistema de poder real.

Articular, num balanço crítico global, uma avaliação do pensamento estratégico do PT em suas resoluções, com suas experiências práticas de governo e com os desafios colocados pela atualidade, é o mesmo que retomar a discussão sobre a relação estratégica e tática entre socialismo, democracia popular, democracia liberal e capitalismo. Para quem corre o risco de ser governo numa perspectiva anticapitalista, é o mínimo que se pode exigir.

SOCIALISMO

Embora o Manifesto de fundação do PT e seu Programa sejam claramente anticapitalistas e apontem para o socialismo como perspectiva estratégica, é somente no discurso de encerramento de Lula no 1º EN que o partido é definido como socialista.

A resolução do 2º EN avança um pouco mais, afirmando que *nosso socialismo será definido por todo o povo, nas lutas do dia a dia, e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e todos os oprimidos.*

O tema é retomado no 4º EN, a partir dos problemas postos pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cujo *estágio, formação das classes sociais e do grau de luta entre elas, apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem as avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista.*

A resolução do 4º EN aponta que *no processo de construção socialista, com base nos elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social; nem implantar uma completa organização planificada da economia, porque no Brasil existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários, cujos meios de produção não é*

possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente, o que poderia ser prejudicial, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

Assim, levando em conta as experiências e as condições do desenvolvimento capitalista brasileiro, provavelmente será necessário e possível utilizar diversas e múltiplas formas de propriedade social, o pequeno produtor individual ou familiar, formas mistas e novas de propriedade, de organização do trabalho, e uma adequada combinação entre a planificação e a economia mercantil.

Controle da propriedade pelo Estado, planejamento estatal, autogestão democrática, distribuição conforme a produção, a produção conforme as necessidades estabelecidas pelo Estado e também detectadas no mercado, tudo isso, segundo o encontro, demanda uma combinação global e flexível no sentido de desenvolver as forças produtivas, aprofundar o processo de socialização, acelerar a produtividade do trabalho e a economicidade da produção e atender as crescentes necessidades materiais e culturais do povo.

O 4º EN afirma que seu almejado socialismo não pretende nivelar a padrão de vida da população por baixo, mas sim por cima, favorecendo o bem-estar e o conforto de todos, e não apenas de minorias privilegiadas. Por outro lado, um projeto socialista deve ser acompanhado da afirmação de ideias e valores que sustentem uma atuação transformadora em todas as esferas da sociedade, estar ligado à ideia de que essa luta é internacional e reafirmar a relação indissolúvel entre democracia e socialismo. A democracia, no socialismo, deve ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores.

Em resumo, o 4º EN defende que o Brasil terá que encontrar os seus próprios caminhos para chegar ao socialismo e as suas próprias maneiras de construir a sociedade socialista. Caminhos e maneiras que são determinados pelas condições reais e concretas que as classes trabalhadoras irão encontrando e modificando, com ação política organizada, na luta por sua libertação.

O 5º EN reafirma a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista como os principais objetivos estratégicos do partido. Para ele, a construção da sociedade socialista não é algo totalmente novo e diferente em relação às formas de luta e de organização dos trabalhadores no seu dia a dia atual. Muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais,

os conselhos populares etc., encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas. Mas as formas de organização fundamentais são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas e de controle popular nos bairros.

O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a existência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social, geram diferentes contradições no terreno da política, remetendo para a relação do socialismo com a democracia.

A ausência de democracia é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos, diz o encontro. Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações dessas organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição.

O 6º EN reafirma o conteúdo socialista da candidatura Lula e o caráter socialista da proposta do PT, no qual a democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos. O governo democrático e popular e o início da transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A implementação da globalidade de um Projeto Democrático-Popular só pode ocorrer com a revolução socialista. Não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia.

O 7º EN reconhece que a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez críticos das propostas social-democratas e levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real, nos levou a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, a denunciar os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial, a nos convencer de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo. Conforme a resolução, ainda que o processo esteja sendo hegemônico por correntes reacionárias, ele rompe com a paralisia política, impulsionou conquistas democráticas e, em perspectiva, pode abrir novas possibilidades para o socialismo. E acredita que a energia políti-

ca liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

Embalado nessa crença, o encontro avalia que o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convoca-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

Mas, pergunta, qual socialismo? O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano, cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

O tema do socialismo é retomado pelo I Congresso como uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado projeto de socialismo democrático. O Congresso reitera a visão do 7º Encontro de que, no Leste Europeu, na URSS e nos demais países que compunham o chamado campo socialista, sucedem-se transformações que são verdadeiras revoluções democráticas.

O Congresso tem claro que, naqueles países, são enormes as ilusões no capitalismo, estão em risco importantes conquistas sociais e o desemprego se alastra. Mas só a experiência viva, a prática dos novos sindicatos e partidos, que pipocam em meio à crise, é que vão ajudar os povos, os trabalhadores daqueles países, a superarem suas ilusões no capitalismo.

Por isso, o Congresso sustenta que a tarefa que se coloca, hoje, para a classe trabalhadora e todas as forças progressistas, é a de impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático. O desafio da reconstituição da utopia socialista, nós o assumimos não apenas como reelaboração teórica de um sonho futuro, mas principalmente como um modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas.

Para o PT, segundo o Congresso, o socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa que a ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios

trabalhadores. Encaramos a democracia política econômica e social como base constitutiva da nova sociedade.

O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas. Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia e, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a interferir, decisivamente, na definição da política econômica.

O 8º EN reafirma que a democracia deixou de ser um meio ou uma etapa da luta pelo socialismo. Ela passou a se confundir com o socialismo.

O 11º EN tem um capítulo de cinco parágrafos dedicados ao tema, nos quais reafirma que o socialismo é uma questão presente nas lutas de hoje, como problema teórico e político, porque os problemas que as experiências socialistas tentaram enfrentar estão mais vivos do que nunca. Em tais condições, um novo projeto socialista contemporâneo deve dar conta dos grandes problemas onde o socialismo do século XX acabou fracassando: promover o crescimento acelerado da economia, realizando um processo sustentado de distribuição da riqueza. Mas o socialismo exige, sobretudo, a socialização da política. Por esta razão, há uma ligação umbilical entre socialismo e democracia.

Assim, também na estratégica questão do socialismo, recolocada na ordem do dia mais rapidamente do que se poderia supor no auge da ofensiva neoliberal, e apesar do fracasso dos modelos socialistas do leste europeu, a evolução do pensamento petista é mais complexo do que parece. Há diferenças importantes entre as formulações do 4º e 5º encontros e as do 7º encontro e I Congresso, embora seja possível encontrar diversas identidades.

Esclarecer tais diferenças e identidades, tendo em conta as necessidades do momento atual, são questões prioritárias, se é que o socialismo continua sendo o principal objetivo estratégico do PT. Assim, nesta questão, como nas demais aqui tratadas sucintamente, a publicação das resoluções dos Encontros Nacionais do PT deve desempenhar um importante papel.

| 1999 |

II CONGRESSO NACIONAL DO PT



II CONGRESSO NACIONAL
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

BELO HORIZONTE
De 24 a 28 de novembro de 1999

II CONGRESSO NACIONAL DO PT

24 A 28 DE NOVEMBRO 1999
BELO HORIZONTE/MG

Aprova o *Programa da Revolução Democrática*¹, que tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional, que se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas a serem implementadas por uma ampla coalizão de forças sociais e políticas.

ANEXOS:

- | O socialismo petista (texto extraído do 7º Encontro Nacional) e Socialismo (texto extraído do I Congresso Nacional)
- | Resolução sobre o crime organizado
- | Resolução sobre os 500 anos
- | Resolução Formação Política
- | Resolução das pessoas portadoras de deficiência
- | Resolução sobre Comunicação
- | Resolução sobre Meio Ambiente
- | Sobre Finanças Partidárias para ser apreciada pelo Diretório Nacional

MOÇÕES²:

- | Moção de Apoio 1º Mumia Abul Jamal.

TESES APRESENTADAS³:

- 1) O Mundo em definição;
- 2) O Partido dos Trabalhadores: História e Futuro;
- 3) Alternativa PT;
- 4) Tese da CST ao II Congresso Nacional do PT;
- 5) Um Ecossistema para o um Mundo Novo;
- 6) Declaração da Corrente o Trabalho do partido dos Trabalhadores;
- 7) PT Para Quê?;
- 8) O Combate ao Racismo é Outra História;

1. Fonte: Caderno de Resoluções do II Congresso Nacional do PT, 24 a 28 de novembro de 1999.

2. Fonte: Idem.

3. Fonte: Caderno de Teses do II Congresso Nacional do PT, 24 a 28 de novembro de 1999.

- 9) O Programa da Revolução Democrática;
- 10) Por Uma Democracia Republicana;
- 11) Nosso Tempo;
- 12) Retomar a Iniciativa;
- 13) Socialismo ou Barbárie;
- 14) Uma Juventude de Massa para um Partido de Massa.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO PT⁴:

Arlindo Chinaglia; José Dirceu; Milton Temer.

ORDEM DAS CHAPAS⁵:

1. Nosso Tempo;
2. Campo Majoritário do PT;
3. Democracia Radical;
4. Socialismo ou Barbárie;
5. Movimento;
6. PT de Lutas e de Massas;
7. Fiel ao PT das Origens.

TESE-GUIA⁶:

O Programa da Revolução Democrática: Para a construção de um Brasil livre, justo e solidário.

| Delegados Presentes⁷: 441.

4. Arquivo Digital SORG II Congresso Nacional do PT – 1999.

5. Idem, 1999.

6. Caderno de Resoluções do II Congresso Nacional do PT, 24 a 28 de novembro de 1999.

7. Arquivo Digital SORG II Congresso Nacional do PT – 1999.

RESOLUÇÕES DO II CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL LIVRE, JUSTO E SOLIDÁRIO

INTRODUÇÃO

1. O II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) realizou-se em um momento crucial da história do Brasil. Coincidindo com a proximidade do Quinto Centenário e do novo milênio, colocou-se na ordem do dia não só a necessidade de uma reflexão sobre a profunda crise que o país atravessa, como a exigência de soluções urgentes para os graves problemas que golpeiam o cotidiano da imensa maioria da sociedade.

Vinte anos depois, o PT reafirma os compromissos assumidos com o povo brasileiro quando de sua fundação, em fevereiro de 1980.

Mais do que nunca, o Brasil exige urgentes e radicais transformações econômicas, sociais e políticas em proveito das maiorias. Cada vez fica mais claro que as mudanças só serão possíveis se os trabalhadores ocuparem o centro da política brasileira e tomarem em suas mãos essa grande transformação.

2. Os problemas que afetam a maioria do povo brasileiro são estruturais e têm raízes históricas profundas. Decorrem da ação de uma elite poderosa, reacionária e predatória que se considera dona do poder, revela desprezo pelo povo e profunda aversão a qualquer reforma.

A crise brasileira ganhou intensidade nos últimos anos em razão da política de desconstrução nacional e social do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A conjuntura mundial é complexa e incerta. A desordem financeira ameaça a economia global, em particular países da periferia, como o Brasil. A hegemonia político-militar dos Estados Unidos pós-Guerra Fria fere

a soberania de nações e povos e tende a cristalizar uma ordem internacional desigual, injusta e autoritária.

3. Mas os conservadores já não exibem a confiança de anos atrás. As experiências neoliberais e a perversa globalização econômica e financeira mostram seus limites. O anunciado “fim da História” não chegou. O “pensamento único” revela-se enganoso. O Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs nefastos ajustes liberais, cinicamente reconhece que suas políticas contribuíram para aumentar a miséria pelo mundo afora.

A crise fez com que surgissem operações de maquiagem do neoliberalismo, como a da chamada “Terceira Via” de “Blairlinton”, na qual FHC tenta pegar carona. Essa postura conformista e conservadora parte da falsa premissa de que não é mais possível impulsionar políticas de crescimento com inclusão social e pleno emprego. Seus partidários no mundo desenvolvido, a partir do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos regimes do Leste Europeu, pretendem justificar o abandono das políticas de bem-estar que a social-democracia adotou no pós-guerra.

As esquerdas, inclusive setores da social-democracia, hoje denunciam e rejeitam essas teses. No Brasil, onde a exclusão social foi e é a regra, a “Terceira Via” aparece em sua face mais grotesca.

O novo quadro mundial cria condições para a construção de novos projetos nacionais e internacionais. Para tanto, são necessárias transformações radicais que somente grandes majorias poderão realizar. Essas transformações requerem visão e propostas de caráter estratégico.

4. A elaboração programática não se esgota, obviamente, no Congresso do PT.

Ela deve continuar no tempo e ir além das fronteiras do partido. Aqui serão enunciadas teses gerais. A partir delas, caberá ao partido e ao conjunto das esquerdas desenvolverem um intenso trabalho de construção de uma alternativa democrática, popular e socialista para o Brasil.

O Partido necessita de definições políticas claras. O PT não pode ser ambíguo, oscilando entre várias orientações, dando a impressão de um partido dilacerado por conflitos internos. Isso paralisa nossa ação, abala nossa imagem, semeia dúvidas sobre nossa capacidade de governar o país.

5. O PT nasceu e se desenvolveu em meio à crise mundial dos grandes paradigmas de esquerda deste século e do colapso do modelo nacional-desenvolvimentista em nosso país.

O PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-social-democrata. Não busca o “assalto ao poder” por meio de revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho de Estado para amenizar o capitalismo.

O PT defende, desde 1994, a necessidade de uma Revolução Democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento.

A Revolução Democrática é um longo processo. Ela não será resultado de teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas autoproclamadas, mas da ação de amplas maiorias conscientes de seus objetivos.

O V Encontro do PT (1987) destacou a importância de uma política de acumulação de forças. É nesse processo que se alteram relações de poder, constrói-se uma nova hegemonia e criam-se condições para novos e decisivos passos visando a grande transformação da sociedade brasileira.

A acumulação de forças é um complexo movimento que articula intensas lutas sociais com transformações institucionais. Temos responsabilidades com o país.

Não queremos ser eterno partido de oposição, uma seita de “donos da verdade”. Sabemos que é importante combinar as ocupações de terra, as lutas no chão de fábrica, as greves e as mobilizações da sociedade em busca de novos direitos sociais e políticos com a ação nos parlamentos e nos governos municipais e estaduais.

6. O socialismo democrático é uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo. Os avanços produzidos pela revolução tecnológica em curso e a internacionalização da economia reforçam suas bases objetivas. Mas o socialismo não é uma inevitabilidade, mas construção histórica.

Para construir o socialismo, no entanto, é necessário um projeto de reorganização da sociedade, da economia e da política, que responda a uma outra hierarquia de valores, baseada na igualdade, liberdade e solidariedade. O socialismo que queremos – como assinalamos desde a fundação do PT – será construído pelas maiorias sociais neste vasto cenário de lutas. Nesse sentido, reafirmamos as resoluções do VII Encontro Nacional e do 1º Congresso do partido.

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

7. A história do Brasil, diferentemente da de outros países, não está marcada por rupturas. Sempre que a nação foi colocada ante a necessidade de mudanças – Independência, Abolição, República e em vários momentos do século XX – predominaram soluções “de cima”, impostas às classes populares pelos grupos dominantes. A modernização do país foi conservadora, carente de reformas, fortemente excludente.

8. O Brasil transformou-se em 50 anos na oitava economia industrial do mundo. Este crescimento não foi acompanhado de reformas sociais e políticas, mas de forte concentração de renda, poder e conhecimento.

O país ocupa o vergonhoso 79º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). E a sociedade de pior distribuição de renda do mundo. Entre 1930 e 1980, o Brasil viveu mais de metade do tempo sob regime de exceção ou de democracia restrita. Amplos setores da sociedade ficaram mergulhados no analfabetismo e na ignorância.

9. Fatores internacionais e locais precipitaram a crise do nacional-desenvolvimentismo em fins dos anos 70. Diferentemente de outros países do continente, no entanto, o colapso daquele modelo – coincidindo com a transição para a democracia – não encontrou aqui os trabalhadores e o movimento popular enfraquecidos ou desmobilizados. Grandes lutas sociais marcaram o Brasil entre 1978 e 1989. Delas surgiram o PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outras expressões combativas da sociedade. Isso explica o fracasso das primeiras ofensivas neoliberais em nosso país. A resistência popular impediu que esse projeto conservador aqui se implantasse, como estava ocorrendo em outros países.

10. A crise do capitalismo brasileiro – afundado durante a “década perdida” na recessão e na inflação – agravou-se com o aprofundamento da liberalização do comércio internacional, com a globalização e flexibilização produtivas e com a desregulamentação financeira mundial. A subserviência das elites locais explica sua incapacidade de construir uma alternativa nacional. Essa atitude arruinou setores da economia e da sociedade e impediu uma presença soberana do Brasil no mundo. A resistência dos trabalhadores e das forças de esquerda e populares postergou a aplicação de políticas neoliberais, mas não foi capaz de evitá-las.

11. A hegemonia neoliberal no governo FHC, que continuou o trabalho iniciado por Fernando Collor de Mello, foi também resultado da falta de alternativa mais consistente das esquerdas.

Não se trata de um problema de “insuficiência teórica”. Houve dificuldades objetivas, particularmente o efeito desmobilizado sobre o movimento popular provocado pela prolongada crise econômica e social.

É certo que faltou às propostas do PT e das esquerdas uma visão mais aprofundada das transformações em curso no mundo e no capitalismo brasileiro. É certo que não se deu ênfase necessária a temas relevantes como os do financiamento do desenvolvimento e dos novos papéis do Estado, por exemplo. Mas nossas formulações programáticas em 1989, 1994 e 1998, ainda que incompletas, são importantes. Foram suficientemente claras e ameaçadoras, para provocar a partir de 1994 o mais impressionante reagrupamento de forças conservadoras da história do país. Setores originários da oposição democrática à ditadura – como o PSDB e grande parte do PMDB – ofereceram quadros e emblemas para a constituição do mega partido da ordem que hoje governa o Brasil, incumbido de frustrar as profundas aspirações de mudança que a sociedade brasileira revelou nas últimas décadas.

A ALTERNATIVA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

12. A formulação de um programa alternativo das esquerdas para o Brasil é, ao mesmo tempo, elaboração intelectual e construção social.

A audácia e o rigor teóricos não excluem – ao contrário, como ficou demonstrado recentemente com a Marcha dos Cem Mil – intensa mobilização social. Lutas e mobilizações colocarão novos problemas e desafios para a reflexão. Já em seu Manifesto e Programa, o PT afirmava que o socialismo que o partido quer será resultado da ação dos trabalhadores, com isto assinalando o papel das lutas de classes na construção de nossos programas e em nossas formulações teórico-políticas.

13. O Programa da Revolução Democrática tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Eles se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas radicais a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças sociais e políticas. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil. Para desencadear essa ofensiva reforma-

dora será necessária nova relação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito o problema do poder.

Sabemos que não basta chegar ao governo para mudar a sociedade. É necessário também mudar a sociedade para chegar ao governo. Daí a importância de articular a luta institucional com a luta social.

UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

14. A dimensão social do Programa da Revolução Democrática põe na ordem do dia mudanças na economia. Essas mudanças são tarefa complexa, tendo em vista a perda crescente de instrumentos soberanos de intervenção sobre a economia do país, cada vez mais submetida a controles internacionais. A mudança da economia exige uma radical inversão de prioridades. O emprego, os melhores salários, a seguridade social, a educação, a saúde, a habitação, o transporte, a cultura e o lazer serão as prioridades da nova política econômica.

As novas prioridades provocarão enfrentamentos com os interesses do capital financeiro nacional e internacional que condicionam hoje as grandes decisões econômicas nacionais. Inverter prioridades não significa opção populista.

Uma política de distribuição de renda exige um ambicioso projeto de desenvolvimento e a definição de suas condições de financiamento. Um país como o Brasil permite (e exige) uma nova política econômica, mesmo levando em conta os graves constrangimentos internacionais atuais.

15. O PT reafirma a necessidade de um modelo econômico estruturado em torno da ideia de construção de um amplo mercado interno de bens de consumo de massas, capaz de alimentar, vestir, dar moradia e transporte, aos milhões de brasileiro marginalizados ou empobrecidos. Um gigantesco programa de educação – prioridade número um do país – erradicará o analfabetismo, porá todas as crianças na escola e, mais do que preparar força de trabalho qualificada, criará as bases da cidadania. Esse modelo prevê o refinanciamento do Estado para que este possa impulsionar políticas sociais consistentes.

Será necessário redistribuir de forma radical a riqueza. A reforma tributária deve desonerar a produção, combater o rentismo, eliminar os mecanismos de sonegação e evasão fiscais, mas sobretudo ser um instrumento de distribuição de renda e riqueza.

A “guerra fiscal” reproduz no Brasil os mesmos mecanismos perversos que a globalização capitalista provoca em escala internacional, promovendo o deslocamento de empresas de uma região para outra em busca de vantagens comparativas. Ela opõe estados e municípios entre si, divide os trabalhadores, corrói a unidade nacional.

Por essa razão apoiamos a campanha nacional contra a “guerra fiscal” e a iniciativa popular para que uma lei proíba a utilização de recursos públicos, sobretudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS). Da mesma forma, apoiamos a luta por um contrato coletivo de trabalho, que proteja os trabalhadores das políticas do grande capital.

O sistema de crédito público, associado aos fundos de pensão e os fundos de poupança forçada dos trabalhadores – como o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador –, deve ser orientado para reativar a poupança e o investimento.

A reforma agrária e uma política de rendas serão instrumentos de radical distribuição de riqueza, viabilizando o novo modelo de desenvolvimento nacional. As circunstâncias imporão outras formas de transferência de renda dos grandes grupos econômicos para financiar as reformas necessárias.

16. O novo modelo terá efeito expansivo e irradiador sobre toda a economia, inclusive sobre seus setores de ponta. Para articular o novo ciclo de desenvolvimento sustentado será necessária uma política industrial capaz de articular setores e tecnologias tradicionais com as vanguardas produtivas, hoje muitas vezes sufocadas pelos efeitos da globalização. Essa política industrial buscará compatibilizar a produção e atividade de micros, pequenas e médias empresas com as de grandes grupos regionais, nacionais e internacionais, especialmente no âmbito de um Mercosul renovado. Políticas industrial e agrícola devem ser acompanhadas de esforço de inovação científico-tecnológica nacional, articulado com múltiplos circuitos acadêmicos internacionais. As universidades, preservada sua autonomia e reforçada sua vocação para a produção de conhecimento, serão chamadas a colaborar nesse processo.

17. O financiamento do desenvolvimento exige reforma radical do sistema financeiro, que deverá orientar-se mais decisivamente para o fomento da produção. O Banco do Brasil (BB), o BNDS, a Caixa Econômica Federal e outros estabelecimentos públicos serão reformados para desempenhar essa importante função. O sistema financeiro privado será direcionado a participar do esforço nacional de financiamento da produção.

A conjugação ruínosa da abertura comercial e financeira com as políticas monetária e cambial adotadas nos últimos anos criou duas bombas de tempo que ameaçam o futuro do país: as dívidas externa e interna.

18. A dívida externa foi o principal fator de desestabilização e estagnação da economia brasileira nos anos 80, a partir da elevação unilateral dos juros de 6% para 20%. Nesse período a dívida foi estatizada.

Em 1990 a dívida pública representava 85% do total da dívida.

O Plano Brady renegociou e alongou os prazos da dívida velha e restabeleceu condições de financiamento a partir de 1992. A abertura comercial e financeira de Collor e FHC provocou profunda desnacionalização da economia e enorme desequilíbrio comercial e de serviços. Em 1993 havia um superavit de 1,7 bilhão de dólares das transações correntes. Em 1998 passamos a ter um déficit de 35 bilhões de dólares. Em 1993 as remessas de lucros eram 1,8 bilhão de dólares; em 1998 passaram a 7,2 bilhões de dólares. No mesmo período a remessa de juros passou de 8,5 bilhões de dólares para 12,1 bilhões de dólares. A dívida externa bruta passou de 145,7 bilhões de dólares, em 1993, para 229,3 bilhões, de dólares em agosto de 1999.

Diferentemente dos anos 80, o endividamento atual é essencialmente privado. Saltou de 43,1 bilhões de dólares, em 1993, para 126,2 bilhões de dólares, em 1999. Esse endividamento foi promovido por grandes bancos, grupos multinacionais e nacionais que disputaram as empresas privatizadas ou se beneficiaram das taxas de juros internacionais, em torno de 6%, enquanto as taxas internas nunca estiveram abaixo de 15% e o crédito ao consumidor chegava a 300% ao ano.

19. Diante desse novo quadro do endividamento e da deterioração do balanço de pagamentos, o Brasil necessita denunciar o acordo vigente com o FMI e reorientar a política econômica em direção à retomada do crescimento e da defesa comercial do país.

Isso supõe uma renegociação soberana, imediata e abrangente da dívida externa, pois o atual endividamento do Estado é insustentável. A intransigência dos credores e o contexto de crise cambial poderão levar a uma suspensão do pagamento da dívida externa pública. Independentemente desse cenário, é necessário o estabelecimento de mecanismos de controle de câmbio sobre todas as entradas e saídas de capitais e taxação das remessas de lucro conforme os patamares internacionais (30%) distintos dos atuais 15%, que estimulam a descapitalização do país.

E necessário bloquear as tentativas de reestatização da dívida externa.

O Brasil deve ter uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida, buscando com outros países uma estratégia comum de renegociação e a realização de ampla auditoria sobre o conjunto da dívida. Essa estratégia envolve também a defesa da Taxa Tobin, como vem sendo proposto pela ATTAC, com taxação do movimento diário do capital financeiro para permitir a criação de um fundo mundial de combate à pobreza. Trata-se igualmente de pôr fim aos paraísos fiscais e de constituir mecanismos de regulação e controle democrático do sistema financeiro privado internacional. Manifestamos nosso irrestrito apoio às iniciativas defendidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre o cancelamento da dívida dos países pobres e realização de um plebiscito sobre a dívida no ano 2000.

Os investimentos internacionais deverão ser utilizados para parcerias com o setor privado nacional, na perspectiva de estimular o setor produtivo, incrementar a inovação tecnológica e sobretudo fortalecer as exportações.

A dívida interna terá igualmente de ser renegociada, com o alongamento de seu perfil. Mas isto só poderá ocorrer depois de equacionada a situação patrimonial (devedora e credora) do sistema financeiro nacional.

20. As privatizações têm representado uma gigantesca transferência de renda do setor público para o privado. Os preços de venda foram aviltantes, muitas vezes financiados com recursos do Estado. Os efeitos sobre o crescimento da economia são inexistentes, com resultados irrelevantes no abatimento das dívidas interna e externa. Dados recentes do Banco Central (BC) mostram que entre 1991 e 1999, o Brasil arrecadou 8,3 bilhões de dólares com a venda de empresas de estados e da União. Só entre julho de 1998 e julho de 1999, o total de gastos com juros da dívida pública foi de 66 bilhões de dólares.

Em apenas um ano foi gasto com juros cerca de 80% do arrecadado em oito anos de privatizações.

A opinião pública começa a mudar em relação às privatizações, em razão da degradação dos serviços, do aumento brutal das tarifas, como também da perda de soberania e da desnacionalização da economia, com consequências negativas sobre o emprego e produção. O PT reafirma sua posição pela suspensão imediata do Programa Nacional de Privatizações. Para tanto mobilizará a sociedade e desenvolverá iniciativas institucionais que preservem o patrimônio nacional. Ao mesmo tempo, continuaremos propondo mecanis-

mos que garantam a transparência e o efetivo controle da sociedade sobre as estatais, transformando-as em verdadeiras empresas públicas.

No âmbito de seus governos, serão suspensas todas as privatizações em curso. As já realizadas deverão ser submetidas a rigorosa auditoria, que permita avaliar inclusive as condições de venda, fornecimento de serviços, contratos de concessão e também aspectos legais e éticos que envolveram cada privatização. O resultado dessas auditorias e consultas populares a respeito definirão o comportamento de nossos governos.

21. A nova economia, centrada na criação de um amplo mercado interno de bens de consumo, terá como consequência garantir posições cada vez melhores no mercado externo. Somente uma economia de escala pode hoje disputar posições no mercado mundial.

O novo modelo econômico exige uma reforma agrária que garanta terra, emprego e financiamento para milhões de trabalhadores rurais, ao mesmo tempo que lhes assegure proteção adequada. A reforma agrária tem significação social e política – a emancipação de milhões de homens e mulheres e a quebra do poder de grupos agrários atrasados – e importância econômica, posto que a agricultura familiar pode ser um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento sustentado, descentralizado e harmônico. A reforma agrária, junto a uma consistente política agrícola, tem papel central no programa de erradicação da fome e do desemprego no país. O Brasil pode combinar a tarefa de alimentar seu povo com a constituição de forte economia agrícola de exportação.

22. O novo modelo de crescimento exige o respeito ao meio ambiente. Para que haja desenvolvimento sustentado é fundamental que as preocupações ecológicas estejam presentes em todos e cada um dos aspectos da política econômica.

Defendemos uma sociedade que respeite a natureza, a diversidade cultural e étnica. Propugnamos um padrão produtivo diferenciado, em que a natureza não seja tratada apenas como um recurso natural e infinito a ser apropriado pelas forças do mercado.

Valorizamos a diversidade biológica, o conhecimento científico e o saber tradicional, a produção familiar e outras alternativas de desenvolvimento sustentável, a reforma agrária e ecológica e a conservação dos ecossistemas.

Reafirmamos a necessidade de adotar “tecnologias limpas”, eliminando os riscos de acidentes e o uso de fontes perigosas nos ambientes de trabalho.

Os fundamentos de uma nova cidadania supõem direitos relativos à vida, ao meio ambiente e ao trabalho. Não é possível vida sadia e digna em ambiente degradado.

23. O PT contribuirá para estabelecer uma estratégia de defesa da Amazônia ante a ameaças internas e externas.

Repudiamos quaisquer formas de invasão ou ocupação territorial da região por outros países, sob pretexto de combate ao narcotráfico, de segurança continental ou de preservação do meio ambiente.

A soberania nacional exige a expulsão de eventuais bases estrangeiras ou de empresas transnacionais e outras organizações que realizem atividades predatórias na Amazônia.

24. Junto com uma política de rendas, que aumente substancialmente o salário mínimo e a participação dos salários na renda nacional, é necessário democratizar as relações de trabalho. Nas empresas públicas e privadas devem multiplicar-se formas de gestão e controle dos trabalhadores sobre a produção.

O novo modelo de desenvolvimento buscará o pleno emprego, como resultado do novo ciclo de expansão da economia e das políticas ativas, detalhadas no programa Mais e Melhores Empregos, além de substancial redução da jornada de trabalho.

A Previdência Social será organizada segundo os princípios da universalidade, com benefícios iguais para todos os trabalhadores dos setores público e privado. O sistema previdenciário será saneado para que se eliminem a fraude e a sonegação e será submetido à gestão quadripartite (trabalhadores, empresários, Estado e aposentados/pensionistas). Serão generalizados mecanismos públicos e privados de previdência complementar, permitindo novas formas de poupança de longo prazo, capazes de financiar as metas prioritárias de desenvolvimento.

Será garantida a todos os brasileiros e brasileiras uma Renda de Cidadania que lhes permita atender suas necessidades vitais, garantir, através de programas como o Bolsa-Escola, a educação das crianças e assegurar o maior grau de liberdade possível.

Desenvolveremos iniciativas internacionais para que sejam criados mecanismos – como a Taxa Tobin, por exemplo – de financiamento dos programas de Renda da Cidadania.

A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS

25. O programa da Revolução Democrática parte do princípio de que a construção da democracia política no Brasil deve caminhar paralelamente ao aprofundamento da democracia econômica e social.

A democracia política tem três prioridades básicas: Direitos Humanos e Cidadania, reforma das instituições, particularmente do sistema de representação política, e controle democrático do Estado pela sociedade.

O PT defende intransigentemente o respeito aos Direitos Humanos para garantir a extensão da cidadania a todos os brasileiros.

Isso exige combater preconceitos relacionados com raça, gênero, orientação sexual, faixa etária, condição física ou mental. A defesa dos Direitos Humanos é central para a preservação do Estado de Direito e para a construção de uma nova democracia. Ela pede o combate a todas as formas de violência que ameaçam hoje a sociedade brasileira, especialmente aquelas que se exercem contra mulheres, no lar ou fora dele, e contra crianças e adolescentes abandonados ou submetidos a formas cruéis de exploração, como o trabalho escravo, a prostituição e o envolvimento no crime organizado.

26. O Brasil é a segunda nação de população negra no mundo, depois da Nigéria. As estatísticas revelam, no entanto, que os negros são particularmente atingidos pela violência e por odiosas formas de discriminação econômica e social. Mecanismos de ação afirmativa deverão ser utilizados em forma complementar às grandes reformas para eliminar a discriminação.

O PT multiplicará iniciativas legais nessa direção. Reforçará em todas as administrações municipais e estaduais de que participa programas antidiscriminação.

Ao debater e formular políticas públicas, nossos governos começam a incorporar a noção de que os cidadãos se organizam não apenas para a defesa de seus interesses, mas também para proteger e/ou ampliar seus direitos e para conquistar novos.

Ainda tímida, essa pressão da sociedade e de nossa militância não foi incorporada plenamente ao modo petista de governar. Precisa ser transformada em ações concretas que beneficiem grupos específicos de jovens, mulheres, negros, portadores de deficiências e indígenas, recuperando uma função essencial do Estado, a de assegurar igualdade de oportunidades e de tratamento,

ou seja, a igualdade de direitos. Prefeituras importantes não têm dado importância a essas questões em suas ações de governo.

A política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) aprofundou as marcas sociais do racismo brasileiro. O crescimento do desemprego ocorre particularmente entre os trabalhadores negros, que são jogados para o trabalho informal sem nenhuma garantia trabalhista.

Para superar o racismo é necessário, antes de tudo, garantir condições iguais e dignas de vida para todos e a superação das desigualdades de raça, classe e gênero. Implica redistribuição da riqueza através do redirecionamento dos gastos públicos e das políticas públicas, priorizando a população menos favorecida. Desde sua fundação, o PT denunciou o racismo como expressão das desigualdades que atravessam a sociedade brasileira. Não reduziu o racismo, no entanto, à exploração econômica, mas caracterizou-o como uma forma específica de opressão política e cultural.

Apesar disso, não estamos imunes à ideologia racista hegemônica, fenômeno complexo e secular.

Se é verdade que o fim das desigualdades socioeconômicas golpeia fortemente o racismo, é mais verdade ainda que o ataque frontal aos preconceitos raciais é fundamental para emancipar, não somente os negros, como o conjunto dos explorados e oprimidos. Por essa razão, a luta contra o racismo tem de ser partilhada por brancos e negros, não podendo ser entendida como reivindicação de “minorias”. É impossível realizar transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial.

É impossível a construção da plena cidadania do povo negro nos limites da sociedade brasileira atual.

O combate ao racismo é estratégico na transformação da sociedade, seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, como para pensarmos uma sociedade futura, multirracial, democrática e socialista.

Mesmo com todas essas indiscutíveis evidências das desigualdades que afetam a população negra, que é produto da discriminação racial e do racismo, o PT ainda não tem uma política nacional que envolva o conjunto da estrutura do partido para atacar essa questão central. Entretanto, na atualidade o PT é o único partido capaz de construir um projeto de nação que seduza o conjunto dos sujeitos políticos do campo democrático e popular, e é nesse universo que estão as principais organizações e lideranças do Movimento Negro.

Afirmamos o papel central do PT no combate ao racismo. Temos de avançar uma política de construção partidária que fortaleça o movimento negro, amplie suas alianças e enraizamento, visando a superação das desigualdades sociorraciais de nosso país. Que nas eleições de 2000 e 2002 se expresse, nitidamente, o compromisso com uma política antirracista e de apoio a candidaturas negras. Que o partido desenvolva propostas de políticas públicas de superação e combate ao racismo para os Estados onde governe, para as prefeituras, câmaras de vereadores, assembleias legislativas e Congresso Nacional, onde se faz presente.

27. As instituições brasileiras necessitam urgentes reformas. O sistema de representação tem de expressar o princípio de “cada cidadão um voto”. Os partidos, com mecanismos de fidelidade partidária, têm de transformar-se em instrumentos eficazes da representação política. Seu financiamento público, junto com medidas de controle do uso da máquina estatal, dará transparência e legitimidade às eleições.

O eixo central da reforma do Judiciário é assegurar Justiça rápida e próxima do povo e o fim da impunidade para os poderosos. Tem de ser introduzido o controle externo do Judiciário e aprofundada a investigação da corrupção nele existente. A reforma dos aparelhos repressivos, da legislação e do sistema prisional, além de imperativo da política de Direitos Humanos, permitirá considerável diminuição da violência que se abate sobre a sociedade brasileira e que é hoje um dos principais problemas enfrentados pela população.

Particular importância tem a democratização dos meios de comunicação, grande parte dos quais se encontra em mãos de grupos de oligopólios mancomunados com o poder político. É fundamental aproveitar os avanços tecnológicos para colocar em mãos da sociedade instrumentos que permitam melhor informação e maior socialização dos bens culturais. O PT tem de ampliar e apoiar a luta pela democratização dos meios de comunicação de massa, a revisão das concessões já em mãos dos empresários e, ainda, possibilitar de fato o controle público.

28. O controle democrático do Estado pela sociedade caminha junto com a criação e/ou fortalecimento de um espaço público no qual a sociedade cria novos direitos e amplia as fronteiras da democracia, ao lado da representação parlamentar. Essas formas de controle pela cidadania, organizada e ativa, não se opõem ao Estado democrático de Direito. Elas são indispensáveis para

que a democracia se amplie. A defesa do Estado de Direito – que reivindicamos firmemente – não pode ser, no entanto, pretexto para engessar a democracia e paralisar novas conquistas sociais.

O PT tem sido pioneiro neste experimentalismo político que permite combinar democracia representativa com democracia direta. Os orçamentos participativos, difundidos em nível municipal, implantam-se agora em estados e devem ser no futuro um projeto nacional. A participação de trabalhadores, usuários e representantes da sociedade permitirá a democratização das políticas públicas, das empresas públicas e das atividades privadas essenciais à população. Com isso impedem-se o corporativismo e sobre tudo a apropriação do Estado por grupos privados. Um Estado democratizado – controlado socialmente – será chamado a desempenhar papel decisivo na nova política econômica. Sem desconsiderar a existência do mercado como elemento importante, não se pode aceitar que a ele caiba a regulação absoluta da vida econômica. As agências controladoras de setores produtivos e serviços devem ser radicalmente modificadas, garantindo-se a efetiva participação nelas de representantes da sociedade civil.

A desconstrução nacional operada pelo governo FHC tornou a economia particularmente vulnerável à concorrência predatória internacional. Sem voltar aos mecanismos passados do protecionismo, compete a um Estado democrático aplicar políticas transparentes e socialmente controladas de estímulo a setores econômicos, desde que respeitados o interesse nacional, o meio ambiente, os empregos e a renda dos trabalhadores.

29. O país necessita de um Estado forte e por essa razão democrático e descentralizado.

As relações com o Poder Legislativo deverão passar por radical mudança. Ela começa pela limitação do uso de Medidas Provisórias que criou hoje uma virtual ditadura do Executivo.

A descentralização implica que a União tem de respeitar estados e municípios e redefinir o pacto federativo, invertendo a centralização de recursos atual. O equilíbrio da Federação exige combate à guerra fiscal e a todas as formas de discriminação regional.

As graves desigualdades regionais – como as que afetam o Nordeste e a Amazônia, para citar dois exemplos eloquentes – têm de ser enfrentadas globalmente, como questões de interesse nacional.

O PT e as esquerdas deverão organizar conferências nacionais extraordinárias para definir programas regionais de desenvolvimento.

A PRESENÇA SOBERANA NO MUNDO E REGIONALIZAÇÃO

30. Para realizar esse ambicioso programa de transformações sociais e políticas é fundamental que o Brasil ocupe outro lugar no mundo.

A compreensão teórico-política dos processos de globalização, acentuados nos últimos anos, coloca a necessidade de conviver com a economia mundial desde uma perspectiva soberana. Isso significa que para vincular-se à economia mundial é necessário, ao mesmo tempo, construir um projeto nacional de desenvolvimento.

A política externa brasileira será um instrumento deste projeto nacional, visando assegurar condições internacionais para sua realização.

O PT propugna uma política de paz. Por essa razão combate o hegemônio das grandes potências e blocos militares, particularmente a política do governo dos Estados Unidos. O principal fator de instabilidade internacional é a injusta ordem econômica global, que precisa ser radicalmente alterada. O Brasil defenderá novos acordos que combatam as ameaças financeiras internacionais ou ação predatória de empresas transnacionais que hoje impõem suas políticas aos governos nacionais.

Da mesma forma combaterá o protecionismo dos grandes grupos e advogará medidas que permitam reverter as relações norte-sul, desiguais e injustas. O PT apoiará e tomará iniciativas conjuntas, em nível internacional, contra todos os acordos discriminatórios – como o MIA – e exigirá que o Brasil tenha na Rodada do Milênio uma política de acordo com os princípios aqui anunciados.

31. Para atingir esses objetivos o Brasil necessita realizar novas alianças internacionais.

Deve priorizar a América Latina, especialmente a América do Sul. O Mercosul tem de ser redefinido. Precisa incorporar uma agenda social e, ao mesmo tempo, ser o espaço de articulação de políticas ativas – industriais, agrícolas, de educação, ciência e tecnologia, comércio exterior – entre todos os parceiros, protegendo a região dos efeitos perversos da globalização econômica e financeira. O Brasil tem de intensificar suas relações com o continente africano, sobretudo com os países de expressão portuguesa e

com a África do Sul. Com ela – assim como com a China, Índia, Rússia e outros países – é possível construir sólidas relações horizontais que permitam importantes intercâmbios bi e multilaterais, assim como a criação de novo eixo internacional capaz de equilibrar o peso das grandes potências e blocos econômicos e políticos atuais.

O MOMENTO ATUAL E AS PERSPECTIVAS

32. A reeleição de FHC, com pouco mais de 50% dos votos válidos, não conseguiu dar a seu segundo mandato a estabilidade econômica e política que ele prometeu durante a campanha. Ao contrário, a desvalorização selvagem do real em janeiro de 1999 quebrou o encanto que o governo FHC havia inicialmente provocado. Desfez-se sua imagem internacional – um de seus principais trunfos –, enquanto no Brasil a popularidade do presidente sofria vertiginosa queda.

33. Parte dos eleitores de FHC se sentem desde janeiro vítimas de estelionato eleitoral. O candidato-presidente usou em 1998 todos os instrumentos para mascarar a crise em que se encontrava mergulhada a economia brasileira. Valeu-se dos êxitos que inicialmente o Plano Real obteve na estabilização dos preços para criar a imagem mentirosa de que o homem que “havia acabado com a inflação” poria fim ao desemprego. Fernando Henrique ocultou a gravidade e profundidade da crise, especialmente o fato de que o desemprego era consequência da forma como a inflação vinha sendo combatida. Atribuiu as dificuldades crescentes que o país vivia à “instabilidade internacional”. Não disse, no entanto, que a política econômica de seu governo atrelou irresponsavelmente o Brasil a esta “instabilidade”, tornando-o particularmente vulnerável aos ataques especulativos.

34. Durante a campanha eleitoral de 1998, a União do Povo Muda Brasil denunciou a política econômica do governo, particularmente a sobrevalorização cambial, os altos juros para atrair capitais internacionais (sobretudo voláteis) e a abertura comercial e financeira selvagem. Lula mostrou que essa política era responsável pelos duros golpes sofridos pela agricultura e indústria nacionais, em alguns casos irremediavelmente atingidas pela “destruição construtiva” propugnada pelos tecnocratas do governo. Da mesma forma, essa política provocava desemprego sem precedentes e novo ciclo de marginalização social.

35. Suicida, a política econômica de FHC acarretou o aumento espetacular das dívidas interna e externa. Os cortes no orçamento atingiam as políticas públicas, agravando a situação social do país. Os aumentos de impostos e as sucessivas elevações da taxa de juros, utilizados para fazer face aos efeitos da crise da Ásia (outubro de 1997) e da Rússia (agosto de 1998), provocaram forte recessão deteriorando ainda mais as finanças públicas.

36. O governo tentou inutilmente conter a sangria das contas públicas e evitar o colapso externo acelerando as privatizações e torrando dezenas de bilhões de dólares de nossas reservas cambiais em pouco mais de dois meses. As privatizações destruíram o patrimônio nacional, em processos manchados por irregularidades e/ou corrupção, na maioria das vezes utilizando-se o dinheiro público para ajudar a “privataria”. O governo negou-se sistematicamente a admitir a sobrevalorização cambial, acusando as oposições e o PT de “fracassomaníacos”.

37. A recusa em reconhecer o fracasso da política econômica se explica pelo temor do governo de que houvesse segundo turno e FHC perdesse as eleições. A crise foi empurrada para debaixo do tapete. Pouco depois do 4 de outubro, FHC anunciou o início de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que nos imporia o mais humilhante “acordo” de que se tem notícia. Apesar deste gesto de subserviência, continuaram as justificadas desconfianças dos especuladores internacionais sobre o estado real da economia brasileira. Prosseguiram os ataques contra o real. Não mais podendo resistir, o governo desvalorizou atabalhoadamente a moeda, em um processo cheio de manobras fraudulentas ou escusas que custaram 10 bilhões de reais ao país, somente em janeiro, nas operações especulativas da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

38. Os acontecimentos do início do ano revelaram um governo perplexo e descontrolado, adotando medidas contraditórias que criaram expectativas de grave crise econômica. Ao mesmo tempo, eclodiam escândalos envolvendo altas personalidades governamentais.

A recessão, o desemprego e a queda do valor real dos salários são as novas âncoras da economia brasileira. A valorização do dólar, cujos níveis são incertos, não encontrou seu limite. A recuperação do comércio exterior, que a desvalorização deveria propiciar, não ocorreu, como o governo anunciou, especialmente pela desestruturação anterior das cadeias produtivas. As contas externas se agravam com o pífio desempenho da balança comercial. Os com-

promissos internacionais que devem ser saldados este ano e a fuga de capitais, espantados pela incerteza macroeconômica, agravam o atual cenário.

39. A oposição tinha razão quando propôs, ainda em 1998, mudanças nas políticas cambial e monetária. Ordenadamente, com mão firme e os olhos voltados para o interesse nacional, poder-se-iam adotar as propostas emergenciais que as esquerdas anunciaram durante a campanha eleitoral.

As esquerdas falaram a verdade, contrariando aqueles que pensavam que, anunciando a gravidade da crise e propondo soluções radicais para enfrentá-la, corria-se o risco de perder votos. O PT e os partidos da União do Povo ganharam credibilidade e, mesmo derrotados eleitoralmente, puderam contabilizar esse êxito político e moral.

O núcleo da proposta da União do Povo eram as transformações estruturais, a mudança do modelo centrada na criação de um mercado de bens de consumo de massa, a prioridade às políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento e cultura, o projeto de reforma agrária e política agrícola e os programas de Mais e Melhores Empregos e o de Renda Mínima. A tudo isso se somava o novo tratamento a ser dado às dívidas externa e interna.

40. Um debate tímido e inconsistente em fins de 1998 alimentou especulações sobre a possibilidade de uma “virada desenvolvimentista” no segundo mandato. A evolução da política do governo mostrou que ele mantém sua orientação neoliberal e tende a aprofundá-la.

Nessa “fuga para a frente”, FHC é incapaz de apresentar um norte para o país. Contenta-se em dizer que a situação não ficou tão grave quanto se anunciava e comemora, com o irrealismo costumeiro, que dentro de mais uns meses poderemos estar tão mal como estávamos quando se desencadeou a crise. Enquanto isso o desemprego não pára de crescer, as políticas públicas se degradam e os “incluídos” durante a “bolha de consumo” que o real provocou foram de novo expulsos para a margem da sociedade. A participação dos salários na renda nacional se reduz crescentemente. Tal como ocorreu em outros países latino-americanos, a eventual melhoria desse ou daquele indicador macroeconômico nunca é acompanhada pela melhoria da vida material das pessoas. A “economia real” piora cada dia.

41. Esse conjunto de fatos, mais as crises internas do governo, explica o esfrelamento de sua popularidade. Tem-se a sensação de fim de mandato quando, em realidade, o governo apenas começou. Por isso precipitou-se a luta

sucessória, enfraquecendo mais a base política de FHC. É pouco provável que o presidente consiga reverter esse quadro desfavorável e retome a iniciativa.

Quando muito fará algumas operações cosméticas. Na realidade o que necessita mudar – e radicalmente – é a política econômica, o modelo e o governo.

42. A situação do governo FHC é contraditória: é fraco pela perda de legitimidade e autoridade, não tem apoio popular e está com sua base política dividida sobre a sucessão.

Ao mesmo tempo, tem apoio internacional, da maioria do Congresso, da maioria de governadores e prefeitos e, principalmente, do grande empresário brasileiro, somado à omissão do pequeno e médio, muito afetados pela política econômica.

Desfruta ainda de apoio declinante em alguns setores populares, como resquíio da diminuição da inflação.

43. O governo procura retomar a iniciativa e mudar artificialmente a agenda do país com o lançamento fracassado do Avança Brasil e outras iniciativas como a renegociação das dívidas das pequenas e médias empresas. Recentemente o governo iniciou, a partir da questão da reforma da previdência, operação para dividir as oposições e o PT, tentando jogar os governadores contra o partido e nossos deputados. A direita e FHC trabalham para dividir a Frente com vistas às eleições do ano 2000, onde nossa unidade pode nos propiciar uma grande vitória.

O aumento do desemprego, da recessão e dos impostos, com cortes de gastos nas áreas sociais e perda de valor dos salários, só faz aumentar a sua impopularidade. A violência, a corrupção e a impunidade do narcotráfico, do crime organizado e dos crimes de colarinho branco criam um clima de revolta e insegurança no conjunto da sociedade.

No campo da coalizão que apoia FHC, além da disputa aberta pela sucessão, articulam-se saídas parlamentaristas para a eventualidade de uma crise institucional e/ou uma reforma política para dar continuidade ao governo conservador.

DERROTAR FHC E SUA POLÍTICA. CONSTRUIR UM GOVERNO POPULAR PARA O PAÍS

44. A conjuntura nacional coloca o PT, as esquerdas e as oposições em geral diante de gravíssimos desafios. O problema da tática é central.

Mas é evidente que essa questão não se resolverá com fórmulas retóricas e/ou jurídicas. Independentemente da importância das consignas e dos instrumentos constitucionais que as oposições venham a utilizar, a questão fundamental é mudar a atual relação de forças e construir uma solução alternativa ao governo FHC .

Não basta alegar que as pesquisas mostram a maioria da população repudiando o governo.

É necessário transformar este sentimento em mobilização e, para isso, é fundamental criar em amplos setores da sociedade a consciência de que a mudança é possível, de que há um outro caminho a ser seguido e que o PT, as esquerdas e seus aliados encarnam esta alternativa e que têm competência para governar o Brasil.

45. O país necessita e clama por uma mudança radical no modelo econômico. Só um novo governo poderá atender a este reclamo da maioria da sociedade. Não podemos mais tolerar essa política econômica e a continuidade do processo de desmantelamento e desagregação do poder público. É preciso derrotar a maioria conservadora que governa o país e o governo presidido por FHC. O PT esteve à frente da Marcha dos Cem Mil onde as principais entidades do Fórum Nacional de Lutas defenderam e levantaram, com autonomia e legitimidade, a consigna FORA FHC. Essa palavra de ordem reflete a percepção que importantes setores da sociedade têm do caráter antinacional e antipopular do governo cuja legitimidade aparece cada vez mais comprometida aos olhos da população.

O Partido dos Trabalhadores (PT) assume neste II Congresso o compromisso de continuar na ofensiva política contra o governo FHC, denunciando a corrupção, a destruição do patrimônio público e a liquidação da soberania nacional.

O Diretório Nacional impulsionará a mobilização popular e, levando em conta as condições objetivas da conjuntura e das alianças do campo da oposição e da sociedade, definirá os próximos passos políticos e institucionais para derrotar FHC .

46. Derrotar FHC e seus aliados – na prática e não apenas no plano da retórica – é barrar a execução de sua desastrosa política, hoje rejeitada pela maioria da população. E impedi-lo, pelo clamor das ruas, pela força da luta social e pela criatividade aglutinadora da luta político-institucional, de pros-

seguir com as privatizações, de levar adiante a destruição de milhões de empregos, de sufocar os sistemas públicos de saúde e de educação, de continuar alienando a soberania do país.

Derrotar FHC e o bloco de forças dominantes no país – na prática e não apenas no terreno do voluntarismo verbal – passa necessariamente por consolidar um amplo movimento de oposição ao neoliberalismo, abrangente e não sectário, capaz de galvanizar, além das esquerdas e dos setores populares já organizados, também milhões de brasileiros insatisfeitos.

Derrotar FHC – na prática e não apenas na esfera do desejo – é acumular forças, através da luta cotidiana de resistência e libertação, para construir as bases sociais e políticas de um governo verdadeiramente popular.

Derrotar FHC e as elites dominantes é mais, muito mais, do que propor a substituição do governante.

É criar, isto sim, as condições práticas para mudar democraticamente de governo e de bloco político-social hegemônico. Para mudar de visão de mundo e de valores éticos. Para mudar de projeto histórico.

47. Para o PT, as esquerdas e os movimentos sindical e popular, a questão de fundo é como aumentar as mobilizações e criar uma alternativa de governo, pois pelas experiências das “diretas” e do impeachment de Collor, é evidente que não bastam a renúncia, o afastamento do presidente ou mesmo sua derrota eleitoral; é preciso formar uma aliança social e uma coalizão política para governar. Perseguir de modo coerente e consequente – este objetivo – o de derrotar pela via democrática o governo e substituí-lo por outro radicalmente alternativo – supõe apresentar ao país, cada vez com maior intensidade e contundência, na esteira das manifestações populares dos últimos meses, uma plataforma alternativa e um Plano de Lutas. Assim seremos capazes de entusiasmar multidões, dar-lhes uma perspectiva política palpável e concreta e comprometê-las cada vez mais com a construção de um novo governo.

48. O caminho é árduo, mas possível de ser percorrido. Sua extensão dependerá de nossa dedicação e inteligência política. Serão necessários três tipos de iniciativas a serem encaminhadas concomitantemente: [1] atacar frontalmente a política econômica do governo e o mandato do presidente, cada vez mais manchado de ilegitimidade, mostrando que eles não comportam – o governo e sua política econômica – remendos, mas têm de ser derrotados e

substituídos; [2] impedir por meios institucionais e pela luta social que FHC continue a desestruturação nacional e social em curso; [3] apresentar alternativa consistente à política atual com base nas grandes orientações programáticas do PT e das esquerdas.

O PT esteve à frente da Marcha dos Cem Mil, onde as principais entidades do Fórum Nacional de Lutas defenderam e levantaram com autonomia e legitimidade a consigna FORA FHC. Esta palavra de ordem reflete a percepção que importantes setores da sociedade têm do caráter antinacional e antipopular do governo, cuja legitimidade aparece cada vez mais comprometida aos da população.

49. As esquerdas devem criar bases de uma aliança apta a assumir o governo, no caso de uma crise político-institucional que leve à saída de FHC ou de uma vitória eleitoral em 2002.

A posição do PT é de absoluta e intransigente oposição e se expressou no pedido das oposições de enquadramento do presidente em crime de responsabilidade, no abaixo assinado de 1,3 milhão de cidadãos exigindo a CPI da Telebras e na vitoriosa Marcha dos Cem Mil.

Um de nossos critérios para definir palavras de ordem, programas, plataformas de luta e táticas deve ser a mais ampla unidade das forças de esquerda, populares e das entidades democráticas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

50. A crise e a saída de FHC não dependem só de nossa ação, mas de fatores que não controlamos. Seria subestimar a direita e os interesses internacionais no Brasil supor que não haverá, da parte deles, a busca de saídas que evitem uma crise institucional.

É necessário fazer com que as eleições municipais de 2000 assumam um papel de plebiscito sobre o governo e sua política econômica.

51. É falso o antagonismo entre luta social e institucional. O esforço para derrotar o atual governo e substituí-lo por outro exigirá a articulação de pelo menos três cenários: o primeiro, o das ruas. É necessário multiplicar manifestações contra o governo. Sem novas mobilizações de rua não haverá mudanças. A continuidade da mobilização exige o fortalecimento dos canais de relacionamento com a sociedade não só pelos partidos como pela CUT, CMP, UNE, MST e outros movimentos e entidades da sociedade civil (OAB, ABI, CNBB etc.).

Para o PT é fundamental a existência do Fórum Nacional de Lutas, instrumento unitário e mobilizador, determinante para a vitória da Marcha dos Cem Mil e para o sucesso do Dia Nacional de Paralisação e Protesto.

O segundo instrumento é o da luta institucional, especialmente nos parlamentos, aprofundando denúncias, bloqueando iniciativas antipopulares e apresentando propostas alternativas. Uma terceira frente, igualmente importante, é a dos governos estaduais e municipais de oposição, que possuem peso político e capacidade de mobilização. A eles cabe realizar outro tipo de gestão, de acordo com as aspirações de milhões de brasileiros que os elegeram para governar seus estados e cidades.

Prefeitos e governadores mostrarão como já o estão fazendo na prática ser possível inverter prioridades, governar de forma democrática, resistir às pressões dos monopólios internacionais e nacionais.

52. É necessário articular as oposições, reforçando a frente dos partidos de esquerda e as alianças com setores de outros partidos contrários à política do atual governo. O fortalecimento no Fórum Nacional de Lutas é um passo decisivo para a constituição de um grande movimento democrático e popular. Aí se consolidarão as propostas emergenciais para a mobilização do país.

O lançamento do MANIFESTO EM DEFESA DO BRASIL faz parte desse amplo movimento de articulação de todos que se opõem, dentro do campo democrático e popular, a FHC .

53. O espectro de alianças que devemos consolidar é aquele proposto pelo manifesto em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, que abrange os partidos da Frente Democrática e Popular, instituições e personalidades da sociedade civil, com ou sem partido, que estejam dispostos a somar com nosso projeto político de enfrentamento com o projeto neoliberal e de proposição de uma nova política econômica que gere trabalho, emprego e renda.

54. As eleições municipais de 2000 e as de 2002 oferecerão extraordinária oportunidade para derrotar FHC e fortalecer a alternativa popular. Uma vitória esmagadora das oposições precipitará a crise do governo e deixará mais claro para a sociedade a necessidade e possibilidade de um novo governo.

Para o sucesso em 2000 é preciso reafirmar a política de alianças, priorizando a Frente Democrática Popular composta pelo PT , PDT , PSB, PC do B e PCB e com os setores do PPS e PMDB que se têm oposto ao governo FHC. As nossas alianças estarão subordinadas a acordos programáticos, à oposição a FHC e ao neoliberalismo.

Toda e qualquer aliança com partidos e setores de partidos, fora do nosso arco de alianças, além das condições anteriormente expostas, só poderá ocorrer após consultas aos Diretórios Regionais, cabendo recurso à Comissão Executiva Nacional.

O PT propõe aos partidos aliados um fórum específico para discutir e iniciar o processo de organização das eleições 2000 e 2002 com o objetivo de derrotar FHC, sua coalizão conservadora e manter a unidade das esquerdas no Congresso Nacional e nas cidades e estados que governamos.

O PT iniciará a preparação das eleições 2000 convocando, logo após o II Congresso, uma Conferência Nacional Eleitoral, constituindo um Grupo de Trabalho Eleitoral Nacional, tarefas do próximo Diretório Nacional (DN) em sua primeira reunião.

A construção de uma alternativa democrática e popular se expressa hoje através de um Plano de Luta e de uma Plataforma:

PLANO DE LUTA

Dando continuidade à Marcha dos Cem Mil e ao Dia Nacional de Protestos e Paralisações, o PT apresentará à Frente de Esquerda e ao Fórum Nacional de Lutas a proposta de organizar atos públicos em todas as capitais e duas grandes iniciativas envolvendo o conjunto da sociedade: uma emenda popular com um plano nacional de pleno emprego e o plebiscito sobre a dívida externa proposto pela CNBB, a realizar-se no Dia dos Excluídos. Nosso objetivo é colher mais de um milhão de assinaturas à Emenda e milhões de cidadãos votando no plebiscito em todas as cidades do Brasil.

PLATAFORMA EM DEFESA DO BRASIL

- | Denúncia do acordo com o FMI;
- | Renegociação soberana da dívida externa e controle imediato sobre o fluxo de capitais externos;
- | Suspensão imediata de todas as privatizações com a apuração rigorosa das irregularidades e instalação da CPI da Telebras; Fortalecimento do Mercosul como instrumento de construção da integração latino-americana e resistência à Alca;
- | Definição de uma estratégia de defesa comercial do país. Não à dolarização da economia.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

- | Combate ao crime organizado e ao narcotráfico, reestruturação do sistema de segurança pública e prisional do país; por uma nova política nacional de segurança;
- | Cadeia para os corruptos e fortalecimento dos organismos de fiscalização;
- | Fim do abuso na utilização de Medidas Provisórias;
- | Ampla reforma política com a adoção do princípio da fidelidade partidária e financiamento público das campanhas eleitorais;
- | Reforma democrática do Judiciário, com controle externo desse Poder e medidas que agilizem os processos, garantindo aos pobres amplo acesso à Justiça. Investigação sobre a corrupção no sistema judiciário;
- | Democratização dos meios de comunicação, com o combate à oligopolização e regularização de rádios livre e comunitárias;
- | Restabelecimento do pacto federativo com renegociação das dívidas de estados e municípios;
- | Defesa dos Direitos Humanos com combate a todas as formas de discriminação e preconceitos relacionados a raça, gênero, orientação sexual, faixa etária e condição física ou mental, bem como todas as formas de violência. Estabelecimento de políticas públicas que promovam condições reais de igualdade;
- | Aprovação do estatuto das sociedades indígenas no Congresso e demarcação total das terras.

CONSTRUIR UMA ECONOMIA JUSTA, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA

- | Nova política econômica com prioridade absoluta ao combate à pobreza e à desigualdade social;
- | Definição de uma ampla e articulada política ambiental que valorize a biodiversidade, preserve os recursos naturais estratégicos e implemente efetivamente a Agenda XXI;
- | Amplo programa de cestas básicas para o combate à fome e criação de uma política de segurança alimentar;
- | Reforma agrária imediata e massiva, acompanhada de política agrícola que estimule pequenas e médias propriedades e a agricultura familiar;

- | Reforma urbana que assegure moradia, saneamento básico e transporte público à população;
- | Renegociação da dívida interna, permitindo o alongamento do seu perfil, após a resolução da situação patrimonial do sistema financeiro nacional;
- | Reforma tributária com desoneração da produção e taxaçaõ progressiva sobre a renda, heranças e grandes fortunas;
- | Fortalecimento dos bancos públicos com o fim do financiamento de privatizações e grupos estrangeiros e o direcionamento do crédito para a produção, infraestrutura e apoio às pequenas, médias e microempresas;
- | Fomento à economia solidária com apoio às verdadeiras cooperativas de pequenos produtores e combate às “coopergatos”; difusão dos mecanismos de microcrédito, bancos do povo e apoio às empresas autossugestionadas;
- | Novo modelo de Previdência Social, pública e universal com gestão compartilhada entre o governo, trabalhadores, empresários e aposentados, com base na solidariedade das gerações e estabelecendo um mínimo de teto, acompanhado de previdência complementar, pública ou privada;
- | Amplo programa de bolsa-escola e defesa do ensino público gratuito e universal em todos os níveis;
- | Adoção do Programa Nacional de Renda Mínima;
- | Reconstrução das universidades públicas e dos centros e institutos de pesquisa científico-tecnológica;
- | Fortalecimento do SUS e da saúde pública com a adoção de medicamentos genéricos, apoio à medicina preventiva e vinculação efetiva de verbas da saúde no orçamento fiscal;
- | Recuperação imediata e progressiva do salário mínimo;
- | Adoção do contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado que estabeleça efetiva política de valorização do trabalho e recupere a participação dos salários na renda nacional;
- | Política nacional de emprego com redução da jornada de trabalho e fomento aos programas de qualificação profissional;
- | O DN deverá adequar ao seu calendário a convocação de uma jornada de seminários, conferências etc. coordenada pela direção nacional e pela SMAD para a deliberação de uma política nacional de saneamento ambiental, envolvendo os filiados organizados no setor de saneamento e meio ambiente e preferencialmente os nossos prefeitos, governadores e parlamentares.

A NAÇÃO NÃO SERÁ DESTRUÍDA!
DERROTAR FHC E SUA POLÍTICA!
CONSTRUIR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR!

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

55. A discussão mais detalhada da organização partidária, que deve acompanhar o debate sobre o estatuto, exige definições abrangentes sobre o tipo de partido que necessitamos para enfrentar os desafios do próximo século e as complexidades da luta política no país.

A sociedade de hoje difere daquela que viu o PT nascer. Nos últimos 20 anos o Brasil e o mundo passaram por importantes transformações econômicas e sociais, que provocaram mudanças significativas na cultura política, nos meios de comunicação e nas formas de sociabilidade.

56. O PT é uma grande organização política que atua em diferentes cenários: nas lutas sociais, no Parlamento, nos governos estaduais e municipais. Nossa organização e as estruturas dirigentes não estão à altura dos desafios presentes em cada uma dessas frentes de luta. O Partido está muito voltado sobre si mesmo. Durante as eleições e campanhas políticas existe mais abertura para a sociedade. Milhares de novos ativistas se somam às nossas fileiras, a maioria deles se afastando após os pleitos. Isso tem de mudar. É imperioso abrir núcleos e diretórios do partido para a juventude, trabalhadores informais, pequenos micro e médios empresários, além de reconstituir nossos laços com setores tradicionais petistas, como os operários industriais, amplos setores da classe média, artistas e intelectuais.

57. É necessário romper com a inércia da organização, criando formas de participação dos filiados e uma nova relação entre instâncias partidárias, dirigentes, tendências, lideranças, militantes, mas sobretudo entre o partido e a sociedade. É possível transformar cada sede do PT num centro de atividade política, cultural e de lazer, numa referência de solidariedade, útil para a comunidade e suas atividades, aberta diariamente para proporcionar aos jovens, às mulheres, aos idosos uma área onde eles possam se encontrar, estudar, aprender e ensinar.

58. O ingresso no PT não se pode confundir com uma iniciativa de arregimentação para tendências, dirigentes, parlamentares, prefeitos ou governadores, mas implicar uma efetiva integração do novo filiado ao partido. Por

isso, a necessidade da apresentação pública dos novos filiados. Temos que nos reafirmar como partido de massa dos trabalhadores, socialista e democrático. Devemos fazer campanha de filiação para ampliar nossas fileiras partidárias entre aqueles que se identificam conosco e que irão ajudar a difundir e preservar nosso patrimônio político e ético. Não podemos aceitar filiações com o objetivo de contar número em encontros partidários que tacham o partido e não lhe trazem força e qualidade. É necessário o desenvolvimento de um processo de informação e formação política que retome, com novos e antigos filiados, o debate estratégico e das políticas públicas do PT formuladas para a atualidade.

59. Nossa formulação política e programática fica prejudicada porque dela estão em grande parte ausentes importantes atores da vida partidária, como os sindicalistas, dirigentes de movimentos populares, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e intelectuais. Nossa elaboração política cotidiana e de caráter mais estratégico necessita uma interlocução maior com a sociedade, o que supõe diálogo com as universidades, artistas, intelectuais, profissionais das áreas de comunicação, lideranças políticas e sociais.

60. As atuais divisões internas do partido acabam por refletir-se na Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e na Central de Movimentos Populares (CMP), o que limita nossa atuação e não contribui para a superação dos desafios que vivem hoje essas entidades.

61. Nos últimos anos avançamos na estruturação da Direção Nacional. O partido possui nova sede à altura dos desafios organizativos. Criamos melhores condições para o funcionamento interno e para nossa ação externa com entidades do campo democrático e popular. Há uma boa articulação das bancadas na Câmara e no Senado com a direção e com o partido. É permanente nossa relação com os governadores e nossa ação conjunta com os prefeitos, e nosso trabalho nas relações institucionais tem crescido. Apesar das insuficiências, normalizou-se o trabalho de articulação com os movimentos sindical, do campo, populares, de negros e mulheres e pessoas portadoras de deficiência. O PT assegura comunicação diária direta com setores fundamentais do partido através do Linha Aberta e reconstrói outros instrumentos de imprensa, como o PT Notícias, que deve se transformar em um jornal de circulação nacional, autossustentável, atingindo em 2002 os filiados do PT e em particular os dirigentes partidários, e principalmente a comunicação via

Internet, com a implantação agora de nossa intranet – uma rede de informatização interna – e desenvolvimento de nosso site. Além disso o PT incentivará a criação de rádios comunitárias e de um jornal diário de massa, com outras entidades do campo democrático e popular.

A CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO REPRESENTOU UM IMPORTANTE PASSO NO ÂMBITO POLÍTICO E CULTURAL

O PT desenvolve ativa política externa, especialmente com dezenas de partidos da América Latina. Criou e anima o Foro de São Paulo e participa de outras instâncias multinacionais.

62. O II Congresso aprovou os principais eixos de construção partidária que obrigatoriamente estarão no novo estatuto. Caberá ao novo DN, com quórum mínimo de 3/5 (60%) de seus membros, aprovar artigo por artigo o novo estatuto até março de 2000. Ele entrará em vigor imediatamente e só poderá ser alterado em Encontro Nacional convocado especificamente para este fim.

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

63. Eleições diretas para presidente e direções partidárias em todos os níveis, a partir do ano de 2001. Devemos realizar mudanças no processo de filiação, na realização de Encontros e Congressos; estimular formas de organização e atividades complementares à atual estrutura deliberativa, diretórios, setoriais, plenárias e encontros. Em todas as instâncias partidárias deve ser desenvolvido intenso debate político durante os 30 dias que antecedem as datas dessas votações. Os Encontros e Congressos devem ser precedidos obrigatoriamente de atividades político-culturais; debates, seminários e conferências, publicitadas e abertas a todos. As eleições para os delegados estaduais se darão a partir dos Diretórios Zonais, onde houver, e dos Diretórios Estaduais. Os delegados nacionais serão eleitos pelos encontros estaduais. Os Setoriais elegerão delegados para os encontros conforme regimento e normalização traçados pelo DN.

64. São consideradas instâncias de direção e deliberação partidária: Diretório Nacional, Diretórios Estaduais, Diretórios de Capitais, Diretórios

Municipais e Zonais e ordenações setoriais. Os núcleos de base do partido não elegerão delegados para os Encontros Municipais e Estaduais, priorizando-se enquanto instrumento político e organizativo de relação com a comunidade, disputa da hegemonia e intervenção nos bairros, sendo a instância prioritária de participação do filiado.

65. São considerados instâncias de deliberação os Encontros e Congressos zonais, municipais, estaduais e nacional.

66. Os núcleos são instâncias de base do PT e podem se constituir com pelo menos nove filiados(as), organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins tais como: grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo ou outros, abertos a participação de simpatizantes com direito a voz, podendo organizar-se em nível municipal, estadual, regional ou nacional. Os núcleos são instrumentos fundamentais da organização partidária e de participação do PT nas comunidades, setores e de integração com os movimentos sociais.

67. São considerados setores os movimentos sociais com espaço de atuação orgânica em nível nacional, a saber: Sindical, Agrário, Mulheres, Negros, Ecologia, Portadores de Deficiências, Saúde, Esporte e Lazer, Assuntos Indígenas, Educação, Juventude, Transporte, Moradia e associações de moradores e militantes petistas em rádios e TVs comunitárias. Dentre outros. É necessário reforçar essas estruturas setoriais temáticas de militância e ampliar para outros setores como: jornalistas, professores universitários, homossexuais e artistas, para só citar algumas das dezenas de afinidades que podem constituir-se em novos espaços de militância. Essa estrutura não concorre mas complementa a atual. Essas instâncias deverão combinar o debate e a intervenção sobre questões específicas com a discussão e atuação nas grandes questões da política brasileira e se constituem como instrumentos fundamentais na mobilização partidária e na avaliação das políticas de nossos governos e de nossas bancadas.

68. O mandato das direções, a partir de 2001, será de três anos, sendo reafirmada a garantia da proporcionalidade entre as chapas, a cota mínima de 30% de companheiras mulheres nas instâncias de direção partidária.

69. Somente poderão participar do processo eleitoral interno, ou seja, de votar e ser votado, filiados com um mínimo de um ano de filiação partidária, exceto para filiados(as) de comissões provisórias municipais (com o

partido em processo inicial de formação), exigindo-se um mínimo de 180 dias de filiação.

70. A organização dos diretórios zonais, municipais e estaduais será única em todo o país, assim como toda a realização dos encontros e de todas as instâncias de deliberação. Todos os filiados terão voto com peso igual e para serem delegados deverão ser votados, abolindo-se assim os delegados natos.

71. Caberá ao Diretório Nacional do PT definir o caráter de plebiscitos, referendos, prévias e outras formas de consulta aos filiados. Esta regulamentação deve garantir igualdade de condições para as várias propostas/candidaturas em debate/disputa, incluindo a obrigatoriedade de debates com a base, o acesso aos filiados, a publicação de materiais, uma infraestrutura material básica etc.

72. As bancadas terão seu representante nos diretórios e respectivas executivas; no Diretório Nacional e na Comissão Executiva Nacional (CEN) a representação será do líder no Senado e na Câmara Federal. As bancadas de parlamentares (que são instâncias do partido) estão subordinadas às instâncias de direção partidária, aos princípios programáticos do PT e devem observar todas as Resoluções adotadas pelos Diretórios correspondentes e demais instâncias superiores do partido. As propostas de políticas públicas do partido, bem como os projetos de lei dos parlamentares, devem ser elaboradas conjuntamente, envolvendo os parlamentares, os dirigentes, as secretarias e respectivas assessorias. O parlamentar, desde sua indicação como pré-candidato a cargo legislativo reconhece que todo mandato eletivo pertence ao partido e que suas instâncias poderão adotar as medidas necessárias para reter esse mandato quando deixar a legenda ou dela for desligado. A candidatura nata no PT não existe. Todo parlamentar petista deve combater com rigor qualquer privilégio ou regalia decorrente do cargo que ocupa.

73. A carta eleitoral, a ser aprovada pelo Diretório Nacional, terá como pressupostos básicos: estar filiado ao partido há pelo menos um ano do primeiro turno das eleições, em dia com a contribuição partidária, assinar a Carta Eleitoral, que será incorporada ao novo estatuto.

74. O DN priorizará a formação política e a comunicação, promovendo um amplo debate nacional sobre a nossa compreensão de um processo formativo não dirigista e libertador bem como de uma comunicação democrática e interativa. Trata-se fundamentalmente de garantir as informações e

assegurar os subsídios político-culturais necessários à reflexão livre e autônoma de cada militante. No que diz respeito aos eventos de reflexão e debate como também no que se refere à produção de materiais destinados a ampliar a cultura política e humanística da militância, deve-se intensificar o trabalho conjunto das várias secretarias com a Fundação Perseu Abramo (FPA), além de buscar parcerias com outras entidades e na comunicação, articulando-se os DRs e DMs. O DN reforçará a rede Intranet do PT e ampliará e desenvolverá o site do partido, impulsionará uma agência de notícias e consolidará o Linha Aberta e o PT Notícias. Quanto à comunicação social alternativa, devemos ter uma política específica de apoio e diálogo com as rádios e TVs comunitárias e redobramos os esforços para viabilizar um semanário nacional independente e de esquerda.

75. Para aprofundar os grandes temas programáticos, o PT convocará Conferências Nacionais, com a participação de delegados, especialistas e do DN.

76. A mobilização massiva exigirá uma presença maior de dirigentes, militantes e organismos partidários nas ruas, locais de trabalho, escolas e universidades e articulação dessa ida do partido às ruas através de uma imprensa mais ágil, de cartazes temáticos sobre os grandes pontos programáticos ou sobre denúncias centrais. O PT necessitará dotar-se de estruturas centralizadas de produção de materiais de propaganda, capazes de dar respostas rápidas às mudanças da conjuntura, através de ações descentralizadas em todo o país.

77. Deve-se aprofundar a descentralização nacional e regional do PT, através da regulamentação das macro e microrregiões estaduais e do processo de regionalização do partido em nível nacional, e das Coordenações Regionais Nacionais, com plano de atividades, infraestrutura de apoio, recursos específicos e a obrigatoriedade de prestação de contas periódicas ao DN.

78. As finanças o II Congresso Nacional consideram obrigatória a contribuição de todos os filiados e filiadas, com valores diferenciados para três faixas (zero a três salários mínimos, três a seis e acima de seis) com o limite de 2% da renda líquida declarada. Essa contribuição será anual. Os filiados de baixa renda poderão contribuir com produtos (alimentos, artesanato, iguarias etc.) que serão vendidos pelo diretório ou utilizados para arrecadação em eventos partidários. Será obrigatória a todo filiado que ocupar cargo de direção em qualquer instância partidária a contribuição financeira, o cadastramento na

mala-direta do DN e a aquisição da Carteira Nacional de Filiação e a assinatura de pelo menos uma publicação nacional do partido ou da revista Teoria e Debate. Essa última disposição se aplica também a detentores de mandatos.

O Diretório Nacional, em conjunto com os DRs, convocará uma Conferência Nacional sobre finanças com o objetivo de reorganizar as finanças partidárias, priorizando o fortalecimento dos Diretórios Municipais.

79. Fica instituída a Carteira Nacional do Filiado. Todo filiado terá acesso a esta carteira mediante o pagamento de uma taxa anual. O filiado que contribui anualmente terá acesso gratuitamente à carteira. O preenchimento do cadastro da carteira constitui-se na solicitação formal de filiação partidária. O cadastro será composto de quatro vias, uma da instância de base do solicitante, a segunda do solicitante e a terceira via da direção nacional do partido. Os DMs deverão realizar uma vez por semestre campanha de finanças para cobrir os custos da Carteira Nacional dos seus filiados isentos ou o correspondente à arrecadação de 1% sobre o salário mínimo dos mesmos.

80. Instituição de Campanha Nacional de Finanças anual, em conjunto com a Secretaria de Organização (que encaminhará campanha anual de filiação), com participação obrigatória de todas as instâncias de base do partido.

81. Criação de um Fundo Nacional de Campanha (fundo eleitoral), com a contribuição obrigatória de todos os candidatos do partido, para a constituição do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), a sustentação da campanha dos majoritários e o auxílio às candidaturas sem recursos. Todo material de campanha tem que destinar espaço significativo aos candidatos majoritários, à legenda partidária e, quando houver, à coligação.

82. O DN e os DRs deverão instituir ouvidoria como órgão de cooperação do partido para manter o PT sintonizado com as aspirações do conjunto de seus filiados e com os setores que pretende representar, promovendo, sempre que for necessário, debates sobre o projeto político partidário. As medidas relacionadas com a ética e a disciplina internas, aprovadas pelo II Congresso, serão incorporadas ao estatuto partidário.

83. As normas para os Encontros Municipais, Estaduais e Nacional do ano de 2000 deverão ser aprovadas, por maioria simples, pelo Diretório Nacional, ou, por delegação deste, a Comissão Executiva Nacional.

84. Excluídas as emendas aprovadas por este II Congresso, as demais resoluções referentes a mudança de estatuto serão aprovadas com quórum qualificado de 3/5 de seus membros.

ANEXO I

O SOCIALISMO PETISTA

(TEXTO EXTRAÍDO DO 7º ENCONTRO NACIONAL DO PT)

Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

1) O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a ditadura militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande partido de massas denunciando: a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram a sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Pe. Josimo, Chico Mendes e tantos outros.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas

materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.

2) A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho, sempre renovado, de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no País.

Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda –, o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do partido com suas bases sociais e com a sociedade civil no seu conjunto.

Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução, buscando propor-lhes uma direção política, o PT recusa-se, por princípios, a sufocar a sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

3) Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.

O ideário do partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.

4) Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa

organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do milagre brasileiro e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de 1/3 da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravidão, que reduziram a renda per capita em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de 20 anos atrás. É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos

humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando pelas nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.

Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT Manifesto e Programa de Fundação já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

5) Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento,

sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

6) Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.

Além disso, a expressão socialismo real, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivelava experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha nazista e da ocupação desses países pelo Exército soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado Bloco Socialista, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação à parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT apoia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto

política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose partido-Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.

Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. Nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo.

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemonizado por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.

Tais movimentos devem ser valorizados, não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionam conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

7) A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários Encontros Nacionais do partido,

orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 1980 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfilando características de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais. De resto, também as direções careciam de muita experiência, que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na autoeducação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se, no geral, acertada.

8) Reconhecemos a existência, em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista, com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas. A hora presente nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos através de uma superior criatividade político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o país, impõe-se maior explicitação da nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convida-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

9) Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O V Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

10) O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí por que recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

11) A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e toda as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual.

Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social.

12) No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las, liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática, liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

13) O PT , lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se mais do que nunca disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

(Texto extraído do I Congresso Nacional do PT)

SOCIALISMO

INTRODUÇÃO

1. O Partido dos Trabalhadores propõe-se a compartilhar com os trabalhadores e com o conjunto das forças democráticas e socialistas a atualização do seu projeto histórico, fruto de onze anos de luta pela democracia e pela igualdade social. Desde já, consideramos como nossos interlocutores naturais – sejam indivíduos, grupos sociais, instituições religiosas, organizações civis ou político-partidárias – todos aqueles que almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças presentes na vida brasileira.

2. Este é um momento privilegiado para que, diante da grave crise que o país atravessa, o PT formule e apresente à sociedade brasileira alternativas à política do governo federal e aponte, em conjunto com as demais forças democráticas e socialistas, um novo rumo, um projeto para reconstruir o Brasil.

3. O governo Collor e os defensores do capitalismo nunca fizeram tanto marketing político como agora. Trabalham com quatro ou cinco palavras de ordem (Estado mínimo, desregulamentação, privatização, livre comércio, mercado etc.), disputando aspirações, sentimentos e vontades políticas, tentando quebrar toda a representação e significados que tinha e tem para a humanidade a possibilidade de existir outra forma de organização da sociedade, distinta do capitalismo.

4. Simultaneamente, o país assiste a um espetáculo de corrupção, de fisiologia e de violência nunca visto antes. É a truculência contra as instituições; é o aceno à pena de morte e aos linchamentos para conter a violência, que cresce com a desagregação social; é o uso da ameaça militar contra o Legislativo. O governo retoma o pagamento da dívida externa e comanda uma política econômica que não oferece saídas para o Brasil. Acentua-se a liquidação do patrimônio público e a degradação dos serviços sociais. As políticas agrária e agrícola intensificam o êxodo rural e estimulam a violência contra os trabalhadores rurais. Inexiste uma política salarial, industrial e de desenvolvimento que leve em conta as necessidades e aspirações da maioria.

5. A esquerda brasileira, as forças democráticas e socialistas estão diante de um enorme desafio: superar a paralisia e a dispersão, reavivando a esperança que animou o povo durante a Campanha Lula e em todas as mobilizações sociais inspiradas na ideia de que o Brasil tem futuro. É preciso barrar já os desmandos de um governo que prometeu levar o país à modernidade e ao Primeiro Mundo, mas que nos precipita no abismo da regressão e da fragmentação social.

6. Esta é uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado projeto de socialismo democrático, coerente com as nossas tradições de origem. Ao mesmo tempo, é um momento decisivo para estimular os movimentos sociais, quebrar o cerco que a direita fecha contra nossos governos municipais, ligar nossa luta no Congresso Nacional à mobilização social e, sobretudo, trazer o partido de volta às ruas, retomando com todo vigor o combate ao governo e às elites, que se beneficiam do quadro atual.

7. Caberá recolher as experiências e as críticas acerca das administrações democrático-populares, transformando-as em estímulo e solidariedade necessários para promover correções de rumo, que permitam a nossos governantes combinar o atendimento das aspirações populares com a luta dos trabalhadores pela construção do socialismo.

8. Devem estar presentes também as preocupações com o movimento sindical cutista. É urgente que a CUT se capacite para enfrentar, com novos procedimentos, a recessão, o desemprego e um governo que disputa ativamente conosco no terreno político e ideológico. O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em

todos os temas nacionais. Cabe ainda aos petistas contribuir para que a CUT não se perca no sectarismo e na luta interna.

9. É necessário recuperar toda a formulação acumulada sobre o papel estratégico do movimento popular, que tem sido elaborada a partir das práticas de luta de todo um conjunto de militantes do partido, que hoje participam do processo de construção da Central de Movimentos Populares, tendo em vista a articulação de movimentos e unificação de lutas em torno de eixos estratégicos, como a reforma urbana, por exemplo.

10. Finalmente, é essencial indicar a necessidade de retomar a mobilização direta do partido, para que se possam transformar as demandas dos movimentos socialistas, os projetos de nossos parlamentares e as propostas do Governo Paralelo em bandeiras de luta de massa. Temas como política salarial, combate à corrupção, adoção de uma nova política agrária e agrícola, democratização das comunicações, reforma educacional, capacitação tecnológica, nova organização sindical, legislação eleitoral, formas de governo e reforma do Estado não podem ser, num partido como o PT, preocupação exclusiva dos parlamentares, devendo converter-se em pauta de mobilização da ação pública do partido e do conjunto da militância. Só assim se dará respaldo e consequência à ação de nossas bancadas parlamentares, que, na ausência disso, ficam sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos setores conservadores no Congresso Nacional.

11. Se acreditamos que o momento exige a retomada da mobilização e da organização popular, precisamos fazer com que os debates também sirvam a esse objetivo. Daí a necessidade de associarmos as discussões acerca do socialismo, dos caminhos para construí-lo e da reorganização partidária ao enfrentamento dos problemas reais do país e à disputa com o projeto neoliberal do governo Collor.

12. Por isso abrimos este documento com um chamamento à luta. E o desenvolvemos com uma apreciação sobre as mudanças no cenário internacional, onde a crise do socialismo real se desenrola num contexto de reestruturação global da economia, da política e da sociedade.

Destacamos, de maneira sintética, nossa visão sobre o socialismo petista (nem socialismo real, nem social-democracia) e sobre a estratégia para alcançá-lo, com ênfase na disputa de hegemonia. Desenvolvemos, em seguida, as linhas gerais de um projeto para o Brasil, das bases de nossas políticas táticas e setoriais e, por fim, a reestruturação necessária para adequar o PT a esta nova era e às novas tarefas.

13. Queremos que todos os filiados e simpatizantes do PT, independentemente de filiação e tendências, possam ter vez e voz na vida partidária. Um partido que dialogue com as demais forças democráticas e socialistas, favorecendo a construção de um programa e de um bloco histórico, necessários para promover um desenvolvimento alternativo no país. Para isso é fundamental que os debates tratem do Brasil real, dos grandes problemas na-

cionais, dos meios para a combinação da luta social e institucional, dos rumos do movimento sindical, da tática eleitoral e da política de alianças para 1992. E é vital que se integrem em nossas preocupações as lutas dos sem-terra, dos movimentos populares e o desafio, profundamente socialista, que consiste em incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil.

14. Este é o sentido deste documento: remobilizar as energias do partido e mostrar alternativas a tudo isto que está aí. Este é o caminho para derrotar o governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil.

ANEXO II

RESOLUÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES SOBRE CRIME ORGANIZADO

A sociedade brasileira está estarrecida. O nosso povo está pagando hoje um alto preço pela política nefasta do neoliberalismo e tantos anos de dominação capitalista em nosso país. A violência vem tomando conta de nossa sociedade e a sua face mais cruel atinge principalmente os mais pobres e deserdados, exatamente a maioria do povo trabalhador brasileiro.

As privatizações irresponsáveis, o desmonte do Estado, a centralização tributária no governo federal e uma política de segurança pública errada e ineficiente, que não atende aos interesses da cidadania, vêm deixando os estados desarmados e incapazes de fazer frente ao crescimento da violência, da impunidade e do crime organizado. O governo de Fernando Henrique foi simplesmente omissos. FHC deixou o país à mercê do narcotráfico e permitiu o crescimento da influência do crime organizado. Sem uma política de segurança séria em nível nacional, proporcionou o crescimento da corrupção grassando nos aparelhos policiais civis e militares. O atual governo finge descobrir tardiamente que as instituições, dos poderes constituídos de nossa República Federativa, nos três níveis de governo, estão infiltradas e submetidas a forte influência do narcotráfico e do crime organizado.

A CPI do Congresso Nacional generalizou no país a consciência da gravidade da atuação do crime organizado nos Legislativos, nos Judiciários e nos Executivos Estaduais. É uma “metástase social” que se espalha como uma grande mancha, articulada e eficaz, que esgarça ainda mais o já fragilizado tecido social brasileiro. Denúncias de conhecimento público, publicadas por órgãos de informação nacional, envolvem autoridades do país, como no caso do Espírito Santo, o ex-senador e hoje ministro da Defesa Élcio Álvares, com

a proteção ao crime organizado. Juízes são assassinados por denunciarem desembargadores com esquemas de “pagamento de sentenças”.

Em Alagoas, no Acre, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, no Maranhão e em tantos outros estados, importantes setores do poder econômico e do empresariado, representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e o aparato policial, são responsáveis por crimes de mando, subornos, corrupções, contrabando, contravenção, tráfico de armas e drogas. O que era um processo de países vizinhos como a Colômbia, Peru ou Bolívia hoje é visível no Brasil.

O tráfico de drogas enraizou-se na sociedade brasileira, desde as camadas mais pobres e excluídas até o topo das elites financeiras e do poder econômico. Contaminou o aparelho policial, envolve o Judiciário e faz parte da cena política institucional tanto no Legislativo como em cargos executivos. O caso Hildebrando Pascoal é apenas a porção visível de criminalidade no Legislativo brasileiro. Por que chegamos a isto? Como se consolidou este quadro? Fatores vários podem ser arrolados neste diagnóstico. Em primeiro lugar o agravamento da crise econômica e social é responsável direta pelo envolvimento de jovens pobres, sem oportunidades de escola, emprego, vítimas fáceis da sedução da criminalidade associada ao comércio de drogas. Em segundo e decisivo plano está o fato de que o narcotráfico não é uma atividade criminal qualquer. É principalmente um negócio altamente lucrativo, de um mercado em expansão, promissor e que oferece “oportunidades” de sobrevivência e negócios para um crescente contingente de pessoas. Portanto, numa sociedade capitalista, combater o narcotráfico é antes de tudo combater um ramo do mercado, ou seja, enfrentar as leis do mercado, o que, convenhamos, não é tarefa fácil.

Os negócios das drogas constituem uma extensa rede que começa do pequeno traficante nas periferias das cidades e acaba no grande negócio da lavagem de dinheiro que usa o sistema financeiro, turismo, jogos de azar, negócios imobiliários, empresas de transporte, além de outras atividades que se tornam vulneráveis à legalização de recursos originados no narcotráfico. Por aí claramente vemos o porquê da capacidade de infiltração de quadrilhas de traficantes que chegam à ousadia de usar aeronaves da FAB para carregamentos transportados para fora do país. Principalmente é preciso denunciar no sistema financeiro instrumentos como as chamadas contas CCS de autoria

do Sr. Armínio Fraga e que tem permitido operações de remessa de dólares de origem duvidosa e de fortes indícios de manipulação pelas finanças do narcotráfico, e se constitui no nó da questão que desafia a CPI do Narcotráfico e exige uma mobilização articulada com a sociedade brasileira e instituições que tenha como base a democracia, os Direitos Humanos e a justiça social.

O crime organizado se desenvolve, além do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro, em diversas outras modalidades, tais como: os grupos de extermínio, a pistolagem, o tráfico de crianças, de mulheres, de órgãos humanos, o sequestro de pessoas, a corrupção, a sonegação fiscal, a falsificação de remédios, o roubo de cargas, o furto e roubo de veículos, o tráfico de armas, o contrabando, a contravenção, com decisiva participação de segmentos das elites brasileiras.

Em face disso, o Partido dos Trabalhadores, no seu II Congresso, conclama a sociedade civil brasileira para, unida e organizada, em Fóruns Legítimos, dar um basta neste quadro alarmante e conclamar pela vida, pela cidadania, e contra a impunidade e a violência. Somente a sociedade pode mudar este estado de coisas. A pressão popular por uma Operação Mãos Limpas, com amplo apoio social e político, deve ser desencadeada no Brasil, no rastro das investigações atuais e futuras da CPI do Narcotráfico.

Considerando que a questão do crime organizado não é apenas um caso de polícia mas principalmente uma questão política, que afeta a soberania e a democracia nacional, O CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES delibera como tarefa urgente para o novo Diretório Nacional encaminhar de imediato as seguintes ações:

1. Que a Executiva Nacional do partido realize conversações e reuniões com entidades da sociedade civil como a OAB, a ABI, a CNBB, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), as Associações Nacionais de Pastores e Igrejas Evangélicas, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), a UNE, a CUT, o MST e os partidos políticos de oposição, entre outras instituições, para constituírem um FÓRUM NACIONAL E PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA, O CRIME ORGANIZADO E A IMPUNIDADE.

2. Que nos estados os Diretórios Regionais constituam Grupos de Trabalho e/ou Comissões que se dediquem a troca de informações e apoio mútuo entre os estados, articulando-se com a sociedade civil, em Fóruns Estaduais,

para apoiar, subsidiar e aprofundar as investigações sobre o crime organizado e o narcotráfico e que nossos parlamentares priorizem a proposição e a participação em CPI s sobre o tema no âmbito das Assembleias Legislativas.

3. Que seja constituída a nível nacional um Grupo de Trabalho Permanente, em de especialistas jurídicos, dos Direitos Humanos e da área de segurança, juntamente com dirigentes nacionais, para acompanhar e apoiar, contínua e sistematicamente, as ações da CPI do Narcotráfico e seus desdobramentos, e especialmente sustentar técnica e politicamente as ações de nossos dirigentes partidários, parlamentares federais, estaduais e municipais, bem como os nossos executivos dos estados e municípios, empenhados neste tema.

4. Que a Executiva Nacional delibere e encaminhe, junto ao Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Governos Estaduais, medidas de segurança que possam apoiar testemunhas e proteger dirigentes e pessoas que estão sendo ameaçadas de morte pelo envolvimento nas investigações contra o crime organizado.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.

II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

ANEXO III

RESOLUÇÕES SOBRE OS 500 ANOS

O Partido dos Trabalhadores (PT) afirma seu apoio ao movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, que coloca, no final do seu manifesto:

“... Vamos celebrar sim as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe, de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança. No marco destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro. Herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós”.

Como parte deste nosso compromisso histórico, o partido deve apoiar concretamente:

- as lutas pela demarcação definitiva de todas as terras indígenas no país, as retomadas de seus territórios pelos povos indígenas e, no Congresso Nacional, a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas (PL 2.057/91) e a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

- as lutas pela demarcação definitiva de todos os territórios dos Remanescentes de Quilombos, que são cerca de 500 áreas em todo o país, e, no Congresso Nacional, a aprovação de projeto de lei que reconheça, definitivamente, os direitos históricos dos quilombolas. Além disso, devemos empreender uma luta permanente contra todas as formas de racismo ainda presentes na nossa sociedade, na nossa cultura;

- as lutas dos setores populares pelos seus direitos básicos à saúde, educação, moradia, transporte, por condições dignas de existência, em todas as cidades do interior, em todas as periferias, hoje esquecidas, das nossas capitais.

Apoiar a Luta Indígena, Negra e Popular, no contexto dos 500 anos, significa para o Partido dos Trabalhadores (PT) empenhar-se na construção de uma sociedade socialista, pois só no socialismo os direitos de todos serão reconhecidos, respeitados e exercidos em sua plenitude.

*Belo Horizonte, 24 a 28 de novembro de 1999.
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”*

ANEXO IV

RESOLUÇÃO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

A proposta apresentada pelo Coletivo da Secretaria Nacional de Formação Política foi o fruto de um processo de consenso progressivo desenvolvido pelo coletivo nos últimos dois anos. Mas a comissão de sistematização considerou que o mesmo ainda precisa ser remetido ao Diretório Nacional.

Não somos contra isso, mas consideramos fundamental registrar no plenário deste II Congresso o seguinte:

1. Há dois anos estamos tentando discutir nosso projeto no Diretório Nacional do PT.

2. Já no final de 1997 a essência deste projeto foi apresentada ao Diretório Nacional junto com o orçamento para 1998, sendo que a nossa Secretaria foi a única que o apresentou no prazo solicitado. Mas o projeto nunca foi discutido.

3. Em 1998 o projeto foi encaminhado ao XI Encontro Nacional, o qual o remeteu ao Diretório Nacional. Ao Diretório Nacional voltamos a apresentá-lo com o orçamento para 1999. Mais uma vez o mesmo não foi discutido, apesar da insistência do Secretário Nacional por diversas vezes.

4. A elaboração deste projeto tem sido um processo permanente de busca do consenso progressivo. Tanto que em nosso coletivo contamos com a presença de militantes das mais diversas posições dos campos majoritários, e sempre o temos apresentado como proposta consensual.

5. Ademais, este sempre foi também um resgate de nossa experiência concreta de formação como partido.

6. Além disso, nosso projeto também foi publicado no caderno de debates preparatórios a este II Congresso, portanto um texto público à militância há um prazo de tempo razoável.

7. Por outro lado, não é somente um plano, mas um resultado parcial de uma atuação coletiva prática que temos tido e que já vem se refletindo numa

melhora quantitativa e qualitativa do trabalho de formação em nível nacional, mesmo que ainda insatisfatório e com fortes desequilíbrios entre os estados.

8. Assim admitimos esta proposta de remeter ao Diretório Nacional mais uma vez, desde que:

a) seja realizada uma Conferência Nacional de Formação no primeiro trimestre de 2000 para aprovação de um plano nacional de formação;

b) o Diretório Nacional discuta e decida a questão com base na proposta aprovada pela Conferência, como ponto de pauta prioritário, em sua primeira reunião após a referida Conferência;

c) o texto aqui apresentado seja, desde já, encaminhado com o texto-base para o debate no conjunto do partido e na Conferência.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.

II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

ANEXO V

RESOLUÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Vimos por meio desta repudiar o não cumprimento, pela Direção Nacional do PT, das resoluções do I Congresso do PT e da não realização do II Encontro Nacional dos Petistas Portadores de Deficiência em 23 e 24/11/99, véspera do II Congresso Nacional do PT, com isso prejudicando sobremaneira a sua cidadania, seus direitos e sua participação política.

Resolução do I Congresso do Partido dos Trabalhadores 27/11 a 1/12/1991.

PARTIDO

O PT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

29. O PT deve garantir a plena participação de todos os portadores de deficiência no partido, através de mecanismos adequados, entre os quais recomenda-se o seguintes:

- a) acessibilidade dos portadores de deficiência nas sedes e reuniões partidárias, com eliminação de barreiras arquitetônicas;
- b) direito à informação dos principais documentos em braile ou gravação em fita cassete;
- c) aos deficientes auditivos, garantir o direito de acompanhar reuniões e os programas partidários na TV em condições de igualdade, por meio de intérpretes na língua dos sinais ou legendas escritas.

II ENCONTRO NACIONAL DOS PETISTAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA /99

O Partido dos Trabalhadores (PT) sempre se destacou por sua política de defesa dos excluídos e sua atuação sempre se pautou por isso. Em 30/06 e 11/07/89 realizamos o I Encontro Nacional dos Petistas Portadores de Deficiência no Hotel Danúbio (SP). Este foi o marco na luta e conquistas

de garantias dos nossos direitos e consolidação do setorial. Desde então, vi-mos exclusivamente tentando realizar o II Encontro Nacional dos Setoriais. Em reunião do Coletivo Nacional dos movimentos populares realizado em 25/01/99 foi aprovada a realização deste Encontro Nacional.

Entramos em contato com vários estados em 2/08/99, enviamos uma carta a todos os setoriais, e secretarias estaduais de movimentos populares, conclamando todos os setoriais a realizar seus encontros estaduais e comunicando a intenção de realizarmos o II Encontro Nacional dos petistas portadores de deficiência. A partir da realização do Encontro Estadual dos Setoriais em 12/09/99, intensificamos nossos contatos com a Secretaria Nacional de Movimentos Populares, Secretaria de Finanças e vários dirigentes partidários, achando estes extremamente importante e que realizaríamos tal encontro. Visando viabilizar a realização deste, após apresentação de várias previsões orçamentárias, baseando-se nos encontros estaduais realizados (São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul), garantindo ainda a possibilidade de realização de novos encontros estaduais e a participação de pelo menos um militante de cada estado, que não conseguisse realizar o respectivo encontro, nos surpreendemos com a informação de que o PT não dispunha de recursos financeiros no momento. Só nos comunicaram este ato em 8/11/99, por se sentirem constrangidos em negar algo ao setorial dos petistas portadores de deficiência.

Isto nos surpreendeu ainda mais, pois lutamos pela igualdade de direitos (“respeitadas as nossas diferenças”) e pela nossa plena cidadania, sem paternalismos.

Por isso nosso repúdio à atitude adotada por esse diretório e esperando que esses fatos não se repitam e propiciem a realização desse encontro em março de 2000, conforme prometido, para que possamos discutir a política específica do setorial, legislação municipal/estadual e federal, esperando o efetivo empenho de nossas bancadas em seu cumprimento, nosso papel nas eleições municipais e nossa contribuição à política geral e o rumo do Partido dos Trabalhadores (PT), independentemente das resoluções tiradas no II Congresso Nacional.

*Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”*

ANEXO VI

RESOLUÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL DO PT SOBRE COMUNICAÇÃO

Depois das profundas transformações decorrentes da Revolução Industrial, estamos agora diante de uma nova mudança no processo civilizatório. Em primeiro lugar, o ambiente do trabalho, da transformação da matéria em mercadoria, é, cada vez mais, invadido pela robótica e o ser humano, como força de trabalho, deslocado para um papel secundário. O lugar da obtenção da riqueza – e de disputa da própria hegemonia na sociedade – se desloca para as estruturas de produção e transmissão de informações, quer sejam extraídas da natureza (biotecnologias em geral), quer sejam de âmbito social (telecomunicações, informática e comunicação de massa).

Nesse quadro, na perspectiva primeira de uma sociedade democrática, um dos principais focos de ação da sociedade civil deve ser a construção de instrumentos públicos de produção e transmissão de informações e, por outro lado, conseguir gerar legislações que impeçam a crescente oligopolização – um verdadeiro monopólio de classe – destes instrumentos nas mãos de umas poucas corporações privadas, pois este se torna o campo privilegiado da disputa de hegemonia nas sociedades contemporâneas.

Os meios de comunicação públicos (não estatais e não privado) podem expressar uma nova dinâmica de conteúdos de linguagens, como exemplificam as rádios comunitárias e os canais de TV de acesso público. Entretanto, não nos enganemos. As elites nacionais e seus aliados sabem exatamente a importância de tais ações. Sabem que é no cenário das comunicações que se está a construir a hegemonia das sociedades contemporâneas, e não é por acaso que as regulamentações aprovadas para a radiodifusão comunitária na maioria dos países latino-americanos mais impedem que viabilizam tais emissoras.

Até o momento, a sociedade civil e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) têm sido tímidos na definição da comunicação pública como um dos temas principais da agenda democrática do século XXI. Refletem, assim, sua

incompreensão a respeito dos novos desafios e seu apego a antigas concepções de poder.

A segunda tática que exemplifica a opção estratégica pelo controle público é a construção de instâncias públicas de regulamentação dos instrumentos e dos conteúdos das comunicações.

É preciso, além disso, pensar a urgente reforma da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o intuito de ampliá-la (uma Agência Nacional das Comunicações) e de democratizá-la com ampla participação da sociedade civil, direta (na gestão) e indiretamente (na construção coletiva de suas políticas). Tal agência deve ter o papel de pensar uma política de comunicações para o país em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e científicos.

Ou seja, quebrar o maior monopólio privado dos meios de comunicação existente no planeta, rediscutir a privatização do Sistema Telebras (tendo como meta a criação de uma operadora de capital nacional), enfatizar a pesquisa nacional, propor instrumentos de geração qualificada de empregos, disseminar o acesso à Internet (privilegiando escolas, universidades e hospitais públicos, presídios e centros comunitários, por exemplo) e, enfim, inserir o país de forma soberana na esfera das sociedades da informação.

Em segundo lugar, a defesa da posse imediata do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado em lei de 1991, até hoje engavetado no gabinete dos sucessivos presidentes do Senado Federal (os dois últimos – José Sarney e Antônio Carlos Magalhães – sócios das Organizações Globo). Com a mesma ênfase devemos atuar para a criação de Conselhos de Comunicação Social em todos os estados e municípios do país e seu pleno funcionamento.

O Conselho Nacional e os demais, enquanto instrumentos da sociedade, deverão ter importante incidência sobre a questão cultural, uma vez que a mesma se encontra, cada vez mais, condicionada pelos meios de comunicação de massa. Cabe a estes Conselhos debater o tema dos conteúdos dos meios de comunicação, a questão da construção de novas linguagens, o reforço aos estereótipos, a exploração da violência, a banalização do erótico e, muito especialmente, a valorização das culturas locais e regionais, com a consequente ênfase na regionalização da produção.

Para o Partido dos Trabalhadores (PT), a defesa intransigente da democratização dos meios de comunicação é um elemento fundamental de construção da sociedade democrática, devendo daí decorrer a política geral

de comunicação do partido, orientando também a intervenção de seus militantes nos vários meios de comunicação, inclusive disputando – no plano institucional – autorizações, outorgas e concessões de canais de emissoras de rádio e televisão I em todas as faixas de potência, em todo o país, e mesmo no segmento privado, enfatizando a construção de instrumentos de gestão e controle público.

Nesta perspectiva, este II Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT) institui o Setorial de Comunicação Comunitária, que terá entre suas atribuições prioritárias traçar uma política, aprovada pela Direção Nacional, de estímulo e apoio à disputa de autorizações, outorgas e concessões de canais de emissoras de rádio e televisão, em todas as faixas de potência, por militantes e organizações do campo democrático e popular, e à implantação de veículos comunitários de comunicação eletrônica.

Temos que evitar a forma autoritária como operam os grandes grupos de comunicação e garantir acesso e participação da comunidade onde estiver a rádio ou TV comunitária. Nesse sentido, práticas coletivas devem ser assumidas, especialmente como dimensão pedagógica da construção da nova sociedade desde a propriedade e gestão até a programação e operação. O(a) militante do PT deve evitar a rádio ou TV como propriedade sua, seja militante de base, dirigente ou parlamentar.

Uma rádio ou TV comunitária precisa estar inserida no contexto da comunidade, precisa ser assumida como sua. É a comunidade, bairro ou cidade que devem, pela participação dos representantes dos mais diferentes grupos, definir e decidir os seus destinos, com uma clara opção de classe.

Compreendidas nesse contexto e colocadas a serviço dos interesses dos trabalhadores, as emissoras comunitárias terão que assumir uma clara posição e compromisso com as transformações sociais. De forma didática e pautando esse debate, serão um importante instrumento nas mãos dos movimentos.

O PT tem que ampliar e apoiar a luta pela democratização dos meios de comunicação de massas, a revisão das concessões já em mãos dos empresários e, ainda, possibilitar, de fato, o controle público. Mais que isso, porém, o militante do PT precisa atuar para propagar as ideias e iniciativas que apontem para a superação do sistema em que vivemos e a implantação de uma nova realidade, onde passamos vislumbrar a construção do projeto de sociedade dos trabalhadores.

Que rádio ou TV comunitária fazer então? Não há padrão, existem porém conceitos e princípios construídos ao longo do tempo e formulados por militantes das emissoras comunitárias, com a gestão coletiva por conselho composto por representantes dos grupos da comunidade; a missão de defender a cultura e valores locais e regionais a partir de uma visão de classe; o debate sobre os problemas locais e regionais a partir de uma visão de classe; o debate sobre os problemas locais e sua relação com os gerais; e, um que é básico, a pluralidade de acesso e programação.

Por outro lado, o partido deve aprofundar os projetos dos veículos de comunicação internos, especialmente na perspectiva da construção democrática do partido, e implantar, efetivamente, instrumentos próprios de difusão de informações para a sociedade e de diálogo com ela. Entre os quais, por exemplo, um órgão de circulação nacional, aberto para a sociedade; e um centro nacional de produção e distribuição radiofônica e audiovisual, ligado – via internet e canal satélite – com centros regionais e estruturado para apoiar articulações de emissoras de rádio e TV.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.

II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

ANEXO VII

RESOLUÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL DO PT SOBRE MEIO AMBIENTE

A contraposição ao modelo neoliberal, que hegemoniza o processo de globalização da economia e entrega ao mercado o destino da humanidade, passa necessariamente pela incorporação da dimensão socioambiental em todos os níveis. Centrando na luta contra a exclusão social e a devastação ambiental, um projeto petista para o desenvolvimento do país precisa resgatar o compromisso humanista que está na origem do projeto socialista e democrático e que hoje precisa de uma nova visão do mundo, da natureza, do desenvolvimento da relação entre gêneros e etnias, da cultura, da igualdade e das diferenças.

O desenvolvimento sustentável se transformou num sério desafio para governos comprometidos com a qualidade de vida da população. Nos governos estaduais petistas do Rio Grande do Sul, Acre e Mato Grosso do Sul temos buscado estabelecer o planejamento integrado das políticas públicas.

Os mecanismos descentralizadores, aliados à bem-sucedida experiência do Orçamento Participativo, e o enfrentamento conjunto dos problemas ambientais e sociais têm sido a marca das nossas administrações até o momento. A lógica da globalização vem enfraquecendo os Estados nacionais e seu papel regulador, deixando essa prerrogativa às grandes corporações transnacionais e perdendo a necessária responsabilização com as grandes questões sociais que hoje se colocam em nível mundial. As organizações internacionais que deveriam regular as relações entre os países, como a ONU, estão enfraquecidas. Ao mesmo tempo, projeta-se para a entrada do milênio um cenário onde o mundo será predominantemente urbano.

Mais de 2/3 da população da Terra viverá em cidades ao fim da primeira década deste próximo século, com todos os problemas que o crescimento desordenado, o aumento da pobreza, o consumo, o dispêndio de energia e o

impasse da circulação nas grandes metrópoles estão a prenunciar. Isso significa que os problemas ambientais mais graves estarão concentrados no espaço urbano, atingindo principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, como os trabalhadores, as crianças e os velhos. Os grandes grupos transnacionais, com orçamentos maiores que a maioria dos países, disputam o acesso facilitado a recursos naturais, tecnologias e patentes e utilizam-se da chamada “biopirataria” para economizar tempo e dinheiro na pesquisa de novos produtos. As vítimas são países como o Brasil, especialmente as comunidades e o seu conhecimento sobre o uso dos recursos. Desta forma, os compromissos internacionais assumidos no âmbito da ECO-92 (clima, biodiversidade, florestas e a Agenda 21), a exemplo de conquistas sociais e trabalhistas, se submetem inteiramente à agenda das transnacionais, consolidada no Acordo do GATT, na OMC e nos ajustes promovidos por organismos financeiros multilaterais, com o FMI e o Bird.

Nesse contexto será preciso afirmar novo modelo de desenvolvimento para o país, que redimensione a nossa participação na divisão internacional do trabalho, otimizando as nossas vantagens comparativas em favor da verticalização e beneficiamento da produção primária, da geração de emprego e renda, da conservação dos ecossistemas e do desenvolvimento tecnológico e científico. As políticas industrial e agrícola devem absorver o desafio da sustentabilidade da “matéria-prima”, como a terra e os ecossistemas, e da deposição dos resíduos, inclusive o lixo químico e atômico. As “chamadas externalidades” socioambientais precisam ser incorporadas ao sistema, inclusive até através de subsídios ou custos específicos que remunerem o trabalho voltado à conservação ambiental. É o caso de comunidades empobrecidas no campo e nas florestas que se mantêm integradas aos ecossistemas, conservando-os e diversificando-os. Os programas de financiamento e crédito para a produção, especialmente na agricultura, além da política de incentivos fiscais precisam também incorporar critérios socioambientais dirigindo os recursos para atividades potencialmente sustentáveis e geradoras de emprego e renda. Os estados e municípios precisam também receber compensações através dos fundos de participação para áreas conservadas e proteção dos recursos hídricos e com limitações para o desenvolvimento. O país precisa retomar as políticas de desenvolvimento regional integrado assumindo as particularidades e vocações de cada região e microrregião. A base energética do desenvolvimento precisa

ser redirecionada, mantendo substantivamente a matriz atual, mas redistribuindo de maneira mais democrática seus benefícios e as formas de controle social. Aliás, o indicador e, ao mesmo tempo, critério fundamental para a sustentabilidade é a participação. Desde o nível local até o nacional, é preciso fortalecer os canais de participação, de maneira associada às instituições da democracia representativa.

*Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”*

ANEXO VIII

MOÇÃO DE APOIO
MUMIA ABU-JAMAL

Mumia Abu-Jamal é jornalista e ativista político pela causa dos direitos humanos e foi acusado injustamente pela morte de um policial em 1981. Mumia Abu-Jamal é inocente.

Abu-Jamal, preso há 18 anos, é vítima de racismo, perseguição política e vingança policial. Seu julgamento e todo o processo judicial foram marcados por distorções e irregularidades que só fizeram crescer em todo o mundo as manifestações de solidariedade a Abu-Jamal e de repúdio à discriminação racial e à pena de morte.

Junte-se às entidades do Movimento Negro e Sindical de Defesa dos Direitos Humanos e Partidos Políticos do Distrito Federal para fazer chegar seu protesto ao governo da Pensilvânia e à Presidência dos Estados Unidos.

Somando nossas vozes poderemos impedir que os Estados Unidos pratiquem essa irreparável injustiça, executando o homem que utilizava seu programa de rádio para denunciar as arbitrariedades da polícia. Compareça e participe. Assine o abaixo-assinado, erga sua voz, cante, grite, proteste, exija liberdade de Abu-Jamal – Agora!

*Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”*

ANEXO IX

SOBRE FINANÇAS PARTIDÁRIAS PARA SER APRECIADO PELO DIRETÓRIO NACIONAL

28. Será obrigatório o repasse, de todo filiado ou filiada ocupante de cargo de assessoria no Executivo e Legislativo de até 5%, exceto para os funcionários de carreira cujo salário não sofrerá qualquer modificação com a ocupação do cargo. A tabela será aprovada pelo Diretório Nacional a partir de proposição da Secretaria de Finanças e Planejamento. Haverá um período de transição de três anos para que as instâncias se adaptem a esta tabela, que entrará em vigor a partir de julho de 2000 e será reajustada progressivamente em 1/3 a cada ano, do valor atual ao valor ora proposto e aprovado.

29. Fim do repasse da contribuição dos Diretórios Municipais aos Diretórios Regionais. Essa medida entrará em vigor em julho de 2000. O DN normatizará os repasses das contribuições financeiras entre as instâncias, bem como a distribuição do Fundo Partidário.

30. Será obrigatório o repasse, de mandatários no Legislativo e Executivo de 15% do total de recursos líquidos recebidos. Haverá um período de transição de três anos para que as instâncias se adaptem a esta nova tabela, que entrará em vigor a partir de julho de 2000 e que será reajustada progressivamente em 1/3 a cada ano, do valor atual ao valor ora proposto e aprovado.

31. As cotizações dos parlamentares, prefeitos, vices, governadores, vice-governadores, assessorias e secretários de governo serão centralizadas na SNF&P e redistribuídas a partir de novos critérios estabelecidos pelo Plano Nacional de Finanças que será apresentado até julho de 2000, em conjunto com os novos critérios de distribuição do Fundo Partidário.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.

II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

OS FILHOS DA PAIXÃO

Pedro Tierra

Nascemos num campo de futebol.
Haverá berço melhor para dar à luz
uma estrela?
Aprendemos que os donos do país só
nos ouviam
Quando cessava o rumor da última
máquina...
Quando cantava o arame cortado da
última cerca...
Carregamos no peito, cada um,
batalhas incontáveis.
Somos a perigosa memória das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do
sonho.
Nada causa mais horror à ordem
Do que homens e mulheres que
sonham.
Nós sonhamos. E organizamos o
sonho.
Nascemos negros, nordestinos,
nisseis, índios,
Mulheres, mulatas, meninas de todas
as cores,
Filhos, netos de italianos, alemães,
árabes, judeus,
Portugueses, espanhóis, poloneses,
tantos...
Nascemos assim desiguais, como
todos os sonhos Humanos.
Fomos batizados na pia, na água dos
rios,
Nos terreiros.

Fomos, ao nascer, condenados
A amar a diferença.
A amar os diferentes.
Viemos da margem.
Somos a antissinfonia
Que estorna da estreita pautada
melodia.
Não cabemos dentro da moldura...
Somos dilacerados como todos os
filhos da paixão.
Briguentos. Desafortados. Unidos.
Livres:
Como meninos de rua.
Quando o inimigo não fustiga,
Inventamos nossas próprias guerras.
Desenvolvemos um talento
prodigioso para elas...
Com nossas mãos, sonhos,
desavenças
Compomos um rosto de peão,
Uma voz rouca de peão,
O desassombro dos peões
Para oferecer ao país,
Para disputar o país.
Por sua boca dissemos, na fábrica,
nos estádios,
Nas praças,
Que este país não tem mais donos.
Em 84 viramos multidão, inundamos
as ruas.
Somamos nosso grito ao grito de
todos. Depois gritamos sozinhos. E
choramos a derrota
sob nossas bandeiras.
88: como aprender a governar e

desenhar
em cada passo, em cada gesto, a
cada dia,
a vida nova que nossa boca
anunciou?
89: encarnamos a tempestade.
Assombrados pela vertigem
dos ventos que desatamos.
Venceu a solidez da mentira, do
preconceito.
Três anos depois pintamos a cara,
como tantos,
e fomos o arco-íris e a indignação.
Dessa vez a fortaleza ruiu diante dos
nossos olhos.
E só havia ratos depois dos muros.
A fortaleza agora está vazia. Ou
povoada de fantasmas.
O caminho que conduz a ela passa
por muitos
lugares:
caravanas.
Pelas estradas empoeiradas,
pela esperança empoeirada do povo,
pelos mandacarus e juazeiros,
pelos seringais, pelas águas da
Amazônia,
pelos parreirais, pelos pampas, pelos
cerrados
e pelos babaçuais,
mas sobretudo pela invencível alegria
que o rosto castigado da gente
demonstra à sua passagem.
A revolução que acalentamos na
juventude faltou.

A vida, não. A vida não falta.
E não há nada mais revolucionário
que a vida.
Fixa suas próprias regras.
Marca a hora e se põe diante de nós,
incontornável.
Os filhos da margem têm os olhos
postos sobre nós.
Eles sabem, nós sabemos que a vida
não concederá uma terceira
oportunidade.
Hoje, temos uma cara. Uma voz.
Bandeiras. Temos sonhos
organizados.
Queremos um país onde não se
matem as crianças que escaparam
do frio, da fome, da cola de
sapateiro.
Onde os filhos da margem tenham
direito à terra,
ao trabalho, ao pão, ao canto, à
dança,
às histórias que povoam nossa
imaginação,
às raízes da nossa alegria.
Aprendemos que a construção do
Brasil
não será obra apenas de nossas
mãos.
Nosso retrato futuro resultará
da desencontrada multiplicação
dos sonhos que desatamos.

| 2001 |

XII ENCONTRO NACIONAL DO PT

14 A 16 DE DEZEMBRO 2001
OLINDA/PE



12º ENCONTRO NACIONAL

14 A 16 DE DEZEMBRO 2001
OLINDA/PE

O 12º Encontro Nacional do PT aprova a resolução *Um outro Brasil é possível* que avalia o governo FHC, apresenta alternativas e defende uma ampla política de alianças para derrotar o governo tucano nas eleições de 2002. Também divulga o documento *Diretrizes do Programa de Governo para 2002*.

RESOLUÇÕES APROVADAS¹:

- | Um outro Brasil é possível
- | Diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil ²
- | Prévia nacional
- | Construção partidária

ANEXOS:

- | Resolução sobre a Alca
- | Em defesa dos Direitos dos Trabalhadores. Não ao Projeto Dornelles.

MOÇÕES APROVADAS³:

- | Moção sobre o assassinato do Companheiro prefeito de Campinas Antonio da Costa Santos
- | Moção de solidariedade ao prefeito de Belo Horizonte Célio de Castro
- | Moção Oriente Médio: Paz urgente!
- | Moção: Festival da Juventude
- | Moção de solidariedade: no dia internacional dos Direitos Humanos, a OEA obriga o Brasil a proteger defensores ameaçados no RN

1. Fonte: Caderno de Resoluções do XII Encontro Nacional do PT, 14 a 16 de dezembro de 2001.

2. O texto de "Diretrizes do Programa de Governo", publicado como Resolução do XII Encontro de Recife, não é o texto final. Isto porque algumas das emendas aprovadas, que não tinham localização textual precisa ou dependiam de ajustes de redação, estavam sendo incorporadas pelo coordenador do PAG, companheiro Celso Daniel, quando este foi brutalmente assassinado. (Conforme errata, publicada no caderno de Resoluções do XII Encontro).

3. Fonte: Idem.

- | Moção contra a discriminação por orientação sexual e pela afirmação da cidadania homossexual
- | Moção em defesa dos direitos da mulher trabalhadora
- | Moção de apoio ao povo árabe
- | Moção em defesa da renda máxima
- | Moção Seminário BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
- | Moção em defesa do povo venezuelano e de suas conquistas
- | Moção de repúdio à redução da idade penal
- | Moção de solidariedade à bancada do PT na assembleia Legislativa de Pernambuco

TESES APRESENTADAS⁴:

- 1) Um Caminho Petista e Socialista, Marcelino Pies;
- 2) Uma revolução democrática;
- 3) A Reconstrução do Brasil, José Dirceu;
- 4) Mais um ano e meio de FHC não dá! Markus Sokol;
- 5) A atualidade de um programa de transição ao Socialismo, Raul Pont;
- 6) Eleições 2002, o programa e o socialismo, Julio Quadros;
- 7) Por um Partido socialista e de massa, José Fortunati;
- 8) Um PT do tamanho do Brasil, Tilden Santiago.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO PT⁵:

- José Dirceu – 113.713 (55,55%)
- Raul Pont – 35.277 (17,23%)
- Júlio Quadros – 31.062 (15,17%)
- Tilden Santiago – 15.552 (7,60%)
- Ricardo Berzoini – 5.769 (2,82%)
- Markus Sokol – 3.336 (1,63%).

Total de votos válidos: 204.709

Votos nulos: 11.219 (5,48%)

Votos brancos: 6.028 (2,94%)

4. Fonte: 2º Caderno de Teses: Eleições Diretas, setembro de 2001.

5. Fonte: Um outro Brasil é possível. Tese-guia do XII Encontro Nacional do PT

CHAPAS APRESENTADAS⁶:

Por um Socialismo Democrático - (Chapa 10)

Um Outro Brasil é Possível - (Chapa 20)

Que o Partido Cumpra o Mandato - (Chapa 30)

Um Novo Mundo é Possível. Um novo Brasil é urgente - (Chapa 40)

Socialismo ou Barbárie - (Chapa 50)

Democracia Solidariedade e Luta - (Chapa 60)

Movimento - (Chapa 70)

VOTAÇÃO DAS CHAPAS NACIONAIS⁷

Chapa	Nº	Votos	%
Um Outro Brasil é possível	20	105.895	51,62
Socialismo ou Barbárie	50	32.297	15,74
Um Novo Mundo é Possível: Um novo Brasil é urgente	40	30.251	14,75
Movimento	70	16.416	8,00
Democracia Solidariedade e Luta	60	10.167	4,96
Por um Socialismo Democrático	10	6.012	2,93
Que o Partido Cumpra o Mandato	30	4.095	2,00

Total de votos válidos: 205.133

Nulos: 9.070 (4,42%)

Branco: 7.633 (3,72%)

Total de votos: 222.956

6. Fonte: 2º Caderno de Teses: Eleições Diretas, setembro de 2001.

7. Fonte: Um outro Brasil é possível. Tese-guia do XII Encontro Nacional do PT.

APRESENTAÇÃO

Estas resoluções do XII Encontro Nacional do nosso Partido dos Trabalhadores (PT) já eram importantes na vida do partido pelas decisões relativas à disputa presidencial de 2002, envolvendo as diretrizes do programa de governo e a política de alianças.

O brutal assassinato do companheiro Celso Daniel, prefeito de Santo André, um dos principais elaboradores das diretrizes do PAG – e que fora depois nomeado por unanimidade pelo PT para ser seu coordenador –, aumenta nossa responsabilidade de trabalhar e lutar para implantar as decisões tomadas naquele histórico Encontro Nacional, que foi realizado em Recife em homenagem ao Nordeste e a seu povo, ao PT e à esquerda pernambucana por seu espírito de frente. Saudações de abertura do XII ENPT popular e sua bonita história de lutas pela independência, pela democracia e pelo socialismo.

Sua publicação pelo Diretório Nacional (DN) é uma homenagem póstuma ao companheiro Celso Daniel e a reafirmação de nosso compromisso democrático, pluralista, e nossa crença na luta pela vida e pela dignidade humana.

Depois de 22 anos de existência, nosso partido adquiriu uma longa experiência programática, política, de governo e social. Celso Daniel foi capaz de expressar no seu texto final das diretrizes, apoiado por outros companheiros e companheiras, essa rica experiência política e social que é o nosso PT, porque foi um dos principais construtores dessa história e era um representante legítimo dela.

A construção destas resoluções foi possível pelo caráter democrático do processo de eleições diretas, as primeiras da história do PT, e pelo debate político amplo e intenso que tivemos no Encontro de Recife, talvez o mais organizado e mais politizado que fizemos até hoje. Graças à contribuição do conjunto da militância e das forças políticas do nosso partido, conseguimos consolidar nas diretrizes o que temos de melhor em formulação programática e em experiência política e de governo, e fomos capazes de, na política de alianças e na avaliação da conjuntura, consolidar uma ampla maioria para unificar o partido para as eleições de 2002.

As resoluções do XII Encontro e a figura de Celso Daniel expressam nosso compromisso e nossa determinação de governar o Brasil e mudar a nossa sociedade, nosso propósito de colocar um fim nas injustiças e na violência que hoje são a sua principal marca.

I. FHC: CRISE, CORRUPÇÃO E DESGOVERNO

1. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) fracassou. Depois de quase sete anos, FHC e seu condomínio partidário conservador legam ao país estagnação e desnacionalização da economia, aumento da dependência externa, degradação da infraestrutura, aumento da desigualdade social e elevado nível de desemprego. A participação dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) encontra-se no nível mais baixo das últimas décadas. Estamos com cerca de 7,6 milhões (IBGE) de desempregados, 53 milhões de pobres e 23 milhões de indigentes, segundo dados do Ipea. Com o avanço da crise social, aumentam os índices de violência, o crime organizado, a insegurança e desorganização da sociedade. As políticas sociais de FHC, quando existiram, não foram além de medidas paliativas e compensatórias destinadas à propaganda política.

2. O governo faliu também moralmente. As denúncias de corrupção foram se acumulando e, para contê-las, o governo transformou a relação com o Legislativo num balcão de negócios. A corrupção no governo FHC tem hoje duas faces: uma, tradicional, que se traduz na apropriação privada e no desvio de recursos públicos; outra, moderna, sofisticada, que transfere para o setor privado ativos públicos subvalorizados, que lança mão de informações privilegiadas para obter ganhos especulativos. A corrupção não é apenas um grave problema ético, mas tomou-se um imenso problema econômico e social. A impunidade criou um ambiente de decomposição política e moral das instituições. FHC exerce um presidencialismo imperial, com agressões seguidas à democracia e à Constituição, tendo emitido mais Medidas Provisórias do que todos os presidentes desde a ditadura militar. A nossa luta pela CPI da corrupção mostrou que só a ampla mobilização popular é capaz de obrigar o Congresso a punir os que praticaram crimes contra o interesse público. O governo FHC está esgotado e nossa principal tarefa é construir um programa democrático e popular de esquerda e uma coalizão de forças capaz de impulsionar nossa vitória nas eleições de 2002.

3. Os indicadores de esgotamento do modelo econômico neoliberal estão por toda a parte: estagnação econômica, sucessivos déficits nas nossas contas externas e crescimento da dívida interna. A fragilidade cambial e fiscal continua expondo o país à instabilidade econômica e financeira internacional e serve de pretexto para a implementação de uma política econômica que beneficia o grande capital, especialmente o financeiro.

4. A política de desmonte do Estado e a privatização irrestrita, acompanhada pela precariedade das políticas de regulação, apresentam agora seus resultados, como o dramático racionamento de energia.

5. Ao recorrer novamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo FHC deixou mais uma vez exposta a vulnerabilidade do país. Negociou um acordo que apenas empurra para a frente o agravamento da crise, reforça os termos do ajuste fiscal ditado pelo Fundo, que amarram o investimento produtivo e as políticas sociais, e se compromete a aprofundar a privatização, levando à venda os poucos instrumentos de política econômica e de desenvolvimento que restam nas mãos do Estado brasileiro: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o restante do setor energético, a Petrobras, os fundos de pensão, os correios e o saneamento básico, além de liquidar com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6. O modelo neoliberal patrocinado por FHC é a versão local de um conjunto de reformas conservadoras internacionais centradas na liberalização comercial e financeira, na desregulamentação econômica, nas privatizações, na quebra de direitos trabalhistas, na guerra fiscal, postas em prática desde meados dos anos 80. Este processo destrói parte das economias domésticas, jogando na pobreza populações inteiras, acentuando os movimentos migratórios, os conflitos étnicos, o racismo e a xenofobia, gerando tensões sociais e políticas nacionais e internacionais.

7. Estamos vivendo um momento de aprofundamento da crise do neoliberalismo no Brasil e do seu núcleo político, o PSDB. Isto se dá em um contexto internacional de ampliação do movimento de resistência à globalização neoliberal. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma instabilidade crescente da economia mundial, com uma impressionante sucessão de crises e com o seu encaminhamento para um quadro de recessão internacional, com graves repercussões, sobretudo, para a periferia. O aprofundamento da crise brasileira

coincide com este processo internacional, porque a característica central dos governos do PSDB foi justamente a de ampliar ao máximo a inserção dependente do país à globalização capitalista. Por isto, a crise atualmente representa muito mais do que o ocaso de um governo.

É toda a sua concepção política e econômica neoliberal que está abalada. Esse processo vem minando a legitimidade do projeto neoliberal, aqui e no mundo. E ampliando as possibilidades de resistência e de construção de alternativas programáticas que afirmem um outro sentido, um outro destino para o Brasil e para o mundo. As ideias de que o mundo não é uma mercadoria, que um outro mundo e um outro país são possíveis, mostram o grande potencial de transformação que está posto no presente. Como o neoliberalismo tem sido, nas últimas décadas, a ideologia dominante, seu enfraquecimento abre uma oportunidade histórica para a esquerda em todo o mundo, e para o PT em especial, de aprofundar a defesa dos valores do socialismo democrático.

8. Esta é a herança deixada pelo governo do PSDB/PFL/PMDB governista e também é o retrato do desafio que o PT terá pela frente. A reconstrução do Brasil depois do vendaval neoliberal exigirá a realização de um amplo movimento nacional capaz de reerguer o país, resgatar sua soberania, implementar um programa de reformas e fortalecer a autoestima do nosso povo. A grande tarefa das forças de esquerda é a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento que promova a superação do neoliberalismo.

II. DERROTAR O NEOLIBERALISMO E CONSTRUIR UM NOVO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR

9. A blindagem internacional do modelo neoliberal é gerenciada pelas instituições multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC que monitoram a liberalização comercial para garantir as práticas monopolistas das grandes corporações transnacionais e favorecem o capital financeiro.

Os EUA pressionam para implantar a Alca e induzem à dolarização algumas economias da região. A implantação da Alca, como está sendo proposta, pode representar para as economias latino-americanas a desestruturação de parte do seu sistema produtivo e a anulação de sua soberania. A agenda de negociação não inclui mecanismos democráticos de gestão, fundos de compensação para as economias mais frágeis, como foram utilizados na União Europeia, garantias para manutenção da capacidade industrial e agrícola,

preservação do meio ambiente e do nível de emprego. A assimetria na Alca beneficiará os EUA, que concentram 77% do PIB do hemisfério, possuem enormes vantagens em termos de competitividade sistêmica, organização empresarial, capacidade tecnológica e taxa de juros. Estão sendo negociados concessões comerciais e novos direitos para as empresas transnacionais acima do poder jurídico nacional. O Brasil deve lutar pela abertura dos mercados dos países ricos, preservar sua vocação multilateral de comércio, estimular o fortalecimento do Mercosul em novas bases políticas, institucionais, tecnológicas e culturais.

10. Na América Latina, o modelo neoliberal jogou as principais economias em um contexto de recessão e instabilidade, além de agravar a crise social e política. A crise Argentina é hoje o alerta mais próximo, revelou de forma trágica que o cumprimento das medidas impostas pelo FMI levam os países atrasados à bancarrota, e não o contrário, como apregoa o discurso oficial. Melhor exemplo de cumprimento da cartilha do Fundo do que os governos Menem e De la Rúa/Cavallo não há. Ainda assim a Argentina está quebrada e ameaça o Mercosul, como instrumento de desenvolvimento econômico soberano da região.

A integração latino-americana é o nosso projeto estratégico para redefinir a correlação de forças no continente. Ela só será possível com um novo governo e uma nova coalizão de forças políticas, que permita novas alianças, inclusive com forças progressistas dos EUA.

11. O nosso governo irá liberar essas energias criativas e renovadoras. O país deixará de ser escravo discurso tecnocrático que, visando a preservação do *status quo*, cria falsas dificuldades para enfrentar os problemas da nação. Não que estes sejam simples. Ao contrário, esta década neoliberal agravou-os significativamente.

Mas há muitas possibilidades, muito desejo de mudança e participação represado em nossa sociedade por uma ideologia elitista, egoísta e individualista. Ao patrocinar um amplo movimento de reconstrução do país, o PT estará promovendo o florescimento de uma cultura e valores fundamentais para a criação de uma nova sociedade.

12. No plano militar, iniciativas como o Plano Colômbia vão demonstrando o absoluto desprezo pelo princípio de autodeterminação dos povos, com um impacto direto sobre a Amazônia que vai sendo desenhada como

área de disputa estratégica neste novo século. O novo governo deve dar prioridade ao desenvolvimento sustentável na região que preserve a biodiversidade e assegure a soberania do Brasil sobre a Amazônia.

13. É preciso enfrentar a blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado, recuperar valores como a cooperação internacional e afirmar a soberania nacional e a luta contra a desigualdade como os dois valores centrais de nossa política de relações internacionais. Nesse sentido, será decisivo utilizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam por sua identidade e autonomia. A construção desta política deve valorizar o Fórum Social Mundial e ainda fortalecer o movimento de defesa da Taxa Tobin e pela constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres, na qual o Brasil não está incluído, deve ser acompanhada pela perspectiva de auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “Terceiro Mundo” e devem ter destaque na política internacional do novo governo democrático e popular.

14. A conjuntura internacional foi profundamente alterada depois dos dramáticos acontecimentos de 11 de setembro último. Os atentados terroristas nos Estados Unidos, condenados pela opinião pública democrática do mundo inteiro, provocaram mudanças substantivas na política externa norte-americana, até então dominada pelo unilateralismo. O ataque terrorista obrigou o governo dos Estados Unidos a ampliar seu leque de alianças, cortejar o mundo árabe e fazer, inclusive, enormes concessões a regimes ditatoriais, como o paquistanês, com os quais estava praticamente rompido. Essa flexibilização diplomática não diminuiu a arrogância do Império, nem sua agressividade. Em nome do combate ao terrorismo, os Estados Unidos cometem atrocidades no Afeganistão e associam-se a bandos de facínoras, como já haviam feito no passado, quando se aliaram ao Taleban e ao próprio Bin Laden para combaterem os soviéticos. Não hesitam em ameaçar outros países, quando afirmam que irão atacar os terroristas “onde eles estejam”. No plano interno, o combate ao terrorismo ensejou uma sucessão de violações dos direitos civis, a instituição de tribunais de exceção, o cerceamento do direito de defesa de

“suspeitos” e outras medidas discricionárias, sobretudo contra estrangeiros, que provocam inquietação e repúdio dentro dos próprios Estados Unidos e na opinião pública mundial. O Partido dos Trabalhadores reitera suas posições expressas em sucessivas notas oficiais emitidas desde 11 de setembro contra a guerra e o terrorismo. Os conflitos devem ser enfrentados pela via diplomática nos organismos internacionais, na perspectiva da tolerância cultural e religiosa, garantia de paz mundial e convivência dos povos. Apelamos à FHC, governos e sociedade civil no sentido de buscar soluções que preservem a paz mundial, os direitos civis e humanos de todos, inclusive do povo afegão pobre, oprimido e vítima de guerras e governos tirânicos nos últimos 20 anos. Condenamos enfaticamente o terrorismo, estamos solidários com as vítimas, mas repudiamos a guerra que tem vitimado a população civil afegã e multiplicado atos de barbárie. É necessário que cessem as ações militares, que haja paz e negociações, e que os responsáveis pelo terrorismo sejam julgados por tribunais internacionais. É necessário que cessem igualmente as ameaças contra outros países.

15. Os atentados de 11 de setembro deslocaram temporariamente o centro da luta política. Os Estados Unidos e seus seguidores querem transformar a oposição “terrorismo X democracia” em eixo principal dos embates políticos da conjuntura. O que vinha marcando o período anterior ao ataque terrorista era o crescente repúdio à globalização sob hegemonia neoliberal, como demonstravam as manifestações de Seattle, Washington, Nice, Praga e Gênova, dentre outras, além do grande impacto provocado pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Esses movimentos foram acompanhados de inúmeras manifestações de intelectuais, técnicos e até mesmo governos criticando abertamente a perversa ordem econômica mundial implantada nos últimos 15 anos. Todas essas manifestações expressavam o fracasso das políticas liberais que conduziram o mundo à beira de uma recessão, aumentaram as diferenças entre países ricos e países pobres e aprofundaram as desigualdades sociais em uns e outros. É necessário trazer o debate político e a luta social para seu verdadeiro terreno que é o da denúncia da aventura neoliberal e o da construção de uma nova ordem mundial democrática e justa do ponto de vista econômico e social. A recente reunião da Organização Mundial do Comércio, em Doha, apesar da propaganda, sobretudo aqui no Brasil, pouco avançou. Não houve o impasse total nem manifestações de rua, como em

Seattle, mas os acordos firmados não dão nenhuma garantia na luta contra o protecionismo das grandes potências. As negociações serão muito difíceis à medida que se aprofundem os sinais já evidentes de recessão mundial. O PT reitera seu apoio e compromisso com o movimento antineoliberal e com o Fórum Social Mundial que será realizado em Porto Alegre no ano de 2002.

16. O governo Fernando Henrique, compreendendo a importância que as questões internacionais terão no debate político nacional, realizou uma ampla operação de propaganda, na Europa, na ONU e na reunião da OMC. Os discursos de FHC na Assembleia Nacional Francesa e na ONU são peças retóricas que pouco têm a ver com a real política brasileira. O país já se acostumou a ver seu presidente falar “à esquerda” no exterior e continuar realizando sua política de submissão aos interesses internacionais. De nada adianta requestrar uma retórica “terceiro-mundista” lá fora e praticar aqui dentro uma política econômica que aprofunda nossa dependência e vulnerabilidade externa. O debate político e a campanha eleitoral de 2002 serão fortemente dominados por temas internacionais.

III. AS BASES DE UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA DEMOCRÁTICA E POPULAR, VITÓRIA DE 2000 E CRESCIMENTO DO PT

17. Foi neste contexto histórico de crise do modelo neoliberal e da necessidade de dar uma resposta de esquerda que o PT deu mais uma contribuição revolucionária à democracia brasileira, ao realizar, pela primeira vez na história partidária do país, eleições diretas para a escolha de todos os dirigentes do partido. O PT reafirma os valores do socialismo democrático, que continua sendo uma possibilidade histórica aberta para a humanidade, um processo a ser construído, e não uma inevitabilidade. Compromisso assumido desde a construção do partido e sacramentado nas resoluções do I e II Congressos. Nas eleições de 2000, o PT obteve a sua mais importante vitória eleitoral. O PT se consolidou como partido nacional, majoritário eleitoralmente nas esquerdas e na oposição. Já no primeiro turno obteve 11.938.753 votos, um crescimento de 51,2% em relação a 1996. Com a vitória em 187 municípios, os prefeitos petistas vão administrar 28,8 milhões de habitantes. O PT elegeu ainda 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores.

18. Este crescimento político do PT exige que o partido promova uma ampla formação política e cultural de sua militância, além de medidas de re-

novação organizativa, modernização estrutural e consolidação da democracia interna. As novas possibilidades e os novos desafios, que incluem também os problemas advindos de nosso crescimento institucional, demandam medidas que garantam o compromisso político-programático da militância, o respeito à democracia interna, o profissionalismo e a eficácia de nossas ações.

19. Além das próprias eleições diretas internas, outros passos importantes já foram dados: hoje dispomos de um planejamento orçamentário e transparência financeira; estamos implantando a Carteira Nacional de Filiação que racionalizará e dará maior confiabilidade e agilidade à vida partidária; está em fase final de elaboração o Cadastro Geral do PT , que permitirá uma relação direta com cada filiado; conseguimos aprovar o novo Estatuto do Partido, reivindicação histórica de nossa militância, para compatibilizar as regras de funcionamento com a vida real do PT hoje. Mas podemos e devemos avançar ainda mais nessa direção, concretizando projetos já existentes que darão um salto de qualidade na construção partidária: a Agência de Notícias, o novo Portal do PT , a Intranet interligando os Diretórios em todo o país, a Organização Microrregional em todo o país, o projeto de História e Memória, o projeto de Formação Política Massiva a Distância, o Sistema de Informação e Documentos dos Governos e mandatos, o programa Vitrine 2002, entre outros. Essa verdadeira revolução organizativa, em parte já realizada, é fundamental para que o partido potencialize a sua ação política e aproveite, de modo sustentado e duradouro, as amplas oportunidades conjunturais e histórias abertas ao avanço das esquerdas e das forças populares.

O MOMENTO POLÍTICO ATUAL E O PT

20. Vivemos um período de transição entre uma situação de defensiva do governo e da coalizão conservadora que o sustenta para uma situação de equilíbrio entre nós e a direita. Isso em relação à disputa política, uma vez que não ocorre no aspecto eleitoral e todas as pesquisas mostram a posição sólida de Lula e do PT no eleitorado. Como já alertávamos, o governo tem recursos e retaguarda para disputar sua continuidade, agora “sem continuísmo”, como querem os estrategistas do Planalto.

21. A nova situação tem sido marcada por crises na base governista e principalmente pelas divisões dentro do PSDB, mas o espaço político tam-

bém foi ocupado pelas iniciativas das forças governistas; o aparecimento da candidatura Roseana Sarney, qualquer que seja seu destino; a disputa entre Tasso e Serra e a decisão sobre as prévias no PMDB, onde a maioria governista praticamente inviabilizou, utilizando-se de expedientes antidemocráticos, a candidatura do governador Itamar Franco.

22. Há uma tentativa pública e intensa de construir um discurso e uma imagem para a candidatura governista, uma grande ofensiva na mídia contra nossas propostas e a liderança de Lula nas pesquisas. O governo e seus partidos assumem retoricamente um discurso próximo do nosso e desencadearam uma ampla operação contra Lula a partir da manipulação de suas declarações sobre agricultura, combate à fome e exportações.

23. Como ocorreu durante o debate do programa econômico do Instituto da Cidadania, as propostas de Fome Zero e Segurança Pública também não ficaram sem a reação da direita, que tenta, uma vez que temos propostas desqualificá-las e, para isso, conta com ampla cobertura na mídia. É preciso portanto, destacar que nem sempre respondemos à altura às críticas e aos ataques contra nossas propostas e posições e que necessitamos reocupar o espaço do debate político com iniciativas e propostas programáticas de forma organizada e dirigida pelo DN tentando quebrar o cerco articulado pelas forças governistas na grande imprensa.

24. Nossa vitória em 2002 significa uma derrota estratégica do neoliberalismo. É por isso que aumentam os ataques ao PT. As tentativas de desqualificar o debate programático feito no partido, os ataques contra os governos populares de Marta e Olívio, as tentativas infrutíferas de envolver o PT em supostos casos de corrupção, a volta da velha cantilena de que nossa vitória afugentaria o investimento externo, são um conjunto de ações voltadas a frear o fortalecimento do PT .

25. Apesar de não ter ainda assumido publicamente uma política clara de utilização dos atentados de 11 de setembro nos EUA e da nova situação internacional criada com a guerra no Afeganistão desencadeada pelo governo norte-americano, para as eleições presidenciais, há indícios de que setores da coalizão conservadora pretendam utilizar o fato contra o PT, procurando, de maneira absurda e espantosa, nos identificar com a violência, como fez, indireta e subliminarmente, o programa do PFL, numa ação típica de golpismo. O PT é um partido reconhecidamente de-

mocrático e reitera sua posição contra a guerra e o terrorismo e por uma política internacional onde os conflitos sejam enfrentados pela diplomacia e organismos multilaterais, na perspectiva da tolerância cultural e religiosa, garantia da paz mundial e convivência pacífica dos povos.

26. Mas o centro do ataque do governo à nossa candidatura continua sendo a governabilidade, nossa capacidade de fazer a transição deste modelo econômico neoliberal para um novo e, principalmente, a exploração do preconceito contra Lula, nosso velho conhecido, ainda que todas as pesquisas indiquem que ele é o mais preparado para governar o país, além de sua maior preferência e menor rejeição.

27. A direita, de tempos em tempos, testa nossa popularidade e o apoio que temos na sociedade, explorando temas que sustentam Antônio Carlos Magalhães, que se opõe à candidatura Serra, e se esta se viabilizará do ponto de nosso discurso, disputa conosco os temas sociais, nos imputa a defesa do protecionismo europeu e agora pauta a questão da ética a partir dos episódios no Rio Grande do Sul, tentando, inclusive, criar uma pauta nacional de denúncias contra o PT, como foi também nos casos contra nossos governos no Acre e em Sergipe, em que as manobras políticas foram rapidamente desmascaradas. Apesar das graves denúncias contra José Ignácio – tucano (agora ex) – e Jaime Lerner (PFL), o governo, com as renúncias de ACM, Arruda e Jader, procura apagar sua péssima imagem junto à sociedade.

28. É fundamental que o partido no RS tome as medidas adequadas para o momento e que, em nível nacional, para além da solidariedade ao Olívio Dutra, nossa militância esteja informada e possa defender nosso governo e nosso projeto para o RS, sem perder de vista o caráter nacional desta questão. Por isso mesmo a Direção Nacional precisa revisar todos os nossos instrumentos de controle interno de finanças, reiterar nossa posição a favor do financiamento público de campanha e redobrar a fiscalização partidária sobre as doações financeiras nas eleições de 2002.

29. O governo sabe que somos os principais adversários em 2002 e nos trata como tal, buscando inviabilizar a candidatura Itamar Franco e fustigando de maneira cíclica as candidaturas de Ciro Gomes e Anthony Garotinho.

30. O cenário das eleições ainda está indefinido, seja pelas divisões na base governista e pela situação do PMDB, seja pela fragilidade das candidaturas de Ciro Gomes e Garotinho, que procuram chegar a 2002 com um

mínimo de apoio nas pesquisas e com alianças e palanques estaduais – o que não parece ser fácil ou mesmo possível, mas o que não significa que retirarão suas candidaturas. Hoje o cenário é de que tendem a manter suas candidaturas e que o PMDB apoiará o candidato governista, faltando decidir quem o será e como se comportará o PFL – o que fazer com a candidatura de Roseana, com vista eleitoral. Com o PMDB apoiando o candidato governista abre-se uma disputa pela base oposicionista deste partido e pelo apoio de Itamar Franco, que pode influir decisivamente no resultado das eleições no país e em Minas Gerais.

31. Mas não é impossível uma crise ou mesmo a retirada de uma das candidaturas da oposição, o que criaria uma situação nova para o PT, hoje podendo contar com a aliança com o PC do B, abrindo-se a possibilidade de uma aliança, ainda no primeiro turno, hoje descartada pelas candidaturas próprias do PSB e do PPS e pela postura de confronto do PDT.

32. Por tudo isso é fundamental a manutenção, reafirmada no PED (Processo de Eleição Direta), de nossa política de alianças, viabilizando a construção dos palanques estaduais, onde procuraremos consolidar com os partidos de oposição alianças regionais que podem e devem viabilizar uma aliança nacional no primeiro e, com certeza, no segundo turno e no governo.

33. Futuramente, o partido tem três eventos importantes que devem ser canalizados, sem prejuízo do debate democrático, para a consolidação de nossa alternativa e de nosso projeto político: o XII Encontro Nacional, as prévias de 17 de março e os programas de rádio e TV do primeiro semestre de 2002.

34. As prévias deverão ser um momento de debate sobre a candidatura a partir de uma base programática já aprovada no XII Encontro e não podem ser um elemento para dividir ou expor o partido, e sim para mobilizar nossos filiados em torno de uma candidatura que será escolhida pela maioria partidária.

35. Os programas de rádio e televisão do primeiro semestre serão realizados com um quadro eleitoral mais definido e também com uma situação política mais clara, inclusive com relação à ofensiva governista contra nós. Nele poderemos, inclusive, dar uma resposta geral ao discurso governista e apresentar já nossa proposta de programa de governo e nosso candidato.

36. Continuam sendo prioridade nossos governos nos municípios e estados e a divulgação de suas realizações. Para tanto, o acompanhamento

político dos governos e a articulação nos níveis estadual e nacional de nossas administrações deve ser permanente e coordenado pela direção nacional.

37. No campo da disputa na sociedade o governo continua procurando impor sua agenda e age com amplo apoio da mídia para sua continuidade. Vários órgãos da imprensa já assumiram claramente este apoio. É evidente a superexposição do candidato da preferência de FHC na mídia, orquestrada inclusive por sucessivas aparições em cadeia nacional de rádio e TV, por determinação do Planalto. Para a direita, o importante é manter a situação sob controle e vender a ideia que em 2002 a situação econômica melhorará – como tentaram fazer no início de 2001, mas a crise energética e a situação internacional inviabilizaram essa tentativa.

38. O governo não tem ficado parado, fez uma ampla ofensiva publicitária em tomo de seus chamados “programas sociais”, mantém seu candidato preferencial na mídia e, com a Conferência da OMC em Doha, iniciou um vasto movimento para tentar mudar sua imagem em relação a sua política externa. A recente viagem do presidente ao exterior foi um movimento claro nesta estratégia e representou um apoio explícito da chamada comunidade internacional à continuidade do atual modelo econômico. Trata-se de transformar FHC num grande eleitor em 2002.

39. O governo retomou a iniciativa no Congresso Nacional dificultando a correção da tabela do Imposto de Renda e apresentando propostas que degradam os direitos trabalhistas e, não nos iludamos, irá tentar fazer a reforma do sistema financeiro, com a independência do Banco Central. Não vacilou em retaliar, por meio de medida provisória, a vitoriosa greve dos servidores públicos da saúde, as greves da Previdência e das universidades e o próprio Judiciário, o que demonstra que permanece no governo a continuidade da estratégia neoliberal e a perspectiva de blindagem do modelo econômico, apesar da mudança de discurso político, em especial de seus potenciais candidatos.

40. Isto significa que, apesar de seu desgaste político, de sua impopularidade, das divisões em sua base e da grave situação econômica do país, o governo não tem vacilado em se impor e não parece disposto a ceder, não hesitando, inclusive, em continuar o ajuste fiscal e os cortes orçamentários e em tomar decisões políticas como as de eleger Rames Tebet para a presidência do Senado e indicar Ney Suassuna para o Ministério do Interior, desde que o PMDB apoie seu candidato.

41. Na sociedade o agravamento da crise, as perdas salariais e o aumento do desemprego exigem uma resposta dos movimentos dos trabalhadores, e lutas importantes estão ocorrendo. No funcionalismo público federal – saúde e previdenciários, universidades federais e Judiciário –, o arrocho salarial prolongado provocou a reação organizada dos servidores e o governo demonstrou sua incapacidade e intransigência com ataques inéditos ao direito de greve, além de um desrespeito aberto às decisões judiciais. No setor privado, a recente mobilização dos metalúrgicos, que reverteram as demissões na Volks, revelam o impacto que a recessão terá sobre o emprego. A ofensiva do governo para degradar direitos trabalhistas atacando conquistas históricas da CLT exige uma ampla e imediata mobilização sindical que fortaleça a atuação da bancada federal do PT e da oposição.

42. Fica evidente a necessidade de uma maior articulação das oposições no Congresso Nacional e de se criar uma agenda de mobilização nacional para unificar as diferentes lutas sociais e políticas em 2002, ano que começará com o Fórum Social Mundial reunindo-se em Porto Alegre, ponto de partida e de continuidade de um amplo movimento mundial antineoliberal com o qual estamos comprometidos.

43. Somente assim poderemos retomar a iniciativa política e, com base no vasto apoio popular que temos, fazer da disputa eleitoral um momento de consolidação de uma maioria para sustentar um novo governo no país.

44. O partido tem que ter a consciência de que a disputa eleitoral de 2002 será entre dois projetos políticos para o Brasil e que nossa vitória dependerá da capacidade de enfrentarmos sem trégua o governo FHC e sua política econômica. A elite política e empresarial brasileira comprometida com o neoliberalismo não vacilará em apelar a todos os recursos e instrumentos para impedir nossa vitória. Por isso mesmo temos que mobilizar o país, enfrentar o debate político programático, unificar o partido e não abandonar nossa política de alianças. O PT é hoje o grande depositário das expectativas da população. O partido tem a responsabilidade de criar as condições de derrotar FHC e construir um novo governo, porque é este o apelo popular contido no resultado das urnas em 2000, nas Marchas dos Cem Mil e Contra o Apagão e a Corrupção, no Plebiscito Nacional da Dívida Externa, nas manifestações dos “Outros Quinhentos” na Bahia, na luta articulada pelo Fórum Nacional de Lutas, nas lutas da CUT, da Contag, do MST, da UNE, da CMP.

45. Como no segundo semestre de 2001, no primeiro de 2002 estaremos ainda envolvidos na construção do nosso programa e nas prévias. Portanto, a nova direção nacional e as novas lideranças na Câmara e no Senado terão o desafio de evitar o internismo, aproveitando estes eventos para reforçar a mobilização popular, nossa oposição a FHC e a construção de nossa alternativa de governo.

AS ELEIÇÕES DE 2002 E A POLÍTICA DE ALIANÇAS DO PT

46. Faltando pouco menos de um ano para as eleições gerais de 2002, o quadro sucessório permanece ainda indefinido. Não está claro o espectro das candidaturas de oposição, que contam hoje com a maioria da preferência dos eleitores consultados nas pesquisas. Não está definida, tampouco, a candidatura governamental, nem mesmo se as forças que sustentam FHC terão um só candidato. Apesar da fragilidade dos nomes do PSDB nas pesquisas e do crescimento de Roseana Sarney, cuja candidatura ameaça o equilíbrio interno da aliança governista, é muito provável que tenhamos um candidato único do governo no segundo turno das eleições presidenciais e que esse nome seja o de um tucano. A possível presença de um candidato governista no segundo turno, a despeito do desgaste atual de Fernando Henrique e da fragilidade do PSDB nas pesquisas, é previsível em função do peso que terá na eleição o poder econômico, além do apoio que o candidato do governo poderá obter dos meios empresariais, da mídia, da máquina governamental, sem falar da pressão internacional, que deverá aumentar à medida que a eleição se aproxime.

47. A política de alianças deve orientar-se pelo respeito a um programa de governo antineoliberal capaz de propor a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento para o país, que defenda uma mudança do modelo econômico assentada em um amplo programa de inclusão social, com radicalização da democracia e inserção soberana do Brasil no mundo. Ela deve articular forças políticas nacionais e estaduais que não necessariamente estarão juntas no primeiro turno. Terá enorme importância a eleição para a Câmara e para o Senado, na medida em que as esquerdas no governo necessitarão aumentar substantivamente sua atual representação parlamentar, que está nitidamente abaixo de seu potencial eleitoral. Ou seja, devemos construir alianças para o primeiro turno com os partidos de esquerda e com as forças que se opõem ao governo FHC, à coalizão conservadora que o sustenta e ao modelo neoliberal.

48. Diferentemente do que ocorreu em 1998, quando foi possível formar uma ampla frente com o PCdoB, PDT, PSB e PCB, a tendência atual é de que se produza, a despeito de nossa vontade, uma retração no espectro de alianças do PT. O PSB ensaia a candidatura Garotinho, ainda que a mesma enfrente problemas de sustentação nos estados e nas pesquisas, além dos problemas no governo do Rio de Janeiro. O PDT, atualmente em rota de colisão com o Partido dos Trabalhadores, deverá apoiar no primeiro turno Itamar ou outro nome de oposição. Dentre seus parlamentares há muitos que defendem aliança com o PT no primeiro turno. Participamos juntos em vários governos municipais, em dois governos estaduais, MS e Acre, atuamos em bloco no Senado e em comum na Câmara dos Deputados, e estamos construindo ligações em vários estados. O PPS manterá a candidatura Ciro Gomes, apesar das dificuldades que esse nome vem enfrentando nas pesquisas.

49. A disputa de 2002 já começou. Nosso maior desafio é construir uma candidatura e um programa de governo que possam viabilizar um novo governo para o Brasil, com uma nova maioria parlamentar, que sustente as grandes mudanças históricas. Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais e que concordem com um programa alternativo, capaz de superar os impasses políticos, econômicos e sociais com os quais o país se defronta. Esse programa deve ser objeto de um amplo e mobilizador debate. Nossa candidatura deve expressar a trajetória do PT nesses anos, traduzindo a oposição parlamentar e social que fizemos em propostas alternativas que possam liderar um amplo movimento por uma nova política, agregando todos os que desejam resgatar o sentimento de soberania nacional e por uma economia solidária e eficiente. É preciso reforçar o diálogo com essas forças de oposição a FHC, buscando uma ampla aliança no primeiro turno das eleições presidenciais. Papel destacado exercerão nossas alianças estaduais, não somente para elegermos um número significativo de governadores, deputados e senadores, como também para viabilizar novos apoios no segundo turno das eleições presidenciais.

50. A definição de alianças deve ser objeto de discussão e definição no DN no momento apropriado, e tendo em vista a própria dinâmica das negociações com vistas às eleições de 2002.

51. A constituição de uma base eleitoral mais ampla ainda no primeiro turno dependerá de nossa capacidade de atrair nacionalmente todos os parti-

dos (ou segmentos deles) capazes de defender um programa democrático-popular e de estabelecer alianças regionais sólidas para bater as forças de direita. Ao mesmo tempo, e junto com essa mobilização de partidos e segmentos de partidos, é fundamental realizar uma ampla mobilização social no país capaz de dar respaldo a um programa alternativo ao das forças que atualmente governam o Brasil. Isso exige flexibilidade, abandono de práticas sectárias e, sobretudo, vocação hegemônica. O Partido dos Trabalhadores tem de estar consciente de que o que está em jogo é a criação de um novo bloco de forças sociais e políticas capaz de ganhar as eleições, governar o país e iniciar um programa de reformas que mudará a face do Brasil e terá enorme repercussão internacional, particularmente na América Latina.

52. O embate de 2002 deve ser pensado e planejado em uma triplíce perspectiva. Em primeiro lugar, temos de garantir a presença de nosso candidato no segundo turno, preferentemente em primeiro lugar. Em segundo lugar, é necessário agrupar no segundo turno todas as forças do campo democrático-popular e todos aqueles que se opõem, ainda que por distintas razões, ao projeto neoliberal que assola o país nos últimos oito anos. Para que tal objetivo seja alcançado, há que se observar, desde o primeiro turno, uma política de fustigar as forças de direita, que não se perca em enfrentamentos secundários com setores dos quais possamos vir a necessitar no segundo turno. Em terceiro lugar, e vencidos esse dois desafios fundamentais dos primeiro e segundo turnos, será necessário construir uma ampla base social e política que permita executar o programa de transformações defendido nas eleições. Trata-se de garantir, junto com a governabilidade, o cumprimento do programa. Não podemos permitir a repetição da degradingolada do governo De la Rúa, nem a desestabilização de um governo de esquerda, que inviabilize a realização da vontade popular. Os objetivos programáticos só podem cumprir-se com intensa mobilização social.

53. A definição da política nacional de alianças tem seus pressupostos estabelecidos pelo II Congresso do partido. Os Encontros Estaduais devem, a partir das políticas atuais do PT, decidir as alianças regionais e não procurar estabelecer de antemão, e sem uma visão abrangente e atualizada do quadro eleitoral, qual será a política de alianças nacional. Esta será construída em função do Programa de Governo que o PT definir, primeiro nas diretrizes gerais estabelecidas pelo Encontro Nacional e, posteriormente, quando as instâncias competentes definirem o texto final do PAG.

54. O pressuposto das alianças é a nitidez programática das forças que nos sustentarão no primeiro e segundo turnos e, posteriormente, no poder. O discurso atual do governo (vide o pronunciamento de FHC em Paris) procura apresentá-lo de forma totalmente distinta do que ele é. Busca disseminar a ideia de um futuro governo que garanta a “continuidade sem continuidade”. FHC parece pedir, como bem observou um companheiro petista, que não só esqueçam o que ele escreveu, mas também o que ele fez. O governo afirma que, alcançada a estabilidade (o que é falso), chegou a hora do desenvolvimento e da justiça social. Ocultam que foi a forma pela qual combateram a inflação que inviabilizou o desenvolvimento e a justiça social. Não faltam nos discursos de potenciais candidatos do governo referências à necessidade de “responsabilidade cambial” (Serra), ao fim do Consenso de Washington (Tasso) ou à suposta criação de uma rede de proteção social no país (FHC). Querem dizer que todos os candidatos convergem para um mesmo programa e que há que se escolher o “mais capaz” para executá-lo.

Tratarão cada vez mais de explorar a difícil situação mundial (como fizeram nas recentes eleições da Nicarágua) para defender um “governo equilibrado e sério”, buscando estigmatizar a oposição como incapaz e “desequilibrada”. Esse quadro prefigura uma eleição difícil que exigirá firmeza e equilíbrio, amplitude de alianças e defesa de um programa consistente de transformações, audácia e prudência para evitar os muitos obstáculos que serão colocados diante de nós. O PT não pode dar-se ao luxo de desperdiçar uma oportunidade histórica de ganhar as eleições de 2002 e iniciar a grande transformação do país.

A RUPTURA NECESSÁRIA

55. O programa democrático e popular de esquerda deve articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional. Este programa, que será construído no processo de discussão que se inicia, deverá estar orientado para promover uma inserção internacional soberana do Brasil, para que este cresça de forma sustentada, do ponto de vista econômico e ambiental, no sentido de superar a exclusão social. Para desencadear esta ofensiva reformadora será necessária uma nova correlação de forças na sociedade, de modo a que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito o problema da governabilidade e do poder. A articulação da luta popular e institucional é decisiva neste novo período histórico.

56. A ruptura com o modelo neoliberal envolve mudanças estruturais no país. Uma parte dessas mudanças visa desmontar as armadilhas deixadas pelo modelo neoliberal e também pelo modelo de desenvolvimento implementado na época da ditadura militar. Outra parte das mudanças estruturais visa constituir um novo modelo econômico e social. Nosso programa deve apontar com clareza tais mudanças; e nossa campanha deve buscar um mandato popular para realizá-las. Mas será a correlação de forças concreta, que emergirá das eleições de 2002, que determinará o ritmo e o cronograma de implementação das mudanças. É preciso impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massas, que promova a inclusão de 53 milhões de brasileiros pobres, e universalizar as políticas sociais básicas. O Brasil precisa resolver de vez o drama histórico da concentração de renda e riqueza. Para que este objetivo seja alcançado, a estrutura produtiva deve ser mudada, assegurando ao Estado a capacidade de dispor de parcela do excedente econômico para que possa financiar políticas sociais e de desenvolvimento. A centralidade do social exigirá a democratização da propriedade, com uma profunda reforma urbana que garanta habitação e acesso aos serviços públicos e uma ampla reforma agrária e apoio à agricultura familiar. No campo, o fim da violência e da impunidade do latifúndio é compromisso do novo governo.

57. A reforma tributária, além dos objetivos de eliminar os impostos cumulativos, simplificar os tributos e desonerar a produção, deve promover justiça fiscal fortalecendo os impostos progressivos, taxando as grandes fortunas e as grandes heranças. O combate à sonegação e evasão fiscal pode ser fortalecido com a possibilidade de quebra do sigilo bancário e acesso aos dados da CPMF.

58. As políticas de inclusão social exigem também a recuperação do salário mínimo de forma progressiva e sustentável; tolerância zero com a fome mediante a ampliação da produção e distribuição de alimentos; prioridade à educação pública, com ênfase na universalização e na qualidade, fomento ao conhecimento e ao ensino profissionalizante através de programas de bolsa-escola associados ao atendimento integral das crianças pobres e implantação de programas de renda mínima. As universidades públicas devem ter um papel destacado como polos culturais e tecnológicos, auxiliando a sociedade na busca de soluções para os problemas culturais, sociais e econômicos.

59. A nossa política social de enfatizar ainda a implantação universal do sistema único de saúde, com destaque à medicina preventiva, fortalecimento de programas como médico de família e garantia de acesso aos remédios e ao

atendimento hospitalar como um direito humano elementar; uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança do cidadão como um direito – com planejamentos, metas, estratégias definidas, investimentos em qualificação de pessoal e polícia científica – em parceria com os governos estaduais e municípios, incluindo a integração do sistema policial e uma completa revisão do código penal e do sistema prisional.

60. O novo modelo de desenvolvimento deve ter na sustentabilidade um valor essencial, estruturado sobre três eixos: a questão ambiental, a regionalização das políticas de governo, com vistas a superar as desigualdades e reconstituir em novas bases o pacto federativo e a inclusão social, com direitos humanos e a promoção da solidariedade e da cidadania.

61. Voltar a crescer sustentadamente é uma exigência e uma possibilidade histórica para o Brasil, centrando o dinamismo no mercado interno e na expansão do consumo de massas, sem abrir mão das perspectivas e das necessidades de exportação. O crescimento da economia é uma condição necessária para enfrentar a questão do desemprego e da precarização das relações de trabalho, mas insuficiente, e deve estar acompanhado de políticas de emprego e redistribuição de renda e riqueza. O Estado deve desempenhar um novo papel regulador com programas de fomento para micro, pequenas e médias empresas; de requalificação da mão de obra; de adensamento e estruturação de cadeias produtivas estimulando a substituição de importações. Numa economia internacionalizada, o Estado passa a cumprir um papel decisivo na articulação e inserção dos setores dinâmicos da produção no contexto dos mercados globais. O Estado deve também apoiar, orientar e financiar projetos de produção cooperativa, tanto no campo quanto na cidade, incentivando as variadas formas de economia solidária.

62. O novo modelo implicará a necessidade de produzir formas de coordenação pública e privada. A mediação, a regulação e a indução do Estado na economia são fatores decisivos na definição de suas novas atribuições. O Estado também desempenhará um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento, ciência e tecnologia. Em segmentos como petróleo, energia, transporte, saneamento, bancos, onde a presença de empresas públicas ainda é relevante, ela deverá ser preservada, consolidada e ampliada, em novas áreas, como na pesquisa em biotecnologia e em engenharia genética. O programa de privatizações deve ser suspenso e reavaliado, auditadas as operações já realizadas especialmente onde existem indícios de má utilização

de recursos públicos ou negligência na preservação de interesses estratégicos nacionais. Sem marco regulatório eficaz, muitas privatizações foram apenas bons negócios para os investidores, mas debilitaram a infraestrutura, encareceram e dificultaram o acesso da população aos serviços públicos, quando não comprometem o próprio crescimento como no caso da energia. No setor energético poderá ocorrer a revisão de privatizações para que seja resgatado o planejamento estratégico e gestão integrada do sistema.

63. O êxito desse novo modelo de desenvolvimento dependerá do dinamismo do investimento. O Estado deverá mobilizar os instrumentos disponíveis para ampliar seu papel de coordenador e indutor dos investimentos, orientando funções das empresas multinacionais, das privadas nacionais, das empresas estatais e do gasto público nas metas a serem alcançadas. Ao investimento estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário. A reconstrução de um sistema de financiamento do desenvolvimento se apoiará nos princípios:

a) o fortalecimento do Banco do Brasil, como grande banco nacional federal, combinando seu papel comercial e de fomento com a necessidade de indutor do mercado financeiro;

b) o fortalecimento e reorientação das instituições de crédito (BNDES, CEF etc.);

c) o apoio ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito, mediante legislação de sustento e articulação com os bancos oficiais federais;

d) a ampliação do direcionamento específico de crédito (agricultura, habitação e saneamento, tecnologia, pequenas empresas etc.);

e) a ampliação da poupança interna de médio e longo prazos, mediante a constituição de previdência pública complementar e legislação positiva para a previdência privada sem fins lucrativos (fundos de pensão) e fortalecimento dos fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS/ PASEP, FAT), através inclusive da ampliação da formalização do emprego;

f) A redução da vulnerabilidade externa possui duas dimensões distintas, a financeira e a comercial. De um lado é necessário reduzir a dependência do país dos fluxos de capitais externos, sobretudo os de natureza especulativa. De outro, é preciso diminuir de forma rápida e continuada o déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos, através da obtenção de saldos comerciais crescentes e melhoras nas contas de serviço. Para isso será neces-

sário reorientar o investimento direto estrangeiro no marco de uma política de seletividade que favoreça o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e integração de nossa indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico. Papel fundamental terá uma política externa de defesa comercial ativa.

64. Com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar o acordo com o FMI para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país, estabelecer mecanismos transparentes de controle sobre a entrada e saída de capital, estimular a reinvenção do investimento direto estrangeiro através da taxação das remessas de lucros e dividendos e bloquear as tentativas de reestatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve ter uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública.

65. Para o novo modelo, a política fiscal deve significar, antes de tudo, a preservação da solvência do Estado, através de uma estratégia para a política de juros internos que reduza sensivelmente o comprometimento do orçamento, superando a política de crescentes superávits primários, garantindo assim a ampliação de políticas públicas sociais e econômicas. A redução da fragilidade externa promoverá uma redução das taxas de juros doméstica, diminuindo a pressão sobre o crescimento da dívida e reduzindo a imprevisibilidade da sua trajetória. No mesmo sentido operará o aumento do seu componente prefixado, dentro de uma estratégia global de alongamento negociado com o mercado do seu perfil. Igualmente importante é viabilizar a redução dos abusivos juros praticados pelos bancos no crédito aos consumidores e às empresas, buscando ampliar a disponibilidade de crédito dos atuais 28% do PIB para patamares internacionais.

66. A proposta de autonomia operacional do Banco Central, com mandato diferenciado do presidente da República, é incompatível com a Constituição Federal, retirando, na prática, competências próprias do chefe do Executivo e comprometendo a execução do programa econômico de um novo governo. A manutenção da estabilidade inflacionária, num contexto de crescimento com distribuição de renda e redução dos desequilíbrios externos, é tarefa complexa, que requererá uma articulação governamental com outras esferas privadas da economia e da sociedade.

IV. A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS E A REFORMA POLÍTICA

67. O Programa do PT parte do princípio de que a construção da democracia política no Brasil deve conjugar-se com o aprofundamento da democracia econômica e social. A democracia política tem três prioridades básicas: os Direitos Humanos e a cidadania, a reforma das instituições e da representação política e o controle democrático do Estado pela sociedade. Essas prioridades articulam o combate aos preconceitos relacionados com raça, gênero, orientação sexual, condição física ou mental; o combate a todas as formas de violência que ameaçam de forma crescente a sociedade brasileira, especialmente as que atingem as mulheres, no lar ou fora dele, e contra as crianças e adolescentes.

68. O Brasil é a segunda nação de população negra no mundo e as estatísticas revelam que os negros são particularmente atingidos por inúmeras formas de discriminação econômica e social e pela violência. Caberá ao Estado romper o silêncio das instituições e constituir mecanismos de ação afirmativa que deverão ser utilizados complementarmente às grandes ações de reformas de combate à discriminação. Caberá ao Estado assegurar igualdade de condições e de tratamento que beneficiem os grupos sociais mais atingidos pela discriminação, como as mulheres, os negros, os portadores de deficiência, os índios, os homossexuais, sempre dentro da perspectiva de resgate da dignidade e da igualdade de direitos. O estímulo à organização autônoma e participação política dos segmentos oprimidos e explorados é parte decisiva de nosso compromisso estratégico com os Direitos Humanos e a democracia.

69. O Brasil precisa de uma ampla e profunda reforma política e institucional com vistas a democratizar o poder e conferir eficácia e governabilidade ao sistema político. O presidencialismo brasileiro vem marcado por um viés centralizador e autoritário. O sistema se caracteriza também por um presidencialismo de coalizão, implicando que o presidente precisa recontratar a cada momento os termos do apoio de sua base parlamentar. Decorrem disto elevados custos econômicos e políticos. O pacto federativo, outro elemento da centralização político-administrativa, está vivendo uma profunda crise, agravada agora com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, apesar de aspectos necessários à disciplina fiscal na administração pública, tolhe elementos importantes da autonomia dos entes federados e engessa os investimentos em políticas sociais. No rol de ajuste fiscal orientado pelo FMI

, degrada-se a situação social e promove-se um rebaixamento civilizatório, principalmente nas grandes cidades.

70. Os principais pontos de uma reforma política democratizadora são os seguintes: adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária, redefinição da representação dos estados na Câmara Federal, o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns, a limitação da edição de MPs, um novo pacto federativo com o fim da guerra fiscal, reforma e controle externo do Poder Judiciário. A democratização dos meios de comunicação, com a implementação imediata do Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição, a participação dos consumidores nas agências de regulação e sua completa reformulação são uma exigência que visa universalizar serviços e garantir sua acessibilidade e qualidade. Estas são as preliminares de um programa para um novo governo e para uma nova maioria política e social realizar as mudanças que o Brasil precisa, na convicção de que um outro Brasil é possível.

DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA O BRASIL

A RUPTURA NECESSÁRIA

1. A implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na conseqüente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Trata-se, pois, de propor para o Brasil um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Será preciso ousar, rompendo com o conformismo fatalista pretensamente pragmático que sonega direitos básicos da população e resgatando os valores éticos que inspiraram e inspiram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade. Será necessário, de igual modo, avaliar com objetividade as restrições e potencialidades do atual quadro sociopolítico e econômico do país, para evitar um voluntarismo que poderia frustrar a proposta de transformação da economia e da sociedade brasileiras.

2. As profundas desigualdades econômicas, sociais e políticas, a situação periférica de nosso país no contexto internacional deitam raízes no passado escravista e colonial. O período desenvolvimentista, iniciado nos anos 1930, colocou na agenda o tema de um projeto nacional. Na prática, o modelo nacional desenvolvimentista propiciou altas taxas de crescimento econômico, a montagem de uma relevante estrutura industrial e a integração de um mercado interno de porte considerável. Simultaneamente, tal modelo acarretou o aumento da concentração de renda, da terra e da riqueza em geral, e uma acelerada degradação ambiental, além da consolidação, sob novas modalidades, da posição estratégica do capital estrangeiro na economia brasileira, o aprofundamento das disparidades regionais e longos períodos autoritários.

3. Ocorreram, por outro lado, recomposições nas relações de poder e dinheiro, mas nunca rupturas efetivas, com a acomodação e a permanência de todos os setores dominantes, fossem “atrasados” ou “modernos”. Nesse

sentido, o Estado brasileiro, com base em uma presença marcante na vida econômica e social, ousou arbitrar perdas para ao menos uma parte dos interesses dominantes.

Diante de impasses econômicos, o Estado, aproveitando conjunturas internacionais favoráveis, comandava processos de “fuga para a frente”, reiterando ou aprofundando a dependência externa (tecnológica e, sobretudo, financeira). Com a emergência da crise da dívida externa, no quadro da globalização financeira e da nova revolução tecnológica, selou-se o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, caracterizado pelo binômio dependência e desenvolvimento.

4. Após a primeira “década perdida” (os anos 1980), e ante os avanços das lutas sociais no contexto da redemocratização, a década de 1990 se inicia com uma reação conservadora de inspiração neoliberal. O ideal do mercado autorregulador, que tende a submeter a natureza e a vida das pessoas à lógica do mercado, induz à proposta do Estado mínimo. Mas isto não levou à restrição da ação do Estado na economia, e sim à mudança substancial de seu caráter, concentrando-se fundamentalmente em dois aspectos: a criação de espaços de expansão e lucratividade para as atividades privadas e a preservação das condições de reprodução do capital financeiro globalizado.

5. Tal concepção teve diversas implicações: deslocou para o plano privado decisões e funções de natureza pública, transformou serviços públicos de caráter universal em mercadorias, levou à desregulamentação de atividades essenciais de infraestrutura, reduziu o horizonte das preocupações econômicas aos aspectos fiscais e monetários de curto prazo, ignorando os problemas estruturais da economia e deixando apenas para o mercado (como se este fosse capaz de fazê-lo) os investimentos necessários ao desenvolvimento econômico. Em particular, o ideário neoliberal produziu um enorme descaso pelo social, agravando o nível de concentração de renda e ampliando a exclusão social.

6. O programa de privatizações, concebido à margem de uma visão estratégica de desenvolvimento nacional, sem um marco regulatório adequado, e ante a fragilização do Estado, debilitou a infraestrutura, comprometendo a competitividade sistêmica e o potencial de crescimento da economia. Provocou também uma elevação nos preços relativos de bens públicos importantes, como energia elétrica, telefonia e transporte. Em razão do encarecimento, esses bens passaram a pesar mais na renda de amplas camadas da população, especialmente a mais pobre. De mais a mais, se o problema alegado pelo governo era

o de escassez de recursos, ele fez uma escolha privatizando os ativos existentes, ao invés dos novos investimentos. Em suma, as privatizações foram um grande negócio, patrocinado pelo governo federal, de transferência de um patrimônio público construído pelo Brasil durante décadas para grupos privados nacionais e estrangeiros: na ausência de uma visão estratégica, perdemos o controle sobre insumos básicos da economia e, com isso, perdemos também competitividade.

7. Uma das principais consequências dessas políticas foi a desestruturação do Estado brasileiro e a limitação de sua autonomia na formulação e gestão da política econômica. Isso se deu por meio de dois vetores: a deterioração de sua base financeira e de sua capacidade operacional e de investimento, resultante dos efeitos das políticas de abertura e desregulamentação radicais da economia; e o esvaziamento de suas funções de apoio e orientação do desenvolvimento, decorrente da supervalorização do papel do mercado na direção e regulação da economia.

8. A dependência de capitais externos e a manutenção de uma taxa de juros extremamente elevada, resultantes daquelas políticas, tiveram impactos destrutivos sobre as finanças públicas, produzindo um volumoso endividamento do Estado e transformando os juros no principal vetor do déficit público (embora a carga tributária tenha se expandido bastante no período). As políticas de ajuste adotadas devido aos acordos com o FMI, em vez de eliminarem a propensão ao endividamento, levaram a priorizar o pagamento dos encargos financeiros da dívida pública, com o sacrifício dos investimentos em infraestrutura, em ciência e tecnologia, e dos gastos sociais do Estado.

9. Uma característica central do modelo implantado nos anos 1990 diz respeito à dependência e à vulnerabilidade externas da economia brasileira. As políticas de abertura comercial e financeira sem reciprocidades, iniciadas pela administração Collor e radicalizadas pelo governo FHC, cujos efeitos foram amplificados pela sobrevalorização da taxa de câmbio no período de 1994/1998, agravaram extraordinariamente a crônica dependência da economia brasileira ao capital estrangeiro. Por um lado, destruíram o saldo comercial, elevaram o coeficiente de importações da economia e expandiram gastos com serviços não financeiros, principalmente turismo e fretes; por outro, aumentaram o passivo externo – devido à expansão do endividamento externo privado e do crescimento do estoque de capital estrangeiro – e seus encargos financeiros, sem gerarem, em contrapartida, efeitos relevantes em termos de aumento da capacidade produtiva e de exportação do país. Esta

abertura também contribuiu para a destruição e desnacionalização de uma parte significativa do nosso parque industrial privado, especialmente no setor de bens intermediários.

10. Nesse contexto, a estabilidade de preços – única prioridade do atual modelo econômico – foi alcançada com o sacrifício de outros objetivos relevantes, como o crescimento econômico, o nível de emprego, a solidez das finanças públicas e das contas externas. Optou-se, uma vez mais, por uma “fuga para a frente”, aproveitando-se de uma conjuntura internacional vinculada à abundante oferta de capital financeiro, sobretudo especulativo. Em contraste (desvantajoso) com o período desenvolvimentista, o país experimentou uma segunda “década perdida”, caracterizada pela dependência externa sem desenvolvimento. No século XX, somente os governos de Venceslau Brás na Primeira Guerra Mundial, Washington Luiz na crise de 1929 e governo Collor fizeram o país crescer menos que o período de FHC, o qual apresenta uma taxa média de apenas 2,3% do PIB ao ano.

11. Ao elevar as necessidades de financiamento externo a níveis críticos e abolir as restrições ao movimento de capitais, as políticas aplicadas transformaram a dependência do capital estrangeiro em um mecanismo de internalização da instabilidade do mercado financeiro globalizado e de subordinação do funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos. Portanto, tais políticas, sobretudo durante os governos FHC, reforçaram, sob novas modalidades, o caráter passivo e subordinado da inserção do país na economia mundial. Nessas condições, as mudanças no cenário internacional e as debilidades estruturais internas convergem no sentido de transformar a recessão no instrumento privilegiado de ajuste da economia.

12. No plano internacional, diante das debilidades do Mercosul – agravadas pela profunda crise argentina –, uma questão essencial diz respeito à proposta dos Estados Unidos de conformação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). No âmbito comercial, a assimetria de recursos, de capacidade tecnológica, de escalas de produção e de sistemas de proteção anulariam as eventuais vantagens da expansão do intercâmbio com os Estados Unidos, inclusive porque, no melhor dos casos, esta tenderia a reforçar nossa especialização em atividades tradicionais de baixo conteúdo tecnológico. A Alca, porém, é muito mais que uma proposta de acordo comercial, abrangendo todos os aspectos-chave da economia – tais como a desregulamentação dos fluxos

de capital, a proteção a investimentos estrangeiros, a abertura dos serviços – inclusive nas áreas de cultura e comunicação – e das compras governamentais ao capital estrangeiro, além da regulamentação da propriedade intelectual.

13. Ficariam de fora, apenas, o mercado de trabalho e o acesso às tecnologias monopolizadas pelas corporações e pelo Estado norte-americano. Nesse sentido, uma adesão a esse acordo, tal como está sendo proposto, representaria, de fato, o aprofundamento do movimento de abertura e desregulamentação econômica e financeira em curso, que conduziu ao debilitamento político do Estado nacional brasileiro, à desnacionalização e à fragilização de sua economia, bem como ao agravamento da questão social. A recente aprovação, pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, de autorização para que o Executivo negocie acordos comerciais que o Congresso só pode aprovar ou rejeitar em bloco (o chamado *fast track*), confirma com clareza tal visão. A inclusão de cláusulas restritivas a transferência de tecnologia e a flexibilização sobre patentes, e outras que retiram de governos nacionais (como o Brasil) poder para regular investimentos, ao lado da retirada do campo de atuação do Executivo de itens relevantes de negociação, como os subsídios à agricultura e as regras “antidumping”, são exemplos destacados disso.

14. No plano político interno, destaque-se, de início, a preocupante situação do federalismo brasileiro. Num país como o Brasil, de grandes dimensões territoriais, marcado por uma valiosa diversidade cultural, mas por profundas desigualdades regionais, a origem histórica do federalismo – na República Velha – esteve ligada a um pacto das oligarquias regionais. O coronelismo, longe de se restringir ao poder local, era na verdade um sistema político que integrava, através das trocas de favores, os chefes políticos locais, as oligarquias regionais e o governo federal, sob o comando das segundas. Hoje em dia o sistema político é outro. Ele guarda, porém, relevantes características herdadas de sua origem.

15. O presidencialismo brasileiro possui um viés centralizador e autoritário. Ademais, o governo precisa recontratar, a cada momento, os termos de apoio de sua base parlamentar. Os governantes de estados mantêm importante peso político – inclusive porque costumam comandar os parlamentares federais aliados em seus estados. Cruzando tais relações, boa parte dos deputados federais se sustenta a partir de apoios de lideranças locais, em especial prefeitos. A tônica das relações políticas continua a se basear no clientelismo,

daí derivando uma forte tendência governista. Trata-se, pois, de um sistema político no qual a troca de favores opera de cima a baixo, do âmbito federal ao local, passando pelo estadual. A coalizão conservadora montada pelo governo FHC comanda tal sistema a partir do centro. Nesta lógica, o sistema político conservador exclui a participação da população na tomada de decisões políticas, mantendo a prática tradicional das elites brasileiras. Ao mesmo tempo, reconstitui permanentemente canais privilegiados para a atuação dos interesses econômicos privados, nacionais e internacionais.

16. Nos anos 1990, ademais, o governo federal levou a efeito um processo de reconcentração de recursos e de desconcentração de atribuições, em reação à constituição de 1988. Assistiu, em geral de forma passiva, à generalização da guerra fiscal de cunho predatório entre estados e municípios. E submeteu todas as instâncias federativas aos critérios e prioridades da política macroeconômica através da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, apesar dos aspectos necessários ao controle fiscal, tolhe elementos importantes de autonomia dos entes federados, engessando, em alguns casos, os investimentos em políticas sociais. Enquanto isso, observa-se uma solene omissão no que diz respeito a políticas macrorregionais e a políticas microrregionais (em particular nas áreas metropolitanas). O produto dessa perversa combinação entre sistema político centralizador e clientelista e “individualismo” da guerra fiscal (que nega a cidadania e a cooperação federativa) tem sido o aprofundamento das disparidades regionais e dos problemas urbanos.

17. Sob o ângulo da nossa cultura política, a presença, no âmbito privado, da força das relações familiares e de amizade – uma das marcas da cultura nacional – tem sido historicamente metamorfoseada, no âmbito público, em relações patrimonialistas, clientelistas, na tendência à conciliação. Trata-se de elementos de privatização do público, de formas de compensação social “privadas” que contribuem para legitimar as inaceitáveis desigualdades do país, produzindo uma atrofia da esfera pública democrática, espaço por excelência de luta por direitos de cidadania. Tais características de nossa cultura política – convém lembrar – são alimentadas pela presença de relações formalmente democráticas. Daí, pois, o ressurgimento com vigor do clientelismo no momento da redemocratização, isto é, em paralelo ao avanço das lutas e conquistas sociais na década de 1980.

18. Não é casual, portanto, que nos anos 1990 a reiteração do patri-

monialismo (apropriação privada de recursos públicos), sob o olhar mais vigilante de meios de comunicação, venha produzindo uma coleção de casos de corrupção e problemas de ética política. Nem tampouco que a persistência do clientelismo, aliada à limitação de recursos para o social, apresente-se como forte obstáculo à implementação de políticas públicas de caráter universal.

19. Há, porém, um agravante: a coalizão conservadora no poder (sobretudo durante os governos FHC), ao assumir as teses do consenso neoliberal, atuou no sentido de tornar mais intensos os processos de privatização do público. De um lado, em sua face mais visível, implementou amplo programa de privatização do setor produtivo estatal. De outro, ao combater direitos sociais e trabalhistas, taxando-os de “custo Brasil”, procurou desqualificar as próprias reivindicações por direito na cena pública, com o sentido de despublicizá-los – os ataques aos movimentos sindicais e sociais, a desativação das câmaras setoriais etc.

20. No terreno da ação estatal, iniciativas isoladas de instituir novos procedimentos de gestão pública caíram no vazio, em face das investidas de desvalorização do serviço público (e dos servidores públicos em geral), da destruturação dos mecanismos de planejamento e das decisões de cunho clientelista (próprios da ampla coalizão de poder). Por exemplo, em programas que supõem a integração entre diferentes ministérios, as decisões são tomadas por estes de modo isolado e, em muitos casos, com base em critérios de trocas de favor.

21. Esta é, em suma, a difícil herança – do passado histórico e sobretudo do período mais recente – com a qual nos defrontamos. Para quem defende, não uma mera “continuidade sem continuísmo”, pela adoção de uma política “desenvolvimentista” que agrega o “social” como acessório, mas sim uma verdadeira transformação inspirada nos ideais éticos da radicalização da democracia e do aprofundamento da justiça social, não pode restar dúvida de que um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo.

22. Tal projeto deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional; terá o social como referência central do desenvolvimento – ou seja, o desenvolvimento sustentável incorporará em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade;

e buscará criar condições, de modo permanente, para a democratização do Estado e da política. Sua implementação só será possível a partir da constituição de uma nova coalizão de forças que rompa com os sucessivos pactos conservadores que vêm dominando o país há décadas. É hora de ousar, pois é em momentos de grandes mudanças mundiais, como este, que se abrem novas possibilidades para os países da periferia do sistema, como o Brasil, conquistarem uma posição de inserção soberana no mundo.

AS BASES DE UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR PARA O BRASIL

23. O novo modelo de desenvolvimento brasileiro deverá articular três eixos estruturantes: o social, o democrático e o nacional. Por um lado, sendo a democracia concebida como meio e como fim, como procedimento e como conteúdo – e portanto muito mais que um regime político –, o democrático é inseparável do social. Por outro lado, historicamente, as coalizões políticas que têm governado o país fizeram-no sustentadas na dependência externa e, internamente, fechando-se sobre si mesmas, de modo autocrático; daí que o democrático seja indissociável do nacional. Por fim, se o processo de globalização em curso não estabelece fronteiras para as mercadorias e para o capital (que se concentram em poucos países), os povos, em particular os mais pobres, continuam obrigados a viver no território dos seus próprios países; por isso a questão social é inseparável da questão nacional.

24. Os modelos de desenvolvimento anteriores sempre relegaram o social a um plano secundário e residual, o que se expressa na permanência de índices inaceitáveis de pobreza e desigualdade na distribuição da renda e da riqueza. A reversão desse quadro é o ponto de partida para o estabelecimento de uma nova dinâmica de desenvolvimento. No entanto, ela não depende apenas da retomada do ritmo de crescimento da economia ou da manutenção de certo grau de estabilidade dos preços internos. Embora a estagnação econômica e o descontrole da inflação tendam a penalizar os segmentos com menor capacidade econômica, a miséria e a desigualdade, na nossa experiência histórica, têm aumentado também em períodos de crescimento ou de relativa estabilidade de preços.

25. A transformação do social no eixo do desenvolvimento significará

também mais do que a revalorização dos aspectos sociais – como o combate à fome, a educação, a saúde, o saneamento, a habitação e a cultura. Por um lado, será necessário incidir sobre fatores estruturais que determinam os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza, como as relações da propriedade da terra e do capital, as relações de trabalho, as modalidades de organização e de integração dinâmica do sistema produtivo, o caráter do Estado e suas consequências na tributação e no uso dos recursos públicos.

26. Por outro lado, a materialização de mudanças na estrutura de distribuição de renda e riqueza só será possível se as medidas redistributivas adotadas forem acompanhadas por transformações na produção e no investimento que as orientem para um amplo mercado de consumo essencial de massas. Por isso, os programas de investimento nos setores sociais devem ser concebidos como verdadeiros vetores de crescimento e transformação da economia. Assim, a questão social deve ser considerada como um elemento central e essencial de nossa estratégia, a partir de uma ótica que contemple a democratização da cultura, do esporte e do lazer aliada ao combate ao racismo, à opressão de gênero, à discriminação por orientação sexual, por geração, condição física ou mental, origem regional ou qualquer outra motivação.

27. O novo modelo de desenvolvimento subordinará, pois, a dinâmica econômica aos objetivos e às prioridades macrossociais que, no atual estágio do país, são fundamentalmente três: a) a inclusão de 53 milhões de brasileiros, subcidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade, sem acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida minimamente digna; b) a preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos, inativos de baixa remuneração e jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho (todos ameaçados pelas tendências excludentes do atual modelo econômico); e c) a universalização dos serviços e direitos sociais básicos, com a elevação progressiva da qualidade dos serviços prestados e o crescente envolvimento da população na sua gestão. Em paralelo, o novo modelo deverá incorporar também um caráter ambientalmente sustentável, levando a uma ocupação mais racional do espaço, sobretudo dos recursos naturais e das fontes de água e energia.

28. Avançar em direção a esses objetivos implicará um persistente esforço de crescimento econômico e de ampliação da capacidade de geração de emprego, de expansão e redirecionamento do gasto público e de democra-

tização dos direitos de propriedade e utilização da terra e do capital, no campo e nas cidades, inclusive através do fomento da economia solidária. Implicará também elevar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o salário mínimo em um salário básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de cada família. Nesta mesma perspectiva será necessário não só manter as garantias sociais e conquistas legais das classes trabalhadoras, mas também gerar condições políticas para regular e dar garantia às novas atividades e prestações de serviços que surgiram recentemente à margem do trabalho assalariado e que permanecem sem regulação do Estado.

29. Os movimentos de expansão de consumo e da produção devem ser sincronizados e implementados de forma progressiva e sustentável, para limitar a geração de pressões sobre os preços e as importações e para favorecer a internalização dos efeitos retroalimentadores da expansão da demanda sobre o emprego, a produção e os investimentos. A adequação da capacidade produtiva existente ao aumento do potencial de consumo de amplos setores da população envolverá, ao lado dos citados programas de investimentos nas áreas sociais (como habitação, saneamento e serviços públicos), dois aspectos centrais.

30. Em primeiro lugar, será ampliada a produção de bens de consumo popular – bens tradicionais, como calçados, têxteis, móveis – e, em particular, os alimentos, cuja elasticidade da demanda ante as políticas redistributivas (isto é, para baixos níveis de renda) costuma ser bastante elevada; a organização do abastecimento desses bens, fator crítico no caso dos alimentos, será fundamental para assegurar a eficácia no esforço de aumento da produção, o qual requer, por sua vez, a expansão e a integração da infraestrutura de serviços básicos. Em segundo lugar, será necessária a expansão seletiva da oferta de bens produzidos pelos setores mais modernos e dinâmicos da economia, dado que parte do movimento da demanda incidirá sobre bens finais manufaturados mais complexos e componentes de suas cadeias produtivas (com desdobramentos sobre outros segmentos da economia).

31. Esse padrão de crescimento tenderá a afetar relativamente menos as restrições externas existentes, uma vez que o coeficiente de importações implícito na expansão da oferta de bens de consumo populares e serviços de consumo coletivo é inferior ao coeficiente correspondente ao atual padrão médio

de consumo. Adicionalmente, um aumento na escala de produção de bens de uso generalizado criará também melhoria das condições de competitividade externa dessas indústrias – algo relevante no quadro de restrição cambial que o país terá de enfrentar no futuro imediato.

32. Colocar o social como eixo do novo modelo significará, ademais, valorizar de forma efetiva políticas públicas voltadas a garantir direitos sociais e, mais geralmente, os Direitos Humanos. Em primeiro lugar, a reforma agrária deve se constituir num instrumento básico para a viabilização do novo modelo de desenvolvimento econômico do país, sendo fundamental para o enfrentamento da crise social e para o fomento da agricultura familiar. A implantação de um verdadeiro Programa de Reforma Agrária deverá contar, entre outros instrumentos, com o concurso da desapropriação da grande propriedade rural improdutivo, nos termos da Constituição Federal. Sua aceleração permitirá, no curto prazo, elevar o emprego na agricultura com investimento relativamente baixo e com reduzidos gastos de divisas, proporcionando segurança alimentar a trabalhadores sem terra e suas famílias. A posterior expansão e integração da produção de alimentos, em paralelo à consolidação das diversas formas de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará papel relevante na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional. A maior eficácia da reforma será alcançada pela ampliação da participação dos beneficiários em todas as suas fases e pela implantação de esquemas de financiamento e comercialização que contribuam para a viabilização econômica das unidades produtivas criadas. É importante registrar, por fim, que o fim da violência e da impunidade no campo é um compromisso de governo.

33. A habitação popular, além de aspiração legítima, gera muitos empregos, assegura estabilidade familiar, não tem impacto negativo no balanço de pagamentos e desencadeia grande impulso na economia. Assumirá, por isso, condição de prioridade. Um grande desafio será construir uma parceria eficaz com a iniciativa privada e equacionar a questão do financiamento. Por outro lado, uma reforma urbana que agilize o acesso à propriedade imobiliária da população de baixa renda será decisiva: a segurança da propriedade do terreno na periferia das grandes cidades será fundamental para viabilizar o financiamento imobiliário e fomentar a construção civil popular.

34. No campo do direito à educação, não é possível tolerar o analfa-

betismo, num contexto de tantas exigências no mundo do trabalho e, sobretudo, no próprio exercício da cidadania. A educação não é mera forma de adestramento da força de trabalho, mas condição para a cidadania. É preciso universalizar o ensino básico e reduzir a evasão escolar, tendo como preocupação central a qualidade do ensino. Nesta perspectiva, o novo governo deverá reverter o atual processo de municipalização predatória da escola pública e estabelecerá um novo marco de solidariedade entre os entes federativos para assegurar a garantia de universalização da educação básica e o resgate da qualidade do ensino em todos os níveis. Nesse contexto, é decisiva a elevação substancial da escolaridade média da população, bem como o fomento ao ensino profissionalizante e ao de segundo grau. As universidades públicas e os institutos de pesquisa – na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural – serão valorizadas e integradas ao processo de desenvolvimento nacional, considerando seu papel na recuperação da capacidade de produção endógena de tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade.

35. A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país. É preciso, pois, abrir espaço para a expressão de nossas peculiaridades culturais (inclusive as de corte regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo estreito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha de nossa melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo o mundo. É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de ideias e de formas de expressão artística. De modo análogo, é importante fomentar a formação e a prática de esportes e de atividades de lazer, como contribuição à melhoria da qualidade de vida no país.

36. O sistema único de saúde pública é uma grande conquista da sociedade brasileira e precisa ser implantado em sua plenitude, incorporando inclusive modelos de gestão que levem à melhoria da qualidade e à otimização dos recursos a serem disponibilizados. O acesso da população aos medicamentos essenciais e de uso continuado, o fomento à produção de medicamentos genéricos e o impulso às políticas de saúde preventiva, ao lado do fortale-

cimento de programas como o de saúde da família, são componentes de um compromisso básico de defesa da vida. Igualmente relevante será construir um sistema previdenciário universal, até certo limite de renda – sem qualquer tipo de distinção ou privilégio – que abranja toda a sociedade. A partir desse patamar, serão oferecidos sistemas previdenciários complementares, público ou privado. O aperfeiçoamento no sistema de arrecadação tributária e a gestão transparente e tripartite do sistema previdenciário serão essenciais para reduzir desperdícios e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

37. Diante do crescimento assustador da violência, que tem levado à consolidação, no cotidiano da população, da banalização da vida e da arquitetura do medo, o país necessita, mais do que nunca, de uma política nacional de segurança pública, priorizando a segurança da cidadania na qualidade de direito.

Um amplo programa de combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado supõe uma nova concepção de segurança pública, envolvendo planejamento, definição de metas e estratégias, investimentos em qualificação técnica e profissional e incluindo a integração do sistema policial e uma completa revisão do código penal e do sistema prisional (inspirado por penas alternativas).

Deve ganhar destaque não apenas a repressão, mas a prevenção da violência. Dada, afinal, a divisão de atribuições, tal política não poderá prescindir da parceria com estados e municípios.

38. A afirmação dos direitos contra a discriminação, relacionados com raça, gênero, orientação sexual, condição física ou mental, é parte integrante da defesa dos Direitos Humanos. Em particular, é preciso implementar políticas de combate à violência que atinge as mulheres, no lar ou fora dele, bem como as crianças e adolescentes. Negros e negras são especialmente atingidos por inúmeras formas de discriminação econômica, social e pela violência. Em complemento às grandes reformas de combate à discriminação, deve-se romper o silêncio das instituições e constituir mecanismos de ação afirmativa. Caberá ao Estado, na perspectiva de resgate da dignidade e da igualdade de direitos, criar condições para a conquista da igualdade de condições e de tratamento que beneficiem os grupos sociais mais atingidos pela discriminação, como as mulheres, a população negra e índia, homossexuais, pessoas portadoras de deficiência etc. O estímulo à organização autônoma e à participação

política desses segmentos é parte decisiva de nosso compromisso estratégico com os direitos de cidadania.

39. A aceleração do crescimento econômico, acompanhada de distribuição de renda e riqueza, permitirá integrar expressivos contingentes da população brasileira ao mercado. Uma parcela da população, contudo, que se encontra excluída do acesso, mesmo que precário, à economia e aos direitos básicos, só seria atingida em décadas, o que é eticamente inaceitável. A exclusão social é, na verdade, multidimensional: ela se expressa de modo particular no nível econômico, mas incorpora também, em geral, as dimensões urbana e rural, cultural, social, política, manifestando-se tanto em termos objetivos quanto subjetivos. É preciso, pois, criar condições, proporcionar recursos, para que a população excluída possa transitar para uma situação de inclusão social. Propõe-se, nesse sentido, um amplo programa integrado de inclusão social que, superando as abordagens setoriais ou compensatórias, trate o acesso à inclusão social plena como um direito de cidadania, em suas várias dimensões. Para tanto, será necessário levar a efeito uma efetiva integração de políticas, tendo o fortalecimento da família como centro, e dotado de acompanhamento de resultados e participação direta da população beneficiária.

40. Ganha relevo, nesse quadro, a instituição de uma renda mínima, associada à educação (como nos programas Bolsa-escola), abrangendo todo o território nacional, como ingrediente de um programa de complementação de renda familiar. O programa bolsa-escola nacional do governo FHC – apesar do aumento de recursos previstos inicialmente, em que a bancada do PT teve papel destacado – é ainda muito tímido quanto aos benefícios e se sustenta numa visão estanque, insuficiente do problema da exclusão social. A renda mínima que propomos, articulada ao programa de inclusão social, deve ser vista como um passo na direção da implementação – quando houver condições fiscais – de uma renda básica de cidadania enquanto direito de toda a população brasileira.

41. A instituição de políticas e mecanismos de apoio à economia solidária é igualmente decisiva. No campo, isso significa distribuir terra e propiciar acesso a recursos financeiros para a aquisição de ferramentas, sementes, crédito e extensão agrícola, incorporando ao mesmo tempo a consciência de que a cooperação e a ajuda mútua são imprescindíveis para o êxito econômico. Nas cidades não é diferente, sendo preciso estimular a mobilização das comunidades excluídas, capacitando-as a se organizar, cooperar e interagir de

modo solidário, além de fornecer recursos materiais e intelectuais (tecnologias de produção, financeira, de marketing, gerencial) para poderem competir e ter acesso ao mercado. É necessário proporcionar à economia solidária em construção condições objetivas de se financiar e criar mercados para a sua produção. Para tanto, o Banco Central, em colaboração com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, deve apoiar ativamente a constituição de uma rede de crédito solidário, incluindo a formação de cooperativas populares de crédito.

42. O programa de inclusão social deve incorporar também o combate à fome no país, com a perspectiva de sua erradicação. É preciso, pois, estabelecer uma política de segurança alimentar, baseada em iniciativas diversificadas, que permita o acesso a uma cesta básica de produtos que melhore progressivamente com o aumento da produção e da distribuição de alimentos (especialmente para as crianças). Fica clara, pois, a complementaridade entre a política de combate à fome e a mudança estrutural de modelo proposta.

43. O caráter multidimensional da exclusão e da inclusão social conduz, ainda, à necessidade de integrar ao programa de inclusão social políticas educacionais (em particular, de alfabetização e de formação profissional), de saúde (como a saúde da família) e culturais e de lazer, voltadas à criança e ao adolescente. No caso das cidades, a exclusão urbana tende a se concentrar em favelas e loteamentos irregulares, razão pela qual são essenciais também políticas de habitação popular, de urbanização de favelas e de regularização fundiária, além de combate à violência urbana.

44. O financiamento desse conjunto de políticas públicas vinculadas à garantia de direitos sociais supõe, evidentemente, uma profunda alteração no perfil do gasto público. Tal alteração, que deve criar um espaço considerável para o gasto social (assim como para os investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia), resultará da implementação global do novo modelo de desenvolvimento – o que envolve a redução da vulnerabilidade externa e a recomposição das finanças públicas. De qualquer modo, os recursos à disposição, particularmente no período inicial, imporão limites à abrangência do conjunto das políticas sociais. Isso exigirá uma ampla revisão dos programas atualmente existentes para erradicar os mecanismos de corrupção e desperdício, além de um processo de priorização, para o qual será fundamental a participação da sociedade.

I. O NACIONAL

45. Um verdadeiro projeto de nação para o Brasil deve incorporar, simultaneamente e de modo articulado, um conjunto de atributos: inclusão social – isto é, erigir o social como eixo do desenvolvimento – equacionamento da questão federativa, preservando e valorizando a diversidade das culturas regionais; aprofundamento da democracia, sustentando uma efetiva cidadania política ativa, abrindo-se para a sociedade sem recluir os conflitos sociais; amparar-se num Estado democratizado, ágil e desprivatizado, dotado de autonomia para a formulação e a gestão da política econômica nacional e da regulação social dos mercados; enfim, inserir-se de maneira soberana no mundo.

46. A inserção soberana no mundo e a recuperação dos espaços de autonomia na gestão da economia nacional implicam desenvolver políticas dirigidas a reduzir de modo significativo a dependência e a vulnerabilidade externas, que constituem, na atualidade, a restrição fundamental para a retomada e sustentação do crescimento econômico. Isso transcende o alcance das políticas tradicionais de ajuste macroeconômico e de suporte ao funcionamento espontâneo do mercado, inserindo-se necessariamente numa estratégia de desenvolvimento agrícola e industrial que possibilite a articulação das ações do Estado e do setor privado voltadas à expansão da capacidade e à integração e diversificação do sistema produtivo, bem como à construção das bases tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e ao aumento da produtividade sistêmica da economia brasileira.

Requer ainda a simultânea reconstrução do sistema de financiamento de longo prazo que viabilize o novo ciclo de investimentos, tanto em infraestrutura quanto na produção interna de bens de capital.

47. Nesse contexto macroestrutural, as políticas específicas orientadas à redução da vulnerabilidade e da dependência externas se projetam em seis dimensões. Em primeiro lugar, a recuperação do saldo comercial e a redução do déficit na conta de serviços do balanço de pagamentos, com vistas à diminuição acentuada do déficit em transações correntes, hoje na casa dos 5% do PIB. Particularmente relevantes nesse âmbito são o estímulo à expansão e a melhoria na pauta de exportações – enfatizando nos diversos setores a agregação interna de valor e a elevação do conteúdo tecnológico dos bens exportados –, o aperfeiçoamento e a racionalização das estruturas de transporte, armazenamento e comercialização, que oneram a competi-

vidade da produção exportável, a ressubstituição de importações, especialmente no segmento de bens de consumo, eletroeletrônicos, bens de capital, petróleo e química, e o aproveitamento de nossas potencialidades nas áreas de turismo e indústria naval.

48. Em segundo lugar, a correção dos desequilíbrios oriundos da abertura comercial, através da revisão da estrutura tarifária e da criação de proteção não tarifária, amparada pelos mecanismos de salvaguarda da OMC , para atividades consideradas estratégicas. Nessa mesma linha se insere uma política de defesa comercial ativa, destinada a proteger o país contra práticas desleais de concorrência e agressões econômicas e a preservar os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais. As alterações na proteção à produção nacional não implicam, contudo, o fechamento da economia, nem tampouco devem promover a ampliação do grau de monopólio e das margens unitárias de lucro das empresas instaladas no país.

49. Em terceiro lugar, a adequação da política relativa ao capital estrangeiro às diretrizes e às prioridades do novo modelo econômico. Isso significa implantar mecanismos de regulação da entrada de capital especulativo e reorientar o investimento direto externo com critérios de seletividade que favoreçam o aumento das exportações, a substituição de importações, a expansão e a integração da indústria de bens de capital e o fortalecimento de nossa capacidade endógena de desenvolvimento tecnológico. É essencial que o capital estrangeiro se vincule à criação de capacidade produtiva adicional e compense o aumento da remessa de lucros, dividendos e royalties com seu impacto positivo sobre o saldo comercial.

50. Em quarto lugar, a regulamentação do processo de abertura do setor financeiro. A redução da fragilidade externa da economia brasileira envolve também a eliminação de brechas legais que facilitam a realização de operações financeiras não transparentes com o exterior, a revisão dos esquemas de captação de recursos utilizados pelo sistema bancário para operações de arbitragem com títulos públicos e a regulamentação do ingresso de novos bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional.

51. Em quinto lugar, com relação à dívida externa, hoje predominantemente privada, será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições

impostas ao crescimento e à defesa comercial do país e bloquear as tentativas de reestatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar. O Brasil deve assumir uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por grande parte da dívida externa mundial e, não por acaso, têm grande parte de sua população na pobreza.

52. Em sexto lugar, a consolidação da vocação de multilateralidade do comércio exterior brasileiro mediante políticas direcionadas à diversificação de mercados, ao fortalecimento e ampliação do Mercosul e à retomada do projeto de verdadeira integração latino-americana, ao estabelecimento de programas de cooperação econômica e tecnológica com potências emergentes como a Índia, a China, a África do Sul, entre outras, à desconcentração e diversificação do setor exportador e, finalmente, ao estabelecimento de alianças específicas com empresas estrangeiras para uma política qualificada de ress substituição de importações.

53. Quanto à Alca, tendo em conta a avaliação já efetivada, não se trata de uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor. Tal como está proposta, a Alca é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil. O que está em jogo, então, são os interesses estratégicos nacionais, é a preservação de nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação. Em outras palavras, rechaçar essa proposta, tal como está sendo apresentada, é um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução de nossa dependência e vulnerabilidade externas.

Por outro lado, a inserção soberana do Brasil no mundo exigirá esforços no sentido de aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais de nosso país com os Estados Unidos – o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial – e com a União Europeia –, o melhor exemplo de integração supranacional exitosa e calcada em regras democráticas.

54. Do ângulo da política externa, é preciso se opor à blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado e recuperar valores como a cooperação nas relações internacionais. Nesse sentido, será decisivo uti-

lizar o peso internacional do Brasil para mobilizar e articular partidos, governos e forças políticas que lutam por sua identidade e autonomia, justamente num momento em que cresce a reação popular pela nacionalização dos centros de decisão política e econômica dos países periféricos. Revoltas populares sucedem-se em diversos países, em particular na América Latina, onde o caso da Argentina é a última e mais radical manifestação das consequências de uma política imposta pelo FMI. A instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Esta mudança do quadro mundial permite combinar a defesa da soberania com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional. Não podemos defender o isolamento nacional; é preciso lutar pelos interesses de toda a humanidade. Assim, as relações internacionais não devem ser entregues à lógica dos mercados desregulados ou ao mando imperial levado a cabo pelas instituições da globalização neoliberal – FMI, Banco Mundial, OMC, Alca. Dessa forma, a soberania nacional deve ser associada estreitamente com soberania popular e com solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo imperialismo. Mais do que um “PROJETO NACIONAL”, trata-se de formular um projeto que incorpore a defesa da nação e se proponha a transformá-la e a lutar por uma outra ordem internacional. Deve-se valorizar o Fórum Social Mundial e, ainda, fortalecer o movimento de defesa da Taxa Tobin e pela constituição de um fundo internacional de combate à pobreza, pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital externo especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres deverá ter forte participação do Brasil e deve ser acompanhada pela perspectiva de auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do “Terceiro Mundo”.

55. Um outro modelo de desenvolvimento demandará, necessariamente, um Estado democrático forte, com um novo padrão de ação na economia

que, sendo distinto daquele do período nacional-desenvolvimentista, permita superar o quadro de desestruturação institucional e de subordinação da ação estatal às esferas de decisão financeira, herança da ideologia do “Estado mínimo” na década de 1990. Esse novo padrão de ação estatal se projetará em dois planos interligados. Em primeiro lugar, a reconstrução da capacidade estatal de regulação e de suporte ao desenvolvimento e, em segundo lugar, a reversão da fragilidade fiscal.

56. A reconstrução da capacidade estatal de regulação e de suporte ao desenvolvimento envolverá a recriação de formas de coordenação público-privadas atuando em vários campos relevantes. O ponto inicial diz respeito à ação sobre uma questão que o mercado é reconhecidamente incapaz de equacionar: o ataque à concentração de renda e riqueza, à exclusão social e ao desemprego. O Estado deverá também desempenhar um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento e ciência e tecnologia, todas centrais para a criação de externalidades positivas e para o aumento da eficiência sistêmica.

57. Em segmentos como petróleo, energia, saneamento, bancos, onde a presença das empresas estatais ainda é relevante, ela deverá ser preservada e consolidada. O programa de privatizações será suspenso e reavaliado, sendo auditadas as operações já realizadas, sobretudo onde existem notícias de má utilização de recursos públicos ou negligência no que toca aos interesses estratégicos nacionais. No setor energético, em particular, poderá ocorrer a revisão de privatizações, para que sejam resgatados o planejamento estratégico e a gestão integrada do sistema. No conjunto dos setores privatizados, o novo governo terá que assegurar investimentos que ampliem de forma sustentável a infraestrutura do país, exigindo metas dos novos concessionários, além de recuperar o planejamento e realizar investimentos públicos nos setores onde eles se fizerem necessários. Com essa perspectiva, será preciso alterar o marco regulatório das agências reguladoras nacionais, além de recuperar o poder de fiscalização e de controle público.

58. O Estado não pode limitar as suas ações à administração do curto prazo e das questões emergenciais, mas deve pautar-se por uma visão estratégica de longo prazo, que dê conta do papel fundamental do dinamismo do investimento, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica reativar

o planejamento econômico, para assegurar um horizonte mais longo para os investimentos e implantar políticas ativas setoriais e regionais. Ao investimento público estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário.

59. A reconstrução de um sistema de financiamento do desenvolvimento se apoiará em três princípios: a) o fortalecimento e a reorientação das instituições especiais de crédito (BNDES, CEF, Banco do Brasil etc.), essenciais para o financiamento de atividades de maior risco ou de prazos de retorno mais longos; b) a ampliação do crédito dirigido de instituições privadas (por meio de instrumentos como exigibilidades ou redesconto seletivo); c) a ampliação da poupança doméstica de longo prazo, seja pela constituição de uma previdência pública complementar (sob regime de capitalização), seja através de uma nova gestão mais eficaz, com novas prioridades, dos fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-PASEP, FAT). A maior formalização do emprego, neste caso, ampliaria os recursos desses fundos e permitiria alavancar o financiamento de longo prazo.

60. A reversão da fragilidade fiscal, para garantir a consistência da política fiscal, é uma pedra angular de sustentação do novo modelo de desenvolvimento. Isso significa, antes de tudo, a preservação da solvência do Estado, traduzida na redução substantiva e progressiva do comprometimento das receitas com o pagamento de juros da dívida pública e em sua capacidade de realizar políticas ativas e coordenadas de gasto público (inclusive o gasto social). A perspectiva de colocar o social como eixo do desenvolvimento exigirá uma revisão completa das atuais políticas que colocam a dívida financeira e seus credores como a prioridade número um do Estado brasileiro. Nesses termos, a redução da fragilidade externa deverá promover uma redução das taxas de juros cobradas nos financiamentos externos, com efeitos positivos sobre a taxa de juros doméstica de curto prazo, a qual influencia o custo do financiamento da dívida pública, diminuindo a carga de juros e a imprevisibilidade de sua trajetória.

61. Dado o objetivo de manter a solvência do Estado, cabe preservar um aspecto essencial do gasto público, qual seja, o seu papel anticíclico e estimulador do crescimento econômico. Do ponto de vista cíclico, a evolução do déficit público não pode estar sujeita a metas de longo prazo ou a concepções anacrônicas e marcadamente ortodoxas e monetaristas que

postulam o orçamento equilibrado como um valor absoluto e permanente. Tal equilíbrio pode ser alcançado através do crescimento econômico e da estabilidade macroeconômica (que induzem ao pleno emprego e à maximização das receitas fiscais).

62. Do lado das receitas, coloca-se a necessidade de realizar uma reforma tributária ampla, baseada nos critérios de eficácia da arrecadação e de justiça fiscal. É preciso desonerar a produção, reduzir os tributos sobre os assalariados e as classes médias (progressividade dos impostos), taxar grandes fortunas e grandes heranças e ampliar a base de arrecadação, ao reduzir as brechas para a evasão e a sonegação fiscais (por exemplo, através do acesso aos dados da CPMF).

63. A consolidação do controle inflacionário, num contexto em que as prioridades são o crescimento com distribuição de renda e a redução dos desequilíbrios externos, será uma tarefa bastante complexa, que irá requerer uma articulação governamental com o setor privado e com a sociedade civil – por exemplo, para a remoção de gargalos em termos de capacidade produtiva, ou para evitar aumentos de preços em função do grau de monopólio. Neste caso, serão de utilidade câmaras setoriais e instrumentos de regulação do Estado e de defesa dos consumidores. Isto não implicará, no entanto, o retorno a formas diretas ou indiretas de indexação de preços ou contratos. Por oposição ao monitoramento de caráter monetarista e ortodoxo do FMI, o novo governo buscará assumir publicamente um conjunto de compromissos sociais e econômicos em sintonia com os objetivos e prioridades do novo modelo de desenvolvimento. Nesse quadro, caberá estabelecer metas de crescimento econômico, geração de emprego, de investimento social e da inflação que concretizem e que confirmem consistência àquelas prioridades, viabilizando, ao mesmo tempo, seu amplo controle público.

III . O DEMOCRÁTICO

64. O modelo de desenvolvimento comandado pelo governo democrático e popular estará sustentado num novo contrato social, fundado num compromisso estratégico com os Direitos Humanos, na defesa de uma revolução democrática no país. A alternativa proposta representará uma ruptura com nossa herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo mais recente. Isso envolverá, portanto, uma disputa de hegemonia, em que a afirmação de

valores radicalmente democráticos estará contraposta, por um lado, à cultura política e às práticas do clientelismo, da conciliação, da privatização do público e, por outro, à cultura de mercantilização que articula valores e determina atitudes individualistas e consumistas, inclusive entre os próprios segmentos excluídos e oprimidos.

65. É inaceitável continuar convivendo numa sociedade em que a força das relações e das lealdades pessoais se transforma, com tanta frequência, na predação de recursos públicos e na corrupção. De igual modo, as bolsas de valores e os mercados financeiros não podem regular a sociedade. O mercado não produz justiça e não tem qualquer compromisso com a ética democrática e a justiça social. Os acordos clientelistas e a “mão invisível” do mercado não podem substituir o debate público e democrático e as decisões daí emanadas – as únicas capazes de assegurar a proteção ao meio ambiente e a justiça social. Estamos propondo uma radical defesa dos Direitos Humanos e das liberdades. Isso exige a desprivatização do Estado, a constituição de novas esferas públicas de controle social do Estado e o controle social e democrático do mercado.

66. A construção do novo modelo de desenvolvimento se dará nos marcos do Estado de direito. Nossas propostas de mudanças profundas nos rumos do país serão transparentes e previsíveis, marcadas pela disposição permanente ao diálogo, respeitando sempre os princípios de nosso projeto: desenvolvimento autônomo, justiça social, participação democrática. Por outro lado, a implementação desse novo modelo terá que equacionar limitações legais e institucionais importantes. Isso significa que as reformas políticas e institucionais tenderão a assumir um papel decisivo, exigindo intensa mobilização e pressão popular e base de sustentação parlamentar.

67. Os principais pontos de uma reforma política democratizadora são: a adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais; a fidelidade partidária; a redefinição da representação dos estados na Câmara Federal (respeitados os princípios federativos); a democratização dos meios de comunicação, com a implementação imediata do Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição; a completa reformulação nas agências de regulação, integrando-se a participação dos trabalhadores e dos consumidores (exigências que visam universalizar serviços e garantir sua acessibilidade e qualidade); reforma e controle externo do Poder Judiciário. A Lei de Responsabilidade Fiscal – preservados os mecanismos democráticos de controle fiscal

dos governos – precisa ser reformulada de tal modo que a responsabilidade fiscal seja informada pela responsabilidade social (e não pelos interesses exclusivos do sistema financeiro).

68. Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo.

69. Os trabalhadores já incorporados e aqueles a serem incluídos pelas políticas de crescimento e de proteção social são a principal base de sustentação do novo contrato social. Os pequenos empresários e os setores médios irão se beneficiar diretamente do crescimento econômico e das novas oportunidades a serem abertas, e indiretamente através da redução da violência social que está por toda a parte. É evidente que um dos objetivos básicos das mudanças propostas consiste na inclusão dos excluídos – uma multidão não organizada que não chega a ser cidadã e que quase não é produtora e consumidora. A perspectiva da inclusão social cria condições para sua auto-organização (sob diferentes formas) e portanto sua conversão em uma relevante força política cidadã. A construção de um país mais homogêneo do ponto de vista social trará benefícios para a grande maioria, conferindo consistência ao processo de democratização do país.

70. Ao lado da sustentação social e política no país – ancorada em alianças sociais e políticas em torno de nosso programa e no estímulo ao avanço das lutas populares e de uma participação ativa da sociedade – será também necessário construir alianças e um amplo leque de apoio internacional. Não estamos sozinhos na defesa de alternativas democráticas e populares ao modelo neoliberal, e nem poderíamos optar pelo isolamento econômico, político e cultural. Nossa perspectiva é universalista em seus objetivos e reivindica uma inserção ativa e soberana do Brasil no mundo. Assim, uma política alternativa de regionalização, que passa pelo resgate do Mercosul e da integração latino-

-americana, pode vir a ser relevante instrumento de articulação de forças na região. De modo análogo, devem-se buscar alianças com potências emergentes (a exemplo da Índia, da China, da África do Sul ou da Rússia).

71. Um novo contrato social deve incorporar, ainda, uma reconfiguração da Federação brasileira. Por oposição ao quadro de profundas disparidades territoriais – alicerçadas num sistema intransparente (“privado”) de acordos clientelistas de elites de diversos níveis e no individualismo da guerra fiscal predatória, de todos contra todos – é essencial caminhar para a homogeneização econômica e social de nosso território, tão rico em diversidades culturais – através do primado da cooperação entre os diferentes entes federados, construída em esferas públicas transparentes e democráticas.

72. Por isso, uma reforma tributária adequada a tais princípios deve incorporar, necessariamente, as questões postas pela nossa condição de país federativo. Nessa perspectiva, a valorização das esferas local e regional passa não só pelo seu fortalecimento em termos de volume de recursos disponíveis (o que é decisivo, em face da reação centralizadora da década de 1990), mas também e sobretudo pela divisão mais equitativa do bolo tributário do ângulo territorial. É preciso, por outro lado, em substituição à guerra fiscal, adotar políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e local, voltadas a combater as disparidades territoriais, a serem sustentadas financeiramente pela reorientação do uso de fundos públicos existentes (inclusive com relação a subsídios). Nessa perspectiva, faz todo sentido combinar a definição de prioridades nacionais, baseadas em critérios claros e impessoais (regiões atrasadas, regiões em processo de reconversão industrial, políticas horizontais relativas a emprego, meio ambiente, gênero, raça etc.) com operacionalização local, vinculada à participação cidadã. Nesse quadro, a descentralização da prestação dos serviços públicos (como educação, saúde, saneamento, habitação, transportes e segurança) deve ser vista como uma necessidade cuja implementação precisa contar com a garantia de recursos correspondentes e estar associada a padrões de qualidade, equidade e controle público.

73. Além disso, é fundamental levar a efeito a refundação de dois importantes níveis territoriais de gestão pública compartilhada: as macrorregiões, envolvendo estados com realidades semelhantes e problemas cuja solução exija ações conjuntas, na base da cooperação, e as microrregiões – sobretudo as áreas metropolitanas – envolvendo municípios com desafios comuns, que não podem ser equacionados de modo isolado. Em ambos os casos, gestão pública

compartilhada significa a participação simultaneamente horizontal e vertical, de representantes da União, de estados e de municípios das regiões constituídas, aberta também à sociedade civil organizada.

74. Por fim, a redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa – uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais – deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à cogestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator-chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e deliberação envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia com a cultura clientelista e com os valores neoliberais.

75. Sem a pretensão de conclusividade – até porque a conformação dos inúmeros canais de participação dependerá não só do governo, mas também da interação com a sociedade –, convém destacar desde logo algumas iniciativas relevantes nesse campo: a implementação do orçamento participativo no nível central será desafio de peso, na medida em que não se trata de efetuar uma mera transposição mecânica de políticas em curso nos níveis local e estadual para o central, que é muito mais complexo (será necessário, por exemplo, tomar na devida conta a estrutura federativa brasileira); os variados conselhos temáticos ou setoriais – inclusive para o controle público das empresas estatais e das concessionárias de serviços públicos; a reformulação de fundo das agências nacionais de regulação, integrando representantes dos consumidores; instituições como as câmaras setoriais, voltadas à elaboração, negociação e implementação de políticas industriais ou setoriais; gestão participativa dos fundos públicos etc.

76. Em segundo lugar, um novo modelo de gestão pública, no contexto de um Estado forte – em contraposição ao “Estado mínimo” e à correspondente fé cega nos mecanismos de mercado –, deve ser um Estado que, além de

democrático e participativo, desempenhe as funções que lhe caberão de maneira adequada. Isto significa, por um lado, a recuperação do planejamento estratégico de governo, como instrumento para a remontagem da capacidade estratégica de ação do Estado (prever, planejar, agir, investindo ou coordenando iniciativas com o setor privado e a sociedade), tendo em conta a necessidade de integração de ações setoriais em muitas das iniciativas prioritárias e o interesse de monitorar resultados das ações. Por outro lado, significa a reorganização da forma de prestar serviços públicos, conferindo-lhes qualidade com economia de recursos. Outro grande desafio, que – presidido pela noção de avaliação de resultados – deve incorporar o uso de tecnologias modernas, a reformulação de rotinas e procedimentos, a melhoria dos ambientes de trabalho e, como é óbvio, a valorização dos servidores públicos e de suas condições salariais e de trabalho (sempre tendo em conta que, dadas as defasagens de salários ante as limitações de recursos, a melhor maneira de realizar negociações democráticas é tratá-las em espaços de debate público mais amplos, como o orçamento participativo).

77. As diretrizes de programa de governo anteriormente estabelecidas não têm a pretensão nem de detalhar propostas de ação nem de abarcar todos os assuntos e aspectos que estarão sob a responsabilidade do governo democrático e popular.

Elas pretendem apenas, por um lado, avançar linhas gerais de ação e de políticas que, com o devido detalhamento, pretenderão se concretizar como prática de governo; por outro lado, elas se propõem a tornar clara uma concepção de governo para o Brasil, um projeto que, articulando as dimensões social, nacional e democrática, seja capaz de contribuir para a construção de uma nação soberana, inclusive socialmente, e democrática. Porque, para nós, programa de governo é para valer.

METODOLOGIA PARA O PROGRAMA DE GOVERNO PARA O BRASIL

I. OBJETIVOS

1. Fazer da elaboração do programa de governo um momento de aglutinação das diferentes experiências e reflexões no âmbito do PT, dos partidos aliados e da sociedade civil brasileira, solidamente referenciado nas questões macrorregionais e nas características da cultura nacional, segundo quatro vertentes assim definidas:

- a) experiências de governos;
- b) acúmulo das áreas acadêmicas e técnico-científicas;
- c) contribuições da sociedade (empresariado, igrejas, instituições sociais etc.);
- d) contribuições dos movimentos sociais ambientalistas.

2. Propiciar às instâncias deliberativas do PT e dos partidos aliados um documento básico para deliberação.

3. Oferecer à nossa campanha presidencial e aos nossos futuros governos um conjunto de propostas consistentes para a implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento.

II. ORGANIZAÇÃO E MÉTODO

1. Constituição de uma comissão de programa de governo (encabeçada por um coordenador-geral), com as funções de acompanhar e orientar trabalhos de grupos, seminários e outras atividades correlatas, além de elaborar um documento básico para a deliberação das instâncias partidárias. A coordenação contará com uma estrutura de apoio própria, profissionalizada, com o intuito de dar conta das necessárias tarefas de suporte.

2. Organização de grupos de trabalho responsáveis por grandes temas nacionais (a exemplo de desenvolvimento nacional sustentável, gestão democrática, cidadania e inclusão social), bem como por temas macrorregionais.

Tais grupos serão divididos em subgrupos, todos com caráter amplo e aberto. Os responsáveis por grupos e subgrupos serão indicados pela coordenação do programa de governo.

3. Realização de seminários descentralizados, nas cinco macrorregiões, em estados brasileiros, bem como nos setoriais, para o debate do programa nacional, como subsídio para o documento básico de programa de governo.

4. Constituição de um banco de ideias para a recepção, ampla e aberta, de contribuições da cidadania ao nosso programa de governo. O banco de ideias será viabilizado por meio de uma página na Internet, devendo ainda ser garantido um retorno aos autores das propostas apresentadas.

III. CRONOGRAMA E PROCESSO

1. O DN de novembro nomeia o coordenador-geral e os membros da comissão de programa de governo.

2. O Encontro Nacional de dezembro de 2001 discute e aprova as diretrizes do programa de governo, base para as elaborações e documentos subsequentes.

3. A comissão, os grupos e subgrupos trabalham na confecção do programa de governo de dezembro de 2001 a abril de 2002.

4. O DN, em maio de 2002, discute e aprova o documento básico de detalhamento das diretrizes de programa de governo, preparado pela comissão, seguido de consulta aos partidos aliados e da realização, em junho de 2002, de uma conferência nacional para sua apresentação pública.

5. A comissão, os grupos e subgrupos continuam a elaborar o aprofundamento das propostas temáticas e regionais, bem como propostas específicas de impacto para a campanha, até agosto de 2002. As referidas propostas deverão ser sempre submetidas à Comissão de Programa de Governo e por ela aprovadas, para que se garantam sua coerência e sua consistência com o documento básico do programa de governo.

17 DE MARÇO DE 2002 PRÉVIA DEMOCRÁTICA DO PT TERÁ LULA E SUPPLY COMO PRÉ-CANDIDATOS A PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Estatuto do PT determina que, havendo mais de um pré-candidato às eleições majoritárias, deverá ser realizada Prévia Eleitoral. O senador Eduar-

do Suplicy teve sua inscrição como pré-candidato a Presidente da República aprovada anteriormente pelo Diretório Nacional. Durante o XII Encontro Nacional do PT, um conjunto de membros do Diretório Nacional apresentou a inscrição do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, cujo texto segue abaixo:

BRASIL URGENTE, LULA PRESIDENTE

O XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, nos termos das disposições estatutárias, recebeu a inscrição de Luiz Inácio Lula da Silva como pré-candidato do PT à Presidência da República.

Os delegados presentes ao XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores que assinam esta moção apoiam a iniciativa e indicam à consideração do Partido essa candidatura. No curso dos últimos 25 anos, Lula ocupou o centro das lutas sociais e políticas no país, transformando-se em uma referência nacional e internacional associada aos combates pela liberdade, democracia e justiça social.

Conduziu a construção do maior partido popular da história do Brasil. Representou-o não só nos grandes embates eleitorais dos anos 80 e 90, como esteve à frente das grandes batalhas sociais e políticas das últimas décadas. Encarnou e hoje mais do que nunca encarna as esperanças de dezenas de milhões de homens e mulheres que creem que um outro Brasil é possível.

A candidatura de Lula é construção coletiva. Ele será o porta-voz fiel do programa democrático e popular que esse Encontro aprovar.

O Brasil vive uma profunda crise econômica e social, tem seus interesses nacionais atingidos gravemente por uma ordem mundial injusta e cada vez mais antidemocrática.

O país necessita de uma outra alternativa que reconstrua nossa economia, governe prioritariamente em favor dos pobres e excluídos, aprofunde a democracia e preserve a soberania nacional.

Por tudo isso, uma vez mais ecoa no país o grito que fazemos nosso: Brasil Urgente, Lula Presidente.

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

ESTATUTO

O XII Encontro Nacional do PT , considerando que os titulares das Secretarias Sindical e Agrária são eleitos em Encontros Setoriais e não diretamente pelas chapas,

RESOLVE:

Alterar o artigo 111 do Estatuto do PT , retirando a obrigatoriedade de participação das Secretarias Sindical e Agrária na composição mínima da Comissão Executiva Nacional.

CAMPANHA NACIONAL DE FILIAÇÃO (CNF)

Nos termos do Estatuto do Partido dos Trabalhadores e de acordo com as resoluções do Diretório Nacional, 80,2% dos membros representantes das chapas Movimento PT, Por um Socialismo Democrático, PT de Luta e de Massas, Um outro Brasil é Possível, Um novo Mundo é Possível, Um novo Brasil é Urgente inscreveram a pré-candidatura do companheiro Luíz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

O XII Encontro Nacional do PT , considerando:

| Que a participação média dos filiados no Processo de Eleições Diretas foi de 2,5 votantes por mil eleitores;

| Que essa participação foi sensivelmente diferente entre os estados brasileiros: em alguns estados chegaram a votar 8 filiados por mil eleitores, em outros este índice foi somente de 1 votante por mil eleitores;

| Que a participação dos filiados no processo eleitoral interno aumentou 7,1% de 1999 para 2001, tendo, entretanto, se reduzido em 9 estados brasileiros;

| Que a aceitação do PT no eleitorado tem aumentado continuamente e que existe um amplo espaço para aumentar o número de filiados ao partido;

RESOLVE:

Aprovar a realização de uma ampla campanha de filiação no ano de 2002, tendo como meta atingir 400 mil filiados recadastrados até 31/12/2002.

A SORG Nacional definirá, em conjunto com as SORGs Estaduais, metas trimestrais para cada estado, em função de suas realidades específicas, submetendo o resultado periodicamente à análise do Diretório Nacional.

PED EXTRAORDINÁRIO

O XII Encontro Nacional do PT, considerando:

| Que informações dos Diretórios Estaduais davam conta da existência de 4.016 municípios com o PT organizado (DM s ou CPs) antes da realização do PED - Processo de Eleições Diretas;

| Que destes 4.016 municípios, 2.843 habilitaram-se a realizar o PED em 16/09/01;

| Que dos 2.843 municípios aptos, 2.504 elegeram seus Diretórios Municipais,

RESOLVE:

1. Definir como principal meta organizativa para 2002 atingir a marca de 3.500 Diretórios Municipais do PT organizados e legalizados em todo o Brasil, até 13/11/2002.

2. Para tanto, os Diretórios Estaduais deverão priorizar o trabalho de organização nos municípios que não elegeram seus Diretórios no PED 2001, bem como nos municípios já organizados, mas que não participaram das eleições.

ORGANIZAÇÃO DE BASE

O XII Encontro Nacional do PT, considerando:

| A necessidade de revitalizar os núcleos do partido, definir melhor a organização dos Diretórios Zonais e Diretórios Municipais, bem como identificar novas formas de organização de base buscando uma maior inserção do partido nos movimentos sociais,

RESOLVE:

Aprovar a realização em 2002 de uma conferência nacional de organização de base. Esta conferência deve ser precedida de um amplo debate em todo o partido, sob a coordenação da SORG Nacional, realizando-se conferências estaduais e municipais.

Na preparação destas conferências serão utilizados os materiais produzidos pela Secretaria Nacional de Formação Política e pela Fundação Perseu Abramo: o vídeo “PT: passado e presente”, o caderno de formação e o CD-ROM “O PT faz história”.

REGULAMENTAÇÃO DAS MICRORREGIÕES NACIONAIS

O XII Encontro Nacional do PT, considerando a necessidade de regulamentar o funcionamento das Macrorregiões Nacionais,

RESOLVE:

Determinar a regulamentação das Microrregiões Nacionais até 30/06/2002, autorizando a Secretaria Nacional de Organização a realizar todos os encaminhamentos necessários à sua implementação.

RECADASTRAMENTO

O XII Encontro Nacional do PT considerando a necessidade de atualizar o cadastro de filiados do partido,

RESOLVE:

1. Realizar um RECADASTRAMENTO NACIONAL dos filiados ao partido, a ser encerrado em 30/06/2002.

2. Serão considerados automaticamente recadastrados os filiados que participam do Processo de Eleições Diretas e aqueles que já efetuaram o recadastramento através do formulário da Carteira Nacional de Filiação.

3. Deverá haver ampla divulgação do recadastramento, através de cartazes, matérias em jornais e publicação no Portal do PT utilizando-se, inclusive, sempre que possível, os espaços de publicidade gratuita no rádio e na TV;

4. Findo o prazo de recadastramento, os filiados que não se apresentarem terão sua filiação cancelada e seus nomes serão excluídos da relação oficial a ser encaminhada à Justiça Eleitoral.

FINANÇAS PARTIDÁRIAS

O XII Encontro Nacional do PT, considerando:

| Que os Diretórios, em todos os níveis, enfrentam dificuldades em receber as contribuições obrigatórias dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança;

| Que este fato compromete as finanças partidárias, havendo, inclusive, atraso no repasse às instâncias superiores, que são obrigadas a cobrar com insistência o cumprimento dos deveres dos diretórios de nível inferior;

| Que muitos diretórios recebem as contribuições e não efetuam o repasse no prazo estabelecido;

RESOLVE:

Os filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança efetuarão sua contribuição financeira ao partido em uma conta-corrente única nacional, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, e os repasses aos Diretórios Estaduais e Municipais serão efetuados automaticamente pela própria instituição bancária, na seguinte proporção:

1. Em nível estadual: 90% para o Diretório Estadual correspondente, 90% para o Diretório Nacional;

2. Em nível municipal: 75% para o Diretório Municipal correspondente, 20% para o respectivo Diretório Estadual e 5% para o Diretório Nacional.

ANEXOS

ANEXO 1

RESOLUÇÃO SOBRE A ALCA

O XII ENCONTRO NACIONAL DO PT tomou conhecimento da resolução da Câmara dos Deputados de pedir a imediata suspensão das negociações da Alca.

O XII ENCONTRO NACIONAL DO PT apoia esta decisão e orienta os militantes e parlamentares do partido a abrir uma campanha de moções de Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, sindicatos e personalidades de apoio à suspensão das negociações da Alca.

Propõe que esta campanha seja levada ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre e à Sociedade Civil, culminando com a convocação de um plebiscito a respeito.

ANEXO 2

EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES. NÃO AO PROJETO DORNELLES

1. O governo Fernando Henrique, através do chamado “Projeto Dornelles”, pretende revogar direitos trabalhistas que os assalariados brasileiros levaram décadas para conquistar.

2. O PT posicionou-se frontalmente contra o Projeto Dornelles, pois ele representa, para milhões de trabalhadores, a eliminação de garantias mínimas ante a precarização e a brutal exploração do seu trabalho. Como se sabe, esta nova ofensiva de Fernando Henrique contra os assalariados brasileiros insere-se numa implacável cruzada internacional do neoliberalismo para desregular e liquidar direitos trabalhistas fundamentais.

3. Tratando como “imexíveis” os aspectos da CLT aqueles direitos básicos, elementares – ética e socialmente inquestionáveis da legislação trabalhista: o 13º salário, as férias remuneradas etc...

4. A posição da direção nacional e de bancada federal do PT, apoiada na resistência da CUT e de importantes movimentos grevistas, como o da previdência e das universidades, tem sido fundamental no combate ao projeto.

5. Aprovado na Câmara Federal, mediante violenta pressão do Planalto (o que gerou protesto até da própria base governista) e aliciamentos com recursos públicos, o projeto será votado pelo Senado em março de 2002. Fernando Henrique afirma, sem nenhum pudor, ter urgência em aprová-lo.

6. Como parte da campanha do PT e da CNT contra a supressão dos direitos dos trabalhadores, que agora o governo Fernando Henrique procura efetivar através da chamada “flexibilização” da CLT, é muito importante que os partidos, entidades representativas, movimentos sociais e militantes do campo democrático-popular articulem e realizem uma grande manifestação de massas por ocasião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Esse ato público expressará a junção do protesto dos trabalhadores brasileiros, com ampla presença popular, com a luta “antiglobalização” no mundo inteiro, representada pelos participantes do Fórum Social Mundial.

7. O XII Encontro Nacional do PT reitera a posição do partido, de luta intransigente contra o projeto e em defesa dos assalariados brasileiros. O Projeto Dornelles deve e pode ser barrado. Com este objetivo, o PT promoverá uma nova campanha de mobilização social e institucional, bem como apoiará as “JORNADAS DE LUTAS CONTRA AS ALTERAÇÕES NA CLT” programadas pela CUT nos próximos meses.

ANEXO 2.1

JORNADA DE LUTAS CONTRA AS ALTERAÇÕES NA CLT EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A Executiva Nacional da CUT, reunida nos dias 6 e 7 de dezembro de 2001, em São Paulo, considera a luta contra o Projeto de Lei nº 5.483/01 do Executivo Federal, que altera o artigo 618 da CLT, a maior prioridade do movimento sindical para o próximo período e, assim, declara que levará os trabalhadores organizados até as últimas consequências para fazer com que esta luta seja vitoriosa.

Considera, portanto, necessário desencadear um movimento nacional, envolvendo e mobilizando todos os setores da sociedade brasileira, para impedir que o governo FHC acabe com os direitos trabalhistas fundamentais com

as alterações propostas contidas no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados e que ainda será votado pelo Senado Federal. Para tanto convoca todas as entidades da base da nossa central para preparar uma greve geral de caráter sindical e popular a ser realizada até a primeira quinzena de março de 2002.

Solicita especial atenção de todas as entidades, dirigentes e militantes para as orientações e tarefas contidas no seguinte calendário:

1. Ainda nesta semana – Reunião com o conjunto das entidades que, junto com a CUT, se posicionaram contra o projeto que altera a CLT, com o objetivo de organizar a continuidade da campanha, elaborar um manifesto conjunto sobre a inconstitucionalidade do projeto do governo, agendar reunião com o presidente e os líderes do Senado, entre outros encaminhamentos.

2. Durante as próximas semanas – Os senadores deverão ser procurados nos Estados, em suas residências, nos escritórios políticos ou em outros lugares, para pressionar, cobrar posição e anunciar que a CUT fará uma grande campanha de denúncia dos que votarem pela retirada de direitos dos trabalhadores, a exemplo do que estamos fazendo com os deputados federais.

3. Até a segunda quinzena de janeiro/2002 – As Estaduais da CUT e entidades nacionais filiadas e orgânicas deverão distribuir os cartazes e tabloides de denúncia dos deputados que votaram pelo projeto do governo, organizar o envio de mensagens aos senadores, cobrar o posicionamento das direções sindicais sobre a proposta de greve geral, entre outras iniciativas que mantenham o debate público sobre a ameaça aos direitos trabalhistas.

4. De 31 de janeiro a 5 de fevereiro – Durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, será realizada uma grande plenária sindical e popular reunindo, especialmente, os dirigentes e militantes da CUT presentes no Fórum para discutir e organizar a greve geral contra as mudanças no artigo 618 da CLT, indicada para a primeira quinzena de março de 2002.

5. No período de 18 a 28 de fevereiro – As Estaduais da CUT deverão organizar debates envolvendo o conjunto das categorias, as entidades da sociedade civil, especialmente as que compõem os Fóruns Estaduais de Luta, através de assembleias, plenárias, audiências públicas nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, entre outros espaços, para massificar as denúncias e buscar apoio à nossa luta, especialmente à greve geral.

6. Outros encaminhamentos da Executiva Nacional da CUT – a) a CUT apresentará uma denúncia contra o governo brasileiro, especialmente o ministro do Trabalho, na Organização Internacional do Trabalho (OIT); b)

organizará, ainda antes do início do recesso parlamentar, uma reunião com os líderes da oposição para definir uma estratégia de atuação no Senado Federal durante a tramitação do projeto do governo naquela Casa; c) contatará intelectuais e personalidades de várias áreas de atuação para se pronunciarem publicamente sobre as mudanças na CLT; d) reunirá entidades representativas do conjunto dos servidores públicos, federais, estaduais e municipais, para discutir os impactos das alterações da CLT para o setor, além da importância do envolvimento dos trabalhadores do setor público na luta em defesa dos direitos que estão ameaçados; e) indicará às entidades e movimentos que defendem os direitos das mulheres a realização de uma marcha de trabalhadoras rurais e urbanas, a exemplo da “Marcha das Margaridas”, em defesa do direito à licença maternidade, atividade que deve integrar as manifestações de 8 de março de 2002, Dia Internacional da Mulher.

MOÇÕES

MOÇÃO SOBRE O ASSASSINATO DO COMPANHEIRO PREFEITO DE CAMPINAS ANTÔNIO DA COSTA SANTOS

O assassinato do companheiro Antonio da Costa Santos, o “PT Toninho 13”, prefeito de Campinas, em 10 de setembro passado, foi mais um capítulo na história da violência dos setores dominantes contra os homens e as mulheres que lutam por um Brasil mais justo e igualitário. E pelo andar das investigações, os órgãos de segurança do estado de São Paulo e do governo federal pretendem que essa morte entre para um imenso rol da impunidade de crimes políticos no Brasil.

A atuação da polícia paulista, mais da pelo delegado Osmar Porcelli, tem sido marcada pela clara tentativa de produzir uma conclusão do inquérito indicando o caso como um crime comum (tentativa de assalto), usando para isso os meios mais diversos, inclusive forjar depoimentos de testemunhas.

Não resta nenhuma credibilidade à equipe policial encarregada da investigação, mas o secretário de Segurança do Estado de São Paulo, com o apoio do governador Geraldo Alckmim, insiste em manter o mesmo delegado à frente das apurações. O próprio Ministério Público de SP tem feito duras críticas à condução do inquérito.

Diante disso, o XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta seu repúdio à maneira como a polícia de SP está encaminhando as investigações sobre o assassinato do companheiro Toninho e exige a substituição do delegado Osmar Porcelli do comando do inquérito, bem como a participação da Polícia Federal nas investigações.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO PREFEITO DE BH CÉLIO DE CASTRO

O XII Encontro Nacional do PT manifesta sua solidariedade ao companheiro petista prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, e o desejo unânime dos filiados do PT pelo seu pronto restabelecimento.

MOÇÃO ORIENTE MÉDIO: PAZ URGENTE!

Nas últimas semanas o mundo assiste estarrecido e indignado à escalada da violência no Oriente Médio.

A ação de um governo hegemônico pela direita em Israel exacerbou a intifada nos territórios ocupados. O crescimento da repressão ao povo palestino provocou uma onda injustificável de atentados por parte de grupos sectários que têm vitimado basicamente a população civil israelense.

A intensificação recíproca de ações terroristas, por grupos sectários palestinos e pelo Estado de Israel, levou a um impasse na região.

O governo de Israel com o apoio declarado dos Estados Unidos rompe com a Autoridade Palestina, bombardeia suas instalações e ameaça aniquilar seus atuais interlocutores.

Desde sua fundação, o PT afirmou apoio à existência dos Estados Palestinos e de Israel, defendendo a solução negociada dos conflitos.

Hoje, mais do que nunca, trata-se de exigir a cessação imediata das ações militares na região e a volta às negociações nos marcos dos acordos de Oslo.

O governo do Brasil, país onde convivem harmonicamente as comunidades israelitas e árabes, tem de desenvolver urgentes iniciativas internacionais impedindo que a situação se deteriore mais ainda e que se possa restabelecer o diálogo entre as partes na busca da paz.

MOÇÃO: FESTIVAL DA JUVENTUDE

O XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado de 14 a 16 de dezembro de 2001, na cidade do Recife – Pernambuco, aprova a respectiva moção nos seguintes termos, como segue:

1. A juventude constitui um setor duramente atingido pelo modelo econômico determinante das políticas do governo FHC. Ela é atacada em suas perspectivas de futuro pelo desmonte gradual do ensino público e gratuito de nível superior e pelo sucateamento da escola pública; e no presente, por ser vítima da violência que grassa nas grandes e pequenas cidades como resultado da irresponsabilidade social deste governo e das políticas que se acumularam ao amontoado de erros de governos anteriores.

2. No tocante às políticas de âmbito federal, não é nada bom ser jovem no Brasil de hoje, mas não é este o único aspecto negativo da rea-

lidade que nos é imposta por um modelo excludente e concentrador da renda nacional. Preocupa tanto quanto as condições de vida do jovem brasileiro a falta de esperança de um futuro melhor e da consciência da necessidade de uma participação política cada vez maior para que esse futuro, de fato, chegue. Vivemos a crise dos modelos, dos paradigmas da juventude, a massificação de uma cultura fútil e individualista, que é boa para a manutenção do status quo, e que por isso é vendida e comprada como sendo modernidade.

3. Mas existe resistência: a juventude, que não é uma massa homogênea, manifesta-se através da expressão cultural das suas diversas tribos e das ações políticas em frentes de atuação como os movimentos populares e ONGs e tem também uma participação fundamental nos grandes atos políticos que as diversas forças contestadoras do modelo hegemônico têm organizado pelo mundo (como no caso do grande acampamento no II Fórum Social Mundial). A juventude petista está em todas essas frentes porque tem a cara da juventude brasileira.

4. Por tudo isso, o PT resolve que em 2002 realizará o 1º Festival Nacional da Juventude do PT. Com local, data e programação a serem definidos pelo Diretório Nacional. E que será o grande evento onde se reunirão as manifestações culturais e as ações políticas da juventude para construirmos o país que queremos. Assim, falaremos aos jovens do Brasil e os ouviremos, para que sejamos parceiros no projeto de uma vida futura socialmente justa e na ação política para tornar esse sonho realidade o mais breve possível.

Moção de solidariedade: No dia internacional dos direitos humanos, a OEA obriga o Brasil a proteger defensores ameaçados no Rio Grande do Norte. O Centro de Justiça Global, o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular e o Group of International Human Rights Law Students, divulgou a íntegra da determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que obriga o governo brasileiro a proteger Roberto Monte, diretor do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte, e o delegado Plácido Medeiros que, em defesa dos direitos humanos, denunciaram a ação do grupo de extermínio conhecido como “Meninos de Ouro”.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o “Human Rights Watch” identificaram como principais integrantes desse grupo de extermínio o atual sub-

coordenador da Central de Inteligência do Rio Grande do Norte, o Delegado Maurílio Pinto de Medeiros, e o policial Jorge Luiz Fernandes, conhecido como “Jorge Abafador”. Entre os muitos crimes que esse grupo teria cometido está o assassinato de Gilson Nogueira Carvalho, advogado defensor dos direitos humanos, em 20 de outubro de 1996.

Agora próximo ao julgamento dos assassinos de Gilson Nogueira, Plácido Medeiros de Souza recebeu diversas ligações informando que Jorge Abafador estaria planejando matá-los.

O XII Encontro Nacional do PT , solidário com os defensores dos Direitos Humanos, exige, proteção aos mesmos.

MOÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E PELA AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA HOMOSSEXUAL

O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, assumiu um claro compromisso com a luta contra a discriminação aos homossexuais, o que está consagrado em nosso estatuto, ao afirmar como um dos deveres dos filiados, no Art. 14, II , o de combater todas as manifestações de discriminação, dentre as quais por orientação sexual.

Quase todas as iniciativas de políticas públicas voltadas à afirmação dos direitos dos homossexuais têm sido de autoria de parlamentares e administrações petistas, construídas conjuntamente com organizações do movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Apenas para exemplificar, podemos citar os projetos de lei da Parceria Civil Registrada entre pessoas no mesmo sexo, da ex-deputada e atual prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, e o que criminaliza a prática de discriminação por orientação sexual, de autoria do deputado Nilmário Miranda, assim como os projetos de lei de autoria das prefeituras de Recife e de Porto Alegre, que estendem aos parceiros dos servidores públicos municipais homossexuais os mesmos direitos dos heterossexuais.

Diante disso, o XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores manifesta seu apoio às iniciativas e projetos das nossas administrações e de nossos parlamentares, que busquem a afirmação da cidadania homossexual e o combate à discriminação por orientação sexual, e conclama todos os nossos filiados a trabalharem por sua aprovação nas respectivas instâncias, propondo ainda que todos os demais parlamentares e integran-

tes de governos, seja em que nível for, sigam esses exemplos e apresentem propostas desse tipo, colocando o combate à discriminação por orientação sexual e a afirmação da cidadania homossexual como uma das marcas do modo petista de governar e de legislar.

MOÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA

Desde a revisão da Convenção 103 da OIT, em junho de 2000, aprofundam-se os ataques contra os direitos da mulher trabalhadora, em particular a licença-maternidade e estabilidade no emprego para a trabalhadora grávida, direitos inscritos na Convenção 103.

O Projeto Dornelles, submetido à votação no Senado e contra o qual o PT chama a mobilização e o apoio à jornada de lutas da CUT, pretende reduzir, entre outros direitos, as semanas de licença-maternidade a que a trabalhadora grávida tem garantida na legislação. Hoje são 17 semanas.

Ao mesmo tempo, tramita na Câmara Federal um projeto de lei do senador Luiz Pontes (PSDB- CE) que visa retirar a estabilidade no emprego da trabalhadora grávida, acrescentando ao artigo 393 da CLT um parágrafo que estabelece: “É assegurado o pagamento dos salários e demais vantagens, incluindo o salário-maternidade, à empregada quando dispensada sem justa causa, a partir da data da dispensa até cinco meses após o parto”. Está claro, tal proposta visa legalizar a demissão da trabalhadora grávida que, demitida, perde, além do emprego, o direito à assistência médica durante a gravidez e o parto, bem como os benefícios pecuniários durante o gozo da licença-maternidade.

Sem esses dois direitos – estabilidade no emprego e licença-maternidade – as mulheres trabalhadoras e seus filhos serão jogados à própria sorte em nome da preservação dos lucros dos capitalistas.

O XII Encontro Nacional do PT declara seu total apoio à campanha que se desenvolve em todo o país, com centenas de moções enviadas à Câmara Federal com milhares de assinaturas.

O XII Encontro Nacional do PT conclama os Diretórios, vereadores, prefeitos, governadores e deputados estaduais a enviarem moções à Presidência da Câmara Federal, reforçando assim a posição da bancada federal pela rejeição do projeto do senador Luiz Pontes.

MOÇÃO DE APOIO AO POVO ÁRABE

O XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores declara apoio ao povo árabe e todas as etnias que compõem a região da Tríplice Fronteira.

Autoridades e imprensa norte-americana desferem de forma vil ataques contra aquela região e a esses povos que, de forma harmoniosa, convivem e constroem aquele pedaço do planeta.

Em Foz do Iguaçu (PR) temos o segundo maior templo budista do país, a segunda maior mesquita, a maior usina hidrelétrica do mundo e há pouco tempo foi realizado um evento pela paz com a presença de mais de 40 mil pessoas. Tudo fruto da coexistência de mais de 57 etnias, sem nunca ter havido qualquer incidente étnico ou religioso.

O XII Encontro Nacional orienta os militantes e parlamentares do PT em todo o país para desencadear uma campanha de moções nos Legislativos, sindicatos e que este assunto seja levado ao Fórum Social Mundial como forma de luta pela soberania dos povos.

MOÇÃO EM DEFESA DA RENDA MÁXIMA

Nós, os delegados do XII Encontro Nacional, apoiamos a divulgação da proposta de RENDA MÁXIMA DE CONSUMO, esboçada nos textos “RMC – UMA BARREIRA AO CONSUMISMO” e “EM DEFESA DA RENDA MÁXIMA”, através dos ÓRGÃOS de comunicação do nosso partido, para debate interno e público.

Para maior clareza, afirmamos que o nosso apoio é, apenas, para a divulgação da proposta, e não ao seu conteúdo, pois o mesmo será construído, de forma participativa, como é a marca de nosso PT, a partir de debates, seminários e estudos que deverão ser feitos no interior do partido e fora do mesmo.

MOÇÃO SEMINÁRIO BID – BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

A Assembleia-Geral do BID acontecerá dos dias 7 a 13 de março de 2002.

A CUT, os partidos de esquerda e os movimentos sociais estão preparando seminários sobre o tema e uma grande manifestação para um dos dias da assembleia.

O PT do Ceará considera fundamental o envolvimento da Direção Nacional na mobilização e no apoio estrutural.

Portanto, os delegados do XII Encontro Nacional do PT decidem integrar-se a mais esta jornada contra o neoliberalismo e pela soberania brasileira.

MOÇÃO EM DEFESA DO POVO VENEZUELANO E DE SUAS CONQUISTAS

No dia 10 de dezembro, o setor patronal venezuelano promoveu uma paralisação no país para tentar barrar as leis implementadas pelo governo Chavez que atacam o latifúndio, mantêm o controle estatal sobre a produção de petróleo, protegem a pesca artesanal e atacam os interesses predatórios das grandes empresas de pesca e que também estabelecem o controle do Estado nas faixas litorâneas.

Considerando que as medidas tomadas pelo governo Chavez são evidentemente progressistas e que defendem os interesses da classe trabalhadora venezuelana, o XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores repudia as medidas reacionárias tomadas pela patronal e pela mídia daquele país que tem claros objetivos de pressionar o governo Chavez a voltar atrás nas leis implementadas e, ao mesmo tempo, desestabilizar o governo e preparar o clima para tentar aplicar um golpe de Estado no país.

Em defesa do povo venezuelano e de suas conquistas.

MOÇÃO DE REPÚDIO À REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Os delegados do XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores repudiam as propostas de redução de idade penal em tramitação no Congresso Nacional. Levar adolescentes para o sistema penitenciário em crise, marcado pela superlotação, pela imposição de tratamentos desumanos e degradantes, incapaz de reeducar e ressocializar os presos, não vai trazer nenhum benefício à sociedade.

Nossa juventude negra, favelada, camponesa precisa é de acesso pleno à educação, à profissionalização, à moradia digna, ao lazer, ao esporte, à promoção de sua cultura.

Acreditamos que o Estatuto da Criança e Adolescente precisa ser implementado em sua plenitude, com a instalação em todo o país das instituições

que lhe correspondem, como já fazem nos estados e nas principais cidades governadas por petistas.

A redução da idade penal insere-se na visão de que é necessário ampliar a repressão sobre as classes populares.

Nossas crianças e adolescentes não precisam de mais cadeias, e sim de oportunidades, respeito e inclusão.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À BANCADA DO PT NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO PERNAMBUCO

A atuação desenvolvida pela bancada de oposição na Assembleia Legislativa de Pernambuco e, em especial, pelo PT ao governo Jarbas Vasconcelos tem gerado por parte deste declarações e ações contra todos os que cumprem o necessário e democrático papel de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

As atitudes do governador de Pernambuco revelam posturas nitidamente autoritárias, típicas do período da ditadura que tantos prejuízos causou à luta democrática em nosso país.

Nesse sentido, merece nosso repúdio a representação encaminhada pelo governo estadual de Pernambuco à Procuradoria da República solicitando abertura de processo contra o líder do PT na Assembleia Legislativa, DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO, por suas declarações e atos de fiscalização das obras de restauração e duplicação da Rodovia Federal BR-232. A ação do governador é uma clara tentativa de impedir a atuação ética e democrática do parlamentar e da bancada de oposição em defesa da correta aplicação do dinheiro do povo de Pernambuco.

Assim, os delegados(as) presentes ao XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado de 14 a 16 de dezembro de 2001, no Centro de Convenções de Pernambuco, expressam o mais irrestrito apoio ao trabalho desenvolvido pelo companheiro Paulo Rubem e pela bancada em defesa da ética na administração e no combate à corrupção.

| 2006 |

XIII ENCONTRO NACIONAL DO PT

20 A 30 DE ABRIL DE 2006
SÃO PAULO



DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

(28 DE ABRIL DE 2006)

No último dia 28, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da abertura do 13º Encontro Nacional do PT, que ocorreu até o dia 30, em São Paulo. Na ocasião, Lula discursou durante cerca de 1 hora e 10 minutos a quase 2 mil petistas presentes, entre delegados, observadores e convidados. O presidente detalhou avanços de sua gestão, fez críticas à oposição e cobrou “maturidade” do PT para a disputa política deste ano.

Meus companheiros, minhas companheiras,

Vocês sabem a alegria de voltar aqui, depois de mais de 30 meses.

O último encontro do PT que participei foi o encontro de Recife. Até então, nós não tínhamos ainda definido o candidato a presidente da República. Cá estou eu, com uma série de dificuldades, porque passei parte dos últimos 30 anos falando mal dos governos. E cá estou eu como governo.

Portanto, não posso “hablar” de mim mesmo. Quero agradecer aqui, a participação das delegações estrangeiras. A todos os companheiros e companheiras que deixaram o seu país. Uns da China, uns da Alemanha, outros da América Central.

Quero citar um nome para cumprimentar a todos os companheiros, porque ele me lembra 19 de julho de 1980, quando participei do primeiro aniversário da Revolução Sandinista.

Foi lá que, pela primeira vez, pude conhecer Tomás Borges, pude conhecer Daniel Ortega, pude conhecer Fidel Castro, pude conhecer Arafat e outras figuras importantes da nossa América e do mundo político.

Mas uma coisa que me impressionou foi a leitura que o Tomás Borges, membro da Frente Sandinista, fez de uma carta-compromisso do governo sandinista com o povo da Nicarágua.

Certamente, aquela carta retratava o sonho de jovens que, durante anos, lutaram para derrubar a ditadura somozista. E, certamente, depois da passagem pelo governo, o Tomás Borges deve, de vez em quando, reler aquela carta-compromisso. E ele sabe que não foi possível cumprir tudo o que estava contido nos sonhos da carta-compromisso com o povo da Nicarágua.

Mas, de qualquer forma, o tempo passou e a Frente Sandinista – que nunca deixou de existir, mesmo nos momentos mais difíceis –, hoje está a um passo ou, pelo menos, a pouco tempo, com muitas possibilidades de “volver” ao governo com nosso companheiro Daniel Ortega ganhando as eleições.

Estou começando com a Frente Sandinista para voltar ao nosso querido Brasil, ao nosso querido PT e à nossa querida esquerda da América Latina.

Não sei se os nossos historiadores saberão medir, no futuro. Porque alguns já fizeram o julgamento. Nem bem começou a crise, já tinha uma penca de livros dizendo que o PT tinha acabado. É impressionante. Eu penso que as pessoas já tinham escrito aquilo, antes de eu ganhar. Apenas publicaram.

Vladimir, você não estava no Brasil ainda, estava exilado, quando nós fizemos uma greve aqui no Brasil. E um cidadão que tinha voltado do exílio, com 45 dias fez o julgamento da greve e escreveu um livro.

No dia em que eu estava lançando um livro na Brasiliense, contando a história dos metalúrgicos do ABC, esse cidadão (que fazia apenas 45 dias que estava no Brasil), distribuiu um livro julgando o equívoco da greve.

Por conta disso, eu queria dizer para vocês o que tem acontecido no nosso Brasil e no nosso PT.

Está aqui o nosso companheiro Zé Dirceu. Certamente, falta entre nós outros companheiros.

Mas o que acontece, de verdade, é que o PFL e o PSDB estão dando uma pequena lição à esquerda, meu caro Renato Rabelo, meu caro companheiro do PSB e companheiro do PT. O PFL e o PSDB estão nos dando uma lição de como fazer oposição nesse país. Eles estão dizendo para nós que éramos “fichinhas” quando fazíamos oposição. Porque éramos cheios de melindres, nós tínhamos muito respeito, não atacávamos as pessoas, não atacávamos moralmente, não mexíamos na família (que para nós tem um valor sagrado), nós não mexíamos na relação pessoal das pessoas. Eles, que reclamavam de nós, estão dizendo para nós: “vale tudo, sendo oposição vale tudo”.

Nesses 36 ou 39 meses de governo, nesse ano em que estamos sob uma saraivada enorme de tiros, vocês não me viram reclamar de ninguém. Não

reclamei de uma única pessoa, não falei mal de nenhum governador, não falei mal de nenhum deputado, não falei mal de nenhum prefeito, não falei mal de nenhum senador. Nem vou falar, até porque vocês me elegeram para governar e não para falar mal dos outros.

Mas eu queria chamar a atenção do PT para uma coisa importante.

Nós precisamos estar preparados para reconhecer quando erramos. Nós precisamos estar preparados para receber o julgamento do povo brasileiro. Nós precisamos estar preparados para receber o julgamento da Justiça neste país.

Mas nós não podemos aceitar que os adversários – alguns se colocando até como inimigos – sejam os julgadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e do futuro do Partido dos Trabalhadores (PT).

Não podemos aceitar. Porque a história está cheia de exemplos. A história brasileira está cheia de exemplos em que, muitas vezes, nós nos calam quando um companheiro nosso é atacado. Essa é uma deficiência que muitas vezes nós temos. É uma deficiência do julgamento precipitado. É uma deficiência de achar que alguém é culpado antes de ser provado se ele é culpado, apenas porque alguém disse que ele é culpado.

Duvido que tenha no mundo um defensor, maior do que eu, da liberdade de imprensa, duvido. Agora, uma parte da imprensa sabe que ela não tem sido democrática comigo. E eu não vou me queixar. Não vou mandar nenhuma carta para nenhum dono de jornal. Não vou mandar nenhuma carta para nenhum dono de televisão. E nem para dono de revista. Não mandarei.

Eu trabalho com a certeza de que o julgamento disso tudo se dará pela compreensão e pela maturidade política que o povo brasileiro está adquirindo nesta crise e nesse momento. Não é apenas agora que isto está acontecendo.

Eu, a vida inteira, a vida inteira, meu querido Waldir Pires, apanhei muito. A vida inteira lançaram páginas e mais páginas de preconceito. E nunca respondi e não vou responder.

Eu não vou responder porque tenho a dimensão histórica do que está acontecendo no Brasil. Tenho a dimensão histórica do que aconteceu neste país ao longo de toda a sua história. Tenho noção do que uma parte muito pequena da elite política brasileira faz com aqueles que ocupam postos que eles pensavam que eram só deles, ao longo da história desse país.

Meus queridos, isso exige uma dosagem de paciência muito grande. E a Marta sentiu isso na pele. A Luiza Erundina sentiu isso na pele. O Olívio

Dutra sentiu isso na pele, no Rio Grande do Sul. O Fritsch sentiu isso lá em Santa Catarina. O mesmo que está acontecendo comigo aconteceu com o Fritsch, lá em Chapecó. E, aqui, outros companheiros, para não citar todos.

Por eu ter consciência do que está acontecendo no Brasil, e ter consciência do que está acontecendo na nossa querida América Latina, eu me “quedaré tranquilo, muy tranquilo”. Estou falando um pouco em espanhol, aqui, para que meus companheiros [estrangeiros] entendam...

Olhem, quando nós tivermos dúvida do que está acontecendo, quando tivermos inquietações sobre a política, olhemos um pouco além da fronteira do Brasil. Deixemos de olhar um pouco para a Europa e os Estados Unidos, e olhemos para América Latina.

Vejamos o que aconteceu nesta América Latina, sobretudo na América do Sul, nestes últimos 36 meses.

Depois da minha eleição, veio a eleição do presidente Kirchner. Veio a eleição do presidente Nicanor Duarte, no Paraguai. Depois veio a eleição do Lucio Gutiérrez, no Equador. O companheiro Chávez já estava lá numa situação muito mais complicada do que a situação que estamos vivendo neste momento. Depois veio o companheiro Tabaré. Já tinha o companheiro Lagos. Nós estamos percebendo que o quadro político culmina com a eleição do companheiro Evo Morales.

Hoje, a imprensa me perguntava se eu não ia responder ao Evo Morales. Eu dizia para a imprensa: meus filhos, tive tanta paciência, nesses trinta e seis meses.

Eu não briguei nem com o presidente Bush, por que vou brigar com o Evo Morales?

O Evo Morales é um companheiro nosso, que conheço muito antes de ser presidente da República. E que, portanto, as coisas que estão acontecendo, nós vamos resolver numa mesa de negociação.

Eu sei o problema dele. Sei as angústias. E nós precisamos saber que, um país do tamanho do Brasil, que tem a maior economia do continente, precisa ter solidariedade e ter gestos para ajudar os países mais pobres.

Portanto, não há momento no século XX em que a América Latina tenha chegado ao nível que chegou hoje. Não há. Ainda com possibilidade de uma eleição boa no Peru. Ainda com a possibilidade de uma eleição boa no México. São coisas que vão dar ao continente um perfil político que ele ainda não conheceu no século XX, a não ser em alguns lugares.

Isso é novo. O Brasil nunca se importou com a América Central. Nunca se importou. Porque, para o Brasil, não interessava a América Central.

Este mês, além da visita que o Marco Aurélio tem feito sistematicamente, em meu nome, o ministro Celso Amorim já viajou várias vezes para a América Central. Agora, vai o ministro Furlan com uma delegação de empresários à América Central para fazer reuniões com os presidentes e os empresários locais. Porque o Brasil tem consciência de que ele não pode ser um país rico cercado de países pobres.

Nós queremos provar que o século XXI pode ser o século da América Latina, o século da América do Sul. Estas coisas não aconteceram com facilidade. Foram 29 viagens que fiz à América do Sul. E recebi 19 presidentes de países aqui, porque alguns vieram mais de uma vez.

Temos problemas. Estamos vendo agora o problema das papeleiras entre o Uruguai e a Argentina. Estamos vendo problemas entre a Bolívia e o Brasil, a Bolívia e a Argentina.

Tudo isso são inquietações do exercício da democracia. E a gente não deve imaginar que isso é o fim, que isso é um martírio definitivo. Não. Isso é apenas um vento mais forte e, certamente, teremos a sabedoria de fazer com que esse vento se transforme numa brisa saudável para todos nós.

Eu trabalho com essa fé. Nesta semana tive uma reunião com o presidente Kirchner e com o presidente Chávez para a gente acertar, do ponto de vista estratégico, o que nós queremos na nossa relação com a América do Sul.

Porque ninguém pode cometer um erro. Tem muita gente com a expectativa de que nós cometamos um erro. E nós sabemos que, se tem um lugar no mundo em que existe experiência de golpe, é na América Latina; de que existe experiência de derrubada de governo, é na América Latina.

Portanto, a democracia, para nós, não é uma coisa menor. A democracia, para nós, é uma coisa superior e temos que exercê-la com a sabedoria de quem já viveu tempos difíceis aqui neste continente.

De forma que estou muito tranquilo, porque os cétricos nos criticaram quando nos voltamos para a América do Sul, para a América Latina, para a África, para o Oriente Médio. Eles nos criticaram quando estabelecemos uma parceria estratégica com a China. Criticaram quando estabeleci o direito de a China ser tratada como economia de mercado. Fiz isso porque, pelo poderio da China, prefiro que os chineses estejam junto de

nós na OMC, do que separado, sozinho. Ou seja, se é para discutir, vamos discutir numa mesa, todo mundo junto.

Hoje, nós consolidamos uma política externa, que eu diria, soberana, respeitosa sem ser subalterna e leal entre todos nós. Posso dizer para vocês que, um dia, os historiadores desse país vão escrever que este momento foi, possivelmente, o momento de maior ação soberana do país na sua relação com o resto do mundo.

Por isso, minha gratidão à presença de vocês neste encontro do Partido dos Trabalhadores.

Companheiros e companheiras, esses dias eu estava vendo um documentário num canal de televisão. E eis que, de repente, vejo o Vladimir Palmeira fazendo um discurso na famosa passeata dos Cem Mil. Cabelo preto. E eu fiquei imaginando que, hoje, com exceção da ditadura militar, nós seríamos capazes de fazer um discurso querendo as mesmas coisas que se falava naquela época.

Estou vendo o Lindbergh, aqui, o nosso líder estudantil, revolucionário, prefeito de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. E lembro de uma conversa que tive com esse menino. Renato, eu tinha vontade de convidar o Lindbergh para vir para o PT, há muito tempo. Vou te confessar isso, que eu já disse para ele. Tinha vontade de convidá-lo, quando ele era presidente da UNE. Nunca o convidei por respeito ao PCdoB. Nunca o convidei. Depois, fiquei muito magoado porque ele saiu e foi logo para o PSTU. Depois, veio para o PT e se juntou a um grupo de companheiros, que também já não está no PT. Um dia, eu o convidei para ir em casa. Ele e um grupo de deputados. E, cada vez que eu estava conversando com ele, um companheiro deputado logo gritava: “Ô, Lula, ele é traidor”. Como eu já tinha vontade de conversar com ele, puxei ele para um canto e falei: “ô, menino, eu quero saber o seguinte: o que você quer ser da vida? Você quer se transformar num líder político, numa pessoa que possa ter uma projeção nacional, fazendo as coisas acontecerem nesse país, ou você vai ser um eterno líder estudantil?” Olhe, eu não sei se foi essa conversa, mas o dado concreto é que esse menino voltou para o Rio de Janeiro, fez as alianças que o Vladimir deve ter ajudado. Deve ter ajudado. Só pode ter o dedo do Vladimir, aí. E, hoje, esse menino – com respeito a todos os outros –, esse menino é uma referência extraordinária do nosso partido na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

Eu estava aqui pensando, depois de ouvir o José Alencar – que podia ter se filiado ao PT e não se filiou. E agora não pode mais, só depois –, que eu não queria ficar aqui dizendo das coisas que nós fizemos. Possivelmente, aqui, outros companheiros vão falar durante esse debate. E, certamente, vão dizer de coisas que estão acontecendo.

Eu queria apenas dizer para vocês que os estudiosos do PT poderiam pesquisar. É tempo de pesquisa, porque estamos em tempo de enfrentamento. Estamos em tempo de embate.

Eu não queria medir o nosso governo com o governo passado. Porque, aí, é a mesma que o Corinthians jogar com o Íbis. Eu não queria. Eu queria comparar o nosso governo à história republicana do nosso país.

Eu queria comparar, João Felício, a participação dos trabalhadores na construção da democracia e das políticas públicas do governo, ao longo de toda a República brasileira. Aliás, eu gostaria de comparar a participação de trabalhadores no governo na história do mundo com o que está acontecendo no Brasil. Em que momento os trabalhadores estiveram tanto no poder como estão agora nesse país?

Eu queria comparar em que momento os negros foram tratados com a respeitabilidade e com a participação política que têm hoje. Enquanto se discute cota para negro na universidade, o ProUni já colocou mais de 40 mil jovens afrodescendentes na universidade brasileira.

Hoje fui ao mutirão da Caixa Econômica. E fui cumprimentar as pessoas no balcão. Não fizemos nenhum ato. Eu fui lá cumprimentar as pessoas que estavam – mulheres e maridos – tentando escolher casa. E fui cumprimentar, Benedita, uma companheira negra, com uma criança no colo, que levantou e me deu um beijo e disse: “meu querido presidente, graças a você, eu consegui uma vaga no ProUni, e estou cursando uma universidade, que nunca pensei em ter chance na vida de cursar”.

Eu quero saber, na história republicana deste país, em que momento os indígenas foram tratados com o respeito que estão sendo tratados. Que o movimento social foi tratado com o respeito que tem sido tratado. E com participação nas decisões.

Eu gostaria de saber em que momento da história republicana as mulheres tiveram a participação política que têm hoje no nosso governo.

Mas eu gostaria de saber mais.

Eu gostaria de saber... e está aqui o nosso ministro do Trabalho, o ex-presidente da CUT, o Marinho. Está aqui o presidente da CUT e meu companheiro João Paulo.

Eu fui dirigente sindical, durante muito tempo. E dos bons. Eu era um bom dirigente sindical para a época. Certamente, hoje, o pessoal está mais qualificado.

Eu passei grande parte da minha vida – é importante que as delegações estrangeiras ouçam isso –, passei grande parte da minha vida fazendo greve e voltando a trabalhar sem conseguir nada além da inflação. E achávamos que era vitória.

Vocês, aqui, conhecem o discurso. A gente pedia 83% ou nada. Normalmente, ficava sem nada. Normalmente, porque não tinha margem de manobra. Era tudo ou nada. Você também foi assim, Rossetto. Depois você amadureceu, como eu, obviamente.

Ou seja, estão aqui os companheiros dirigentes sindicais. Nestes últimos 24 meses, 90% dos acordos feitos pelos trabalhadores brasileiros são com ganhos reais de salários. Coisa que não acontecia há muito, muito tempo. Eu passei 15 anos da minha vida indo na porta de fábrica chorar. O meu nome, sabe como era, Renato Rabelo? “Levanta Moral”. É, porque esses meninos faziam greve... E quando a porca entortava o rabo... Porque eles faziam greve quando as empresas estavam mandando embora. A empresa está em crise, manda embora, entra em greve. Mandava a gente embora. Ou seja, nós aprendemos que greve a gente faz no momento em que a empresa tem substância econômica para nos dar o aumento. Não quando ela está mandando gente embora. Eu ia na porta de fábrica, Tarso, chorar junto com os trabalhadores. Às vezes, uma hora da manhã. Às vezes, sete horas da manhã. E às vezes, ao meio-dia. Chorar. A palavra é chorar.

Foram 20 anos da minha vida. Toda a década de 80 e grande parte da década de 90. E nós, agora, estamos num momento em que faz 39 meses que nós temos saldo positivo na geração de empregos. São quatro milhões de empregos com carteira profissional assinada criados nesse país. Sem contar o setor público, sem contar a agricultura familiar, sem contar a prefeitura, Estado, nada. Só na iniciativa privada, Zé Alencar. Inclusive a Coteminas deve ter contratado um bocado desses.

Muitas vezes, nós temos dificuldades de compreender essas coisas. Por quê? Porque a nossa expectativa é maior. Nós não queremos apenas

quatro, queremos cinquenta, queremos sessenta. Nós somos gananciosos. Queremos tudo. E eu lembro da paciência. Porque aqui, nessa sala, falta um companheiro. Foi alvo de críticas durante muitos momentos, por muita gente, mas na verdade...

Veja, aqui entre nós falta um companheiro que é resultado de algumas coisas que estão no livro do Mercadante (que eu espero que vocês comprem). E do sucesso desse governo. Que é a paciência do companheiro Palocci. Porque foi difícil, foi em alguns momentos muito difícil. Primeiro, é uma pena que a Maria da Conceição Tavares não esteja aqui. Eu queria lembrar de algumas reuniões que fiz.

Eu fazia muita reunião com Aloizio Mercadante, com a Maria da Conceição Tavares, com João Machado, com Paulo Batista Nogueira e com tantos economistas bons desse país. Tinha dia que eu saía para ir para casa e dizia: “puxa vida, por que eu vou ser candidato a presidente se o país acabou?”

É. Era verdade. Porque, nas nossas análises econômicas, parecia que não tinha solução. Sabe, eu lembro da preocupação que algumas pessoas tinham: o que ia acontecer conosco no primeiro ano de governo? E os nossos adversários torcendo. Porque adversário político é que nem companheiro jogador quando está na reserva. Ele fica torcendo que o juiz expulse um... Expulse, não... Que aconteça alguma coisinha para ele entrar em campo. E os adversários torciam. É importante as delegações estrangeiras compreenderem. Aqui no Brasil, os nossos algozes torciam, ou melhor, eles tinham a convicção de que nós não íamos dar conta do recado e que o Brasil estaria quebrado no primeiro ano de governo. Torciam e apostavam nisso. E aí foi muita paciência.

Ouvi primeiro os reclamos dos nossos companheiros. Do PT, do PCdoB, do PSB e de outras forças políticas. Depois, ouvi os reclamos dos próprios ministros. Não é, Tarso, Gushiken? Eu falei seu nome, Gushiken? Então estou falando agora, querido Gushiken. É que você é tão baixinho e está tão magrinho que eu nem te vi.

Mas veja que engraçado. Nós tínhamos um problema. Ô, Vladimir, você não acredita. De vez em quando, eu pensei: vou trazer o Vladimir para ser meu consolo aqui, ser o mediador. Porque, Hamilton, era difícil! Porque as pessoas estavam com a expectativa que construíram a vida inteira. A gente vai construindo expectativa, expectativa, expectativa, a vida inteira. E depois, quando a gente ganha as eleições, a gente percebe que as expectativas vão se cumprir na dosagem, gente.

A China fez uma revolução em 1949. Cuba fez em 1959. Outros fizeram em outras épocas. E leva anos, anos e anos para acertar as coisas. Para fazer as coisas engatarem entre si. Tem uma série de combinações que têm que acontecer.

Eu lembrei de uma cena na minha vida. Eu tenho um cunhado (até a filha dele está aqui) que resolveu se casar em 1969. Ali no Parque Bristol. Nós fomos num sábado encher a laje da casa dele. Aqui, quem é peão sabe o que é encher laje. A gente faz um mutirão de companheiro e vai encher laje. E todo mundo ajuda todo mundo. Só que a laje leva um tempo para secar e só depois a gente poder tirar a sustentação dela. Esse meu cunhado, louco para casar... na primeira semana quis tirar. Eu falava: “companheiro, espere. Isso vai 30 dias para secar. Tem que jogar água na laje, tem que esperar o cimento maturar para tirar”. Ele: “não, vou casar, vou casar, vou casar!” Foi lá, com uma semana, tirou os eucaliptos que sustentava. Caiu a laje.

Eu trabalhei o tempo inteiro com uma certeza de que o Brasil estava tão frágil do ponto de vista da sustentação de sua política econômica, sua credibilidade, que era preciso que a gente maturasse para que a gente pudesse colher as coisas que nós tínhamos plantado. Hoje digo, sem medo de errar, a qualquer economista desse país, a qualquer crítico desse governo, de direita ou de esquerda: analisem qualquer momento da história econômica desse país e vejam se, em algum momento histórico, nós tivemos um conjunto de fatores tão positivos como temos agora.

Alguém poderia dizer: não, mas poderia crescer “siete por ciento, ocho por ciento”. Alguém poderia dizer: “los intereses podrían estar a la (inaudível)”. Não está. Não está porque nós sabemos que esse negócio é que nem bolero: se a gente der uma passo errado, a gente tem que dar dois para trás. E nós precisamos preparar uma caminhada sem volta. Uma caminhada que não tenha retorno para o retrocesso nesse país.

Olhe que os nossos adversários não são brincadeira. Eles descobriram isso em 2004 e foram para cima de nós. Depois, descobriram outra vez isso, agora, e foram para cima de nós. Sabe que um presidente da República não pode fazer julgamento. Você sabe que estou aqui falando e fico pensando cada palavra.

Eu fico pensando cada palavra. Porque aconteceram duas coisas fantásticas no país: a CPI dos Correios – que não foi dos Correios, foi do PT – e a CPI dos Bingos – que não é dos bingos, é do PT. Ou seja, encontraram uma

forma de fazer o julgamento do nosso partido, em nome de outra coisa. E por quê? Porque eles sabem, eles sabem que, na disputa democrática, eles não nos derrotarão. Na disputa democrática, não nos vencerão. Eles sabem disso.

Vejam, meus companheiros. Vejam uma coisa. Waldir, você que tem mais tempo do que eu na política. O Brasil vivia sempre eternos problemas. Primeiro, nós temos sempre companheiros que acham: “ah, poderia crescer um pouco mais e a inflação ser um pouco mais”. É uma opção. Mas cada vez que a inflação é um pouco mais, o trabalhador come um pouco menos. Não é a classe rica que perde com a inflação. Não é a classe média alta que perde com a inflação. Porque esses têm conta remunerada, depositam seu dinheiro no banco e a inflação nunca será, para ele, a inflação do cara que ganha 400 reais ou 350 reais por mês. Ela sempre será menor.

Nós conseguimos, com a ajuda de todo mundo, combinar crescimento econômico com inflação baixa. Isso não é uma coisa velha no Brasil. Porque nós não sabíamos crescer com inflação baixa. Nós não sabíamos exportar sem asfixiar o mercado interno. Nós não sabíamos fazer o mercado interno crescer sem asfixiar as exportações. Nós estamos combinando o fortalecimento do mercado interno com o crescimento das exportações. Isso também não existia no Brasil. O Brasil sempre teve muitas dúvidas.

E, hoje, o que está acontecendo? Nós temos crescimento econômico, que vai ser bom neste ano, e posso dizer para vocês: se depender de todos os números que nós temos, nós vamos ter um ciclo longo de crescimento neste país, sem abrir mão da seriedade da política fiscal. Porque na minha vida pessoal, aprendi a só gastar o tamanho do meu salário e não gastar mais. No governo, tenho que gastar apenas aquilo que o Estado pode arrecadar, não inventar gastos.

Nós estamos crescendo, a produção industrial está crescendo, as exportações estão crescendo, a balança comercial está crescendo, o superávit de conta corrente está ótimo, a poupança interna, que era de 17% em 2002, está 20 e poucos por cento, o nível de emprego está crescendo como poucas vezes cresceu no Brasil, a massa salarial está crescendo, o salário mínimo cresceu, o microcrédito cresceu, o crédito solidário cresceu.

As universidades... Nós estamos fazendo quatro novas, seis transformações e 43 extensões, que a última, neste ano, deverá ser na cidade de Osasco, que é uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes e não tem um braço de uma universidade federal lá. E recuperamos as escolas técnicas que tinham

parado de ser feitas desde 1998, porque o governo mandou uma lei para o Congresso proibindo a União de investir em escola técnica – tinha que ser do Estado, do município ou de ONG. Nós, inclusive, estamos recuperando os Proeps que existiam e estamos fazendo 32 escolas técnicas. Federalizamos 18 Proeps.

O ProUni criou 204 mil vagas para estudantes pobres das periferias desse país, vai criar mais 46 mil até junho, dos quais 40% são negros, meninos negros e meninas negras, e mais de 1.300 são indígenas. Segundo, nós estamos com proposta do Fundeb para ser aprovada.

Nós estamos com a agricultura, que deu o pequeno salto de 2,4 bilhões de reais para 9 bi. Nós temos programas sociais que pularam de pequenos 7 bilhões para 22 bi. Eu quero dizer para vocês que não vou sair daqui sem fazer uma crítica. É que, em muitos lugares desse país, em muitos lugares, nos últimos 30 meses, muitos companheiros do PT preferiram fazer crítica ao governo federal e à política econômica a fazer oposição aos governos estaduais que eram os nossos adversários.

Tem Estados em que candidatos adversários nossos passaram 36 meses sem receber uma crítica. Entretanto, o Lula nem tanto, mas o Zé Dirceu foi muito criticado, o Palocci foi muito criticado, porque o ministro da Fazenda no Brasil... E nós esquecemos do processo que estava em construção nesse país.

Eu fico imaginando o que melhorou, o que cresceu e o que está diminuindo agora. O que está diminuindo no Brasil, agora? A inflação. Há poucos momentos na história econômica do Brasil com a inflação do jeito que está. A dívida externa... Nós somos tão tranquilos, meu querido Nelson Machado – ministro da Previdência que eu também esqueci de dizer o nome aqui –, que nem quando a gente resolveu devolver os 15 bi de reais do FMI, que não estávamos utilizando, fizemos uma farrá. Poderia ter feito um discurso, ido para a televisão, fazer um monte de coisas. Não fomos. Entretanto, vocês não sabem o orgulho que eu tinha, quando lembrava que passei parte da minha vida gritando “Fora FMI” e, de repente, não devemos nada ao FMI e não precisamos mais dele.

Então, cai a inflação, cai a dívida externa, cai a dívida interna. O trabalhador brasileiro... até o Marcelo Déda está pegando crédito consignado. Pode ir ao banco. Pagava 8% de cheque especial, agora vai lá e pega o crédito consignado a 1,75%. Ou seja, foram 34 bilhões de reais jogados na economia em pouco menos de 24 meses.

Daí muita gente não compreender porque dizíamos aos companheiros que ficassem tranquilos, que não era apenas a questão da taxa de juros que poderia resolver o problema de crescimento da economia, mas era a quantidade de dinheiro que estávamos jogando no mercado.

Então, meus companheiros, como nós vamos entrar num enfrentamento bravo, se preparem. Se preparem, porque o PT tem momentos fantásticos – eu não falei do petróleo, ainda, calma! O PT tem momentos extraordinários. Eu lembro que, quando a gente governa uma cidade – aqui, todo mundo tem experiência –, a gente ficava na rua defendendo o nosso governo, mas quando aumentava um pouquinho o ônibus, o companheiro chegava no ponto de ônibus, encontrava gente criticando, ele colava uma estrelinha, assim, e ficava... Porque, sabe o que acontece? Nós não fomos preparados para algumas coisas. Então, se preparem. Porque, este ano, os adversários vão ser conosco muito mais duros do que, historicamente, nós fomos com eles. Eles devem estar dizendo: aqueles meninos que fizeram a passeata dos Cem Mil, aquele tal de Zé Dirceu, aquele tal de Vladimir, aquele Genoino, tal de não sei quem – o companheiro Genoino não está aqui, não? Eu quero dizer para vocês que se preparem, porque será uma eleição dura nos Estados, e exige maturidade nossa. A maturidade nossa consiste em a gente perceber que a nossa correlação política é frágil. Eu fui eleito no primeiro turno com quase 50% dos votos, mas só elegemos 14 senadores num total de 81. E, para votar alguma coisa, eu preciso de, no mínimo, 41. Eu fui eleito com quase metade dos votos e, diferentemente do Uruguai e da Bolívia – em que essa votação do presidente deu a maioria no Congresso –, de 513 deputados, nós elegemos 90 e mais os companheiros do PCdoB, mais os companheiros do PSB, nós fomos para 120. Eu preciso de duzentos e poucos.

O que está acontecendo nesse momento? Parece que, de vez em quando, nós aprendemos e desaprendemos. Nós precisamos ter uma política de alianças consistente neste país. Nós não podemos permitir que, em cada Estado, prevaleça apenas a ideia do Estado. Não podemos. Se é verdade que pode, então, por favor, não digam a mim que o que interessa é o projeto nacional. Não digam a mim. Porque estou cansado de ouvir “o que interessa é o projeto nacional, a prioridade é a eleição do presidente Lula”. Eu nem disse que eu sou candidato, viu Lindbergh, viu Humberto Costa! Eu nem disse ainda. Entretanto, estou vendo que o discurso para mim não é o discurso que está acontecendo na base. Eu estou percebendo. Para mim é um discurso, para a

base é outro. Não estamos percebendo que o que aconteceu conosco nestes quatro anos precisa servir de lição para nós, por bem ou por mal. Naquilo que erramos e naquilo que acertamos. Mas precisamos ter uma política mais consistente de alianças. E que este partido precisa discuti-la. Não é apenas aprovar por maioria, não, mas é discutir a fundo o que significa política de aliança. O que significa isso nesse momento histórico.

Porque senão, meus companheiros, as coisas não vão acontecer do jeito que nós esperamos. Vocês podem eleger um presidente da República? Podem eleger, sim. Mas qual é a base de sustentação dele no Congresso Nacional depois das eleições? O PT irá eleger 90 deputados outra vez? O PT vai eleger a quantidade de senadores que vai eleger? Porque eu disse isso 20 anos da minha vida: “o povo dá sustentação”. E é apenas uma parte disso. O povo não dá sustentação para que você possa fazer funcionar a institucionalidade.

Eu acho que os dirigentes – e têm que agir como dirigentes –, muitas vezes a gente faz reunião de quadros políticos e a gente age como se fosse um militante comum. Nós temos quadros neste partido e, como quadros, nós temos que pensar como dirigentes. Saber qual é a nossa correlação de forças em cada Estado, o que interessa para nós, se é que nós temos um projeto nacional.

Nesse momento, meus companheiros, vocês percebem que os nossos adversários não perdoam nem a Petrobras alcançar a autossuficiência. Eles queriam que nós não falássemos disso. Porque acham que falar que a Petrobras é autossuficiente vai ajudar a mim. Não vai ajudar a mim coisa nenhuma. Vai ajudar o país. Vai ajudar o povo brasileiro.

Isso porque eles não sabem o sucesso que vai ser o biodiesel! Outro dia, Dilma, ficaram nervosos – a Dilma já foi embora? Vou dizer uma coisa a vocês. Uma vez fui inaugurar uma linha de transmissão em Assis, aqui em São Paulo. Lá, fui informado do seguinte: nós fizemos em cinco anos, Paulo Bernardo, 22% de tudo o que foi feito no Brasil em 122 anos, em nível de linhas de transmissão. Ou seja, de tudo o que foi construído em 122 anos, nós fizemos 22% em cinco anos. Por isso é que hoje a gente pode falar: eu não tenho medo de apagão. Zé Alencar, pode construir mais um galpão da Coteminas que não vai faltar energia. Nossos companheiros estrangeiros, se quiserem fazer uma pequena empresa e fazer “pequenos” negócios, estamos “abiertos” para negociar. Vai ter energia para todo mundo. Vai ter eólica, vai ter energia da biomassa, vai ter energia elétrica, vai ter biodiesel e estamos inventando mais energia.

O dado concreto é que este país vai se transformar na maior matriz de bioenergia do mundo, num curto prazo de tempo. Não está longe o dia em que a gente não vai falar a palavra “prospectar” petróleo, nós vamos falar “plantar” petróleo. Não é, Rossetto? A gente vê trabalhador plantar girassol e dali sair o nosso combustível. Vê o trabalhador plantar cana, vê o trabalhador plantar mamona, plantar pinhão-mansão, a palma africana, que é o dendê (pra quem não tem a cultura nacional que eu tenho...).

Meus companheiros, eu quero dizer para vocês que prestem atenção em uma coisa. Nesse momento que estamos vivendo, não existe espaço para o medo. Não existe espaço para dúvida. Não existe espaço para vacilação. Nós temos que saber quem são os nossos inimigos, quem são os nossos adversários e quem são os nossos aliados. Nós temos que saber que os adversários nunca vão falar bem de nós. Isso não faz parte da política nacional. Não vamos ficar esperando elogios de quem não vai fazer elogios a nós. Vamos botar a mão na consciência, tomar conhecimento do que foi feito nesse país, ver o que aconteceu nas prefeituras do nosso partido, ver o que aconteceu nas prefeituras dos nossos aliados, ver o que aconteceu em todo o tramo da economia brasileira.

E vamos partir para a disputa política. Porque não vou decidir se sou candidato enquanto não tiver certeza de alguma coisa. Eu tenho que ter certeza sobre se o que vocês estão falando de projeto nacional é verdade ou não. Eu estou imaginando. Porque quero ver qual é o quadro no mês de junho. No mês de junho eu quero ver qual é o projeto nacional. Porque estou com a impressão de que o projeto nacional de muitos é eleger o seu companheiro deputado. Não que não seja importante eleger um deputado. Você, Olívio Dutra, cuidado com o projeto estadual porque pode... sabe? Nós temos que construir.

Neste país, para a gente ganhar as eleições, nós temos que ter 50% dos votos mais um ou fazer a maioria no primeiro turno. Portanto, nós temos que construir essa maioria. De vez em quando, acontece alguma coisa que não estava prevista nas nossas alianças, mas é raro. Essa coisa que é singular, às vezes, não vale como estratégia geral. Nós sabemos que tem muitos Estados em que a gente não tem condições de fazer essas coisas. Então, vamos pensar, companheiros!

No mais, eu queria dizer a vocês uma coisa. Vocês percebem que estou preparado do ponto de vista político, do ponto de vista psicológico, do ponto de vista do preparo físico, do ponto de vista de defender as coisas que nós fizemos. E tudo o que eu quero na vida, gente, é fazer comparação.

E vou dizer mais: é preciso levantar a cabeça para não ter vergonha do debate ético. Nós não podemos permitir que os setores mais conservadores venham nos dar lição de ética. Não podemos permitir. Porque um companheiro nosso, qualquer que seja ele, na dúvida, ele é nosso companheiro. E esse partido já deu provas e mais provas de que sabe tratar essas questões com a grandeza que tratou.

Entretanto, companheiros, vamos ter em jogo que, se eles não querem fazer a disputa econômica, se eles não querem debater projetos sociais, o que restará para eles? Viagem espacial fomos nós que fizemos. Autossuficiência do petróleo conquistamos no nosso governo. Então, fico imaginando, qual será o debate? Essa é uma dúvida nos Estados e vocês já estão percebendo qual é o debate. Eu não falei da Transnordestina, não falei de nada. Porque o desenvolvimento do Nordeste, para mim, não é uma paixão de coração porque eu sou nordestino. É uma necessidade de distribuir de forma equânime o modelo de desenvolvimento deste país. O Nordeste e o Norte do país precisam receber do Estado aquilo que o Sul e o Sudeste receberam no começo do século passado e no final do século passado. É preciso garantir que o Nordeste tenha a sua chance. E o Norte do país.

Então, o que nós vamos debater? Ah, já sei. Choque de gestão. Essa palavra – vocês não se lembram, porque alguns eram muito novos –, nas campanhas de 1989 e 1994, se a gente não falasse, na campanha, “química fina, fibra ótica e novos materiais”, a gente não era moderno. Então, você tinha que falar “porque nós precisamos investir na química fina, na fibra ótica e nos novos materiais”. Eu nem sabia que diabos eram os novos materiais. Eu nem sabia. Mas, era moda... Agora, é “choque de gestão”.

Primeiro, para a gente ser responsável, não precisa de choque. Porque aqui tem muitos companheiros que tomaram choque. E não resolve nada. Ou seja, nós somos responsáveis porque sabemos que ter uma política fiscal séria é condição *sine qua non* – gostaram do *sine qua non*? – para a gente poder fazer as outras coisas. Nós temos que fazer equilíbrio fiscal. Não precisa ninguém dizer que a gente precisa fazer choque de gestão. Porque essa palavra me cheira a não aumentar salário de servidor público, fazer dispensa de servidor público, não aumentar o salário mínimo, não aumentar o salário do aposentado. A mim me cheira a isso.

Então, não preciso de choque para ser responsável. Eu sou responsável de nascença. Esse país está precisando de uma coisa que nós estamos fazendo

e, por enquanto, está um choquezinho 110v: é um choque de inclusão social. É um choque de políticas públicas para ajudar o povo pobre desse país. Esse povo precisa comer mais, estudar mais, trabalhar mais. É esse choque que nós temos que dar e vamos dar.

Por isso, meus companheiros e companheiras, se vocês imaginavam, lendo na imprensa, que o Lula... (eu nem falei da pesca, o Fritsch está aqui!) Vocês querem saber, perguntem quantos pescadores foram cadastrados e viraram cidadãos neste país. Muitas vezes, a gente não sabe, porque, quando a gente vai à praia, a gente também vai comprar o peixe, e lá, só pergunta o preço, não pergunta sobre a vida do pescador. Mas eles, os pescadores desse país não tinham nem registro e não tinham seguro-desemprego. Hoje, todos eles estão cadastrados, pelo menos a grande maioria e, na época do defeso, o pescador vai lá e tem o direito de receber o salário-desemprego. Quando vocês forem à praia, por favor, perguntem. Porque muitas vezes a gente só pergunta o preço, aí não vale.

Não nem vou falar da moradia, meu companheiro, porque, veja, eu não quero fazer aqui o programa do governo. Pelo amor de Deus, leia o livro do Aloizio Mercadante.

Deixa eu falar uma coisa para vocês. Vocês vão ver, porque isso vai ser mostrado, e eu tenho todo interesse em prestar contas. Este ano, são 18,7 bilhões de reais para habitação neste país. E 10 bilhões de reais são para quem ganha até cinco salários mínimos, 8,7 bilhões são para a classe média e 1 bi é para a gente começar a acabar com as palafitas neste país. Nós vamos começar pela parte mais pobre deste país.

Eu quero terminar dizendo para vocês o seguinte: sei que, muitas vezes, os companheiros, lendo um jornal ou vendo uma televisão, ficam pensando: “coitadinho do Lula, como apanha”. Eu que já tenho a cabeça chata de cocorote – e nordestino é doido para tomar cocorote. Eu quero dizer para vocês que nenhuma crítica de nenhum adversário me abala. Uma crítica de um companheiro me faz pensar. A crítica dos adversários pode ser séria, pode muitas vezes ter razão e, às vezes, tem razão. Nós precisamos refletir. Mas de uma coisa vocês podem ficar certos. Eu, quando fui à Venezuela, eu vi o que passou o presidente Chávez. E, em nenhum momento, jamais imaginei que podiam fazer com o presidente o que faziam com o Chávez. Eu jamais imaginei.

Hoje, o Chávez fala: coitadinho do Lula! Estão “haciendo” com ele o que não “hicieran” comigo. Ou seja, ele compreende o que está acontecendo aqui no Brasil. Então, quando vocês lerem, verem ou ouvirem, tenham certeza de uma coisa: quem passou o que nós passamos para chegar onde nós chegamos, não tem tempo de vacilar. A gente não tem tempo de achar que as coisas não vão dar certo. Quem passou o que nós passamos, com a história que cada um de vocês construiu ao longo da trajetória de vocês... E certamente nós cometemos erros, e muitos. Afinal, quem não comete erros?

O que nós temos não é a necessidade de uma ascensão pessoal. O que nós temos é a necessidade de uma ascensão coletiva. De milhões e milhões de brasileiros que, ao longo da história desse país, foram segregados e segregadas do ponto de vista da educação, segregadas do ponto de vista do emprego, segregadas do ponto de vista da habitação, segregadas do ponto de vista dos direitos mais elementares, como tomar café, almoçar e jantar todo santo dia. É em nome disso que nós temos que levantar a cabeça. É em nome disso que nós temos que dizer. Seja o Lula ou não seja o Lula. Está aqui o Marcelo Déda, preparado para ser candidato a presidente da República.

O que importa, gente, é que nós não nos representamos. Se dependesse de mim, eu voltava para minha casa para conviver com a minha família. Eu não estou na política por mim. Estou na política por aqueles que não tiveram a mesma chance que eu tive, e são ainda a maioria nesse país. E nós precisamos elevá-los à condição da cidadania. Isso só pode ser feito com o PT unido. Isso só pode ser feito com uma aliança forte com os partidos de esquerda. Isso só pode ser feito se a gente conseguir detectar na sociedade brasileira quem são nossos aliados e nossos adversários. Se a gente tiver essa *finesse* no trato político, que venham, por que estaremos prontos para rechaçá-los.

CONJUNTURA, TÁTICA E POLÍTICA DE ALIANÇAS

Vivemos um período favorável ao avanço da esquerda política e social em nosso continente. Um forte sinal disso é a presença simultânea, no governo de seus países, dos presidentes Lula, Chávez, Evo Morales, Kirchner, Michele Bachelet e Tabaré Vasquez.

Este avanço poderá ser aprofundado em 2006, principalmente com o resultado das eleições no Peru, México, Nicarágua, Colômbia, Venezuela e Brasil.

Defendemos a reeleição de Lula, pelo que fizemos, pelo que ainda precisamos fazer, pelo que isto significará para os povos da América Latina e do mundo. E também porque não podemos permitir o retrocesso que significaria a vitória da oposição neoliberal.

A oposição de direita e seus aliados internacionais têm consciência da importância estratégica da eleição presidencial brasileira. As forças neoliberais querem recuperar o controle do governo federal, retomando a repressão contra os movimentos sociais, a submissão aos interesses norte-americanos, a ideologia e a prática do Estado mínimo e das privatizações.

Frente a isto, o 13º Encontro Nacional estabelece como objetivos táticos centrais: vencer as eleições presidenciais, impedindo que os neoliberais reconquistem o governo federal; e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessária para realizar a transição do modelo econômico e social.

Em 2006, queremos mais do que reeleger Lula, queremos também criar as condições políticas, institucionais e sociais que nos permitam realizar um segundo mandato superior ao primeiro.

Para isso, precisamos eleger mais senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas. Precisamos de uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. Precisamos, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais.

Já existe uma polarização, na disputa presidencial, entre os campos encabeçados pelo PT e pelo PSDB. Esta polarização, além de política, é também social, sendo marcante o apoio que a candidatura Lula recebe dos setores populares. Nos últimos meses, graças às atitudes adotadas pelo Partido e pelo governo, desde setembro de 2005, estamos também conseguindo recuperar nosso apoio junto aos chamados setores médios.

Precisamos consolidar esta polarização social e política, através da polarização programática. Trata-se de debater: a herança deixada pelo governo FHC e pelos governos conservadores que o precederam; as realizações e também os limites do governo Lula; as alternativas propostas pela oposição tucano-pefelista e pelos demais partidos que se opõem ao nosso governo; trata-se, finalmente, de definir as diretrizes que o PT propõe para o segundo mandato Lula.

Nosso segundo mandato presidencial, entre 2007 e 2010, terá melhores condições de enfrentar os dois grandes desafios postos, no médio prazo, para a esquerda brasileira:

a) superar, através de reformas estruturais, a tragédia social produzida pela crise do modelo nacional-desenvolvimentista e pela aplicação do receituário neoliberal;

b) superar a hegemonia neoliberal, nas suas quatro dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro, o “Estado mínimo” e o conservadorismo político.

Com base nestes parâmetros, o texto a seguir aborda de maneira panorâmica os seguintes assuntos: a conjuntura internacional; a conjuntura nacional; nossa tática e a política de alianças; alguns elementos do balanço do governo Lula e das diretrizes de programa de governo, que incidem sobre nossa tática.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

Vivemos uma conjuntura de avanço da esquerda política e social na América Latina, num contexto internacional marcado por forte instabilidade.

Politicamente, a hegemonia das forças que sustentam a atual ordem internacional vem sendo fortemente questionada, em grande medida porque os ricos não têm um projeto de futuro a oferecer aos pobres do mundo.

Militarmente, os Estados Unidos seguem mantendo a supremacia, mas esta vem se demonstrando absolutamente insuficiente para lidar com os vários focos de conflito existentes no mundo, a começar pelo Iraque.

Economicamente, as baixas taxas de crescimento na Europa e os enormes déficits dos Estados Unidos contrastam e dependem do dinamismo de economias como a chinesa.

Neste quadro, o objetivo central de um partido como o PT é trabalhar pela superação do neoliberalismo, em todas as suas dimensões.

Enquanto partido socialista, o PT almeja que esta superação se dê num sentido anticapitalista. Mas a luta contra o neoliberalismo assume múltiplas formas, responde a diferentes estratégias e assume ritmos ditados não por nossa vontade, mas sim pela correlação de forças em âmbito nacional e internacional.

Um dos desafios das forças progressistas, democráticas, populares e socialistas na América Latina está justamente em ampliar sua força e cooperação política, social e institucional, utilizando a presença no governo para construir um modelo alternativo, que nos liberte da ditadura do capital financeiro e das ameaças políticas e militares dos Estados Unidos.

Este desafio estará sendo enfrentado em vários terrenos: na construção da integração continental, em oposição aos acordos bilaterais com os Estados Unidos; na atuação dos governos de esquerda e progressistas; nas eleições que vão ocorrer em vários países latino-americanos; na mobilização e nas lutas sociais; na elaboração de uma política de segurança para a região, que impeça a militarização dos conflitos, bem como a instalação de bases militares dos EUA; no apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano; e também no acompanhamento da situação interna dos Estados Unidos, onde o fundamentalismo político e religioso precisa ser derrotado.

A existência e as ações desenvolvidas pelos governos da Argentina, Brasil, Cuba, Venezuela, Uruguai, Bolívia, bem como a força que a esquerda socialista, setores

progressistas e antineoliberais demonstram ter em países como Chile, Peru, El Salvador, México e Nicarágua, mostram que estão se criando as condições para impor uma derrota de conjunto ao neoliberalismo em nosso continente.

Por isto mesmo, o PT deve ampliar sua atuação na América Latina, sem que isso impeça nossa presença ativa na África, Europa e Ásia, nem tampouco nossa participação ativa junto ao chamado movimento altermundista, expresso principalmente no Fórum Social Mundial.

No caso da América Latina, está ao nosso alcance implementar, especialmente por estarmos no governo do Brasil, um plano de integração econômica, política e cultural que torne possível não apenas a resistência, mas também a superação da dominação imperialista sobre nossa América.

Neste sentido, o PT – diretamente e através das diversas organizações políticas e sociais com os quais mantemos identidade e cooperação – investirá energias no fortalecimento do Mercosul e da Comunidade Sul-americana das Nações; bem como acompanhará ativamente os processos eleitorais que ocorrerão na América Latina, ao longo do ano de 2006, bem como a atuação dos governos de esquerda e progressistas que já estão em curso.

No caso do Haiti, a vitória de Preval mostra que existem energias populares naquele país, capazes de reconstruí-lo de maneira soberana e autônoma. Após jogar um papel importante no processo eleitoral, cabe ao governo brasileiro exigir que sejam cumpridos os compromissos internacionais de apoio, necessários para alterar a situação material do país. Empossado o novo governo e em comum acordo com este, a Minustah deve se retirar do país.

No caso da Nicarágua (eleições presidenciais em novembro), o PT presta apoio decidido à Frente Sandinista. Esta última tem condições de eleger Daniel Ortega para a presidência do país e vem sendo brutalmente atacada pela direita local e pelo governo norte-americano.

No caso da Colômbia, com eleições marcadas para maio, ao mesmo tempo em que prossegue a confrontação armada (entre o governo, o narcotráfico, os paramilitares e diversas organizações guerrilheiras), cresce a resistência política e social civil, que esperamos se traduza na votação de uma candidatura de centro-esquerda, contra a candidatura do atual presidente Álvaro Uribe.

Outro país com eleição prevista para 2006 (junho) é o México, onde há três candidaturas disputando com chances a presidência do país: uma do PAN, outra do PRI e outra do PRD, Lopez Obrador, apoiada pelo PT.

O ano de 2006 se concluirá, eleitoralmente, com a eleição no Brasil e na Venezuela (dezembro).

Os grandes problemas que enfrentamos, bem como as soluções que propomos para eles, têm uma clara implicação internacional. Se isto já era verdade quando o PT foi criado, em 1980, tornou-se ainda mais verdadeiro hoje em dia.

Isto impõe ao nosso Partido um duplo movimento. Por um lado, aprofundar nosso conhecimento e análise teórica acerca do capitalismo

moderno, tanto no sentido econômico quanto político-social. Por outro lado, aprofundar a prática internacionalista do Partido, nos vários sentidos desta palavra: a solidariedade, as relações com organizações comprometidas com o socialismo e com outra ordem internacional, a mobilização interna e externa em torno de temas de nosso interesse, a ação parlamentar e de governos no plano internacional.

Na campanha eleitoral que já está em curso, o tema das relações internacionais terá destaque. Caberá demonstrar que a política de soberania e integração implementada pelo governo Lula tem obtido êxitos – como a criação do G-20, que foi determinante nas vitórias frente à OMC, a defesa dos interesses nacionais e o compromisso com a soberania brasileira nas negociações da Alca, a quitação da dívida com o FMI e Clube de Paris, mostrando que a independência financeira com estes credores são fatores concretos na alteração da correlação de forças e o empenho com o fortalecimento do Mercosul. Estes são alguns exemplos da robustez da política externa do governo Lula, ao contrário da política subalterna aplicada pelo governo que nos antecedeu.

CONJUNTURA NACIONAL

É nos marcos desta situação internacional – em que estão sendo criadas as condições para uma América Latina e Caribenha pós-neoliberal – que devemos analisar a atual conjuntura brasileira e a importância estratégica de reeleger Lula presidente da República.

Nossa vitória na disputa presidencial de 2002 ocorreu num dos países mais desiguais do mundo, característica marcante de nossos mais de 500 anos de história. Um país que se industrializou e urbanizou velozmente, a partir de 1930, orientado por um desenvolvimentismo conservador que não previa ruptura com os padrões de dependência externa, concentração de riqueza e conservadorismo político. Um dos países que inaugurou o ciclo de golpes e ditaduras militares que varreu a América Latina, ditaduras que prepararam o terreno para a implementação das políticas neoliberais. Um país que desde a década dos 1980 cresce a taxas inferiores ao que seria necessário para, pelo menos, manter o padrão de vida de sua população e receber com dignidade as novas gerações.

Um país que experimentou os efeitos de uma década de governos neoliberais, com efeitos gravíssimos nas condições de vida do povo, na vida econômica do país e na capacidade de atuação social do Estado.

Um país onde a resistência aos governos militares e ao neoliberalismo foi obra de um conjunto extremamente plural de forças políticas e sociais, que mesmo quando se aliaram em torno de objetivos táticos comuns, expressavam diferentes objetivos estratégicos.

Num país de tanta complexidade, cabe, em primeiro lugar, evitar o equívoco muito comum de reduzir a conjuntura brasileira às ações do governo Lula. É preciso incluir na análise o conjunto das forças políticas, sociais e econômicas em ação, no âmbito nacional, estadual e municipal, desde a eleição presidencial até o momento. Basta lembrar, por exemplo, que as forças vinculadas ao neoliberalismo receberam quase 40% dos votos nas eleições presidenciais, elegendo ainda a maioria dos governadores, senadores, deputados e prefeitos, além de manter enorme poder econômico e influência sobre os meios de comunicação.

Estas forças, conservadoras e neoliberais, que administraram o país de 1990 até 2002, pretendem recuperar o governo federal. Barrar este movimento, reeleger Lula, e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, uma das condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social, são os principais objetivos do PT.

AS ELEIÇÕES DE 2004

A contraofensiva das forças neoliberais ganhou maior ímpeto entre as eleições municipais de 2004 e outubro/novembro de 2005.

As eleições municipais de 2004 realizaram-se num ambiente político novo: pela primeira vez o PT concorreu a governos municipais, sendo governo no âmbito federal.

Este fato incidiu de pelo menos três formas na campanha eleitoral: no debate político geral, na incidência político-administrativa do governo federal e na política de alianças.

No que toca ao debate político geral, lembramos que até 2002, com maior ou menor ênfase, o PT estruturava suas campanhas na denúncia global do projeto neoliberal e na defesa global do projeto democrático e popular. A existência desta bipolarização organizava, política e ideologicamente, o discurso dos petistas e a recepção deste discurso por parte do eleitorado. Em 2004, o PT teve dificuldade de combinar este discurso nacional e programaticamente polarizador com os desafios e limites decorrentes do fato de

encabeçar um governo de ampla coalizão política. Isso permitiu ao PSDB e ao PFL, bem como a vários partidos de “centro”, uma liberdade de movimentos que eles não experimentavam desde 1994.

No que toca a incidência político-administrativa do governo federal, apesar das acusações da oposição, o fato é que seus reflexos positivos foram menores, menos homogêneos e menos positivos do que supúnhamos no início da campanha de 2004.

No que diz respeito à política de alianças, foram autorizadas coligações com, potencialmente, toda a base de apoio do governo no Congresso Nacional. Isso gerou uma enorme polêmica interna e pública no PT, tanto no primeiro quanto no segundo turno.

Um subproduto desta política de alianças foi a decisão, tomada por alguns integrantes da antiga direção nacional e que só veio a público no curso de 2005, de assumir dívidas dos partidos aliados no Congresso Nacional, mesmo que em alguns casos estas dívidas tivessem sido contraídas em campanhas contra candidatos do PT. Estes, por sua vez, foram estimulados a fazer campanhas com um nível de gastos superior à sua capacidade de endividamento, o que explica parte da crise financeira vivida, hoje, pelo PT.

Ao término das eleições de 2004, verificou-se que o PT fora derrotado em importantes centros urbanos que ele governava, com importantes exceções (como Belo Horizonte, Recife e Aracaju). Registre-se que isso ocorreu apesar do cenário econômico do segundo semestre ter sido positivo, frente ao que havia ocorrido em 2003.

A DISPUTA COM A DIREITA

Logo após as eleições municipais, os setores conservadores conseguiram eleger, para presidente da Câmara dos Deputados, um representante do chamado “baixo clero”, assumido anticomunista e defensor público do fisiologismo.

Dois meses após a eleição de Severino Cavalcanti, a direita deflagrou um ataque generalizado contra o governo e contra o PT, utilizando-se para isto as acusações feitas pelo então deputado federal Roberto Jefferson.

O governo e o PT foram submetidos, a partir de março de 2005, a um bombardeio cotidiano de todos os meios de comunicação, associando-nos à corrupção, ao crime organizado, ao enriquecimento ilícito, entre outros de-

litos, com destaque para a articulação de um esquema de financiamento de campanhas eleitorais, nos mesmos moldes que o PSDB e o PFL.

A oposição neoliberal pretendia, desta forma, desgastar o Partido e o governo, criando as condições para uma vitória da direita nas eleições de 2006. Ou até mesmo, dependendo da evolução da crise, contestar o registro legal do PT e solicitar o impeachment do presidente da República.

Os planos da oposição foram parcialmente inviabilizados, graças à base popular do Presidente, à força da militância petista, à eleição do presidente da Câmara dos Deputados e aos bons resultados da política do governo federal.

A força do petismo ficou visível em setembro-outubro de 2005, quando 315 mil filiados compareceram para votar na eleição da nova direção partidária. Logo em seguida, Aldo Rebelo foi eleito para a presidência da Câmara dos Deputados.

O resultado do PED, a eleição de Aldo Rebelo, as ações desencadeadas pelo governo Lula e o debate político-eleitoral aberto resultaram num quadro distinto do imaginado pela direita: a candidatura de Lula não apenas segue competitiva, como chega a ser apontada por algumas pesquisas como capaz de vencer a eleição no primeiro turno.

As pesquisas, antes como agora, registram um momento de uma disputa eleitoral que está longe de terminar. O quadro das eleições de 2006 ainda não está definido, nem em termos de candidaturas, nem em termos de coligações, nem em termos de alternativas programáticas.

O recrudescimento dos ataques da direita, ao longo de março de 2006, servem para nos lembrar que eleição deste ano ocorrerá nos marcos de uma contraofensiva conservadora, cuja profundidade e alcance podem ser vislumbrados no resultado do referendo sobre a comercialização de armas, no relatório aprovado pela CPMI da Terra, na maneira como a direita defende a cassação de deputados petistas e nas declarações conservadoras e elitistas de líderes da oposição.

Os ataques da direita, contra o PT e contra o governo Lula, eram esperados, uma vez que representamos programas e projetos políticos antagônicos. O êxito maior ou menor destes ataques decorre, em parte, das dificuldades objetivas enfrentadas por nosso governo (a herança maldita, a correlação de forças, a desestruturação do aparelho de Estado). Decorre também de acertos táticos da oposição neoliberal e de opções políticas equivocadas feitas pelo nosso Partido e por nosso governo.

AS FINANÇAS DE UM PARTIDO DE TRABALHADORES

Como financiar a atividade política de um partido de trabalhadores, especialmente em épocas de refluxo e crise econômica, que reduzem o nível de mobilização, organização, a consciência e a renda dos trabalhadores?

Sustentado inicialmente por contribuições de militantes, parlamentares e cargos comissionados, bem como por recursos advindos da venda de materiais e do apoio de estruturas e simpatizantes, o PT tornou-se nos anos 1990 beneficiário de recursos públicos, por meio do Fundo Partidário. Este Fundo, proporcional ao desempenho eleitoral do Partido, tornou-se rapidamente a principal fonte de recursos do PT.

Isso permitiu a construção de estruturas permanentes ou temporárias, independentemente da contribuição voluntária de nossas bases militantes, o que deu maior autonomia para a burocracia partidária. Mas tanto o fundo público quanto as demais estruturas dependiam, em última análise, do voto. Isto, mesmo que em última instância, impunha certo “controle social” por parte das bases partidárias.

Este controle social perdeu parte de sua força quando entrou em cena o financiamento privado legal das campanhas, que permitiu dissociar progressivamente o desempenho eleitoral do envolvimento voluntário e consciente da militância, além de conduzir o PT a adotar, mesmo que parcialmente, métodos empresariais de campanha, num fenômeno que já ocorria com outros partidos.

Ao longo dos anos 1990, as campanhas eleitorais tornaram-se cada vez mais caras, não apenas devido aos custos de produção dos programas dedicados ao horário eleitoral supostamente gratuito, mas também por conta da contratação de shows de artistas de grande apelo popular.

O PT sempre foi crítico da influência do “poder econômico” nas campanhas eleitorais, especialmente da sua forma mais extremada, a chamada “americanização”, que trata os candidatos como produtos e o eleitorado como mercado consumidor. Por isto mesmo, defendemos o financiamento público das campanhas e a redução de seus custos. Neste sentido, nossas bancadas no congresso Nacional devem se empenhar firmes e determinadas pela aprovação do financiamento público de campanha, ainda nesta legislatura. Da mesma forma, o PT deve propor um pacto nacional pela validação das regras para barateamento das campanhas eleitorais, aprovadas pelo Congresso.

Entretanto, temos que reconhecer que nossa postura crítica frente à influência do “poder econômico” não nos livrou de cometer erros importantes.

Esses erros vão desde a contratação, pela direção nacional do PT, de 20 milhões de reais em shows, apenas para a campanha de 2004; até a promiscuidade com personagens que funcionavam como “caixas de campanha” para o PSDB.

É evidente que não podemos ser ingênuos e achar que é possível participar das disputas eleitorais, da forma como elas ocorrem hoje, sem contar com recursos privados. Mas também é ingênuo achar que todos os empresários que contribuem com as campanhas eleitorais do PT o fazem desinteressadamente.

Neste sentido, o PT deve debater abertamente os riscos envolvidos na dependência em relação ao financiamento privado de campanhas. Estes riscos incluem, no médio prazo, a alteração dos compromissos programáticos e dos vínculos de classe do Partido.

Não se trata, apenas, de um problema para o nosso Partido. Trata-se de um problema crônico da democracia nos marcos do capitalismo, problema que pode ser minimizado, mas não superado, pelo financiamento público, por leis que restrinjam os gastos em campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela repressão contra a compra de votos e pela educação política permanente da sociedade.

No Brasil, a legislação prevê limites para a contribuição das empresas. Mas muitas empresas querem contribuir via “caixa dois”, porque esta pode ser feita com dinheiro não declarado; pode ser feita sem que a população e os concorrentes do político beneficiado saibam; e pode servir para chantagear o beneficiário da contribuição ilegal. Com o “caixa dois”, impede-se o controle público dos recursos, tanto na origem, quanto no destino. Não se deve perder de vista, aliás, qual a economia política da corrupção: o beneficiário maior é o corruptor, não o corrupto.

Desde março de 2005, o PT como um todo e também dirigentes importantes do Partido passaram a ser acusados de recorrer aos mesmos procedimentos, em alguns casos aos mesmos operadores do financiamento do PSDB e de outros partidos.

Uma análise de conjunto desta questão remete para um debate mais complexo, sobre o “custo” da democracia, numa sociedade capitalista.

Um partido de trabalhadores, numa sociedade profundamente desigual como a nossa, enfrenta enormes dificuldades para disputar eleições, entre

elas a desigualdade de condições materiais, a postura dos meios de comunicação, os recursos disponíveis para os oponentes, a compra de votos.

Mesmo que tenha sido com o propósito de enfrentar estas dificuldades, consideramos que foi um erro que alguns dirigentes do Partido tenham terceirizado as finanças do Partido, tomando sem consultar nenhuma instância partidária a decisão de se envolver com operadores financeiros do PSDB e com métodos de financiamento que sempre combatemos.

Por sua tradição e convicção, o PT luta contra a corrupção e a apropriação privada de bens e recursos públicos. As acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa.

Os movimentos socialistas não são isentos de deformações e de processos de corrupção. A integração ao Estado e à sociedade burguesa são riscos permanentes e significam perda da perspectiva socialista. Construir uma crítica no interior do nosso próprio movimento, enriquecer nosso programa com esse combate, são armas contra o liberalismo e a degeneração. De forma combinada com reformas políticas democráticas, nosso partido deve desenvolver exemplarmente uma conduta democrática e transparente na sua relação com o Estado.

RESOLUÇÃO DE APURAÇÃO SOBRE A CRISE DO PT EM 2005

O 13º Encontro do Partido dos Trabalhadores reitera a condenação às práticas inaceitáveis de financiamento de campanha e de promiscuidade na relação interpartidária, que causaram enormes danos à imagem, ao patrimônio ético, ao ideário socialista e democrático do Partido, colocando temporariamente na defensiva o campo democrático e popular e dando pretextos para tentativas de desestabilização de nosso governo.

O 13º Encontro considera que ainda não se esgotou, no interior do PT, o processo de discussão sobre as origens da crise que vivemos em 2005 e de apuração de responsabilidades. Tampouco se encerrou, na sociedade, nossa luta por uma reforma política e pelo financiamento público de campanha.

O 13º Encontro considera que essas práticas políticas inaceitáveis devam ser debatidas de maneira crítica e autocrítica pelo conjunto do Partido.

Entre estas práticas, encontram-se: a) a centralização de decisões por alguns dirigentes, sem autorização de nossas instâncias; b) a subestimação do

papel da luta social no processo de democratização do Estado e do governo; c) a ilusão sobre a possibilidade de políticos conservadores abdicarem de seus próprios projetos e práticas, em função dos nossos.

O 13º Encontro considera que essas práticas, entre outras, afetaram a capacidade do Partido de resistir à ofensiva político-ideológica que as forças conservadoras movem contra nós, facilitando ataques agressivos e profundamente preconceituosos que são feitos sob um manto pretensamente moralista.

O 13º Encontro considera que esse processo de averiguação possui uma dimensão individual e crítica; mas ao Partido interessa, sobremaneira, a dimensão coletiva e autocrítica, porque estamos diante de um fenômeno de causa e solução sistêmicas.

A autocrítica do PT deve estar no discurso e, principalmente, na prática. Para isto, contamos com o impulso da militância partidária, que renovou as direções partidárias no PED. Trata-se de prosseguir neste caminho, revalorizando a luta social como dimensão fundamental de nossa estratégia; reafirmando a autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado; acentuando a luta ideológica e política das classes trabalhadoras contra a direita e suas práticas.

O 13º Encontro considera fundamental evitar que este processo de apuração seja constrangido pela dinâmica eleitoral e/ou manipulado pela oposição de direita.

Tendo isto em vista, o 13º Encontro determina ao Diretório Nacional que regulamente os prazos e procedimentos para realizar o processo de apuração das responsabilidades relativas à crise vivida pelo PT no ano de 2005.

A HERANÇA CORRUPTORA E AS FALHAS ESTRUTURAIS DO ESTADO BRASILEIRO

O Partido reconhece que subestimou a condição de permeabilidade do estado brasileiro às pressões corruptoras advindas dos setores privados, sobretudo daqueles setores que se locupletaram do processo de privatizações ocorrido a partir da década de 90.

É evidente que a corrupção é um fenômeno histórico. Que precede ao próprio momento das privatizações. Tal fenômeno é, de fato, cultural, envolve costumes seculares e diz respeito à forma como as elites e classes dominantes no Brasil exerceram e exercem sua hegemonia política sobre a sociedade.

No entanto, o contexto do processo de privatizações no Brasil foi marcado também pelo desmonte neoliberal da máquina estatal e de suas já combatidas estruturas de controle e fiscalização. Eis porque nosso governo se inicia sem mensurar corretamente mais essa herança do período tucano à frente do governo central do país, qual seja, a malha privada de apropriação ilegal dos espaços públicos, reciclada nos governos que precederam a gestão Lula.

Assim, o governo Lula, diante da magnitude das tarefas postas para a realização de nossos compromissos com a população, do esforço para garantir a estabilidade econômica, e a urgente adoção das medidas sociais de inversão de prioridades de investimentos, não deu a devida atenção à apuração e das privatizações ocorridas sob a batuta tucana.

A ausência de tal atitude, somada à lacuna causada pela falta de uma reforma administrativa de fundo e de uma reforma política contundente, que deveriam ter sido discutidas diretamente com a população, fragilizou profundamente nosso governo, tornando-o mais pressionável pelas já citadas forças corruptoras.

Para agravar esse quadro, tivemos que vivenciar uma inédita política de alianças, que se constituiu à base de uma ampla coalizão partidária, como forma de garantir a chamada governabilidade. Isso resultou também na pressão fisiológica dos partidos tradicionais, que sempre demandaram mecanismos de financiamento eleitoral de origem duvidosa.

Neste sentido, sem prejuízo das apurações das responsabilidades específicas sobre o chamado valerioduto, que teve origem na campanha tucana de 1998, a partir de Minas Gerais, o PT assume o compromisso de propor um conjunto de reformas estruturantes que versem sobre os mecanismos de controles públicos e sociais sobre o orçamento estatal, sobre o sistema político-eleitoral, bem como a continuidade do reforço do aparato jurídico e policial destinado a reprimir a corrupção no país.

COMPOSIÇÃO DE GOVERNO, TRATAMENTO DADO À OPOSIÇÃO E A CORRUPÇÃO DOS GOVERNOS TUCANOS

O governo Lula não realizou nenhuma devassa contra o governo FHC. Uma devassa muito provavelmente colocaria politicamente na defensiva (e,

eventualmente, na cadeia) vários dos responsáveis pelos processos de privatização realizados nos anos 1990; pelo endividamento público ocorrido nos anos 1990; por empréstimos subsidiados às grandes empresas, inclusive aos meios de comunicação; pelo financiamento ilegal dos partidos conservadores etc.

A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério e dos diversos escalões do governo, o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação, a atitude frente à direção do PSDB não alteraram a conduta dos tucanos frente ao governo Lula e ao PT: as recentes declarações do ex-presidente FHC são uma demonstração do baixo nível da oposição conservadora e da impossibilidade de qualquer aliança estratégica com o PSDB.

A atitude frente ao PSDB relaciona-se ao debate acerca de como deveríamos obter a governabilidade. Uma hipótese seria construir uma rede de apoio institucional e social, combinada com uma maioria congressual estreita. Outra hipótese seria construir uma maioria congressual ampliada.

Neste segundo caso, frente à correlação de forças existente no Congresso Nacional, tínhamos três possibilidades básicas:

- a) uma aliança com o PSDB;
- b) uma aliança com o PMDB;

c) ou uma aliança baseada nos pequenos e médios partidos de centro-direita (PTB, PP, PL). Prevaleceu este último caminho, que para além dos efeitos colaterais no campo da ética, demonstrou ser capaz de construir uma maioria congressual instável, mas não uma hegemonia política.

Qualquer que fosse a política de alianças escolhida; e por mais que ela tenha sido decorrente, em parte ao menos, da correlação de forças existente no Congresso Nacional e nos governos estaduais, nada justifica, porém, que não combinássemos à política de “governabilidade”, principalmente congressual, e à a popularidade do presidente, a construção orgânica do apoio também junto à esquerda política e aos movimentos sociais. Um governo de esquerda, ou mesmo de centro-esquerda, não sobrevive se não construir uma base de apoio popular, organizada e mobilizada. A atitude respeitosa e de diálogo do nosso governo com os movimentos sociais – atitude, aliás, que nos diferencia profundamente dos governos tucanos permitiria que tivéssemos construído isso.

Ao contrário disto, tivemos reformas ministeriais que reduziram o espaço do PT e das forças democráticas e populares no governo sem que isso

tenha ampliado nosso apoio no Congresso ou na sociedade.

O tratamento que concedemos ao PSDB e ao governo FHC; bem como a política de alianças que adotamos no Congresso; foi acompanhada de atitude extremamente ampla na composição do governo. No caso específico da equipe econômica, combinamos petistas e aliados desenvolvimentistas, com quadros importantes vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior.

Sem dúvida, a essa composição devemos somar o comportamento dos meios de comunicação, que tentaram reduzir nosso governo à sua política monetária e fiscal, tratando a equipe econômica como se ela fosse o pilar central do governo.

Apesar de termos hoje a menor taxa de juros desde 2001, caminhando para novas reduções, é preciso reconhecer que a política monetária desenvolvida pela Fazenda supunha a adoção de medidas impopulares, tais como altas taxas de juros e superávit primário, cortes e contingenciamentos de verbas orçamentárias, extrema moderação nos investimentos etc. Neste processo, nos vimos diante de um duplo problema: por um lado, o conflito com as expectativas de parcela das bases partidárias, eleitorais e sociais do campo democrático e popular; por outro lado, o discurso emanado de parcela da equipe econômica, que não dialogava adequadamente com aquelas expectativas.

A tarefa central de nosso governo era e segue sendo construir um Brasil pós-neoliberal. Esta não é uma tarefa exclusiva da área econômica. Diante da gravidade dos desequilíbrios macroeconômicos, herdados do governo anterior, a opção adotada foi por medidas impopulares de política econômica, tais como: elevar a taxa básica de juros, contingenciar verbas orçamentárias, cortar investimentos públicos e elevar o superávit primário. Isso gerou críticas e insatisfações de parte de nossa base social e no seio do próprio partido.

Entendemos que depois de três anos de austeridade monetária e fiscal, temos todas as condições para acelerar a redução da taxa básica de juros, sem perder o controle sobre a inflação, e elevar o investimento público, garantindo o crescimento sustentável da economia e a aceleração do processo de inclusão social. Estas devem fazer parte das prioridades do segundo mandato do governo Lula.

Outro ponto a superar num segundo mandato, é nossa timidez na criação de mecanismos democráticos de participação e controle popular sobre as grandes instituições nacionais.

A democratização radical do aparelho de Estado é fundamental para dar suporte a um governo como o nosso, além de ser o melhor antídoto contra um conjunto de hábitos e práticas conservadoras e tradicionais, entre elas as práticas fisiológicas e corruptas vigentes nos governos anteriores.

A timidez do governo no quesito democratização não impediu de sermos acusados de totalitarismo e “loteamento do aparelho de Estado”, pelos meios de comunicação.

Este foi, aliás, um dos equívocos centrais cometidos por nós: a política de comunicação.

A campanha eleitoral de 2006 e o governo Lula 2007-2010 devem partir dessa experiência, para fazer diferente: na comunicação, no controle social e na democratização do Estado, no papel da chamada “área econômica”, na política de alianças institucional e na construção de uma aliança orgânica com os partidos de esquerda, movimentos sociais e intelectualidade progressista.

ELEMENTOS DA TÁTICA E POLÍTICA DE ALIANÇAS

Nossa tática para as eleições de 2006 tem dois objetivos centrais: vencer as eleições presidenciais, impedindo que os neoliberais reconquistem o governo federal; e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social.

Neste sentido, nossa tática para 2006 deve buscar a eleição de mais senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas.

Para isto, devemos construir uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. Para isto, as direções partidárias em todos os níveis devem procurar estes setores, para dialogar aberta e francamente sobre a importância de vitória, não apenas de Lula, mas das candidaturas do PT e aliados, em todos os níveis.

Precisamos, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais.

Esta polarização já está em curso, como se pode ver no debate diário nas CPIs e nos meios de comunicação. Cabe ao PT e seus aliados adotar uma

atitude ainda mais ofensiva frente ao PSDB-PFL, mostrando entre outras coisas que problemas fundamentais do país remontam às privatizações tucanas (privataria), a compra de votos para a reeleição, ao engavetamento de CPIs e tantos outros casos.

A divulgação de um dossiê das privatizações e da quebraadeira, a ser lançado pelo partido no mês de maio, é um instrumento importante nesta disputa.

Por outro lado, o Partido deve também acentuar a crítica à CPI dos Correios e dos Bingos, demonstrando que, na primeira, houve um claro desejo de não avançar nas investigações em “épocas tucanas”, o que coloca sob suspeição o relatório final – aprovado em claro desrespeito ao regimento interno da Câmara e a princípios democráticos. Na segunda, dos Bingos, os desvios de foco e do objeto de investigação que vêm incorrendo os seus membros podem tornar inevitável o recurso à Justiça.

Ao mesmo tempo em que enfrentaremos de maneira ofensiva o debate sobre a corrupção, devemos mostrar para a sociedade que o fundamental é o debate entre projetos políticos, sobre como melhorar as condições de vida da população, como ter crescimento com distribuição de renda e riqueza, como recuperar ainda mais as condições de funcionamento do Estado, como ampliar a democracia e garantir soberania nacional.

Este debate, em que mostraremos que o Brasil não pode andar para trás, exige mudar o terreno principal do enfrentamento: das CPIs para as ruas, do Congresso para a campanha eleitoral.

Ao longo de 2005 houve, em nosso país, um considerável avanço do conservadorismo. Apoiando-se na difusão de preconceitos, em erros do próprio PT e no discurso inconsequente do esquerdismo, a direita se viu mais à vontade para disseminar um senso conservador, ainda que difuso. Isso se expressou, por exemplo, na votação do referendo de 23 de outubro sobre o comércio de armas e na cobertura que a mídia fez da crise política dos últimos meses.

Para evitar a armadilha do conservadorismo, temos o desafio de retomar o debate programático, sobre os grandes desafios postos para o Brasil e os diferentes caminhos propostos por cada candidatura e partido. A diferença é que faremos isso, não mais como força de oposição, mas como força hegemônica no governo federal, em três governos estaduais e em centenas de prefeituras.

Aliado a defesa daquilo que já estamos desenvolvendo, nesses diferentes níveis de governo, temos que estabelecer um contraponto explícito em relação

ao governo tucano que nos antecedeu e em relação ao que fariam o PSDB-PFL caso retornassem ao governo federal.

Nossas chances de sucesso nas eleições de 2006 dependem em grande medida de sermos capazes de aparecer para a sociedade como expressão política, governamental e partidária, das demandas por um país democrático, popular e socialista. Neste sentido, a disputa clara de projetos, o confronto ideológico, a contraposição de modelos de país, constituem um aspecto fundamental da disputa eleitoral.

Estes desafios devem ser enfrentados “a quente”, ou seja, no curso do balanço do governo Lula; da elaboração das diretrizes do programa de governo 2007-2010; na organização da aliança com que disputaremos as eleições; da escolha de nossos/as candidatos/as a presidente, vice-presidente, governadores, senadores e deputados; na atuação das bancadas parlamentares; na disputa político-ideológica de projetos na sociedade e na ação de nossos governos, principalmente do governo federal.

Desta disputa de projetos deriva nossa capacidade de rearticular organicamente o campo democrático e popular. Chegamos à presidência da República como expressão desse bloco histórico, composto pelos partidos de esquerda, movimentos sociais, mandatos parlamentares, governos e intelectualidade democrática. Um de nossos desafios, na campanha eleitoral de 2006, é recompor e fortalecer este bloco.

O Partido dos trabalhadores tem dois grandes objetivos em 2006, vencer a eleição presidencial e criar as condições para que realizemos um segundo mandato superior ao primeiro.

Em nosso segundo mandato presidencial, precisaremos de uma governabilidade de novo tipo, baseada numa combinação adequada entre força parlamentar, presença em governos estaduais e municipais, apoio e mobilização organizada da sociedade, maior incidência do PT e demais partidos de esquerda, engajamento da intelectualidade democrática, maior iniciativa política de nossa administração e aprofundamento de nossas alianças internacionais.

Esta governabilidade de novo tipo começa a ser construída desde já, inclusive no processo eleitoral, tanto no âmbito nacional quanto nos estados.

É fundamental construir, para enfrentar a campanha eleitoral e o que se seguirá, uma cooperação política permanente entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais de âmbito nacional.

É importante, também, a vitória de candidaturas petistas e de nossos aliados de esquerda, nas eleições para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas.

É importante, finalmente, que se constituam, – tendo em vista nossa tática eleitoral nacional e estadual – alianças com outros partidos, que integram a base de apoio do governo; bem como alianças com partidos que não integram a base de apoio do governo, mas que, nos estados, são aliados das forças democráticas e populares e adversárias do PSDB e PFL, núcleo da oposição conservadora que devemos derrotar.

As alianças que o PT fará, tanto no primeiro quanto no segundo turno, tanto nos estados quanto nacionalmente, serão baseadas exclusivamente em compromissos programáticos e participação nos governos.

O 13º Encontro autoriza o Diretório Nacional a analisar e decidir, caso a caso, as alianças com partidos da base do governo, bem como apreciar recursos sobre alianças estaduais.

É importante registrar, porém, que, tendo em vista as diferentes dinâmicas eleitorais existentes, no plano estadual e federal, em alguns estados a campanha Lula poderá ter mais de um palanque.

A OPOSIÇÃO TENTA RETOMAR O CERCO

O ano eleitoral de 2006 iniciou com o Partido dos Trabalhadores e o governo do presidente Lula conseguindo enfrentar e superar o cerco político movido pela oposição, em 2005.

A superação do cerco político foi possível por uma série de fatores, entre os quais devemos destacar: a participação massiva dos filiados no processo de eleição das direções partidárias, o apoio popular ao presidente da República, a rearticulação da base do governo na eleição do atual presidente da Câmara dos Deputados, a maturação dos programas de governo e as iniciativas político-administrativas adotadas no último período.

Esses fatores refletem-se nas pesquisas de opinião, divulgadas nos primeiros três meses do ano de 2006. O PT continua sendo, dos partidos políticos brasileiros, o que tem maior apoio popular. A aprovação ao governo passou de 42% para 55%, de dezembro para março. Na comparação entre governos, 52% entendem que a gestão Lula é melhor que a de FHC, enquan-

to apenas 23% pensam o contrário. A intenção de voto melhorou de 9 a 11 pontos no período, e Lula vence em todos os cenários de primeiro e segundo turnos. Esses dados, da pesquisa Ibope/CNI, é confirmado em vários outros levantamentos. É sintomática a persistente tentativa da direita de desqualificar a opção dos trabalhadores por Lula nas próximas eleições.

Os dados das pesquisas realizadas no primeiro trimestre do ano fortalecem nossa convicção acerca da evolução positiva do nosso governo. Mas devemos estar atentos ao significado das pesquisas, sem supervalorizar seus resultados quando são a nosso favor, nem desqualificar quando são contra. Portanto, o nosso otimismo neste momento deve ser moderado e realista, de quem irá enfrentar mais uma dura e decisiva disputa política de nossas vidas de militantes petistas.

Apostando na ideia de que Lula e o PT chegariam muito enfraquecidos a 2006, o PSDB e o PFL foram surpreendidos com nossa recuperação. Foi nesses marcos que a oposição conduziu o processo de escolha do candidato tucano à Presidência da República, processo que demonstrou a natureza conservadora e antidemocrática do PSDB.

A própria dinâmica da escolha mostrou um PSDB dividido, com decisões centralizadas numa pequena cúpula e repleto de manobras obscuras. Revelou, também, como eram infundadas as ilusões daqueles que acreditavam num suposto compromisso do PSDB com o desenvolvimento, a democracia e a modernidade.

Geraldo Alckmin e José Serra expressam as mesmas opções programáticas fundamentais, como demonstram a ação de José Serra à frente da prefeitura paulistana e as ações de Geraldo Alckmin à frente do governo de São Paulo.

Aliás, durante doze anos à frente deste governo estadual, o PSDB reduziu os investimentos sociais, sucateou a saúde e a educação, privatizou empresas públicas, demitiu 195 mil funcionários públicos e impediu a instalação de nada mais, nada menos, do que 65 Comissões Parlamentares de Inquérito.

Qualquer um que seja o candidato presidencial escolhido pelo PSDB, o programa da oposição de direita será o mesmo: retomada da agenda neoliberal e reacionária, supressão dos direitos sociais e constitucionais, privatizações e repressão aos movimentos sociais, submissão do Brasil aos interesses dos Estados Unidos.

O que a escolha do PSDB revela é que sua opção conservadora será apresentada sem disfarces. Geraldo Alckmin, o candidato preferido pelas elites, tem um discurso claramente conservador e reacionário, ao qual o PT oporá a defesa dos interesses democráticos, populares e nacionais. A mesma coisa acontecerá caso o candidato do PSDB seja José Serra, que vem demonstrando seu desejo de reverter a decisão de seu partido e ser ele o candidato à presidência.

O cenário eleitoral nacional ainda depende de vários fatores, entre os quais a decisão do PMDB acerca de sua tática na eleição presidencial. A combinação das estratégias nacionais dos partidos com os movimentos táticos estaduais será decisiva para uma definição das alianças eleitorais.

A hora é de enfrentamento de projetos e de históricos. A oposição, capitaneada pela aliança tucano-pefelista que governou o Brasil por oito anos, desempregando, desregulamentando, privatizando e desestruturando o Estado Nacional e submetendo o país aos interesses do capital financeiro internacional, tenta desesperadamente desconstruir a imagem de nosso governo e, por isso, acirrou seus ataques, que certamente prosseguirão no próximo período, com o claro objetivo de retomar o cerco contra o Partido e contra o Presidente da República.

O 13º Encontro Nacional do PT convoca a base do partido a denunciar e reagir à tentativa da oposição de retomar o processo denunciata, tentando levar novamente as atenções para esse campo, pois avaliam que perdem no campo programático e na comparação de governos.

Usam partidariamente a CPI dos Bingos, conhecida como CPI DO FIM DO MUNDO, buscando desesperadamente criar fatos políticos negativos contra o governo e o PT. O PT denunciou a inconstitucionalidade dessa CPI e buscou no Supremo Tribunal Federal o restabelecimento do fato determinado, pelo qual a CPI foi instalada. O STF deu provimento à liminar, restando à oposição vociferar contra o controle de constitucionalidade daquela Corte.

Por outro lado, o PT defende a imediata instalação da CPI das Privatizações que deve desencadear uma profunda investigação sobre o processo realizado no período em que a oposição governou o Brasil, aprofundando o conhecimento da sociedade sobre a natureza lesiva deste projeto e a marca antiética de sua atuação sobre o Estado brasileiro.

Ao fazermos isso, vamos também defender a democracia e a Constituição Federal. Devemos enfrentar, com franqueza, o tema da ética, e mostrar que, neste governo, a CGU ganhou força para controlar a administração, que a Polícia Federal tem mais orçamento e plena liberdade para investigar e que os dois procuradores-gerais do Ministério Público Federal não mereceram a alcunha de “engavetador-geral da República” como ficou conhecido Brindeiro no governo FHC.

O PT mobiliza desde já seus filiados e simpatizantes, seus aliados nos movimentos sociais e a população em geral em defesa da reeleição de Lula, bem como pela eleição de governadores e governadoras, deputados e deputadas estaduais e federais, senadoras e senadores identificados com nosso projeto, capazes de representar o anseio de mudanças que já se expressou na eleição de Lula em 2002, elegendo legislativos e executivos mais representativos das aspirações populares, criando assim melhores condições institucionais para que nosso segundo mandato seja superior ao primeiro.

O PT deve aprofundar o diálogo com os partidos, os movimentos e a intelectualidade progressista, no sentido de transformar este ano de 2006 em um ano de grande mobilização, em apoio ao governo Lula e pela conquista de mais um mandato presidencial, para prosseguir e aprofundar as conquistas deste governo, ampliar a participação popular na política e consolidar o projeto de democratização política e social no Brasil.

Como parte deste processo de mobilização, as instâncias partidárias devem constituir fóruns de debates sobre o balanço de nosso primeiro mandato e sobre o programa de governo para o segundo mandato, buscando reunir militantes partidários, dos movimentos sociais e intelectualidade democrática, para diagnosticar os avanços e as insuficiências, divulgar os programas federais e a aplicação de recursos em cada região, bem como debater as diretrizes de governo 2007-2010. Este debate deve ser combinado com a discussão sobre o programa de governo para as eleições estaduais.

O 13º Encontro Nacional do PT é um momento de aglutinação das forças partidárias e contribuirá para assegurar nossa unidade em defesa da reeleição do presidente Lula.

O 13º ENPT conclama a ampla participação dos filiados e simpatizantes na campanha eleitoral de 2006.

A militância de esquerda em defesa de um Brasil justo, democrático,

sem retrocesso e que avance para novas conquistas é fundamental para a vitória. O partido apoiará e incentivará essa organização de base através de núcleos e de outras formas de organização.

COORDENAÇÃO DE CAMPANHA

O Encontro Nacional do PT, consciente da grande jornada política que o Brasil enfrentará nos próximos meses, decide iniciar a construção da Coordenação Política da Campanha Presidencial, designando nosso presidente nacional, deputado Ricardo Berzoini, para ser o Coordenador-geral da campanha.

De imediato, o Coordenador-geral e a Comissão Política submeterão à direção nacional do PT uma proposta de coordenação, dentro do espírito de unidade partidária, de construção de alianças partidárias e sociais.

O PT apoia a decisão do presidente Lula, de priorizar neste momento seu mandato e compromisso de governante, e tomar a decisão a respeito da candidatura no momento apropriado. Mas inicia a preparação da campanha eleitoral, com a convicção da responsabilidade política de construir a mobilização nacional em torno da continuidade das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que esses três anos e quatro meses propiciam ao país.

Construir a vitória do nosso projeto político no Brasil é fortalecer as transformações democráticas e populares que a América Latina vivencia e estabelecer novos desafios para um Brasil mais justo, solidário e democrático.

CONVOCAÇÃO DO III CONGRESSO NACIONAL DO PT

Convocar o III Congresso Nacional do PT para o segundo semestre de 2007, para analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação política, sobre questões de âmbito nacional, atualização do programa e forma de organização e funcionamento partidário.

O III Congresso Nacional deverá ser antecedido de congressos estaduais e municipais, conforme critérios e pauta definidos em regulamento a ser estabelecido pelo próprio Diretório Nacional, que assegure ampla participação das bases partidárias.

Uma das questões a ser enfrentada, desde já e no processo do III Congresso, é a questão do financiamento da ação partidária. Uma das alternativas a ser considerada, na busca do autofinanciamento militante do Partido, é o

retorno da contribuição mensal de todos os filiados.

A eleição dos delegados/as ao III Congresso deve garantir a mais ampla representação dos petistas inclusive através de delegações diretas da base partidária (núcleos, setoriais e diretórios).

O manifesto de lançamento do III Congresso e seu regulamento contendo a pauta, forma de funcionamento, critérios de participação, local e data e demais questões organizativas, deverão ser aprovadas na primeira reunião do Diretório Nacional de 2007.

A Comissão de Organização do III Congresso também será instituída na primeira reunião do Diretório Nacional de 2007.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2006)

A eleição presidencial de 2006 ocorrerá em um contexto totalmente distinto dos anos 1989, 1994, 1998 e 2002. O PT disputará o próximo pleito não mais como oposição, mas como partido que integra e encabeça a coalizão de forças políticas que atualmente governa o Brasil. Temos hoje maior conhecimento e experiência do Estado, importante para melhor definir diretrizes programáticas futuras. Mas é necessário também fazer um balanço das realizações deste governo e das limitações que precisam ser superadas em um segundo mandato. Este balanço é fundamental para dar credibilidade a nossas propostas programáticas. Deve sintetizar medidas de transição de um primeiro para um segundo mandato, sem grande parte das limitações impostas pela herança recebida em 2002. Deve resgatar finalmente as esperanças de constituição de um governo democrático e popular.

O governo Lula se constituiu em meio a uma grave crise do capitalismo brasileiro. Crise estrutural, pois durante décadas o processo econômico, social e político brasileiro esteve marcado por profundas contradições: estagnação ou crescimento econômico socialmente excludente; concentração de poder durante as ditaduras ou mesmo nos de democracia mitigada; dependência que comprometeu a soberania nacional. Crise conjuntural, pois na década dos 90 a aplicação de um receituário econômico conservador, de inspiração neoliberal, freou o crescimento, concentrou renda e riqueza, debilitou o Estado, afetou o equilíbrio regional, fragilizou a segurança energética, compro-

meteu a soberania nacional. Mesmo a estabilidade, que tanto alardeou buscar o governo FHC, não foi alcançada, nem no terreno macroeconômico, nem no âmbito estritamente monetário. Ao contrário, findos os oito anos FHC, o governo Lula herdou pesada herança: reinício de um ciclo inflacionário, elevadas taxas de juros, descontrole cambial, aumento exponencial da relação entre dívida interna e PIB, baixa credibilidade internacional e forte vulnerabilidade externa, desorganização dos serviços públicos, criminalização das oposições, em especial dos movimentos sociais e sistemáticas tentativas de desqualificação das forças de oposição.

O Brasil herdado por Lula era um país marcado por uma gravíssima crise social e muito dependente dos movimentos erráticos do capital especulativo nacional e internacional, submetido às regras do FMI, com escassas reservas cambiais, ameaçado por uma moratória, amedrontado pela possibilidade de repetição aqui da crise que se havia abatido pouco antes sobre a Argentina. Graças a uma política externa soberana de aproximação com os países do Sul, o governo Lula conseguiu reverter a Balança Comercial e o Balanço de Pagamentos, tornando o Brasil superavitário em moedas fortes, o que lhe permitiu amortizar parte da dívida externa, inclusive a contraída com o FMI.

Em pouco mais de três anos, essa tendência começou a ser revertida. A ação do governo Lula evitou a catástrofe. A economia ainda não retomou o crescimento esperado pelos que elegeram Lula em 2002 e desejado pelo próprio governo.

Mas a inflação foi contida e revertida. Iniciou-se um processo de distribuição de renda, que se expressa no aumento do rendimento dos trabalhadores, em especial do salário mínimo, na queda do custo da cesta básica em relação ao nível geral dos preços, na redução da pobreza, como atesta a última PNAD, no aumento do ingresso dos trabalhadores no mercado formal. O país está menos vulnerável do ponto de vista internacional, graças em parte ao extraordinário crescimento e diversificação do comércio internacional. O déficit em conta-corrente do Balanço de Pagamento se transformou em superávit. Diminuiu a dívida externa e alongou-se seu perfil. A dívida interna foi praticamente desdolarizada e sua relação com o PIB reduzida. O país não renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional e pode prescindir de seu monitoramento.

O caminho adotado para fazer o ajuste da economia, ao exigir a limitação do gasto público e o contingenciamento da execução orçamentária para elevar o superávit primário, impôs limites aos investimentos, às políticas

de redução da pobreza e de redistribuição de renda. Isso não impediu, no entanto, avanços importantes no plano social. Houve diminuição significativa do desemprego, formalização do mercado de trabalho, forte expansão do salário mínimo, progresso efetivo na reforma agrária. Todas essas conquistas o governo compartilha com os movimentos sindical e popular, com os quais manteve interlocução permanente. O Programa Fome Zero e, dentro dele, em especial, o Bolsa Família, permitiu que, até agora, mais de 30 milhões de brasileiros pudessem se beneficiar desse mecanismo de transferência de renda. Mesmo tendo impacto menor do que políticas sociais como o SUS e a Previdência Social, a Bolsa Família constitui importante instrumento que de distribuição de renda.

Além de suas consequências sociais no plano da saúde e da educação, a Bolsa Família revelou-se meio eficaz para dinamizar a constituição de um grande um mercado de bens de consumo de massas. Trata-se de importante instrumento econômico que confere às famílias em situação de emergência social um direito claramente definido em lei, administrado em forma isenta pela governo federal em cooperação com estados e municípios. Pode ser visto como passo importante na implantação gradual da Renda Básica de Cidadania (Lei 10.835/04) sancionada pelo presidente Lula. Soma-se a essas iniciativas, a expansão do crédito popular, cuja consistência a médio prazo depende da retomada do crescimento e do emprego.

Foi necessário desencadear um processo de reconstrução do Estado, enfraquecido por forte crise fiscal, por privatizações, terceirização de seu pessoal, pelo caráter conservador das políticas públicas anteriormente postas em prática. Deu-se um enfrentamento racional e corajoso das questões energéticas, dos temas do meio ambiente, das desigualdades regionais, sobretudo no que se refere ao Nordeste. Sentaram-se as bases para uma efetiva recuperação da infraestrutura nacional, combalida por décadas de descaso. Uma nova política industrial e de ciência e tecnologia, abriu perspectivas para efetiva modernização do país. Ela vai acompanhada da revalorização e democratização da universidade brasileira, de que são testemunhas sua expansão e os aumentos de salários e os investimentos nas áreas de pesquisa.

A despeito dos ataques e denúncias da oposição, o governo Lula respeita e promove em nosso país a democracia, as instituições republicanas e os direitos humanos. Implementou inúmeras iniciativas de combate ao racismo e

defesa dos direitos das mulheres. A imprensa não sofreu nem sofre qualquer restrição, mesmo quando setores dela operam com indisfarçável parcialidade.

Diferentemente do passado, Comissões Parlamentares de Inquérito examinam todas as denúncias que surgiram. O Poder Judiciário cumpre seu papel e instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público e a Ouvidoria têm realizado exemplar trabalho de investigação de delitos, sejam os acusados de partidos da base governamental ou da oposição. Parte importante das denúncias que o Legislativo investiga foram apuradas pela Polícia Federal. O governo esteve na origem de importantes iniciativas votadas pelo Congresso como a reforma do Judiciário, a lei que combate a violência doméstica, que abre os arquivos da ditadura militar. Além disso estabeleceu-se nova relação da União com estados e municípios, que puderam beneficiar-se, sem discriminação partidária de qualquer tipo das políticas sociais e de combate à violência implementadas pelo governo federal.

Finalmente, o país passou a ocupar internacionalmente o lugar que lhe corresponde e que os brasileiros exigiam. Uma política externa ativa e altiva, devolveu-nos o sentido da soberania. Sem confrontações ideológicas e enfrentamentos desnecessários, o Brasil assumiu papel importante nas grandes questões internacionais – econômico-financeiras, comerciais, da reorganização das Nações Unidas ou do combate à fome e à pobreza – pregando a paz, o respeito ao Direito, o fim das desigualdades econômicas e sociais entre as nações e o multilateralismo. Aproximamo-nos da África, continente com o qual temos dívidas históricas. Estabelecemos diálogo importante com o mundo árabe.

Impulsionamos um eixo Sul-Sul, ao definir fortes relações com a África do Sul, Índia, China e Rússia. Mas, sobretudo, levamos adiante consistente processo de integração na América do Sul, reforçando o Mercosul, participando ativamente da criação da Comunidade Sul-americana de Nações e estendendo nossa presença em toda a América Latina e Caribe.

O Programa para as eleições de 2006 tem dois pontos de partida: por um lado, as realizações do governo Lula, que o colocam muito à frente dos últimos governos, sobretudo do de FHC. Por outro lado, nosso objetivo de construir um Brasil democrático e popular, liberto da dependência externa, com soberania nacional e igualdade social. Não se trata, porém, de ficar preso à comparação com o medíocre governo FHC. Nem, tampouco, de propor uma simples continuidade do até aqui realizado. O fundamental é afirmar a

validade e a atualidade de uma transição de um velho Brasil, para um novo projeto nacional de desenvolvimento, que harmonize o econômico e o social, impulsionando as potencialidades locais produtivas e sociais, capaz de avançar mais rapidamente em direção a um ciclo de crescimento acelerado, fundado na distribuição de renda, macroeconomicamente sustentado, com mínima vulnerabilidade externa a realizar-se em um marco de expansão da democracia e da solidariedade continental. Esse modelo resgata a esperança desatada pela candidatura Lula em 2002 e pelos 26 anos da história do PT. A realização desses objetivos não é um simples ato de vontade política. Exige enfrentar e mudar uma correlação de forças desfavorável - nacional e internacionalmente -, dar passos seguros para superar a grande tragédia que são a desigualdade e a exclusão que marcam secularmente nosso país. Exigirá reformas sociais e políticas capazes de vencer a inércia burocrática e conservadora de nossas instituições. Mas, sobretudo, dependerá dos avanços na democratização do Estado brasileiro e da intensa participação da sociedade, construindo novas bases para a governabilidade, expandindo a cidadania, a participação popular e o protagonismo das entidades representativas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, afirmando a soberania nacional e promovendo integração regional.

O Programa de Governo 2006 não se confunde com o Programa do Partido, que o Congresso do PT irá (re)definir em 2007, nem com as Diretrizes aprovadas pelo 13º Encontro Nacional do PT. Tampouco o debate sobre as Diretrizes esgota o processo de balanço do governo Lula e das opções feitas pelo PT em 2003-2006, debate que terá seu momento de conclusão no III Congresso do Partido. O Programa de Governo tem sua especificidade. Deve expressar, no processo eleitoral, a opinião de um conjunto de forças políticas de esquerda e democráticas comprometidas com transformações importantes de nossa economia, sociedade e instituições políticas. Busca ir além dos partidos, traduzindo a vontade de mudança de amplos setores da sociedade brasileira.

Mais do que isso: tendo em vista as resistências que ele enfrenta, só será factível se a sociedade mobilizar-se para sua implementação. O socialismo petista – nosso horizonte estratégico – é uma construção histórica e não um objetivo abstrato a ser atingido. O PG-2006 (sua formulação e implementação) tem de estar em sintonia com nossa visão mais ampla sobre o futuro do Brasil.

A credibilidade do Programa depende não só do balanço do governo e da relação entre o que foi até agora realizado e o futuro. Depende também

da capacidade do governo de transformar muitas de suas metas em iniciativas concretas, ainda em 2006. Nesse sentido, o último ano deste governo deve ser entendido como o primeiro ano do próximo. Os resultados concretos da ação governamental que estão aparecendo nestes primeiros meses de 2006 – e que são claramente percebidos pela sociedade brasileira – mostram que uma nova dinâmica está se impondo.

Não basta celebrar as realizações do governo e oferecer uma mera perspectiva de continuidade. Será necessário, em primeiro lugar, um balanço franco do governo. Em segundo lugar, é importante que o programa mostre o até agora realizado como base para avançar na direção das mudanças que mobilizaram os eleitores em 2002. Contra o discurso da “decepção”, que a direita tenta disseminar e impor, trata-se de buscar o reencontro com a “esperança”. Isso exige uma inflexão no discurso do governo, capaz de traduzir em outra linguagem os avanços alcançados. A presença na equipe econômica de quadros vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior, deu em muitos momentos um viés conservador ao discurso governamental, que foi ampliado por alguns meios de comunicação.

O objetivo era reduzir a política econômica às iniciativas nos campos monetário e fiscal, apresentando-a como continuidade do governo FHC. Como a política monetária supunha a adoção de medidas impopulares, nos vimos diante de um problema: o conflito com as expectativas de grande parcela das bases sociais do campo democrático e popular, hostis ao discurso emanado de parcela da equipe econômica. Na verdade, a política econômica do atual governo não é continuidade daquela de FHC, como pretende a oposição e, candidamente, às vezes foi repetido por alguns membros no governo. Estando o país à beira de grave crise, foi implementado um conjunto de medidas com o objetivo de evitar – como se conseguiu - uma catástrofe.

O governo e o PT sofreram duro golpe no ano de 2005. A direita reorganizou-se e soube aproveitar nossos erros para desfechar um ataque frontal, que tinha como programa máximo o impeachment de Lula e a ilegalidade do partido e, como programa mínimo, a derrota acachapante de ambos nas próximas eleições para, com isso, desmoralizar as esquerdas, “varrer por trinta anos esta raça”, com proclamou Konder Bornhausen.

Passado o impacto da derrota de 2002, a oposição se recompôs, sobretudo a partir do caso Valdomiro Diniz. Ao lado de um discurso sobre a ética republicana, para cuja autoria não tinha autoridade política ou moral, e

que ganhou força em 2005, ela tentou sucessivamente caracterizar o governo como “autoritário”, ou mesmo “totalitário”, “aparelhista”, desprovido de projeto nacional, buscando o poder pelo poder. Em sua ofensiva beneficiou-se dos erros políticos cometidos pela direção partidária e de desacertos do governo, especialmente em matéria de coordenação política e comunicação. O Partido não foi capaz de construir um discurso de apoio ao governo e, ao mesmo tempo, manter sua autonomia, indispensável num governo de coalizão. Não mobilizou a sociedade. Ademais, não percebeu a tempo que membros de sua direção haviam enveredado pelo caminho da aventura, tentando, de forma temerária, construir uma base de sustentação governamental e uma política de finanças com base em métodos que o PT sempre repudiou.

Nem o Partido, nem o governo, tiveram percepção exata do ambiente conservador que se gestara no país nos últimos tempos e que se expressava em episódios como o do referendo sobre o desarmamento, no surgimento de uma ativa intelectualidade de direita, para só citar dois exemplos. Mais do que isso, a ausência de um discurso à altura das expectativas populares e que correspondesse às transformações em curso fez com que a direita, até bem pouco combatida, conseguisse ocupar espaços vazios deixados pela esquerda.

Isso implica em que o debate programático que se avizinha terá de ser também uma confrontação político-ideológica, um enfrentamento cultural capaz de desconstruir o discurso conservador e refazer uma alternativa progressista e popular. Significa, igualmente, que o PT terá de organizar um discurso didático que resgate o governo Lula como superior ao de FHC mas, sobretudo, como capaz de dar um salto de qualidade em seu segundo mandato, a partir do trabalho realizado no primeiro. Esse discurso não deve escamotear as dificuldades objetivas que nos cercam; menos ainda nossos erros. Ele próprio é instrumento para vencer nossas limitações.

O governo Lula iniciou a construção do que podemos chamar de “Estado de bem-estar” no Brasil, após a onda de ataques ao emprego, às políticas sociais e aos direitos dos trabalhadores nos anos FHC. Os programas de transferência de renda têm forte impacto sobre a reativação da economia, transcendem o assistencialismo, mas o desafio para o segundo mandato é transformar esses programas em políticas sociais universais, tais como a Previdência Social e o SUS mais adequados ao nosso país que se caracteriza por profundas desigualdades sociais. Contribuem também para a inclusão social o forte processo de bancarização, o microcrédito, o crédito consignado e o Luz para Todos.

Na educação, a aprovação do Fundeb abre novas perspectivas para o ensino médio, dando-lhe a qualidade que ele hoje não possui. Foram criadas novas universidades e novos campi em universidades existentes. O ProUni contribui para esse esforço de democratização da Universidade incorporando setores até então fortemente excluídos do ensino superior por sua origem social ou étnica, com destaque para a implementação das políticas de cotas para negros e índios para acesso às universidades. Da mesma forma, avançou-se muito na universalização em matéria de saúde: o programa Samu (atendimento de emergência) hoje serve 68 milhões de brasileiros, com mais serviços, contra 10 milhões em 2003; foi implantado o primeiro programa integral de saúde bucal, atendendo hoje 47 milhões de brasileiros, contra 26 milhões no início do governo; o programa de saúde da família foi multiplicado em sua capacidade, hoje com 24 mil equipes espalhadas por todo o país.

Lula introduziu novas relações do Estado com o mundo do trabalho, contrastantes com as imagens do governo FHC reprimindo os petroleiros e outros trabalhadores em greve. Não só houve o crescimento de cerca de dez vezes da taxa mensal de criação de empregos, como reverteu-se uma forte tendência de informalização do mercado de trabalho, além dos ganhos em matéria salarial. A imensa maioria dos dissídios propiciaram para os trabalhadores aumentos superiores à inflação. As políticas de emprego deverão no próximo governo estar crescentemente marcadas por critérios de aproveitamento equânime em termos de raça, gênero e faixa etária, garantindo a ascensão de segmentos discriminados a todos os níveis hierárquicos do mundo do trabalho.

O PT reafirma sua convicção de que a questão agrária é parte fundamental de nosso projeto de desenvolvimento nacional, entendendo que deva ser tratada a partir do respeito à diversidade ambiental, étnica, de gênero e cultural, e possibilitando a necessária desconcentração fundiária em nosso país. No governo Lula fortaleceu-se a agricultura familiar. Seu financiamento cresceu de 2,3 bilhões de reais, em 2002, para 9 bilhões em 2006. Duzentas e sessenta e seis mil famílias foram assentadas em três anos, mais do que nos oito anos do governo anterior. O governo Lula pretende, até o fim deste ano, assentar as 400 mil famílias previstas. A área destinada a reforma agrária em três anos de governo alcançou 22,5 milhões de hectares, muito mais do que nos oito anos anteriores. As famílias assentadas com assistência técnica chegaram a 450 mil no final de 2005, contra apenas 85.460 mil no último ano do governo anterior.

Foi de extrema importância a ação governamental que permitiu o resgate de terras para os Quilombolas. A Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade continua sendo a principal bandeira para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, pois o Brasil ainda é um dos países com maior concentração de terras, o que é a causa dos conflitos e da violência no campo. Comprometido com essa luta, o Partido dos Trabalhadores defende o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação da intervenção sobre a estrutura fundiária. O avanço da reforma agrária e da agricultura familiar demanda a atualização dos índices de produtividade, a ampliação das possibilidades de desapropriação, a verificação das dimensões ambiental e trabalhista da função social da propriedade. Exige ainda a construção de um novo padrão de organização econômica e social no campo, através da sua agroindustrialização acompanhada de ações de reforço expressivo na alocação de recursos orçamentários e uma maior integração das políticas de acesso a direitos e de apoio a produção, agregação de valor e comercialização, criando assentamentos adequados a cada ecossistema brasileiro. Foi de extrema importância a ação governamental que permitiu o resgate dos Quilombolas, com a identificação de 1800 comunidades, habitadas por estas populações há mais de um século e que necessitam ter suas terras titularizadas. A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca possibilitou a milhares de pescadores receberem orientação e capacitação para acesso ao crédito, ao associativismo e a organização da cadeia produtiva, além de mecanismos de proteção social.

No que se refere ao Estado brasileiro abandonou-se a opção anterior pelo Estado mínimo, que privatizou empresas, terceirizou funções e instituiu mecanismos frágeis de regulação. Interrompeu-se o ciclo de privatizações, concursos recompuseram áreas fundamentais do serviço público. Foram retomados os investimentos no saneamento básico, tendo sido já contratados 6,2 bilhões de reais de serviços nesta área. Deu-se vigoroso impulso às grandes estatais A Petrobras, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o BNDES, a Infraero, para só citar algumas empresas, passaram a ter papel estruturante na reorganização do país, ao mesmo tempo em que exibem uma rentabilidade que nunca tiveram. Cai por terra a tentativa de atribuir ao governo o “aparelhamento” do setor estatal. Pelo contrário: o desempenho positivo das estatais é produto da orientação política implementada a partir do governo Lula.

Por intermédio de grandes conferências e consultas nacionais sobre o orçamento, saúde, campo, mundo do trabalho, mulheres, cultura, meio

ambiente, políticas de promoção racial, economia solidária e tantos outros fóruns, foi possível fazer incidir sobre a agenda do governo a opinião da sociedade organizada, diferentemente do que ocorreu no passado. Mas o governo compareceu a esses foros com um amplo espectro de propostas. Essa interlocução governo-sociedade foi de extrema importância para a consolidação e aprofundamento da democracia.

O investimento em pessoal e equipamento na Polícia Federal permitiu inéditos avanços no combate ao crime organizado. No plano da repressão às organizações criminosas que eliminam lideranças populares no campo e na cidade, iniciaram-se experiências de ação articulada do governo com os movimentos sociais e de Direitos Humanos, envolvendo a Polícia Federal e outras instituições do Estado, visando um combate ao crime organizado com a participação da população. Medidas de transparência e sistemáticas auditorias foram organizadas pela Corregedoria Geral União, zelando pelo emprego adequado dos recursos públicos. É necessário reconhecer, no entanto, que o combate à corrupção sistêmica exige iniciativas de maior profundidade, em particular com o aumento da transparência pública e de formas de controle social – internas e externas –, tecnicamente equipadas, sobre todos os entes do governo federal.

Foi na relação do Estado com a gestão macroeconômica que nosso governo encontrou maiores dificuldades de transitar para um outro paradigma. A “autonomia operacional” do Banco Central, maior do que em períodos anteriores, permitiu uma política monetária – revestida de um discurso conservador – que se chocou, mais de uma vez, com as bases sociais do governo e com o próprio governo.

A taxa de juros básica da economia, ainda que menor do que a média dos anos FHC, permaneceu elevada, com forte impacto no aumento da dívida pública e na dinâmica da economia, na medida que os elevados superávits primários, além das metas publicamente fixadas, subtraíram recursos para investimento e custeio, com consequências negativas para o desempenho do governo. Taxas de juros elevadas foram as únicas soluções encontradas pelo BC para o necessário controle da inflação. As metas de inflação, por sua vez, foram definidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem levar em conta opiniões vocalizadas pelos mais variados setores da sociedade, especialmente os trabalhadores e os empresários dos setores produtivos.

Assim, se a inflação foi controlada, se foi reduzida a relação dívida pública/PIB, se o crédito consignado permitiu acesso ao crédito com taxas diferenciadas, o crescimento da economia brasileira ficou aquém do crescimento médio das economias mundial, latino-americana e dos países emergentes. Restrições ao crescimento, cortes na execução orçamentária e inibição ao crédito para investimento e consumo a taxas compatíveis com o resto do mundo limitaram fortemente o positivo das políticas de emprego e renda do governo Lula.

Tendo como objetivo conduzir a transição de um paradigma neoliberal para outro padrão de desenvolvimento, a obra do governo Lula é ainda parcial, desigual e incompleta. Foi insuficiente para mudar de conjunto a realidade social aflitiva do país. Condicionantes externos e internos do governo foram sendo, no entanto, modificados. Apesar da crise vivida em 2005, o PT e os partidos de esquerda que apoiam o governo continuam a ser referências para os movimentos sociais mais importantes do país. A presença de Lula na presidência do Brasil constitui um ponto de apoio para que se crie, na sociedade brasileira, uma cultura política que supere a hegemonia das elites na política brasileira.

Por isso tudo, a vitória de Lula e das forças populares em 2006 será um passo fundamental para dar novo impulso à mudança histórica anunciada em 2002, iniciada nos últimos três anos, e para cuja aceleração estão criadas condições excepcionais, dentre outros fatores pelas reformas até agora já realizadas. É necessário, assim, anunciar as grandes diretrizes do Programa de Governo 2006, que dará novo impulso ao processo em curso.

CRESCIMENTO

O Brasil crescerá em forma acelerada, em níveis superiores aos das duas últimas décadas, inclusive aos deste governo. Esse crescimento é condição necessária, ainda que não suficiente, para atualizar a infraestrutura, expandir e qualificar o parque produtivo e, sobretudo, resgatar a gigantesca dívida social que golpeia o país. Para esse crescimento sustentado se fazer viável, sem gerar surtos inflacionários de demanda, gargalos na infraestrutura ou desequilíbrios ambientais irreversíveis, o Brasil terá de: (a) avançar na estrutura de financiamento do investimento produtivo, potenciando a ação combinada de vários bancos, especialmente dos públicos, e/ou estabelecendo regulações pactuadas que incentivem o retorno de capitais rentistas ou especulativos para a esfera da produção; (b) harmonizar o ritmo e o direcionamento dos investimentos

produtivos com o potencial de expansão do fornecimento de insumos e serviços básicos, tais como energia, transportes e telecomunicações, bem como adequá-los à capacidade de suporte de cada um dos nossos diversos ecossistemas. Nesse processo será fundamental a ação de um Estado, democratizado e socialmente controlado.

DISTRIBUIR RENDA

O crescimento não pode ser apenas fator de distribuição de renda, mas também sua consequência. A inclusão social, o combate à pobreza, a distribuição de renda serão alcançadas com reformas econômicas e sociais. Entre estas reformas, há algumas (como a Reforma Agrária, a Reforma Urbana e a democratização da comunicação de massa) que abrem o caminho para uma mudança na estrutura de propriedade existente no país e que ajudam na constituição de um grande mercado de bens de consumo de massas. As políticas de transferência de renda por meio do Estado serão necessárias por muito tempo. Tenderão a perder seu peso, no entanto, na medida em que o Brasil avançar na constituição de um Estado de bem-estar. No campo brasileiro, essa estratégia de desenvolvimento supõe aprofundar a reforma agrária com fortalecimento da agricultura familiar e a efetivação da demarcação das terras indígenas e quilombolas permitindo um desenvolvimento sustentável e respeitadas as particularidades culturais. Serão fundamentais a definição de metas sociais a serem alcançadas e o estabelecimento de mecanismos regulatórios de proteção aos micro, pequenos e médio empreendedores, intensificando o fomento ao desenvolvimento local endógeno, baseado nas potencialidades produtivas e sociais, tendo como modelo de organização produtiva empreendimentos associativos de economia solidária autogeridos pelos trabalhadores/produtores, estimulando o cooperativismo, a autogestão e a participação dos trabalhadores na gestão micro e macroeconômica. O novo governo prosseguirá em seu esforço de constituir uma economia solidária, estimulando o cooperativismo, a autogestão e a participação dos trabalhadores na gestão micro e macroeconômica. Da mesma forma, impõe-se a regulamentação do dispositivo constitucional que estabelece a função social da propriedade, o que se fará em perfeita consonância com os movimentos populares que lutam pela terra, pela moradia, pelo ambiente sustentável e contra a usura bancária.

ESTABILIDADE MACROECONÔMICA

O esforço de estabilizar a economia deve ser conduzido de forma a cumprir os objetivos de crescimento e distribuição de renda. A melhor forma de reduzir a relação dívida/PIB é expandir o Produto Interno Bruto. O combate à inflação é fundamental. Pode ser feito através de um sistema de metas adequado aos imperativos do desenvolvimento, assim como pelos instrumentos postos à disposição do Estado e da sociedade democrática para estimular e regular a oferta de bens e serviços. O Banco Central, cuja ação tem um impacto decisivo sobre o conjunto do desempenho econômico-social do país, tem de adequar sua agenda ao conjunto dos interesses da sociedade. Além de ser o guardião da moeda, deve igualmente preocupar-se com o crescimento, o emprego, trabalho e renda e o bem-estar social, como ocorre em outros países do mundo. Necessita, assim, estar sintonizado com os grandes problemas nacionais. Será necessário acelerar o esforço atual de reduzir os juros, para permitir ao país uma expansão mais pronunciada. Uma maior redução da Taxa Selic é essencial, inclusive para lograr-se um câmbio mais compatível com as políticas de desenvolvimento e exportação necessárias ao país. O gasto público em custeio e investimento tem de ajustar-se a esse enfoque renovado do desenvolvimento econômico. Isso exige uma execução orçamentária criteriosa que não paralise o governo, sobretudo suas políticas sociais.

VULNERABILIDADE EXTERNA

Dar-se-á prosseguimento ao exitoso esforço de reduzir a vulnerabilidade externa da economia. A política de comércio exterior, cujo sucesso esteve vinculada em boa parte à projeção político-diplomática do Brasil no mundo, mostrou que se pode fortalecer o mercado externo de maneira compatível com a ampliação do mercado interno. Crescentes superávits comerciais e das contas externas, desdolarização da dívida interna, alongamento do perfil do endividamento externo, expansão das reservas, são elementos necessários de proteção contra ataques especulativos, reduzem o Risco País e permitem à economia maior competitividade em sua inserção mundial. O Brasil deverá prosseguir em seu esforço de modificar as instituições financeiras internacionais na busca de uma ordem econômica menos desigual e mais justa.

Para aumentar a soberania nacional será necessário também fortalecer um sistema nacional de inovações e um sistema público de financiamento de longo prazo.

DEMOCRACIA

Todos esses avanços no plano econômico e social são essenciais para fortalecer a democracia política no país. Reformas políticas permitirão democratizar as instituições do Estado e a ampliação de um espaço público – terreno onde se criam novos direitos sociais – garantirá o controle do Estado pela sociedade. Isso assegura mais eficácia no combate à burocracia e à corrupção e na implementação de políticas públicas. Deverá se avançar mais na criação de formas participativas de discussão do orçamento federal. Os projetos sociais, especialmente os de massivo alcance popular, como o Fome Zero, devem combinar formas de controle institucional (Ministério Público, CGU, Tribunal de Contas etc.) com um efetivo controle e fiscalização social, em organismos populares com autonomia em relação à máquina estatal, aos governos e aos partidos. A reforma do sistema partidário e eleitoral, com a adoção do financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária, o voto em lista que permite o fortalecimento nacional dos partidos não pode mais ser adiada. A proteção dos Direitos Humanos, iniciativas em favor de minorias e um maior entrosamento e controle sobre polícias e prisões são fundamentais para reduzir um dos principais fatores de intranquilidade da sociedade na cidade e nos campos: a violência e o crime organizado. A democratização do acesso e da produção de informação deve ser vista cada vez mais direito essencial da cidadania e não como mercadoria controlada por monopólios.

Os governos democráticos e populares que marcaram o imaginário social foram aqueles que combinaram a ideia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos historicamente excluídos pelas políticas dos governos tradicionais, via melhorias na infraestrutura e políticas sociais, com formas inovadoras de participação popular através da democracia participativa, materializada em experiências exitosas como o Orçamento Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e movimentos sociais. Para amplos setores da sociedade, essas experiências mostraram que é possível construir uma nova sociedade e novas formas de organização do Estado.

Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, colocando o primeiro sob controle desta, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios

básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo. Dessa forma, associamos às realizações de governo a construção de uma nova cultura política, de homens e mulheres que participam, mobilizam-se socialmente em busca de direitos individuais e coletivos.

A prática da democracia participativa, associada à democracia representativa, tem demonstrado e aberto novos caminhos para a implementação de um projeto democrático popular. A participação, organização e mobilização popular garantem governabilidade, transparência na gestão e no gasto público, redistribuição da renda pública a favor das camadas populares e a construção de uma economia popular, com cidadania plena e solidariedade. A “redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa (...) deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à cogestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões..”

CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PT PARA A O BRASIL

ENCONTRO NACIONAL DO PT – RECIFE, DEZEMBRO DE 2001

COMBATE ÀS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES

O segundo governo deve consolidar e avançar na implementação de políticas afirmativas e de combate aos preconceitos, à discriminação, ao machismo, racismo e homofobia. As políticas de igualdade racial e de gênero e de promoção dos direitos e cidadania de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais receberão mais recursos. A Secretaria Especial de Mulheres, a Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial e o Programa Brasil sem Homofobia serão fortalecidos, influenciando e dialogando transversalmente com o conjunto das políticas públicas. O governo federal se empenhará na agenda legislativa que contemple as demandas desses segmentos da sociedade, como o Estatuto da Igualdade Racial, a descriminalização do aborto e a criminalização da homofobia.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Sustentável será um dos eixos centrais do Programa de Governo. Ele impõe uma estratégia de transição do atual padrão de desenvolvimento regional e socialmente desigual, baseado na superexploração dos recursos naturais e na baixa agregação de valor aos produtos primários, para um novo, que valorize as vantagens comparativas de país mega diverso, fortaleça seu mercado interno, reforce a capacidade criativa e inovadora da sua força de trabalho, revitalize suas cidades, enquanto espaço de trabalho, convivência e lazer – para gerar bem-estar para o nosso povo.

Isso deve se expressar em metas qualitativas e quantitativas de ganhos progressivos de sustentabilidade econômica, social, ambiental, étnica e ética nas políticas públicas da macroeconomia, do crescimento econômico, da política urbana, da redução da pobreza, da universalização dos serviços pú-

blicos da seguridade social, da equalização das oportunidades para todos e todas, sem discriminação de raça, classe, gênero ou região e de proteção e uso sustentável dos ecossistemas naturais. No segundo mandato dar-se-á continuidade e profundidade a uma política da redução das desigualdades regionais, por meio de um tratamento diferenciado das distintas regiões e, dentro delas, das áreas mais postergadas. Para tanto, será fundamental o incremento das parcerias do governo federal com os outros entes federativos, de modo a somar esforços e direcionar melhor as suas ações para a solução dos problemas específicos que atingem cada parcela do nosso território. Essa orientação caminhará paralelamente à ampliação da política de proteção ambiental do primeiro mandato, através de ações transversais que impregnem as iniciativas do conjunto do governo.

INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E PROJEÇÃO NO MUNDO

O projeto nacional de desenvolvimento do Brasil caminha junto com uma política de integração que permita não só a formação de um grande mercado sul-americano, começando pelo Mercosul, mas também uma efetiva articulação de nossas economias por meio de políticas industriais, agrícolas e de ciência e tecnologia combinadas.

Buscamos soluções regionais para construir uma infraestrutura que unifique nosso espaço comum, garanta nossa segurança energética, aproxime nossas culturas e implemente políticas sociais articuladamente. Vamos continuar avançando na formação de parlamento regional, de instituições políticas e jurídicas que permitam construir uma Comunidade Sul-americana de Nações próspera, pacífica, livre, democrática e soberanamente inserida no mundo. Para construir essas alternativas é fundamental combinar as iniciativas de integração regional com medidas macroeconômicas inovadoras que rompam com a hegemonia neoliberal na região. A América do Sul será o eixo central da política externa brasileira que continuará implementando a aproximação do país com a África, dialogando com o mundo árabe e fortalecendo alianças com os grandes países emergentes do Sul do mundo, ao mesmo tempo em que mantém relações equilibradas com as grandes potências. O Brasil aprofundará sua luta por um comércio justo, por uma mudança na relação de forças internacional que assegure um mundo de paz, multilateral, menos desigual política, econômica e socialmente.

CULTURA, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

Um grande projeto de Nação passa pela educação de qualidade, ciência e tecnologia, criação e difusão cultural. Essa pode ser uma meta síntese. O próximo governo dará impulso particular a grande reforma da educação já em curso no país. A entrada em vigor do Fundeb permitirá a efetiva democratização do sistema educacional, pois garantirá qualidade da escola pública. Prosseguirá sua política de democratização da Universidade brasileira, dando continuidade à expansão de novas Universidades e de novos campi, investindo na melhoria salarial de professores e pesquisadores e carreando mais recursos para a investigação científica. O ProUni continuará garantindo maior acesso ao ensino superior, particularmente aqueles que foram excluídos das universidades por sua condição social e étnica. A Universidade e os centros de investigação científica, em sintonia com as grandes diretrizes das políticas industrial, científica e de inovação tecnológica lançadas no atual governo, contribuirão para uma mudança de qualidade em nosso desenvolvimento. Esses fatores, somados aos continuados esforços de inclusão social, colocarão o Brasil no caminho de uma sociedade de conhecimento, apta a enfrentar os grandes desafios colocados pelo mundo de hoje. A política cultural prosseguirá seu esforço de socialização dos bens culturais e de resgate dos grandes valores da civilização brasileira. O fomento à atividade cultural receberá crescente apoio orçamentário e de fundos públicos, socialmente controlados e direcionados a projetos selecionados mediante editais. O mecanismo público de financiamento à cultura deve integrar o Sistema Nacional de Cultura. É possível a convivência, em sistemas híbridos de financiamento, entre fundos públicos e recursos privados obtidos a partir de renúncia fiscal, regulada por leis (aperfeiçoadas) de fomento à cultura.

A política de comunicação será construída com a democratização do acesso aos meios de produção audiovisual e impressos com vistas a promover o debate público e plural e a diversidade cultural brasileira. Esta política passa: pela implantação de um sistema democrático de rádio e TV digital a partir de novo marco regulatório para o setor e que contribua para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e política industrial nacionais; pela continuidade e ampliação dos programas de inclusão digital com base no conhecimento livre e compartilhado; e pela promoção da produção e difusão cultural popular, comunitária, independente e regionalizada.

O DEBATE DO PG NA SOCIEDADE

Essas diretrizes apontam para os eixos fundamentais do Programa de Governo 2006. Antes mesmo do 13º Encontro Nacional do PT, elas diretrizes foram discutidas com movimentos sociais, intelectuais, partidos aliados e, evidentemente, com a base do PT. Essa elaboração será beneficiada pelo conhecimento dos grandes problemas nacionais que está concentrado nos órgãos do governo, nas universidades, nas associações empresariais, nos sindicatos, nas ONGs e em um sem-número de organizações da sociedade civil. Passado o Encontro Nacional, o PT deve realizar um debate com os partidos aliados, além de dar continuidade ao debate programático com a sociedade. A interlocução com o candidato à Presidência da República será elemento essencial para o perfil definitivo do Programa. O Programa de Governo, como elaboração coletiva, não deve ser apenas um conjunto de propostas de mudanças econômicas, políticas e sociais. Será o desenho de um país que queremos e podemos construir. Um instrumento de luta dos que querem assegurar as conquistas que obtivemos, para lograr as transformações com que sonham milhões de brasileiras e brasileiros.

São Paulo, abril de 2006.

MOÇÕES

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO

O 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores afirma sua solidariedade ao povo cubano, em particular aos “Cinco Patriotas” condenados em dezembro de 2001 pela justiça de Atlanta, sob falsas acusações de espionagem.

Os Cinco, como são conhecidos, foram detidos quando buscavam informações em Miami com o fim de prevenir e alertar as autoridades de Cuba e até dos Estados Unidos de planos terroristas que insistentemente são arquitetados contra pessoas e bens cubanos, com a complacência dos serviços de inteligência norte-americanos.

Só para citar dois dos mais notórios atentados terroristas perpetrados por organizações sediadas na Flórida, lembramos a criminoso explosão em pleno voo de um avião civil cubano em frente às costas de Barbados, que custou a vida de 73 pessoas inocentes e da morte de um turista italiano decorrente da detonação de bombas em hotéis de Havana.

Documentos da CIA recentemente desclassificados dão conta da participação nesses atentados de Orlando Bosch e Luis Posadas Carriles, que continuam gozando da proteção das autoridades estadunidenses.

O caso dos Cinco teve origem nos dias 16 e 17 de junho de 1998, quando as autoridades de Segurança de Estado cubano, em um intercâmbio com o FBI, entregam 230 páginas sobre as atividades terroristas contra Cuba. O FBI reconhece estar impressionado pela abundância de provas e responde que dará resposta em duas semanas. A resposta é a detenção dos cubanos em 12 de setembro de 1998.

Em 27 de maio de 2005, o Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas declarou arbitrária a detenção dos Cinco e instou o governo dos Estados Unidos a adotar de imediato as medidas necessárias para solucionar a situação.

A luta pela libertação dos cinco cubanos – Gerardo Hernández, Ramón Labañino, Antonio Guerrero, Fernando González e René González – presos injustamente em cárceres dos Estados Unidos e condenados a penas draconianas, significa de fato uma batalha pela justiça, pelos direitos humanos e contra o terrorismo.

O 13º Encontro Nacional do PT afirma, portanto, seu apoio à luta e as mobilizações pela libertação dos cinco patriotas cubanos, presos nos cárceres dos Estados Unidos, por suas ações em defesa da soberania de Cuba.

MOÇÃO PELA APURAÇÃO DO ASSASSINATO DO COMPANHEIRO ANDERSON

Nosso companheiro Anderson Luis Souza Santos, militante do PT do Rio de Janeiro, presidente do Sintrafrio-RJ e diretor da CONTAC/CUT, foi assassinado com 2 tiros no peito no último dia 10, em São João do Meriti (RJ), onde residia.

O 13º Encontro nacional do Partido dos Trabalhadores se dirige às autoridades para exigir que providências no sentido de que toda a verdade sobre esta bárbara execução de um de nossos militantes apareça e os culpados, seus executores e mandante, sejam punidos.

**EXIGIMOS TODA VERDADE SOBRE O ASSASSINATO DE
ANDERSON LUIZ!**

**IMEDIATA APURAÇÃO E PUNIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS!
Companheiro Anderson, Presente!**

MOÇÃO AO CONARE

O 13º Encontro Nacional do PT dirige-se ao CONARE (Conselho Nacional de Refugiados) apelando para que seja concedido status de refugiado a Olivério Medina.

Este apelo baseia-se em três motivos principais:

- a) Olivério Medina é casado com uma brasileira;
- b) caso não receba o status de refugiado, corre o risco de ser extraditado para os Estados Unidos;
- c) o Brasil tem uma tradição de conceder asilo por razões humanitárias.

MOÇÃO SOBRE A NÃO PRIVATIZAÇÃO DAS BRS 101 E 393

O Encontro estadual do PT/RJ apoia a mobilização popular contra a privatização e/ou concessão das rodovias BR-101 e BR-393, que estão no projeto de privatização do Ministério dos Transportes.

O PT/RJ rejeita estes projetos que atacam o direito das populações locais, principalmente São Gonçalo e Itaboraí, entre outras cidades que serão prejudicadas e divididas pelos famigerados pedágios que só engordam os lucros das empresas concessionárias.

Encaminhamos ao governo federal e ao Ministério dos Transportes que retire, de imediato, os projetos privatistas contra a população do estado do Rio de Janeiro.

A bancada do PT na ALERJ já encaminhou documentos contra a privatização e a construção dos pedágios na BR 101 E 393, bem como tem debatido projetos que retiram a concessão e mantêm as rodovias como próprios públicos.

MOÇÃO DE REPÚDIO A EMPRESA AMPLA

O 13º Encontro Nacional do PT aprova uma moção de repúdio contra a empresa AMPLA, fornecedora de serviços de energia elétrica em 66 municípios do estado do Rio de Janeiro. Nos manifestamos contra a instalação de chips que alteram as contas de tarifas de energia elétrica em até 1.000%, substituindo os medidores e dificultando o acesso dos consumidores a leitura do consumo diário.

MOÇÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O 13º Encontro Nacional do PT decide que seja realizada, pelo Partido dos Trabalhadores, sob o comando da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, em caráter imediato, uma campanha contra a Criminalização dos Movimentos Sociais.

Esta criminalização vem sendo desenvolvida por vários meios de comunicação de massa e por setores das elites do país, como se vê por exemplo nos ataques e indiciamentos contra João Pedro Stedile e diversas companheiras militantes da luta pela terra.

MOÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS DE MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM CUBA

O 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores,
Considerando:

1) a solidariedade da Republica de Cuba com os países latino-americanos e africanos, aos quais são concedidas, anualmente, centenas de bolsas integrais de estudo, para ensino superior, mais da metade para a área de Medicina;

2) que o Partido dos Trabalhadores é um dos vários partidos ou movimentos sociais, em nosso país, responsáveis pela pré-seleção dos(as) jovens bolsistas beneficiários do gesto solidário de Cuba;

3) que a imensa maioria desses/as jovens, quando regressam ao Brasil com o respectivo diploma, são impedidos, por barreiras burocráticas e econômicas, de revalidarem seus diplomas;

4) que a redação do texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre os dois países, iniciada a partir da histórica visita do presidente Lula à Cuba, em

23 de setembro de 2003, não foi até o momento finalizada e aprovada, entre outros motivos por dificuldades criadas pelos lobbies interessados em perpetuar a mercantilização e elitização da Medicina no Brasil;

RESOLVE:

1) realizar trabalho de sensibilização da opinião pública em favor da revalidação dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba, tendo em conta a grande contribuição que esses companheiros e companheiras podem dar ao nosso sistema público de saúde, em particular no fortalecimento da medicina preventiva e no atendimento aos 500 municípios brasileiros que não têm um medico sequer para atender à população local;

2) mobilizar os dirigentes e militantes do Partido e das forças políticas aliadas, bem como as nossas bancadas de parlamentares, para apontar saídas para a questão, visando à imediata incorporação dos(as) jovens médicos brasileiros formados em Cuba ao mercado de trabalho, permitindo, inclusive que prestem concurso público para se incorporarem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

MOÇÃO DE REPÚDIO AO PPS

O Partido dos Trabalhadores repudia o movimento pró-impeachment desencadeado oficialmente pela direção nacional do PPS. Destacamos que

nem mesmo os partidos da oposição de direita tiveram esta postura em relação ao Presidente da República e em relação ao nosso governo.

O 13º Encontro Nacional do PT recomenda que a atitude do PPS seja levada em consideração, pelos Diretórios Estaduais e pelo Diretório Nacional, quando forem deliberar sobre a política de alianças.

MOÇÃO SISTEMA DE RÁDIO E TV DIGITAL

Nós, delegados e delegadas reunidos no 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado entre os dias 28 e 30 de abril de 2006 em São Paulo, consideramos fundamental somar esforços para participar politicamente do processo de digitalização do rádio e da TV.

Defendemos a necessidade de respeito aos princípios dispostos no decreto 4901 de 2003, tais como a democratização da informação, o aperfeiçoamento do uso do espectro de radiofrequências, a inclusão social e a regulamentação dos artigos constitucionais que proíbem os monopólios e oligopólios, obrigando legalmente a instituição de um sistema público de comunicação.

Defendemos um sistema Brasileiro de TV Digital, que incorpore as inovações produzidas pelos pesquisadores brasileiros, que faça com que o Brasil se torne um país autônomo e independente tecnologicamente.

Temos a convicção de que nas decisões acerca da implantação da TV Digital no país reside boa parte do futuro de nossas mídias. Como nação, decidiremos se queremos democratizar as mídias, se queremos uma legislação que prepare a nação para os desafios da convergência tecnológica e se queremos que milhões de pessoas participem do maior programa de inclusão digital da história brasileira. Decidiremos, sobretudo, se queremos impulsionar a produção audiovisual, garantindo a representação na mídia da diversidade cultural regional brasileira.

Essas decisões podem ajudar o país a se desenvolver sob o prisma do interesse público, evitando opções e erros históricos cometidos na formação do sistema brasileiro de radiodifusão, que geraram o aprofundamento de nossa dependência econômica em relação aos países desenvolvidos e um processo de concentração da mídia que sufoca a cultura nacional e criminaliza os movimentos sociais.

Acreditamos que uma definição criteriosa, que conte com a participação dos diversos setores envolvidos no processo, fará com que o Brasil tenha

reais condições de desenvolver um sistema de comunicações que seja plural, diverso e verdadeiramente democrático, que inclua os milhões de cidadãos e cidadãs hoje excluídos do processo de produção e difusão de informação. Neste sentido, consideramos fundamental a ampliação do debate com o envolvimento dos setores interessados nas diversas etapas do processo.

Nosso Partido sempre se fez presente na luta do povo brasileiro por um País mais democrático e com a participação ativa da sociedade civil e como tal, nós, delegados e delegadas deste encontro não poderíamos deixar de nos manifestar e orientar a nossa bancada federal e nosso Governo sobre esta luta.

MOÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DO SETORIAL DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS

Os/as militantes do setorial da Pessoa Portadora de Deficiência vêm ao 13º Encontro Nacional do PT manifestar sua posição de que a direção partidária nacional, nestes últimos anos, não manifestou claramente o reconhecimento político dos setoriais, em particular do Setorial de Pessoas Portadoras de Deficiências.

Com isto, não assegurou estruturas de funcionamento capazes de produzir políticas públicas em cada setor, além das experimentadas em administrações e já previstas nas regulamentações institucionais, perdendo a possibilidade de dar um salto de qualidade em sua formulação.

Sobre o governo federal, o setorial PPDs, manifesta seu descontentamento com a falta de intersetorialidade entre os ministérios, não permitindo o desenvolvimento de políticas públicas para o setor de Pessoas Portadoras de Deficiências. Isso se agrava com a continuidade em nossa gestão de políticas iniciadas no governo FHC e que não têm respaldo deste setorial.

MOÇÃO SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

A construção e fortalecimento do PT foi um marco na luta das mulheres brasileiras. A ascensão dos movimentos populares e sindicais e a reorganização da esquerda brasileira no final dos anos 1970 são simultâneas ao fortalecimento e visibilidade da luta das mulheres no Brasil, que encontraram no Partido dos Trabalhadores um instrumento para potencializar sua organização.

Muitas mulheres abandonaram a esfera privada e ocuparam os espaços públicos, exigindo melhores condições de vida, lutando por emprego, salário, creche, saúde, educação, autonomia sobre seu corpo, respeito a livre expressão da sexualidade, combate ao racismo e pelas liberdades civis. O PT e as mulheres petistas organizaram e estiveram presentes em todas estas lutas, denunciando a desigualdade de gênero, o machismo, a violência doméstica, construindo o movimento feminista no Brasil.

Foi com essa compreensão, expressa em diversas resoluções de nosso Partido, que temos trabalhado nas últimas décadas na luta para a libertação das mulheres. Uma das importantes bandeiras é a descriminalização do aborto.

Neste sentido sempre defendemos o direito da mulher decidir sobre seu corpo e sua vida. Nenhuma mulher é obrigada a fazer aborto, cada uma segue seus valores e religião. Mas aquelas que tiverem uma gravidez indesejada devem ser respeitadas na sua decisão de fazer aborto, sem correr risco de morte ou de ir para a cadeia, sendo asseguradas pelo Estado as políticas públicas que respondam ao atendimento adequado das mulheres nestes casos.

A 1ª Conferência de Políticas Públicas para Mulheres aprovou a revisão da legislação punitiva em relação ao aborto, reafirmando políticas públicas importantes para as mulheres.

Nós, delegados e delegadas ao 13º Encontro Nacional do PT, reafirmamos as posições de encontros anteriores e indicamos que os/as parlamentares de nosso Partido não se somem a conservadores e reacionários para criar uma Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, demonstrando total desconhecimento da causa e, mais grave, absoluto desrespeito pelas mulheres.

Se a Frente se autoproclama em defesa da vida, as mulheres do PT e as organizações de mulheres em geral assim também o fazem, na medida em que lutam para que milhares de mulheres em todo o país deixem de morrer ou carregar sequelas em função de abortos clandestinos, realizados em condições precárias.

Assim sendo, exigimos que os/as parlamentares do PT que participam da Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto retirem seus nomes desse movimento. O acordo partidário em relação a este tema é de que respeitamos as decisões de foro íntimo, entretanto as posições e voto de nossos parlamentares não podem ferir princípios em defesa dos direitos das mulheres.

Respeitamos a abstenção de votos, mas não aceitamos o protagonismo e a participação em ações e movimentos como esta Frente, que violam o respeito à vida das mulheres.

Conclamamos a que todos/as militantes do PT tenham posicionamento firme contra todas as injustiças e discriminações a que estão submetidas as mulheres na sociedade.

MOÇÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, foi denunciada pelo PT como uma pilhagem bilionária do patrimônio público, promovida pelo governo do PSDB (FHC e Alckmin).

Outras empresas públicas também incluídas no Programa Nacional de Desestatização, criado por Collor e implementado por FHC; foram igualmente vítimas de um processo que alguns analistas chegaram a denominar de privatária.

A resistência popular impediu que o governo FHC privatizasse a Petrobras, os Correios, o Banco do Brasil e a CEF. Lula interrompeu o processo de privatizações. E, recentemente, a Justiça deu um passo fundamental, reabrindo os processos jurídicos que pedem a Anulação do Leilão da Vale. A decisão da Justiça baseia-se nos vícios identificados nos editais de licitação e o preço vil adotado na privatização.

O 13º. Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores recomenda a toda a militância do PT que divulgue amplamente a decisão da Justiça, ajudando a criar as condições políticas para que a decisão judicial seja a mais rápida possível e que reverta os prejuízos causados aos interesses públicos pelo processo de privatização.

MOÇÃO SOBRE A VARIG

A Varig é uma empresa nacional com grande importância para a aviação brasileira.

A Varig teve sua situação financeira ao longo dos últimos anos agravada por problemas gerenciais das suas direções e pela política irresponsável do período Collor para o setor.

Ao longo dos 8 anos do governo FHC não se constituiu uma solução efetiva o que determinou a piora progressiva da situação. Ao assumirmos o governo do Brasil nos defrontamos com esta herança.

O Partido dos Trabalhadores tem consciência que o governo do presidente Lula tem feito muitos esforços para manter a Varig operando, prova disto é que mais de 70% da dívida da empresa é com a União (INSS, impostos, BR Distribuidora e Infraero).

O Partido dos Trabalhadores defende que o governo do presidente Lula, em consonância com o Poder Judiciário responsável pelo processo de recuperação da Varig, como demais credores e com os governos estaduais devedores da empresa, continue buscando todas as alternativas no sentido de encontrar uma solução que mantenha a empresa operando, com os seus postos de trabalho e controlada por capital nacional.

São Paulo, 28 a 30 de abril de 2006.

13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores

EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Presidente | José Genoíno
Líder no Senado | Tião Viana
Líder na Câmara | Nelson Pellegrino
1ª Vice-Presidente | Marta Suplicy
2º Vice-Presidente | Romenio Pereira
3º Vice-Presidente | Valter Pomar
Secretaria Geral | Jorge Bittar
Secretaria de Finanças | Delúbio Soares
Secretaria de Organização | Silvio Pereira
Secretaria de Formação Política | Joaquim Soriano
Secretaria de Relações Internacionais | Aloizio Mercadante
Secretaria de Movimentos Populares | Jorge Almeida
Conceição Nascimento | Vogal
Dalva Figueiredo | Vogal
Francisco Campos | Vogal
Gleber Naime | Vogal
Heloísa Helena | Vogal
José dos Reis Garcia | Vogal
Maria Eunice Wolf | Vogal
Marlene Rocha | Vogal
Paulo Ferreira | Vogal

SECRETARIAS COM DIREITO A VOZ, SEM DIREITO A VOTO

Agrária | Comissão Provisória Agrária
Assuntos da Federação | Dalva Figueiredo
Assuntos Institucionais | Paulo Ferreira
Combate ao Racismo | Martvs das Chagas
Comunicação | Ozeas Duarte
Juventude | Humberto de Jesus
Meio Ambiente e Desenvolvimento | Chico Floresta
Mobilização | Francisco Campos
Mulheres | Conceição Nascimento
Sindical | Heiguiberto Navarro

| 2007 |

III CONGRESSO NACIONAL DO PT

31 DE AGOSTO A 02 DE SETEMBRO DE 2007
SÃO PAULO



O SOCIALISMO PETISTA

O PT se formou em fins dos anos 1970 e começo dos anos 1980 como resultado da luta dos trabalhadores das cidades e do campo por melhores condições de trabalho e de vida e pelas liberdades de expressão e de organização. No seu enfrentamento com a ditadura militar e com as duras condições de exploração, os trabalhadores tiveram nesse projeto, desde o início, a solidariedade e participação de amplos setores da intelectualidade, de profissionais liberais, de defensores dos Direitos Humanos, de inúmeras comunidades religiosas de base, vastos segmentos da juventude, sobretudo dos estudantes, além de integrantes de novos movimentos sociais que organizavam mulheres, ambientalistas, negros, homossexuais e tantos outros grupos discriminados na sociedade brasileira. Destacado papel coube igualmente a militantes das organizações de esquerda que haviam combatido a ditadura.

A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza. Como já afirmamos em nossa história: “esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática”. De outro lado e coerentemente, esse compromisso com a democracia se traduziu em nossa organização interna o que contribuiu para que o PT se tornasse uma experiência inovadora e um patrimônio da cultura política brasileira.

A construção do Partido dos Trabalhadores, já nos anos 1980, deu-se em um quadro internacional de crise das alternativas socialistas existentes. A partir da Polônia iniciava-se um movimento de contestação do socialismo burocrático, que se estenderia a todos os países da Europa do Leste, atingindo mais tarde a própria União Soviética. As chamadas “revoluções de veludo” no leste europeu e a posterior dissolução da URSS, não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os

trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de bem-estar construído no pós-Segunda Guerra Mundial.

A crise dessas alternativas socialistas foi acompanhada do renascimento do liberalismo econômico. O prefixo “neo” que se acoplou a esse liberalismo requentado, não escondia o caráter conservador e regressivo de suas propostas. O neoliberalismo pregava a desregulamentação de toda a atividade econômica, fazendo do mercado seu elemento central, acompanhado da defesa de um “Estado mínimo”. O conceito de globalização servia para negar o Estado nacional. Em nome de um individualismo radical, que substituía o cidadão pelo consumidor, negava-se a luta de classes e estigmatizava-se qualquer conflito social. A partir daí decretava-se o “fim da história”, que se transformava em um eterno presente. Suprimia-se qualquer alternativa ao capitalismo. Mais que isso, atingia-se duramente à própria democracia. Negando-se a soberania nacional, tornava-se irrelevante a soberania popular.

Ao se impor uma situação adversa, após a queda do Muro de Berlim, a humanidade passou a viver sob o domínio de uma única potência hegemônica – os Estados Unidos. A nova ordem internacional, sob a influência do Consenso de Washington promoveu reformas constitucionais nos países periféricos que possibilitaram a privatização de vários setores estratégicos das economias desses países.

Nos países da periferia do capitalismo – especialmente nos da América Latina – os efeitos dessas teses foram devastadores. As ideias do chamado “Consenso de Washington”, que codificavam os princípios neoliberais para a região, traduziam a hegemonia do capital financeiro e imperialista sobre as atividades produtivas. O neoliberalismo buscava uma saída para a crise fiscal dos Estados latino-americanos, que tinha como inquietantes expressões os surtos inflacionários e o endividamento externo. Os fortes ajustes aplicados em nossos países não atingiram sequer seu objetivo principal: resolver os fortes desequilíbrios macroeconômicos que nos afetavam. Além de agravar a situação macroeconômica, essas políticas, que tiveram no FMI um instrumento importante, contribuíram para a desindustrialização e a contrarreforma agrária, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram tardios. Na maioria dos países da região eles se fizeram sentir a partir dos anos oitenta. Em nosso país, graças à resistência dos trabalhadores, de vastos setores das classes médias e, inclusive, de segmentos empresariais, a aplicação de políticas neoliberais foi diferida de praticamente uma década. Apesar da desconstrução nacional e social que produziu, nos anos noventa, seus efeitos foram menores do que em outros países. Os movimentos sociais, apesar de duramente atingidos, não perderam sua capacidade de mobilização e foram decisivos para reverter essa situação a partir de 2002. O PT teve um papel fundamental nessa resistência, junto com outros partidos de esquerda e de centro-esquerda.

A vitória eleitoral do nosso candidato em 2002 levou o PT para o governo, e o partido passou a viver a experiência de ser governo num país capitalista, numa sociedade de classes, em que o poder não é só o político, mas também o poder econômico, o da mídia e o militar. O sonho de uma nova sociedade, superior à ordem capitalista vigente, diante das enormes tarefas de ser governo, levou a que nossos militantes, dirigentes e líderes maiores tomassem consciência de que a conquista de uma Nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país.

A despeito das transformações pelas quais passou o Brasil nos últimos quatro anos, junto com outros países da América Latina, ainda é forte a presença das ideias neoliberais no país e na região. Vivemos hoje um período de transição, de duração incerta, nos cabe construir uma alternativa pós-neoliberal. A superação do neoliberalismo no plano das ideias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo. O século XX nos legou revoluções que não foram capazes de construir uma alternativa socialista democrática. O desafio que temos pela frente neste novo século é o de reconstruir uma alternativa socialista libertária.

A crise que afeta os mercados financeiros mundiais – de imprevisíveis consequências – não pode levar a enganos. Por certo ela demonstra a fragilidade do capitalismo realmente existente. Mas não devemos sucumbir ao catastrofismo que tantas vezes marcou o movimento revolucionário. Da crise não nasce necessariamente a revolução, a transformação progressista da sociedade. Na maioria das vezes o que ocorre são movimentos regressivos, contrarrevolucionários.

Nesse sentido, as realizações do primeiro mandato do presidente Lula e as que vêm ocorrendo neste segundo, no tocante à realização das tarefas democráticas e de defesa de nossa soberania são um importante passo para a acumulação de forças que vai permitir construir não só um Brasil socialmente justo, mas também independente e democrático. A firme posição do país, e das nações que constituem o G20 na Organização Mundial do Comércio (OMC), contra o protecionismo das grandes potências, o fim do acordo com o FMI e a construção da comunidade dos países da América do Sul são importantes afirmações de soberania do governo de coalizão do presidente Lula.

Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos socialismos do século XX foi resumida no documento "O Socialismo Petista", aprovado no Sétimo Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizávamos um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.

Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrindo ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que – segundo mostrou a experiência histórica – persistiram, e até mesmo se aprofundaram – nas sociedades ditas socialistas. Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.

Para o socialismo petista a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo

petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais.

O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.

O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.

O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. A despeito das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego – para alguns “obsoleta” – deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.

O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.

O socialismo petista articulará a construção nacional – que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso – com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar

por um radical processo de mudanças. Necessitamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potências. Queremos um mundo democrático, onde a paz seja um compromisso das nações, um mundo sem fome, enfermidades, crianças abandonadas, homens e mulheres desprovidos de perspectivas e de esperança. Lutaremos pela construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional.

Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos. Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia a dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica.

OS PRINCIPAIS TRAÇOS DO SOCIALISMO

| **A mais profunda democratização.** Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial e liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;

| **Um compromisso internacionalista.** Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que

todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz;

| **O planejamento democrático e ambientalmente orientado.** Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais;

| **A propriedade pública dos grandes meios de produção.** As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E SUSTENTÁVEL

O 3º Congresso do PT reafirma os conceitos e posições sobre o socialismo petista definidos pelo 1º Congresso do PT e pelo VII Encontro Nacional, agregando aos mesmos o conceito de sustentabilidade socioambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável.

A civilização industrial gerada pelo capitalismo, baseada no domínio da natureza pelo homem, na crença de que a ciência e a tecnologia possam constituir novas forças produtivas cada vez mais avançadas – conceitos persistentes em variadas concepções de socialismo – foi duramente questionada na segunda metade do século XX, quando se percebeu a crise ecológica, as limitações impostas a este crescimento de produção e consumo que se supunha ilimitado.

Esta visão planetária da crise, que não é apenas ambiental, mas humanitária, e mais que isto, civilizatória, é compatível com a visão global da necessidade do socialismo, se nossa concepção de socialismo incorporar a visão da sustentabilidade ampliada; se superar o produtivismo, o antropocentrismo, o androcentrismo, o etnocentrismo, o consumismo e a alienação do ser humano diante do humano e do ser humano diante da natureza – estabelecendo um novo paradigma sobre o qual se funda o socialismo democrático e sustentável.

O socialismo petista é fundado na democracia: como projeto dependente da vontade livre dos cidadãos e cidadãs, cuja realização se alicerça em uma nova hegemonia na sociedade e no Estado. Para construir essa nova hegemonia é fundamental incorporar o conceito da sustentabilidade forjado nas lutas e experiências práticas socioambientais, anunciadoras da utopia da sociedade socialista democrática e sustentável.

O socialismo petista ou será radicalmente democrático e sustentável, ou não será socialismo.

PELA SUPERAÇÃO DA OPRESSÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores está comprometido com a luta contra o racismo. Consideramos o PT o melhor parceiro do Movimento Negro nessa agenda de combate ao racismo. Mas é preciso ir à frente com passos firmes. Os documentos, manifestos e programa de fundação do PT, mesmo que de forma não aprofundada, apontam para a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo.

Queremos fortalecer este compromisso como estratégia na construção de uma cultura socialista capaz de romper com a opressão de raça, gênero e classe que causam sofrimento à cerca de 47% da população negra brasileira e, lá fora, no mundo globalizado, a combinação entre capitalismo e racismo têm aumentado o genocídio dos africanos e a diáspora negra.

O processo contemporâneo da globalização firma-se no ideário de que a lógica do mercado pode reger e corrigir tudo e todos. Seus propagandistas são os governos mundiais, o FMI e o Banco Mundial que são comandados por Washington e pela União Europeia. A prática destas instituições supranacionais é não interferir diretamente nos territórios nacionais, mas submeter seus governantes às medidas inglórias da regulação aos interesses da lógica do mercado internacional.

A principal consequência, segundo Milton Santos, é que “os atores efetivos da nova ordem são as empresas, cuja ação é egocêntrica e autorreferida. Por isso, não há propriamente um mercado global, nem pode haver um mundo regulado. Daí a desordem atual, mais ou menos generalizada”.

Diz o receituário da globalização que é preciso eliminar o déficit do Estado, e para tanto a solução é a privatização de bens públicos. Toda a atenção é dirigida à moeda e a um comércio que espolia e deforma o mercado interno, os gastos sociais são reduzidos, o desemprego aumenta, o crescimento da informalidade e da precariedade das condições de trabalho não chega a satisfazer o número cada vez maior de pessoas que ingressam nesse mesmo mercado o que empobrece toda a população em geral e, mais ainda, a juventude negra. Em nome da eficiência e da racionalidade capitalista o Estado se fragiliza diante dos interesses nacionais submetidos ao apetite insaciável do capital internacional.

É dessa forma que a soberania nacional se enfraquece. Abrimos as portas à desordem social para o enraizamento da socialização capitalista que, em última análise, significa a liberdade do capital – da mercadoria – e não a liberdade dos trabalhadores.

As condições atuais do capitalismo globalizado tornam mais evidente o *apartheid* racial à brasileira, na medida em que aprofunda a concentração dos bens, do poder, e consequentemente aumenta a selvageria urbana e a perspectiva genocida para os trabalhadores negros das periferias, principalmente crianças, jovens, mulheres e idosos.

Nos grandes centros metropolitanos intensificam-se as distorções sociais, entre elas, a expansão da violência que se naturaliza em decorrência da diminuição da qualidade de vida, ação de extermínio da juventude negra por policiais ou traficantes e o desemprego. É o preço do progresso capitalista, cuja excelência é atribuída às tecnologias e não ao sistema social e político.

No passado, a população negra foi vítima histórica do colonialismo escravagista e hoje, sob o neoliberalismo, não tem acesso ao mercado de trabalho, aos equipamentos urbanos e a preservação material e imaterial da sua cultura. A sociedade brasileira não respeita nossa identidade étnica, racial e de gênero, nega nosso direito à terra e às terras das comunidades quilombolas, nega-nos o ensino de boa qualidade e as políticas públicas de ação afirmativa. Isolada nas periferias das cidades, nos povoados, vilas, encostas e favelas – regiões mais distantes do centro do poder, da distribuição da riqueza e do acesso à cultura e à comunicação – a população negra constitui-se nas maiorias excluídas das cidades e da cidadania.

Este *apartheid* racial à brasileira expressa, na prática, um tipo de racismo cotidiano, perverso e estrutural que, enraizado nas relações de produção e nas relações sociais, configura-se como instrumento de desigualdade socioracial e estratégia de exclusão de negros e negras do desenvolvimento material e espiritual produzidos coletivamente.

O conceito de raça não é uma acepção científica precisa, mas aqui no Brasil foi popularizado e amplamente utilizado com um viés conservador para estabelecer a ideia da hierarquia entre as raças com a valorização do padrão etnocêntrico, base para a ideologia do embranquecimento e o mito da democracia racial.

É interessante observar Marilena Chauí, ao afirmar

[...] que a palavra ‘racial’ surgiu apenas no século 19, particularmente com a obra do francês Gobineau, que, inspirando-se na obra de Darwin, introduziu formalmente o termo ‘raça’ para combater todas as formas de miscigenação, estabelecendo distinções entre raças inferiores e superiores, a partir de características supostamente naturais [...] e apenas no século 20 que surgiu a palavra “racismo”, que, conforme Houaiss, é uma crença fundada numa hierarquia entre raças, uma doutrina ou sistema político baseado no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais. Com isso, o racismo se torna preconceito contra pessoas julgadas inferior-

res e alimenta atitudes de extrema hostilidade contra elas, como a separação ou o apartamento total – o *apartheid* – e a destruição física do *genos*, isto é, o genocídio [...] Em outras palavras, o racismo é uma ideologia das classes dominantes e dirigentes, interiorizada pelo restante da sociedade” (Chauí, “Contra a Violência”, Portal da Fundação Perseu Abramo, 2007).

Nos anos 1960, Florestan Fernandes cunhou a expressão “mito da democracia racial” e abriu brecha teórica para o entendimento da democracia racial como mito nacional, uma ideologia dominante criada pelas classes dirigentes para alienar os trabalhadores negros.

Em contraponto, o Movimento Negro brasileiro reinterpreta politicamente o conceito de raça para desconstruir o mito da democracia racial e afirmar a identidade de negros e negras, mobilizar a ação de protesto contra as péssimas condições de vida e fortalecer a consciência antirracista dos trabalhadores.

Nesse contexto, reafirmamos “raça” e o racismo como uma construção histórica, social e política da sociedade brasileira, categorias de exclusão social, através das quais os negros e negras são despojados de direitos e sua condição de classe e étnico-racial atuam como elemento determinante do lugar social e político ocupado pela população negra, a cidadania de segunda classe.

Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes demonstra que, com a chamada “abolição da escravatura”, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sociorraciais, a recompõe sob a ótica da acumulação do capital. Isso ocorreu porque, com a transição do modo de produção escravista para o trabalho assalariado, o valor da reprodução da força do trabalho dos (as) trabalhadores (as) negros (as) foi determinado socialmente a partir de uma cultura política de discriminação, preconceito e desvalorização da matriz cultural africana. Sabemos que a força de trabalho é valorizada coletivamente, e não por currículos individuais com domínio da tecnologia. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incide como fator de barateamento do valor da força de trabalho dos negros e das mulheres.

É a partir dessa compreensão teórica que afirmamos que é desigual a condição dos trabalhadores negros e negras. O processo de exclusão do traba-

lhador(a) negro(a) é mediado por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica vigente. Ou seja, o mito da democracia racial tem o papel de negar a desigualdade de oportunidade entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Isso acaba por delinear um quadro no qual a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. Quanto mais o trabalhador for identificado com a matriz africana, maior será o grau de discriminação e preconceito, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura do emprego ou o recebimento dos mais baixos salários. No dia a dia este fato é reconhecido no desemprego, no subemprego e na rotatividade da mão de obra, determinando o empobrecimento contínuo da população negra.

A compreensão da marginalização social dos trabalhadores negros, assim como a sua superação, só será possível se admitirmos a centralidade da contradição de raça, classe e gênero no interior da classe trabalhadora. **Esse é o primeiro passo** para construirmos a identidade política de negros e negras na luta pelo socialismo.

“O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo”. Ao relembrar esse princípio do 7º Encontro Nacional do PT, queremos ir mais além, reafirmando que socialismo e democracia não combinam com racismo, machismo e homofobia.

O 3º Congresso Nacional do PT consolida o caráter socialista do partido e compreende que o socialismo democrático é um processo histórico de construção permanente. O PT, como um partido democrático e popular, deve ampliar o espaço público de participação popular, o controle social do Estado e estimular a participação das maiorias e das minorias sociais.

A democracia é, para nós, a invenção permanente de direitos e reinvenção cotidiana da política. Portanto, a superação do racismo, do machismo e da homofobia e de todas as formas de preconceito e discriminação requer comprometimento e apoio efetivo do PT, dos governantes, gestores e parlamentares e o engajamento político dos movimentos sociais para a superação das relações desiguais de raça, gênero e classe. Isso requer, além de uma ousada elaboração de um projeto político de inclusão social de negros e negras, o engajamento efetivo dos petistas, a participação concreta da liderança negra nos processos decisórios do PT e nos centros de poder do Estado brasileiro.

Se queremos ampliar o espaço público e controle social do Estado, se queremos construir o socialismo democrático, isso requer o compromisso do PT com a liderança negra no mesmo nível de respeito e dignidade com que trata e interage com outras forças políticas da sociedade brasileira.

Este é o segundo passo para construirmos uma nova sociedade com a tradição e experiência das lutas populares, como o Quilombo dos Palmares, a Conjuração Baiana ou a Revoltas dos Búzios, as greves dos trabalhadores negros e brancos por todo século XIX e XX, as lutas pela posse da terra e contra todas as formas de discriminação.

Uma sociedade onde o pluralismo, a auto-organização e a democracia são marcos fundamentais. O socialismo que queremos se constrói a partir das experiências das lutas dos nossos ancestrais, a exemplo de João Cândido, Carlos Marighella, Santo Dias, Lélia González e Hamilton Cardoso, que tombaram para garantir muitas das nossas conquistas.

O socialismo que queremos se constrói com a resistência das lutas populares. O socialismo que queremos tem a ver com a democracia social capaz de oferecer igualdade de condições e liberdade de participação para todos os grupos sociais, respeitando a diversidade étnica e cultural da nossa população.

Para avançarmos nesta direção com passos firmes é necessário planejarmos, inventarmos novas estratégias e definirmos metas de superação pautadas nas políticas de ações afirmativas. Até que atinjamos uma democracia econômica capaz de superar a lógica perversa da produção, circulação e distribuição capitalista das mercadorias e garantirmos o sentido social e coletivo dos bens na cidade e no campo. Uma democracia política que seja capaz de transformar o potencial dos diversos movimentos sociais em movimentos políticos na medida que amplie o espaço de poder desses mesmos grupos e movimentos.

O SOCIALISMO QUE QUEREMOS CONSTRUIR

A democracia será a referência estratégica para a construção do nosso modelo de socialismo. Uma democracia alicerçada na participação organizada das massas e que seja capaz de articular representação com participação direta.

A pluralidade também deve ser um referencial da ação petista para a construção do socialismo. Mesmo tendo clareza de que é necessária a existência de uma direção em todo o processo, não devemos propugnar pela direção

de um único partido ou de uma força social. Ao contrário, devemos buscar nossos aliados estratégicos para a formulação de um projeto socialista para o Brasil. Da mesma forma, o PT deve afirmar compromissos públicos de que a direção deste processo, em todos os momentos e estágios, estará pautada pela democracia e pela pluralidade.

A separação entre as funções de partido e Estado deve ser a referência central das ações de um governo no regime socialista. As experiências vividas mundo afora demonstraram os equívocos cometidos nesta relação.

Se o compromisso primeiro é com a democracia, é preciso reafirmar que não há democracia sem liberdade de opinião e expressão, bem como distribuição de renda e riquezas. O PT deve avançar também na concepção de um socialismo libertário, comprometido com a superação de todas as formas de opressão e de discriminação. A reafirmação da defesa dos direitos humanos é um imperativo de luta.

Nosso compromisso com a humanidade se dá através da busca pela eliminação de todas as injustiças e formas de discriminação, contribuindo para a afirmação de novos padrões de relação social. Esta perspectiva – que inclui o reconhecimento dos direitos da infância, das mulheres, dos povos indígenas, dos idosos, negros e negras, das comunidades tradicionais, das pessoas com deficiência e altas habilidades, da livre orientação sexual, do direito a terra, à moradia, ao trabalho, à saúde, à alimentação, à vida em sua forma plena e tantos outros direitos – é profundamente anticapitalista, na medida em que o capitalismo se caracteriza por um anti-humanismo que se revela na naturalização da exclusão.

A relação com o meio ambiente deve constituir outro foco dentre os principais na luta pelo socialismo. Não há socialismo sem a defesa de um desenvolvimento sustentável. Hoje, a própria sobrevivência da humanidade está em jogo, independentemente do sistema socioeconômico. O firme posicionamento em defesa da vida e da natureza deve ser um dos pilares de uma nova sociedade.

A transição de sociedade que o PT quer construir deve defender o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção; a universalização da educação; os investimentos em conhecimento e pesquisa; o acesso universal aos bens culturais; o controle e taxaço do capital improdutivo e das grandes fortunas; as reformas profundas nas estruturas de ocupação e de exploração das terras e no planejamento e desenvolvimento das cidades.

A defesa da paz em todas as circunstâncias e a denúncia da banalização da guerra e da violência precisam constar claramente em nosso projeto socialista. A guerra de qualquer natureza atinge fundamentalmente os trabalhadores e suas famílias, pois as classes dominantes têm seus meios de proteção, além de ser inaceitável utilizar a violência como meio de solucionar os conflitos internacionais. Da mesma forma, temos de desenvolver políticas para prevenir a violência na sociedade, especialmente por parte das forças repressivas, nas relações pessoais e no meio escolar. O compromisso com a paz faz parte da história da esquerda contemporânea e deve ser resgatada com muita ênfase pelo PT.

A construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previstos nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no V Encontro (1987), bem como na resolução “Socialismo Petista”, aprovada no VII Encontro (1990) e referendada no 1º e 2º Congressos. Esta reafirmação não dispensa que façamos um debate sobre as formas de transição ao socialismo adequadas à contemporaneidade.

Para que este debate tenha uma profundidade devida, a Fundação Perseu Abramo deverá promover uma mesa permanente de discussão sobre o tema em todo o país. Dela deverão participar, além da militância petista, intelectuais orgânicos de esquerda para possibilitar a reflexão sobre a totalidade das experiências vividas e propostas programáticas em voga sobre o socialismo.

SOCIALISMO E ESTRATÉGIA

A partir de sua definição sobre o socialismo, nosso partido deve elaborar uma estratégia adequada ao atual período histórico.

A estratégia que adotamos na primeira década de vida do partido foi sistematizada por dois encontros nacionais: o 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989).

As resoluções destes encontros afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.

O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional,

articulando as tarefas antilatifundiárias, antimonopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.

A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter democrático-popular. A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.

Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.

Evidente que não cabe retomar, sem mediações, a estratégia democrático-popular, tal como definida no 5º e no 6º Encontros. Evidente, também, que ao reafirmarmos o PT como partido socialista e reconstituirmos a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação, não estaremos criando automaticamente as condições políticas necessárias para implementar na sociedade brasileira um projeto socialista.

Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.

Trata-se de dar continuidade à elaboração estratégica dos anos 1980, adequando a estratégia do PT a este novo período histórico. Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas. Palavras do 6º encontro nacional do PT (1989), que continuam atuais, quase 20 anos depois.

O BRASIL QUE QUEREMOS

O Brasil que queremos é um país livre, justo e soberano. Um país fundado na solidariedade e na igualdade social, e no qual os direitos individuais e coletivos sejam o centro da agenda política.

O Estado brasileiro deve ter seu caráter distributivo fortalecido e seus espaços de participação ampliados. Deve promover o desenvolvimento econômico e social de maneira democrática e respeitando a natureza.

O GOVERNO LULA

O governo Lula caminha no rumo do país que queremos, pois pratica uma política econômica que privilegia o crescimento comprometido com a distribuição de renda e da riqueza, com a recuperação do poder do Estado e da qualidade do serviço público e com um comportamento afirmativo do Brasil perante o mundo.

O governo Lula está mudando o Brasil. Está rompendo as tradições elitistas, clientelistas e patrimonialistas que historicamente fizeram com que direitos fossem considerados favores, que privatizaram o Estado e concentraram a riqueza e o conhecimento nas mãos de poucos.

O governo Lula tem um projeto para o país. É um governo que trabalha para que os bancos públicos sejam bancos de fomento e que o BNDES seja o carro-chefe da economia brasileira. Não é um governo dos monopólios, é um governo que apoia a pequena e a microempresa, que apoia a economia popular e a agricultura familiar.

O governo Lula é comprometido com a autodeterminação dos povos, com a integração da América do Sul e com o diálogo entre os países periféricos do mundo. Não é um governo da elite que representa o grande capital, é um governo popular, que está fazendo políticas públicas inclusivas em todas as áreas sociais, que investe em educação, na geração de empregos, na reforma agrária e que defende os Direitos Humanos.

O governo Lula articula desenvolvimento com respeito ao meio ambiente. É um governo que não tem a ideologia do corte de gastos, não trata o funcionalismo público como adversário e nem criminaliza os movimentos sociais.

O governo Lula é um governo de esquerda que constrói os fundamentos de uma verdadeira revolução democrática, essencial para caminharmos na direção de uma sociedade socialista.

HERANÇA MALDITA

O Brasil é um país marcado por séculos de dominação conservadora e autoritária, que impediu a construção de um projeto soberano de nação e que relegou ao país indicadores sociais comparáveis aos dos países mais pobres do mundo.

Apesar dos avanços democráticos dos anos 1980 e 1990, o Brasil chegou ao século XXI como um dos raros países do mundo a não ter realizado plenamente sua reforma agrária, com uma concentração de renda que está entre as mais elevadas do mundo, com a taxa de juros mais alta do planeta, um inadmissível déficit habitacional e oferecendo a crianças, adolescentes e jovens o convívio diário e brutal com violência urbana.

Em 2003, quando Lula chegou à Presidência da República, constatamos que nosso país quase foi à falência com uma dívida externa de 210,7 bilhões de dólares e um “Risco Brasil” acima de 2.000 pontos. Nosso governo soube controlar e reduzir a dívida para 161 bilhões de dólares e o “Risco Brasil” para a casa dos 200 pontos – menor índice de sua história – além de zerar a dívida com o FMI.

A dívida líquida no governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar das privatizações realizadas, saltou de 30% do PIB em 1994 para 55,5% do PIB em 2002 e desde 2004 está recuando. A relação da dívida externa líquida com o PIB passou de 17,4% para 35,9%, relação que em nosso primeiro governo baixamos para 9,4%.

Nossas reservas internacionais foram reduzidas na gestão tucana-liberal de 37,9 bilhões para 16,3 bilhões de dólares, deixando nossa economia absolutamente vulnerável e ameaçando nossa soberania. Nosso governo inverteu a tendência e fez essas reservas crescerem para 158 bilhões de dólares, garantindo a estabilidade necessária.

Nos governos anteriores, o saldo comercial acumulado sofreu um déficit de 8,6 bilhões de dólares. No nosso houve um superávit de mais de 120 bilhões de dólares e um crescimento de mais de 100% em nossas exportações. Os juros, embora ainda elevados, estão hoje em rota francamente descendente, pela primeira vez abaixo dos 12% anuais.

A herança maldita, porém, não foi só econômica. O desemprego atingiu a mais de 13% da população, a violência cresceu fortemente, a cultura passou a depender da vontade do setor privado e as políticas sociais foram cada vez mais fragmentadas e fragilizadas.

Na educação, por exemplo, o compromisso com a qualidade foi abandonado e as escolas públicas passaram a ser sinônimo de sucateamento e desamparo. O ensino superior foi largamente privatizado – comprometendo sua qualidade e se distanciando da tarefa principal do Estado brasileiro, de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

MUDANÇA DE ÉPOCA

A partir do governo Lula vivemos uma revolução democrática que pretende mudar a sociedade pela conscientização da população, não por uma vanguarda política, mas pela ampliação da participação e pela construção de hegemonia. Ao mesmo tempo, o governo propõe mecanismos de defesa contra o retrocesso político, econômico e social. Em nosso país “não vivemos uma época de mudança, mas uma mudança de época”, como disse o presidente do Equador, Rafael Correa, sobre a América Latina.

A grande tarefa que o PT, o governo Lula, os movimentos sociais e as demais forças de esquerda têm pela frente é avançar na construção permanente de um governo democrático e popular com base em um projeto de desenvolvimento de longo prazo para o país, e que já está em andamento.

CONQUISTAS DO PRIMEIRO MANDATO

O governo Lula é de esquerda e a negação disso revela a falta de compreensão dos avanços propostos e alcançados nesses anos de mandato. Basta ver as conquistas obtidas no primeiro mandato.

O Brasil obteve a autossuficiência em petróleo, atingindo a produção de 1,8 milhão de barris/dia. O país produz mais do que consome, superan-

do a vulnerabilidade decorrente das oscilações do mercado internacional do óleo combustível.

O governo federal tem atuado também na viabilização econômica e ampliação do uso do gás natural. Criou um novo modelo de gestão para o setor elétrico que garante o planejamento em longo prazo, garantindo-se as condições para evitar déficits no fornecimento de energia elétrica aos consumidores, com tarifas mais baratas no futuro e atento aos danos provocados ao meio ambiente por projetos mal elaborados.

O país avança no biodiesel. A obrigatoriedade da mistura do biodiesel ao diesel do petróleo cria mercado interno potencial e permite competitividade frente a outros combustíveis. Além disso, o programa implantou uma política de inclusão social que beneficia a agricultura familiar e contribui para a desconcentração da renda no país.

Estratégica é a decisão do governo de desenvolver a indústria de defesa nacional para que o Brasil possa não só manter sua integridade e soberania, mas, sobretudo reafirmar e exercer em sua plenitude o seu histórico e inquestionável compromisso de lutar e manter a paz no mundo e na região. Não menos importante é o passo dado pelo governo para a implantação da televisão e rádio digitais, de uma TV pública nacional para democratizar os meios de comunicação de massa, a fim de que todos tenham condições de entender os debates e as disputas políticas e, sobretudo, condições de decidir. Outra significativa contribuição do governo Lula é o desenvolvimento da produção de biocombustíveis, especialmente o etanol derivado da cana-de-açúcar e não a partir de um alimento – o milho – como ocorre nos Estados Unidos. O PT reconhece a importância da produção dessa energia renovável para a geração de emprego e, sobretudo o papel altamente positivo que ela poderá ter para libertar da dependência do petróleo os países mais pobres do continente africano e da própria América Latina. Contudo, o Partido dos Trabalhadores condena de forma enfática o ritmo de trabalho extenuante a que vem sendo submetidos cortadores de cana em diversas usinas, particularmente no estado de São Paulo. Incorporamos a campanha pela implantação da Empresa Brasileira de Agroenergia.

O programa Brasil Alfabetizado atendeu mais de 7 milhões de pessoas em 2006. Com a aprovação do Fundeb, o atendimento será ampliado de 30,7 milhões para 47,2 milhões de alunos, com investimentos adicionais da União de 4,3 bilhões de reais por ano.

Pela primeira vez houve distribuição de livros didáticos (português e matemática) e merenda escolar no ensino médio, e o repasse por aluno/dia aumentou 69% no ensino fundamental e 266% na educação infantil.

A criação do Prouni permitiu oferecer 250,9 mil bolsas de estudo para o ensino superior em 2005 e 2006, beneficiando jovens de baixa renda. Foram criadas quatro novas universidades públicas, seis passaram de faculdades para universidades e estão sendo implantados ou consolidados 48 campi.

Ações inovadoras para a juventude beneficiaram 440 mil jovens pelo Projovem, com ampliação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias para jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental e não têm emprego formal.

O crescimento do emprego formal, com a criação de 4,2 milhões de empregos com carteira assinada somados às vagas no mercado informal e no setor público, ampliam para 5,6 milhões os postos de trabalho criados.

O salário mínimo teve aumento real em todos os anos do governo Lula, chegando a 380 reais por mês. Em março de 2003 comprava 1,3 cesta básica, hoje compra mais de duas cestas básicas. Essa é uma conquista determinante na distribuição de renda e combate à desigualdade no país.

O governo federal iniciou o programa Luz para Todos em 2004 e tem transformado a vida no interior do país. Os atendidos estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural.

O Fome Zero, conjunto de programas e projetos de diversos órgãos do governo federal, permitiu a inclusão social de famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza e a garantia do direito à alimentação a todos os brasileiros. O Bolsa Família, maior programa do Fome Zero, já está presente em 100% dos municípios do país. Com o Programa de Aquisição de Alimentos, mais de 750 milhões de reais foram investidos pelo governo federal na aquisição de alimentos da agricultura familiar, beneficiando 199 mil agricultores familiares, tendo sido atendidas 6,5 milhões de pessoas em mais de 1.500 municípios.

Até maio de 2006 foram construídas 143 mil cisternas, beneficiando 715 mil pessoas nos municípios do semiárido, com investimentos de 239 milhões de reais do governo federal.

Nosso governo deu total prioridade para a América Latina, participando e estimulando a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, o fortalecimento do Mercosul e colaborando com vizinhos como Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia e Haiti. Houve investimentos em ferrovias, ampliação e modernização de aeroportos, melhoria da infraestrutura em 20 portos e início do processo de recuperação da malha viária.

Foram significativos os avanços na saúde, com a ampliação do atendimento de saúde bucal, do Sistema Móvel de Atendimento de Urgência – Samu, a criação das Farmácias Populares e significativa redução da mortalidade infantil.

Aumentamos significativamente os recursos para habitação popular e saneamento. A Lei que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi o primeiro projeto de iniciativa popular aprovado, e aprovamos o novo marco regulatório do saneamento.

Fortalecemos a Federação e colocamos o tema do pacto federativo em pauta. No primeiro governo, estabelecemos uma nova relação com prefeitos e prefeitas. Ampliamos a base tributária própria dos municípios, criamos sistemas públicos nacionais, como o Sistema Nacional de Assistência Social – SUAS e o Sistema Nacional de Cultura – SNC, e buscamos consolidar os já existentes, como o Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama.

Essas conquistas são importantes, mas, sem dúvida, representam apenas o início da mudança pela qual o Brasil precisa passar.

MOVIMENTOS SOCIAIS

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do governo federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo fortaleceu os conselhos, realizou inúmeras conferências e rompeu com a tradição autoritária do Estado brasileiro.

Mesmo quando houve conflito entre as partes, o que é natural numa democracia, a postura do governo Lula representou um enorme avanço, reconhecido por todos os movimentos sociais do país, quando é feita a comparação com governos passados.

O diálogo do partido e dos governos petistas com os movimentos sociais e populares deve ser fruto de um projeto político claro e consistente que reconheça sua autonomia e respeite sua livre organização e protagonismo.

No Brasil que queremos os Movimentos Sociais e Populares não são *correia de transmissão* de qualquer projeto, assumindo papel determinante no aprofundamento da democracia, cujo alicerce primeiro deve ser a ampliação da participação popular nos espaços públicos, o fortalecimento do controle social sobre o Estado e a predominância dos interesses coletivos sobre a lógica do mercado.

POLÍTICA EXTERNA

As mudanças pelas quais o Brasil passa também ocorrem na América Latina e têm consequências no cenário internacional. Temos de ter capacidade e grandeza para entender a importância e o papel do PT, da liderança do presidente Lula e do Brasil no continente e no mundo. Há condições para a América do Sul se transformar numa comunidade de nações e para haver uma integração que deve ser, em primeiro lugar, política e, depois, econômica, cultural e social.

O mundo vive uma época de barbárie fragmentada, enquanto a América Latina está construindo experiências de agregação. Cresce a adesão à democracia em nosso continente, porque as massas populares estão se identificando com as experiências de governos que dialogam com elas e atendem as suas aspirações e reivindicações.

A política externa de nosso governo é importante, também, pelo diálogo aberto com a África e a Ásia, pela ampliação do comércio exterior com os Estados Unidos e a Europa, pela liderança no G20 e pelo papel protagonista exercido pelo Brasil frente às grandes questões da política internacional.

O governo Lula foi firme ao condenar a invasão do Iraque, ao defender a democracia na Venezuela e enviar tropas para garantir a paz no Haiti. Nosso governo tem uma política externa comprometida com a autodeterminação dos povos e não é subserviente aos interesses do grande capital.

O SEGUNDO MANDATO

A partir de nossos ideais e valores socialistas e de uma necessária análise da sociedade brasileira, devemos formular as contribuições do PT para a continuidade da construção do Brasil que queremos.

Além da reforma política e de mudanças na política econômica – com predominância do desenvolvimento sobre a estabilidade – temos de lutar por uma ampla reforma do Estado brasileiro.

Não é só a reforma da gerência e da administração pública, mas a do papel do Estado no desenvolvimento. A batalha ideológica em torno do PAC é esta: o Estado pode ou não financiar e planejar o desenvolvimento? A direita tucano-liberal quer que o Estado apenas financie, mas não planeje. Nós entendemos que deve financiar e planejar. Ao contrário do que eles dizem, o Estado pode mudar a estrutura de renda e a participação do trabalho na renda nacional.

A reforma do Estado deve espelhar as mudanças pelas quais o Brasil está passando. O país está mudando, está sendo apropriado pelas classes populares e tem outra estratégia de desenvolvimento. Não é mais a estratégia que as classes dominantes impuseram, mas a estratégia que o povo escolheu nas urnas.

O PT deve estar preparado para discutir o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE -, que são mais que planos burocráticos, podendo se transformar em grandes caudais de mobilização social, política e cultural. Para isso, precisamos de um partido de pernas firmes.

É evidente a necessidade de uma revolução educacional no Brasil. As medidas adotadas no primeiro mandato (Prouni, Fundeb, as políticas de formação em todos os níveis e modalidades de ensino, a ampliação do alcance dos livros didáticos, o aumento e descentralização de recursos do salário-educação e a recuperação e crescimento das Universidades Públicas) foram fundamentais e deram início a essa revolução, que necessita, no segundo mandato, de maior profundidade e extensão.

A educação pública no país deve se constituir em um dos alicerces do novo Brasil. É na escola, única instituição pública presente em todos os municípios brasileiros, que se deve sedimentar os valores que queremos ver no mundo e assegurar o acesso às condições de produção do conhecimento e da cultura. Para isso, é preciso tornar prioridade nacional a qualidade da educação pública, a partir do debate com a sociedade. O PDE nos oferece essa oportunidade.

Temos de completar a reforma tributária, que não pode se limitar à unificação do ICMS e à criação do IVA, mas ser uma reforma que mude a distribuição de renda na sociedade brasileira. Até agora isso foi feito por meio de políticas sociais e aumento de salário mínimo. Temos de promover a distribuição de renda também pela inclusão no mercado de trabalho e de consumo,

pela política de moradia e reforma urbana, de apoio às pequenas empresas e pela geração de empregos.

É preciso criar o mercado interno que, com a integração da América do Sul, dê dinamismo ao capitalismo brasileiro e promova outro tipo de reforma. A partir daí poderão surgir outros temas em discussão, aparentemente proibidos hoje, como a propriedade social e o caráter da empresa privada. Cria-se, então, uma perspectiva socialista e não apenas de reformas no capitalismo.

Mercado interno se faz com distribuição de renda. Se não houver uma revolução na distribuição de renda do país, vamos perpetuar a cruel desigualdade que conhecemos, principalmente com esse modelo econômico que cria empregos de baixa qualidade e remuneração.

Para mudar isso é preciso cumprir algumas etapas. No Brasil, não existem ainda comissão de fábrica, contrato coletivo ou participação na gestão das empresas. Também não existe uma discussão, apesar dos fundos de pensão, da apropriação do excedente social pelas empresas e sobre as suas políticas de investimentos.

O Brasil está crescendo, criando empregos, mas a qualidade do emprego está caindo. A CUT sabe disso, os sindicatos também, todas as estatísticas mostram isso. Temos de pensar nesse tema com maior profundidade.

TAREFAS PARA O PERÍODO

No programa de governo apresentado na campanha eleitoral de 2006, seis eixos sintetizaram nossos compromissos com o povo brasileiro. Entendemos que eles continuam válidos e devem ser ratificados pelo III Congresso do PT:

- a) Combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade;
- b) Aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento: crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental;
- c) Brasil para todos. Educação massiva e de qualidade. Cultura, comunicação, ciência e tecnologia como instrumentos de desenvolvimento e de democracia;
- d) Ampliação da democracia;
- e) Garantia da segurança para os brasileiros e as brasileiras;
- f) Inserção soberana no mundo.

Não cabe, aqui, reproduzir todo o programa de governo, mas destacamos alguns pontos que entendemos devam ser priorizados pelo governo e pelo partido, todos eles absolutamente compatíveis, senão integrantes, do Programa de Aceleração do Crescimento:

Educação: “A educação de qualidade e ao alcance de todos deve ser entendida como instrumento de produção, organização e difusão de conhecimento e cultura. Deve contribuir para a formação de gerações de brasileiros capazes de compreender criticamente e dar significação aos valores culturais construídos ao longo da história, em diálogo permanente e afirmativo com as demais culturas do mundo”.

O acesso à educação básica, por meio da universalização do ensino fundamental de nove anos deve ser resultado de uma repactuação federativa. É preciso ampliar o atendimento à educação infantil e dar continuidade à reestruturação do ensino médio e do ensino noturno, assim como é preciso avançar na integração das políticas de educação com as de cultura.

Comunicação: Convocar a 1ª Conferência Nacional de Comunicação Social e articular as ações governamentais em educação, cultura e comunicação. É preciso fortalecer a concepção de um sistema de comunicação que combine a atuação do setor público, do setor privado e dos instrumentos de comunicação comunitária.

Criar condições para que um número cada vez maior de localidades possam contar com emissoras de rádios comunitárias, multiplicando os canais de expressão da população, potencializando a circulação das informações e fornecendo conteúdos não necessariamente ligados aos consensos midiáticos da imprensa monopolista.

Povos Indígenas: Avançar no processo de eliminação da herança tutelar, paternalista e integracionista ainda presente no Estado brasileiro, em direção a um novo cenário jurídico, político e administrativo, coerente com os preceitos da Constituição Federal de 1988. Para tanto, é preciso instituir uma nova relação entre Estado e Povos Indígenas e garantir a demarcação, proteção e o desenvolvimento socioambiental das terras indígenas no país.

Mulheres: Deve ser prioridade do governo dar continuidade à implementação de políticas voltadas à igualdade de direitos entre os gêneros, respeitada a identidade das mulheres, dando como exemplo o combate à violência

doméstica e às desigualdades no mercado de trabalho. É preciso que os meios de comunicação e as políticas de educação incentivem a sedimentação de uma cultura de igualdade, com respeito às mulheres e sua diversidade.

Igualdade Racial: Acelerar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e combiná-la com as políticas de cotas sociais e raciais na educação. Adotar medidas especiais para compensar e superar as desvantagens históricas e sociais que atingem a população negra em todo o território brasileiro. Além disso, devem continuar sendo prioridade do governo brasileiro as políticas de regularização fundiária e desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas e tradicionais.

Moradia: Garantir acesso à moradia digna e aos serviços urbanos essenciais, em especial de saneamento básico e transporte público, priorizando a inclusão socioespacial dos assentamentos informais, especialmente das favelas nas regiões metropolitanas.

Regiões Metropolitanas: uma agenda de desenvolvimento para as regiões metropolitanas, onde estão as maiores concentrações de pobreza, desemprego, violência e desorganização do espaço urbano. A articulação do conjunto das políticas de desenvolvimento urbano, sobretudo habitação, saneamento e mobilidade urbana, somadas às políticas sociais e de segurança pública, com foco nas populações que são alvos da transferência de renda e na juventude, deve ser assumida pelos governos federal, estaduais e municipais, fortalecendo novos mecanismos de gestão compartilhada das políticas públicas nesses territórios.

Política Agrícola e Reforma Agrária: A busca de um modelo sustentável dependerá de combinar a Reforma Agrária, o apoio à agricultura familiar, o incentivo ao agronegócio e o equacionamento de seus problemas estruturais de comercialização. Para isso, é preciso gerar um ambiente de produção e trabalho que garanta ampliação da renda agrícola, oferta adequada de alimentos e geração de divisas, com preservação dos recursos ambientais.

Políticas sociais: o Brasil não pode esmorecer no combate à fome e desconcentração da renda. As políticas sociais devem ser integradas de maneira crescente, de tal forma que o PAC não seja apenas um programa de crescimento econômico, mas de desenvolvimento humano.

Segurança Pública: A segurança pública é uma prioridade na agenda política dos brasileiros. Para isso, temos de consolidar e expandir o Sistema Único de Segurança Pública, valorizar os profissionais da segurança modernizar o trabalho policial, investir em sistemas de inteligência, promover uma repressão qualificada às organizações criminosas, reorganizar e modernizar o sistema penitenciário brasileiro e investir maciçamente em participação social na segurança pública cidadã. É inadmissível o grau de exposição de crianças e jovens à violência que temos no país. Segurança tem de ser prioridade nacional.

Reforma Sindical: o PT sempre defendeu uma reforma sindical para democratizar as relações entre capital e trabalho. Essa reforma deve estar baseada nos princípios historicamente defendidos pelo PT, que são a liberdade e autonomia sindical, que passa pelo reconhecimento oficial das centrais sindicais, das organizações por local de trabalho, do acolhimento das convenções da OIT, bem como o direito de negociação ao funcionalismo público.

Inclusão digital: O PT deve trazer para o projeto nacional de desenvolvimento uma forte política nacional de inclusão digital, como necessidade contemporânea do seu compromisso com uma revolução na educação, bem como para a democratização dos meios de comunicação.

Energia: É necessário consolidar os movimentos iniciados no primeiro mandato, a retomada do papel do Estado como planejador, com importante papel nos investimentos e na regulação do setor energético, assim como o apoio às fontes renováveis de energia, em especial os biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Nosso partido, por meio de suas administrações municipais, foi pioneiro na execução das Políticas Públicas de Juventude – PPJs. O governo Lula inaugurou uma discussão nacional sobre a juventude brasileira e implementou programas e projetos visando à redução das desigualdades e a geração de oportunidades para os jovens do Brasil.

É preciso aprovar o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude que tramitam no Congresso Nacional, fortalecendo a Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal como espaço de articulação institu-

cional das PPJs e ampliando a abrangência dos programas para juventude no segundo mandato.

Outra grande contribuição que o nosso partido deve dar para a efetivação do debate e da execução das políticas públicas nos governos estaduais e municipais é a criação de órgãos de gerenciamento e articulação das PPJs e conselhos de juventude que garantam o diálogo institucional com os jovens.

O desemprego entre os jovens ainda é uma dura realidade. A juventude é a mais atingida pela violência urbana e pela escassez dos equipamentos públicos para o esporte, o lazer e a cultura. Os governos do PT devem colocar o tema juventude como uma de suas prioridades, pensando na formação das novas gerações e mantendo viva a nossa esperança por um país mais justo e solidário.

GOVERNABILIDADE SOCIAL E FEDERATIVA

A sustentação deste projeto de mudanças, de rompimento com a dominação conservadora, não pode ficar restrita à bancada de sustentação do governo, ou seja, ao jogo político no Congresso Nacional: é necessária a construção de um bloco histórico que defenda na sociedade o projeto democrático popular, com ampla participação dos movimentos sociais e de meios de comunicação alternativos.

É necessário que governos estaduais e municipais do PT e de partidos da coalizão interajam com o projeto nacional em andamento, contribuindo para a sua formulação e fortalecendo-o regional e localmente, constituindo-se em atores institucionais fundamentais para a efetivação das políticas e para a sua defesa junto à sociedade.

No Brasil que queremos, os partidos de esquerda devem estar juntos, empunhando as mesmas bandeiras e ocupando as mesmas trincheiras. Para isso, o Partido dos Trabalhadores deve buscar, junto ao PCdoB e ao PSB, compor o núcleo da coalizão do governo Lula, de maneira a contribuir para a consolidação de uma hegemonia de esquerda no país e para a sedimentação dessa aliança estratégica para o projeto socialista.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo país é dar consistência e amplitude a um projeto nacional de desenvolvimento que seja alternativo ao neoliberalismo. As questões centrais que devem ser tratadas são:

- a) compatibilizar o crescimento econômico com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade do meio ambiente deve ser uma meta transversal, que permeie todas as iniciativas governamentais e sociais, que esteja presente como princípio na sociedade brasileira;
- b) estabelecer os papéis a serem desempenhados pela áreas estatal e privada na implementação desse novo modelo de desenvolvimento, rechaçando a lógica do Estado mínimo. As parcerias público-privadas não devem ser um modelo universal de investimentos, sendo usadas tão-somente nos casos em que o estado realmente não tenha capacidade de dar respostas de curto prazo;
- c) taxar o capital financeiro, objetivando a desfinancieirização da economia. O sistema financeiro nacional deve viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas, não gerando precarização nas relações de trabalho;
- d) consolidar a inserção comercial do país no mercado mundial sem utilizar da pratica da espoliação dos países pobres tal como fizeram e ainda fazem o G-8 e algumas das economias mais desenvolvidas do globo;
- e) promover uma reforma agrária ampla, capaz de democratizar o acesso à terra e consolidar o homem do campo em seu ambiente, combatendo o latifúndio;
- f) combater a violência e a criminalidade de forma sistêmica, investindo em assistência social e traçando um plano nacional de segurança de longo prazo, capaz de atender às mais diversas realidades urbanas e rurais do país, balizado pelos direitos humanos e pelo respeito à vida;
- g) inserir o Brasil no ambiente internacional com austeridade e soberania, divulgando uma cultura de paz, contra todas as guerras, fortalecendo as alianças sul-sul e entre países em desenvolvimento e empoderando o Mercosul na integração latino-americana;
- h) implantar em todo o território nacional uma infraestrutura de transportes adequada às nossas perspectivas de crescimento. Os modais aéreo, rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário precisam de pesados investimentos par que o país possa contar com uma logística eficiente e que nos permita chegar com preços competitivos no cenário do comercio internacional. Precisamos de mais e melhores aeroportos e portos; estradas que não representem riscos ao escoamento da produção e aos motoristas; e expansão das ferrovias, que devem passar e ser uma alternativa real de transporte;

- i) compreender as Forças Armadas como reserva estratégica para a defesa nacional necessariamente subordinada ao poder civil. Exército, Marinha e Aeronáutica precisam adequar sua ideologia a um mundo em que a integração dos povos e cooperação devem ser os valores preponderantes. Isso não lhes diminui o papel da garantia da nossa soberania, com vistas principalmente á manutenção do domínio brasileiro sobre nossas riquezas naturais (Amazônia, água, plataforma continental etc.), mas lhes impõe novas tarefas no cenário da globalização;
- j) primar pelo resguardo e bom uso de nossos recursos naturais. Não admitiremos a espoliação de nosso petróleo, nossa água e nossos minérios dos mais variados tipos. A Petrobras tem de continuar em seu papel de principal gestora de nossa política de combustíveis, valorizando as energias alternativas (biodiesel, álcool, H-bio) e servindo de modelo para outros países. A geração de energia elétrica deve ser mediada pelo respeito ao meio ambiente, garantindo por outro lado uma matriz que atenda aos anseios de desenvolvimento de nossa sociedade. O Brasil é dono da maior quantidade de água potável do mundo entre os Estados nacionais, com bacias como a do Rio Amazonas, do Pantanal e aquíferos como o Guarani. A água é o petróleo do futuro, sendo um elemento estratégico para nosso país. Assim, é crucial que tenhamos políticas de preservação e bom uso desse recurso. A discussão sobre a licitude da privatização e o apoio ao plebiscito popular que discute o leilão da Vale do Rio Doce devem estar entre as bandeiras do PT para o próximo período, pois somente assim voltaremos a ter soberania sobre nossos recursos minerais.

EM DEFESA DO GOVERNO LULA

A nota da Executiva Nacional de 31 de julho alerta o PT e as forças democráticas e populares para a continuidade da luta política no segundo governo Lula e, em especial, para a ação desestabilizadora da direita. Mais importante ainda, propõe a retomada dos esforços pela unidade de esquerda e do movimento social em defesa do governo e em defesa da democracia e da concretização do programa eleito junto com o presidente Lula.

A partir destes pontos iniciais é essencial que o PT desempenhe um papel claro na sociedade e no governo. Esse papel será tão mais claro quanto

maior for a compreensão do caráter das mudanças em curso e, por decorrência, dos conflitos postos e dos que estão pela frente. É frente a eles que o PT tem que se preparar e atuar com uma plataforma de transformação, integrando nossa ação no presente com as nossas perspectivas socialistas.

Nossa vitória em 2002 interrompeu a hegemonia neoliberal e abriu caminho para o difícil processo de enfrentamento e superação da dependência externa e das imensas desigualdades sociais, econômicas e políticas na sociedade brasileira. A reeleição de Lula, especialmente no confronto do segundo turno, derrotou a intenção de volta do neoliberalismo e colocou como possibilidade avançar numa transição política, social e econômica para um projeto de nação e de desenvolvimento beneficiando e chamando a participação da imensa maioria dos brasileiros. Por isso mesmo, contou com o apoio ativo dos movimentos sociais e das forças de esquerda mais representativas. E, sobretudo, contou com a manifestação inequívoca da maioria do povo que ficou ao nosso lado e votou por mais mudanças.

Nesse processo desenvolvido até agora, fortes interesses foram contrariados. Em primeiro lugar, aqueles que vêem o poder como algo exclusivo da burguesia e dos seus prepostos. Em segundo lugar, aqueles que lucravam com e apostavam na contínua submissão do Brasil aos interesses do imperialismo e da globalização. Em terceiro lugar, aqueles que controlavam os recursos públicos e privatizavam o Estado e que repudiam as políticas sociais de inclusão e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e dos excluídos. Em quarto lugar, aqueles que perderam a presença policial do Estado em defesa dos seus interesses minoritários, que sempre responderam à questão social com repressão e que não admitem uma relação democrática e de diálogo com os movimentos sociais.

O segundo governo do presidente Lula pode consolidar um novo ciclo político da revolução democrática no Brasil: pela natureza da derrota que infringimos à direita neoliberal restauradora; pela derrota que submetemos à maioria da mídia – que sustentando teses udenistas do falso moralismo apostou na derrota do PT e da esquerda – e porque nosso primeiro governo contribuiu, ainda que aquém do possível, para a formação de um novo bloco social e político capaz de dar sustentação a um novo modelo de desenvolvimento alternativo ao projeto neoliberal.

Para o PT este novo bloco social e político deve apontar, fundamentalmente, para a resolução de três tarefas históricas:

- | a tarefa de desatrelamento definitivo do modelo falido do Consenso de Washington, que reduz as funções públicas do estado e põe a economia a serviço da especulação financeira internacional e da manutenção do padrão de dominação das classes dominantes do centro orgânico do capitalismo mundial;
- | a tarefa de promover uma profunda reforma do estado e uma reforma política capazes de democratizar a relação Estado-Sociedade, de constituir formas de participação direta da cidadania; de desburocratizar e desprivatizar o Estado, e, ainda, de acionar mudanças para democratizar e modernizar os processos eleitorais;
- | a tarefa de consolidar altos níveis de crescimento com distribuição de renda e riqueza, ampliação dos direitos dos trabalhadores, inclusão social, sustentabilidade ambiental, e fortalecimento da economia nacional de forma a colocar o país à altura das disputas políticas e econômicas mundiais.

Estas três tarefas históricas e o conjunto de programas setoriais devem ser transmitidos à sociedade a partir de uma síntese política que simbolize a construção de um novo projeto de nação, amparado por objetivos estratégicos que contrastem com os objetivos de neoliberalismo-restaurador. Através desta síntese devemos retomar a iniciativa política na sociedade, criando as condições para a implementação do nosso programa de governo, para a construção do novo bloco histórico, para a legitimação dos novos sujeitos na cena política e social, enfim, para a construção de uma nova correlação de forças, consolidando um processo de mudanças com democracia e participação popular.

É papel do PT apresentar um programa de transformação do Brasil e é papel, conferido pela nossa autonomia partidária, apontar os limites da ação do nosso próprio governo e lutar por avanços coerentes com os interesses sociais que representamos. Mas o partido só se mostra dirigente e capaz de representar um papel transformador se desenvolve esse labor participando de forma inequívoca de todos os conflitos, assumindo o lado dos trabalhadores e do povo, enfrentando a reação conservadora e propondo avanços democráticos.

Por isso, o PT assume incondicionalmente a defesa do governo Lula, denuncia os diversos complôs da direita e seus objetivos de retrocesso neoliberal. O PT se dirige aos movimentos sociais, às demais forças de esquerda e

aos segmentos democráticos para propor uma frente de ação pela democracia e um amplo movimento político-social para mudanças de caráter democrático e popular em nosso país articulado com ações correspondentes no campo internacional, especialmente na América Latina.

É preciso reforçar, na base partidária e nos movimentos sociais os eixos centrais constitutivos de uma nova matriz de desenvolvimento, em oposição à matriz neoliberal:

- | a defesa da transição para um modelo econômico de altas taxas de crescimento, distribuição de renda, soberania nacional e ativo papel do Estado na economia;
- | a defesa da transição para um novo modelo político democratizado e com participação popular, em defesa da reforma política democrática, das diversas formas de iniciativa e participação popular, e da democracia participativa
- | as reformas socioeconômicas para a democratização da propriedade e da renda (agrária, tributária, urbana) e o aprofundamento das políticas públicas de educação, saúde, segurança e inclusão social;
- | o avanço na unidade sul-americana.

REFORMA POLÍTICA E CONSTITUINTE EXCLUSIVA

A democratização do país passa, além da luta contra os monopólios da comunicação, por modificar o sistema político, eleitoral e partidário.

É preciso debater e aprovar medidas sobre temas como: a convocação de plebiscitos para decidir questões de grande alcance nacional; a simplificação das formalidades para proposição de iniciativas populares legislativas; a convocação de consultas, referendos e/ou plebiscitos em temas de impacto nacional; o Orçamento Participativo; a correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar; a revisão do papel do Senado, considerando o tempo de mandato, a eleição de suplentes e seu caráter de câmara revisora; a fidelidade partidária, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o voto em lista pré-ordenada, o fim das coligações em eleições proporcionais; o fim da reeleição para todos os cargos majoritários a partir das próximas eleições; e a proibição do exercício de mais de três mandatos consecutivos no mesmo cargo.

O financiamento dos processos eleitorais não deve contribuir para a privatização do Estado, mas para a preservação de seu caráter público. A implantação, no Brasil, do financiamento público exclusivo de campanhas, combinado com o voto em listas pré-ordenadas, permitirá contemplar a representação de gênero, raça e etnia.

A reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional, que já demonstrou ser incapaz de aprovar medidas que prejudiquem os interesses estabelecidos dos seus integrantes. Ademais, setores conservadores do Congresso pretendem introduzir medidas como o voto distrital e o voto facultativo, de sentido claramente conservador.

O Partido dos Trabalhadores defende que a reforma política deve ser feita por uma Constituinte exclusiva, livre, soberana e democrática.

Para que isso seja possível, a reforma política deve assumir um estatuto de movimento e luta social, ganhando as ruas com um sentido de conquista e ampliação de direitos políticos e democráticos.

Dentre as propostas do PT para a reforma política, ganham destaque duas medidas: a que proíbe o financiamento privado nas campanhas eleitorais e a que estabelece o voto em lista pré-ordenada.

Adotadas, estas medidas terão como efeito coibir o poder econômico do Capital no processo eleitoral, fortalecer os partidos políticos, enfrentar a crise de representação institucional que hoje atinge índices alarmantes e combater as fontes da corrupção sistêmica.

O Diretório Nacional do PT agiu corretamente ao fechar questão em apoio ao financiamento público de campanhas, à lista fechada e pré-ordenada de candidatos/as, à fidelidade partidária e ao fim das coligações proporcionais. O 3º Congresso do PT reafirma que estas medidas, ao lado das que garantem protagonismo popular no processo político, constituem o núcleo da reforma proposta pelo partido.

A derrota da reforma política, na atual legislatura, teve várias causas, entre as quais o reduzido conhecimento popular sobre o que estava em jogo, a campanha movida pelos grandes meios de comunicação, o apoio de grande parte dos parlamentares às regras que os elegeram, a oposição do PSDB, a divisão entre os partidos de esquerda e na bancada do próprio Partido dos Trabalhadores e, finalmente, a atitude do governo federal que não orientou sua base de apoio a votar a favor da reforma política.

O 3º Congresso determina que, na composição das listas parlamentares que o PT vai apresentar nas próximas eleições, sejam adotados critérios de seleção ainda mais rigorosos, incluindo o compromisso de apoiar a reforma política nos termos apontados pelo Congresso partidário.

A reforma política é essencial para a democracia. Por isso mesmo, ela só virá se for conquistada pela soberania popular. O caminho para isto é o desencadear de uma campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para realizar a reforma política, com mandatos eleitos especificamente para promover a reforma das instituições políticas do Estado nacional.

Neste sentido, o 3º Congresso Nacional do PT mandata o diretório Nacional para proceder os encaminhamentos de contato com outras entidades e partidos que compartilhem da proposta, precisar as questões referentes ao processo convocatório e determinar os prazos para desenvolvimento da campanha.

UM SISTEMA FEDERAL DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O 11º Encontro Nacional do PT, de dezembro de 2001, em Recife, aprovou no documento “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil”, coordenado pelo saudoso Celso Daniel, no seu item 73:

a redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa – uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais – deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à cogestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e delibera-

ção envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia com a cultura clientelista e com os valores neoliberais.

Considerando, a partir desse pressuposto, que:

- | Para um governo de esquerda a participação, organização e mobilização popular são fundamentais para garantir a governabilidade democrática;
- | Os governos democráticos e populares combinam a ideia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos historicamente excluídos com formas inovadoras de participação popular através da democracia participativa, materializada em experiências exitosas como o Orçamento Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e no diálogo com os movimentos sociais;
- | Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo.

O 3º Congresso do PT decide lutar:

- a) pela implantação do Orçamento Participativo Nacional;
- b) pela efetivação das Conferências Nacionais de Políticas Públicas;
- c) pela gestão democrática das empresas públicas;
- d) pela participação democrática nos planos de desenvolvimento nacional.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008

As eleições municipais de 2008 serão muito importantes para a sustentação do governo Lula, para fortalecer as condições de nova vitória em 2010, para reforçar o papel histórico do PT como partido central da democracia brasileira, e para aprofundar a revolução democrática em curso.

Já na reeleição de Lula sentimos o quanto foi importante e positivo a atuação das nossas prefeituras e dos nossos vereadores. O tratamento dado pela mídia ao nosso governo na crise aérea mostra quantos ataques vêm pela

frente. Redobra-se, por isso, a importância de uma vitória eleitoral significativa do PT nas eleições municipais. Ajuda muito a lhe dar respaldo.

Em cada cidade, as decisões da maioria da população nas eleições são tomadas em torno dos assuntos municipais, do prestígio na cidade dos candidatos e do partido, da esperança aberta na população local por nossas alternativas. Mas, é inegável que também influenciam nos resultados a imagem do partido na sociedade brasileira, bem como a opinião popular sobre o nosso governo federal. O governo Lula precisa de nós e nós precisamos dele.

O programa a ser levado pelos nossos candidatos(as) deve expressar sua identidade com os principais anseios do povo, sua factibilidade nas condições locais e conjunturais, sua forte relação com as práticas de inclusão social e de democracia participativa, sua distribuição nos diversos territórios do município e nas diversas camadas sociais, sua condensação em algumas ideias-chave que se identifiquem com a alma popular. Deve também se fundar na credibilidade e no enraizamento social dos candidatos(as) escolhidos(as) para realizar o conteúdo deste programa, e na força de alianças que levem à vitória e à governabilidade posterior dentro do programa proposto e dos princípios éticos na administração pública.

Esta será a primeira eleição local depois da crise de 2005 e da dura campanha que atingiu o PT. Para superá-las devemos reafirmar o combate à corrupção e desenvolver nossas campanhas eleitorais com tratamento bastante rígido nesta questão. Precisamos reconquistar uma parcela do povo, em especial na classe média, que se afastou de nós por causa disso.

A eleição de vereadores(as) onde ainda não acumulamos força para eleger prefeito(a), é essencial para o enraizamento local do partido e a potencialização de nossa ação institucional, social e partidária em busca de uma maioria social. Por isso, na maioria das cidades onde ainda não criamos força local suficiente para ter a maioria ao nosso lado nas eleições, o objetivo principal deve ser acumular forças elegendo vereadores(as) e fazendo uma boa campanha dentro de uma estratégia de maior prazo. O lançamento de candidatos do PT a prefeito(a), é um caminho desta estratégia. Outro caminho é o apoio a uma candidatura aliada que tenha proximidade com os princípios e práticas que o PT defende.

A deliberação sobre coligações proporcionais e majoritárias deverá ser feita, obrigatoriamente, em Encontro Municipal.

As direções partidárias nacional e estadual devem auxiliar as direções locais a preparar corretamente as campanhas às eleições de 2008, estar presentes na escolha de caminhos e da unidade, mobilizar os quadros experientes do partido nestas tarefas, especialmente nossos atuais governantes locais. Caberá à Direção Nacional definir as orientações e normas sobre alianças. Os bons resultados em 2008 farão o Brasil avançar na revolução democrática que estamos construindo ao longo da história do PT e ajudarão a construir as bases de uma nova vitória do PT em 2010.

TÁTICA ELEITORAL PARA 2008 E 2010

Na nossa estratégia eleitoral é fundamental que o PT construa vitórias importantes em 2008, fortalecendo nossa base política para 2010.

O PT deve se colocar como dirigente da condução do processo sucessório presidencial. Temos de preservar a coalizão governamental, aperfeiçoar e ampliar essa base de sustentação, sem esquecer a defesa intransigente dos interesses do PT, dos trabalhadores e dos movimentos sociais que nos sustentam.

O PT deve organizar um amplo processo de debate interno para formular, a partir de nossas experiências no governo federal e nos avanços até lá alcançados, um programa para o mandato 2011/2014 e, a partir dele, apresentar uma candidatura petista à sucessão de Lula capaz de liderar, juntamente com outros partidos, uma ampla aliança partidária e social e vencer as eleições de 2010.

O PT apresentará uma candidatura a presidente a ser construída com outros partidos e, assim, formar uma aliança programática, partidária e social capaz de ser vitoriosa nas eleições de 2010. E impedir o retorno do neoliberalismo.

DIREITOS HUMANOS

O restabelecimento de laços de confiança entre as organizações de esquerda e as militâncias passa pela reafirmação de princípios, valores e estratégias de luta. Na presente quadra histórica, quando a perspectiva socialista já não aparece tão nítida, em um contexto de perda de referenciais ideológicos, os Direitos Humanos permanecem como bandeira universal, identificada como patrimônio da esquerda. Contra a tese neoliberal do “fim da história” alardea-

da por Francis Fukuiama, o historiador Eric Hobsbawm e o filósofo Norberto Bobbio apresentam as características da esquerda de hoje. Eles assinalam a luta pelos Direitos Humanos e pela sustentabilidade na relação com o meio ambiente como bandeiras capazes de conformar a estratégia política de uma esquerda coerente com seus fundamentos de solidariedade, apta a responder aos desafios políticos das próximas décadas. Aceitamos essa premissa justa e democrática, cuja legitimidade tem sido comprovada no Brasil como em outros países. À mercê da voracidade capitalista global, vilipendiados pelo retrocesso Bush pós-11 de setembro de 2001, assistimos, perplexos, ao confinamento de prisioneiros de guerra sem direito a defesa e assistência jurídica em Guantânamo e em unidades militares secretas dos EUA na Europa, à invasão do Iraque – e uso descarado da tortura nesse país –, apoiada por nações de tradição na defesa dos Direitos Humanos – Grã-Bretanha, Espanha e Itália. A morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo, vítima da violência política, simboliza a trágica condição dos Direitos Humanos, acudados entre investidas do terrorismo e do imperialismo. Acompanhamos também, entretanto, a derrota eleitoral de Bush nas eleições para o Congresso, a de Berlusconi na Itália e a de Aznar na Espanha; e principalmente, o recente movimento de revalorização da ONU. Estes são sinais de que, sem Direitos Humanos, não há como garantir a paz, a segurança coletiva e o desenvolvimento com justiça. Na América Latina, a esquerda ressurge com uma nova mensagem, que inclui a dimensão dos Direitos Humanos na afirmação da identidade nacional e étnica dos países da região. A luta pelos Direitos Humanos é um caminho sem volta. A pesquisa teórica e instrumental no campo dos Direitos Humanos não passou ao largo da luta mais ampla por hegemonia ideológica. Sua dinâmica provocou, nas últimas décadas, como resultado, a incorporação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais às prioridades de Estado. O reconhecimento e a defesa desses direitos pelos países socialistas, principalmente no período da Guerra Fria, concretizaram-se no Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), documento complementar ao Pacto Internacional de Direitos Humanos Cíveis e Políticos, este mais difundido. O Brasil, ao lado da maioria das atuais nações, é signatário de ambos os pactos firmados no âmbito da ONU.

O Pidesc alargou a amplitude do conceito de Direitos Humanos no Brasil e no mundo. Essa dinâmica enriqueceu a agenda tradicional do setor

com a força dos movimentos de diversos campos de atividades e de conhecimento. Estes, por sua vez, receberam da luta pelos Direitos Humanos algo além da contribuição dos interesses corporativos, ao quais, muitas vezes, restringem o alcance do debate e limitam a capacidade de aglutinação necessária aos avanços sociais. Alguns exemplos dessa ampliação foram as alianças entre organizações de Direitos Humanos e movimentos dos sem-terra, pela moradia urbana, dos atingidos por barragens, do movimento feminista. Esses e outros movimentos, ao associarem-se à plataforma e à militância dos Direitos Humanos, potencializaram novos aliados e conquistaram maior legitimidade e visibilidade, o que contribuiu para que suas ações se tornassem efetivas. No Brasil, as articulações que nascem sob o signo dos Direitos Humanos têm se estendido por organizações civis de diversos campos, envolvendo, também, instituições em todos os níveis e esferas do poder público. Trata-se de uma bandeira que une e mobiliza agentes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, ministério público, defensorias públicas, organismos internacionais, comunidade escolar. Na luta pelos Direitos Humanos, já é comum a ação em rede, cujos resultados são visíveis na moderna legislação do setor, na valorização da diversidade e na participação das organizações civis no debate das políticas públicas.

O PT, desde seu princípio, dotado de grande capilaridade e uma história de participação nos diferentes movimentos sociais, culturais e ambientais, pode se orgulhar mais do que qualquer agremiação política de ser parte empreendedora e constitutiva da vasta rede de prevenção, proteção e promoção dos Direitos Humanos. Inversamente, a associação do PT com os Direitos Humanos tem beneficiado o partido. A atuação nessa área permitiu que se projetasse uma imagem do partido de agente mediador de conflitos, capaz de fazer o enfrentamento ao poder dominante, promover negociações, promover o exercício de direitos e de acesso à justiça. Não devemos deixar que o pensamento humanista, inoculado na praxis de nossa militância desde os primórdios do partido, deixe de referenciar nossa atuação. Não se propõe, aqui, uma novidade. Afinal, Direitos Humanos e o PT cresceram juntos na década de 1980 e não há como dissociar as mobilizações dos defensores dos Direitos Humanos do nascimento do partido: as lutas contra a censura, pela anistia, a exigência da verdade sobre os mortos e desaparecidos políticos, a criação do novo sindicalismo, o florescimento dos grupos libertários de mulheres, gays e lésbicas, o movimento estudantil, a defesa da moradia e a luta pela terra.

Direitos Humanos e PT estavam juntos na apresentação das emendas que deram à Constituição de 1988 os avanços democráticos e as conquistas de novos direitos sociais. Eram militantes do PT muitos dos que organizaram a rede de centros de Direitos Humanos na sociedade civil, inclusive os oriundos de organizações religiosas.

Em 1995, o Encontro Nacional do PT, em Vitória, Espírito Santo, criou a Secretaria Nacional do Partido para essa área, com o objetivo de formular políticas setoriais e articular-se internamente e com a sociedade. A percepção que tivemos da necessidade daquela instância sinalizava a importância que atribuíamos ao assunto. Em suas decisões, a Secretaria contribuiu na definição de programas para as prefeituras administradas pelo PT e fortaleceu nosso compromisso com os princípios dos Direitos Humanos. Seguindo essa trajetória, não surpreendeu a criação, pelo governo Lula, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria da Mulher, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, todas com status ministerial, além de programas sociais com nítida feição humanista, como o Fome Zero, o Bolsa Família, Pró-Jovem etc.

Um marco importante dessa trajetória de compromisso e liderança do PT no tema foi a criação, em 1995, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), espaço público de referência para a sociedade civil, sobretudo para os setores populares, no encaminhamento de demandas ao Congresso Nacional. A CDHM também é um foro privilegiado de mediação de conflitos, de apoio na busca de visibilidade e interlocução, um polo de aglutinação. E é daí que emerge sua força política. No decorrer dos 12 anos da CDHM, ela realizou dez Conferências Nacionais, cerca de 400 audiências públicas e mais um número significativo de videoconferências, reuniões de trabalho e de articulação política, sempre em parceria com organizações civis e outras instituições do poder público. Essa interatividade e o reconhecimento da Comissão como referência para a sociedade e o movimento social não encontra paralelo em qualquer outra comissão do poder legislativo federal. Na esteira dessa experiência vitoriosa, foi criada, em 2005, a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa no Senado Federal. Hoje, ambas as Comissões a da Câmara e a do Senado são presididas por parlamentares do PT. De forma mais ou menos coordenada com essas comissões do Congresso Nacional, atuam as Comissões de Direitos Humanos presentes de Assem-

bleias Legislativas e de centenas de Câmaras Municipais. A participação pe-
tista na criação e consolidação desses órgãos parlamentares é incontestável.
Por intermédio de parlamentares e outros militantes, o PT prestou efetiva con-
tribuição no processo que fez do Brasil país signatário de todas as convenções,
tratados e demais instrumentos internacionais de prevenção, proteção e promo-
ção dos Direitos Humanos. Fomos presença ativa na criação do Plano Nacional
de Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação para Direitos Humana-
nos. Nos estados e municípios, encontram-se em curso mobilizações para criar
os planos nas respectivas esferas, sempre com a atuação de companheiros do PT.
O fenômeno da institucionalização dos Direitos Humanos também está presente
no poder executivo. Além do fortalecimento da Secretaria Especial de Direitos
Humanos pelo governo Lula, nos estados e municípios, tem sido criados, sobre-
tudo na última década, conselhos, secretarias e coordenações especializadas no
enfrentamento dessa questão.

Durante o primeiro mandato de Lula, foram realizadas pelo governo
federal ou com seu apoio 38 conferências nacionais setoriais relacionadas a
direitos humanos. Esses eventos envolveram mais de três milhões de pessoas.
Hoje, a plataforma dos Direitos Humanos aglutina uma vasta gama de setores
organizados, desde os mais veteranos, que lutam pelo direito à memória e anis-
tia política aos perseguidos pela ditadura militar até os jovens militantes, que
combatem as violações na internet, passando por todas as chamadas gerações de
direitos, que incluem mulheres, negros, índios, comunidade GBLT (gays, bis-
sexuais, lésbicas e transgêneros), trabalhadores rurais, população carcerária, etc.
Somados, esses segmentos alcançam parte significativa da população. Os mili-
tantes dos movimentos que animam esses segmentos são formadores de opinião,
têm grande capacidade multiplicadora e estão presentes em todos os estados.
Hoje, trabalhar pelos Direitos Humanos significa, de forma articulada, desen-
volver políticas públicas para negros, pessoas portadoras de deficiência, idosos,
índios, jovens, desempregados e indivíduos de orientação sexual diversa. É
lutar pela distribuição mais justa de renda e pela democratização do acesso ao
trabalho, à terra, à moradia e ao conhecimento. O caminho dos Direitos Hu-
manos é o da luta para que as pessoas adquiram dignidade e qualidade de vida.
Lutas presentes na agenda atual, com perspectivas de mobilização crescente
na próxima década, têm o PT como protagonista relevante. Não será possível,
entretanto, desempenhar o papel de liderança que se espera de nós se o parti-

do não souber absorver – como responsabilidade de todos os seus integrantes e não de apenas um grupo, restrito, de militantes abnegados a tarefa de avançar nessas lutas. Estamos nos referindo ao combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e à exploração sexual. Referimo-nos, também, às políticas públicas necessárias frente à diáspora de quase quatro milhões de brasileiros e à presença, em nosso país, de grande número de migrantes internacionais, inclusive refugiados.

Afinal, que partido já acumulou experiências e conquistas suficientes para avançar na lida com questões emergentes como o Direito Humano à Comunicação? Este direito é um patrimônio democrático de todos e a razão de seu exercício – que fortalece, entre outras, a inclusão digital –, vai de encontro ao desafio do oligopólio da mídia. E que partido, se não o PT, possui as condições necessárias para liderar o enfrentamento às ações de grupos de extermínio, à violência contra a mulher e os idosos? Que partido, com raízes em todo o território, reúne legitimidade, trabalho realizado e visão de futuro para atualizar a dinâmica das questões agrária e indígena? Como fazer frente ao drama da segurança pública e inovar o sistema judicial sem a contribuição do PT?

Não basta ao PT dispor de um conjunto de militantes que carregam a bandeira dos Direitos Humanos de forma segmentada. Se, um dia, o ato de criar uma Secretaria foi importante para valorizar essa luta internamente, agora, é necessário que o PT, por inteiro, assuma o ideário e a luta pelos Direitos Humanos. É preciso incorporá-los em nossas políticas públicas e em nossa militância. De forma transversal, os Direitos Humanos devem estar presentes nos projetos que formulamos e implementamos, em todos os setores governamentais. Eles devem constituir um princípio característico – e reconhecível – de nossa ação como gestores públicos.

Recusemos a atitude de desprezo aos direitos humanos em nome de um pragmatismo irresponsável, conservador e intolerante!

Não há como reivindicar para si uma posição de esquerda sem exercer a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades étnico-racial, religiosa, cultural, etária, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, o direito à nacionalidade e à opção política, entre outras, assim como a solidariedade entre os povos. Estas são tarefas da agenda dos Direitos Humanos que, lamentavelmente, estão sendo relegadas na construção

partidária e na atuação de muitos companheiros como agentes do Estado. Os espaços e as formas de lutar pelos Direitos Humanos diversificam-se. Os princípios e valores que os norteiam não só permanecem como adquirem novos contornos, próprios de nosso tempo, e devem ser acolhidos pelo partido como causa, na construção de uma nova sustentabilidade política e aproximação com os movimentos sociais e a nova geração militante.

A presença dos Direitos Humanos na construção histórica do PT é fortemente identificável através da atuação militante e institucional de seus filiados. Por isto vale reafirmar este compromisso deliberando que todas as políticas formuladas pelo PT tenham por referência os tratados, pactos, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, bem como a correspondente normatização da legislação brasileira.

Que todos os parlamentares do PT, em todos os níveis do Poder Legislativo, empenhem-se na criação de Comissões Permanentes de Direitos Humanos, assim como, na adequação da legislação interna brasileira aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Que as Administrações Públicas governadas pelo PT constituam espaços específicos para tratar do tema assegurando a efetivação dos direitos, de maneira transversal, em todas as políticas públicas implementadas.

Que em todas as instâncias partidárias seja constituído um fórum permanente para tratar das questões relativas aos direitos humanos, tais como, coletivo, núcleo, setorial, secretaria.

SUPERAÇÃO DA OPRESSÃO DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Com as resoluções da ONU sobre a discriminação, a partir dos anos 1950, ganha destaque o interesse dos países em implementar políticas de combate às discriminações e de promoção de igualdade de oportunidade e tratamento. Importante elemento considerado em tais iniciativas é a constatação de que nas sociedades, desfiguradas por anos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis ou procedimentos administrativos. Neste caso, cabe ao Estado favorecer a criação de condições de base que permitam a todos se beneficiar de igualdade de oportunidade e eliminar qualquer fonte de discriminação.

Por outro lado, as desigualdades nas chamadas condições de base sinalizam o entendimento de que o Estado, para alcançar a igualdade social, deve tratar os grupos discriminados de forma diferenciada e planejada. A natureza de tais medidas pode variar consideravelmente, desde a realização de esforços para desenvolver os recursos e as infraestruturas de que carecem os grupos discriminados, uniformizando, assim, algumas condições de base, até os sistemas preferenciais de acesso.

O Brasil participou da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância, em agosto/setembro de 2001, em Durban, África do Sul. A Declaração e o Plano de Ação da Conferência “reconhecem a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos como crime contra a humanidade”. Ao aprovar estes documentos, a ONU recomenda que os países que se beneficiaram de alguma forma do sistema escravagista implementem políticas afirmativas com o objetivo de minimizar as sequelas decorrentes.

O fato é que, sem dúvida, as experiências com políticas de ações afirmativas no mundo criaram condições para o surgimento de propostas que dialogam com a superação do racismo. Ao passo que no Brasil, no século XXI, setores conservadores das universidades, partidos políticos e governos insistem na reedição do mito da democracia racial ou na uniformidade da miséria brasileira e continuam de costas para os avanços observados nesta área.

Obstinado em negar a dimensão das desigualdades raciais no Brasil e ignorando o avanço de tais experiências, o Estado brasileiro contribui para o aprofundamento do racismo e atrasa a democratização efetiva da sociedade brasileira.

Está colocado para os partidos políticos, movimentos sociais, governantes e empresários o desafio de romper com velhas e inconsequentes práticas autoritárias e conservadoras de satanizar, criminalizar e silenciar os direitos reivindicados e reconhecer que não se podem assegurar os direitos fundamentais de todos os cidadãos se não considerarmos na produção de políticas sociais que a raça é uma categoria social a ser investigada, planejada e sistematizada. É necessário romper com a falta de apoio e com a indiferença política por parte da sociedade para levar adiante um plano nacional de superação da pobreza, do racismo e do machismo.

Cabe, portanto, ao PT e seus dirigentes, aos governantes e seus gestores, aos parlamentares e seus assessores, aos movimentos sociais e suas lideran-

ças renovar compromissos de políticas inovadoras no campo de combate às desigualdades sociorraciais.

O **terceiro passo** é assumir o paradigma de que não basta tratar com igualdade os desiguais. No nosso caso será necessário o desenvolvimento de políticas sociais afirmativas dos direitos da população negra e a ampliação dos recursos orçamentários e humanos para o sucesso daquela política.

Já dissemos anteriormente que a radicalidade da democracia é transformar o potencial do movimento social em poder político. As organizações políticas e culturais do Movimento Negro têm contribuído na produção de alternativas sociais, culturais e econômicas com vistas ao futuro das próximas gerações e o exercício pleno da cidadania.

Reiteramos aqui toda a simbologia socialista resultante da sua experiência que pode ser reconhecida no ideal de tolerância inter-religiosa, manifestações culturais associativas e integrativas de diferentes grupos culturais, preservação quilombola da propriedade coletiva da terra e do meio ambiente, preservação da cultura imaterial, territorialidade urbana comunitária, a convivência associativa pacífica, liderança familiar feminina, a solidariedade econômica, respeito à ancestralidade, forte capacidade de estabelecer alianças sociopolíticas, habilidade na negociação política, espírito desportivo e agregador.

Definitivamente, não cabe apenas às organizações do Movimento Negro a responsabilidade pela execução de políticas de eliminação do racismo, mas ao conjunto do governo e demais instituições da sociedade civil. O racismo brasileiro é de natureza estrutural, portanto, têm uma dimensão nacional que perpassa a educação, a cultura, a economia e a política e todas as dimensões da sociedade.

Cabe, sim, ao Movimento Negro imprimir o traço antirracista nas políticas globais dos governos, das empresas e das instituições de forma a impedir a perpetuação de discriminação direta e indireta, objetivando eliminar as desigualdades raciais.

Via de regra, a nossa participação política nos governos tem sido formalizada nos Conselhos Institucionais, nos grupos de trabalho interministeriais ou assessorias. A novidade ficou para o governo Lula que instituiu ministério especial para impulsionar transversalmente uma política de promoção da igualdade racial e tem desenhado as primeiras políticas de inclusão social para a população negra. Essa foi uma importante conquista do primeiro mandato do governo Lula a ser consolidado no segundo governo.

A comunicação de um Estado democrático deve divulgar campanhas educativas de amplo alcance, objetivando fomentar o debate e criar as condições para implantação de novos procedimentos para a promoção da igualdade racial.

A um Estado democrático cabe a execução de uma política social e cultural que priorize programas e projetos setoriais que contribuam para reduzir o abismo existente entre os homens e mulheres negros e o conjunto da população de outras origens étnicas.

A um Estado democrático cabe a articulação da temática raça, gênero e classe como propósito permanente e eixo estratégico na formulação e desenvolvimento de políticas públicas macro estruturantes, envolvendo todos os setores de atuação e segmentos de poder, até que atinjam toda a extensão e dimensões dos planos plurianuais, considerando a sustentabilidade do crescimento e a desconcentração de renda.

COMUNICAÇÃO

A ofensiva dos meios de comunicação comerciais contra o PT e o governo Lula, manifestada mais claramente na crise de 2005, nas eleições de 2006 e, mais recentemente, no episódio do acidente com o avião da TAM, é apenas a face mais visível (porque relativa a interesses políticos imediatos e palpáveis) do grande poder que possuem hoje os grupos empresariais que os controlam e da importância da mídia na disputa de hegemonia na sociedade dado seu alcance na formação de valores e opiniões.

No plano global, as comunicações são hoje dominadas por poucos conglomerados transnacionais que atuam no processo convergência tecnológica entre diversas plataformas (TV aberta, por cabo e satélite, rádio, imprensa, telecomunicações e Internet) avançando sobre os sistemas de mídia de todo o mundo. Além do poder oriundo do domínio do fluxo internacional informação, estes grupos veem na indústria da cultura um lucrativo mercado.

No caso do Brasil, o avanço destes grupos, representados pelas empresas de telecomunicações, convive com um sistema caracterizado pela concentração da propriedade em seis redes nacionais que detêm 80% de todas as emissoras de rádio e TV do país, meios que atingem mais de 90% dos lares brasileiros. Este quadro é resultado de um histórico de favorecimento por parte do Estado do projeto das elites, resultando em grandes grupos que coman-

dam a produção de conteúdo em aliança com monopólios locais que detêm a retransmissão desta programação além de outros meios como rádio e jornais.

A primeira gestão do governo Lula iniciou importantes debates na área das comunicações. Mas se defrontou com a resistência de setores conservadores contra ações que alterassem o quadro do setor. Isso se refletiu em dificuldades para impulsionar medidas desta natureza. Para o segundo mandato, fica a herança de desafios fundamentais para democratizar as Comunicações no Brasil.

Com a reeleição de Lula, cabe ao PT, ao governo Lula e às demais forças progressistas compreenderem o momento novo que se abre, priorizando esforços e recursos para que, também no campo das comunicações, o Brasil se torne uma sociedade mais justa e democrática. Este avanço, em específico, é fundamental para equilibrar os instrumentos de disputa ideológica em favor de um projeto de transformação da ainda persistente dívida social do país em detrimento do monopólio do projeto conservador expresso na grande mídia comercial.

Tarefa fundamental é garantir a existência dos sistemas estatal e público de comunicação. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos três níveis da Federação. Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada, com autonomia e gestão participativa. O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada.

O segundo mandato do presidente Lula já deu um passo importante nessa direção, iniciando a reconstrução de sistema público de rádio e TV, criando uma política própria para o setor e investindo recursos para que esse sistema tenha qualidade e alcance nacional. Para alcançar êxito neste empreendimento, um aspecto fundamental é permitir que a gestão seja efetivamente participativa, impedindo sua apropriação pelo mercado.

Junto à rede de emissoras que já está sendo formada, encabeçadas pela TV Brasil, o sistema público de comunicação deve comportar também as outras emissoras do chamado campo público: as universitárias, comunitárias e legislativas. O processo nestas bases deve ser replicado no caso do rádio,

cujos alcance como veículo comunitário é hoje o principal instrumento de promoção do direito à comunicação. Mas tal iniciativa, embora importante, contempla apenas parte do conjunto de ações que o PT julga essenciais para a efetiva democratização dos meios, do acesso e da produção de conteúdos.

Nesta medida, o PT propõe a imediata revisão dos mecanismos de outorga de canais de rádio e TV, concessões públicas que vêm sendo historicamente tratadas como propriedade absoluta por parte das emissoras de radiodifusão. Esta atualização passa pelo cumprimento da lei, haja vista a flagrante ilegalidade em diversas emissoras, a maior transparência e agilidade nos processos e a criação de critérios e mecanismos para que a população possa avaliar e debater não somente a concessão e renovação de outorgas.

No combate ao quadro de “terra sem lei” do sistema de concessões, o PT deve se juntar à luta da sociedade organizada para concretizar os preceitos da Constituição Federal de 1988 que estabelecem a proibição do monopólio na mídia e define como finalidade do conteúdo veiculado veicular a educação, a cultura e a arte nacionais. Para isso, acrescenta o texto da Constituição, devem ser promovidas a produção independente e regionalizada.

No campo da radiodifusão comunitária, o PT defende a adoção de uma política clara criando condições para que um número cada vez maior de localidades possam contar com essas emissoras, multiplicando os canais de expressão, potencializando a circulação das informações e fornecendo conteúdos não necessariamente ligados aos consensos midiáticos da imprensa monopolista. Esta política deve ampliar o número de frequência para estas emissoras, ampliar os limites de área e potência de alcance (hoje restritos a 1 quilômetro de raio e 25 Watts) e garantir seus meios de sustentabilidade financeira.

Para manter o caráter democrático e popular das rádios comunitárias, é preciso ainda criar instrumentos que coíbam a apropriação dessas emissoras por grupos políticos e religiosos locais – processo que reproduz a lógica dos grandes negócios da comunicação e que nosso governo, justamente por ausência de uma política mais consistente para o setor, não tem sido capaz de evitar.

No processo de implantação da TV digital, o PT defende a garantia de espaço para novos canais e o aproveitamento da tecnologia nacional no sistema. No caso do rádio digital, não deve haver qualquer definição sem uma avaliação séria das possibilidades tecnológicas disponíveis, calcada em critérios democraticamente debatidos, e que o modelo garanta o fortaleci-

mento das emissoras públicas e comunitárias e o aproveitamento dos recursos técnicos para abertura de espaço para novos agentes neste meio.

Todas estas ações devem estar articuladas com uma ação efetiva do partido no cumprimento da principal tarefa apontada pelo programa setorial de governo de Comunicação e Democracia apresentado pela candidatura Lula: construir um novo marco institucional para as comunicações. Este processo de elaboração de novas normas para o setor deve responder aos problemas apresentados frente ao novo cenário da convergência de tecnologias, serviços e conteúdos na perspectiva de democratizar a mídia no Brasil.

Por fim, o PT apoia os movimentos que lutam para que estes e outros temas sejam debatidos numa ampla, democrática e participativa Conferência Nacional de Comunicação; construída a partir de etapas estaduais e regionais e que tenha como objetivo apontar diretrizes para as políticas do setor. O PT não medirá esforços para ajudar a mobilizar a sociedade em torno do assunto.

É fato que o PT se comunica mal consigo mesmo e com a sociedade. O PT tem que adotar medidas para a construção de uma política de comunicação de massas, capaz de enfrentar a mediação deformada imposta pela mídia.

O PT nunca desenvolveu uma política de comunicação capaz de estimular e disseminar o debate, unificar a ação, promover a troca de informações entre as instâncias partidárias e dar as diretrizes gerais para a disputa de projetos na sociedade. No plano externo, o PT não construiu seus próprios meios de comunicação e nem se articulou de maneira efetiva com aqueles de caráter alternativo, ficando refém do contato com a sociedade por meio das grandes empresas da mídia comercial. Essa falta de articulação está na base de muitos dos problemas enfrentados pelo PT nos últimos anos.

Para que o PT seja realmente um partido democrático e militante, é preciso criar mecanismos internos de comunicação, como a criação de um jornal semanal voltado para a militância petista e para a militância da esquerda política e social. Cabe, também, dar prosseguimento às mudanças nas características da revista *Teoria&Debate*, para que ela possa servir efetivamente de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda. Além disso, é necessário aproveitando as novas possibilidades tecnológicas, potencializando o Portal do PT na internet.

Com base nas questões acima elencadas, e para debatê-las em profundidade, o 3º Congresso do PT convoca para este ano, em data e local a serem

definidos pelo Diretório Nacional, a II Conferência Nacional de Comunicação do partido.

A Conferência deverá discutir também as estratégias de comunicação do partido para as eleições municipais de 2008, envolvendo nesse processo as instâncias diretamente ligadas ao tema, como diretórios locais, mandatários, possíveis candidatos e as secretarias nacionais de Organização e Assuntos Institucionais.

REFORMA AGRÁRIA

O PT reafirma a centralidade da reforma agrária no projeto de desenvolvimento do Brasil, como condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais.

O PT propõe a todas as forças democráticas e populares a construção de uma ampla transformação no mundo rural, como parte constitutiva de um novo modelo de desenvolvimento nacional com justiça social e soberania. Esse caminho passa pela democratização do acesso e da posse da terra, pela afirmação do princípio da função social da propriedade, o fortalecimento da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e das comunidades rurais tradicionais, a soberania territorial, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia.

O modelo agrário historicamente implantado no Brasil baseia-se na grande propriedade monocultora, que degrada os recursos naturais e submete à força de trabalho às condições desumanas, degradantes e ao trabalho escravo. Esta estrutura fundiária, marcadamente latifundiária, é geradora de relações sociais, econômicas e políticas injustas, desiguais e autoritárias. A modernização conservadora do campo promovida pelo regime militar, por meio de fartos subsídios públicos para estimular a mecanização e o uso de intensivo agroquímicos e outras tecnologias, gerou o aumento da concentração fundiária e da pobreza no campo e forçou o êxodo rural, que acabou por alimentar um processo de urbanização caótico. Na fase atual, em que o velho latifúndio se apresenta como “agronegócio”, o modelo agrícola é fortemente influenciado pelas grandes empresas transnacionais da

agricultura, que controlam a cadeia produtiva, desde as sementes muitas delas transgênicas – até a industrialização e a distribuição.

Esse quadro pode se agravar com a ampliação desregulada da produção de etanol. No padrão atual, essa produção é realizada em grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, sendo que a maior parte delas oferece condições de trabalho desumanas e degradantes e causam imenso prejuízo a biodiversidade. A expansão pode resultar no aumento da compra de indústrias e de terras por empresas estrangeiras (desnacionalizando ainda mais o país), aumentar a concentração fundiária, desestruturar regiões de concentração da agricultura familiar, impactar a produção de alimentos e pressionar a expansão da fronteira com graves consequências ambientais. Não podemos repetir erros do passado. A produção de etanol deve ser objeto de regulação pelo Estado, com a restrição de áreas de plantio, implementação de efetivo zoneamento climático-socioambiental, exigência do cumprimento da função social da propriedade, estabelecimento de condicionantes para acessar financiamento público.

A concentração da propriedade da terra sustenta-se, também, nas situações de ilegalidade e instabilidade jurídica que permitiram que milhões de hectares de terras públicas e devolutas fossem griladas e banhadas com o sangue dos que ali habitavam. Estima-se que milhares de pessoas trabalham em regime de escravidão em nosso país, parte desses trabalhadores encontram-se em carvoarias ilegais localizadas na região amazônica. Outro dado alarmante da barbárie capitalista rural pode ser verificado no número de assassinatos, tentativas de assassinatos, feridos e prisões no campo.

A resistência camponesa, negra, indígena e popular tem marcado a história nacional. Os trabalhadores e trabalhadoras sempre lutaram para mudar a estrutura latifundiária. Eles reivindicam a democratização do acesso e da posse da terra e a extensão da cidadania a população do campo. Por essa razão, as organizações e movimentos sociais no campo foram e seguem sendo importantes agentes da construção da democracia brasileira. Suas lutas são legítimas e necessárias. As ocupações de terras improdutivas ou griladas representam o principal método de luta das organizações camponesas no Brasil e na América Latina. Essas ocupações tem seu fundamento no direito a vida, a alimentação, a moradia e, sobretudo, na função social da propriedade, nos termos previstos pela Constituição Federal. A maciça maioria dos assentamentos

rurais atualmente existentes foi conquistada por meio das lutas camponesas, em especial, por meio das ocupações.

O Poder Judiciário tem representado um importante obstáculo a reforma agrária. Setores predominantes desse Poder tratam com pesos diferentes as ações judiciais envolvendo a luta pela terra: impunidade frente a violência, agilidade para julgar ações penais contra as lideranças dos movimentos sociais e lentidão para apreciar as ações de desapropriação e de retomada de terras que estão nas mãos de grileiros.

O problema agrário brasileiro foi agravado durante a era FHC. O projeto neoliberal significou o sucateamento do Incra, o desmonte do sistema nacional de assistência técnica e a criminalização dos movimentos sociais, cuja principal expressão foi a edição da “MP das Invasões”. O “Novo Mundo Rural” que o governo FHC projetava para o país estava na contramão das aspirações populares, ate porque mantinha inalterada a estrutura latifundiária.

A eleição de Lula representou uma inflexão no tratamento dado a questão agrária pelo governo brasileiro. O II Plano Nacional de Reforma Agrária buscou expressar uma abordagem contemporânea, em que mudança da estrutura fundiária com a conquista do direito a terra associa-se à segurança e soberania alimentar, à promoção da igualdade de gênero, a conservação da biodiversidade, como elementos constitutivos de um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, os recursos destinados a aquisição de terras foram ampliados significativamente, os valores direcionados ao financiamento da agricultura familiar saltaram de 2,3 bilhões de reais, em 2002, para 12 bilhões de reais, em 2007, iniciou-se um processo de recuperação do Incra, avançaram as ações de reforma agrária na Amazônia e os programas de educação do campo, foram criadas políticas públicas voltadas ao aumento da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, a promoção da igualdade de gênero e reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. Além disso, o governo interditou o processo de criminalização provido por FHC e manteve um permanente e solidário diálogo com os movimentos sociais no campo, inclusive na elaboração e implementação das políticas públicas. Essas e outras ações tornam a reforma agrária do governo Lula muito superior a dos demais governos.

No entanto, esses avanços são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural. A reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo

governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade. O modelo do agronegócio continue hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociação de dívidas. Verifica-se ainda alguns retrocessos, como a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo às transnacionais papeleras, que espalham o “deserto verde”.

Para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em todas as regiões do país. Temos que superar a hegemonia do agronegócio e constituir um novo modelo de desenvolvimento, calcado na democratização da terra, na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46,8% da área registrada nas mãos de 1,6% dos proprietários e tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras improdutivas. Pressupõe-se também garantir o cumprimento da função social da propriedade e limitar o tamanho máximo da propriedade, razão pela qual o PT apoia a campanha promovida pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela limitação do tamanho da propriedade. Pressupõe ainda retomar amplas parcelas do território que atualmente se encontram nas mãos de grileiros e destiná-las ao assentamento de trabalhadores sem-terras, bem como reconhecer e titular as terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os imóveis rurais que não cumprem a função social precisam ser destinados à reforma agrária. A função social somente é atendida quando a terra produz, utiliza racionalmente os recursos naturais, respeita a legislação que regula as relações de trabalho e assegura o bem-estar daqueles que nela trabalham. A propriedade que atenda aos índices de produtividade, mas que não respeite o meio ambiente e a legislação trabalhista, também deve ser destinada à reforma agrária. Urge ainda atualizar os índices de produtividade, fixados com base em dados da década de 1970, para que se possa viabilizar o instrumento da desapropriação, priorizando, inclusive, as famílias acampadas. Os proprietários que praticam o trabalho escravo e degradante devem ser submetidos à legislação penal e impedidos de acessar recursos públicos, sendo que seus imóveis devem ser expropriados,

sem indenização, e destinado aos assentamentos. Por esse motivo, o PT e o governo Lula devem trabalhar para que o Congresso Nacional aprove imediatamente a PEC que determine a expropriação da propriedade onde for constatado trabalho escravo.

O país precisa redefinir o marco legal da reforma agrária para que ela possa ter a dimensão e magnitude necessária: criar novas linhas de crédito especial para os beneficiários da reforma agrária, inclusive, as comunidades tradicionais; aprofundar o fortalecimento institucional do Incra; promover a desburocratização do processo administrativo e judicial da desapropriação; aumentar os recursos orçamentários para a reforma agrária; e implementar uma política que universalize a educação no campo. Além disso, precisamos ampliar a capacidade do Estado de regulação do desenvolvimento rural, em especial, a regulação da ocupação do território, das atividades agropecuárias e agroindustriais e de gestão dos recursos naturais.

O PT deve lutar para que o Congresso Nacional deixe de ser instrumentalizado pelos ruralistas para travar a Reforma Agrária e criminalizar os movimentos sociais do campo, lutando para aprovar a PEC que expropria propriedade onde for constatado trabalho escravo, para aprovar os projetos que impedem a concessão desordenada de liminares em ações possessórias e as proposições que agilizam os processos administrativos e judiciais de obtenção de terras.

Os delegados e delegadas do III Congresso do PT reafirmam que a reforma agrária representa uma das mais importantes bandeiras políticas do PT. Por essa razão, a militância do PT presente nas lutas sociais e na institucionalidade deve atuar na mais variadas frentes para construir um vigoroso movimento capaz de implementar uma ampla e massiva reforma agrária.

REFORMA URBANA

No primeiro mandato do governo Lula, o Ministério das Cidades foi responsável por iniciar a implementação do Estatuto das Cidades e de uma agenda da Reforma Urbana no país, através da construção de uma política urbana a partir do processo de Conferências Nacionais, do estabelecimento do Conselho Nacional das Cidades, da aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, da aprovação de marco regulatório do saneamento e da Campanha Nacional pela implementação dos Planos Diretores Participativos.

Neste segundo mandato do governo Lula, estas ações podem avançar, na medida em que os recursos disponibilizados através do PAC possam ser utilizados para que os princípios e diretrizes estabelecidos através destes instrumentos transformem-se de fato em acesso à terra urbanizada, regularizada e bem localizada para todos os segmentos sociais.

Neste sentido, é fundamental que os instrumentos de política fundiária dos planos diretores sejam utilizados para combater a exclusão social, aumentando a oferta de terrenos bem localizados para habitação de interesse social e promovendo a regularização fundiária plena dos assentamentos ocupados por população de baixa renda.

Entendendo que essas ações são de competência municipal, cabe ao governo federal dar as diretrizes e promover ações de assistência técnica e capacitação, fortalecer os movimentos sociais, além de liderar, em todo o país, um mutirão para construir cidades de todos e para todos.

Além disso, deve ser garantido que os projetos de intervenções de urbanização de favelas implementadas com recursos do PAC sejam definidos em conjunto com os moradores envolvidos e que a produção de habitação de interesse social atenda prioritariamente a população com faixa de renda de até 3 salários mínimos.

Para garantir essa política no governo Lula, é necessário preservar e fortalecer a política construída com a sociedade – nas Conferências e Conselho das Cidades – e para tanto é necessário que a condução do Ministério das Cidades seja feita com esses princípios e realizada por quadros comprometidos com a implementação desta agenda, como são os companheiros petistas identificados e formados nesta perspectiva.

EM DEFESA DO SUS: ESSA LUTA É NOSSA

A saúde como direito fundamental da pessoa humana deve ser objetivo primordial dos governantes. Ao mesmo tempo, a saúde é fator de desenvolvimento econômico e social de um país e é o resultado do modelo de desenvolvimento adotado. Garantir a saúde de um povo significa investir na qualidade de vida das pessoas e assegurar a oferta de ações e serviços de saúde, conforme sua necessidade. Ter um sistema de saúde democrático, que desenvolve ações integrais de acesso universal, é uma conquista da sociedade brasileira que pre-

cisa ser valorizada e defendida contra qualquer iniciativa que impeça o seu avanço ou que atente contra os seus princípios e suas diretrizes.

O Sistema Único de Saúde (SUS), concebido na luta da sociedade organizada em defesa da saúde pública de qualidade a partir da década de 70, sistematizado pelo Movimento da Reforma Sanitária na 8ª. Conferência Nacional de Saúde e instituído pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis Orgânicas da Saúde, acumula vitórias nesses 19 anos de implantação. É o maior sistema público de saúde do mundo e um dos principais ramos de atividade social e econômica do Brasil com profissionais e serviços de excelentes qualidades e reconhecido nacional e internacionalmente. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi um dos principais protagonistas da criação do SUS, que participou de todas as lutas sociais em sua defesa, apresentou propostas em todas as Conferências de Saúde realizadas nesse período e vem desenvolvendo inúmeras experiências bem sucedidas de sua implementação em gestões municipais, estaduais e, desde 2003, no governo federal, e que, também, foi responsável pela proposição e aprovação da Emenda Constitucional nº 29/2000, que definiu a responsabilidade das 3 esferas do governo com relação ao financiamento do sistema e, ainda, foi autor do Projeto de Lei Complementar que regulamenta a EC 29 e de seus substitutivos.

O PT reafirma sua defesa intransigente do SUS como DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, seus princípios e diretrizes e o pacto pela saúde, entendendo a saúde como um bem público de toda a sociedade, que o conjunto de serviços da saúde, sejam públicos ou privados, devem estar sob efetiva gestão pública onde o Estado regule o mercado no interesse público e não o mercado molde o Estado na lógica dos interesses do capital. Defende o governo Lula e seu programa de governo para a saúde, vitorioso na campanha eleitoral de 2006. Defende a interlocução permanente dos setoriais com governos do PT, em especial do setorial nacional de saúde com o Ministério da Saúde, além dos setoriais estaduais e municipais com as respectivas secretarias de saúde. Defende, também, o envolvimento do conjunto da sociedade num amplo processo de participação popular no Pacto em defesa do SUS.

Mesmo com as conquistas obtidas até o momento, o SUS precisa continuar avançando: na construção de uma gestão democrática e com qualidade; na superação efetiva do modelo biomédico, neoliberal, privatista, em todos os níveis do sistema; na qualidade, universalização e amplia-

ção da resolutividade, da atenção básica bem como toda a rede integrada de serviços na média e alta complexidade; no fortalecimento do controle social e na humanização, na perspectiva de consolidar como a maior política pública de nosso país, generosa, solidária, inclusiva, participativa e universal. Para isso, é preciso que o Estado destine mais recursos para o financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde que integram o Sistema, com definições claras e objetivas sobre a melhor forma de aplicação dos novos recursos e para a qualificação da sua gestão.

Por fim, e não menos importante, o PT exige a regulamentação da EC 29/2000 que define o que são ações e serviços públicos de saúde para efeito de aplicação dos recursos do SUS, a ampliação dos recursos da União, e a penalização do gestor que descumprir a legislação brasileira do SUS.

Os recursos novos resultantes da regulamentação da EC 29 devem ser destinados a: garantir a implantação imediata de sistemas de informação e comunicação, otimizando a regulação do sistema, instrumentos adequados aos interesses dos usuários do SUS; facilitar o acesso às políticas de atenção universal e integral, sem discriminação de qualquer natureza e considerando as diferenças epidemiológicas, sociais e regionais, com a gestão pública qualificada; garantia da participação popular e o controle social nos novos espaços de gestão solidária e democrática, oportunizados pelo Pacto pela Saúde; promover a humanização da atenção e das relações entre gestores, profissionais e usuários, a desprecarização do trabalho e a implantação dos Planos de Carreira, Cargos e Salários do SUS, com pisos nacionais de salário conforme a escolaridade de seus profissionais.

À designação do Sistema de Saúde nacional acrescenta-se a caracterização de único porque se adota os mesmos princípios doutrinários e os mesmos princípios organizativos em todo o território nacional, sob responsabilidade de três esferas autônomas de governo: federal, estadual/Distrito Federal e municipal.

Baseado nos preceitos constitucionais, a construção do SUS norteia-se pelos seguintes princípios doutrinários e organizativos, a saber:

- a) **Universalidade:** todas as pessoas têm direito ao atendimento independentemente de cor, raça, religião, local de moradia, situação de emprego, renda e outros. A saúde é dever da cidadania e dever dos governos municipal, estadual/Distrito Federal e federal. Assim, deixou de existir a figura do “indigente” no setor saúde;

- b) **Igualdade:** todo cidadão é igual perante o Sistema Único de Saúde e será atendido conforme as suas necessidades. Os serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos que vivem de forma diferente, ou seja, cada grupo ou classe social ou região tem seus problemas específicos, tem diferenças no modo de viver, de adoecer e de ter oportunidades de satisfazer suas necessidades de vida;
- c) **Integralidade:** as ações de saúde devem ser combinadas e voltadas, ao mesmo tempo, para a prevenção e a cura. Os serviços de saúde devem funcionar atendendo o indivíduo como um ser humano integral, submetido às mais diferentes situações de vida e de trabalho, que o levam a adoecer e a morrer. O indivíduo deve ser entendido como um ser social, cidadão que do ponto de vista biológico, psicológico e social está sujeito a riscos de morte. Desse modo, o atendimento deve incidir sobre a sua saúde e não somente sobre as suas doenças, o que demanda erradicar as causas, diminuir os riscos e tratar os danos. Em síntese, é preciso garantir o acesso às ações de:
- | Promoção (ações que buscam eliminar ou controlar as causas de doenças ou agravos à saúde, envolvendo também ações desenvolvidas em outros setores, como meio ambiente, habitação e educação);
 - | Proteção (ações específicas para prevenir riscos e exposições às doenças, ou seja, para manter o estado de saúde);
 - | Recuperação (ações que evitam as mortes das pessoas doentes, assim como as sequelas, ou seja, que já atuam sobre os danos à saúde).
- d) **Regionalização e Hierarquização:** a rede de serviços do SUS deve ser organizada de forma regionalizada e hierarquizada permitindo, assim, um conhecimento maior dos problemas de saúde da população de uma área territorial delimitada, favorecendo o desenvolvimento das ações de atenção ambulatorial, hospitalar e de urgência e emergência em todos os níveis de complexidade, de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica (controle de doenças), de controle de vetores e de educação em saúde.
- O acesso da população à rede de serviços deve se dar por meio de serviços de nível primário de atenção, qualificados o suficiente para resolver os principais problemas que são demandados aos serviços de saúde. Aqueles que não podem ser resolvidos nesse nível de atenção devem ser referenciados para os serviços de maior complexidade tecnológica;

- e) **Descentralização:** a redistribuição das responsabilidades pelas ações e serviços de saúde entre as três esferas de governo, a partir da ideia de que, quanto mais perto do fato a decisão for tomada, mais chance haverá de acerto. Isso pressupõe que deverá haver profunda redefinição das atribuições e responsabilidades da esfera federal, estadual/Distrito Federal e municipal, procurando reforçar-se o poder municipal no tocante à saúde;
- f) **Participação da Comunidade:** garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, poderá participar do processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução em todas as esferas de governo, desde a federal até a local. Essa participação deve dar-se nos Conselhos de Saúde (nacional, estadual/Distrito Federal e municipal), constituídos por representação paritária de usuários, governo, profissionais de saúde e prestadores de serviços, com poder deliberativo, e nas Conferências de Saúde instâncias máximas de deliberação que devem ocorrer periodicamente.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO MUNDO DO TRABALHO

O Partido dos Trabalhadores defenderá diretamente na sociedade e junto ao governo Lula, a realização de uma Conferência Nacional do Mundo do Trabalho, nos moldes das conferências que vem sendo realizadas principalmente no atual governo, visando articular e qualificar as proposições gerais do mundo do trabalho para um projeto de nação democrática e popular.

O PT proporrá que o eixo estruturador da citada conferência seja:

PROPOSTAS DO MUNDO DO TRABALHO PARA UMA NAÇÃO SOBERANA, DEMOCRÁTICA E POPULAR

Eixo este que se desdobraria nos seguintes temas:

- | Os trabalhadores como sujeito na construção de uma Brasil soberano, democrático e popular.
- | Redução da jornada de trabalho e fim das horas-extras: menos trabalho, para que todos possam trabalhar!
- | Agricultura familiar e soberania alimentar.
- | Autogestão, micro e pequenas empresas, numa perspectiva democrática e popular.

- | Estado e direitos históricos do mundo do trabalho.
- | Controle social na economia contemporânea.

PLEBISCITO DA VALE DO RIO DOCE

Em 1997 a Cia. Vale do Rio Doce foi privatizada por FHC, num leilão fraudulento, privatização contra a qual lutaram o PT, a CUT e os principais movimentos sociais do Brasil.

Em dezembro de 2005, após reabertura de uma Ação Popular pela justiça de Brasília, ação que questiona o leilão de privatização, foi retomada a luta pela recuperação da Vale através da campanha pela anulação do leilão.

Essa campanha organiza para a Semana da Pátria, um plebiscito popular que questiona a privatização de 1997 e reconhece que o governo e a justiça brasileira têm a legitimidade e a autoridade política para anular o leilão.

O 3º Congresso do PT decide apoiar o plebiscito, com uma pergunta sobre a Vale, conforme definiu a CUT, inclusive organizando a coleta de votos nos diretórios municipais e zonais em todo o país, entre os dias 1 e 7 de setembro, somando-se à ampla organização social já em movimento.

SOLICITAÇÃO À PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

O 3º Congresso Nacional do PT solicita à Procuradoria Geral da República (PGR), agilidade na instauração das ações pertinentes às denúncias de “caixa 2” e uso de dinheiro público na campanha eleitoral de 1998 pelo PSDB, em Minas Gerais, tendo como candidato, o hoje senador Eduardo Azeredo, ex-presidente nacional desse partido.

Saliente-se que este e outros fatos já têm forte comprovação, sendo, inclusive, citados pelo ministro Joaquim Barbosa no STF.

Registre-se também, que a Polícia federal já finalizou o inquérito, comprovando a denuncia e a remeteu à PGR, o que impões a sua completa elucidação nos canais judiciais competentes.

PT: CONCEPÇÃO E FUNCIONAMENTO

APRESENTAÇÃO

As delegadas e os delegados petistas, eleitos pela base de nosso partido, que participam do 3º Congresso Nacional do PT, têm a tarefa de preparar o PT para o próximo período de enfrentamentos políticos e transformações no país. O programa do PT é de longo prazo e as resoluções aprovadas aqui visam ultrapassar o horizonte eleitoral.

A tese *Construindo um Novo Brasil* propõe uma reflexão sobre o papel do PT em face da sua história e vocação. Uma reflexão sobre os riscos e oportunidades deste momento histórico, reafirmando o compromisso com os ideais de liberdade e combate à desigualdade econômica, social, de gênero, racial, étnica e regional; com o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade; com a democracia, a ética pública e o combate à corrupção; com o fortalecimento e a autonomia dos movimentos sociais; com a inclusão social, a proteção e o fomento da diversidade cultural; com a superação de todas as formas de preconceito e discriminação. Compromissos libertários que, vertidos para a nossa prática política, criam as condições para a construção do socialismo democrático.

Para isso, o PT se reafirma como um partido de massas e de quadros, militante e dirigente. Reconhecemos a autonomia dos movimentos sociais e colocamo-nos ao seu lado na luta por uma sociedade sem explorados e exploradores, estimulando e orientando nossa militância a se engajar nela. Reconhecemo-nos, também, como um partido apto a assumir tarefas de governo, razão pela qual nos cabe o dever de investir na elaboração e sistematização de políticas públicas que componham um efetivo *Modo Petista de Governar e Legislar*.

Somos socialistas e entendemos que os valores do socialismo devem balizar nossa organização partidária. Nossa democracia interna deve estar marcada fortemente por valores que queremos ver inscritos no mundo. Para além da retórica, temos de reconhecer que é preciso dar um passo adiante

na nossa forma de organização e convivência e também no relacionamento que mantemos com governos e com a sociedade.

Para que o PT contribua para o aprimoramento da democracia brasileira e para as transformações sociais necessárias, é preciso que o projeto político por nós defendido tenha capilaridade na sociedade. Isto supõe a construção de hegemonia, não apenas de maiorias políticas.

O mesmo raciocínio pode ser usado em relação ao partido. Entendemos que a construção de maiorias partidárias, que são muito importantes para o funcionamento das instâncias, não pode se estabelecer em detrimento de um projeto de hegemonia que pressupõe a conquista de espaços pela força do argumento e da elaboração política.

O 3º Congresso Nacional do PT compreende que houve uma significativa perda do vigor no nosso diálogo com os movimentos sociais e populares, com a intelectualidade e com a nossa militância, uma fragilização do papel da juventude na construção do PT, assim como do papel dos setoriais no equilíbrio entre nossa atuação institucional e as lutas da sociedade. As resoluções deste congresso têm o objetivo de oferecer correções ao partido e fortalecer o vínculo deste com sua militância.

Em 2010, teremos o importante desafio de dar continuidade aos oito anos de transformação do país, quando disputaremos a Presidência da República. Antes disso, porém, em 2008, teremos de apresentar à sociedade um partido articulado internamente e sintonizado com o que a sociedade brasileira espera de nós, considerando que as eleições municipais serão um momento delicado em que as forças conservadoras nos atacam de todas as formas, legítimas ou não.

O crescimento do Partido dos Trabalhadores e a ampliação de suas responsabilidades institucionais e seu peso político na sociedade brasileira e latino-americana aumentam significativamente a necessidade de aperfeiçoamento do projeto nacional do partido à luz da utopia de construção de um socialismo democrático.

A superação das desigualdades sociais e políticas e o aperfeiçoamento da democracia, supõem a construção de hegemonia e a ampliação da participação dos trabalhadores e setores excluídos na vida da sociedade brasileira.

Estes objetivos estratégicos – para os quais concorrem fortemente as mudanças em curso no governo Lula – dependem também da ação de um

partido forte, democrático e coeso política e ideologicamente. Isso requer o aperfeiçoamento de mecanismos e dinâmicas que proporcionem as condições para a discussão e elaboração política; para a troca de experiências e para a socialização dos marcos teóricos e políticos construídos ao longo de seus 27 anos. Isso requer o fortalecimento dos militantes do PT, seu maior patrimônio.

Por tudo isso, o 3º Congresso não pode exprimir um resultado apenas aritmético, mas tem de representar mudanças reais que confirmem ao partido uma grande vitória política, de conteúdo, algo que se torne uma referência consistente para o PT e para a sociedade.

SETORIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

O 3º Congresso Nacional do PT define os Setoriais do Partido como espaço de organização da militância petista nos movimentos sociais com três finalidades básicas:

- a. motivar a organização partidária de filiados/as petistas dos movimentos sociais de cada setor;
- b. elaborar políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do partido;
- c. funcionar como representação institucional do PT em cada setor nas suas relações com os movimentos sociais, as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do partido.

Milhares de petistas participam dos mais variados movimentos sociais do país. A criação mesma do PT está vinculada a esta inserção, que se mantém com forte capilaridade em todos os estados e municípios onde o PT está inserido.

Ao longo dos anos, essa relação foi se tornando mais complexa por vários fatores. O crescimento dos movimentos sociais incorporou uma militância social não vinculada a partidos políticos. Incorporou ainda uma maior diversidade partidária na sua direção, que disputam espaço com petistas na busca da implementação de suas bandeiras e prioridades de organização. Os movimentos sociais se beneficiam das políticas públicas e dos canais de participação popular, quando abertos pelos governos integrados por petistas. Ao mesmo tempo, a lógica dos movimentos sociais é autônoma em relação aos governos e muitas de suas reivindicações se chocam com definições de governo provocando conflitos institucionais en-

tre movimentos e governos e conflitos políticos entre petistas atuantes nos movimentos e nos governos.

Neste sentido, os Setoriais se transformam em espaços importantes de articulação destas relações entre partido e movimentos sociais na medida em que assumem, institucionalmente, tarefas como:

- a. promover e atualizar o mapeamento da ação de petistas nos movimentos sociais de seu setor;
- b. desenvolver políticas de filiação ao partido de militantes dos movimentos sociais de seu setor;
- c. desenvolver políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base e formação política do partido em todos os níveis;
- d. propor e articular a realização de cursos e outros mecanismos de formação para a militância petista dos movimentos sociais de seu setor;
- e. realizar anualmente plenárias setoriais atualizando, em todos os níveis, a política do partido para o Setor;
- f. realizar periodicamente Seminários temáticos sobre os temas polêmicos do Setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT para orientar a ação dos/as petistas nos movimentos sociais;
- g. manter fóruns de debate virtual e circulação de informações e documentos entre a sua militância.
- h. assumir função mediadora, em nome do partido, no conflito entre petistas dos movimentos sociais e das frentes institucionais, respeitando-se a autonomia dos entes envolvidos;
- i. elaborar políticas definidas para temas polêmicos de cada setor, em que os Setoriais subsidiem o partido para que tome decisões sobre os temas relevantes para a sociedade e os movimentos sociais, de forma a orientar politicamente sua militância e tornar transparente as posições do PT.

JUVENTUDE

O PT sempre contou com ampla participação de jovens, muitos militando diretamente no setorial de juventude e outros tantos atuando em diversos setoriais ou diretamente nos diretórios municipais. Hoje, o número de filiados/as jovens, com idade até 29 anos, é de aproximadamente 280 mil.

É preciso que o partido invista e priorize um projeto que consiga alcançar uma juventude de massa, que dialogue com a sociedade e que, principalmente, seja uma clara expressão dos movimentos sociais, incorporando suas bandeiras de lutas e não se resumindo ao movimento estudantil.

Quando do nascimento do PT a participação dos jovens com função de direção era muito vasta, sobretudo porque o PT se constituía como símbolo organizado dos sonhos e esperanças da juventude brasileira. Passados 27 anos da sua fundação, é preciso que o PT compreenda as mudanças de perfis da juventude e as diferenças entre os jovens que se aproximavam do PT nos anos 1980 e os que nos veem hoje, após o amadurecimento de nossas principais lideranças e experiências em governos, crises e acertos e desacertos.

Pensar numa forma de organização de jovens que possibilite um movimento de massas no partido, passa pelo reconhecimento de que o PT deve ser o partido com maior referência na juventude, sobretudo pelo compromisso com a adoção de políticas públicas para as juventudes e, principalmente, pelo compromisso a transformação social.

A crise de 2005 demonstrou a necessidade de repensarmos nossa forma de organização juvenil, considerando que nossa relação com os jovens brasileiros foi duramente atingida e não tivemos pronta resposta para este setor.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem de ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

A organização e intervenção junto à juventude será prioridade política para o Partido dos Trabalhadores no próximo período.

MODO PETISTA DE GOVERNAR

É preciso atualizar o modo petista de governar e de atuação parlamentar. Os mandatários petistas devem balizar sua atuação pelo programa do partido, pelo programa de governo apresentado por ocasião das eleições e

pelo confronto desses com a realidade política, econômica e social. Cabe ao PT e às suas instâncias permanentemente fazer o acompanhamento crítico e solidário, qualificar sua militância para a intervenção política e oferecer aos seus quadros a formação política necessária para que o conceito de política pública seja desenvolvido.

Por sua composição, os Setoriais se constituem em espaços políticos privilegiados do PT capazes de debater e propor políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas bancadas parlamentares quanto à ação de governo de suas equipes na administração pública. O papel elaborador do partido, porém, não se esgota na formulação de programas de governo, mas se estende ao acompanhamento de sua execução.

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI), por sua vez, e suas correspondentes em estados e municípios, são também espaços de sistematização e elaboração de políticas públicas, devendo acompanhar a atuação de parlamentares e gestores petistas e oferecer-lhes instrumental necessário para que sua atuação institucional seja orientada pelas formulações do PT voltadas à superação das desigualdades, da afirmação de direitos, do desenvolvimento local sustentável, da gestão participativa, transparente e ética.

Sendo assim, cabe ao PT fortalecer os espaços de organização da militância em setoriais e, também, fortalecer o vínculo de gestores e parlamentares, assessores e técnicos, com o partido.

O modo petista de governar e de atuação parlamentar deve ser coerente com a transformação dos valores, do comportamento e das práticas da sociedade.

A SNAI, sob normatização do Diretório Nacional, constituir-se-á como espaço privilegiado de sistematização e elaboração de políticas públicas, devendo, para isso, ter equipe que corresponda às suas atribuições.

A SNAI, e suas correspondentes municipais e estaduais, deve manter espaços permanentes de integração, debates e reflexão com as secretarias setoriais, a juventude petista e a Fundação Perseu Abramo (FPA) sobre políticas públicas, de forma a se estabelecer nexos qualificados entre as demandas dos movimentos sociais, os programas que elaboramos e a atuação, no executivo e no legislativo, de petistas e/ou governantes apoiados pelo PT.

À SNAI, juntamente com a Fundação Perseu Abramo, caberá a tarefa de oferecer, periodicamente, cursos de formação de vereadores e demais

parlamentares a fim de estimular a reflexão e qualificação de seus mandatos, aproximando-os das concepções de políticas públicas elaboradas pelo PT.

É tarefa da SNAI – e suas correspondentes – estimular a criação de fóruns petistas de gestores cuja organização poderá elevar nossas administrações a altíssimo grau de eficiência política e compromisso socialista.

FORMAÇÃO POLÍTICA

O fortalecimento de nossa militância requer dois processos simultâneos, que se alimentam reciprocamente: o aprimoramento da democracia interna e um sistemático e permanente investimento na formação política.

Trata-se de garantir, em primeiro lugar, que os processos de formação, por seu conteúdo teórico-político e por sua metodologia, contribuam para que os militantes se tornem sujeitos da formulação, das decisões e de uma ação política transformadora tanto junto aos movimentos sociais quanto no plano institucional. Para tanto, a experiência de nossos militantes, em todas as dimensões, deve ser valorizada e considerada. Essa questão requer que tenhamos uma política de formação voltada a diferentes necessidades e experiências.

Por isso, em segundo lugar, é preciso assegurar que a formação política seja estruturada tendo-se em conta a dimensão continental do Brasil, as dificuldades de funcionamento das instâncias e as limitações de recursos. Nesse caso diferentes modalidades de formação devem ser instituídas e articuladas.

Em terceiro lugar, os crescentes e complexos desafios políticos e as limitações materiais e organizativas tornam ainda mais necessário que as ações de formação deixem de ser episódicas e se desenvolvam de forma a garantir a continuidade e articulação das discussões com os militantes e a utilização plena dos materiais e publicações produzidos pelo partido e pela Fundação Perseu Abramo.

O desenvolvimento de uma política nacional de formação não deve estar baseado apenas na realização de cursos e/ou em encontros presenciais momentâneos.

O PT decide criar a **Escola Nacional do PT** para a elaboração e execução da política de formação a ser constituída pelo Diretório Nacional do PT.

A Escola Nacional do PT terá a finalidade de implementar, em caráter permanente, a política nacional de formação do Partido dos Trabalhadores.

Conforme o artigo 241 do Estatuto do PT, reafirmamos que *“a formação política, coerente com a característica plural e democrática do Partido, deve ser estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas. Sua metodologia deve adotar como base a pluralidade de visões e interpretações existentes no Partido e na sociedade, fazendo do debate, da dúvida e da polêmica, uma estratégia sempre presente em suas atividades”*.

Respeitando a diversidade cultural, regional, étnica e de gênero do país, o Diretório Nacional aprovará as *diretrizes metodológicas e de conteúdo* da Escola Nacional do PT.

Será criada, no âmbito da Escola Nacional do PT, uma rede de apoio e integração entre os gestores de prefeituras e governos estaduais e de parlamentares, chamada de **Redes Formativas**, a ser estruturada com base nos recursos da educação à distância.

A formação presencial e as redes formativas devem estar baseadas nas estruturas estaduais e municipais de formação, nos materiais produzidos pelo PT e pela FPA, e devem dar suporte a pelo menos três dimensões da formação política:

- a. Formação de novos filiados e militantes de base. É fundamental para a construção do partido que os militantes novos ou mesmo aqueles que nunca passaram por uma atividade de formação compreendam as concepções do partido sobre a sociedade brasileira e a democracia; sobre o capitalismo e a perspectiva do socialismo democrático; e sobre os fundamentos da organização partidária. Para isso é necessária a constituição de equipes de formação em cada diretório municipal que, apoiadas pelo diretório estadual, deverão:
 - i. Organizar cursos de formação utilizando os materiais já indicados;
 - ii. Realizar outras atividades de formação como palestras e seminários explorando os materiais oferecidos pela Escola Nacional do PT;
 - iii. Motivar os militantes para a leitura e utilização dos materiais indicados como referência nas reuniões partidárias;
 - iv. Motivar os militantes a conhecer as páginas dos portais do PT e da FPA: programas de governo, e a produção dos setoriais;
 - v. Criar pequenas bibliotecas com todos os materiais disponíveis, a exemplo do que já fizeram vários diretórios municipais no país.

- b. Formação de dirigentes das instâncias partidárias e setoriais. A atuação dos dirigentes petistas requer, cada vez mais, a compreensão do que ocorre em escala nacional e internacional em vários campos a partir de abordagens distintas: histórica, política, sociológica etc. Por essa razão, é necessária a realização de cursos sobre o Brasil e sobre relações internacionais e o incentivo à leitura de publicações petistas e o acompanhamento do programa Redes Formativas.
- c. Formação e integração de parlamentares, gestores e militantes dos setoriais e secretarias nacionais. A produção do Partido dos Trabalhadores voltada às políticas de gênero e de promoção da igualdade racial, às políticas ambientais, urbanas, sociais, culturais e econômicas que promovam a garantia de direitos, a diminuição das desigualdades, o desenvolvimento sustentável e a ampliação das esferas públicas de participação social é vasta e significativa. Ainda que insuficientemente sistematizada, constitui um patrimônio considerável para que se possa seguir lutando pelas mudanças em todo o país.

As redes devem permitir a instituição de fóruns de discussão entre integrantes de um mesmo setorial ou entre os setoriais.

A Escola poderá realizar *convênios* com outras instituições de educação, inclusive para utilização de suas instalações.

O *Regimento Interno* da Escola será aprovado pelo Diretório Nacional até 90 dias após sua instituição.

DIREÇÕES PARTIDÁRIAS

A democracia interna do PT pressupõe que as nossas direções sejam formadas a partir da proporção de votos obtidos pelas chapas concorrentes, que são inscritas juntamente com suas teses, que, por sua vez, refletem suas ideias e propostas. No PT, não há e não deve haver brecha legal para que qualquer pessoa, seja um militante do movimento social, um ministro de Estado, governador ou parlamentar, participe da direção partidária sem passar por esse processo.

O PT não pode ser como os outros partidos, cuja fonte de poder partidário é constituída por quem tem voto na sociedade e não pela força da militância. Para o PT, as ideias e os projetos coletivos devem ter primazia, assim como o estatuto do partido e seu programa.

O PT deve saber valorizar suas lideranças com mandato e atraí-las para a estrutura partidária, valorizando a cultura e a participação nos organismos partidários;

É tarefa dos setoriais do partido manterem intenso contato político com nossa base, devendo, assim, participar ativamente da mobilização de nossa militância;

O PT deve ampliar sua atuação e representatividade nacional, aumentando o vínculo entre as instâncias nacionais e as estaduais.

DIRETÓRIOS ZONAIS

O PT deve estabelecer mecanismos para viabilizar a sustentação financeira de seus Diretórios Zonais. As etapas zonais do 3º Congresso demonstraram baixo índice de obtenção de quorum, indicando que, possivelmente, há uma preocupante distanciamento entre eles e as direções municipais. Em muitos casos, os DZs não têm sede ou, o que é mais grave, tem baixíssima mobilização política, o que certamente contribuiu para este quadro.

Frente a isto, o PT decide determinar aos Diretórios Municipais que possuem Diretórios Zonais que os estruturam adequadamente para o pleno desempenho de suas atividades políticas.

CONSELHOS FISCAIS E DE ÉTICA

Não existe partido com mais mecanismos internos de autofiscalização que o PT, nem com vida interna mais ativa. Mesmo assim, ainda há espaço para avançarmos na radicalização da democracia interna e da transparência das instâncias do PT. É preciso aumentar o controle dos filiados sobre a direção sem que isso se traduza em burocratização.

PROCESSO DE ELEIÇÕES DIRETAS (PED)

No próximo período, temos o compromisso de garantir a qualidade da democracia interna, a manutenção da proporcionalidade como método de composição das instâncias, o permanente aperfeiçoamento do PED como rico instrumento de democracia participativa.

O PED, implementado em 2001, foi uma grande conquista da militância petista, que não apenas passou a eleger diretamente as direções, mas se

constitui num instrumento fundamental de ampliação radical da participação de nossa militância nos processos de tomada de decisão no PT.

FILIAÇÕES

O processo de filiação no PT sofre de duplo anacronismo. De um lado, temos consciência de que a chegada de novos filiados deve estar acompanhada de uma política de formação em que o recém filiado tenha contato com a direção do PT local e conheça minimamente nossa história, princípios e objetivos. De outro, para que o PT se consolide, definitivamente, como um partido de massa e evite o surgimento ou consolidação de práticas coronelistas, temos de facilitar o acesso de quem quer se filiar ao PT.

COMUNICAÇÃO

É fato que o PT se comunica mal consigo mesmo, o que acaba prejudicando também a interlocução com o conjunto da sociedade. Vinte e sete anos depois de sua fundação, o partido tem hoje mais de 4 mil diretórios e cerca de 900 mil filiados, sendo 60 mil dirigentes. Tem ainda prefeitos, vereadores, governadores, deputados, senadores, ministros e a presidência da república, além de milhares de filiados atuando no apoio a esses mandatos e ajudando a consolidar nosso projeto de país na administração pública e nos parlamentos.

Por motivos vários, próprios da dinâmica da política, toda essa estrutura se formou sem que existisse uma política global de comunicação capaz disseminar o debate, unificar a ação, promover a troca de informações entre as instâncias partidárias e dar as diretrizes gerais para a disputa de projetos na sociedade. Essa falta de articulação está na base de muitos dos problemas enfrentados pelo PT nos últimos anos.

Devemos priorizar a criação e manutenção de mecanismos de comunicação do PT com sua base social, de maneira que a busca de construção social de hegemonia seja um projeto político real e não apenas retórica partidária.

Frente a isto, o PT decide criar um Sistema Nacional de Comunicação do PT e uma Política de Gestão da Informação com informatização de todos os processos, como filiações, contribuição financeira e apoio a prefeituras e vereadores.

Implantar a Rede PT Brasil, a “intranet” do PT, que interligará os diretórios nacional, estaduais, municipais e zonais, com a implantação de um sistema de controle de documentação e comunicação interna eficiente.

Convocar para este ano, em data e local a serem definidos pelo DN, uma Conferência Nacional de Comunicação do partido.

A Conferência deverá discutir ainda as estratégias de comunicação do partido para as eleições municipais de 2008, envolvendo nesse processo as instâncias diretamente ligadas ao tema, como diretórios locais, mandatários, possíveis candidatos e as secretarias nacionais de Organização e Assuntos Institucionais.

FINANÇAS

Durante e após o período de crise política dos últimos anos, as finanças partidárias permearam os debates em todas as nossas instâncias, com temas como a sustentação financeira transparente ou modificações do sistema atual de arrecadação. O dado objetivo é que vários mecanismos de arrecadação já foram testados, várias iniciativas, inclusive de novas campanhas de finanças, foram implementadas nas últimas gestões, mas continuamos numa situação financeira terrível, sem conseguir aumentar as finanças próprias e os valores de arrecadação junto aos filiados, mandatários e assessores.

É sabido que um dos pilares mais importantes de nossa arrecadação financeira consistiu na contribuição estatutária dos ocupantes dos cargos eletivos e de confiança. O que temos constatado, porém, é um alto índice de inadimplência e uma dificuldade das instâncias partidárias na cobrança do pagamento dessas obrigações.

Nos últimos anos, incluímos dispositivos em nosso Estatuto e tentamos melhorar o sistema de arrecadação através do SACE, para obter um retorno mais rápido e eficaz. Tal esforço não tem se mostrado suficiente, exatamente porque subterfúgios vêm sendo utilizados para o não cumprimento dos deveres partidários, tanto com relação aos mandatários, como também com relação aos ocupantes dos cargos de confiança.

Muito se tem discutido, também, sobre os percentuais estabelecidos, considerados excessivos para alguns cargos e sobre a falta de política para obter uma arrecadação partidária junto aos demais filiados que também ocupam cargos nos gabinetes de nossos mandatários do Poder Legislativo.

Considerando que o partido concebe mandato eletivo do parlamentar como partidário e de que todos os nossos dirigentes têm a obrigação de se esforçar para equilibrar as fontes de recursos e evitar que o partido dependa de uma única fonte e, ainda, que a arrecadação básica e permanente do PT é oriunda de seus próprios filiados,

Frente a isto, o PT decide modificar a forma de arrecadação obrigatória dos ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo, ficando o mandatário responsável estatutariamente pela regularidade da contribuição de todos os assessores e funcionários do mandato.

Modificar nosso Estatuto no que diz respeito à responsabilidade das instâncias partidárias para o pagamento das respectivas dívidas contraídas. Explicitar e impedir, de forma inequívoca, que credores solicitem judicialmente o bloqueio dos recursos da instância nacional de direção por dívidas contraídas em instâncias inferiores.

Modificar o Estatuto para estabelecer a responsabilidade de cada instância partidária sobre as próprias finanças; sobre as dívidas contraídas, inclusive durante os processos eleitorais; a especificação da responsabilidade dos dirigentes correspondentes; e punições cabíveis em caso de desrespeito às normas previstas no Estatuto.

Para uniformizar e garantir a transparência das finanças partidárias, criar um regimento interno de contabilidade e finanças partidárias, a ser elaborado pelo Diretório Nacional para dispor detalhadamente sobre os procedimentos a serem cumpridos e observados pelas Secretarias de Finanças de cada instância partidária, bem como para estabelecer, com absoluta transparência, a responsabilidade de seus respectivos responsáveis.

Determinar, em Estatuto, a total separação das finanças do partido das finanças das campanhas eleitorais

Criar o Planejamento e Orçamento Participativos do PT, que tem de ser obrigatoriamente realizados, tendo sua periodicidade definida pelo Estatuto e o seu não cumprimento punido severamente, podendo ser passível de cassação do mandato dos dirigentes responsáveis.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA)

A Fundação Perseu Abramo (FPA) foi instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em 1996. Essa decisão visava concretizar

uma antiga aspiração do PT: a de construir um espaço, além das instâncias partidárias, para desenvolver a reflexão político-ideológica, contribuir para a formação política e realizar estudos e pesquisas com abrangência e pluralidade de opiniões. Tratava-se de assegurar que tais orientações ocorressem de forma permanente e sistemática superando as iniciativas pontuais a esse respeito e o cotidiano dos embates que marcam um partido político.

O PT já havia tentado uma experiência similar quando criou a Fundação Wilson Pinheiro que por várias razões deixou de existir. Essa aspiração encontrou base material para sua concretização quando da criação do Fundo Partidário (lei 9.096 de 19.09.95 que definiu que 20% dos recursos desse fundo fossem aplicados na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação política).

O Diretório Nacional definiu três objetivos centrais para a Fundação Perseu Abramo.

- a. Articular o campo intelectual e artístico, identificado ou passível de identificação com o campo petista, considerando o papel estratégico desses setores na transformação dos valores e da ordem conservadora e para a construção de um projeto transformador para o país tanto em termos da luta imediata quanto em termos históricos.
- b. Contribuir para a sistematização e elevação da cultura política do partido em seu conjunto, a partir do regaste, organização e disponibilização da memória do partido, das lutas populares e da esquerda; pesquisa e análise sistemática do imaginário social como subsídios à ação partidária; investigação e debate multidisciplinar sobre a realidade brasileira de maneira a realizar-se a crítica ao capitalismo brasileiro e mundial e o desenvolvimento do projeto transformador do PT.
- c. Contribuir com a formação política dos militantes e dirigentes do PT realizando cursos e seminários em parceria com as secretarias nacionais, particularmente com as Secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Formação e produzindo publicações e materiais audiovisuais com tal finalidade específica.

Para levar a efeito tais objetivos foi instituída a seguinte estrutura:

- i. Um Conselho Curador, órgão soberano da instituição, composto por 21 membros designados pelo Diretório Nacional que tem como atribui-

ções a fiscalização e aprovação das contas, do orçamento e plano de trabalho anuais; decisões sobre alteração de patrimônio e avaliação e acompanhamento, ao longo do ano, do andamento do plano de trabalho;

ii. Uma Diretoria Executiva composta por quatro membros: um presidente, um vice-presidente e mais dois diretores com atribuições de planejamento, coordenação dos trabalhos e representação da Fundação;

iii. Outros espaços orgânicos para acolher as contribuições de mais de setenta militantes e intelectuais do partido que escrevem para a Teoria e Debate e participam dos seminários da FPA, conselho da editora, conselho da revista Teoria e Debate, comitê de opinião pública e comitê de história.

Hoje, em função do crescimento do PT, da maior complexidade de sua atuação política na sociedade brasileira, do crescimento de participação do partido nos parlamentos e governos e do desafio de fortalecer os movimentos sociais no país é preciso atualizar o projeto original da Fundação Perseu Abramo.

O III Congresso do PT decide que três são os desafios nessa direção:

a. Ampliar o alcance das ações da FPA por meio de:

i. Realização de parcerias para a produção de programas de televisão voltados ao debate sobre questões da cultura e da vida do país significativas para o desenvolvimento de nosso projeto nacional;

ii. Ampliação das assinaturas e vendas da revista *Teoria e Debate* e indicação de sua utilização nos cursos de formação a partir de um plano conjunto com a Comissão Executiva Nacional;

iii. Criação de Revista Eletrônica sobre a produção da história dos movimentos sociais e da esquerda no Brasil e no mundo;

iv. Produção, em parceria com a SNAI, da Revista Eletrônica Cidades Vivas voltada a difundir experiências das prefeituras e governos estaduais;

v. Universalização da distribuição da revista Teoria e Debate e de livros publicados pela editora a partir de plano a ser estabelecido conjuntamente com a CEN-PT.

b. Ampliar expressivamente o papel da Fundação na formação política dos militantes do PT. Para isso, a FPA deverá abrigar a Escola Nacional do PT;

A Escola deverá atender às necessidades de todos os estados e regiões do país; deverá integrar a formação presencial por meio de cursos, com as atividades das redes virtuais formativas, utilizando-se, para isso, dos cadernos de formação, materiais audiovisuais, publicações da editora, artigos, pesquisas, páginas especiais presentes no portal da Fundação e do PT e da revista *Teoria e Debate*.

- c) Assegurar que a direção nacional do PT tenha participação ativa na elaboração do plano de trabalho anual da FPA e acompanhe o seu desenvolvimento de maneira que se aperfeiçoe o compromisso da Fundação com a construção de uma nova hegemonia política no Brasil, capaz de fortalecer as transformações na sociedade defendidas pelo PT à luz da perspectiva socialista. Nesse sentido serão realizadas:
 - a. Reuniões semestrais entre a direção da Fundação e a Comissão Executiva Nacional do PT para discussão do Plano Anual da Fundação e avaliação de sua execução.
 - b. Reuniões bimestrais entre a direção da Fundação Perseu Abramo e uma comissão da CEN-PT para acompanhamento do cumprimento do Plano de Trabalho;
 - c. Convocação anual da diretoria da FPA pelo DN-PT para apresentação de relatório.
 - d. Manutenção da participação de um representante da Fundação nas reuniões das instâncias nacionais de direção do PT, com direito a voz.

A CRISE POLÍTICA

Ao longo de seus 27 anos, o PT viveu várias crises e soube enfrentá-las e superá-las. A mais grave, pela sua natureza e dimensão, foi a de 2005. Essa crise, que é do sistema político brasileiro, que enfraquece programas e partidos, personaliza o debate e privatiza os interesses, também é uma crise do PT, decorrente de opções feitas pelo partido, do crescente acesso a mandatos, do distanciamento das lutas sociais e da nebulização de nosso projeto estratégico.

A experiência do primeiro mandato governando o Brasil e a enorme crise política pela qual passamos em 2005 e 2006 nos levam a um processo de reavaliação da nossa trajetória, de reflexão sobre a experiência destes 27 anos e, particularmente, deste último período.

O esforço da nossa militância e a capacidade de compreensão do povo brasileiro quanto ao que estava em jogo na tentativa das elites de interditar o projeto popular representado pelo governo Lula, foram decisivos para a superação da crise. No entanto, o conjunto das forças petistas deve realizar uma autocrítica profunda sobre o ocorrido e analisar suas causas para não mais reproduzi-las.

Parte da crise se deveu a um processo de entendimento inadequado da relação partido e governo já no início da gestão Lula. O PT deixou de assumir uma posição de autonomia, portando-se quase como “correia de transmissão” das posições do governo junto à sociedade e à nossa base social. Não se trata de questionar a necessidade de apoio integral do partido ao governo, mas de entender que teria sido mais adequado se tivéssemos trabalhado na formulação de propostas e na disputa de posições com outras forças políticas da nossa base de sustentação sobre os rumos do governo, como temos feito neste segundo mandato.

Outro erro foi dar ao partido a responsabilidade de compor politicamente o governo, preenchendo com outros partidos os cargos da administração pública. A responsabilidade pela composição política de um governo deve ser do próprio governo, pois nem sempre os interesses do partido coincidem com os da administração.

Erramos também na forma de consolidação da nossa base de sustentação político-parlamentar. Já em 2003 se apresentava a necessidade do estabelecimento de um governo de coalizão, que tivesse o PMDB como um de seus principais integrantes. Ao invés disso, optamos por alianças congressuais com pequenos partidos, de ampla diversidade ideológica e forte heterogeneidade. Além disso, os fundamentos dessas alianças se davam em bases tradicionais, sem a referência de um programa mínimo, como feito agora, e muito marcadas por interesses em cargos, emendas orçamentárias ou, ainda, de apoio ao financiamento de campanhas eleitorais.

Infelizmente, a governabilidade institucional foi a única que buscamos, relegando a segundo plano a sustentação pelos movimentos e por outros atores sociais.

O PT errou ao conferir, a partir de 2003, certa exclusividade para as tarefas governamentais e institucionais, sem combinar com as tarefas de organização do movimento social e da militância, abrindo fissuras na relação com sua base social nos primeiros anos do governo Lula.

Outro sério equívoco que cometemos foi a não priorização da aprovação da reforma política já em 2003. Apesar do enorme capital político de que dispunham Lula e o governo, ficamos reféns de pequenos partidos de nossa base de sustentação parlamentar que a ela se opunham, particularmente ao item do financiamento público de campanhas eleitorais. Sem a adoção do financiamento público, situações como as que vivemos em 2005 seriam absolutamente previsíveis.

O distanciamento do partido em relação à sua base e o funcionamento de núcleos de poder paralelos à direção partidária (ainda que formados por integrantes dessa mesma direção) terminaram também por contribuir com a crise.

O PT errou, também, ao envolver-se, sem o devido debate interno, com o financiamento de campanhas de aliados e assumir riscos graves em relação às finanças do partido. Um ambicioso projeto de poder político para as eleições de 2004, que incluía a tentativa de eleger centenas de prefeitos em todo o país, e, conseqüentemente, a necessidade de fundos para a sua concretização, contribuíram para o esforço temerário de buscar recursos de forma diferente daquela que o partido tradicionalmente utilizou. O padrão das campanhas eleitorais em 2004, em todo o país, ampliou a necessidade de recursos financeiros ao mesmo tempo em que a mobilização da militância foi deixada em segundo plano.

Sobre todas essas questões, as responsabilidades devem ser apuradas, assim como problemas estruturais devem ser examinados a fundo, com o acompanhamento de um processo de reflexão que, por um lado, preserve nossas conquistas e, por outro, elimine as nossas fragilidades.

PED 2007

O 3º Congresso Nacional do Partido convoca eleições diretas das direções partidárias, em todos os níveis (zonal, municipal, estadual e nacional).

O primeiro turno (ética, fiscal, direções e presidências) das eleições será no dia 2 de dezembro. O segundo turno (presidências) será no dia 16 de dezembro de 2007.

O processo eleitoral obedecerá ao disposto no estatuto do partido, exceto quanto as seguintes questões:

- a) as datas e prazos estipulados pelo artigo 23 parágrafo 2º do estatuto do partido;
- b) o processo de fiscalização.

O artigo 23 parágrafo 2º do estatuto do partido será substituído, nas eleições internas de dezembro de 2007, pelo seguinte texto: as inscrições das chapas e dos nomes para o cargo de presidente, em todos os níveis, deverá ser feita perante a comissão executiva do órgão de direção correspondente, até o dia 2 de outubro de 2007.

A lista de filiados que será tomada como base para o PED 2007 será elaborada e divulgada pela Secretaria Nacional de Organização do PT, até o dia 2 de outubro de 2007.

Só poderão votar no PED os filiados constantes desta lista, portando documento de identidade com foto e em dia com o partido, sendo considerado em dia o pagamento integral do ano de 2007 e dívidas anteriores.

Todos os votos colhidos, em âmbito municipal e zonal, serão apurados e incluídos na totalização nacional, não importante se houve ou não quorum mínimo no respectivo zonal ou municipal.

DURAÇÃO DOS MANDATOS

Os mandatos dos membros efetivos e suplentes das direções partidárias, dos conselhos fiscais e comissões de ética, das coordenações das macro e micro regiões serão de dois anos para a eleição da próxima direção.

O 3º Congresso Nacional remete para o Encontro Nacional de 2009 a deliberação sobre a duração dos mandatos para as direções posteriores à 2009.

REGULAMENTAÇÃO PARA OS ENCONTROS DO PT (FISCALIZAÇÃO)

I) ABRANGÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 1º: Esta regulamentação é válida para todos os Encontros do PT: encontros regulares, processos de eleições diretas, prévias e congressos. Aplica-se em todos os níveis: municipal, estadual e nacional.

II) COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DOS ENCONTROS

Art. 2º: Para todos os Encontros do PT, serão definidos uma Comis-

são de Organização destes. Fazem parte desta comissão o(a) presidente e os secretários(as) de organização, geral e de finanças das respectivas instâncias. Compõe também esta comissão, um representante por chapa, tese ou candidatura (no caso de prévia) que esteja registrado no encontro.

Parágrafo único: Todos os conflitos existentes entre as partes nesses processos, serão examinados e decididos por essa comissão, cabendo recurso à Executiva do partido da respectiva instância. Essa comissão deverá estar de plantão no(s) dia(s) do encontro na sede do partido para resolver, em tempo real, possíveis problemas.

III) PRAZOS

Art. 3º: Os encontros municipais e zonais deverão formalizar, por carta ou e-mail, a realização de seus eventos à instância imediatamente superior com um prazo de até quinze dias de antecedência desses. Deverão anexar obrigatoriamente nesse comunicado oficial a convocatória do encontro, informando o(s) dia (s), local e horário.

Parágrafo único: Qualquer alteração no calendário e local dos encontros municipais e zonais deverá ter a concordância da Comissão de Organização da instância superior. Os encontros que forem realizados em datas, horários e locais diferentes dos informados, e que não tenham sido autorizados, serão invalidados.

IV) ATAS

Art. 4º: Os encontros deverão entregar ou postar as atas e respectivas listas de presença até três dias após a realização dos Encontros. Atas que sejam entregues ou postadas fora desse prazo, acarretará na invalidação do encontro.

V) FISCALIZAÇÃO

Art. 5º: As chapas, teses ou candidaturas (no caso de prévias), poderão definir filiados do partido para fiscalizar os encontros municipais e zonais. A relação desses fiscais deverá ser formalizada ao partido com cinco dias de antecedência da realização dos encontros.

Art. 6º: O fiscal que acompanhe um encontro diferente do local de sua filiação poderá votar em separado na urna desse município ou zonal, no caso do seu local de origem estiver, nesse dia, com encontro marcado.

Esse voto será computado no seu local de filiação e será restrito a delegação, chapas, presidentes ou candidatos (no caso de prévias).

Art. 7º: Cabe ao fiscal ao se apresentar no local do encontro, conferir a lista de presença e assinalar na ata o nº de filiados credenciados nesse momento, caso esteja desde a abertura dos trabalhos, deverá assinalar que nenhum filiado foi credenciado. Ao final do prazo para credenciamento definido pelo partido para esses encontros, o fiscal deverá assinalar na ata o número final de filiados credenciados.

Art. 8º: É um direito do fiscal estar ao lado da mesa ao longo do período de credenciamento, verificando se as pessoas que assinam a lista de presença apresentam identidade oficial com foto e se seus nomes constam da relação de filiados aptos a participarem do encontro.

Art. 9º: Toda e qualquer ocorrência, que a juízo do fiscal, entre em conflito com as regras definidas para os encontros, poderá ser registrada em ata, cabendo aos dirigentes locais contestarem essa observação, também na ata.

Parágrafo único: O cerceamento do livre trabalho da fiscalização acarretará na abertura de processo disciplinar contra esses dirigentes e invalidará o respectivo encontro.

VI) RECURSOS

Art. 10º: Todo(a) filiado(a) poderá apresentar recurso em relação aos encontros realizados, desde que formalizado até três dias após a chegada da ata na instância superior.

Parágrafo único: A Comissão de Organização do Encontro deverá disponibilizar as atas a pedido de qualquer filiado. Deverá também dar publicidade do resultado dos encontros após dois dias do recebimento das atas.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Diretório Nacional do PT elaborará, no prazo de seis meses, um código de ética para o partido, a ser aprovado por 2/3 (dois terços) do Diretório Nacional.

FINANÇAS

O 3º Congresso decide modificar a forma de arrecadação obrigatória dos ocupantes de cargos eletivos do Poder Legislativo, ficando o mandatário

responsável estatutariamente pela regularidade da contribuição de todos os assessores e funcionários do mandato.

O 3º Congresso decide reiterar dispositivos estatutários sobre inadimplentes.

Considerando o alto índice de inadimplência no país das contribuições estatutárias obrigatórias dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo;

Considerando a importância e o grau de responsabilidade política dos detentores de mandato eletivo, inclusive na arrecadação das finanças partidárias e no auxílio da sustentação financeira do partido, bem como dos ocupantes de cargos de confiança no Executivo e Legislativo em todos os estados do país;

Considerando os princípios já aprovados no estatuto, de que só está apto a votar nas atividades partidárias e ser candidato pelo partido o filiado que estiver em dia com as contribuições financeiras estatutárias;

Considerando a existência do SACE há alguns anos e a dificuldade das instancias partidárias na cobrança regular do pagamento das obrigações estatutárias através da inclusão dos inadimplentes nesse sistema de arrecadação de contribuições estatutárias;

Resolve o 3º Congresso Nacional que os filiados inadimplentes ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo que não regularizarem o pagamento de suas contribuições obrigatórias e sua devida inclusão no SACE, no prazo máximo de 3 (três) meses após a notificação ao filiado pela instância de direção, **não** poderão ser indicados como candidatos às próximas eleições municipais pela legenda PT.

ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DOS SETORIAIS

O marco institucional definido no 1º Congresso do PT para os setoriais do partido está superado e exige a incorporação da realidade vivenciada por estes, suas virtudes e limitações num novo marco institucional.

Da mesma forma, os impasses político-organizativos do conjunto do partido em sua relação com a base militante se refletem de forma nítida na atual estrutura dos Setoriais, demandando uma nova política de organização de sua ação no partido e na sociedade.

Os setoriais do PT nos últimos 15 anos produziram experiências e estruturas políticas de organização que extrapolam a sua definição estatutária de mero espaço de articulação dos militantes de um setor.

Alguns setoriais constituíram-se como “comissões” de elaboração de políticas públicas. Outros passaram a organizar setores da sociedade em prol de demandas específicas. Outros, mais recentemente, passaram a organizar em torno de si, gestores petistas de políticas públicas. O fato é que a estrutura partidária atual não tem garantido que o PT construa uma unidade de intervenção nos momentos cruciais de cada movimento social.

Encontram-se aprovados pela Direção Nacional e vinculados a Secretaria Nacional de Movimentos Populares os seguintes Setoriais Nacionais: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas Com Deficiências, GLBTT, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas, Transportes, Economia Solidária, Mineral, Moradia, Segurança Alimentar e Ciência e Tecnologia.

Organizam-se ainda em Secretarias próprias os Setoriais de: Mulheres, Combate ao Racismo, Juventude, Cultura e Meio Ambiente.

OS SETORIAIS COMO ESPAÇOS DE MILITÂNCIA PETISTA

O 3º Congresso define os Setoriais do partido como espaço de organização da militância petista nos movimentos sociais, com três finalidades básicas:

- a. motivar a organização partidária de filiados(as) petistas dos movimentos sociais de cada setor;
- b. participar da elaboração de políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do partido;
- c. funcionar como a representação institucional do PT em cada setor nas suas relações com os movimentos sociais. as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do partido.

OS SETORIAIS COMO ARTICULADORES DA RELAÇÃO PARTIDO X MOVIMENTOS SOCIAIS

Milhares de petistas participam dos mais variados movimentos sociais do país. A criação mesma do PT esta vinculada a esta inserção, que se mantém com forte capilaridade em todos os estados e municípios onde o PT está inserido.

Ao longo dos anos, essa relação foi se tornando mais complexa por vários fatores. O crescimento dos movimentos sociais incorporou a estes uma militância social não vinculada a partidos políticos. Incorporou ainda uma maior diversidade partidária na sua direção, que disputando espaço com petistas na busca da implementação de suas bandeiras e prioridades de organização. Os movimentos sociais se beneficiam das políticas públicas e dos canais de participação popular, quando abertos pelos governos integrados por petistas. Ao mesmo tempo, a lógica dos movimentos sociais e autônoma em relação aos governos, e muitas de suas reivindicações se chocam com definições de governo provocando conflitos institucionais entre movimentos e governos e conflitos políticos entre petistas atuantes nos movimentos e nos governos.

Neste sentido, os Setoriais se transformam em espaços importantes de articulação destas relações entre partido e movimentos sociais, na medida em que assumam institucionalmente tarefas como: promover e atualizar o mapeamento da ação de petistas nos movimentos sociais de seu setor, desenvolver políticas de incorporação desses militantes às estruturas de organização de base e formação política do partido em todos os níveis; realizar anualmente Plenárias Setoriais atualizando em todos os níveis, a política do partido para o Setor; realizar periodicamente Seminários temáticos sobre os temas polêmicos do Setor para definir políticas e posicionamentos partidários a serem compartilhados com a direção do PT para orientar a ação dos(as) petistas nos movimentos sociais.

OS SETORIAIS COMO PARTICIPANTES DA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por sua composição, os Setoriais constituem-se em agentes políticos do PT capazes de participar da elaboração de políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas bancadas parlamentares quanto a ação de governo de suas equipes na administração pública.

Se, por um lado, os Setoriais já exercem essa atividade nos períodos pré-eleitorais, quando são chamados a integrar a elaboração dos programas de governos das candidaturas do partido ou de suas coligações em todos os níveis, ainda são embrionárias as experiências de elaboração de políticas públicas diante de desafios das bancadas parlamentares e gestores públicos no exercício de seus mandatos, e em momentos específicos das conjunturas políticas que se apresentam.

Isso significa que o papel dos Setoriais não se esgota na elaboração de programas de governo, mas também se estende ao acompanhamento da execução desses programas. Justamente por estar impregnado do programa partidário para o setor e de integrar quadros políticos do Partido, militantes dos movimentos sociais e das frentes institucionais, o Setorial é espaço poderoso de síntese de posições e propostas que podem subsidiar o partido a enfrentar os temas mais polêmicos em disputa na sociedade.

OS SETORIAIS COMO ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO DA RELAÇÃO PARTIDO, BANCADAS E GOVERNOS

Os Setoriais zelam pelo programa do partido em sua área de representação. Exercem, portanto, em nome do partido, a defesa de seu programa diante das bancadas e governos, que zelam por seus programas de atuação legislativa e de governo.

Embora iluminadas pelo programa partidário, plataformas legislativas e de governo são produzidas e executadas mediante condicionantes vários – alianças políticas, correlação de forças internas e na sociedade, decisões conjunturais.

O partido exerce sua autonomia: a. ao definir de forma democrática seu programa e suas linhas de atuação; b. ao defender esse programa e essas linhas de atuação na sociedade, como derivadas de seu projeto de poder e de disputa política; c. ao estabelecer mediações organizadas com os vários outros sujeitos políticos encarregados da execução desse programa e com as instituições da sociedade envolvidas (movimentos sociais, parlamentos, governos, academia, outros); d. ao apoiar as políticas que vão ao encontro de seu programa; e. ao criticar as políticas que se afastam ou obstaculizam seu programa.

Neste sentido, a ação dos setoriais em suas respectivas áreas se reveste dessas características da ação do conjunto do partido. Os Setoriais se relacionam institucionalmente, em nome do partido, com as bancadas parlamentares e governos no sentido da busca de entendimento e avanço em torno da execução do programa partidário para o Setor, solidariamente com a direção partidária.

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS SETORIAIS DO PT

Sobre os Setoriais o III Congresso aprova:

A manutenção das atuais regras de reconhecimento setorial contidas nos Estatutos para o PED;

A transformação da Secretaria Nacional de Movimentos Populares em Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais:

A organização de núcleos setoriais zonais ou municipais vinculados a Setoriais Estaduais.

Constituir, a partir do próximo PED, em todas as instancias Executivas do PT (Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais) Secretarias de Movimentos Populares e Políticas Setoriais, que passarão a coordenar, articular e representar os setoriais de: Assuntos Indígenas, Ciência e Tecnologia, Comunitário, Economia Solidária, Educação, Esportes e Lazer, GLBTT, Mineral, Moradia, Pessoas com deficiências, saúde, Segurança Alimentar e Transportes.

Que, no período do PED, os encontros setoriais elegerão delegados, com direito a voz e voto, aos Congressos e Encontros do partido em cada nível; devendo estes filiados optarem pela participação nestes ou nos encontros das instâncias zonais, municipais ou estaduais.

Que a Secretaria Setorial de Cultura e a Secretaria Setorial de Direitos Humanos sejam incorporadas estatutariamente como Secretaria Setorial, conforme decisão do Diretório Nacional do PT.

Fica estabelecida a obrigatoriedade de realização de plenárias anuais dos Setoriais em todos os níveis, para que mantenham o status regular conferido pelo PED.

A constituição do Coletivo nacional da Secretaria de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais com o objetivo de potencializar ações transversais. Esse colegiado deve ser composto por um(a) representante de cada setorial nacional, pelo(s) secretários(s) estaduais de movimentos populares e políticas setoriais. A forma de escolha da coordenação, bem como seu período será regulamentada pelo DN.

Sempre que as instancias de direção pautarem assuntos relacionados com os temas setoriais organizados, seu(s) coordenador(es) deverão participar das reuniões destas instâncias, com direito a voz. As coordenações setoriais poderão igualmente demandar a inclusão de temas sob sua responsabilidade nas instâncias de direção partidária, com a presença de seus/suas coordenadores(as) assegurada.

Definição de orçamento próprio para cada um dos setoriais secretarias e para a Secretaria de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais em todos

os níveis (municipal, estadual e nacional), definido a partir do orçamento global de cada instância. As Secretarias de Movimentos Populares e de Políticas Setoriais devem, dentro do seu projeto de orçamento, especificar o que cabe a cada setorial organizado sobre sua responsabilidade.

O orçamento ficará a cargo das respectivas secretarias e setoriais, observadas as exigências estabelecidas no PED, e estará condicionando ao plano de trabalho com encaminhamentos concretos que visem a organização da militância, sua contribuição na elaboração de políticas públicas e sua mobilização social junto à sociedade.

As secretarias e setoriais deverão prestar contas sobre o seu trabalho realizado e a respectiva execução orçamentária, junto à respectiva Executiva.

A política de comunicação do PT nem sempre tem condições de dar conta das demandas de setores específicos de sua ação social. Neste sentido, os setoriais devem ter garantido, junto ao planejamento da Secretaria de Comunicação, espaço de produção de materiais específicos de sua comunicação interna, bem como de suas campanhas de intervenção na realidade institucional ou de mobilização nacional.

Internet: Sobre esta ferramenta, que não necessita de custos adicionais por parte do orçamento partidário, os setoriais devem ter disponibilizados no site do partido, uma página própria com autonomia editorial de gerenciamento de suas notícias, e espaços de arquivos virtuais de seu acúmulo político, como artigos, documentos e imagens, respeitando o desenho da página definido pela SNC.

O 3º Congresso nacional do PT, determina que o DN regulamente o processo de eleições e funcionamento dos Encontros Setoriais juntamente com a regulamentação do PED.

POR UM BRASIL DE MULHERES E HOMENS LIVRES E IGUAIS

O PT, através de sua secretaria, defende e reafirma seu compromisso com políticas e ações, hoje incorporadas pelo governo federal, que representam as principais bandeiras de lutas dos movimentos de mulheres e feministas, e que são extremamente significativas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres:

| defesa do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, implementando, assim, um sistema nacional de políticas para as mulheres;

| defesa do Plano Nacional de Combate e Erradicação da Violência contra a Mulher e de todas as discriminações, como a orientação sexual, de raça/etnia, de idade, de religião etc;

| defesa do Plano Nacional de Planejamento Familiar, contribuindo para a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade;

| defesa da autodeterminação das mulheres, da descriminalização do aborto e regulamentação do atendimento à todos os casos no serviço público evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado no atendimento adequado às mulheres que assim optarem;

| defesa do direito à creche e equipamentos sociais para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade;

| defesa da ampliação do salário mínimo;

| defesa da construção de novas relações de trabalho e geração de renda, pautados pelos princípios da igualdade de oportunidades;

| defesa de medidas para ampliação e promoção da igualdade de raça/etnia;

| defesa do controle social da mídia, em especial, no que diz respeito à imagem da mulher veiculada nos diferentes veículos de comunicação;

| defesa da equiparação salarial para trabalho igual entre mulheres e homens.

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DE MULHERES

Para avançar nas conquistas e construir de fato a igualdade entre homens e mulheres é necessário que façamos algumas mudanças a fim de atualizar o estatuto do partido com relação à participação das mulheres nas disputas eleitorais e partidárias. Propomos, então, que o PT mais uma vez reafirme suas posições no que se refere a:

a) importância e necessidade de, em todas as instâncias da direção partidária, assegurar as cotas de mulheres e o conjunto de ações afirmativas já aprovadas em encontros anteriores, reafirmando assim o compromisso do partido com a construção da equidade e igualdade;

- b) construção de mecanismos de controle e punição para as instancias que não cumprirem esta resolução, assim como as demais já aprovadas;
- c) modificação do procedimento de eleição das delegações aos encontros e congressos do partido, de modo que seja respeitada a cota de, no mínimo, 30% de mulheres, seguindo a mesma orientação para as eleições das direções partidárias.

JUVENTUDE

Nestes 27 anos o PT transformou-se na maior referenda partidária da juventude brasileira. Esta referenda foi construída a partir das ideias e programa que o nosso partido construiu ao longo da sua trajetória de partido da transformação social, das mudanças estruturais e que não se conforma com a sociedade em que vivemos. Ademais, no seu processo de construção do PT sempre teve forte presença de jovens em seu interior.

Porém, a organização e o dialogo com a juventude nunca foi uma prioridade política para o Partido dos Trabalhadores. Isso ocorre por diversos motivos, entre eles destacamos a) uma visão que juventude se resume ao setor estudantil; b) pela negação da necessidade de uma organização de juventude, uma vez que o apoio dos jovens ao partido sempre se deu de forma espontânea; e c) por uma visão instrumental dos jovens como elemento de mobilização nas campanhas eleitorais.

A relação que o PT mantém com a juventude é muito diferente da mantida pela maior parte dos partidos de esquerda da América Latina e do mundo. As duas principais correntes internacionais da esquerda mundial (social-democratas/socialistas e comunistas) têm longa tradição na organização dos jovens. Exemplo disto é a UIJS (União Internacional das Juventudes Socialistas), internacional dos jovens da social-democracia, que irá completar 100 anos em agosto deste ano e a FMJD (Federação Mundial das Juventudes Democráticas), organização de jovens impulsionada pelos comunistas, que fará 60 anos de sua fundação também em agosto deste ano. A rigor, na maior parte dos casos os partidos das duas correntes mantêm organizações juvenis com capacidade política e financeira de realizar o diálogo com os jovens, priorizando a atuação para fora do partido ou seja, disputando as posições do partido entre esta parcela da sociedade.

A capacidade de aproximação dos jovens ao PT está diretamente ligada às posições políticas apresentadas pelo partido. Exemplo desta relação foi **o que ocor-**

reu durante a crise política de 2005, onde as pesquisas demonstravam que um dos setores de nossa base social mais atingido foi a juventude. Parcelas importantes deste setor se afastaram do PT. Isso se deu a partir do momento em que a imagem de esquerda que nosso partido sempre carregou foi posta em questão. E a situação foi agravada pelo fato de não termos uma organização juvenil para disputar a hegemonia neste setor, como há entre os sindicalistas e trabalhadores.

Outro exemplo da relação entre juventude e programa, se deu no processo eleitoral do ano passado. No final de 2005 as pesquisas mostravam que entre os jovens, o então pré-candidato a presidente, José Serra tinha ampla vantagem sobre Lula. As pesquisas às vésperas do 1º turno indicavam que nossos índices entre os jovens eram semelhantes aos índices totais de Lula. Já no 2º turno, os índices de votação de Lula entre os jovens era superior aos números totais, ou seja, evoluímos progressivamente neste eleitorado conforme apresentamos um programa que questionava fundamentos do neoliberalismo, como as privatizações.

Vale frisar aqui a ampla campanha feita pela grande imprensa contra a participação dos jovens. No auge da crise acusava os jovens de estarem desencantados com a política. Em maio, último mês para retirar o título, houve um recorde no alistamento eleitoral de jovens entre 16 a 18 anos, que têm o voto como direito facultativo. A partir daí uma ampla campanha foi criada pela mídia afirmando que jovens desencantados lideravam manifestações pelo voto nulo, cabe lembrar a nefasta propaganda “ovos e tomates” da MTV, que procurou reforçar na juventude a visão da política como algo sujo e para corruptos. No fim, o que se viu, foi um dos mais baixos índices de votos nulos da história da República.

É certo que ainda existe um desgaste entre os jovens, principalmente em estados que o PT sempre teve grandes votações. Mas não podemos deixar de perceber que a janela aberta no segundo turno das eleições nos ajudou a reverter em parte essa realidade, mas isso só será possível em sua totalidade na medida em que a relação do PT com sua juventude e com os jovens, de um modo geral, mude.

A mudança na relação do nosso partido com a juventude passa necessariamente por dois elementos centrais, o primeiro é a compreensão da juventude como estratégica para o projeto petista, seja pelo peso social que este setor tem no país e a necessidade de disputá-lo, tendo em vista o processo de acúmulo de forças para as mudanças que queremos realizar no país e pela necessidade de re-

novação dos quadros dirigentes e militantes do PT. O segundo é a necessidade de conhecermos e mergulharmos na realidade dos jovens brasileiros, para saber quem são, o que fazem e quais são as suas lutas e bandeiras.

COMO ENTENDEMOS A JUVENTUDE

Juventude pode parecer, à primeira vista, um tema óbvio, assim como o diagnóstico e a resolução de seus problemas, uma vez que todos convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, os jovens são pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma produção incessante de imagens a seu respeito.

O problema é que, de um lado, os jovens aparecem na mídia como personagens de publicidade e novelas – bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados que se oferecem como modelos de um tipo de consumo e de um estilo de vida ao qual poucos têm acesso na vida real. De outro lado, aparecem como tema dos noticiários, envolvidos em graves problemas de violência ou comportamentos de risco. Na maior parte das vezes, neste caso, são jovens dos setores populares.

No entanto, essas imagens são estereótipos que não correspondem aos jovens reais, à diversidade de suas realidades e à complexidade das formas que configuram suas vidas e seu posicionamento frente ao mundo.

Essas imagens correspondem a algumas das percepções correntes baseadas em estereótipos não fundamentados por dados reais, ou pouco balizados pela diversidade existente. As duas mais conhecidas: a) os jovens da geração atual se caracterizam por um acentuado individualismo, consumismo, pragmatismo, alienação, desinteresse político, e acomodação frente ao estado das coisas; b) seriam eles vetores de disseminação da violência, desagregação da família e desestruturação dos vínculos societários.

Os jovens ocupam o centro de questões que comovem o país. Tanto no que diz respeito aos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades, como no que se refere à esperança de novos caminhos para nosso desenvolvimento social.

O tema juventude adquiriu visibilidade crescente nos últimos anos no Brasil. O número de jovens aumentou. Os brasileiros de 15 a 29 anos somam hoje cerca 50 milhões (30% da população).

O que poderia ser uma boa notícia se tornou um problema. O Estado não se preparou adequadamente para receber esse enorme contingente de pessoas e a

opção de desenvolvimento econômico adotado restringiu essa geração do acesso aos serviços públicos básicos e a direitos fundamentais.

Aumentou o desemprego e a precariedade da ocupação profissional nesse segmento. Os baixos níveis de escolaridade da juventude permanecem, sendo um importante obstáculo ao desenvolvimento.

A violência nos grandes centros urbanos, que envolve os jovens de forma acentuada como vítimas ou agressores, tem crescido. E o que é mais grave: enquanto as taxas referentes ao restante da população têm se mantido relativamente estáveis desde 1980, no segmento juvenil praticamente duplicou.

E possível afirmar, portanto, que os jovens brasileiros foram afetados de uma maneira especial pelo tipo de desenvolvimento econômico observado nas últimas décadas, que aprofundou os problemas da exclusão.

A consequência direta dessa situação é revelada por uma pesquisa mundial realizada, em 1999, pela Unicef. O estudo demonstra que a juventude brasileira é uma das mais pessimistas do mundo. De cada 10 jovens brasileiros, 7 acreditam que terão piores condições de vida que seus pais.

A CONDIÇÃO JUVENIL

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. Este período corresponde, idealmente, ao tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, núcleos de petistas nos diversos movimentos e por local de moradia, deve criar condições para que os simpatizantes ao PT sintam-se a vontade para ingressar na fileiras do partido. E mais, o novo coletivo dirigente da Juventude do PT deve ter condições e capacidade de fato ser direção política para organizar a juventude em todos os níveis, dos núcleos a nacional.

Trata-se, portanto, de uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida.

É neste espaço da vida onde se manifestam, com maior intensidade, os problemas existenciais do ser humano, visto que é neste período que as pessoas realizam as grandes escolhas de suas vidas. Devido a essa problemática socioexistencial, a juventude torna-se um constante pedido de respostas, que

coloca em xeque as estruturas da sociedade, independentemente de seus matizes ideológicos.

Essa fase do ciclo de vida não pode mais ser considerada, como em outros tempos, uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, com a “tarefa” quase exclusiva de preparação para a vida adulta. Nos tempos atuais, esse período se alongou e se transformou, ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não tem respostas integralmente formuladas.

Tal prolongamento se deve, em parte, à necessidade de estender o tempo de formação, de escolaridade e de capacitação profissional, mas também as dificuldades de inserção que caracterizam, hoje, o tornar-se adulto. Além disso, as experiências das gerações juvenis anteriores alargaram a vivência dos jovens com novas dimensões no campo do lazer, da cultura, da sexualidade e da sociabilidade.

A condição juvenil se desenvolve em múltiplas dimensões. Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Requerem estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social.

Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do país, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc. Essas diferenças resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem de ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida; e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos.

A juventude vive, hoje, por um lado, possibilidades ampliadas no que diz respeito à liberdade de escolhas e práticas comportamentais, potencializando os processos de experimentação e definições próprios dessa idade.

Por outro lado, além dos problemas a respeito da inserção social, profissional e educacional, a juventude se depara com outro tipo de dificuldade: raramente e considerada, ouvida, respeitada e levada a sério na expressão de suas opiniões e necessidades. Muitos se queixam de serem discriminados nos espaços públicos somente pelo fato de serem jovens. Os adultos com os quais mantêm

contato, pais e professores especificamente, muitas vezes adotam uma atitude de julgamento, de censura, omitindo-se em acompanhar seus percursos e ouvir suas demandas.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

A NECESSIDADE DE UM NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO PARA A JUVENTUDE PETISTA

A juventude pode cumprir um papel estratégico no partido no sentido de superar as velhas práticas e formar uma nova geração de dirigentes comprometidos com a reconstrução do PT como um partido socialista, democrático, militante, dirigente e de massas.

Pelo peso social e pelo papel estratégico que a juventude têm para o projeto político do Partido dos Trabalhadores se faz necessário repensar a organização dos jovens petistas. Este processo deve e será protagonizado pelos jovens, mas deve ser encarado como tarefa de todos os petistas. Desta forma o partido deve abrir espaços para participação dos jovens em todas as esferas de decisão. Ao mesmo tempo em que construímos o novo formato de organização dos jovens petistas.

Para conseguirmos avançar nesta tarefa temos que consolidar alguns passes importantes no 3º Congresso do PT. Durante os últimos anos a juventude foi resumida a uma secretaria setorial, que não garante condições mínimas para conseguirmos organizar o conjunto de jovens filiados ao partido, quanto mais dialogar com este segmento na sociedade. Os principais limites são dois:

Político-Organizativo: Os setoriais estão estruturados hoje em uma lógica partidária que prioriza o processo eleitoral e contribui de maneira importante para elaborações políticas do partido. Percebemos isso nas campanhas, pois é o momento de maior vitalidade dos setoriais. Passadas as eleições, eles praticamente se desarticulam e se resumem ao secretário(a). A base social que representa os jovens é imensa e a organização de juventude tem que se estruturar de maneira diferente. Deve organizar os jovens petistas para que tenham cotidianamente intervenção na sociedade através da organização das lutas juvenis e também nos processos eleitorais. Deve ter organização de núcleos de petistas nos diversos movimentos e por local de moradia, deve criar condições para que os simpatizantes ao PT sintam-se à vontade para ingressar nas fileiras do

partido. E mais, o novo coletivo dirigente da Juventude do PT deve ter condições e capacidade de fato ser direção política para organizar a juventude em todos os níveis, dos núcleos a nacional.

Estrutural: A finalidade política define a estrutura. Hoje a JPT tem apenas um dirigente com condições materiais para as tarefas organizativas. Nos estados a situação é ainda pior. Isso reflete, muitas vezes, a falta de prioridade dada ao partido a esta organização. E precise que o PT garanta as condições políticas, organizativas e estruturais para o funcionamento de uma direção política plural da juventude que tenha capacidade de organizar os diversos militantes petistas nos movimentos juvenis.

Desta forma, é preciso que a JPT supere o atual modelo de setorial e passe a ser um órgão do partido. Este órgão será o espaço de organização dos jovens petistas e será a expressão pública do PT entre a juventude. Entre outras tarefas, a nova Juventude do PT fará a disputa de suas pautas específicas na sociedade, terá ação junto aos movimentos e organizar a imensa base social de juventude filiada e com referência no PT.

Tendo em vista a necessidade do PT ter um política sólida e permanente de renovação dos seus quadros dirigentes, e preciso que o conjunto do partido inicie um debate sobre formas de garantir a participação dos jovens nos espaços de direção, experiências como a do Diretório Municipal de Porto Alegre (RS), que instituiu a cota de jovens na direção deve fazer parte desta discussão.

NESTE SENTIDO O III CONGRESSO DO PT APROVA:

A organização e intervenção junto à juventude será prioridade política para o Partido dos Trabalhadores no próximo período.

O limite máximo de 29 de anos de idade para militar, votar e ser votado na organização de juventude como forma de dar um salto qualitativo em nossa atuação.

A realização de Conferências Livres da Juventude do PT, como espaço partidário de mobilização, formulação política e intervenção coletiva preparatória da juventude petista no calendário de atividades do governo federal. As conferências devem ser realizadas nos níveis municipal, estadual e nacional, e devem estar na agenda principal dos diretórios correspondentes do Partido dos Trabalhadores.

Substituir o atual modelo de organização setorial por uma organização de juventude petista que terá como função dialogar com os jovens

petistas filiados ou simpatizantes, tornando-se a expressão pública do PT no setor juvenil.

A convocação do I Congresso da Juventude do PT, que terá como tarefa deliberar sobre um regimento interno de funcionamento da JPT em todos os níveis, dando prioridade à organização de base. O Congresso da JPT deverá ter como pauta: a) O Brasil que queremos para a Juventude; b) Juventude do PT: concepção e funcionamento.

Cabe ao Diretório Nacional do PT referendar as deliberações do 1º Congresso da Juventude do PT, avaliando principalmente a proposta de regulamentação e seu funcionamento, da nova juventude petista.

Dotação orçamentária para que a Secretaria Nacional de Juventude tenha condições de organizar o I Congresso da JPT desde os municípios, realizar campanhas públicas e ter capacidade de fazer disputa política de alta intensidade na sociedade.

Delegar o Coletivo Nacional de Juventude como Comissão Organizadora do 1º Congresso da JPT, ficando responsável por produzir uma proposta de regulamento a ser aprovada pelo Diretório Nacional.

CULTURA

Cultura é uma grande provocação que a humanidade faz a si mesma na tentativa de domar a vida. Como a vida é muito rápida, mulheres e homens inventam arapucas de rodas, peneiras coloridas, festejos santos, jogos profanos, casamentos sagrados, relógios de sol, cidades de pedra, partidos políticos...

Se a cultura é fluida e dinâmica, a gestão pública de cultura e os movimentos culturais organizados exigem muito mais que fluidez do PT. Temos de compreender a responsabilidade de nosso partido diante de um quadro secular de privatização das políticas de cultura e incentivo à elitização e fragmentação dos agentes culturais. Temos de compreender e assumir a responsabilidade de um partido de esquerda diante do que a cultura representa.

“Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias,

desse valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade”¹.

Cabe ao PT, como partido de esquerda, adotar e/ou reforçar práticas e programas que deem a centralidade necessária à cultura para a emancipação de nosso povo, subjugado por uma ideologia que faz das práticas culturais instrumentos de dominação, alienação e exclusão.

Para o PT, o tema da cultura dialoga com o que compõe a sua própria gênese por representar as reivindicações do particular contra a pressão homogeneizante do geral, contra a lógica do pensamento único, e oferece um estímulo incorrigivelmente crítico em relação ao *status quo*.

O PT reconhece que na organização partidária e em muitos de seus governos, o compromisso com a cultura como ferramenta de transformação tem sido, muitas vezes, retórico e se compromete a corrigir este quadro.

CULTURA NO BRASIL QUE QUEREMOS

Ao longo de seus 27 anos, o PT dialogou de diferentes maneiras com artistas e intelectuais, assim como o tratamento dado à cultura também variou bastante. Vale lembrar que a ficha de filiação número 1 de nosso partido não é de um metalúrgico, mas de um crítico de arte. Ao lado de Mário Pedrosa, outros tantos artistas e intelectuais se somaram a trabalhadores e perseguidos políticos para fundar o Partido dos Trabalhadores.

O PT nasceu de uma necessidade histórica e, assim, ao longo dos anos, em diferentes governos municipais e estaduais, protagonizou a inclusão da cultura no rol das políticas públicas, fazendo também deste tema um símbolo petista de aprofundamento da democracia brasileira, socialização da política e reconhecimento de novos atores históricos. Hoje, à frente do governo federal, temos na gestão do Ministério da Cultura a experiência contraditória de quem realiza muito e continua com pressa.

A gestão do Ministério da Cultura, no governo Lula, apresenta avanços que devem ser destacados. O reconhecimento da cultura como direito social básico de cidadania coloca o Estado brasileiro na condição de garantidor de direitos, prestador público de serviços e estimulador das iniciativas da pró-

1. CHAUI, Marilena. “Cultura, Socialismo e Democracia”, in: *Cidadania Cultural: o direito à cultura*, Editora da Fundação Perseu Abramo, pp. 129-147, São Paulo, 2006. A segunda edição foi lançada em 2021, em versão eletrônica, e está disponível no portal da FPA.

pria sociedade. Assim, tem promovido uma política de abrangência nacional, redutora das desigualdades, sobretudo, regionais, e promotora de iniciativas efetivamente emancipatórias.

É preciso reconhecer que o governo Lula promoveu, de fato, a fundação do Ministério da Cultura, que, no período anterior, fora um mero balcão de negócios. Hoje o Ministério recuperou seu papel eminentemente público.

Sob Lula, diversidade deixou de ser uma síntese meramente discursiva e a política de Estado passou a ser assumida como pública e anunciada no plural. “A preocupação está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais em suas variadas matrizes étnicas”². Na aprovação da Convenção da Unesco sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, o Brasil, através do MinC, teve papel fundamental quando aglutinou 109 países pelo resultado final, onde votaram contra a proposta apenas os Estados Unidos e Israel, configurando uma vitória histórica na luta por uma cultura de paz e para estabelecer definitivamente que os bens e serviços culturais, além de sua dimensão econômica, têm valor simbólico agregado que não permite que sejam considerados apenas como pura e simples mercadoria.

Vale destacar o grande entrosamento entre as políticas públicas propostas pelo ministério e os critérios de incentivos e patrocínios culturais das empresas estatais na distribuição da verba pública, estabelecendo regras claras, democráticas e socialmente sustentáveis em seus editais, democratizando o acesso e ampliando significativamente as possibilidades de produção.

Além disso, destaque-se o reconhecimento e investimento em culturas populares, nas políticas de audiovisual, na preservação da memória e na potencialização das energias sociais latentes na população brasileira que tem recebido apoio político e financeiro, evidenciando a cultura brasileira como cultura viva.

Desta forma, a experiência de administração pública do PT, tanto as municipais, as estaduais quanto a federal, tem marcado o equilíbrio entre o programa e a ação de governo, quando a cidadania, a economia e a representação simbólica têm sido o pano de fundo do palco da cultura no Brasil.

2. Sérgio Mamberti, Secretário da Identidade e Diversidade Cultural – Ministério da Cultura, 2004.

Neste 3º Congresso, o PT deve reafirmar o seu compromisso de defesa do governo Lula sem abandonar, porém, seu espírito crítico e sua capacidade de análise e proposição.

Para o PT, socialismo e democracia são termos indissociáveis e, sendo assim, compreende que os governos petistas devem ter como princípio inalienável a participação popular, a transparência e o respeito ao interesse público em detrimento do interesse e da lógica privadas.

O inequívoco aumento orçamentário que o Ministério da Cultura tem obtido é sinal claro do compromisso de nosso governo com a cultura como estratégia de desenvolvimento do país, assim como a promoção de programas interministeriais demonstram o compromisso com a efetivação de políticas integradas.

Embora tais avanços efetivem parte de nosso compromisso com a democracia, outros passos precisam ser dados. É de fundamental importância que se retome o processo de estruturação do Sistema Nacional de Cultura iniciado em 2003, que as Câmaras Setoriais se reconstituam como instrumentos de participação social em nosso governo, que o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura se amplie e que seja implantado e empossado o Conselho Nacional de Políticas Culturais, regulamentado por decreto presidencial em 2005 e ainda não efetivado.

Reconhecemos que o governo Lula, do ponto de vista da gestão cultural, é um governo de esquerda que contribui para a construção e afirmação de uma sociedade justa, solidária e criativa. Entendemos, porém, que é preciso avançar mais e melhor, sedimentando espaços de participação que vão além das redes colaborativas que se criaram. Os nichos de participação devem ser efetivos e se instalar no centro do próprio aparelho de Estado, democratizando-o naquilo que lhe é mais caro: os espaços de decisão.

No Brasil que queremos, as políticas públicas de cultura devem alicerçar-se sobre o que o PT melhor produziu como conceito, expresso por Marilena Chauí como “Cidadania Cultural: a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação”, isto é, a convicção de que a participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, gerando uma cultura política democrática, ou, em outros termos, uma efetiva democracia cultural.

POR UMA PRÁTICA CULTURAL PETISTA

É muito importante que reafirmemos a necessidade do PT reatar sincera e profundamente os canais de diálogo com atores sociais diversos, sejam eles movimentos organizados ou não. Se por um lado é vital que fortaleçamos as instâncias partidárias, por outro é necessário que não sucumbamos à tão danosa *burocracia dos crachás*, irmã da mediocridade e algoz da criatividade.

O diálogo com a militância não pode ser atitude voluntarista, mas fruto de um projeto político. Hoje, a relação com os movimentos sociais é feita por secretarias que pouco contato têm entre si. É preciso repensar os papéis da Secretaria de Movimentos Populares, da Secretaria de Mobilização e das Secretarias Setoriais e dar funcionamento à estrutura partidária a partir de efetiva concepção política, evitando que se criem espaços de poder pouco articulados e que não contribuam para a qualidade da ação política do PT junto à sociedade.

Neste 3º Congresso o PT reconhece necessidade de debater profundamente suas práticas e a cultura política que as sustentam, o que deve fazer com que artistas, intelectuais e militantes da cultura tenham um papel mais importante na construção do ideário e atuação partidária.

O partido precisa se aproximar dos intelectuais do país – destacamos especificamente os artistas e os acadêmicos, seja através da Fundação Perseu Abramo, seja através da Secretaria Nacional de Cultura, ou ainda por meio de ações de seus diretórios, considerando que essa reaproximação não poderá se dar em função de interesses eleitorais, mas pela necessidade de reelaboração de nosso projeto de nação³.

Infelizmente a tradição partidária ainda não percebe a cultura como base para um projeto de sociedade. Por outro lado, também é verdade que várias administrações petistas têm apresentado políticas ousadas e inovadoras de gestão cultural. Essas experiências, porém, ainda não se transformaram em programa partidário coeso, sistematizado e com diretrizes definidas. É necessário que o partido se organize de forma articulada, integrada e integradora com os agentes da cultura.

Nossa atuação deve ter em sua agenda a integração com os grandes problemas nacionais a fome, a juventude, a educação, a saúde e a moradia,

3. Trecho elaborado a partir do documento aprovado no último encontro setorial nacional do PT em 2005.

estimulando a criatividade, a fruição e o estímulo às manifestações culturais e artísticas, envolvendo e integrando o povo em torno das múltiplas faces e valores da cultura, garantindo, assim, o pleno exercício da democracia. Onde existir uma gestão petista, é fundamental que exista também uma política pública de cultura que viabilize a realização de fóruns onde a comunidade cultural seja estimulada a se organizar, possa se expressar e trocar experiências com a finalidade de enriquecer a gestão governamental e fortalecer a diversidade cultural.

Devemos estruturar a atuação do partido de forma que ele pense a ação cultural como assunto estratégico de governo e de poder. Nosso projeto de sociedade democrática, justa e socialista, passa por uma concepção de política cultural que fomente ações que visem a transformação da estrutura, relações e valores.

A SECRETARIA NACIONAL DE CULTURA DO PT

Para que isso tenha consistência, temos de reconhecer que a elaboração de conceitos, a organização partidária e o sucesso nas administrações públicas só tem sido possível graças ao empenho da incansável militância partidária que soube, ao longo dos vinte e sete anos de história do PT, trabalhar de forma sistemática os desafios da política, afirmando sua dimensão cultural.

Nesse sentido, uma das vitórias que marcaram a tradição do PT, foi o reconhecimento e a institucionalização da Secretaria Nacional de Cultura, fruto da insistência constante da diversidade da produção cultural, situando a cultura para além de eventos.

A Secretaria Nacional de Cultura foi criada em março de 2003, através de decisão do Diretório Nacional, portanto após a aprovação do atual Estatuto do PT. A partir desta decisão foi realizada a primeira Conferência Nacional de Cultura, com participação de 21 estados do país, representada por cerca de mil pessoas. A capilaridade demonstrou a relevância do tema junto a militantes petistas e a capacidade histórica do partido em rever em sua estrutura um forte elemento constituinte desde a sua formação que é a atuação de artistas e intelectuais na trajetória petista.

Esta atuação foi por muito tempo considerada acessória, restrita aos palanques de campanha, programas de TV e de governo. Ao sistematizar sua relação com a Cultura, ganhou o PT, pois retomou o caminho de interlocu-

ção com uma camada da população tão rica em suas práticas socioculturais quanto carente em sua inserção nos debates conjunturais da sociedade.

Ainda assim, em que pese a necessidade de discussão de tantos temas quanto forem apresentados pela militância organizada do PT no Congresso, é necessário definir a relação entre os diferentes níveis para que se estabeleça a validade e a representatividade das Secretarias Setoriais, onde hoje está inserida a Secretaria Nacional de Cultura. É necessário que a capilaridade seja um fator importante para a organização e validação das instâncias. Somente com atuação na ponta – direta nos municípios e, portanto, na base direta – teremos uma rede capaz de ampliar a capacidade de organização do PT junto aos movimentos sociais e a sociedade civil organizada.

O PT RESOLVE:

| Realizar uma campanha nacional pela aprovação da PEC 150/03 que determina a vinculação de 2% do orçamento federal para o Ministério da Cultura e organiza, orçamentariamente, o Sistema Nacional de Cultura.

| Apoiar as demandas por reestruturação do serviço público federal de cultura, com o fortalecimento das carreiras, dos salários e do corpo de servidores.

| Apoiar e divulgar a Convenção da Unesco sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais.

| Criar o Conselho Nacional do PT, que se reunirá no mínimo uma vez ao ano com representantes da “sociedade civil petista” e de governantes e parlamentares de nosso partido, conforme segue:

- a. Prefeitos de capitais, senadores, deputados federais, governadores e um representante do governo federal – quando este tiver a participação ou liderança do PT.
- b. Artistas e intelectuais indicados pela SNCult e pela Fundação Perseu Abramo, representantes de Movimentos Sociais e Populares organizados nacionalmente, por indicação da Secretaria de Movimentos Populares, representantes de entidades e organizações amigas do PT, conforme indicação da presidência do partido.

| Providenciar, para fins históricos, o registro da Secretaria Nacional de Cultura no Estatuto do partido, considerando decisão anterior do Diretório Nacional.

| Estimular a organização de bibliotecas nos Diretórios Municipais.

| Elaborar e realizar um projeto cultural piloto em 15 municípios brasileiros com tamanhos e características diferentes, tornando os respectivos Diretórios Municipais polos culturais e modelos de contato com a militância e a sociedade.

| Os custos para a realização deste projeto serão financiados por um consórcio entre o diretório Nacional de os Diretórios Estaduais envolvidos.

| Participação política das instâncias de cultura nas decisões das ações relativas deste segmento em atividades partidárias e de campanha, possibilitando a indicação de ações e propostas condizentes com a realidade apresentada pelo setor.

| Definição de um orçamento próprio para a Secretaria Nacional de Cultura, definido a partir do orçamento global do partido, em cada unidade federada onde o PT estiver organizado, sendo que sua execução ficará a cargo das respectivas Secretarias e Coordenações de Cultura que tiverem cumprido todas as exigências do PED, e que apresentem propostas concretas com vistas à organização da militância, subsidiando-as com ferramental necessário para apresentação e disputa de projetos junto à sociedade civil. Além disso, deverão prestar contas sobre o trabalho realizado à Executiva local do partido.

EDUCAÇÃO

“A educação é um direito de todos, que deve ser assegurado ao longo da vida”. Garantir esse direito é hoje o mais importante desafio estratégico do país. A educação é uma das condições para o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riquezas e a soberania da nação e se constitui a um só tempo, em meio e objetivo do desenvolvimento e diminuição das desigualdades. A educação, sozinha, não pode promover a transformação necessária. Sem ela, essa transformação será impossível. (...)

O governo do presidente Lula compreende que os processos educacionais devem estar comprometidos com o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada ser humano, devem facilitar a compreensão da relação homem com a natureza, a sociedade e a cultura no tempo e no espaço, tendo-se, para isso, a ética como referência para conhecer e para ser. O sujeito educado pode buscar individual e coletivamente melhores

maneiras de superação das condições de desigualdade material e cultural, de resolução dos conflitos por meios democráticos.

Esta concepção implica que a escola, sempre influenciada pelas dinâmicas e relações sociais, seja um espaço de investigação e polo de construção e organização da cultura, que interaja e valorize as várias experiências sociais e culturais de seus alunos e comunidades.

Tal esforço deve estar associado ao aperfeiçoamento dos canais e dinâmicas de participação social consagrados pela Constituição, pela lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação específica aos Estados e Municípios. As experiências realizadas no país, que alargaram significativamente as esferas públicas de participação social, têm demonstrado que o envolvimento dos vários segmentos da sociedade na discussão das políticas educacionais é determinante para o aperfeiçoamento da democracia no país, para a superação das desigualdades sociais e regionais e para a cooperação e integração do Brasil com vários países do mundo. (Programa de governo do presidente Lula).

Essas concepções, presentes no programa de governo do presidente Lula, demonstram que a prioridade conferida à educação de qualidade social diz respeito a uma determinada visão do desenvolvimento nacional. Segundo essa visão o acesso às condições de produção do conhecimento, em todos os campos, é um direito sem o qual não poderá haver diminuição das desigualdades, superação da exclusão e produção de conhecimento. A produção e a apropriação de conhecimento é condição insubstituível do desenvolvimento econômico e social e o compromisso em garanti-la implica que o debate sobre as políticas educacionais levado a efeito no país é uma das condições para que a democratização desse direito.

Nosso segundo governo, por decisão do presidente Lula, traz para o âmbito do governo federal, respeitados os princípios federativos, uma firme atuação visando à busca e a garantia da qualidade da educação pública como direito de toda a população.

Além do compromisso com a conquista, histórica, do Fundeb e com sua regulamentação; com a valorização e integração entre os níveis e modalidades de ensino para os quais foram estabelecidas políticas nacionais voltadas a garantia da qualidade, do acesso e da democratização da gestão da educação, o governo lança um plano de educação que tem como eixo a qualidade da educação em estreita colaboração com estados e municípios.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de 39 ações⁴ anunciadas pelo Ministério da Educação em abril desse ano, traduz o compromisso de tornar a educação uma prioridade do governo e da sociedade brasileira, com vistas a atingir novo patamar de qualidade a partir de novos padrões de gestão e de financiamento por meio do Fundeb.

O dois movimentos, seja o de buscar a adesão da sociedade para tornar a educação uma prioridade do país, seja o de envidar esforços para a conquista da qualidade – ao mesmo tempo em que se amplia o acesso à educação básica e ao ensino superior públicos, representam uma ruptura importante com as políticas governamentais de vocação neoliberal.

Tais políticas apresentaram ao menos duas faces à sociedade. A primeira, a de subordinação das metas e orientações educacionais à redução do papel do estado em todas as áreas o que implicou uma forte restrição de recursos e a focalização de políticas – como no caso do ensino fundamental – apresentada à sociedade como empenho em estabelecer prioridades.

A limitação do direito à educação de crianças e jovens ao ensino fundamental ocorreu, aliás, sem oferecer-lhes as condições mínimas de acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela sociedade como instrumento de emancipação e construção de novos saberes.

A segunda, a de uma forte redução dos horizontes culturais de milhares de crianças e jovens na medida em que a educação foi instrumento, quando muito, de reprodução de conhecimentos e não de construção e domínio de suas condições de produção. Também nesse caso as políticas focalizadas resultaram em investimentos em projetos pontuais, fragmentados e fragmentários que subtraíram da maioria da população o direito inalienável e inadiável a uma educação de qualidade e democrática.

Por essa razão, o PT apoia a mais ampla mobilização do país no sentido de tornar a educação uma prioridade e empenhará o melhor dos seus esforços para que a democratização do acesso e da gestão da educação se tornem inseparáveis da busca por sua qualidade social.

4. As ações previstas no PDE são as seguintes: Fundeb, Incentivo à Ciência, Transporte Escolar, Plano de Metas, Brasil Alfabetizado, Luz para Todos, Piso do Magistério, Formação, Educação Superior Reuni, FIES e PROUNI, Biblioteca na Escola, Educação Profissional, Estágio, Proinfância, Salas Multifuncionais, Pós-Doutorado, Censo pela Internet, Saúde nas Escolas, Olhar Brasil, Mais Educação, Educação Especial, Professor Equivalente, Guia de Tecnologias, Coleção Educadores, Dinheiro na Escola, Concurso, Acessibilidade, Cidades-Polo, Inclusão Digital, Gosto de Ler, Conteúdos Educacionais, Planos Escolares, Formação da saúde, Literatura para Todos, Proext: extensão, ensino e pesquisa, Licenciatura de Qualidade: Prodocência, Nova Capes, Provinha Brasil.

Tal mobilização deverá voltar-se à defesa e aperfeiçoamento do PDE como política de Estado de forma a superar-se no país uma educação pobre e empobrecedora para os setores populares, bem como sua subordinação à lógica do mercado. Deverá assim, fazer do PDE um caminho para garantir a inserção da educação no campo dos direitos de forma a garantir qualidade social possibilitando acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Momento privilegiado desse processo deverá ser a I Conferência Nacional de Educação na qual se poderá tratar de maneira articulada e integrada todos os níveis de ensino com ampla participação social, particularmente dos movimentos sociais.

A Conferência, precedida por Conferências Municipais e Estaduais, será espaço privilegiado para que se possa avaliar e articular as definições da LDB, do Plano Nacional de Educação e do PDE, propondo-se alterações e mudanças nestes instrumentos de política pública, se for o caso.

Desde já o PT se dispõe a contribuir com a discussão de uma pauta que, apoiada no programa de governo que elegeu o presidente, contribua com o aperfeiçoamento do plano.

SOBRE AVALIAÇÃO E O IDEB

Conforme indicado no programa de governo a avaliação deve se constituir em instrumento de aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico das escolas e das políticas educacionais sob responsabilidade de estados e municípios, razão pela qual tem forte poder indutor. Para tanto deve se referir a processos – e não apenas a resultados – deve ter caráter cumulativo e contínuo, tal qual definido qual definido pela LDB, envolvendo alunos, familiares, educadores, gestores e procedimentos de gestão de maneira a permitir o estabelecimento da cultura do planejamento e replanejamento da política educacional. Por essa razão ainda que o Ideb se constitua em um indicador importante – na medida em que combina dados de fluxo escolar com os instrumentos de avaliação de desempenho em português e matemática –, ainda que a Provinha Brasil possa oferecer informações significativas sobre a aquisição da escrita no processo da alfabetização, esses indicadores são insuficientes para induzir a cultura da avaliação vinculada ao planejamento e a gestão da

política educacional nos estados e municípios e, ainda mais, para induzir as políticas nacionais nas áreas de formação e currículo.

Em função dessas considerações sugere-se que o MEC incentive a avaliação externa e interna dos sistemas municipais e estaduais de educação e estenda a avaliação a outros campos do conhecimento imprescindíveis ao desenvolvimento cultural das gerações que passam pela escola. Sugere-se ainda, a realização de uma avaliação combinada que incorpore no Ideb outros indicadores – avaliados pelo Saeb – como condições culturais, sociais e as estruturas físicas, humanas e administrativas das escolas visando a concretização da avaliação processual indicada.

A dinâmica do Sinaes pode se constituir em uma referência para esse fim.

FORMAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Uma das metas apontadas pelo programa de governo para que se consiga alterar os padrões de qualidade da educação refere-se ao aperfeiçoamento da gestão da educação no país. Trata-se de fortalecer e apoiar os municípios para que definam políticas educacionais à luz dos programas de governo, dos planos nacional, estadual, municipal de educação e das metas projetadas a partir do Ideb. No mesmo sentido é fundamental que sejam definidos mecanismos de planejamento e gestão dessas políticas que permitam a articulação e integração de ações e equipes, a racionalização no uso dos recursos de toda ordem e, o que é fundamental, diálogo e orientação permanentes as unidades educacionais.

O aperfeiçoamento da gestão é indissociável de sua democratização visando a superação do gerencialismo presente em vários sistemas de ensino. Por essa razão é necessário fortalecer a articulação de iniciativas do governo voltadas para esse fim. Também nesse sentido, vale destacar, a importância do empenho de todos os segmentos para o encaminhamento e aprovação dos projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado visando aperfeiçoar a democracia nas unidades educacionais (inclusive nas instituições federais de ensino) em todo país. Por meio da escolha de dirigentes pela comunidade, pela valorização dos projetos políticos pedagógicos (PPPs) das escolas – como instrumentos de planejamento coletivo –, pela constituição de conselhos escolares deliberativos e representativos dos segmentos da comunidade escolar será possível ampliar a democracia nas unidades educacionais.

A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E A INSTITUIÇÃO DE NOVOS PADRÕES DE GESTÃO PEDAGÓGICA

A criação do Piso Salarial Profissional Nacional contribui para que o país assegure a valorização profissional dos trabalhadores em educação de maneira a reverter o aumento do déficit e evasão de profissionais na área. Com a instituição do piso, será possível atingir, progressivamente, melhores condições salariais para o conjunto dos trabalhadores em educação do país, em especial para o magistério (PL 619/07). Trata-se de assegurar que possam dedicar mais tempo a seus alunos em uma mesma escola por meio da investigação, da formação e do desenvolvimento do projeto político pedagógico em cada unidade.

Mas, além do salário para que o professor possa dedicar mais tempo à formação e ao trabalho individual e coletivo voltado à investigação sobre os alunos e à construção e acompanhamento do projeto político-pedagógico é preciso que sua jornada de trabalho preveja esse tempo.

A instituição de uma jornada integral que suponha o trabalho coletivo e a formação individual tem duas implicações fundamentais: a ressignificação da docência – na medida em que o trabalho do professor deixa de ser reduzido estritamente à sala de aula; e a de que a qualidade da educação não resulta apenas da formação e dos méritos individuais. Uma jornada que destine tempo para o exercício da investigação, reflexão sobre prática e sobre os campos do conhecimento e da criação humana. Uma jornada que permita a elaboração e a construção de novos saberes pedagógicos pelas equipes das escolas, com os aportes da formação continuada, representa um grande impulso para que as necessidades e dificuldades dos alunos sejam tratadas com maior profundidade e melhor nível de elaboração no que se refere ao desenvolvimento do currículo.

Por essa razão tem grande importância a aprovação do PL 1.592/2003 que visa fixar diretrizes nacionais para a carreira dos profissionais da educação. Além das diretrizes de carreira será necessário que os Municípios, Estados e União assegurem o financiamento desses investimentos na valorização profissional. Na mesma direção merece apoio o PL 6.206/2005 que contribui para a profissionalização dos funcionários da educação.

A qualificação profissional dos educadores deverá merecer grande atenção, particularmente no que se refere à combinação entre formação à distância e presencial.

No que diz respeito especialmente à formação continuada dos trabalhadores em educação, vale ressaltar a necessidade de que tenha caráter multidisciplinar, particularmente no que se refere aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Tal caráter multidisciplinar, marcado pelo diálogo entre as áreas do conhecimento, pode permitir a construção de uma visão crítica sobre eles; pode permitir também a ampliação do universo cultural dos educadores necessária ao desenvolvimento mais complexo e eficaz com os alunos de noções em vários campos do saber com os quais, necessariamente, se relaciona a alfabetização.

A qualificação social e profissional dos trabalhadores em educação é um dos elementos mais importantes para o sucesso do PDE e deverá merecer grande atenção. Deverão ser construídos itinerários formativos que permitam aos trabalhadores vislumbrarem o conjunto do seu processo formativo, com a combinação adequada entre formação presencial e à distância, bem como deverão ser construídos processos de reconhecimento dos saberes construídos no trabalho. A participação dos atores sociais da educação é imprescindível em todas as etapas da gestão da formação continuada dos trabalhadores em educação.

Os programas de formação e capacitação profissional devem ser intrinsecamente articulados com a carreira.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

No âmbito das determinações do Decreto 6093, que prevê o estabelecimento do Plano Plurianual de Alfabetização como condição do apoio técnico e financeiro da União a Estados, Municípios e Distrito Federal, é relevante que se destaque a integração entre EJA, certificação de conhecimentos e saberes, qualificação social e profissional e geração de emprego e renda. Trata-se de ampliar a formação de jovens e adultos e contribuir para a superação das condições de exclusão, tal qual indicado no programa de governo.

A EJA não pode ser exclusivamente voltada para a alfabetização, mas deve ser direcionada também para o ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e ensino médio, com ênfase nos currículos integrados (educação básica e qualificação social e profissional). Também não pode ser exclusivamente voltada para o domínio da leitura, escrita e da aritmética, sendo fundamental as abordagens do contexto social e territorial, além da história das comunidades onde

se inserem os educandos contribuindo para o fortalecimento das suas identidades sociais e fornecendo-lhes o instrumental para uma leitura do mundo na perspectiva emancipatória. Nesse mesmo sentido o Programa Pró-Jovem deverá, necessariamente, estar articulado com as ações de educação de jovens e adultos dos municípios e estados.

Visando aperfeiçoar essa formação dos alunos, é importante que nos estados e municípios seja favorecido o acesso e o contato com a produção cultural da forma mais ampla possível.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A necessária expansão da educação profissional de nível técnico e tecnológico deve ser acompanhada por medidas que superem a concepção produtivista e mercadológica, voltada exclusivamente para a empregabilidade, ainda hegemônica no país. Currículos integrados (a exemplo do Proeja, Saberes da Terra, Projovem e Trabalho Doméstico Cidadão), formação de educadores de educação profissional, reformulação das diretrizes da educação profissional baseada no Decreto 5.154, participação dos atores sociais na gestão de programas e ações são questões centrais que devem merecer prioridade.

Quanto à formação inicial e continuada de trabalhadores (FICT), é fundamental a sua regulação, abrangendo não apenas as ações do governo federal, estadual e municipal, como as ações do Sistema S e a formação nas empresas (“educação corporativa”). Esta regulação, assim como a articulação do MEC com o Ministério do Trabalho e Emprego na construção do repertório nacional de qualificações e no catálogo nacional de cursos e entidades de FICT inibirá fortemente o desperdício de recursos causados pela fragmentação, superposição ou inadequação de ações, bem como o retorno de políticas compensatórios de qualificação, como o Planfor. Do mesmo modo, é fundamental a regulação da certificação profissional, hoje sob o domínio privado e sob o controle de mecanismos de qualidade total (“certificação de pessoas”).

DISCUSSÃO DO REUNI E FORTALECIMENTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O programa de reestruturação e expansão das universidades federais – Reuni lança desafios importantes quanto à ampliação e ocupação

das vagas nas universidades federais. Eles dizem respeito à ampliação das condições de acesso de milhares de jovens à universidade bem como ao aprimoramento das condições de realização, permanência e conclusão dos cursos. Esses objetivos se traduzem, entretanto, em medidas cujos fundamentos merecem maior e melhor discussão por todos os segmentos das universidades e pela sociedade. Destacamos particularmente: a elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito ao final de cinco anos; a ausência a esse respeito de referência à pós-graduação; a superação da evasão e o comprometimento com a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento por políticas geradas, exclusivamente, no interior das universidades federais e ainda, a ampliação da mobilidade estudantil com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que garantam mobilidade dos estudantes.

Em relação ao acesso é importante que todos os esforços sejam realizados pela sociedade visando à aprovação do PL 73/99 para a institucionalização das reservas de vagas.

Por outro lado, a qualidade da educação superior pública deve continuar a ser referência para o sistema A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser cumprida rigorosamente pelas universidades, sejam públicas ou privadas.

Esse, por sua vez, necessita de marcos regulatórios de contornos mais definidos, que balizem a criação e o funcionamento das instituições. Esses marcos devem estar articulados com os procedimentos nacionais de avaliação nacional já consubstanciados no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

Vale ressaltar, ainda, a necessidade de que o Reuni estabeleça mecanismos de valorização e capacitação dos trabalhadores e que tal processo esteja articulado à carreira nacional.

Cabe destacar também a importância da qualificação e realização dos cursos de formação inicial e continuada à distância no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. A atenção para o equilíbrio entre os momentos de atividades presenciais e as orientações à distância são imprescindíveis para assegurar a qualidade desses cursos e o acesso dos estudantes.

REGIME DE COOPERAÇÃO

São condições indispensáveis para que se concretizem mudanças estruturais no desenvolvimento da educação nacional a regulação do regime de cooperação e formas de articulação entre os entes federados, bem como a organização de um Sistema Nacional de Educação, regulamentando o artigo 23 da Constituição Federal.

REALIZAÇÃO DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Conferência Nacional de Educação, cujo processo foi iniciado em 2007, é um marco inédito em termos da democratização da gestão educacional no país.

Seguramente o processo de realização da Conferência, terá um efeito demonstrativo importante para municípios e estados. Tanto no que diz respeito à mobilização social quanto aos processos de elaboração e/ou acompanhamento e compatibilização dos planos municipais, estaduais de educação e das metas do PDE.

É fundamental que esse processo de compatibilização entre os Planos e o PDE em cada município e estado resulte também na articulação entre os vários canais de participação existentes em cada localidade de modo a se evitar superposição de ações e iniciativas e o esvaziamento de algum desses espaços.

Como já indicado, essa será uma oportunidade para a participação da sociedade, em particular dos movimentos sociais, na discussão dos rumos da educação no país. O processo de preparação ocorrerá fundamentalmente, por meio de Conferências Estaduais de Educação. No caso dos municípios de maior influência para o desenvolvimento do Estado ou Distrito Federal, bem como das capitais das Unidades Federadas, deverão ser realizadas Conferências Municipais de Educação. Tais conferências deverão representar uma oportunidade rara para a troca de experiências, assim como para a elucidação das várias concepções de educação e políticas educacionais no Brasil na medida em que realize um balanço da implementação do Plano Nacional de Educação e a prospecção de novas metas para a educação brasileira.

A POLÍTICA INTERNACIONAL DO PT

A maioria dos partidos políticos brasileiros dedica pouca atenção aos temas relacionados às questões internacionais e de política externa do país. Este não é o caso do PT, que desde sua fundação vem desenvolvendo uma intensa atividade nesta área e conta, desde 1984, com uma Secretaria de Relações Internacionais.

A DÉCADA DE 1980

Na década de 1980, as relações internacionais do PT estiveram fortemente vinculadas ao trabalho de solidariedade e denúncia contra violações aos Direitos Humanos em nosso continente. Nesse tempo, em muitos países da América Latina e Caribenha lutava-se contra ditaduras militares.

Na América Central e no Caribe, o PT deu apoio concreto aos diferentes processos de luta, seja na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala, bem como na defesa de Cuba perante o bloqueio dos Estados Unidos.

Um exemplo desse período foi a brigada de solidariedade internacional que o PT manteve na Nicarágua entre 1985 e 1987, por solicitação da FSLN, composta por seis militantes com atuação na área de saúde.

Na América do Sul, foi expressivo o trabalho de solidariedade com as entidades de defesa de Direitos Humanos que denunciavam os terríveis atropelos à dignidade humana no Chile, na Argentina, no Uruguai.

Esse trabalho abriu espaço para a participação, nas campanhas pela Anistia e por Direitos Humanos no Brasil, de muitos dos exilados chilenos, argentinos e uruguaios aqui residentes.

Depois da Lei de Anistia de 1979, muitos integrantes do Comitê Brasileiro pela Anistia prosseguiram sua atividade em entidades como Clamor (Comitê de Defesa dos DDHH para os países do Cone Sul) e o CBS (Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos de América Latina).

Também neste período, foi muito intensa a relação com o governo e com o Partido Comunista de Cuba, que acolheram muitos militantes da esquerda brasileira, durante a ditadura militar no Brasil. Outras organizações, como a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação Nacional da

Argélia (FLN), vários partidos comunistas e socialistas de países ocidentais, bem como países da Europa Oriental, tiveram a mesma atitude solidária, o que se traduziu na relação entre petistas, estes partidos e países.

É importante lembrar que, nos anos 1980, o PT não tinha a importância que possui hoje. O PT só se afirmaria internacionalmente no final da década dos 1980, especialmente com a eleição direta para presidente de 1989, depois de quase trinta anos de ditadura militar, quando Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello se confrontaram no segundo turno.

A partir deste momento, iniciou-se uma nova fase das relações do PT com partidos e governos, em todo o mundo, com base no reconhecimento e no respeito que lhe imprimiam a impressionante votação de 1989.

O apoio recebido pela candidatura Lula e pelo PT, neste momento, encontra paralelo nas manifestações de solidariedade internacional ao movimento grevista, na virada entre as décadas de 1970 e 1980. Essas manifestações vinham um pouco de toda a parte, mas principalmente do sindicalismo europeu, que pouco depois se converteria em forte movimento de apoio à CUT, fundada em 1983.

O apoio dado à CUT pelo sindicalismo europeu repercutiu no partido, que passou a relacionar-se com os líderes e partidos políticos vinculados às diversas centrais sindicais.

A atuação internacional da CUT permitiu também o início de uma relação mais estruturada com as centrais sindicais da América Latina e Caribe, em especial a formação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), em 1986. Essa iniciativa teve como objetivo inicial promover o intercâmbio entre as experiências sindicais dos países vizinhos, na tarefa de articular propostas e ações do movimento sindical, nos marcos do processo de integração regional.

A DÉCADA DE 1990

A crise dos países socialistas, cujo auge foi entre o final dos anos oitenta e o início dos anos noventa, impactou fortemente as relações internacionais do PT, consolidou a opção petista por trilhar caminhos próprios no cenário mundial, desenvolvendo relações com todos os partidos democráticos e de esquerda, pertencentes a diferentes tradições.

Esta opção pluralista se materializou com força na convocatória das organizações, movimentos e partidos de esquerda da América Latina e Caribenha para uma reunião, em julho de 1990, na cidade de São Paulo.

A motivação principal desta reunião foi reunir as esquerdas do continente, para refletir sobre os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e pensar alternativas ao predomínio das políticas neoliberais executadas por governos como os de Collor, Menem, Fujimori e Salinas de Gortari.

A partir da convocatória feita pelo PT, nasceu o que futuramente se chamaria Foro de São Paulo, que ao longo dos últimos 17 anos contou com a participação ativa da Frente Ampla de Uruguai, da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) de Nicarágua, do Partido Revolucionário Democrático (PRD) do México e do Partido Comunista de Cuba, entre outras forças políticas.

Além de participar ativamente do Foro de São Paulo, respondendo por sua Secretaria Executiva, o PT participa da Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL) e da Coordinación Socialista Latinoamericana (CSL).

Ao mesmo tempo que priorizamos, durante os anos 1990, a construção de relações estáveis com partidos e movimentos de América Latina e Caribenha, não descuidamos das relações com partidos de outros continentes. Na Europa, por exemplo, desenvolvemos vínculos com os todas as correntes partidárias: comunistas, social-democratas, verdes e outros partidos de esquerda.

O PT foi o primeiro partido brasileiro a introduzir a questão da integração regional na sua agenda. Foi assim que, em 1993, o partido promoveu o Seminário Nacional sobre o Mercosul, na capital do Estado do Paraná. A “Carta de Curitiba” resultante deste seminário influenciou os programas eleitorais que apresentamos em 1994, 1998 e 2002, propondo mudanças nos rumos do Mercosul.

Também nos anos 1990, é importante salientar a atuação internacional das prefeituras petistas. Administrações dirigidas pelo PT participaram ativamente, em 1995, da criação da rede Mercocidades, que hoje conta com cerca de 180 cidades. O governo municipal de Porto Alegre e, posteriormente, o governo do Estado de Rio Grande do Sul constituíram-se em referências importantes de políticas públicas inovadoras, em especial do orçamento par-

ticipativo, o que explica a decisão de realizar, naquela cidade e naquele estado, as primeiras edições do Fórum Social Mundial.

Também na década de noventa, a CUT decidiu intervir diretamente no processo de integração regional oficializado pelo Tratado de Assunção (1991). Ante a indiferença dos governos, que concentravam seus esforços na dimensão comercial do processo de integração, e dos políticos tradicionais, que pouco discutiam o tema da integração, chama nossa atenção a densidade do trabalho das centrais sindicais, em favor da dimensão social do Mercosul. A vocação integracionista da CUT e do PT foi pioneira e rompeu as fronteiras nacionais, à procura dos seus pares nos países do Cone Sul, para tecer acordos horizontais que modificaram o processo tradicional de tomada de decisões.

No plano continental, a ação do movimento sindical e dos movimentos sociais contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi concomitante à denúncia feita pelo Partido dos Trabalhadores dessa proposta estadunidense, que qualificamos como “projeto de anexação”.

Também nos anos noventa, ganham destaque os Núcleos do PT no exterior que, articulados com a Secretaria de Relações Internacionais (SRI), ajudam a organizar os filiados e simpatizantes brasileiros e do país sede do Núcleo; participar e/ou promover ações na defesa dos direitos políticos e políticas sociais dos brasileiros que vivem no exterior; mobilizar os militantes petistas no exterior e fazer campanha para o PT nos processos eleitorais; representar o PT no exterior, quando demandado pela SRI; manter o diálogo permanente com entidades e organizações democrático-populares e progressistas, bem como amigos do PT nos diversos países. Nesses marcos foram organizados o I Encontro dos Petistas na Europa em fevereiro de 1994 em Paris, o I Encontro dos Núcleos do PT no Exterior em dezembro de 1996 em Lisboa, assim como, na década seguinte os II e III Encontro dos Petistas na Europa em 2006 em Lisboa e em 2007 em Paris, respectivamente.

ANOS 2000

Nessa década ainda em curso, a atuação internacional do PT sofre um crescimento exponencial, que se materializou em dois movimentos principais.

Por um lado, temos as várias edições do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre. O FSM contou e segue contando com o apoio do Parti-

do dos Trabalhadores, cuja participação foi determinante para o sucesso e a continuidade dessa reconhecida instância de debates de políticas públicas e articulações sob o lema “Um outro mundo é possível”. Dentre as várias dimensões do FSM, destacamos o Fórum Parlamentar Mundial e o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social (FAL).

O Fórum de Autoridades Locais construiu-se como espaço de encontro e trocas entre governos que se pautam pela “paz, a inclusão social, a democracia participativa, as metrópoles solidárias, a defesa de promoção dos serviços públicos, o direito à cidade e ao meio ambiente sustentável e o respeito aos direitos fundamentais (educação, saúde, moradia e acesso à água), garantindo os direitos de plena cidadania, especialmente dos imigrantes”.

Trata-se de um espaço de resistência e de construção de novas práticas, experiências e organização administrativa, voltadas a impedir ou diminuir os impactos das políticas neoliberais na vida cotidiana de nossas cidades.

A partir do FAL, derivou-se outro espaço de organização: o Fórum de Autoridades Locais Periféricas (Falp), que articula governos locais cujas populações estão submetidas à uma relação de dependência e de exclusão, frente às cidades polos ou metrópoles.

Esta organização de autoridades locais é de suma importância, frente à inércia dos governos dos grandes centros, possibilitando novos arranjos político-administrativos que promovam metrópoles solidárias.

Ainda no terreno da atuação internacional de governos locais, as administrações petistas mantiveram ou assumiram papel de liderança em várias articulações regionais e internacionais. Um exemplo disto foi o processo de unificação de redes mundiais (Federação Mundial das Cidades Unidas e União Internacional de Governo Locais), na organização mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), processo no qual São Paulo e outras prefeituras petistas participaram ativamente. Registre-se, ainda, o estímulo ao debate sobre a cooperação descentralizada e a constituição de um trabalho internacional na Frente Nacional dos Prefeitos.

Nesta década também, a Juventude do PT passou a ter uma atuação mais orgânica nos espaços internacionais. Em maio de 2005, criou-se o GT Juventude e Relações Internacionais, composto por dirigentes e militantes da JPT e contando com participação e acompanhamento da SRI. A JPT foi protagonista na constituição do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul

(FJPM). Este busca ser um espaço de discussão e articulação entre as diversas juventudes de partidos de esquerda da região, permitindo também um diálogo plural entre partidos e movimentos sociais para pensar e concretizar uma integração regional solidária. Além disso, a JPT tem participado das duas internacionais, a FMJD e a IUSY, assim como dos encontros dos movimentos sociais (FSM e outros) e desenvolvido relações bilaterais (com partidos, entre outros, de Cuba, El Salvador, França, Paraguai e Uruguai).

O segundo grande movimento efetuado pelo PT, no terreno internacional, decorre de nossa chegada à presidência da República.

A eleição de Lula, em 2002, e a presença de governos de esquerda e progressistas em vários países da região, mudou os termos de nossa relação com movimentos, partidos e governos progressistas e de esquerda, no Continente e no resto do mundo.

Desde o início de 2003, o PT enfrenta o desafio de articular as relações internacionais do partido com a política externa do governo Lula. O êxito de nossa agenda regional (Mercosul e Comunidade Sul-americana de Nações, hoje Unasul) supõe que o partido consiga estreitar relações com os partidos amigos, bem como movimentos sociais, para que a integração não seja apenas entre governos. Destacamos, nesse sentido, iniciativas como a Aliança Social Continental, que desenvolve importante trabalho de intercâmbio e busca de consenso em torno da construção de um projeto de integração regional solidário.

Um exemplo bem-sucedido foi a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas, projeto apresentado pelos Estados Unidos em 1994 e derrotado graças ao esforço conjunto de partidos, movimentos sociais e governos progressistas e de esquerda.

Hoje, o governo Bush, acuado não só pela esquerda latino-americana e caribenha, mas também pelas pressões protecionistas no Congresso de Estados Unidos, “arquivou” o projeto Alca e o substituiu pela tentativa de negociar Tratados de Livre Comércio entre os EUA e países da região.

Nesta década, além da prioridade para a América Latina e Caribe, não descuidamos das relações com a Europa. E buscamos estreitar relações com partidos do Oriente Médio, da África e da Ásia. Atualmente, o PT mantém protocolos de cooperação com diversos partidos.

O PT seguiu dando prioridade ao Foro de São Paulo, como instância comprometida com a integração regional, a confraternização, o diálogo, o intercâmbio de experiências, a solidariedade e a unidade de ação de amplos

setores da esquerda de nosso continente, sem perder de vista a pluralidade política e a diversidade cultural latino-americana e caribenha.

Ao mesmo tempo, acompanhamos outras organizações, sem que isto implique vínculos organizativos. É o caso da Internacional Socialista, que em 2003 realizou um Congresso na cidade de São Paulo.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

O mundo em que vivemos hoje é profundamente diferente daquele marcado pelo conflito entre “campo capitalista” e “campo socialista” (1945-1990). O atual período é marcado por um grau de predomínio do capitalismo que não possui precedente histórico. Este capitalismo assumiu, nos anos 1990, três formas principais: no terreno das ideias, o pensamento neoliberal; no terreno político-militar, o poderio dos Estados Unidos; no terreno da economia, a força do capital financeiro.

Hoje, o neoliberalismo, os Estados Unidos e o capital financeiro não possuem a mesma “atração” que exibiam no início dos anos 90. A tentativa de impor um mundo unipolar, submetido ao governo dos Estados Unidos, dominado pelo grande capital e pelas fórmulas neoliberais, desencadeou resistências de vários tipos. Vale dizer que o discurso do “Estado mínimo” não corresponde à prática do próprio governo estadunidense.

Podemos dizer, portanto, que embora sigamos vivendo nos marcos do período histórico aberto em 1990, estamos dentro de uma etapa nova, marcada pelo crescimento da resistência e pela construção de alternativas.

A atual etapa internacional é produto combinado de vários processos e acontecimentos. Entre eles, citamos a crise asiática de 1997, que desmoralizou as receitas neoliberais; o surgimento e expansão de grandes mobilizações mundiais (às vezes chamado de movimento altermundista ou antiglobalização); o ataque terrorista contra os EUA, em 2001, e a reação posterior; a afirmação da China como potência econômica; e, finalmente mas não menos importante, a onda de governos de esquerda e progressistas na América Latina e Caribenha.

A nossa é a região do mundo onde a resistência se encontra mais avançada, tendo conquistado governos, impulsionado fortes lutas sociais e constituído um ideário antineoliberal, que em alguns casos é defendido por partidos e movimentos que se proclamam anticapitalistas e socialistas.

Um dos desafios da esquerda brasileira é o de manter um acompanhamento constante da situação mundial. Pensando nisto, a Fundação Perseu Abramo e a SRI criaram o Periscópio Internacional, que divulga todo mês uma síntese dos principais acontecimentos e temas internacionais.

CONJUNTURA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

Vivemos um momento contraditório em nosso subcontinente. Por um lado, as forças pró-capitalistas e neoliberais seguem hegemônicas no terreno econômico-social, nas instituições internacionais e no terreno político-militar, bem como no governo de vários países do continente. Por outro lado, as forças progressistas, democrático-populares e socialistas retomaram parte da capacidade organizativa e de mobilização que tinham antes dos anos 1990, além de ocuparem posições importantes nos governos de vários países da região, a partir dos quais vem buscando reorganizar o tecido social e o funcionamento da economia nacional e regional.

A convergência de vários governos de esquerda e progressistas na América Latina e Caribenha constitui a grande novidade da atual conjuntura. Isto se tornou possível graças à combinação de três elementos principais: os efeitos do neoliberalismo na região, a capacidade que vários partidos demonstraram de capitalizar eleitoralmente a insatisfação popular e o crescimento dos movimentos de contestação.

Os avanços registrados pelas forças de esquerda e progressistas trouxeram consigo enormes possibilidades, mas também velhos e novos problemas. Nossos sucessos eleitorais não significam, ainda, que o neoliberalismo tenha sido derrotado, nem tampouco que o padrão histórico de desenvolvimento capitalista vigente na região esteja perto de ser superado, isto apesar do grande esforço que vem sendo feito por vários governos da região, no sentido de ampliar a soberania, a democracia e as políticas sociais.

Ao longo dos últimos cinco anos tivemos um conjunto importante de eleições na América Latina e Caribenha. Estas eleições no Chile, Colômbia, Bolívia, Haiti, Costa Rica, México, Equador, Peru, El Salvador, Nicarágua, Brasil e Venezuela – revelaram uma correlação de forças, eleitoral e política, marcada pela vitória ou pelo menos pelo crescimento das forças progressistas, nacionalistas e de esquerda.

No caso do Haiti, a vitória de Preval mostra que existem energias populares naquele país, capazes de reconstruí-lo de maneira soberana e autônoma. Após jogar um papel importante no processo eleitoral, cabe ao governo brasileiro exigir que sejam cumpridos os compromissos internacionais de apoio, necessários para alterar a situação material do país. Em comum acordo com o novo governo, a Minustah deve se retirar o quanto antes do país.

Ao lado dos casos já citados, tivemos outras eleições presidenciais cujos resultados devem ser analisados com atenção. É o caso, principalmente, do Peru, Colômbia e México.

No Peru, a disputa principal deu-se em junho de 2006, entre Ollanta Humala, um militar da reserva e candidato pela coalizão partidária Unión por el Peru; e Alan Garcia, que já presidira o país na década de 1980 pelo Partido Aprista.

Na Colômbia o presidente Álvaro Uribe foi reeleito no primeiro turno em maio com 62,2% dos votos. Porém, o Polo Democrático Alternativo alcançou o segundo lugar, com a candidatura de Carlos Gaviria, superando o Partido Liberal e tornando-se uma alternativa real de governo no país.

No México, o candidato do Partido da Revolución Democrática (PRD), Andrés Manoel Lopez Obrador, esteve na dianteira praticamente todo o tempo, enfrentando uma duríssima campanha caluniosa e anticomunista, deflagrada pelos outros candidatos e apoiada pelo governo Fox e pelos grandes meios de comunicação.

Embora na reta final o candidato do Partido de la Acción Nacional (PAN), Felipe Calderón, tivesse subido nas pesquisas, ainda assim dificilmente venceria as eleições. No entanto, no dia 6 de setembro o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário Federal (TRIFE) do México o declarou vencedor da eleição presidencial ocorrida em 2 de julho, por uma diferença de apenas 243.000 votos (0,58%), num total de 41 milhões de votos.

A coligação que apoiou Obrador apontou a ocorrência de irregularidades em cerca de 50 mil urnas, de um total de 132 mil, ou seja, quase 38% dos votos sob suspeita.

O atual ciclo de eleições presidenciais, que deve se encerrar com a disputa na Argentina, ainda em 2007, consolidou e ampliou o leque de governos progressistas e de esquerda na América Latina e Caribenha.

Grande parte, talvez a maioria da população de nosso continente, quer seguir o caminho das mudanças e não aceita continuar sob hegemonia neoliberal.

Este processo de mudanças assume diversas formas, das mais radicais às mais moderadas e institucionais. Entretanto, a resistência da direita à alternância de poder e às mudanças em marcha no nosso continente, assume em todos os casos uma forma muito semelhante e extremamente reacionária.

Na Venezuela impulsionaram um golpe de Estado, derrotado pela intervenção popular. No Brasil, tentaram um golpe midiático. No México, fraudaram eleições. Na Colômbia, apoiam o paramilitarismo.

São evidentes os pontos de contato e de cooperação entre as forças políticas de direita, em cada país, e o governo dos Estados Unidos. A ingerência é particularmente forte na Colômbia, no Paraguai e na América Central (vide El Salvador).

Frente as seguidas derrotas eleitorais, o maquinário político-ideológico da direita tenta introduzir cunhas entre as forças de esquerda e progressistas.

Os partidos políticos de direita, suas lideranças principais, a mídia e as forças econômicas dizem existir na nossa região um confronto entre as forças de mercado e democráticas, versus o “populismo de esquerda” e autoritário.

Tentam estigmatizar e desqualificar nossa política, associando-a com o passado. Ao mesmo tempo, buscam dividir os governos progressistas em dois grupos: a esquerda “moderna” e esquerda “atrasada”, maximizando as diferenças nacionais e as estratégias políticas distintas, minimizando e ocultando os objetivos comuns a todos os nossos governos e partidos.

Existem diferenças reais entre as forças de esquerda e progressistas da América Latina e Caribenha. Estas diferenças devem ser analisadas e entendidas à luz das trajetórias político-culturais de cada país, das especificidades históricas, das distintas estruturas sociais.

A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O tema da integração é fundamental na construção de uma sociedade pós-neoliberal. Trata-se de combinar os desafios e necessidades de cada país de nossa região, com a construção de um espaço comum de cooperação que beneficie os povos. Isto exige enfrentar interesses internos e externos que defendem uma integração subordinada aos interesses das grandes empresas e do imperialismo estadunidense.

Não basta defender a integração como uma resposta aos problemas de cada um de nossos países e aos problemas do conjunto da região. É preciso

compreender que esta integração, para ter sucesso, precisa levar em conta a natureza assimétrica da economia dos diferentes países, bem como as diferenças históricas, culturais e políticas.

É preciso compreender, também, que existe uma contradição potencial entre o fortalecimento da soberania nacional e o projeto de integração econômica, social e política. Do adequado tratamento desta contradição, depende o sucesso da integração.

Os países mais fortes da região precisam oferecer contrapartidas e compensações aos demais. Não se deve defender reciprocidade simétrica entre países assimétricos.

A América Latina e Caribenha tem muitas possibilidades econômicas ainda inexploradas e uma população de aproximadamente 500 milhões habitantes, que conforma um importante mercado potencial. Mas para isso é preciso maior integração física entre nossos países. Sem isso, países que são vizinhos e que poderiam desenvolver relações muito mais estreitas, na prática estão tão distantes quanto os continentes europeu, asiático ou africano. Portanto, o investimento em rodovias, ferrovias, pontes, entre outros é fundamental. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) tem relação com isto. O desafio é garantir que a integração física ocorra sob uma hegemonia política adequada, que permita evitar ou pelo menos controlar os danos colaterais. Por exemplo, que haja severas regras e fiscalização para evitar danos ambientais à Amazônia.

A integração energética é outro fator de suma importância. É conhecido o potencial da energia elétrica hidráulica, do petróleo, do gás natural e da biomassa existente em solo latino-americano. Os recursos naturais existentes na América Latina e Caribe oferecem a base para qualquer projeto de desenvolvimento.

Não nos basta integração econômica, de infraestrutura ou política. É preciso integração entre os povos, o que exige mecanismos institucionais que a promovam, tais como o ensino do idioma dos países vizinhos, de sua história, geografia e cultura. É preciso criar espaços institucionais onde autoridades locais, parlamentares, sindicatos, empresas, possam incidir de forma relevante. É preciso estimular e garantir a livre circulação de pessoas pelas fronteiras.

A política de meio ambiente em áreas fronteiriças e em regiões comuns como a Bacia Amazônica que envolve Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela,

Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil deve ser compartilhada e concertada. Há iniciativas decorrentes do Protocolo de Kyoto que podem ser implementados de comum acordo.

Políticas sociais, como a erradicação do trabalho infantil, trabalho escravo ou análogo, a promoção do conceito de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e políticas de renda mínima também serão fortalecidas à medida que todos os países as adotarem como prioritárias.

A integração não é um projeto simples, nem de curto prazo. O processo europeu, ainda inconcluso e que para nós serve mais como aprendizado do que como modelo a seguir, já leva mais de 50 anos.

O fundamental é garantir que a integração continental tenha no povo seu alicerce fundamental. Também por isso, valorizamos iniciativas como o Somos Mercosul, as cúpulas sociais e, destacadamente, o Parlamento do Mercosul.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A política externa é um dos principais sucessos do governo Lula. Iniciativas como a ação contra a fome e a pobreza, a defesa da taxaço de fluxos financeiros e paraísos fiscais, a abertura da política internacional para a participação da sociedade civil, a prioridade estratégica conferida as relações Sul-Sul, ao continente africano e a integração continental, têm raízes na política de relações internacionais do PT.

O Brasil defende o multilateralismo. A Organização das Nações Unidas precisa de uma reforma estrutural, especialmente no Conselho de Segurança, para que possa cumprir suas funções políticas e normativas. A atual estrutura do Conselho de Segurança, tendo como os membros permanentes com direito a veto os cinco países que saíram vencedores da II Guerra Mundial, não condiz com princípios democráticos.

A política externa do governo Lula não substituiu as relações tradicionais do país, inclusive com os países desenvolvidos. Um exemplo disto é a parceria estratégica com a União Europeia. O fortalecimento das relações Sul-Sul implica em afirmar as posições e interesses do Brasil, inclusive quando se contrapõem às visões dos países centrais, como foi o caso do posicionamento do governo Lula em relação às negociações da Alca, à agenda de negociações

na OMC, à proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU e à guerra no Iraque, entre outras.

Sobre a invasão ao Iraque, é importante lembrar a postura dos governos da América Latina e Caribenha que, tirando El Salvador, se manifestaram contra a invasão. Mesmo países como o México e Chile, que firmaram tratados (Nafta e TLC, respectivamente) com os EUA, votaram contra a guerra na reunião do Conselho de Segurança ampliado da ONU.

O governo tem conseguido construir uma série de alianças estratégicas, como o IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), o G20 na OMC e a articulação de países em torno do combate à pobreza e à fome. Outras iniciativas importantes foram o encontro de países árabes e sul-americanos, a ampliação das relações com os países africanos e o estreitamento de relações com a China.

Estas iniciativas recebem forte oposição de setores conservadores. É que, apesar dos reflexos positivos no crescimento das relações comerciais brasileiras, a política do governo Lula recusa o alinhamento aos interesses das grandes potências, traço característico de outros governos.

O governo Lula apoia as relações internacionais descentralizadas entre municípios e estados brasileiros, com as instâncias político-administrativas homólogas da América do Sul, da Europa e da África. Esta iniciativa, no marco da cultura de relações exteriores brasileiras, é fundamental para desenvolver um modo petista de fazer relações internacionais, envolvendo não só os governos centrais, mas outras instâncias governamentais e os povos em torno de uma agenda de paz e solidariedade.

Alguns exemplos disso são: o apoio à criação e instalação do Foro Consultivo de Municipalidades, Estados, províncias e departamentos do Mercosul; o Protocolo de Cooperação entre Estados e Municípios brasileiros e Regiões e municipalidades Italianas; as políticas de desenvolvimento das regiões de fronteira; a constituição de comitês binacionais de cooperação descentralizada com a França e a Itália.

No âmbito das negociações comerciais, dois fatos indicam claramente a mudança de postura em relação aos governos anteriores:

- a) a paralisação das negociações que pretendiam resultar na criação da Área de Livre Comércio das Américas. É importante considerar o papel que teve, neste sentido, a ação dos presidentes dos países do Mercosul que, na Reunião de Cúpula de Mar del Plata, realizada em fins de 2005, colocaram um

freio que acreditamos definitivo nas pretensões do governos dos Estados Unidos de viabilizar a Alca. O papel do Brasil foi crucial;

- b) as negociações da “Rodada de Doha”, onde a ação do governo brasileiro e dos governos do Mercosul tem sido decisiva para enfrentar os interesses dos EUA e da União Europeia.
- c) a aposta firme e consistente do governo Lula na ampliação do leque de relações comerciais, investindo pesadamente em aumentar o intercâmbio com países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Essa política foi exitosa, não só pelo aumento expressivo, identificando novos mercados e novos fornecedores, mas também porque contribui para a chamada nova geografia comercial.

Apesar de seu incontestável sucesso, essa política foi muitas vezes criticada com o argumento de que as pessoas pobres não têm o que comprar, em mais uma demonstração de preconceito e distorção de visão do mundo. Inclusive porque o governo Lula nunca trabalhou essa abertura para outros países fora do eixo da OCDE, em contraposição às relações com Europa, EUA e Japão, mas sempre como adicional. O resultado é o expressivo aumento nas relações comerciais com resultados históricos.

O presidente Lula lançou, logo no início de seu governo, a iniciativa internacional Ação Global contra a Fome e a Pobreza, a qual mobilizou vários outros presidentes e o próprio secretariado-geral da ONU.

Ao colocar a questão da fome e pobreza na agenda política internacional em todos os fóruns possíveis, desde o Fórum Social Mundial, a Assembleia Geral da ONU, o Fórum de Davos, entre outros, o governo Lula se posicionou de forma propositiva no campo internacional contra as políticas internacionais das forças hegemônicas, particularmente ao afirmar em todas essas ocasiões que a verdadeira guerra que deve ser travada é aquela contra a fome e a pobreza, porque contribuirá de forma eficaz e sustentada contra a violência. Foi também no âmbito da iniciativa da Ação Global contra a Fome e a Pobreza que o presidente Lula reinseriu na agenda política internacional a questão do combate à evasão de divisas (paraísos fiscais) e, sobretudo, da taxação dos fluxos financeiros internacionais, para mobilizar os recursos necessários para o combate à fome e pobreza no mundo. Essa iniciativa teve menos atenção da imprensa e dos formadores

de opinião dentro do Brasil do que teve lá fora, o que dificultou o conhecimento para um público mais amplo.

Por último, cabe mencionar o esforço do governo Lula de abrir a política internacional para outros atores. Além do apoio para ações dos governos locais, já mencionado, houve um esforço para envolver as entidades da sociedade civil nos mais variados aspectos da formulação e execução das políticas internacionais. Isso vale para as negociações na OMC, no Mercosul, mas também para muitos outros fóruns. Espera-se que o segundo governo Lula amplie e consolide esta participação social na esfera da política internacional.

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PT

O PT é um partido internacionalista, anti-imperialista e socialista. Luta por democracia, soberania e igualdade. Luta por uma nova ordem internacional, pela paz mundial e pela integração continental. Busca construir, em escala internacional, um nova hegemonia, baseada no multilateralismo.

Estas grandes diretrizes se traduzem nos seguintes “princípios” de nossa política de relações internacionais.

UMA POSTURA INTERNACIONALISTA, ANTIIMPERIALISTA E SOCIALISTA

O PT busca fomentar, no povo brasileiro, valores e práticas de solidariedade internacionalista, com as lutas por democracia, por soberania nacional e por igualdade social em todas as partes do mundo.

Já no Manifesto de Fundação do PT e em sua Carta de Princípios, o PT afirma sua “solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”. O documento “O Socialismo Petista” (1990) diz que o PT “apoiará ativamente a autodeterminação de todos os povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente”.

Partindo da fraternidade universal dos povos, afirmamos o valor estratégico do internacionalismo. Tal perspectiva ganha força ao pensarmos na multiplicidade de iniciativas em favor de uma nova ordem mundial, constituindo o internacionalismo como fruto de diálogos entre os diversos atores e sujeitos políticos, sociais e culturais.

O internacionalismo e a solidariedade internacional incluem as lutas de cunho planetário, em torno da preservação do meio ambiente e da paz mundial.

O Foro de São Paulo, a Aliança Social Continental, o Fórum Social Mundial, as iniciativas de integração regional e tantas outras, ao congregarem partidos, movimentos e governos (em seus diversos níveis), articulam lutas e demandas locais, nacionais, regionais e mundiais, permitindo tecer alianças rumo a um outro mundo, que pretendemos seja socialista.

O PT faz, em todos os terrenos em que atua, uma crítica e uma oposição permanentes ao imperialismo. O PT mantém relações permanentes com partidos, organizações, movimentos e intelectuais comprometidos com a luta pelo socialismo, sempre preservando sua independência, seu não alinhamento e seu pluralismo ideológico.

O PT estimula a participação de seus governantes, parlamentares e militantes no FSM, no FAL e no Falp, tendo como perspectiva consolidar este espaço público internacional de luta contra o neoliberalismo.

A DEFESA DA PAZ MUNDIAL

O PT defende a solução negociada dos conflitos internacionais, uma nova ordem econômica mundial, o direcionamento dos gastos com pesquisa e venda de armamentos para o combate à pobreza e à fome, o aumento dos investimentos em educação e saúde. O PT defende o desmantelamento dos arsenais nucleares, o fim das pesquisas e desenvolvimento de quaisquer tipos de armas de destruição em massa.

O PT se opõe a toda forma de terrorismo, inclusive ao terrorismo de Estado.

Apoiamos a criação do Estado palestino, o desmantelamento dos assentamentos israelenses nos territórios da Cisjordânia, o reconhecimento mútuo por todas as forças políticas envolvidas e o fim dos ataques mútuos.

Exigimos o fim da ocupação estadunidense no Iraque e no Afeganistão, que mergulhou os dois países numa situação de destruição e guerra civil.

RESPEITO À SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E NAÇÕES

Defendemos o direito de todos os povos à autodeterminação e consideramos a o respeito à soberania nacional um princípio inquestionável de nossa política internacional. Assim, apoiamos:

- i. a luta pela independência de Porto Rico;
- ii. a constituição de um Estado livre e independente para o povo saaraui, a República do Saara Ocidental;
- iii. a constituição do Estado palestino, da forma já citada anteriormente.

Defendemos Cuba e as conquistas sociais da Revolução Cubana, especialmente contra o bloqueio que se estende por já quase 50 anos.

Enfatizamos a necessidade de organismos internacionais baseados no compromisso com a construção de “outro mundo possível” e no respeito a soberania nacional, substituindo e/ou reformando profundamente os organismos internacionais hoje existentes, controlados em geral pelas grandes potências, em particular pelos Estados Unidos.

A REFORMA DEMOCRÁTICA DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

A luta por um mundo mais justo e menos desigual passa necessariamente por reformas profundas no funcionamento e nos objetivos das instituições criadas no pós-guerra, para responder aos interesses do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial.

O PT busca se articular e juntar forças nos debates e nas mobilizações pelo aprofundamento da reforma da ONU e das instituições financeiras internacionais, entre as quais o FMI e o Banco Mundial. É preciso aumentar o peso dos países do Sul e da sociedade civil, aumentar a capacidade de coordenação da ONU e redirecionar os objetivos das instituições internacionais, para priorizar a luta contra as crescentes desigualdades econômicas e sociais e a luta contra a fome e a pobreza. Isto implica, entre outros, apoio às campanhas pela taxação dos fluxos financeiros internacionais como também pelo respeito às normas trabalhistas, por um trabalho decente.

DEFESA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Defendemos a integração regional com vistas ao fortalecimento político, econômico, social e cultural dos povos latino-americanos. Esta integração é condição para a nossa afirmação, já que sozinhos nossos povos não podem lograr o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, solidário e que satisfaça suas necessidades.

Desde a “Carta de Curitiba”, criticamos o caráter excludente, antidemocrático e neoliberal que assumiu em sua fase inicial o Mercosul.

A partir de 2003, com a eleição de governos progressistas, ganharam força visões e práticas que colocam a integração regional como elemento-chave para construir alternativas ao modelo neoliberal. Desde então, assistimos a luta vitoriosa de partidos, movimentos e governos contra a implantação da Alca; assistimos, também, a avanços como a ampliação do Mercosul, a criação do FOCEM, do Fórum Consultivo de Municípios e Estados, a instalação do Parlamento Mercosul, dentre outros.

Para seguir avançando, é imprescindível levar em conta as particularidades locais e nacionais, superar as assimetrias no interior de cada país e entre estes, implementar mecanismos de participação da sociedade civil – incluindo os partidos políticos – e concretizar projetos de integração física, energética e financeira.

Afirmamos a importância de uma articulação crescente das iniciativas de integração existentes (Mercosul, CAN, Unasul, Alba e TCP), por sua complementaridade, tendo em vista as distintas realidades e ritmos próprios de cada país.

ALIANÇAS E RELAÇÕES SUL-SUL

Defendemos a ampliação das relações entre os países em desenvolvimento, buscando fortalecer as posições destes perante os órgãos internacionais e nas discussões de políticas que influenciam diretamente no seu processo de desenvolvimento econômico e social. Acreditamos também que esta diversificação em nossas relações possa diminuir nossa dependência em relação aos países centrais.

Neste sentido, apoiamos e defendemos o fortalecimento das relações com o continente africano, baseadas na cooperação e em nossos laços históricos e culturais.

Apoiamos também a aproximação com os países árabes e iniciativas como a realização da I Cúpula América do Sul Países Árabes, em Brasília no ano de 2005.

Seguindo ainda o princípio de ampliação das alianças e das relações sul-sul, apoiamos as relações estratégicas que o governo Lula estabeleceu com Rússia, Índia, China e África do Sul.

Ressaltamos a necessidade de promover e consolidar o diálogo, não só entre os governos destes países, mas especialmente entre os partidos políticos de esquerda e movimentos sociais destas nações que, inspirados por valores democráticos e internacionalistas, possam contribuir ativamente ao multilateralismo.

DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

Defendemos incondicionalmente os Direitos Humanos, em suas vertentes política, social, econômica, cultural e ambiental.

Defendemos políticas ambientais que busquem uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza. Apoiamos o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para uma economia sustentável. Apoiamos a ampliação das pesquisas e comércio de biocombustíveis, desde que não provoquem danos trabalhistas e ambientais, nem produzam concentração de riqueza e propriedade em mãos privadas. Defendemos o Protocolo de Kyoto. Enfatizamos a proteção da biodiversidade e da sociodiversidade (povos originários, indígenas e quilombolas). Apoiamos as lutas globais contra a fome, a miséria e a pobreza. Apoiamos políticas que levem a uma melhor distribuição da renda gerada, no intuito de diminuir a pobreza e a fome mundiais. Defendemos a soberania e segurança alimentar dos povos.

Diante da força dos fenômenos migratórios, defendemos a discussão de uma Lei Geral de Migrações, que se traduza na proteção dos direitos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil e na elaboração de políticas públicas para o atendimento de suas demandas, inclusive a ampliação do direito de voto e de representação política.

Nesse sentido, é importante para os brasileiros no exterior criar uma Secretaria Especial de Apoio aos Brasileiros no Exterior no governo Federal; reativar os Conselhos de Cidadãos; existir um recadastramento eleitoral permanente e comunicação efetiva das embaixadas e consulados com os brasileiros; fazer acordos bilaterais entre Estados nacionais; reconhecer o direito à nacionalidade para os descendentes de brasileiros nascidos no exterior; erradicar o tráfico e aliciamento de brasileiros e criar um setor jurídico de apoio, uma ouvidoria e programas de formação técnica para os funcionários nos serviços consulares.

Defendemos, ainda, a assinatura, pelo governo brasileiro, da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores

Migrantes e Membros de suas Famílias, da ONU, e dos convênios da OIT sobre os trabalhadores migrantes (n. 97) e sobre as migrações em condições abusivas e a promoção de igualdade de oportunidades e de tratamento aos trabalhadores migrantes (n.143).

ATRIBUIÇÕES, FUNCIONAMENTO E PLANO DE TRABALHO DA SRI

A Secretaria de Relações Internacionais do PT (SRI) tem as seguintes atribuições:

- 1) contribuir para que o conjunto do Partido dos Trabalhadores, em particular sua direção nacional, elabore e aplique uma política internacional compatível com as resoluções dos encontros e congressos partidários;
- 2) manter um acompanhamento constante da situação internacional (através de atividades de reflexão, interface com instituições especializadas, reuniões com organizações internacionais, visitas periódicas a embaixadas, acompanhamento da imprensa internacional, envio e recepção de delegações internacionais);
- 3) fortalecer a presença do PT no mundo, através dos núcleos, da difusão de material partidário, do contato com os meios de comunicação, do envio e recepção de delegações internacionais, da presença partidária em eventos internacionais. Organizar visitas periódicas aos partidos amigos, bem como a países de importância estratégica. Implementar a presença e a atuação sistemática do PT nos países governados por partidos amigos, com destaque para a América Latina e Caribenha. Acompanhar os organismos internacionais que reúnem partidos políticos, com destaque para o Foro de São Paulo;
- 4) estimular a militância, no PT, de estrangeiros residentes no Brasil e que, em seus países, militam em partidos amigos do PT. Cooperar com os partidos amigos, nos processos eleitorais em que têm direito a voto os estrangeiros residentes no Brasil e os brasileiros com dupla nacionalidade;
- 5) acompanhar as atividades internacionais desenvolvidas por petistas (em governos, nos parlamentos, movimentos sociais e núcleos de petistas no exterior). Apoiar o funcionamento dos núcleos dos petistas no exterior, no trabalho de difusão das posições partidárias, no cadastramento eleitoral de

brasileiros, nas campanhas em defesa dos direitos dos residentes no exterior, no contato com as organizações amigas, no contato com as embaixadas;

- 6) estimular a articulação dos governos municipais e estaduais dirigidos por petistas, no sentido de promover a construção de unidade ideológica e política de nossas gestões, a partir da troca de experiências e avaliação da agenda das instâncias de cooperação descentralizada (por exemplo, Mercosidades, União de Cidades e Governos Locais – CGLU e Rede URB-AL União Europeia). Para tanto, a SRI deve ampliar a articulação dos secretários ou responsáveis por relações internacionais dos governos petistas. Deve, também, elaborar um guia de relações internacionais dos governos locais, como forma de capilarização social dos princípios da política de relações internacionais do PT e de ampliação e qualificação dos setores responsáveis por relações internacionais nos governos petistas. Cabe à SRI, ainda, apoiar técnica e politicamente o grupo de secretários e responsáveis por relações internacionais, na discussão de um marco legal para a cooperação descentralizada, debatendo o tema com nossos parlamentares, visando assegurar uma tramitação rápida e aprovação pelo Congresso Nacional.
- 7) desenvolver, em conjunto com a secretaria nacional de formação política e com a Fundação Perseu Abramo (FPA), um trabalho de capacitação da militância no que toca aos temas internacionais. Preservar a memória da atuação do PT nas relações internacionais;
- 8) implementar ou participar de campanhas de massa, envolvendo temas internacionais. Estimular a difusão, no PT, do internacionalismo, da solidariedade, da defesa da integração continental, da luta pela paz, do anti-imperialismo e do socialismo.

A SRI deve organizar, uma vez ao ano, ao menos uma Conferência de petistas que atuam em relações internacionais, para debate e troca de informações. A SRI deve realizar reuniões periódicas em todas as regiões do país. E promover, também periodicamente, debates e atividades formativas com a participação de nossos partidos amigos.

A SRI deve realizar reuniões periódicas com os militantes que atuam com RRII no governo federal, nos governos estaduais, nos governos municipais, nos parlamentos, nos movimentos sociais e movimento altermundista. A SRI deve articular sua atuação com as demais secretarias nacionais do

PT que têm atuação internacional sistemática, tais como juventude, assuntos institucionais, combate ao racismo e sindical. A SRI deve organizar visitas periódicas as embaixadas estrangeiras no Brasil, bem como manter um acompanhamento da atuação das embaixadas brasileiras no exterior.

A SRI deve produzir, mensalmente, um texto de análise e informação sobre a situação internacional, a exemplo do boletim Periscópio Internacional (www.fpa.org.br). E deve produzir, também mensalmente, um texto de análise e informação sobre a situação brasileira, também a exemplo do boletim Periscópio Internacional, voltado para os partidos amigos. Compete a SRI, em acordo com a secretaria nacional de comunicação, monitorar os meios de comunicação estrangeiros (no que falam do PT e do Brasil), bem como as editorias internacionais dos meios de comunicação atuantes no país.

A SRI deve organizar uma rotina de viagens internacionais de dirigentes do partido, com base no plano político aprovado pelo 3º Congresso do PT, dando ênfase para aqueles países governados por partidos de esquerda e progressistas; para aqueles de grande importância estratégica; para aqueles onde a esquerda possui grande força política e eleitoral. Faz parte desta rotina acompanhar as reuniões do Foro de São Paulo e as iniciativas relacionadas a integração continental (Parlamento, Cúpulas sociais, reuniões de chefes de Estado).

À SRI compete implementar, em comum acordo com os núcleos de petistas no exterior, as campanhas eleitorais do PT no exterior, bem como propor à direção do partido a política a adotar no caso das eleições em outros países, nas quais brasileiros de dupla nacionalidade podem votar. Compete a SRI, igualmente, propor à direção do PT a tática do partido nas eleições para organismos internacionais (como o Parlamento do Mercosul).

A SRI, enquanto o PT for escolhido para esta tarefa pelo FSP, será encarregada de manter a secretaria executiva do Foro de São Paulo.

A SRI é composta: a) por dirigente indicado pelo Diretório Nacional; b) por uma equipe de assessoria; c) pelo coletivo de SRI indicados pelas direções estaduais; d) por um coletivo de colaboradores (com reuniões descentralizadas em São Paulo, em Brasília e noutras cidades onde for necessário).

Desde sua criação, a SRI já foi dirigida por: Luís Eduardo Greenhalgh, Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, Paulo Delgado e Paulo Ferreira.

PLANO DE TRABALHO 2007-2010

Cabe ao Diretório Nacional elaborar o plano de trabalho da SRI, com base nas resoluções políticas e organizativas do 3º Congresso, observando a evolução da situação internacional.

Dentre as prioridades para o próximo período, o Congresso aponta as seguintes:

1. Mobilização internacional convocada pelo FSM em 26 de janeiro de 2008.
2. Fórum Social Mundial no Pará, em 2009, precedido pelo Fórum Social das Américas, na Guatemala, em outubro de 2008.
3. XIV Encontro do Foro de São Paulo, em 2008, em Montevideú.
4. XV Encontro do Foro de São Paulo, em 2009, em Cidade do México.
5. As eleições que ocorrerão, nos vários países da América Latina e Caribenha, de aqui até 2010. No caso da eleição do Paraguai, devemos dar atenção especial para o debate em torno de Itaipu. No caso da eleição de El Salvador, é fundamental a solidariedade do PT com a Frente Farabundo Marti.
6. A eleição presidencial brasileira de 2010. O debate sobre a política externa do governo Lula terá forte destaque. Cabe à SRI organizar, em 2009, uma conferência de relações internacionais, para aprovar um documento de balanço da política externa.
7. A eleição para o Parlamento do Mercosul.
8. A ampliação das relações com a África.
9. A quinta edição do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul.

ATUAÇÃO SINDICAL NACIONAL DO PT

O PT nasceu das lutas dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar, o arrocho salarial, em defesa dos direitos da população mais pobre, exigindo políticas públicas do Estado, e lutando pela construção de outra sociedade, justa e igualitária. Um partido da classe trabalhadora, de combate, de luta.

Sua personalidade fortemente anticapitalista fez do PT a principal força política de esquerda do Brasil, uma das principais da América Latina e uma das referências da esquerda e dos trabalhadores no mundo contemporâneo.

Somos fruto do amadurecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que compreenderam a necessidade de uma organização capaz de operar as transformações no Estado, de maneira a atender às suas demandas, na perspectiva de um projeto alternativo de poder, que pressupunha construir um país soberano, democrático e com justiça social. A construção do partido representou a organização de um novo instrumento de intervenção social e política que, até então, não existia, nos moldes sonhados por aquela militância.

Passados 27 anos, após a eleição de milhares de parlamentares nas três esferas, a conquista de centenas de governos municipais, alguns governos estaduais e do governo federal, vivemos numa conjuntura doméstica e internacional absolutamente diferente daquela da criação do PT. A riqueza de origens permitiu ao partido construir um comportamento em relação aos movimentos sociais que significou enorme avanço na compreensão da sua importância estratégica, distanciando-se da forma de agir que os partidos populistas ou da esquerda tradicional sempre tiveram, inaugurando uma nova maneira de relacionamento com a população organizada.

O companheiro Lula é resultado destas lutas e desse acúmulo. Uma liderança política das mais representativas e legitimadas da história republicana que, depois de mais de duas décadas de combate nos movimentos sociais e nos espaços institucionais, chegou (e nós todos chegamos juntos) ao governo central do Brasil. Foi nas lutas que nos forjamos e tornamo-nos alternativa à agenda privatizadora dos governos anteriores, vencendo duas eleições onde a burguesia e sua mídia tudo fizeram para nos derrotar.

Nosso governo enfrenta uma dupla pressão. De um lado as forças conservadoras que tudo fazem para manter a agenda derrotada nas eleições de 2006, e de outro a base social que construiu e elegeu o PT. Embora compreendamos a difícil correlação de forças na nossa sociedade, somos de opinião que, em hipótese alguma, é possível nos submetemos à agenda derrotada e menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados.

Quando nascemos, tínhamos nos operários, trabalhadores rurais e demais trabalhadores organizados, nos estudantes, nos setores médios e no funcionalismo público, nossa base social. A partir do primeiro governo Lula, essa base se ampliou. Hoje somos um partido que é referência para as amplas massas de trabalhadores excluídos e desempregados. Os pobres têm no governo Lula uma expectativa de respostas às suas necessidades e reivindicações, pela sua origem social e pela identidade de classe.

O PT se construiu democraticamente pela base, nos núcleos, no debate democrático. Hoje no governo, o PT não pode perder suas raízes sociais e combativas, pois nos movimentos sociais e na luta do povo estão os alicerces da sustentação e defesa de um governo comprometido com as reivindicações dos trabalhadores. Temos no país um governo em disputa, num terreno em que a luta de classes está viva, e a justificativa da governabilidade (aliança com outras forças para garantir base de apoio parlamentar) não pode servir para descaracterizar nossas propostas e concepções.

Nosso partido, ao chegar ao governo, não pode menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados. Nossos parlamentares e dirigentes não podem esquecer suas origens, pois em sua maioria são oriundos dos movimentos populares ou sindicais e sempre estiveram engajados nas mobilizações dos trabalhadores.

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do governo federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo reconheceu o papel das entidades sindicais, por meio das quais faz a interlocução com o mundo do trabalho. Ao abrir espaço à participação popular, o nosso governo promoveu a socialização do poder. Esta participação não escamoteou os conflitos, ao contrário, permitiu que eles aflorassem, exigindo do governo mais presteza no atendimento das reivindicações e dos movimentos, grande amadurecimento ao se apropriarem das informações do Estado.

Os avanços que os movimentos sociais obtiveram com o governo Lula não têm paralelo na história, embora a nossa expectativa fosse bem maior. Na área trabalhista, houve uma série de conquistas, como a criação de mais de cinco milhões de empregos formais, a recuperação da renda, a elevação do salário mínimo e uma política de valorização permanente, a correção da tabela do Imposto de Renda, a aprovação do Estatuto do Idoso, a facilitação de crédito para trabalhadores com desconto em folha, que fez aumentar o consumo, e a produção. Tivemos os projetos de acesso ao primeiro emprego, à qualificação profissional e o combate ao trabalho escravo e infantil.

O fato do primeiro mandato de Lula ter sido melhor do que qualquer outro governo que o antecedeu não pode ser usado para esconder que existiram muitas insuficiências e equívocos na sua condução política e administra-

tiva. A criação da Lei de Falências e do Supersimples sem qualquer diálogo com a CUT e a relação conflituosa com o funcionalismo público federal são alguns exemplos de ações e comportamentos políticos do nosso governo que poderiam ter sido melhores.

A nossa sociedade é composta de mais de um lado e nós sabemos, exatamente, de que lado estamos. Sempre que necessário iremos às ruas para barrar ameaças de golpe e garantir a governabilidade. Entretanto, não vamos titubear em também ir às ruas para defender os avanços que julgamos imprescindíveis, neste segundo mandato, e protestar contra medidas que possam causar prejuízos aos trabalhadores.

Consideramos necessário aprofundar a mobilização social, o diálogo com os setores desorganizados e criarmos formas de potencializar suas demandas, de maneira a tensionar o governo para a esquerda, pois, com certeza, outros pressionarão no sentido contrário. Um importante instrumento para isto é a constituição de mecanismos de controle social, com a realização de conferências e constituição de conselhos com caráter deliberativo, independência financeira e maioria de representantes de trabalhadores e usuários, garantidos por lei. O movimento sindical tem papel fundamental nessa ação e os petistas que lá atuam devem contribuir de maneira sistemática e organizada para essa disputa.

Devemos contribuir criticamente com as agendas positivas do nosso governo, somando-nos aos projetos e ações que, de maneira inequívoca beneficiam os trabalhadores e a população mais pobre. O PAC aponta para mudanças significativas, pois possui elementos importantes para contribuir com a superação do conservadorismo econômico, colocando o Estado no papel de indutor do crescimento.

No entanto, a concordância com a concepção geral do PAC não implica concordância com todas as suas medidas integrantes. É necessário debater temas como o endividamento dos estados, o tamanho do superávit primário, a política de concessões ao capital privado e a ausência da cobrança de contrapartidas sociais. Existem, além disso, diversas medidas negativas embutidas no Plano, como a que congela os gastos no serviço público nos próximos dez anos (PLP 01/2007). Não podemos esquecer que o PAC é produto da política de coalizão na qual se apoia o governo Lula e, portanto, é um projeto em disputa por diversos setores sociais com interesses contraditórios.

RELAÇÃO DOS SINDICALISTAS COM O PT E O GOVERNO

Os militantes sindicais petistas sempre defenderam (e continuam defendendo) que um ativista partidário deve atuar nas organizações de classe disputando as propostas mais adequadas para o avanço da categoria, mas compreendendo que estas organizações devem ser independentes do Estado e dos partidos, ter sua dinâmica própria, e não aceitarem ser transformadas em “correias de transmissão” da ação partidária ou estatal.

É consenso, que o partido necessita “ouvir” e estar sempre em contato com as organizações de luta dos trabalhadores, de maneira a não se limitar à ação institucional, que é fundamental, mas insuficiente para garantir a verdadeira participação democrática da população, que se dá por meio do movimento organizado. O movimento sindical, pode ser uma “sementeira” de militantes, que no processo de crescimento político se tornam lideranças partidárias e da sociedade como um todo, qualificando e ampliando a luta, ocupando espaços no Executivo e no Legislativo, porém mantendo o vínculo e o compromisso com suas bases.

O excesso de autonomia das nossas bancadas e o fato de se nortearem pela lógica dos mandatos, em detrimento das demandas do Partido e da sociedade civil organizada, têm causado sérios prejuízos na conquista de direitos, combate às injustiças e na luta por uma sociedade socialista. A relação com o Partido, à medida que conquistamos espaços na institucionalidade, também foi se distanciando. Hoje, nos deparamos com um verdadeiro fosso entre militantes do partido com atuação voltada para a estrutura partidária ou parlamentar e àqueles que optaram por atuar no mundo sindical. Precisamos, com urgência, vencer esse distanciamento e voltarmos a ter uma atuação conjunta, coesa e colaborativa.

A presença de militantes petistas em todas as instâncias da CUT e na direção da maioria dos sindicatos brasileiros é um dos grandes diferenciais do PT. Esta militância plural ajudou o partido a crescer, a ponto de ter se transformado na agremiação política mais importante do país e ter conquistado o governo central. O movimento sindical, sem sombra de dúvidas, é o segmento organizado com maior peso na história do Partido e um dos responsáveis pela capilaridade do partido pelo país afora.

Entendemos que a organização dos setoriais foi uma decisão acertada e resultado do acúmulo coletivo ao longo destes anos todos. É uma das formas da militância atuar no partido de maneira orgânica, qualificada, promovendo a interação que enriquece, tanto o partido, como os movimentos sociais. O PT por outro lado, como partido de massas, tem um papel fundamental na institucionalidade, dando voz e estabelecendo pontes com o movimento social que, em contrapartida, contribui para a oxigenação das instâncias partidárias e sua relação mais íntima com a população organizada.

Durante nossas atividades sindicais, nos deparamos com a contradição de defendermos um governo comprometido com os trabalhadores, mas que, por outro lado, não consegue superar rapidamente a enorme dívida social, que o movimento sindical, legitimamente, cobra. Enfrentamos, também, a instrumentalização que os opositores do governo – à esquerda e à direita – fazem deste conjunto de dificuldades com objetivos eleitorais ou por disputa de suas posições no interior do movimento. É nesse novo quadro político que o petista com atuação no movimento sindical exerce a sua militância e, muitas vezes, se depara com situações de grande conflito.

A experiência acumulada e as posições que historicamente defendemos permitem que, hoje, a nossa atuação se dê a partir de premissas tais como: autonomia dos movimentos frente ao partido e ao governo, compreensão que este governo é uma conquista dos próprios movimentos, certeza que os petistas devem continuar contribuindo para a politização dos movimentos, e a compreensão de que são naturais as críticas ao governo pelo não atendimento de determinadas reivindicações. Apesar disso, a discussão sobre a intervenção dos petistas no movimento sindical não está devidamente consolidada, dando espaço para o voluntarismo, a falta de norte e visão unitária, permitindo divisões ou disputas entre petistas.

A outra face desta mesma moeda é a incorporação pelo partido das demandas sindicais. As teses sobre concepção e prática dos sindicalistas precisam voltar a serem assumidas pelo conjunto do partido, pois são proposituras elaboradas a partir da experiência concreta e do compromisso ideológico de quem milita na área. O partido precisa voltar a assumir e se empenhar em lutas importantes do movimento sindical, como a luta pela alteração da estrutura sindical vigente e pela democratização dos meios de comunicação.

NOSSAS PRIORIDADES PARA O PRÓXIMO PERÍODO

LUTA PELO DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

É importante lutarmos contra os aspectos negativos do Plano de Aceleração do Crescimento e o aprofundamento dos positivos, tais como os projetos referentes à bioenergia a exemplo do biodiesel e do etanol intimamente ligados à reforma agrária e à agricultura familiar. O PAC tem diversos aspectos positivos que poderão ser ampliados se as seguintes medidas forem tomadas:

- | Retirada do PLC 01/2007, mecanismo de limitação das despesas com funcionalismo para cada um dos poderes da União e sua discussão na mesa nacional de negociação permanente;

- | Fixação de metas de emprego e formalização do trabalho;

- | Participação das centrais sindicais no comitê gestor para acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento;

- | Instauração de comissões setoriais tripartites para acompanhamento dos projetos de investimento e de concessões de incentivos fiscais;

- | Estabelecimento de novas regras para o uso do FGTS, com a participação das centrais sindicais no órgão gestor do Fundo de Investimento e garantia de um retorno anual financeiro mínimo para os recursos que serão utilizados pelo Fundo;

- | Inclusão de metas para as políticas sociais que contribuam para acelerar o crescimento e o emprego;

- | Desconcentração da posse da terra, mantendo as famílias no campo, via Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, além do fomento de crédito, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas;

- | Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário;

- | Participação das entidades sindicais, representativas dos trabalhadores na construção civil, no acompanhamento das metas de emprego, na formalização do trabalho e que também garantam que os incentivos concedidos se reflitam, na devida proporção, na queda dos preços de imóveis acabados e de material de construção civil;

| Estabelecer uma política creditícia que contemple a participação de todo o sistema bancário no financiamento dos projetos listados no PAC e aqueles dele derivados; que institua mecanismos que obriguem os bancos a reduzirem o *spread* e as tarifas bancárias; que ampliem e estendam o crédito direcionado para empresas geradoras de emprego e, por extensão, renda aos trabalhadores.

ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Reafirmamos a importância estratégica dos setoriais como interlocutores privilegiados do partido junto a esses movimentos e como espaço de elaboração teórica. Valorizar a participação dos sindicalistas e ativistas de outros segmentos na estrutura do partido é dar-lhes instrumentos para contribuir nas decisões.

Para avançarmos na organização do movimento sindical no interior do partido e dos petistas que atuam no movimento sindical pretendemos desenvolver as seguintes ações:

| Retomada dos núcleos de base por categorias profissionais, ou por local de trabalho, como maneira de garantir a efetiva participação dos ativistas sindicais de base na vida orgânica do partido e para que este volte a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores;

| Fortalecimento das secretarias sindicais estaduais e dos coletivos, cobrando do partido o reconhecimento e a valorização política dos secretários e dos coletivos sindicais;

| Busca constante da unidade entre os petistas, em especial nas eleições sindicais (sempre respeitando a autonomia sindical), evitando que militantes do partido participem de chapas que se opõem;

| Cobrar o envolvimento de todo o partido, principalmente de suas instâncias de direção, nas eleições sindicais, apoiando as chapas de petistas e contribuindo para a busca da unidade dos militantes partidários no interior do movimento;

| Realização de outras conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais, de maneira a debatermos com mais frequência no interior do partido os assuntos que dizem respeito ao mundo do trabalho;

| Cobrança, das direções partidárias e das bancadas, de uma relação mais próxima dos vereadores, deputados estaduais, federais e senadores com

o movimento sindical de maneira a evitar que estes defendam propostas em contradição com as lutas e as demandas do movimento sindical combativo;

| Lutar para que os encontros setoriais voltem a eleger delegados, com direito a voz e voto, para os encontros partidários nos níveis municipal, estadual e nacional;

| Cobrar das bancadas petistas nas casas legislativas e dos nossos parlamentares com atuação em comissões de trabalho, previdência, orçamento e temas correlatos com o mundo do trabalho que passem a ter uma relação mais próxima e institucional com o Movimento Sindical;

| Cobrar das instâncias de direção partidária que orientem os gestores petistas a implementarem mesas de negociação permanente nas três esferas de poder, assim como que as nossas administrações incorporem as propostas da CUT de combate às práticas antissindicais.

O QUE VAMOS DEFENDER NO INTERIOR DO MOVIMENTO SINDICAL

Não podemos, e não queremos, criar uma “camisa de força” para a militância, mas compreendemos que são necessários alguns pontos estratégicos consensuais em torno dos quais a atuação dos petistas se dêem. Esses pontos podem ser tanto bandeiras de luta que nos unifiquem como posições semelhantes dentro da central. Precisamos retomar o orgulho de nos apresentarmos nos movimentos sociais com cara própria, defendendo propostas e contribuindo com o avanço das lutas com nossas experiências. Somos a favor de reformas que ampliem os direitos dos trabalhadores e a democracia, valorizem o trabalho e promovam distribuição de renda. Em hipótese alguma aceitaremos qualquer redução de direitos, em especial no que diz respeito ao direito de greve e à livre organização sindical. Nesse sentido, nos propomos a lutar por:

| Fim do Imposto Sindical, de maneira que a contribuição dos trabalhadores aos seus sindicatos seja resultado da ação da entidade, sua capacidade de organização e negociação e não devido a imposições legais;

| Direito irrestrito de negociação e greve, contra o interdito proibitório; combate às práticas antissindicais em âmbito federal, estadual, municipal, na iniciativa privada e no Poder Judiciário;

- | Federalização dos crimes contra sindicalistas e anistia aos trabalhadores, da administração direta, de estatais e da iniciativa privada demitidos por suas atividades sindicais;
- | Revogação da resolução 9/96, que limita os direitos dos trabalhadores;
- | Ratificação das convenções 87, 151 e 158 da OIT que tratam da liberdade e autonomia sindical;
- | Garantia, por lei, de organização nos locais de trabalho;
- | Contrato Coletivo Nacional, promovendo isonomia salarial e evitando a migração de empresas para regiões menos organizadas, com o objetivo de superexplorar os trabalhadores;
- | Desenvolvimento de uma política para os trabalhadores informais;
- | Regulamentação do artigo 40 da Constituição Federal para os trabalhadores em áreas insalubres ou perigosas;
- | Apoio às greves dos serviços públicos e privados;
- | Implementação da Convenção 138 da OIT, que estabelece a idade mínima para começar a trabalhar;
- | Implementação das convenções 29, 100, 111 e 115 que tratam da discriminação racial no trabalho;
- | A Conferência Sindical Nacional reivindica que os militantes antirracismo que participarão através das suas entidades do VI ENSAR defendam a construção da Secretaria de Combate ao Racismo na CUT;
- | Impedimento a qualquer forma de discriminação no trabalho;
- | Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- | Que os Programas de Demissão Voluntária – PDVs no serviço público ou na iniciativa privada só se efetivem se resultado de acordo com o sindicato da categoria, decidido em assembleia;
- | Reforçar a campanha do partido pela humanização das relações de trabalho;
- | Previdência pública universal, com ampliação de direitos e fim do fator previdenciário;
- | Cobrança dos devedores da Previdência Social;
- | Apoio às lutas gerais dos aposentados;
- | Aprovação de uma Reforma Tributária que desonere a produção e as pessoas físicas, cobrando mais de quem tem mais, menos de quem tem renda média e isentando uma quantidade maior de cidadãos que ganham menos, sem que haja redução no recolhimento do FGTS e INSS;

| Taxação das grandes fortunas e heranças, encabeçando uma campanha de massas para buscar apoio de outros segmentos sociais, exigindo maior rigor na taxação do capital financeiro e para que a contribuição dos empregadores seja sobre o lucro, aumentando a arrecadação da Previdência, incentivando a formalização das relações de trabalho e a contratação de novos trabalhadores;

| Ampliação do Conselho Monetário Nacional – CMN, democratizando as decisões sobre taxa de juros e investimento do País, que, no nosso entendimento, não têm caráter apenas técnico, mas de opções de política econômica;

| Por um serviço público de qualidade, combatendo qualquer forma de terceirização e privatização no serviço público (inclusive as Fundações Estatais e Organizações Sociais de Direito Privado);

| Combater qualquer outra forma de contratação no serviço público que não seja feita através de concurso público e, na forma do regime jurídico único;

| Qualificação e requalificação dos trabalhadores em serviços públicos e contra a retirada de quaisquer direitos;

| Reforma política e do Poder Judiciário, combate à corrupção, pela ética e transparência dos poderes executivos, legislativo e judiciário;

| Ampla campanha em defesa dos bancos públicos federais, combate à reestruturação do Banco do Brasil;

| Suspensão imediata dos leilões de petróleo;

| Engajamento na construção do plebiscito pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce;

| Valorização da escola pública e da qualidade de ensino, contra qualquer forma de privatização do ensino público, promovendo uma mobilização nacional envolvendo a sociedade civil organizada, garantindo-lhe espaços de participação e fiscalização;

| Consolidação do SUS Sistema Único de Saúde com base no fortalecimento dos princípios de unidade, integralidade, equidade e controle social. Contra as formas diretas e indiretas de terceirização dos serviços de saúde, inclusive através das chamadas organizações sociais ou fundações estatais;

| Construção de mecanismos de participação e controle popular, dos trabalhadores e usuários, de maneira a impedir gestões autoritárias como de algumas superintendências do INSS, DRTs etc.

| Integração dos povos da América Latina, que poderá se dar através do Mercosul, promovendo uma discussão aprofundada para que este se torne um instrumento de integração solidária dos povos, construção de nações soberanas, de melhora das relações de trabalho no continente e defesa do meio ambiente;

| Defesa do meio ambiente, saúde dos trabalhadores e da população em geral, vítimas da degradação ambiental;

| Pelos direitos humanos, contra a violência policial e a promiscuidade entre as forças de repressão e os interesses de empresas privadas;

| Convocação, pela sociedade civil organizada e o governo federal, de uma Conferência sobre a Democratização dos Meios de Comunicação;

| Formação de um Conselho da TV pública composto de representantes da sociedade civil organizada e não apenas de “notáveis”, como consta na proposta original;

| Engajamento na construção e fortalecimento da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

ESTRATÉGIAS PARA RENOVAÇÃO DAS LIDERANÇAS SINDICAIS DO PT

Um dos grandes problemas que enfrentamos entre a militância sindical petista é o envelhecimento das lideranças. Já é grande o número de dirigentes sindicais com mais de 50 anos, aposentados ou em vias de se aposentar. Por outro lado, a entrada de novos militantes tem sido menor do que o necessário para substituir os veteranos.

É urgente para a sobrevivência das nossas propostas políticas – do Movimento Sindical e do PT – a renovação das lideranças. Para tanto, é necessário que sejam desenvolvidas ações coordenadas para aproveitar o potencial dos jovens petistas com atuação no movimento sindical. Assim, devemos desenvolver as seguintes ações no âmbito do partido e da central:

| Criar mecanismos e instâncias de participação efetiva dos jovens nos sindicatos e nas instâncias sindicais superiores, possibilitando que o tema da juventude seja prioritário;

| Investimento em atividades culturais e esportivas nos sindicatos;

| Oferecimento de cursos e seminários de formação profissional e política, de maneira a qualificar os novos quadros políticos;

- | Abertura de espaço nas organizações por local de trabalho, na diretoria dos sindicatos e da CUT para os jovens;
- | Absorção das bandeiras de luta da juventude pelo movimento sindical;
- | Estreitamento da relação do movimento sindical com as organizações juvenis, tais como a UNE, a Ubes, o movimento Hip-hop etc.
- | Criação (ou fortalecimento) de instâncias específicas nos sindicatos e da CUT, que tratem da questão da juventude;
- | Investir na formação político-ideológica dos militantes petistas como mecanismo de renovação de mentes e corações.

MOÇÕES DO 3º CONGRESSO NACIONAL DO PT

ABRIR OS ARQUIVOS DA DITADURA, ABOLIR A TORTURA, DEMOCRATIZAR AS FORÇAS ARMADAS

A dificuldade em constituir o Ministério da Defesa vincula-se à incapacidade de tratar corretamente a questão da abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

A Ditadura Militar encerrou-se em 1984, mas os governos civis que a sucederam, a começar pela “Nova República” de José Sarney, deixaram intocadas diversas heranças daquele período. Uma dessas heranças é o pesado segredo em que é mantida, ainda hoje, a documentação relativa às ações repressivas realizadas na época pelas forças armadas e pela polícia política – ações que resultaram na prisão, tortura e morte de centenas de brasileiros que faziam oposição à Ditadura.

Já há decisões judiciais ordenando a abertura dos arquivos militares do período, decisões essas desrespeitadas tanto pelo governo quanto pelas Forças Armadas. O governo Lula comprometeu-se a abrir tais arquivos, mas até agora não o fez.

O Partido dos Trabalhadores (PT), partido que se forjou no combate à Ditadura, considera que a abertura dos arquivos militares da época é um imperativo histórico, para que a sociedade brasileira conheça tudo que se passou, em toda a sua inteireza. Mais do que uma fundamental questão de justiça, é pressuposto para que nossa sociedade e nosso país tornem-se verdadeiramente democráticos. Trata-se não só de abrir caminho ao direito individual à reparações, garantia constitucional conquistada pela luta popular e democrática, mas também de assegurar que a sociedade brasileira – que derrotou a Ditadura após vinte anos de lutas e resistência – possa escrever, ou reescrever, a história desse terrível período.

Portanto, o PT exorta o governo brasileiro a abrir sem demora e sem quaisquer restrições os arquivos da Ditadura, bem como a revogar imedia-

tamente a MP 228/04, aprovada em 2005 e que institui o “sigilo eterno” de determinados documentos.

O PT considera, ainda, que é preciso banir para sempre de nosso país práticas que a Ditadura institucionalizou, como a tortura e a “licença para matar” concedida tacitamente às forças policiais, que, sob o beneplácito de determinados governadores, julgam-se no direito de aplicar a pena de morte, embora esta tenha sido acertadamente proibida pela Constituição Federal.

Da mesma forma, o PT entende ser uma tarefa urgente do governo brasileiro iniciar um processo de democratização das Forças Armadas, que precisam ser transformadas em instituições a serviço da população e da democracia. E inaceitável que alguns generais em postos de comando continuem a fazer manifestações públicas em defesa da Ditadura, ou que as instituições militares possam constranger o regime democrático, colocando-se acima da lei ao desacatar decisões judiciais e administrativas legítimas.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE AOS CARTEIROS É DE IMPORTÂNCIA SOCIAL

A segurança dos trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) deve ser assegurada a bem da continuidade da rede de comunicação que cobre todo o país. Desde o ambiente urbano cosmopolita até os mais longínquos rincões do sertão, do cerrado e da floresta amazônica, os carteiros trabalham para que correspondências possam chegar ao destino certo.

Mesmo com o avanço das telecomunicações, ainda é grande o número de brasileiros que não têm computador, sequer telefone.

E para entregar as cartas ao destinatário, o carteiro caminha embaixo do sol, sofre com o transporte público e se desgasta enfrentando as condições adversas da topografia das cidades. O número de acidentes envolvendo os profissionais e a grande quantidade de registros de assaltos preocupa a categoria. O projeto 7.362/2006, de autoria do senador Paulo Paim, além de aprovado no Senado Federal, já teve parecer favorável na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal e agora encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O que os trabalhadores da ECT esperam é que o Partido dos Trabalhadores (PT) possa apoiar a causa para a votação favorável do documento no Con-

gresso e a sanção, sem modificações, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, corrigindo uma injustiça ocorrida em 1997, quando Projeto semelhante foi vetado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

COMO É O PROJETO

O documento prevê a alteração do artigo 193 da Constituição das Leis do Trabalho (CLT) para conceder adicional de periculosidade aos carteiros. Na redação atual do projeto, as profissões em permanente contato com inflamáveis ou explosivos são consideradas perigosas. Na nova proposta, as atividades exercidas em condições de risco à integridade física em decorrência da circulação pelas vias públicas para entrega de correspondências e encomendas também serão.

Assinamos (em anexo), esperando a aprovação da presente **MOÇÃO DE APOIO** e ainda, o empenho dos nossos companheiros Parlamentares e membros da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores pela **APROVAÇÃO E SANÇÃO PRESIDENCIAL DO PL – 7.362/2006**.

São Paulo, 31 de agosto de 2007.

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO AO BANIMENTO DO AMIANTO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Os delegados do III Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores aprovam a Moção que bane em todo território Nacional o Amianto (asbesto) mineral cancerígeno que vitimou, até o ano de 2006, mais de 3,5 mil trabalhadores no Brasil em apenas duas fábricas de fibrocimento instaladas no país.

Comprovadamente cancerígeno para os seres humanos a ele expostos tanto ocupacionalmente como ambientalmente, o amianto, sobretudo sua poeira, é um risco ainda para os consumidores, que regra geral não dispõem de informações sobre como manipular ou utilizar telhas, caixas d'água ou autopeças para freios e embreagens, dentre as cerca de 3 mil utilizações industriais do asbesto. A Organização Mundial de Saúde (OMS) sustenta que não há limite seguro de exposição ao amianto.

Em junho de 2006, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) calculou que 100 mil mortes ao ano são causadas pelo asbesto em todo o mundo e afirmou que “a eliminação do uso de todas as formas de amianto

e a identificação dos procedimentos de gestão adequados para eliminação do amianto já existente constituem os meios mais eficazes para proteger os trabalhadores expostos a este material e prevenir as enfermidades e mortes que ele pode causar”. O pico das mortes provocadas pelo mineral deve ocorrer em 2030 no Brasil.

Pressionados por movimentos de trabalhadores, de saúde e ambientais, 48 países, incluindo toda a União Europeia, Japão, Austrália, Chile, Argentina e Uruguai, baniram o amianto. No Brasil já são quatro os Estados e dezenas os Municípios que por meio de legislação condenaram a utilização do asbesto, segundo registra a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA – www.abrea.org.br).

Diante deste quadro, esta Moção recomenda a todos os parlamentos e parlamentares de todas as esferas e aos Poderes Executivos, prefeitos e governadores, que proponham Projetos de Leis que proíbam o uso do amianto e Campanhas de Esclarecimento dos malefícios à saúde que ele provoca. E que os Diretórios e Comissões Provisórias do Partido dos Trabalhadores (PT) espalhados pelo Brasil leve ao conhecimento de todos os militantes, filiados e simpatizantes informações sobre as doenças e os danos à vida que o mineral provoca tanto aos trabalhadores e como aos usuários de produtos provenientes do mineral.

Recomenda-se que cópia desta Moção seja enviada ao Senado e à Câmara Federal, para que se siga o caminho do Estado de São Paulo, onde foi aprovado por unanimidade, na Assembleia Legislativa do Estado e sancionada pelo governo paulista, o Projeto de Lei nº 12.684, de autoria do deputado estadual Marcos Martins (PT-SP), que proíbe os usos do amianto, mineral também conhecido pelo nome de asbesto, no território paulista.

São Paulo, setembro de 2007.

Marcos Martins, deputado estadual (SP)

MOÇÃO PELOS DIREITOS DOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

NÚCLEOS DO PT NO EXTERIOR

Os trabalhadores brasileiros que saíram do país em busca de melhores condições de trabalho e vida são mais de 3 milhões. Só em 2006 enviaram ao Brasil aproximadamente 15 bilhões de reais, colocando o país no segundo lugar da América Latina entre os que mais recebem recursos monetários.

Com o agravamento da crise internacional e arrocho das leis de imigração, os trabalhadores brasileiros que vivem no exterior têm perdido a moradia e o emprego, têm sido humilhados, detidos e deportados. Os excessos contra os trabalhadores imigrantes pelo Estado, capitais e pelas máfias são constantes.

Nesse sentido, consideramos fundamentais alguns pontos para a garantia de acesso ao trabalho digno e à cidadania dos brasileiros que estão no exterior:

1) O serviço do Estado brasileiro no exterior não responde em muitos países às exigências atuais. Os Consulados devem atender o conjunto dos brasileiros. O Ministério das Relações Exteriores, deve aparelhar-se e formular políticas para dar proteção aos cidadãos brasileiros que se encontram fora do país.

2) Até hoje o cadastramento eleitoral tem sido realizado de forma muito deficiente. O cadastramento deve ser, na prática, como ocorre no Brasil, de forma constante, respeitando a legislação eleitoral. Os Consulados devem enviar correspondência informando a necessidade de se cadastrar para poder exercer o seu direito de votar. É obrigação do Estado brasileiro informar seus cidadãos das regras definidas para exercer um direito básico de cidadania: o voto.

3) É fundamental que o Estado brasileiro continue dialogando com países de acolhimento de brasileiros, com o objetivo de assegurar o atendimento das necessidades e a cidadania dos trabalhadores imigrantes. O Brasil deve pautar nos acordos internacionais avanços no sentido de legalização e direitos sociais dos imigrantes.

LUTA DOS DIREITOS DOS ÍNDIOS TUPINIQUINS E GUARANIS NO ESPÍRITO SANTO

Os delegados e delegadas presentes no 3º Congresso Nacional do PT aprovam a seguinte Moção Congratulatória com a Luta dos Índios Tupiniquins e Guaranis no Espírito Santo.

Há cerca de quase 40 anos os índios das Tribos Tupiniquins e Guaranis do Espírito Santo lutam pela delimitação, demarcação e o pleno reconhecimento das suas terras localizadas no município de Aracruz no Espírito Santo.

Hoje, pela ação meritória do governo Lula através do Ministério da Justiça, na pessoa do ministro Tarso Genro e da direção da Funai, por meio

da assinatura de 2 (duas) portarias que delimitam os cerca de 19 mil hectares, que legitimamente e constitucionalmente pertencem ao índios guaranis e tupiniquins.

Essa é uma vitória da luta de resistência de nossos irmãos índios, dos indigenistas da Funai, das entidades civis que apoiaram essa árdua conquista.

Ao governo do presidente Lula o reconhecimento deste direito, nossos parabéns e congratulações.

Aos índios Guaranis e Tupiniquins nossa solidariedade nesta importante vitória a favor do Direito à Terra de seus ancestrais e que lhes garante a sobrevivência e manutenção da sua cultura.

As Entidades Civis que apoiaram esta luta, o reconhecimento do PT, de que toda luta vale a pena quando a causa não é pequena.

São Paulo, 2 de setembro de 2007.

MOÇÃO DE REPÚDIO A JOSÉ SERRA, DO PSDB

Os delegados e delegadas reunidos no 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT) expressam por meio deste e seu mais veemente repúdio ao ocorrido na madrugada do dia 28 de agosto de 2007, quando, a Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo invadiu, a mando do governador José Serra, do PSDB, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), apontando carabinas para os rostos de crianças, mulheres, negros, negras, sem-universidade e alguns estudantes, que numa ocupação pacífica, dentro da agenda da jornada nacional em Defesa da Educação Pública, buscavam denunciar a falta de lugar na USP e na universidade pública brasileira no geral, para o pobre, o negro, a negra, o indígena e a escola pública.

A ação medonha e covarde da tropa de choque sob o comando do governador Serra expulsou, apavorou, intimidou e fichou na polícia os movimentos sociais. Tudo feito sob o comando em chefe de um homem que saiu do Brasil fugido da ditadura graças às mãos de Madre Cristina e de muitos militantes da democracia brasileira. Isto envergonha o Brasil, rasga sua biografia de ex-presidente da UNE e quebra um código de ética que nem em plena ditadura ocorreu: a invasão pela polícia da sala de estudantes da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco. Fato inédito, que causou repulsa inclusive de membros do STF, ex-alunos do direito da USP.

Por isto, nosso clamor pela aprovação desta moção de repúdio. Em defesa da democracia e da manifestação dos movimentos sociais, populares e estudantis em prol da escola pública universal e de qualidade para todos e em todos os níveis. Contra a criminalização em voga do conjunto dos movimentos sociais.

Saudações a quem tem coragem.

Sérgio José Custódio, do Partido dos Trabalhadores (PT) e membro da coordenação nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU).

Assinam: MSU, Central de Movimentos Populares (CMP), DCE Livre da USP, Contraponto, MST, Via Campesina, UNE, Centros Acadêmicos da USP, Movimento Negro Unificado, e mais de 40 entidades que participaram da ocupação.

MOÇÃO DE REPÚDIO A FORMA PRECONCEITUOSA QUE O SR. PAULO ZOTOLLO SE REFERIU AO ESTADO DO PIAUÍ

*“E o povo que sempre dizia sim, começou a dizer não.
E o povo disse não! E se fez forte na sua resolução diante da opressão...”
(Trecho livremente adaptado do poema “O Operário em Construção, de
Vinícius de Moraes”)*

Nós, delegados (as) de todos os estados brasileiros (secretários de estados, ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, dirigentes, filiados) reunidos durante o 3º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) em São Paulo (SP), nos dias 31 de agosto a 2 de setembro de 2007, vem à população brasileira expressar nossa solidariedade ao povo piauiense pela forma desrespeitosa, preconceituosa e colonialista com que o Sr. Paulo Zotollo, presidente da Philips para a América Latina, se posicionou sobre o Piauí durante sua entrevista ao jornal *Valor Econômico* para justificar sua posição sobre a situação política e econômica que atravessa o país “Vocês não podem achar que o BRASIL é o PIAUÍ, se o Piauí deixar de existir, ninguém vai se dar conta”.

Essa expressão representa a forma preconceituosa como a elite brasileira veem os mais pobres no Brasil, revelando sua face discriminatória com o povo piauiense, que viveu durante décadas sobre o domínio colonizador dos pares

do Sr. Paulo Zotollo, que se enriqueceu sobre a escravidão da classe trabalhadora, do massacre dos povos indígenas, dos negros; marcando o modelo de exploração conservadora, coronelista e oligárquica, que não suporta ver um povo construindo sua autodeterminação, rompendo com o modelo escravista-colonizador da elite brasileira.

Um povo determinado, que traz as marcas de uma sociedade excludente muito bem representado na expressão do Sr. Paulo Zotollo. Por isso, nós delegados (as), temos a convicção da importância do estado do Piauí e de seu povo na luta pela superação das desigualdades sociais, regionais, econômicas e culturais, que possui um grande potencial. O Piauí é o terceiro maior Estado nordestino, e o décimo Estado brasileiro, respondendo por 2,9% do território nacional. Lá estão os mais antigos sítios arqueológicos do Brasil e da América, considerados entre os mais importantes do mundo, e seu mais rico e maior patrimônio do Piauí – SEU POVO.

Os piauienses com certeza afirmam sua identidade, sua cultura e seus valores em seu hino: “Piauí terra querida filha do sol e do equador, pertencem-te a nossa vida, nossos sonhos, nosso amor” que alimentam sonhos de liberdade, e sonhos incomodam a elite representada pelo Sr. Paulo Zotollo que não suporta a ideia de pobre sonhar, de pobre ter acesso à educação, à saúde, à habitação, de ter comida (porque este com certeza nunca passou fome) de ter acesso à água potável etc. O Sr. Paulo Zotollo ainda se comporta como o grande senhor do Engenho na relação CASA GRANDE – SENZALA. Esquece ele que estamos em pleno século XXI e que esse tipo de comportamento representa uma atitude racista, excludente e reacionária. Porque há um tempo atrás; só a CASA GRANDE podia viajar de avião, fazer curso superior, ter carro, casa própria, ir ao shopping, ao cinema, ter computador, acesso a internet etc. Agora vivenciamos uma nova conjuntura conjugada por novos atores e atrizes. Toda a nossa solidariedade ao povo piauiense que, em sua delegação, reafirma o nosso sonho de liberdade, de igualdade e justiça social. Valores que nos faz todos piauienses e brasileiros.

DISCURSO DO PRESIDENTE LULA

(1º DE SETEMBRO DE 2007)

Eu quero cumprimentar o companheiro Ricardo Berzoini, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), quero cumprimentar também os demais membros da direção nacional do PT. Quero cumprimentar os ministros de Estado aqui presentes: Tarso Genro, da Justiça; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Nelson Hubner, interino de Minas e Energia; Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão; Marta Suplicy, do Turismo; Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Altemir Gregolin, da Aquicultura e Pesca, e Matilde Ribeiro, de Promoção da Igualdade Racial.

Quero cumprimentar o companheiro Wellington Dias, governador do estado do Piauí. As informações que recebi dizem que ele fez um bom pronunciamento ontem, já se colocando para outras viagens.

Quero cumprimentar os senadores aqui presentes e falando o nome da nossa Ideli, quero cumprimentar os demais senadores e senadoras. Quero cumprimentar os companheiros deputados federais e deputados estaduais. Quero cumprimentar os prefeitos e as prefeitas aqui presentes. Quero cumprimentar os vereadores e vereadoras aqui presentes. Quero cumprimentar os senhores e senhoras, companheiros e companheiras integrantes da delegação internacional.

Quero cumprimentar as companheiras e companheiros delegados que estão participando deste 3º Congresso do nosso partido. Quero cumprimentar os embaixadores aqui presentes.

E quero começar dizendo da alegria de poder me reencontrar com vocês. É sempre muito gratificante poder, de quando em quando, me encontrar com os militantes deste partido, que me fizeram viver momentos de intensa e imensa alegria e emoção.

Antes de começar o meu pronunciamento, eu queria dizer à direção do meu partido, dizer aos militantes e às militantes do nosso partido do gesto

que vocês fizeram na crise de 2005, quando o partido convocou o PED e 320 mil militantes foram às urnas dizer aos nossos críticos: “nós estamos mais vivos do que nunca, continuamos mais petistas do que nunca e ganharemos as eleições em 2006”. E foi exatamente isso que aconteceu, porque ninguém pode deixar de se lembrar que os nossos adversários não nos deixarão fazer política impunemente. E, muito mais delicado, no momento em que as coisas no País vão de vento em popa, no momento em que a oposição não tem argumento para políticas sociais, no momento em que a oposição não tem discussão para a política econômica, no momento em que ela não tem como fazer crítica ao crescimento da economia e aos programas que estamos anunciando: Pronaf, PDE, agora o PAC, o programa da Juventude, o programa da Agricultura. É preciso que a gente fique alerta de que eles não vão nos deixar nadar em águas tranquilas o tempo inteiro. É preciso que estejamos preparados para os tsunamis que virão. Eu já fui oposição sem discurso, na campanha de 1994. Eu sei como é ficar desesperado para tentar encontrar a palavra mágica para dizer a coisa que você quer dizer. Portanto, o PT precisa ficar muito atento e cada vez mais combativo, porque é verdade que podemos ter cometido erros, e os erros cometidos estão sendo apurados como precisam ser apurados, mas ninguém, neste País, tem mais autoridade moral e ética e moral e política do que o nosso partido. Admitimos que tem gente igual a nós, mas não admitimos que tenha melhor. E o PT não pode se acovardar nesse debate. Esse é um debate que nós temos que fazer de cabeça erguida. E na hora em que algum de nós cometer um erro, por mais amigo que seja, ele estará subordinado às mesmas leis, às mesmas regras, que os 190 milhões de habitantes estão submetidos nesse momento.

Portanto, meus companheiros, eu precisava e queria fazer esse alerta, porque os adversários são incansáveis, apesar de alguns já estarem cansados. E o PT precisa aprender uma lição. Os nossos deputados, o presidente da República, os nossos senadores, os nossos vereadores, os nossos prefeitos, os nossos governadores, a gente não pode ficar abalado cada vez que sai uma manchete contra o nosso partido, até porque eles só falam de nós porque sabem que não é fácil a gente, em 27 anos, começar a construir um partido e chegar à Presidência da República como nós chegamos. Não é fácil ganhar as eleições num país desse tamanho e fazer as políticas sociais que estamos fazendo.

Mudando a palavra, antigamente cada centavo que eles davam aos pobres, eles contabilizavam como gasto, e nós, orgulhosamente, quando damos dinheiro ao pobre, falamos que nós estamos investindo na conquista da cidadania e na conquista da democracia. Portanto, meus companheiros e companheiras, como dizíamos em 1980, o Olívio dizia: “boa luta”. E eu digo: para nós, a luta sempre continua. Eu tenho consciência da transformação histórica que estamos fazendo no País e tenho consciência de que muita gente fica incomodada. E nós precisamos estar tranquilos, serenos, sempre de bom humor, ninguém precisa ficar de cara feia para fazer política, porque o resultado do nosso governo será uma marca histórica para a sociedade brasileira, eu não tenho dúvida disso.

O Partido dos Trabalhadores chega a seu 3º Congresso aos 27 anos de uma existência que marcou não só a história social e política do Brasil, como de toda a América Latina. Este é o momento de reafirmar compromissos e refletir sobre desafios. Nosso partido tem uma história intimamente ligada à luta dos trabalhadores e de amplos segmentos de nosso País, por uma sociedade politicamente mais democrática, economicamente mais igualitária e socialmente mais justa.

Somos, antes de mais nada, um partido vitorioso, um partido que governa democraticamente uma das dez maiores economias do mundo; um partido que governa uma das sociedades mais pujantes e criativas do planeta neste início do século XXI; um partido que em suas quase três décadas de existência contribuiu de forma decisiva para o alargamento da cidadania em nosso País, incorporando milhões de homens e mulheres à vida política nacional, o que deu uma qualidade superior à nossa democracia.

Ao governar grandes e pequenas cidades ou estados, criamos verdadeiros laboratórios e boas práticas administrativas, políticas e sociais. O modo petista de governar inovou profundamente as políticas públicas de educação, de saúde, de habitação, de transporte, de cultura. Nenhum outro partido político brasileiro deu tanta importância às questões de gênero e raça e direitos humanos. Somos capazes, igualmente, de combinar a valorização da democracia representativa com a mais ampla e direta participação da sociedade na condução dos governos. Nossos vereadores, deputados estaduais e federais e senadores levaram aos legislativos de todo o País a voz das ruas, dos movimentos sociais. Isso deu um novo sentido à atividade parlamentar. Essa nossa

extraordinária trajetória e o esgotamento das alternativas políticas tradicionais nos levaram à Presidência da República em 2002, tarefa que estamos realizando com o apoio de uma ampla coalizão de forças sociais e partidárias.

Nosso 3º Congresso, que se realiza no primeiro ano deste segundo governo, é um momento privilegiado para analisarmos avanços, dificuldades e, sobretudo, perspectivas. Precisamos entender as profundas transformações que estão em curso em nosso País nesses últimos anos. Devemos ser capazes, cada vez mais, de ampliar e consolidar as conquistas populares, e mais fundamental ainda será criar condições para que o País prossiga, depois do nosso governo, no caminho da mudança social, aprofundando a obra que iniciamos em 2003.

Meus queridos companheiros e companheiras, o Brasil mudou e mudou para melhor. Quando assumimos as responsabilidades de governo, encontramos um país que enfrentava gravíssimos constrangimentos. Não me refiro somente a problemas conjunturais, às ameaças de um novo surto inflacionário, às fragilidades de nossa inserção no mundo, ao sucateamento do Estado. Os problemas que tínhamos pela frente eram mais graves, eram estruturais. Nosso País estava profundamente vulnerável, face à desordem econômica internacional. Qualquer turbulência lá fora provocava grave crise aqui. Nossa imagem no mundo estava diminuída, nossa economia se encontrava estancada há décadas, o que agravava a situação social de um país marcado pela injustiça, pela desigualdade, pela exclusão. Nossas universidades, a despeito da qualidade de seus cientistas e intelectuais, viviam um momento amargo. As políticas públicas sofriam com o persistente desmonte e privatização do Estado. Multiplicavam-se as demandas de inúmeros segmentos da sociedade, relegados ao mais completo abandono. A autoestima dos brasileiros se encontrava em seu mais baixo nível, o País sofria o efeito daquilo que o nosso mestre Celso Furtado chamou de construção interrompida.

Nesses quatro anos e meio realizamos, com o apoio da sociedade brasileira, um movimento que nos permitiu reorientar o rumo do nosso País. Domamos a inflação que, de novo, nos ameaçava. Controlamos a ameaça de uma crise cambial, diminuimos lenta, mas seguramente, os elevados juros que inibiram nossa atividade econômica, fortalecemos como nunca nossas exportações, sem prejudicar o mercado interno, ao contrário, ampliando-o. Retomamos o crescimento de forma sustentada e não o fizemos, como pre-

tendem alguns, dando continuidade à política econômica anterior. Ao contrário, fizemos justamente o que não havia sido feito. Se tivéssemos prosseguido naquele caminho recessivo e perdulário, o Brasil certamente teria quebrado. Sem hesitar diante dos necessários sacrifícios, recuperamos a saúde da nossa economia e relocalamos o Brasil nos trilhos. Graças a essas iniciativas, temos hoje um País menos vulnerável internacionalmente, e não estamos mais sob a tutela do FMI e do Clube de Paris.

Eu queria fazer um reparo e pedir para os delegados olharem aqui, nestas paredes. Durante 27 anos, em todos os encontros que nós fazíamos, as faixas mais fortes grudadas nas laterais eram “Fora FMI”. Não tem uma faixa “Fora FMI”, porque o FMI já não está mais aqui. Nossa economia comprovou solidez na recente crise dos mercados financeiros internacionais. Não precisamos despachar ministros a Washington em busca de socorro. Mas o mais importante é que o crescimento que hoje estamos assistindo em nosso País, e que é mundialmente reconhecido, vem acompanhado de um processo de distribuição de renda sem precedentes na história do Brasil. Os sinais são muito claros: cresce como nunca o emprego formal, somente em sete meses nós geramos 1 milhão e 200 mil empregos com carteira profissional neste País, mais do que todo o ano passado; aumenta a renda dos trabalhadores, como mostra a duplicação do poder de compra do salário mínimo; mais de 80% dos acordos salariais produzem ganhos superiores à inflação; quintuplicaram os recursos estatais para a agricultura familiar; e o crédito, sobretudo o microcrédito, expandiu de forma exponencial.

O programa Fome Zero, especialmente seu carro-chefe, o Bolsa Família, produziu a mais ampla transferência de renda de que o País tem notícia. Não só ampliou a proteção social de mais de 40 milhões de brasileiras e brasileiros, como dinamizou o consumo. Isso permitiu criar um amplo mercado de massas, que sempre foi um dos objetivos programáticos históricos do nosso partido. Hoje, esse consumo interno é o principal motor do crescimento da nossa economia. Isso desmonta a tese elitista de que nossas políticas sociais, especialmente o Bolsa Família, são medidas assistencialistas ou populistas. Quem assim pensa, nunca passou fome ou conhece a pobreza somente através dos livros. Quem assim fala, não compreende que o Bolsa Família não é um favor, mas um direito do povo pobre deste País de sobreviver dignamente.

O Brasil cresce com equilíbrio macroeconômico mas, sobretudo, com justiça social. Nunca o Brasil viveu um período tão virtuoso, nunca tivemos

a combinação de tantos fatores econômicos e sociais favoráveis. A sustentabilidade da nossa política econômica se expressa também na forte expansão dos investimentos produtivos nacionais e estrangeiros. Para colher esses resultados foi necessário iniciar um processo de reconstrução do Estado, reabilitar o planejamento, ter uma perspectiva estratégica de nosso desenvolvimento. Foi necessário, assim, colocar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, a serviço do desenvolvimento do País sem negligenciar a saúde financeira dessas instituições.

A privatização e a atrofia do Estado brasileiro impediram o funcionamento de nossas políticas públicas. Contrariamente ao que afirmam os conservadores, faltavam funcionários para as áreas de saúde e educação, (para) fiscalizarem o desmatamento de nossas florestas ou as condições desumanas de trabalho.

Meus queridos companheiros e companheiras, a vitória eleitoral de 2006 renovou o nosso mandato e nos deu a missão de impulsionar, ainda com mais vigor, a transformação produtiva e social do País. Daí nasceu o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. São 504 bilhões de reais a serem investidos até 2010 em infraestrutura logística e social, que produzirão uma revolução em matéria de estradas, portos, aeroportos, transportes, energia, habitação e saneamento básico. Mas o PAC é muito mais do que um rol de obras, ele é a espinha dorsal de um vasto projeto de desenvolvimento nacional ao qual se associam outras importantes iniciativas em curso. Aí se incluem grandes mudanças na área educacional, ampliação do nosso sistema universitário, com a criação de 10 novas universidades federais e 48 novos campi universitários.

Prestem atenção no número que vou dar agora, que é motivo de orgulho, meu caro João Felício, para qualquer professor deste País. Em toda a história republicana foram criadas no Brasil, desde 1909, quando Nilo Peçanha fez a primeira, 140 escolas técnicas federais. Em oito anos criaremos 214 novas escolas técnicas e já contratamos, por concurso, 10 mil professores para as universidades federais brasileiras. Prestem atenção: somente o ProUni beneficiará, até o fim do governo, cerca de 1 milhão de jovens das camadas populares, vindos das escolas públicas, com alta porcentagem de negros e índios. Além disso, os elevados investimentos do Fundeb, 10 bilhões de reais até 2010, contribuirão para que, finalmente, tenhamos uma educação pública de qualidade neste País. Essa verdadeira revolução educacional, consolidada no

PDE, será decisiva para a ampliação da cidadania e para o aprofundamento da nossa democracia, mas o projeto nacional de desenvolvimento está também integrado pelas ações do Ministério da Saúde, pelo Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, pelo Programa Nacional de Segurança, pelo Programa para a Juventude, que anunciaremos nos próximos dias, e por um conjunto articulado de novos programas na área social.

Como vocês vêem, por essas ações e muitas outras que poderiam ser citadas, este governo tem rumo, tem projeto, tem uma visão estratégica do País e, por isso, nós incomodamos tanto. Mas é evidente que essas e outras iniciativas só serão exitosas se contarem com forte mobilização da sociedade. Para isso a contribuição do nosso partido será fundamental.

Queridos companheiros e companheiras, já foi dito que estes oito anos de nosso governo, nossos dois governos, não podem ser um intervalo progressista entre governos conservadores. Disse e reafirmo que passarei a faixa presidencial ao meu sucessor no dia 1º de janeiro de 2011 e lutarei, no entanto, para que o futuro presidente seja alguém identificado com o nosso projeto, capaz de dar continuidade e profundidade à obra que nós iniciamos. O PT e seus aliados têm nomes mas, sobretudo, ideias e legitimidade para ter uma candidatura própria.

Para chegar com força às eleições municipais de 2008 e às eleições gerais de 2010, será necessário que o PT aprofunde o seu debate político, reforce suas relações com os movimentos sociais e apoie de modo cada vez mais criativo o governo. Quando tiverem que fazer críticas, sejam maneirados.

Para isso, será importante que o PT se renove como soube fazer ao longo de toda a sua história, que esteja unido, que não sacrifique suas ideias gerais e seu projeto coletivo aos interesses de grupos ou tendências. A democracia interna, uma das maiores conquistas de nosso partido, não pode ser pretexto para uma luta permanente que nos fragilize e se torne incompreensível a toda a sociedade.

Meus queridos companheiros e companheiras, há uma profunda mudança social e política em curso no País. A participação social é uma das marcas do nosso governo. Com ela, estamos criando uma nova relação entre estado e sociedade. Basta dizer que mais de 2 milhões de pessoas participaram diretamente desde as reuniões municipais até os encontros sociais de delegados das 42 conferências setoriais que realizamos.

Imaginem, 42 conferências, sem falar nos conselhos, ouvidorias e mesa de negociação que construíram boa parte dos nossos maiores avanços sociais.

Hoje, com muita alegria e orgulho, o Palácio do Planalto não recebe apenas os reis, os príncipes, os presidentes, os primeiros-ministros, os banqueiros, os empresários. Suas portas foram abertas aos pobres. Hoje ele recebe também e receberá, cada vez mais, os catadores de papel, as trabalhadoras rurais, os quilombolas, os sem-teto, os portadores de deficiência e todos aqueles brasileiros que ainda não tiveram oportunidade de conquistar a sua cidadania. O Palácio do Planalto é a casa desses brasileiros também.

Mas é importante lembrar que o nosso projeto envolve também uma ampla coalizão de partidos necessária para dar governabilidade à nossa ação política e administrativa. Quero aprofundar, dar solidez a essa aliança. O Partido dos Trabalhadores tem um papel fundamental na coalizão.

Mais do que pelo número de cargos, seu papel neste governo deve ser avaliado pelo peso que nele tem suas ideias e suas ações políticas. Nosso partido, como não poderia deixar de ser, também enfrenta dificuldades.

Devemos reconhecê-las e trabalhar para superá-las, mas sem esquecer que muitas vezes somos mais atacados por nossos méritos do que por nossos defeitos. O partido não pode apequenar-se, o PT não tem do que se envergonhar. Quero dizer aos meus companheiros de partido, em alto e bom som: não tenham medo de ser petistas, de andar com a estrela no peito.

Não tenham medo. Podemos afirmar, sem arrogância, que o PT é um dos principais responsáveis pelos passos largos que o Brasil está dando no rumo da dignidade e da justiça.

Essa transformação, mais do que os grandes êxitos econômicos e sociais se traduz, fundamentalmente, em um extraordinário processo de inclusão cidadã. Essa transformação é também percebida pelo mundo. Nossa política externa, ativa e altiva, projetou nosso País no mundo como nunca. Hoje somos respeitados internacionalmente, temos forte presença nas grandes questões mundiais, nas negociações comerciais, nos debates sobre a mudança climática, sobre a reforma da ONU e, muito mais, no combate à pobreza. Fazemos a nossa política externa de cabeça erguida, com soberania, respeitando a todos e exigindo o respeito de todos.

Queremos, para os países irmãos da América do Sul e da América Latina o mesmo que queremos para o Brasil: que sejamos todos economicamente fortes, politicamente democráticos e socialmente justos. Somos solidários com

os povos da África e queremos aprofundar nossa parceria estratégica, nética, econômica e política com aqueles que tiveram um papel fundamental em nossa formação histórica.

Concluo, companheiros e companheiras, reafirmando os compromissos que foram de toda a minha vida e de toda a vida de vocês. Minha trajetória política é inseparável da trajetória política do meu partido. Mudamos? Sim, mudamos, porque a realidade mudou. Mas mudamos sem mudar de lado, mudamos sem transigir um segundo com nossos compromissos fundamentais. Tenho governado para todos os brasileiros, mas reitero que os nossos compromissos fundamentais são e continuarão sendo com os setores mais excluídos da sociedade brasileira. Reitero, igualmente, meu compromisso democrático. Não necessitamos de lições de ninguém a esse respeito, somos filhos da democratização do País, mas, ao mesmo tempo, fomos e somos construtores da democracia brasileira.

Convoco o PT para continuarmos essa caminhada que é tributária da rica história de lutas do povo brasileiro. Somos um partido de vencedores e todas as nossas vitórias foram conquistadas com dedicação de cada militante, de cada homem, de cada mulher, jovem, idoso, negro, índio ou branco, anônimos que sempre doaram o melhor de si para fazer do sonho de um Brasil justo uma realidade. Se tivermos paciência, inteligência política, desprendimento pessoal e a combatividade que nunca nos faltou no passado, seremos capazes de conquistar, junto com o povo brasileiro, muitas outras vitórias.

Meus queridos companheiros e companheiras, companheiros dirigentes do meu partido, eu queria que vocês guardassem dois números na cabeça, que ainda não chegaram às minhas mãos, mas que certamente chegarão enquanto eu estiver fazendo a reflexão com vocês aqui. Muito se fala de reforma agrária.

Eu queria que os petistas enfrentassem esse debate de cabeça erguida, com a convicção de que na história republicana nunca se fez sequer perto do que nós fizemos. Eu vou dar um exemplo: o Brasil tem 820 mil famílias de sem-terra assentadas. Dessas 820 mil famílias de sem-terra assentadas, 420 mil famílias foram assentadas no nosso governo. Essas 820 mil famílias ocupam uma área de terra de 73 milhões de hectares e, desses 73 milhões de hectares, 35 milhões de hectares foram desapropriados em apenas quatro anos e meio, contra 22 milhões nos oito anos passados. Mais ainda, nunca se legalizou a terra de quilombolas como foi feito neste País, nunca se tratou o negro, a mulher, os índios e as chamadas minorias com o respeito que nós

tratamos. Só o pacto que fizemos no Congresso das Mulheres vai permitir colocar 1 bilhão de reais, em quatro anos, para que a gente possa resolver todas as demandas das mulheres neste País.

Mas é muito importante a gente levar em conta que nós continuamos apresentando muitas propostas. No dia 5 nós vamos apresentar o Programa da Juventude. É um programa que visa atingir, até 2010, 4 milhões e 500 mil jovens neste País, na sua grande maioria jovens que já abandonaram a escola, jovens que, às vezes, estão entre a família e o crime ou a marginalidade.

E nós temos a obrigação de estender a mão para esses jovens, porque na hora em que a gente estender a mão, vai acontecer o que aconteceu no ProUni. Quando lançamos o ProUni disseram e escreveram que o presidente Lula, que o governo estava nivelando a educação por baixo, que ia reduzir o grau de conhecimento das nossas universidades. Depois de dois anos, o Ministério da Educação fez a avaliação e, em 14 áreas pesquisadas, os melhores alunos, até no curso de Medicina, de Engenharia, de Arquitetura, foram exatamente aqueles que eles disseram que a gente ia nivelar por baixo. Os melhores alunos foram os alunos do ProUni.

Eu me lembro, meus companheiros, que em 2004 o Tarso Genro era ministro da Educação e eu, pela primeira vez, tive conhecimento de que no Brasil tinha uma Olimpíada da Matemática. No Brasil participavam apenas 270 mil adolescentes das escolas privadas. Na Argentina participavam 1 milhão e pouco adolescentes, e nos Estados Unidos participavam quase 9 milhões. Eu disse ao ministro Tarso: “por que não fazer uma Olimpíada da Matemática com as crianças das escolas públicas?” Houve quem me dissesse: “eles não têm interesse, eles não vão participar”. Abrimos a primeira inscrição em 2005. Pasmem: inscreveram-se 11 milhões de crianças e adolescentes. Dez milhões e 500 mil participaram. O primeiro colocado no Brasil foi um jovem de 16 anos, em cadeira de rodas, cego e surdo. Esse menino foi o primeiro colocado entre 10 milhões e 500 mil adolescentes. Aí resolvemos, meu caro Arlindo Chinaglia, repetir a dose em 2006. Estávamos num ano eleitoral, não deixaram a gente colocar propaganda na televisão, não deixaram a gente colocar propaganda no rádio, não permitiram que a gente sequer colocasse um cartaz na escola convocando as crianças, porque era ano eleitoral. Entretanto, nós pulamos de 11 milhões, em 2005, para 14 milhões de crianças e adolescentes em 2006. Em 2007 abrimos as inscrições. Inscreveram-se 17 milhões e 300 mil crianças e adolescentes para participar da Olimpíada. Nós,

que tínhamos 270 mil, hoje temos 17 milhões. É a maior Olimpíada da Matemática do Planeta, e vamos agora estendê-la para o Português, depois vamos estendê-la para a Física, para a Química porque nós queremos, na verdade, estabelecer a motivação para que as crianças brasileiras vejam na escola uma coisa gostosa e prazerosa de frequentar, e não uma sala apenas com quatro paredes e um quadro-negro, um professor mal remunerado para, quem sabe, não ensinar tudo aquilo que a criança precisa.

Mais ainda, meus companheiros, não me canso de falar, e é importante os companheiros delegados estrangeiros saberem. Nós criamos, neste País, um programa chamado Luz para Todos, para levar energia elétrica aos mais distantes rincões do País. No estado do Amazonas tem ligação que custa 2 mil e 500 dólares e nós levamos, porque aquele pobre que está lá no sertão da Amazônia tem tanto direito de ter uma luz elétrica como tem o presidente da República, no Palácio da Alvorada. E aí dizem que nós estamos gastando dinheiro. Nós já atendemos 6 milhões de pessoas. O nosso compromisso é atender 12 milhões de pessoas. Agora, a quantidade de cabo que nós já colocamos... Só para vocês terem ideia, nós já colocamos 370 mil quilômetros de cabos, 3 milhões de postes, 400 mil transformadores e, por conta disso, essas pessoas já compraram 480 mil televisores, já compraram geladeiras, já compraram liquidificadores.

Eu queria que vocês, que não viveram, vivessem a experiência, porque normalmente os governos só levam energia para uma grande concentração de pessoas porque é mais barato, com um poste só coloca-se luz na casa de muita gente. Às vezes, nós temos que colocar fios, por quilômetros, para levar luz a uma casa, a uma única casa, mas aquele único cidadão que mora naquela única casa tem que ter as mesmas possibilidades que tem o presidente da República do seu país, ele não pode continuar sendo tratado como um cidadão de segunda categoria. E quando a gente acende a luz na casa de uma pessoa que viveu a vida inteira na base da lamparina ou do candeeiro é como se nós levássemos uma pessoa do século XVIII para o século XXI, numa máquina do tempo.

Eu quero dizer uma coisa para terminar o meu discurso. A minha vontade é não terminar, mas vou terminar dizendo uma coisa para vocês. O que mais me incomoda – e eu quero dizer para vocês que nunca na minha vida tive um momento de tanta tranquilidade como estou agora, atingi os 62 anos de idade, que completo no dia 27 de outubro, e comecei essa luta

com 23 anos – o que mais me incomoda são as incompreensões. O que mais me incomoda é, às vezes, o rebaixamento do nível do debate político sobre as coisas que nós fizemos. Eu lembro que quando nós criamos o Programa Bolsa Família, as manchetes eram que o programa era assistencialista.

Eu lembro que quando desonerei o material da construção civil para que milhões de brasileiros e brasileiras pudessem comprar um pouco de material para fazer o famoso “puxadinho” da sua casa, as manchetes eram que eu estava favelizando o País. Eu lembro que cada vez que nós colocamos dinheiro para fazer política social, as pessoas falam: “mas por que não faz estrada? Por que não faz um porto?”. Eu acho que o Brasil precisa de estrada e de porto, precisa de aeroporto, precisa de hidrovía e ferrovia, e nós vamos fazê-las, mas a prioridade é colocar comida na mesa desse povo, porque sem o povo não existirá nação. É muito fácil aqueles que tomam café de manhã, almoçam e jantam todos os dias, que gastam, numa dose de uísque, aquilo que o pobre não consegue colocar na mesa de comida, achem que nós estamos gastando dinheiro com pobre. Eu não estou gastando dinheiro com pobre, eu estou fazendo investimento no ser humano brasileiro, nas nossas crianças, nas nossas mulheres e nos nossos homens.

Companheiros e companheiras, estejam certos de uma coisa: as costas desse pernambucano que, por obra de vocês, governa o País, está muito calejada, mas muito calejada dos preconceitos. Às vezes até o ódio de classe, que nunca consegui estampar, como trabalhador, vejo gente estampando contra nós. O preconceito contra o PT, o preconceito contra todos os movimentos sociais precisam ser superados, porque o preconceito e a inveja são a pior doença que impregnou a cabeça de determinados seres humanos.

Nunca neste País, as empresas ganharam o tanto de dinheiro que estão ganhando, nunca a economia teve a solidez que tem. E eu quero que as empresas continuem ganhando. De vez em quando falam para mim: “Mas os bancos estão ganhando muito”. E eu falo: “que ganhem, porque quando eles perdem o governo faz um Proer, como foi feito, gastando muito mais dinheiro público com eles”. Mas eu quero que os pobres ganhem, eu quero que todos os brasileiros tenham direito à cidadania, que possam ter acesso à cultura, à educação, à saúde, que os adolescentes mais pobres possam sorrir com todos os dentes na boca, que as pessoas possam morar em casas que não sejam favelas, que não morem em palafitas. É querer demais? Não.

Não é querer demais. É errado? Não. Errado era o que se fazia antes, que todo o dinheiro era canalizado para meia dúzia e o pobre não tinha acesso a nada, absolutamente nada.

Agora, (dizem que) eu tento jogar os pobres contra a classe média. E eu fico até boquiaberto porque aqui, nesta mesa, está a classe média representada. Aqui, neste plenário, está a classe média representada. E nós, da classe média, recebemos mais do governo do que os pobres do Bolsa Família. Recebo pela educação do meu filho, porque desconto no Imposto de Renda uma parte do que eu pago; recebo pelos planos de saúde. Você, Spis, que como petroleiro deve ter um bom plano de saúde, certamente desconta tudo o que você paga no seu Imposto de Renda. É muito mais do que eu dou para os pobres do Bolsa Família. E as pessoas se incomodam.

Esses dias eu vi um artigo de uma pessoa que dizia: “Esse Lula tem popularidade porque o povo não tem capacidade de reflexão. O povo não tem discernimento para compreender a política”. Seria tão bom se as pessoas que escrevessem isso fossem humildes, colocassem os seus diplomas do lado e fossem frequentar a escola da sabedoria no meio do povo brasileiro, conhecer esse nosso povo. O Brasil seria muito mais justo, muito melhor.

Por isso, meus companheiros e minhas companheiras, quero dizer, meu querido companheiro Ricardo Berzoini, que saio deste Congresso com a alma lavada. Sabendo que alguns companheiros nossos foram indiciados pela Suprema Corte brasileira – e vocês sabem que eu não costumo falar das decisões da Suprema Corte – eu queria que os petistas tivessem em mente uma coisa: até agora nenhum deles foi inocentado, mas também nenhum deles foi culpado, até agora tem um processo. E somente esses companheiros, nem eu e nem vocês sabemos o que aconteceu. Esses companheiros certamente terão tempo para se defender. Aqueles que for provado que cometeram erros pagarão, porque isso é de uma sociedade democrática.

Aqueles que não tiverem cometido nenhum erro, certamente serão absolvidos. O que é importante e o que é sagrado nisso, é que numa luta de um partido político, com a tradição do nosso partido político, uma luta não se faz sem dor, sem ferimentos. Nós já perdemos tanta gente, perdemos pessoas que morreram antes do PT para consolidar a democracia brasileira, jovens que um dia levantaram a cabeça para conquistar a democracia neste País, já perdemos velhos revolucionários, como nosso querido Apolônio de

Carvalho, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Betinho, Henfil, já perdemos Marighella, já perdemos Margarida Alves, já perdemos tanta gente. O que é importante, companheiros, é que nada que nos aconteça, processados ou não, nada que nos aconteça pode nos esmorecer. A vida é muito curta, nós vivemos, em média, em um país como o Brasil, 70 anos. Nós não temos o direito de nos sentir derrotados qualquer que seja a adversidade que estaremos enfrentando. Mais importante, nenhum petista tem que ter vergonha de defender um companheiro.

Companheiros e companheiras, o ser humano é feito... Três quartos do nosso corpo são de água, eu diria que três quartos da nossa vida é emoção, o ser humano é tocado a paixão. E a gente não precisa de companheiro quando as coisas estão boas. Eu sinto isso na Presidência. Quando os ministros fazem uma coisa boa, ninguém me procura, eles vão comemorar, nem me convidam. Mas quando a porca entorta o rabo, eles já pedem uma audiência comigo para o Gilberto Carvalho.

É assim, é assim a vida. Criança, quando está com saúde, não liga para a mãe e para o pai, mas quando está doente, é agarradinha com a mãe e com o pai. Na política, nós não precisamos ser mais duros do que somos, na política não podemos perder a sensibilidade, o companheirismo, porque é exatamente quando a gente está vivendo em momentos difíceis na nossa vida... e sei o que passei neste País, sei quantos sábados e quantos domingos ficávamos eu e a Marisa discutindo o que estava acontecendo neste País, quando vocês fizeram o PED, quando vocês começaram a escrever nos papéis, quando a CUT levantou a cabeça, quando o Movimento dos Sem Terra se levantou, quando os Sem Teto se levantaram e começaram a dizer “mexeu com o Lula, mexeu comigo”.

Eu queria terminar, dizendo para vocês: quando deixar a Presidência da República, eu voltarei a ser o Lula que sempre fui, quero frequentar os mesmos lugares, não vou fazer curso de pós-graduação em nenhum lugar, não vou fazer estágio em nenhum lugar, eu vou continuar viajando pelo Brasil, vou tentar continuar a única coisa que eu sei e que gosto de fazer.

Mas quero fazer isso com a alma limpa, quero fazer isso com muita tranquilidade, sem mágoas, sem ressentimentos. Não darei um palpite sobre quem me suceder, seja para o bem ou para o mal. Agora, eu só posso fazer isso porque durante todos esses anos recebi de vocês a solidariedade e recebi de

vocês a compreensão. E acho que esse Partido chegou ao que chegou por isso. Portanto, meus companheiros e companheiras, eu sei que vai ter, em dezembro, a escolha de direção. Eu só queria pedir para vocês: façam a coisa com a maturidade de que não somos um partido que nasceu para ser oposição, nós somos um partido que nasceu para governar o destino desta nação e fazer as transformações que precisa fazer. Por isso, é preciso muito companheirismo, muita amizade e muita solidariedade.

Um grande abraço e que Deus nos abençoe a todos.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

Presidente | Ricardo Berzoini

Vice-presidentes | Marco Aurélio Garcia | Iriny Lopes | Jorge Coelho

Secretário Geral | José Eduardo Cardozo

Secretário de Organização | Paulo Frateschi

Secretário de Finanças e Planejamento | Paulo Ferreira

Secretário de Comunicação | Gleber Naime

Secretário de Formação Política | Joaquim Soriano

Secretário de Assuntos Institucionais | Romênio Pereira

Secretário de Relações Internacionais | Valter Pomar

Secretária de Mobilização | Marinete Merss

Secretário de Movimentos Populares | Renato Simões

Líder no Senado | Ideli Salvatti

Líder na Câmara | Luiz Sérgio

Vogais | Fátima Cleide, Arlete Sampaio, Humberto Costa, Maria do Carmo Lara, Maria do Rosário e Valdemir Garreta

DIRETÓRIO NACIONAL

Presidente | Ricardo José Ribeiro Berzoini/SP

Líder no Senado | Ideli Salvatti/SC

Líder na Câmara | Luiz Sérgio /RJ

Adalberto Fugêncio dos Santos Junior/PB | Ana Júlia de Vasconcelos Carepa/

PA | André Luiz Vargas Ilário/PR | Antonio Carlos Soares/RJ | Antonio

Ribeiro (Frei Anástacio)/PB | Arlete Avelar Sampaio/DF | Benedita Souza

da Silva Sampaio/RJ | Carla Lopes da Silva/MS | Carlinhos Almeida/SP |

Devanir Ribeiro/SP | Elói Alfredo Pietá/SP | Fabiano Pereira/RS | Francisco

José Campos Rodrigues/SP | Gilney Amorim Viana/MS | Fátima Cleide/

RO | Gleber Naime de Paula Machado/MG | Henrique Fontana Júnior/RS

| Humberto Sérgio Costa Lima/PE | Iriny Nicolau Corres Lopes/ES | Israel

a Silva Martins/CE | Ivan Alex Teixeira Lima/Ba | Jilmar Agostinho Tatto/

SP | João Antonio Felicio/SP | João Carlos Coser/ES | João Paulo Lima e Silva/PE | João Vaccari Neto/SP | Joaquim Calheiros Soriano/SP | Joaquim Washington Luiz de Oliveira/MA | Jorge Luiz Cabral Coelho/SP | José Eduardo Martins Cardozo/SP | José Nobre Guimarães/CE | José Wellington Barroso de Araújo Dias/PI | Josias Gomes da Silva/BA | Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh/SP | Luiz Gonzaga da Silva/SP | Luiz Paulo Teixeira Ferreira/SP | Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira/MG | Luiz Soares Dulci/MG | Luizianne de Oliveira Lins/CE | Marcel Martins Frison/RS | Marcelino Galo/BA | Marcelo dos Anjos Mascarenha/PI | Márcio Costa Macêdo/SE | Marco Aurélio de Almeida Garcia/SP | Marcos Antonio Pereira de Oliveira/PA | Maria Angélica Fernandes/SP | Maria Aparecida de Jesus/MG | Maria Aparecida Diogo Braga/RJ | Maria do Carmo Lara Perpétuo MG | Maria do Rosario Nunes/RS | Maria Eunice Dias Wolff/RS | Maria Ivonete Barbosa Tamboril/Ro | Maria Lúcia Prandi Gomes/SP | Maria Marinete Meres/SC | Maria Nice Machado Aires/MA | Maria Selma de Moraes Rocha/SP | Marília Aparecida Campos/MG | Markus Sokol/SP | Martvs Antonio Alves das Chagas/MG | Mônica Valente/SP | Patrus Ananias de Sousa/MGvPaulo Adalberto Alves Ferreira/RS | Paulo Fernando dos Santos/AL | Paulo Frateschi/SP | Pedro Luis Teruel/MSvRachel Ximenes Marques/CE | Raul Jorge Anglada Pont/RS | Renato Simões/SP | Romênio Pereira/MG | Ronaldo da Silva Sandim/MS | Rubens Alves da Silva/MS | Rubens Otoni Gomide/GO | Sheila Maria Assis de Oliveira/PE | Silbene Santana de Oliveira/MT | Tarso Fernando Herz Genro/RS | Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa/MA | Valdemir Flavio Pereira Garreta/SP | Valter Ventura da Rocha Pomar/SP | Vera Lucia Ferreira Gomes/PE | Vilson Augusto de Oliveira/SP | Wilmar Lacerda/DF

| 2010 |

IV CONGRESSO NACIONAL DO PT

18 A 20 DE FEVEREIRO DE 2010

CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES BRASÍLIA



RESOLUÇÃO: TÁTICA ELEITORAL E POLÍTICA DE ALIANÇAS

OS DESAFIOS DE 2010: A VITÓRIA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E O CRESCIMENTO DO PT

A luta pela construção de hegemonia política para sustentação de nosso projeto é um dos desafios históricos do PT como um partido que tem como horizonte o socialismo democrático.

O PT se construiu, cresceu e adquiriu força porque soube captar os anseios por igualdade e justiça social, lutou por eles ao lado dos movimentos sociais e elaborou um projeto político transformador para o Brasil, apesar da crise da esquerda e da hegemonia neoliberal dos anos 90. Construído a partir de experiências nos parlamentos, na gestão do Poder Executivo em municípios e estados, na atuação nos movimentos sindical e popular, a partir de suas relações internacionais, foi este projeto que levou Lula a vitória em 2002. E foi sua força e vigor que impediu a interrupção do nosso governo em 2006.

O governo Lula está mudando substancialmente o Brasil e a vida dos brasileiros. Essa transformação é reconhecida pela população que manifesta nos índices de aprovação ao nosso governo e à atuação do nosso presidente Lula seu apoio e entusiasmo. A redução das desigualdades social e regional, a recuperação da capacidade do Estado nacional, a retomada do planejamento da infraestrutura e o novo papel do Brasil no cenário mundial são alguns elementos dessa aprovação popular.

A disputa eleitoral de 2010 será um marco nesse sentido e será uma das mais polarizadas que o país já viveu desde a redemocratização. O que estará em jogo são dois projetos distintos e opostos para o Brasil. De um lado, os neoliberais representados pela aliança PSDB/DEM/PPS, derrotados em 2002 e em 2006, encurralados ideologicamente depois da crise econômica global e sem projeto para o país. Eles representam a política que quebrou o Brasil três vezes, que privatizou, desempregou e desencantou o povo brasileiro.

De outro, o projeto popular implementado por Lula que levou o Brasil a deixar o papel de ator coadjuvante na cena mundial, projetando-se como protagonista destacado nos debates sobre o futuro da humanidade. Nós representamos as medidas que geraram crescimento, infraestrutura, desenvolvimento social, 11 milhões de empregos, redução da pobreza e da desigualdade. Somos os que retomamos a esperança e a convicção de que o Brasil pode muito mais.

Este enfrentamento exigirá uma estratégica política capaz de promover um elevado grau de unidade interna e mobilização associada à formação e capacitação da nossa militância para que o debate sobre o nosso projeto possa ser feito nas ruas e para que sejamos capazes de superar os padrões de despolitização que a oposição vai tentar imprimir à sucessão presidencial, a centralidade da eleição da companheira Dilma. Ela deve orientar todos os movimentos políticos do PT, da mesma forma que a eleição de Lula orientou nossas ações em 2006.

O ano de 2010 pode significar o prosseguimento, o caminho aberto por Lula, ou a volta ao modelo neoliberal, e a continuidade do nosso projeto está vinculada à nossa capacidade de fortalecer um bloco de esquerda e progressista, amparado nos movimentos sociais, intelectuais e todos os setores comprometidos com o projeto de desenvolvimento implementado pelo governo Lula. Dependerá também da capacidade de agregar forças políticas de centro. Na complexa montagem das alianças, devem ser levados em conta os objetivos de ampliar nossas bancadas nos estados, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Para que tenhamos sucesso na tarefa de transformar as eleições em uma disputa de projetos antagônicos é importante constituir a mais ampla frente de partidos, entre os que apoiam o governo Lula.

As eleições de 2010 são um momento decisivo de travar o debate e lutar para conquistar hegemonia em torno da reforma política democrática. Reafirmamos a ênfase dada pelo nosso 3º Congresso do PT para a necessidade da reforma política. É preciso implementar um vasto processo de mobilização popular e democrática visando essa conquista. A reforma política é um dos eixos centrais das nossas campanhas proporcionais e majoritárias. Cabe ao Diretório Nacional avaliar e dar forma institucional às diversas propostas já tomadas pelo PT sobre a reforma política, como plebiscito e constituinte exclusiva.

Não podemos, no entanto, menosprezar a importância que têm os governos de estado. A manutenção dos cinco governos petistas e a ampliação desse número, além de reeleger e eleger governos de partidos aliados é também um objetivo importante. À medida do possível, devemos buscar palanques estaduais unitários, respeitando-se as particularidades de cada estado.

Devemos envidar todos os esforços no sentido de buscarmos candidaturas unitárias aos governos estaduais. Onde isso se revelar politicamente impossível, devemos construir um acordo de procedimentos durante a campanha, que permita a existência de dois palanques para a candidatura presidencial.

Por isso, o 4º Congresso Nacional do PT delibera que o objetivo principal do nosso partido em 2010 é a eleição da Companheira Dilma Rousseff para Presidenta do Brasil. Da mesma forma que, há 8 anos, junto com nossos aliados, conseguimos a proeza de eleger um operário presidente do Brasil, dessa vez, temos o desafio de conquistar outro fato inédito na história do Brasil – a eleição da primeira mulher para a Presidência da República. Para isso, é necessário que o partido busque alianças com todos os partidos da base de sustentação do governo.

A tarefa principal delegada pelo 4º Congresso Nacional do PT ao Diretório Nacional é ELEGER A COMPANHEIRA DILMA PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Para tanto, compete ao Diretório Nacional dirigir a campanha nacional e articular a ela as campanhas estaduais, imprimindo ao seu conjunto as diretrizes de programa, tática e alianças definidas pelo 4º Congresso. Compete ao Diretório Nacional conduzir a política de alianças nacional e atuar em conjunto com as Direções Estaduais na definição das alianças estaduais. Ao Diretório Nacional compete decidir, em última instância, as questões de tática e alianças necessárias à condução vitoriosa da campanha nacional.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2010.

RESOLUÇÃO SOBRE CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

O 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) determina ao Diretório Nacional que promova no primeiro semestre de 2011, um amplo debate acerca de nossa trajetória organizativa e dos desafios presentes e futuros, abordando os seguintes problemas político-organizativos:

- a) O financiamento da atividade partidária;
- b) O caráter coletivo das campanhas eleitorais do partido;
- c) A necessidade de aumentar o número de filiados e melhorar a vida orgânica do partido;
- d) A ampliação da democracia interna, inclusive garantindo formação política e comunicação interna regular para o conjunto dos filiados;
- e) As experiências positivas e negativas verificadas no PED em 2001, 2005, 2007 e 2009;
- f) O fortalecimento da capacidade dirigente das instâncias partidárias;
- g) A combinação entre a agenda institucional do partido e a necessidade de expandir as lutas e organizações sociais no país;
- h) Capacitar o partido para o debate ideológico e programático em curso na sociedade brasileira.

Com base na discussão sobre estes pontos, o Diretório Nacional deve aprovar diretrizes político-organizativas. A partir destas diretrizes, visando aprimorar nosso funcionamento e democracia interna, será realizada uma reforma do estatuto partidário.

O PT completa 30 anos de fundação. Desde o fim do regime militar cumprimos um papel fundamental na construção do processo democrático do país, protagonizando a defesa de eleições diretas em todos os níveis.

Conquistamos mandatos parlamentares, governos municipais e estaduais, culminando com a eleição do presidente Lula, por dois mandatos consecutivos. O Brasil mudou e o mundo passa por importantes transformações

econômicas e sociais, que colocam em discussão mudanças significativas na cultura política.

Rediscutir e atualizar nossa compreensão sobre a construção partidária, nossa organização interna e o estatuto do Partido dos Trabalhadores (PT) é uma exigência para tornar as estruturas dirigentes à altura desses novos desafios e das profundas transformações tecnológicas que estão em curso.

No decorrer desses anos criamos novas formas de participação de nossos filiados nas decisões do partido, com avanços importantes em nossa organização partidária. Porém, é preciso abrir um novo debate que possa resgatar a experiência acumulada ao longo de todos esses anos, aprofundando as discussões sobre os mais diversos temas programáticos, como também devemos incorporar práticas políticas já consolidadas e, ainda, corrigir omissões e contradições de nosso Estatuto.

De acordo com o artigo 246 de nosso Estatuto, que estabelece as exigências para sua modificação, o 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores decide aprovar a formação de uma Comissão Nacional de Construção, Organização e Reforma do Estatuto – coordenada por Ricardo Berzoini e composta por 15 membros obedecendo a proporcionalidade do PED de 2010.

A CNAE deverá elaborar o projeto de reforma do Estatuto, a ser publicado e divulgado às instancias em todos os níveis para apresentação de emendas, cujas normas para recebimento e consolidação das sugestões serão definidas pelo Diretório Nacional nos prazos que fixar, em calendário que culminará na convocação dos mesmos delegados(as) do 4º Congresso, para aprovação, no primeiro semestre de 2011, do novo Estatuto do PT. O próximo PED deve ser realizado, no máximo em 2013, sob novas regras.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2010.

4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores

| 2011 |

IV CONGRESSO NACIONAL DO PT

2 A 4 DE SETEMBRO DE 2011
CENTRO DE EVENTOS BRASIL 21 - BRASÍLIA



RESOLUÇÃO POLÍTICA

RESOLUÇÃO POLÍTICA APROVADA NO 4º CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

O Partido dos Trabalhadores (PT) inicia hoje, 2 de setembro de 2011, a segunda fase de seu 4º Congresso, convocada para uma reforma estatutária que atualize a estrutura partidária à luz da nossa experiência, de nossos êxitos, e dos desafios a superar. A primeira fase deste Congresso, em fevereiro de 2010, marcou o início de um momento inédito na história brasileira: Dilma Rousseff (PT) foi aprovada pelos delegados e delegadas eleitos pelo voto direto dos filiados e filiadas do partido em todo o país, como candidata a presidenta da República, para suceder o exitoso governo do presidente Lula. A vitória eleitoral que se seguiu significou uma profunda mudança democrática, uma ruptura com o passado, em que só homens haviam chegado ao posto principal da nossa República. O PT aprovou também, naquela fase do 4º Congresso, as Diretrizes do Programa de Governo, que propôs à aliança vitoriosa que viria a se formar em torno de nossa candidata.

Agora, oito meses depois da posse da presidenta Dilma, o PT comemora a aprovação da sociedade brasileira à condução que ela vem dando ao país em continuidade das transformações ocorridas desde 2003 e que constituem um legado extraordinário para a esquerda e uma referência progressista e democrática para o mundo. Hoje, o Brasil avança na igualdade social, no equilíbrio regional, na democracia, com uma economia forte e uma política internacional soberana para este novo momento da história mundial.

O PT avalia neste Congresso o significado das transformações na história brasileira a partir do governo Lula, o período já vivido pelo governo Dilma, os desafios com que nos defrontamos atualmente, bem como as perspectivas que se colocam para o nosso partido, para o nosso governo e para a população brasileira.

O 4º Congresso Nacional reúne-se às vésperas do dia 7 de setembro, quando se comemora a proclamação da Independência do Brasil. A construção da Nação brasileira não começou nem terminou em 1822; tampouco foi obra das elites. O grande artífice do Brasil foi e segue sendo o povo brasileiro: homens e mulheres de todos os rincões; os indígenas, os negros, os camponeses, a juventude, a intelectualidade democrática, os trabalhadores e trabalhadoras que constroem diuturnamente a riqueza e a alegria do nosso país.

Por isso, nosso 4º Congresso começa por homenagear aqueles e aquelas que, dentro ou fora do PT, dedicaram o melhor de suas vidas para livrar o país da exploração colonial, da escravidão, da dependência externa, da opressão da ditadura, da chaga do latifúndio, da opressão e da exploração do homem pelo homem. É em homenagem a estas pessoas que o Partido dos Trabalhadores reafirma seu total e irrestrito apoio à política de direitos humanos dos governos Lula e Dilma, em particular à criação da Comissão da Verdade, a abertura dos arquivos e o direito das famílias dos mortos e “desaparecidos” políticos. O povo brasileiro tem o dever e o direito de conhecer sua própria história.

O Partido dos Trabalhadores reúne seu 4º Congresso oito anos e oito meses depois da eleição de Lula presidente. A vitória de 2002 foi conquistada por muitas mãos, ao longo de muito tempo. E culminou num governo que mudou substancialmente a face do país: no lugar da estagnação prolongada do modelo neoliberal, crescimento econômico; ampliação e fortalecimento do mercado interno; geração de empregos; expansão do crédito, combate à pobreza e valorização do salário mínimo; em vez da supressão de direitos, do corte de salários e do desprezo aos aposentados, mais direitos e melhores condições de vida para a população.

Desde a vitória do presidente Lula, medidas inovadoras passaram a ser adotadas, graças à nova compreensão do governo federal com respeito à geração e sustentação do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, com inclusão social, com ampliação da participação popular e com uma política externa soberana, que priorizou a América do Sul, tendo o país participação criativa na Unasul, com a valorização dos chamados Brics, reconhecidos o multilateralismo e um novo protagonismo nos fóruns internacionais.

Um dos resultados da nova política foi o crescimento com a redução das desigualdades sociais: o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,5% ao ano entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2006 e 2010; e alcançou 7,5% em 2010. Ao

longo destes oito anos, mais de 30 milhões de pessoas deixaram a pobreza e ascenderam socialmente.

Após anos de pilhagem do Estado, através de privatarias que legaram ao país o fardo de uma herança maldita, o governo Lula resgatou o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, recuperou a função do planejamento governamental e fortaleceu o poder público, inclusive o das empresas estatais, como foi o caso exemplar da Petrobras.

Mais que isso, fez cessar a perseguição aos movimentos sociais – alguns deles criminalizados no passado –, reconheceu formalmente as centrais sindicais de trabalhadores e promoveu um diálogo permanente com as organizações do movimento sindical e popular, tornando-os protagonistas das políticas públicas por meio de centenas de conferências setoriais.

Coerente com a nova orientação imprimida ao país, quando uma das mais graves crises do capitalismo abateu-se sobre a economia mundial, em 2008, o governo Lula adotou políticas anticíclicas (redução da taxa de juros, renúncia fiscal temporária, redução do compulsório dos bancos, entre outras), que evitaram a contaminação da nossa economia pelos efeitos nefastos provenientes do exterior.

O Brasil foi um dos últimos países a sentir os efeitos da crise e com certeza assegurou um menor custo social e econômico entre as nações do mundo. Para isso concorreram vários fatores que destoaram das políticas hegemônicas nos países do hemisfério norte, que comprometeram fortemente suas economias nacionais para preservar os interesses do sistema financeiro em crise. No Brasil, além de reservas internacionais acumuladas, menor endividamento externo, menor dependência de exportações, maior solidez das contas públicas, entre outros fatores macroeconômicos, concorreram decisivamente também: a preservação de um sistema financeiro estatal e público não privatizado na bacia das almas da privatária neoliberal, a aposta na consolidação de um mercado de consumo de massas pela elevação da renda dos mais pobres e o aprofundamento das políticas sociais. Ao gerar 15 milhões de empregos com carteira assinada, o governo Lula não apenas diminuiu acentuadamente o desemprego, mas abriu um novo ciclo de formalização do mercado de trabalho. Com isto, a crise da Previdência vai sendo superada.

Paralelamente, ao instituir a política de elevação do valor real do salário mínimo, o governo Lula criou uma pressão positiva sobre todo o mercado

de trabalho nacional, elevando, além disso, os benefícios que têm o salário mínimo como referência.

Por seu lado, o programa Bolsa Família, aliado a outros voltados para a inclusão social, provocou uma imensa transformação na base da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que o programa Territórios da Cidadania inaugurava uma nova metodologia de planejamento participativo para a inclusão social.

O apoio popular ao novo rumo trilhado pelo país foi o responsável pela reeleição de Lula em 2006 e pela eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010.

Eleger uma mulher presidenta, com a história de vida e de luta da companheira Dilma, significou uma virada histórica e cultural, num país ainda marcado por preconceitos, discriminações, racismo, e hegemonizado pelo machismo. De fato, embora as mulheres sejam mais de metade da população brasileira, não chega a 10% a participação feminina no Congresso Nacional. As mulheres têm escolaridade superior à dos homens, mas recebem menores salários. A cada 24 segundos uma mulher é vítima de agressão. Para as mulheres negras a soma da discriminação de gênero, raça e classe social revela que estas são submetidas a trabalhos domésticos precários, baixa remuneração, violência e abuso sexual, e o abandono que as obriga a assumirem o sustento de suas famílias.

Já no século XVIII, os socialistas diziam que, para medir o grau real de progresso de uma sociedade, era necessário verificar as condições de vida das mulheres. Daí porque o PT apoiou as ações corajosas do governo Lula e continua apoiando as ações corajosas do governo Dilma na promoção dos direitos das mulheres brasileiras.

O Partido dos Trabalhadores realiza seu 4º Congresso oito meses depois da posse da companheira Dilma Rousseff, que vem cumprindo duas missões fundamentais e vinculadas entre si: as de dar continuidade e aprofundar as mudanças iniciadas no governo Lula, em direção a um Brasil mais democrático, mais igualitário, mais soberano e mais integrado à América Latina.

Para atingir estes objetivos, é preciso enfrentar e superar obstáculos muito difíceis, entre os quais se destacam os impactos deletérios da crise internacional do capitalismo neoliberal; a influência do pensamento conservador nos meios de comunicação; a corrupção que degenera o sistema político

brasileiro; a regressividade do sistema tributário e seus impactos nas políticas públicas; a influência que a especulação financeira segue tendo sobre a economia nacional.

Os primeiros oito meses do governo Dilma transcorreram sob a égide da recidiva da crise mundial de 2007-2009, cujos efeitos se propagam hoje em escala global. Mas, tal como sob o governo Lula, nosso governo não promove recessão para combater a crise, nem tampouco corta empregos ou reduz gastos sociais para debelar a inflação.

A economia brasileira encontra-se hoje mais preparada para enfrentar a nova rodada da crise externa em virtude das experiências de 2008/2009. As finanças públicas estão sólidas e as reservas internacionais brasileiras continuam altas e crescentes, hoje em torno de 350 bilhões de dólares. Ainda que elas nos permitam melhores condições de enfrentamento, seu custo de carregamento é extraordinariamente elevado, podendo alcançar em 2011 entre 50 e 60 bilhões de reais.

Para superar esta nova etapa da crise internacional, o Brasil precisa continuar favorecendo o desenvolvimento de seu mercado interno, portanto gerando empregos, valorizando salários, fortalecendo as políticas sociais, como vem fazendo a presidenta Dilma.

A questão dos juros e do câmbio precisa ser enfrentada com medidas mais ousadas. Por isso, saudamos a recente decisão de baixar a Selic em 0,5%, na expectativa de que a tendência declinante não seja interrompida, a fim de que se possa chegar ao final do primeiro mandato da companheira Dilma com taxas que desestimulem a especulação financeira. O câmbio elevado é uma ameaça à economia brasileira, que exigirá no curto prazo medidas de forte impacto, capazes de frear o livre ingresso de dólares, os quais, fantasiados de investimento direto, na verdade buscam lucros financeiros, obtidos pela diferença das taxas de juros do país de origem e a Selic. A ameaça cambial se torna ainda maior devido à política de “afrouxamento quantitativo” adotada pelos Estados Unidos, que vêm inundando o mundo com dólares baratos.

A redução dos juros, o controle da inflação e do câmbio são fundamentais para a elevação da taxa de investimento (hoje, em menos de 19%), em especial para o crescimento da indústria (entre 2004-2010, enquanto o PIB cresceu 4,4%, a indústria avançou apenas 2,9%).

Em paralelo à necessária redução dos juros e controle da valorização cambial, continua na ordem do dia a busca de novos instrumentos financeiros capazes de incorporar as diferentes fontes de recursos públicas e privadas, nacionais e internacionais, capazes de complementar a participação do BNDES no financiamento de longo prazo.

Continua também presente – ainda mais se consideradas as novas demandas como o Pré-sal, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos – o desafio da geração de recursos para o enfrentamento dos gargalos de infraestrutura herdados das décadas de baixo crescimento e descaso com o desenvolvimento, sobretudo na infraestrutura, na educação e na ciência e tecnologia; e os desafios do meio ambiente e do combate ao aquecimento global que – embora não sejam um problema exclusivamente brasileiro – exigem medidas nacionais próprias e consideração das diferentes variáveis que visem a assegurar um meio ambiente sustentável ao país.

O Programa Brasil Maior, que prevê investimentos de 500 bilhões de reais, pelo BNDES, até 2014, deve impulsionar a indústria nacional facilitar a agregação de valor à produção das empresas brasileiras. Sem prejuízo das correções e ajustes que o próprio governo apontou serem necessárias, entre as quais o diálogo com o movimento sindical, o programa constitui um passo no sentido de favorecer o desenvolvimento do mercado interno e de aprofundar as políticas de valorização da produção nacional. Os setores empresariais diretamente beneficiados com o programa, devem assumir compromissos com a sociedade, em particular no que diz respeito à manutenção ou ampliação dos níveis de emprego e salário.

A ciência, a tecnologia e a inovação têm importância estratégica para a soberania nacional e para o desenvolvimento econômico e social. As políticas públicas nesta área devem ser usadas para elevar os níveis de educação e saúde do povo, democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, ampliar a competitividade das nossas empresas frente ao mercado internacional, expandir postos de trabalho e promover um desenvolvimento que respeite o meio ambiente e melhore a qualidade de vida dos brasileiros. Cabe ao Estado ter papel indutor, tratando os recursos humanos e orçamentários demandados não como gastos correntes, mas como investimentos num futuro melhor. São estes os princípios que defendemos e que orientaram a ação do governo Lula e orientam a ação do governo Dilma.

O fortalecimento das relações com os movimentos sociais na construção de uma agenda de reformas democráticas e populares, contida nas diretrizes gerais do Programa do Governo aprovadas na primeira fase deste 4º Congresso, é fundamental e deve ser buscada de forma decidida tanto pelo PT quanto pelo governo. A relação PT, governo e movimentos sociais deve ser cultivada com vistas à definição de agendas comuns, evidentemente respeitada a autonomia de cada parte e as eventuais diferenças, que acumulem forças sociais e políticas em favor das reformas democráticas e populares. O PT reafirma sua disposição de diálogo com a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), com o movimento sindical, em particular com a Central Única dos Trabalhadores, e com o conjunto dos movimentos organizados, em busca dessa agenda comum e da solidariedade entre todos os que lutam para superar os entraves conservadores que nos impedem de avançar nos rumos das reformas democráticas e populares.

Nosso país deve voltar a utilizar mais amplamente o espaço e as políticas internacionais, acentuando sua articulação com os países emergentes e pressionando os países avançados e as organizações internacionais, para instituir mecanismos efetivos de regulação financeira e de combate à “guerra cambial” além de iniciar a discussão de uma alternativa viável ao sistema financeiro mundial criado em Bretton Woods. As declarações dos países do capitalismo central em fóruns como o G20 e outros, durante a primeira fase da atual crise, de buscar a reforma das instituições financeiras e uma nova regulação dos mercados internacionais, não foram mais do que cortina de fumaça para socorrer os bancos e as matrizes de empresas transnacionais abaladas dentro do mesmo ordenamento neoliberal.

O CENÁRIO MUNDIAL

Ao longo dos 31 anos do PT, o mundo passou por fases distintas. Nos anos 1980 iniciou-se o predomínio da globalização neoliberal que se fortaleceu ao final dessa década e início dos anos 1990 com o colapso da União Soviética. Ao longo daquela década já começam a aparecer sinais de crises advindas da liberação da movimentação internacional de capitais e da crença no mercado como regulador. Na virada para o século XXI, especialmente a partir de 2007, o capitalismo neoliberal entra em crise nos países centrais e se espalha para as regiões que seguiram ideológica, política e economicamente o guia neoliberal.

Novas transformações foram ocorrendo, de tal forma que a atualidade mundial é marcada por tensões e disputas entre duas grandes e diferentes linhas de orientação política, econômica e social – ainda que nos marcos do capitalismo –, um processo em cujos desdobramentos nós devemos incidir.

Hoje, de um lado se apresenta o domínio de políticas neoliberais que deixaram ao capital financeiro e às grandes corporações privadas mundiais o controle dos movimentos econômicos, intensificando tecnologia e inovação, e necessariamente travando a geração de empregos, os ganhos de produtividade dos trabalhadores, os gastos públicos destinados ao bem-estar social, enfraquecendo o Estado e pondo os seus recursos a serviço do sistema financeiro privado e de megaempresas.

Outra parte do mundo, na qual se inclui o Brasil, rejeitou o neoliberalismo como alternativa para seus povos e nações. Com vitórias históricas contra a direita, a maior parte dos governos latino-americanos – sobretudo na América do Sul – tem adotado uma linha progressista, visando a promover o crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda, justiça social e democracia. Ao trilharem este caminho, tais países fortalecem, a um só tempo, a soberania e a integração latino-americana. Nesse sentido, o PT saúda a recente eleição de Ollanta Humala como uma vitória das forças progressistas do Peru.

Os países do Sul do mundo passaram a crescer mais e suas economias foram se tornando mais fortes do que a de vários países ricos do Norte. A China e a Índia são os principais e não os únicos destaques desta política na Ásia. A África do Sul puxa a fila de avanços importantes de vários países de seu continente. E o Brasil, com forte integração e solidariedade com outros países que se fortalecem na América Latina, passa a fazer parte das nações mais destacadas econômica e politicamente no mundo.

Os chamados ‘países emergentes’ tornaram-se motores dinâmicos e promissores da economia mundial. Seu fortalecimento fez também com que a antiga distribuição de poder nos organismos internacionais comece a ser ultrapassada. Trava-se agora uma luta de poder nas instituições internacionais entre representantes destas duas linhas de orientação, e nisto se insere a substituição do G8 pelo G20, a articulação dos Brics, a pretensão do Brasil e da Índia de assento permanente do Conselho de Segurança da ONU, e várias outras iniciativas, como a vitória recente do Brasil para a diretoria da FAO.

Mesmo com a inevitável concorrência entre si dos estados nacionais, e com as diferenças resultantes da história e da vida interna de cada país, esta nova alternativa vai se delineando no mundo. Embora os países ricos do Norte continuem ricos e poderosos, e ainda guardem supremacia militar, há outros novos países ricos e poderosos na cena mundial apresentando alternativas diferentes aos povos.

O mundo passou a sofrer com mais gravidade a partir de 2008 as consequências de profundos desequilíbrios estruturais nos países do Norte. O rápido avanço científico e tecnológico foi acompanhado pelo desemprego crescente, pela participação menor dos trabalhadores nos ganhos de produtividade, pela pressão de levas humanas de imigrantes apesar da repressão contínua contra elas. Os capitais destes países ricos, em busca de mão de obra barata, exportaram seus empregos para países do Sul dos continentes e do Leste Europeu. O consumo interno nos países do Norte tornou-se cada vez mais turbinado pelo crédito, gerando uma economia oca, propensa a constantes crises no sistema financeiro.

Resultou disso uma estagnação como regra nas economias antes dinâmicas, que está levando a uma nova recessão, em sequência àquela vivida no momento inicial desta crise. Os acontecimentos recentes nas economias europeias, na economia norte-americana, e os persistentes problemas da economia japonesa, revelaram a atualidade, novos desdobramentos e perspectivas desta crise que não foi debelada pelas ações dos governos.

Os Estados Unidos, a principal economia mundial, padecem agora de dúvidas sobre a capacidade de pagamento em dia da sua dívida pública elevada com o socorro aos bancos e a grandes empresas na primeira rodada da crise em 2008/2009; de temores de contaminação de seu sistema financeiro pelos problemas dos governos e bancos europeus; de concessões do governo democrata às exigências de corte de gastos sem aumento da receita feitas pela maioria republicana na Câmara; de perspectivas de estagnação, com retração de investimentos privados e persistência do alto grau de desemprego (que antes da crise girava pelos 6% e que agora ultrapassa os 9%).

Na Europa, vários governos de países em crise estão impossibilitados de quitar sua dívida pública e tiveram que ser socorridos pelo Banco Central Europeu. Lá também, a crise financeira que era privada se transformou em crise da dívida pública, e agora ameaça voltar ao início com graves problemas

no sistema bancário, e com a capacidade de socorro dos Estados mais enfraquecida. A reação de seus governos ao repique da crise foi cortar seus gastos sociais e de investimento, contribuindo para deprimir mais suas economias e persistindo os altos índices de desemprego e a redução da renda de seus trabalhadores. Noutras palavras: a crise retorna hoje, principalmente porque o governo dos Estados Unidos e os governos europeus optaram por aplicar remédios neoliberais para combater a crise do neoliberalismo.

A crise atual, cuja intensidade e duração ainda incerta, está associada ao ideário e ao programa neoliberal que, regra geral, nos últimos 40 anos impôs sua hegemonia preconizando a redução da presença do Estado na economia, a desregulamentação do sistema financeiro, a redução de direitos sociais e reformas fiscais, tudo para alargar a chamada liberdade dos mercados e elevar a taxa de lucro.

As providências adotadas, seja pelo governo americano, seja pelos europeus, além de não trazerem soluções duradouras, ainda aumentam a incerteza social e política. Tanto na Europa como nos EUA, a direita executa uma política militarista, de agressão e ataques coordenados, tornando a defesa da paz uma bandeira cada vez mais atual.

Na Europa, setores da sociedade, particularmente a juventude, buscam reagir a esta situação responsabilizando os partidos políticos que aderiram ou sustentaram esse ideário. Mas há os que encontram no nacionalismo de extrema direita, xenófobo, racista e preconceituoso, uma via para os agudos dilemas que a sociedade enfrenta.

O Partido dos Trabalhadores não comemora a crise internacional: ela custa vidas, empregos, esperanças de centenas de milhões de pessoas, em todo o mundo. Esta crise, assim como as outras grandes crises por que passou o sistema capitalista no século XX, não é um evento natural ou inevitável; não se trata apenas da má gestão, de “erros” ou “desvios”. A crise que teve início em 2008, assim como a crise em que estamos imersos agora, resultam da aplicação das políticas neoliberais: estímulo à especulação financeira, a desregulamentação, o enfraquecimento do controle público, a retirada de direitos, a redução nos impostos sobre as grandes fortunas.

A crise global repercutiu com intensidade também nos países árabes e no Oriente Médio. Os problemas econômicos, os altos índices de desemprego, especialmente entre os jovens, potencializaram descontentamentos históricos

com a desigualdade social, e desembocaram em movimentos pela democracia contra ditaduras de décadas. As revoltas árabes são um produto regional da crise internacional. Abrem o caminho para perspectivas democráticas inéditas naquela região, mas, pela falta de liberdade de organização política ao longo de décadas, podem desaguar em novas ditaduras ou em governos conservadores e subordinados às velhas potências capitalistas. Estas se apressaram inclusive pela força militar, a tirar proveito da crise que elas mesmas promoveram. Neste particular, o PT reafirma seu repúdio à ingerência externa e à militarização dos conflitos político-sociais.

A esquerda dos países europeus, que tanto influenciou a esquerda mundial desde o século XIX, não conseguiu dar respostas adequadas à crise e parece capitular ao domínio do neoliberalismo. Por isso, há hoje um deslocamento geográfico de liderança ideológica da esquerda no mundo. Neste contexto, a América do Sul agora se destaca. Depois de ter passado por estagnação e forte inflação nas ‘décadas perdidas’ de 1980 e 90, e de seus governos aderirem à onda neoliberal, eis que despertou na década de 2000 para uma outra política, progressista e de forte conteúdo social. A luta da esquerda latino-americana contra as ditaduras militares fez dos valores democráticos parte integrante essencial nesta promoção de cidadania e soberania.

Neste cenário de crise mundial, cabe ao Partido dos Trabalhadores, bem como às demais forças de esquerda do Brasil e da América Latina, aprofundar seu compromisso com outra visão de mundo e com outro modelo de desenvolvimento, reafirmando a defesa da construção do socialismo. Importante também na etapa atual da crise do capitalismo que atinge as principais potências imperialistas é a integração econômica, social e política da América Latina. Nessa nova situação, a realização de eleições diretas em 2014 para os 75 representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul (Parlasul), é um passo fundamental para não só enfrentar as consequências da crise na América Latina como também para sua integração.

Em síntese, a atual situação internacional é marcada por três grandes variáveis: a crise do capitalismo neoliberal, o declínio da hegemonia dos Estados Unidos e o deslocamento do eixo geopolítico mundial (do Norte para o Sul, do Ocidente para o Oriente). Do cruzamento destas variáveis, resulta um ambiente de grande instabilidade econômica, social e política, agravada pelo comportamento dos Estados Unidos, que para tentar reverter seu declínio, recorre cada vez mais a soluções militares.

Podemos dizer que vivemos um período de transição, de duração incerta e de desfecho imprevisível, que dependerá da correlação de força que se estabeleça dentro de cada país e em âmbito internacional.

No terreno mundial, há uma crescente disputa entre dois blocos de países: por um lado, o bloco liderado pelos Estados Unidos, que hegemonizou a velha ordem neoliberal e pretende continuar hegemonizando; por outro lado, um bloco multipolar liderado por países que vem recusando o modelo neoliberal. Neste cenário, a grande novidade está na América Latina. A crescente hegemonia da esquerda, na região, torna possível proteger nossos países dos efeitos da crise e da disputa; participar da disputa global contra o modelo neoliberal; e, inclusive, construir um caminho para a construção de uma alternativa ao próprio capitalismo.

Neste sentido, a integração latino-americana, especialmente da América do Sul, cumpre um papel estratégico. Sempre lembrando que as riquezas humanas e naturais da América do Sul tornam nossa região palco da cobiça e da agressividade das potências, motivo pelo qual é preciso acelerar o passo: mais integração e mais rápido, deve ser a postura do Brasil.

OS DESAFIOS DO MOMENTO

Os desafios do PT e do governo Dilma não devem ser vistos como exclusivamente econômicos, nem como restritos ao crescimento do país. Defendemos outro modelo de desenvolvimento, socialmente inclusivo, regionalmente integrado, tecnologicamente avançado e ambientalmente sustentado. Tal modelo implica criar condições para reformas estruturais, articuladas ao aprofundamento da democracia e da construção de uma nova sociedade.

Dentre estes desafios encontram-se a continuidade na ampliação do mercado interno (onde tem papel decisivo a redução da pobreza e das desigualdades, a geração de empregos e valorização dos salários), a elevação de nossa capacidade científica e tecnológica, a universalização da Educação com qualidade, o equacionamento de gargalos que tolhem o avanço do Sistema Único de Saúde, do Sistema de Segurança Pública, e do sistema de prestação de Justiça, a consolidação do Sistema Único de Assistência Social e Sistema Nacional de Segurança Pública Alimentar e Nutricional, assim como o enfrentamento de quatro grandes questões de fundo: a questão agrária, a questão urbana, a questão tributária e a questão ambiental.

A resolução de tais desafios econômicos e sociais está ligada a novos avanços na democracia, entre os quais se destacam a reforma política, a democratização dos meios de comunicação, mudanças na natureza do Estado, e a necessidade de um sistema eficiente de defesa nacional.

A distribuição da renda e a redução das desigualdades deverão progredir mantendo-se a expansão de empregos aliada à sua qualidade e à crescente valorização dos salários. No programa de governo aprovado pelo PT na primeira fase do 4º Congresso, a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário faz parte do elenco de medidas nesta direção. A mudança da concentração econômica no Sudeste e no Sul, com o mais avançado desenvolvimento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste também é elemento importante a prosseguir na redução da desigualdade, como ocorreu intensamente nos oito anos do governo Lula. Quando do recente lançamento do novo programa social do governo Dilma, o Brasil sem Miséria, ficou claro que entre os 16 milhões de brasileiros a serem auxiliados a superar a aguda pobreza, a maior parte está no Nordeste e no Norte do país.

Outras grandes frentes de promoção da igualdade devem prosseguir: direitos da mulher, igualdade racial, direitos dos povos indígenas, de jovens, idosos, pessoas com deficiência, LGBTs, e um conjunto de outras agendas de direitos humanos. São conquistas culturais, sociais, econômicas, democráticas, que mostram um mundo diferente do mundo individualista e consumista preconizado pela ideologia capitalista neoliberal.

O meio rural brasileiro é espaço de convívio, produção e luta de agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra com o poderoso agronegócio – herdeiro moderno da antiga aristocracia rural que dominou a política brasileira e dela nunca apeou. Mas os oito anos de governo do presidente Lula e este início de governo da presidenta Dilma levaram a cabo importantes transformações nesta estrutura, com o reforço do apoio à agricultura familiar. O fortalecimento do MDA e do Incra, e a criação de um conjunto de políticas públicas permanentes – crédito, assistência técnica, seguro, garantia de preço, programas de compras públicas, regularização fundiária, combate à violência no campo e assentamentos da reforma agrária – colocaram em evidência a fundamental contribuição destes setores para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro.

Setores conservadores afirmam que a questão agrária não é mais central no desenvolvimento da economia nacional, pelo aumento da produtividade

do latifúndio e sua integração às políticas do agronegócio. Não é esta a visão do PT: a reforma agrária integra nosso ideário, nosso programa democrático e popular, bem como as Diretrizes Gerais do Programa de Governo do 4º Congresso Nacional do PT. Ela é vista como fundamental para o desenvolvimento econômico, a produção de alimentos, o desenvolvimento regional, o fortalecimento dos pequenos centros urbanos, a inclusão social e o combate à fome e à miséria nas zonas rurais do país.

Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar podem coexistir com o agronegócio, dentro de um planejamento econômico orientado pelos interesses nacionais, sem que sejam condenados ao anacronismo a que lhe destinam os ideólogos da propriedade privada sem função social. Anacrônicos são as práticas regressivas como o trabalho escravo ou semiescravo, a destruição de biomas e as agressões ao meio ambiente e a compra de imensas extensões de terras por empresas estrangeiras, que consideramos fundamental combater. Para tanto, políticas como a precisão dos vários critérios estabelecidos na Constituição Federal para a definição da função social da propriedade, a revisão dos índices caducos de produtividade hoje vigentes, e a utilização massiva de terras públicas no campo para assentamentos da reforma agrária são caras ao PT e integram nossa plataforma para a presente conjuntura.

Outro desafio a vencer é o da realização da reforma tributária, que, como a reforma agrária, tem sua viabilidade até aqui impedida pelas elites ricas. Ela deve contemplar o princípio da progressividade dos tributos sobre a renda, aumentando a taxa sobre as fortunas, sobre as heranças, e sobre os lucros, freando a especulação financeira, fortalecendo a produção, desonerando a cesta básica, e facilitando a formalização do trabalho. A reforma tributária deve igualmente combater a guerra fiscal, que transfere recursos públicos ao capital.

Não menos importantes são os desafios do meio ambiente. O Brasil ainda vive a transição de um conceito de desenvolvimento que destacava o crescimento industrial e a urbanização, para um conceito de desenvolvimento social e ecologicamente sustentável. A atual crise econômica mundial reitera que o padrão vigente de produção, financiamento e consumo é insustentável. A crise do neoliberalismo expressa sua incapacidade de responder aos desafios sociais há muito tempo postos pelo socialismo, mas também aos desafios ambientais de que o mundo adquiriu consciência nas últimas décadas. A dimen-

são ambiental desta crise internacional do capital é dramática, pelo fortíssimo impacto da desregulamentação do capital nos recursos naturais do planeta e dos países do hemisfério Sul, em particular. Cada dia mais, a reflexão sobre nosso projeto de desenvolvimento no Brasil deve incorporar a dimensão da sustentabilidade ambiental, sem o que repetiremos os equívocos denunciados no 3º Congresso Nacional do PT em certas tradições desenvolvimentistas de países capitalistas e do socialismo real. O Brasil, tanto por sua imensa diversidade natural, quanto pelos compromissos que de forma soberana e unilateral assumiu perante a comunidade internacional, não tratará a questão ambiental como apêndice, senão como parte essencial, de seu projeto de desenvolvimento.

Às vésperas do que a presidente Dilma definiu como o maior evento político internacional de seu mandato, a Rio +20, e sob ameaça permanente no Congresso Nacional de retrocessos em nossa política ambiental – Código Florestal e Unidades de Conservação –, nosso partido perfila-se com os que defendem um modelo de desenvolvimento que combine inclusão social e uso sustentável da nossa riqueza em biodiversidade. Na Rio +20, nosso governo tem muito a apresentar na defesa de um modelo de desenvolvimento para o planeta, que combine erradicação da miséria com baixa nas emissões de carbono e salvaguarda dos recursos naturais. O Brasil tem de se unir aos países pobres e em desenvolvimento, para cooperarem entre si e exigirem dos países ricos que contribuam de forma proporcional ao estrago que seus padrões de consumo e formas de produção fizeram e continuam fazendo no planeta.

Do ponto de vista da sustentabilidade social é nítida a divergência entre a alternativa liderada pelos países do Sul frente àquela predominante nos países do Norte. Na questão da sustentabilidade ambiental, repetiu-se na Conferência Mundial sobre Mudança do Clima em Copenhague, em 2009, esta divergência com os Estados Unidos e outros países do Norte. Lá, Brasil, África do Sul, Índia, China e outros países do Sul mostraram convergência de propostas também neste campo. As posições do Brasil apresentadas pelo então presidente Lula, e pela atual presidenta Dilma, que então ministra chefiava nossa delegação, são bastante avançadas e constituíram-se em compromissos unilaterais de nosso país, para a redução das emissões de carbono, que contém, mas não se limita à redução do desmatamento.

Na recente disputa ainda em curso no Congresso Nacional brasileiro entre desenvolvimento versus desenvolvimento com sustentabilidade ambien-

tal, o governo Dilma e a bancada parlamentar do PT assumiram a liderança da defesa desta segunda alternativa, mais adequada aos interesses estratégicos do país e do mundo.

Mas há muito a avançar no sentido de um novo modelo de desenvolvimento que contemple o social e o ambiental, seja na área rural, seja nas nossas cidades, onde são enormes as consequências funestas desta dicotomia.

Nas cidades, onde vivem 80% da população brasileira, impõe-se vencer o desafio da reforma urbana. Nelas, convivem a violência urbana e o apartheid social. A especulação imobiliária agrava as condições de vida e o caos nas metrópoles, tornando urgentes reformas radicais na ocupação espacial, a fim de eliminar as situações de risco ambiental. É preciso aumentar as áreas verdes nas cidades, alterar a matriz da mobilidade urbana, priorizando os transportes coletivos. Do mesmo modo, é vital construir massivamente habitações de interesse social, sem, contudo, reproduzir o padrão de segregação socioespacial que empurra os pobres para as periferias dos grandes centros urbanos. Os projetos urbanos do PAC nas áreas de habitação, saneamento e mobilidade urbana, as realizações do programa Minha casa Minha Vida e as obras de infraestrutura urbana ligadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas devem ser orientadas por esta perspectiva não segregacionista.

Entre os imensos desafios a vencer está a brutal desigualdade ainda existente no país: a desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a homofobia e todas as formas de preconceito, a violência e a violação dos direitos humanos.

Outro importante desafio diz respeito à realidade da juventude. A população jovem nunca foi tão grande na América Latina e no Brasil, fenômeno considerado um “bônus demográfico” fundamental para a construção de projetos de desenvolvimento e para nossa estratégia de modelo econômico alternativo. Hoje e nos próximos dez anos, trata-se de uma parcela significativa da classe trabalhadora e de beneficiários de programas sociais que merece atenção especial. A exclusão social, associada à permanente difusão do individualismo, do consumismo, da futilidade e do autoritarismo constituem uma combinação explosiva na disputa ideológica destes setores sociais.

A juventude negra é vítima de um conjunto de desigualdades que combina um sistema educacional de baixa qualidade, desemprego, falta de perspectivas de uma vida digna, tráfico de drogas e armas, baixo acesso ao lazer, a políticas de cultura e esporte, além do confinamento em favelas

e periferias, sendo também o principal alvo da violência urbana. Neste sentido, fica evidente que para pensar um projeto de desenvolvimento para o Brasil é indispensável garantir políticas específicas a este segmento, para valorização do trabalho e a garantia da vida daqueles e daquela que devem usufruir deste segmento.

A disputa que travaremos no próximo período precisa ter um foco especial na juventude, pois a maioria dela não viveu os anos neoliberais e convive já há quase nove anos com um governo do PT em nível nacional. As mobilizações recentes na Europa, como os indignados da Puerta del Sol, em Madri, nos mostram que o PT e o nosso projeto necessitam estreitar os laços com as novas gerações.

A questão da juventude – envolvendo educação de qualidade, inserção ocupacional, moradia digna, acesso à Internet e a equipamentos culturais, esportivos e de lazer – deve ser compreendida como uma questão estratégica e não meramente como política setorial. Do ponto de vista da disputa de hegemonia na sociedade, devemos redobrar nossa capacidade de estabelecer vínculos políticos e ideológicos com as novas gerações, através dos movimentos sociais, do partido, dos governos e mandatos parlamentares, disputando-as fortemente para as ideias e práticas vinculadas à luta democrática e à construção do socialismo.

Ampliar o alcance e a qualidade das políticas públicas, inclusive absorvendo novos direitos que surgem numa sociedade em mutação acelerada, é um desafio a ser partilhado entre o PT e os movimentos sociais, cuja proximidade e agenda comum são imprescindíveis. Com a maré neoliberal, a precária cobertura dos serviços públicos de educação e saúde, se agravou. Hoje, além do direito pleno à saúde, à alimentação, à educação, à assistência social é preciso assegurar outros direitos básicos, como o acesso às telecomunicações, ao saneamento, habitação, transporte, cultura, esporte, lazer, eletricidade, como direitos universais.

O povo brasileiro cobra dos três níveis de governo uma maior presença e resolutividade na área da saúde. Esforços foram feitos no governo Lula e continuam no governo Dilma. O 4º Congresso Nacional do PT convoca o conjunto da militância a engajar-se em defesa do SUS. O PT reafirma seu compromisso histórico com a aprovação da Emenda Constitucional 29 e o consequente retorno ao orçamento da saúde pública dos recursos a ela nega-

dos pela oposição ao governo Lula, que extinguiu a CPMF para impedir a plena consolidação do SUS no país. O Congresso orienta nossas bancadas na Câmara e no Senado a buscarem suplementares fontes de recursos necessários para a recomposição do orçamento do SUS e viabilização da EC 29, resolvendo as carências de financiamento do sistema.

No campo da educação são evidentes os avanços e conquistas no governo Lula, como o Fundeb, Prouni, Reuni, piso salarial do magistério, expansão e fortalecimento da educação superior pública e da educação profissional pública. O desafio agora é dar continuidade e avançar. Neste sentido, cabe ressaltar as iniciativas do governo Dilma como o Pronatec (Projeto Nacional de Apoio ao Ensino Técnico e ao Emprego) que vai expandir e democratizar o acesso à educação profissional no nosso país. O PT deve se empenhar para aprovação de um Plano Nacional de Educação (PNE) que responda aos anseios, esperanças e necessidades da sociedade brasileira com universalização e ampliação do atendimento escolar da creche à pós-graduação; valorização social dos profissionais da educação com piso salarial, carreira e formação; gestão democrática com controle social; financiamento que chegue aos 10% do PIB para educação até o final de seu período de vigência. “Parte integrante desse processo é a consolidação, ao nível dos estados e municípios do pagamento integral do Piso Salarial Nacional aos trabalhadores e trabalhadoras da educação. Para tanto, o PT deve envidar todos os esforços na implementação da lei específica, considerada constitucional pelo STF.

No governo Lula consolidaram-se os elementos necessários para uma nova política cultural no país, reconheceu-se a importância de artistas e produtores, valorizando o patrimônio material e imaterial e atuando fortemente na preservação da memória. O Estado assumiu o seu papel de indutor e gestor das ações de cultura. As novas tecnologias têm impactado fortemente as práticas de criação, produção e distribuição de bens culturais. A atuação militante através da cultura digital, dos softwares livres e a constituição de redes de trabalho colaborativo devem ser incentivadas. O PT reafirma seu compromisso com a liberdade de criação e com as novas formas de manifestação político-cultural que estão sendo possíveis através da utilização destes novos instrumentos de socialização da informação e do conhecimento. Neste novo momento devemos aprofundar os avanços assegurando a execução do Plano Nacional de Cultura, na institucionalização da Cultura através de ações

de apoio para aprovação de projetos legislativos, entre eles, o Pró-cultura, o Sistema Nacional de Cultura, o Vale Cultura.

Para o PT, a cultura é um direito social, o que implica em uma nova visão de papel do Estado como garantidor deste direito por meio de políticas públicas de produção, difusão e fruição dos bens culturais. O PT impulsionou importantes conquistas de valorização da diversidade e da cidadania, valorizando os artistas, instituindo políticas de memória e de fomento às artes.

Compreendemos a cultura digital como importante dimensão de interação e expressão humana, decorrente das novas tecnologias da comunicação e da informação, em particular para a juventude, cabendo ao Estado universalizar o acesso e fomentar a produção de conteúdos para a internet e mídias móveis.

O PT reafirma seu compromisso com a liberdade de criação e com as novas formas de manifestações político-culturais que são possíveis por meio de utilização dos novos instrumentos da informação e do conhecimento. Nosso compromisso é com o avanço do fortalecimento institucional das políticas públicas de cultura, garantindo a aprovação da PEC 150/2003, que institui dotação orçamentária mínima; a aprovação da PEC do Sistema Nacional de Cultura, que institui o regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios; a aprovação da PEC que reconhece a cultura como direito social; a aprovação do Pró-cultura, que amplia o caráter democrático do financiamento público da cultura; a aprovação do Vale Cultura, como instrumento de democratização do acesso; e o estabelecimento das diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura com garantias para a sua plena implementação.

Mais que um desafio, combater sem tréguas a corrupção é um compromisso inarredável do PT e do nosso governo, que há de ser honrado sem desconstituir o Estado de Direito ou sonegar as garantias individuais. Sem esvaziar a política ou demonizar os partidos, sem transferir, acriticamente, para setores da mídia que se erigem em juízes da moralidade cívica, uma responsabilidade que é pública, a ser compartilhada por todos os cidadãos.

Nunca antes na história deste país a corrupção foi combatida com tanta profundidade e sem protecionismos partidários como nos governos Lula e Dilma. O governo Lula elegeu desde o primeiro momento o combate implacável à corrupção como uma política pública. Reaparelhou, ampliou seus quadros, e valorizou a Polícia Federal, e estruturou a Controladoria Geral da

União, que se tornaram instituições respeitadas pelo rigor com que combateram os malfeitos na utilização do dinheiro público. E continuam a fazer isso rigorosamente. Eis por que a corrupção, enrustida historicamente na política e arraigada no estado clientelista que herdamos, hoje se torna pública e evidente. O enfrentamento da corrupção, para além de tudo o que se fez e se faz agora, sob o governo da presidenta Dilma, exige medidas abrangentes, cujo núcleo reside na reforma política e na reforma do Estado. Um Estado aberto ao controle social e à participação popular; e um sistema político-eleitoral livre do financiamento privado.

Para o PT e para os movimentos sociais, a democratização dos meios de comunicação é tema relevante e um objetivo comum com os esforços de elaboração do governo Lula e os resultados da I Conferência Nacional de Comunicação, que evidenciou os grandes embates entre agentes políticos, econômicos e sociais de grande peso na sociedade brasileira. É urgente abrir o debate no Congresso Nacional sobre o marco regulador da comunicação social – ordenamento jurídico que amplie as possibilidades de livre expressão de pensamento e assegure o amplo acesso da população a todos os meios – sobretudo os mais modernos como a internet. Daí o nosso repúdio ao projeto de lei 84/99 que se originou e tramita no Senado Federal, o AI-5 digital, pois pretende reprimir a livre expressão na blogosfera.

Para nós, é questão de princípio repudiar, repelir e barrar qualquer tentativa de censura ou restrição à liberdade de imprensa. Mas o jornalismo marrom de certos veículos, que às vezes chega a práticas ilegais, deve ser responsabilizado toda vez que falsear os fatos ou distorcer as informações para caluniar, injuriar ou difamar. A inexistência de uma Lei de Imprensa, a não regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da propriedade cruzada de meios, o desrespeito aos direitos humanos presente na mídia, o domínio midiático por alguns poucos grupos econômicos tolhem a democracia, silenciam vozes, marginalizam multidões, enfim criam um clima de imposição de uma única versão para o Brasil. E a crescente partidarização, a parcialidade, a afronta aos fatos como sustentação do noticiário preocupam a todos os que lutam por meios de comunicação que sejam efetivamente democráticos. Por tudo isso, o PT luta por um marco regulatório capaz de democratizar a mídia no país.

As reformas institucionais não estarão completas se não forem acompanhadas da mais profunda democratização da comunicação. Além de tudo

isso, as mudanças tecnológicas e a convergência de mídias precisam ser acompanhadas de medidas que ampliem o acesso, quebrem monopólios e garantam efetiva pluralidade de conteúdos.

Ainda no campo da comunicação, é preciso aprofundar as políticas públicas para a juventude, num contexto em que a própria noção de cidadania cultural se redesenha num cenário de convergência tecnológica, de economia e de serviços. Tais políticas devem voltar-se para a ampliação da fruição cultural e da qualidade da educação no Brasil.

REFORMA POLÍTICA E REFORMA DO ESTADO

Sem a reforma política e a reforma do Estado, o Brasil enfrentará mais cedo ou mais tarde uma profunda crise, causada pelo confronto entre as necessidades da cidadania e a inadequação a elas do sistema político.

Em debate no Congresso Nacional, entre as propostas apresentadas pelo PT, o financiamento público de campanha e o voto em lista devem ser considerados objetivos programáticos estratégicos do PT. Nas duas experiências do governo Lula, o PT viveu todas as contradições, riscos e desafios do chamado presidencialismo de coalizão, herdado da transição conservadora, através do qual o presidente eleito por voto majoritário em primeiro ou segundo turno não tem formado uma maioria no Congresso Nacional para governar.

Carecendo de maioria estável no Congresso Nacional, o presidencialismo brasileiro se abre quase automaticamente à paralisia decisória de governo ou a situações potenciais de crise institucional. Mais além desta problemática, é a própria expressão democrática e autorreformativa do princípio da soberania popular, no sentido da formação de novos direitos cidadãos ou de criação de leis mais avançadas que fica fortemente comprometida ou parcialmente neutralizada com o atual sistema eleitoral que distorce profundamente a representação do povo brasileiro.

O financiamento privado das campanhas, em particular do modo como é exercido no Brasil, praticamente sem controle e em um país de tal desigualdade estrutural de renda, é um verdadeiro atentado ao princípio republicano de que a democracia deve ser baseada nos direitos simétricos dos cidadãos e cidadãs. Trabalhadores, mulheres, pobres, negros, agricultores familiares e sem terra, indígenas, são profundamente sub-representados. E os

ricos, empresários e grandes proprietários rurais têm seu poder de representação escandalosamente majorado.

Com a vigência do atual sistema de financiamento privado de campanhas, a cada eleição renovam-se e reproduzem-se os esquemas de corrupção, vinculando financiamento ilegais a compromissos não públicos de eleitos com suas fontes financiadoras. O voto em pessoas e não em partidos é a grande arma dos políticos fisiológicos, verdadeira tradução da tradição transformista da política brasileira, isto é, de realizar mudanças não através de rupturas democráticas, mas de transições negociadas e pactuadas pragmaticamente, nas quais os atores políticos atualizam e mudam seus posicionamentos originais na cena política.

Estas características antidemocráticas do sistema eleitoral estabelecem um verdadeiro fosso entre a expansão da presença social do povo e sua expressão política, em especial das mulheres, no mercado de trabalho e na educação, e a sua representação política, hoje uma das menores do mundo (apesar da conquista histórica da primeira mulher presidenta do Brasil).

O Brasil é o país de maior população negra fora da África. Segundo o IBGE (2010), pretos e pardos, isto é, negras e negros, representam 50,7% da população brasileira e estão extremamente sub-representados no Legislativo brasileiro. Esse momento é especial para aprofundarmos o debate, refletirmos, alterarmos o quadro político nacional e criar mecanismos legais e regulatórios para ampliarmos a representação política de negros e negras nas instâncias do sistema político e eleitoral do país, nos municípios, estados e na União.

Por contrariar interesses tão arraigados na nossa sociedade e na nossa cultura política, a conquista do financiamento público de campanha e do voto em lista, com paridade na representação de mulheres, dificilmente será fruto de uma autorreforma do sistema político. Daí a importância da pressão da opinião pública e da cidadania ativa, a partir da união suprapartidária de todas as lideranças progressistas brasileiras.

Para vencer a batalha da opinião pública será preciso desmontar as armadilhas da chamada “espiral de cinismo”: a corrupção política é aceita como inevitável, os cidadãos desertam da política, os políticos corruptos agem cada vez mais corruptamente, a opinião pública, instruída pela cantilena liberal, conforma-se ceticamente.

Seria um erro fatal para os petistas se adequar pragmaticamente a esta cultura cínica, aprendendo a ser “majoritário” em uma cultura política anti-

cidadã. Para conseguir seus objetivos mais amplos, a campanha pela reforma política terá que ganhar um tom cívico, nacional e popular como foi a campanha das diretas já.

Antes e depois de lançada a atual campanha em defesa da reforma política deflagrada pelo Diretório Nacional, o PT tem dialogado intensamente com os membros do Congresso Nacional e com partidos políticos, especialmente os partidos de esquerda e de centro-esquerda, com lideranças democráticas de outros partidos, com os movimentos sociais e instituições da sociedade civil, em particular com aqueles setores envolvidos na luta pela reforma política, para que, ainda em 2011, possamos conquistar mudanças na democracia política.

As mediações necessárias após este diálogo realizado em todas as frentes culminaram na priorização no Congresso Nacional, neste momento, do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, como ruptura com o atual sistema de financiamento privado; na adoção do voto em lista preordenada nas eleições parlamentares, mesmo que convivendo a metade dos eleitos com o sistema atual de lista aberta; na garantia da presença de sexos diferentes na lista (dois e um) como um passo importante no caminho da paridade; no fim das coligações proporcionais para fortalecimento dos partidos na sociedade; na ampliação da participação direta na política através da remoção de obstáculos que hoje a dificultam. Por ser uma prioridade estratégica do PT, envidaremos todos os esforços para aprovar uma reforma política que, nesta conjuntura, dê novos passos na transformação democrática do sistema político brasileiro.

Em nossa agenda política, também tem lugar destacado a reforma do Estado. Uma reforma democrática, que avance na profissionalização do serviço público, na valorização das carreiras de Estado, maior autonomia gerencial, instâncias de gestão colegiada e que, sobretudo, institucionalize instrumentos de participação ativa da sociedade nas decisões sobre políticas públicas e no controle sobre a ação governamental.

As transformações que o movimento liderado pela esquerda introduziram no Estado brasileiro repercutiram sobre todos os poderes, e nisto se situam algumas mudanças ocorridas no sistema de Justiça. No governo Lula foi criada a Secretaria da Reforma do Judiciário, que conseguiu cumprir importante papel, especialmente para que fossem criados órgãos de controle

externo, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público. Para seguirmos avançando, é fundamental continuar envolvendo toda a sociedade no debate sobre o papel do sistema de Justiça (que evidentemente não é a judicialização da política) e as reformas que devem expressar nele os avanços da democracia e da igualdade.

Como socialistas democráticos, queremos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída democraticamente com o povo brasileiro, que esteja à altura de sua dignidade e de sua esperança, que promova a liberdade para todos, a soberania popular em regime de pluralismo, que universalize a condição plena e em igualdade dos cidadãos e das cidadãs, que seja multiétnica, que seja solidária com todos os povos oprimidos do mundo, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização do capital, da exploração social e da predação da natureza.

Um tal programa de civilização requer a construção histórica de um novo Estado democrático, republicano e popular no Brasil. Esta conquista só é possível em um quadro de um amplo e profundo ascenso dos partidos de esquerda, progressistas e democráticos, e dos movimentos sociais. Este ascenso apoia-se no fortalecimento estrutural das classes trabalhadoras e de seus direitos, promove a formação de uma maioria eleitoral sob a liderança da esquerda, dinamiza a formação de uma consciência pública afim aos valores do socialismo democrático, e, por fim, constrói uma rede de comunicação social capaz de expressar e dar voz pública plural a este bloco histórico.

É este programa que orienta o nosso diálogo com o povo brasileiro sobre o sentido das transformações que os governos Lula e o governo Dilma estão promovendo no país, suas conquistas históricas e seus limites, o que fomos capazes de construir e a longa caminhada que ainda temos pela frente.

Além de dialogar sobre o sentido histórico das transformações dos governos Lula e Dilma, de renovar nossa polêmica pública contra os neoliberais, que estão empenhados em uma operação transformista de renovar a linguagem do Estado mínimo na democracia brasileira, o PT quer firmar novos compromissos com o povo brasileiro.

Este compromisso se materializa no apoio a uma campanha pública pela iniciativa popular de novas leis cidadãs, que aprofundem o caminho para um novo estado: democrático, republicano e popular. Esta campanha pelas leis cidadãs são a melhor resposta que podemos dar à crise internacio-

nal, criada pelas políticas neoliberais e pelo capital financeiro e à oposição do PSDB, do DEM e do PPS, que atacam, sem cessar, as conquistas dos direitos históricos do povo brasileiro. O PT luta, na atual reforma política, para democratizar a apresentação e tramitação das emendas e projetos de iniciativa popular, mas também para facilitar mecanismos de democracia participativa como plebiscitos e referendos. Entraves às reformas democráticas e populares poderão muitas vezes ser enfrentados através da consulta popular sobre temas de interesse nacional, solicitados pelo partido e seus aliados no Congresso e nos movimentos sociais.

Essas propostas, um conjunto a ser mais bem definido e organizado de forma articulada com forças de esquerda e centro-esquerda e os movimentos sociais, estarão consubstanciadas em vários pontos de articulação, concatenadas com o próprio calendário dos desafios do país, nas formas de propostas legislativas de nossas bancadas e, em dimensão prioritária, de iniciativas populares de novas leis cidadãs, de plebiscitos e referendos.

Dentre as reformas, destacamos: a reforma do Estado; a participação popular; o combate à corrupção e reforma administrativa; a regulação dos meios de comunicação; nova regulamentação do capital financeiro; a reforma tributária; o contrato coletivo, a organização no local de trabalho e o fim do imposto sindical; as cotas raciais; a reforma agrária e a reforma urbana.

O MOMENTO ATUAL E AS ELEIÇÕES DE 2012

O 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores faz um balanço positivo destes primeiros oito meses do governo Dilma. Balanço que é compartilhado pela maioria do povo brasileiro, como apontam todas as pesquisas de opinião e atestam as manifestações de apreço à presidenta em todos os eventos públicos.

Além do governo federal, o PT governa cinco estados brasileiros e centenas de municípios. A construção da democracia e da igualdade social em um país das dimensões do Brasil passa, para além das lutas sociais e culturais, pela combinação de governos nas diferentes esferas da federação. Nos governos estaduais do Acre, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Sergipe, o PT lidera um bloco de forças implementando transformações no caminho do desenvolvimento. Da soma destes governos municipais, estaduais e federal resulta uma mudança concreta da vida do povo brasileiro, consolidando o PT como uma referência mundial contra o neoliberalismo e suas crises.

Defender, apoiar e dar sustentação ao governo Dilma, dentro e fora do Congresso Nacional, é tarefa fundamental na atual conjuntura. Não apenas porque ele vem dando continuidade, com avanços, às mudanças iniciadas pelo presidente Lula, mas igualmente porque a crise global requer solidariedade do PT e dos demais partidos que integram o governo de coalizão.

Mantida a inflação sob controle, ajustados os fundamentos da economia (a despeito do câmbio e dos juros exigirem tratamento mais rigoroso), o governo deslança os programas sociais, sobretudo o Brasil sem Miséria, e cuida de encontrar recursos adicionais para financiar a saúde pública – tanto mais agora que a regulamentação da Emenda 29 entrou na ordem do dia da Câmara dos Deputados.

Medidas de amplo alcance, para favorecer a manutenção do crescimento e para manter o dinamismo da economia, foram acionadas pelo governo federal, tais como a elevação do teto do Supersimples, a redução do INSS de 11% para 5%, do Microempreendedor Individual (MEI), e a extensão dos programas de microcrédito.

As substituições na equipe ministerial e as disputas naturais no parlamento, que a mídia conservadora e a oposição tentam debalde caracterizar como crise permanente, não paralisaram os programas do governo, não reduziram seu ritmo, nem tampouco produziram rupturas no bloco de sustentação parlamentar da presidenta.

A presidenta Dilma, por sinal, tem mantido diálogo permanente com lideranças sindicais, populares e partidárias – seja por meio dos ministros, seja pessoalmente, seja no Conselho Político, que tem funcionado como órgão de consulta permanente, antes da apresentação de projetos ou da edição de medidas de impacto, como a do anúncio da nova meta do superávit fiscal.

A dinâmica de um governo de coalizão social e política, no qual coexistem interesses divergentes, requer da presidenta manter a iniciativa das ações – o que ela vem realizando.

A oposição e seus aliados na mídia conservadora, sem projeto e sem rumo desde que foram sucessivamente derrotados nas eleições presidenciais, investem incessantemente na divisão da base, nas tentativas de cindir o PT, e se esforçam, em vão, para estabelecer um conflito entre Lula e Dilma.

A oposição, apoiada – ou dirigida – pela conspiração midiática que tentou sem êxito derrubar o presidente Lula, apresenta-se agora propondo

à presidenta Dilma que faça uma “faxina” no governo. Mesmo sem credibilidade, omissos que são no combate à corrupção nos seus próprios estados e muitas vezes coniventes que foram nos governos federais dos quais participaram, esses políticos tentam, dissimuladamente, dissolver a base parlamentar do governo Dilma, a fim de bloquear suas iniciativas e neutralizar seus avanços programáticos.

O PT deve repelir com firmeza as manobras da mídia conservadora e da oposição de promover uma espécie de criminalização generalizada da conduta da base de sustentação do governo. A intenção de jogar todos os políticos na vala comum, de criminalizá-los coletivamente, longe de ser movida por vocação cívica ou convicção ética, não passa de oportunismo para uma campanha que visa à desmoralização da política, que em outros momentos da vida nacional desembocou no autoritarismo.

Com 32% de preferência nacional nas pesquisas, identificado com as realizações dos governos Lula e Dilma, fortalecido por uma militância incomparável, o PT prepara-se para as eleições de 2012 com o objetivo de consolidar nosso crescimento nacional e de ampliar a base política de apoio ao governo da presidenta Dilma. E, também, renovar o compromisso dos municípios com as políticas públicas federais. Aliás, muitas das políticas públicas federais têm seu nascedouro no chamado modo petista de governar, um conjunto de definições construídas a partir de experiências bem sucedidas de gestão municipal e estadual que precederam a conquista do governo central.

O fortalecimento dos municípios defendido pelo PT é aquele que erige o poder local como espaço de transformação da qualidade de vida das pessoas, da participação cidadã, em compasso com as grandes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais de nosso projeto nacional.

É com este propósito que vamos travar a principal batalha política do próximo período: as eleições de 2012. Temos consciência de que os resultados colhidos nas urnas serão decisivos para a configuração de forças que disputarão a sucessão presidencial em 2014, para o enraizamento do projeto popular nos municípios e para a construção da hegemonia de esquerda no cenário nacional.

Nossa política para esta disputa tem como centro fortalecer o nosso projeto de país, aprofundar o enraizamento do PT nos municípios, e consolidar a aliança com os partidos da base de sustentação do governo Dilma.

Neste sentido, a escolha dos candidatos majoritários deverá ter como critérios a identidade programática, a solidariedade com nosso projeto nacional e a viabilidade eleitoral. O PT priorizará o lançamento de candidaturas próprias nas principais cidades do país, nas cidades em que governa e onde representa a melhor chance de vitória do campo progressista. Como partido que busca alianças para suas vitórias, o PT poderá também apoiar candidaturas de outros partidos governistas.

O PT reivindica, com orgulho, o instrumento das prévias como espaço democrático para escolha interna de seus candidatos majoritários. Somos o único partido brasileiro a ter estatutariamente estabelecido mecanismo desse naipe para consulta de seus filiados. Seja através de prévias, seja através de escolha de encontro de delegados(as), seja através da deliberação das direções, o 4º Congresso recomenda que se evitem disputas entre petistas que possam dilacerar a vida partidária.

Como já foi dito, mas vale enfatizar, nosso objetivo é ampliar fortemente a presença do PT e seus aliados no comando dos municípios brasileiros e nas Câmaras de Vereadores(as), especialmente as capitais e as cidades com mais de 150 mil eleitores. Nossos adversários serão as agremiações que representam o bloco conservador, formado pelo PSDB, pelo DEM e o PPS, com os quais não faremos chapas.

Além da defesa dos avanços conquistados por nossos governos, o Partido dos Trabalhadores resgatará, de forma generosa e renovada, como seu eixo programático para as cidades, o modo petista de governar. Defenderemos na campanha um novo ciclo de reformas lideradas pelo poder local, que amplie as políticas sociais, a participação popular e o desenvolvimento econômico no âmbito municipal. A direção nacional comandará um processo de elaboração programática que permita o reforço do debate sobre questões próprias a cada cidade através de propostas e projetos que articulem uma visão comum sobre o futuro de nossos municípios.

Também faremos das campanhas municipais uma trincheira em defesa da democratização do Estado brasileiro como caminho estratégico para eliminar os privilégios das oligarquias, as fortalezas da corrupção e o poder dos grandes grupos econômicos. Todos nossos candidatos lutarão, desde suas tribunas e palanques, pela aprovação da reforma política e eleitoral. Explicarão aos eleitores de todos os rincões a necessidade de se implantar o finan-

ciamento público das campanhas e do voto em lista pré-ordenada, além da adoção de novos mecanismos democráticos como as leis de iniciativa popular a convocação de plebiscitos e a realização de referendos. Essas serão nossas bandeiras para nos contrapormos ao discurso demagógico e oportunista das forças conservadoras, que se recusam a mudanças estruturais no sistema político brasileiro.

O 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores autoriza a direção nacional a adotar todas as medidas de preparação para a disputa eleitoral em 2012, em conformidade com as orientações acima estabelecidas. Isso significa não apenas a implantação de nossa política programática e de alianças, mas também a construção de mecanismos para impulsionar o lançamento de candidaturas competitivas, a construção das estruturas de campanha e o embate político contra a oposição de direita.

CONVOCAÇÃO À MILITÂNCIA PETISTA

O 4º Congresso Extraordinário do PT convoca toda a sua militância a desenvolver nossa política em apoio ao governo da presidenta Dilma para que ele siga desenvolvendo e aprofundando, as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que foram iniciadas a partir de 2003, quando o presidente Lula assumiu. Essa política do partido, de apoio ao governo da presidenta Dilma, ganha ainda mais importância num momento de crise econômica internacional, para que sigam as políticas de garantia do emprego, de fortalecimento do mercado de massas e de distribuição de renda.

A luta para assegurar o fortalecimento do partido nas eleições de 2012, elegendo o máximo de prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras próprios. As eleições de 2012 são entendidas, simultaneamente, como momento de fortalecimento do nosso partido, fortalecimento do poder local, de construção de uma correlação de forças favorável às eleições de 2014 e de consolidação de nossa hegemonia no país.

O 4º Congresso do PT orienta a nossa bancada federal no Parlamento a contribuir para a aprovação de projetos que guardem afinidade com nossos objetivos estratégicos e que correspondam aos valores culturais e políticos que sustentamos como o que prevê a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e o que combate o trabalho escravo, para citar dois exemplos.

Convoca a mobilizar a Nação para a aprovação da reforma política, com destaque para o voto em lista pré-ordenada e financiamento público, que o partido considera essencial para a democracia brasileira, confrontada diariamente pela presença dos financiadores privados na vida política, com todas suas nefastas consequências.

A defender e lutar por um sistema de saúde público, universal e de qualidade, e por isso lutar também por novas fontes de financiamento que o assegurem, desenvolvendo uma campanha que mostrem ao nosso povo o quanto isso é fundamental para garantir esse direito.

A lutar pela universalização e ampliação da educação, da creche à pós-graduação, com destaque para o fortalecimento da educação pública em todos os níveis.

O 4º Congresso do PT convoca o partido e a sociedade para garantir a aprovação, o mais rapidamente possível, da Comissão da Verdade, essencial à garantia do direito à memória e à verdade histórica.

Convoca o partido e a sociedade na luta pela democratização da comunicação no Brasil, enfatizando a importância de um novo marco regulatório para as comunicações no país, que, assegurando de modo intransigente a liberdade de expressão e de imprensa, enfrente questões como o controle de meios por monopólios, a propriedade cruzada, a inexistência de uma Lei de Imprensa, a dificuldade para o direito de resposta, a regulamentação dos artigos da Constituição que tratam do assunto, a importância de um setor público de comunicação e das rádios e televisões comunitárias. A democratização da mídia é parte essencial da luta democrática em nossa terra.

A lutar pela revisão dos índices de produtividade como mecanismo de fortalecimento da reforma agrária.

A construir uma plataforma comum com os movimentos sociais em torno de nossos desafios urbanos e agrários, de modo a estreitar ainda mais nossa relação com as forças organizadas do nosso povo e de sintonizar o partido ainda mais com as demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Apoiar e desenvolver projetos de lei de iniciativa popular, leis cidadãs, que indiquem e aprofundem os caminhos para uma relação positiva entre a democracia direta e a democracia representativa, e que permitam o enfrentamento dos desafios do país pela própria intervenção do nosso povo.

A manter uma luta político-cultural permanente em torno de nossos valores socialistas e democráticos, que sustente nossas posições por uma socie-

dade solidária, fraterna, que repudie quaisquer preconceitos e discriminações, que valorize a luta pela igualdade sem nunca esquecer do respeito indispensável à diversidade. A luta pela hegemonia passa por uma batalha constante em torno de valores.

O PT conclui seu 4º Congresso ciente de que tem diante de si um desafio histórico de imensa magnitude. A execução destas tarefas exigirá criatividade ideológica, força político-social, clareza estratégica e, sobretudo, interação constante com a militância, que não deve ser convocada somente nas campanhas eleitorais, mas também para traçar e decidir os rumos do nosso partido.

Brasília, 4 de setembro de 2011.

4º Congresso Nacional Extraordinário do Partido dos Trabalhadores

RESOLUÇÃO

TÁTICA ELEITORAL E POLÍTICA DE ALIANÇAS

OS DESAFIOS DE 2010:
A VITÓRIA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL E O
CRESCIMENTO DO PT

A luta pela construção de hegemonia política para sustentação de nosso projeto é um dos desafios históricos do Partido dos Trabalhadores (PT) como um partido que tem como horizonte o socialismo democrático.

O PT se construiu, cresceu e adquiriu força porque soube captar os anseios por igualdade e justiça social, lutou por eles ao lado dos movimentos sociais e elaborou um projeto político transformador para o Brasil, apesar da crise da esquerda e da hegemonia neoliberal dos anos 1990. Construído a partir de experiências nos parlamentos, na gestão do Poder Executivo em municípios e estados, na atuação nos movimentos sindical e popular, a partir de suas relações internacionais, foi este projeto que levou Lula a vitória em 2002. E foi sua força e vigor que impediu a interrupção do nosso governo em 2006.

O governo Lula está mudando substancialmente o Brasil e a vida dos brasileiros. Essa transformação é reconhecida pela população que manifesta nos índices de aprovação ao nosso governo e à atuação do nosso presidente Lula seu apoio e entusiasmo. A redução das desigualdades social e regional, a recuperação da capacidade do Estado nacional, a retomada do planejamento da infraestrutura e o novo papel do Brasil no cenário mundial são alguns elementos dessa aprovação popular.

A disputa eleitoral de 2010 será um marco nesse sentido e será uma das mais polarizadas que o país já viveu desde a redemocratização. O que estará em jogo são dois projetos distintos e opostos para o Brasil. De um lado, os neoliberais representados pela aliança PSDB/DEM/PPS, derrotados em 2002 e em 2006, encurralados ideologicamente depois da crise econômica global e

sem projeto para o país. Eles representam a política que quebrou o Brasil três vezes, que privatizou, desempregou e desencantou o povo brasileiro.

De outro, o projeto popular implementado por Lula que levou o Brasil a deixar o papel de ator coadjuvante na cena mundial, projetando-se como protagonista destacado nos debates sobre o futuro da humanidade. Nós representamos as medidas que geraram crescimento, infraestrutura, desenvolvimento social, 11 milhões de empregos, redução da pobreza e da desigualdade. Somos os que retomamos a esperança e a convicção de que o Brasil pode muito mais.

Este enfrentamento exigirá uma estratégica política capaz de promover um elevado grau de unidade interna e mobilização associada à formação e capacitação da nossa militância para que o debate sobre o nosso projeto possa ser feito nas ruas e para que sejamos capazes de superar os padrões de despolitização que a oposição vai tentar imprimir à sucessão presidencial, a centralidade da eleição da companheira Dilma. Ela deve orientar todos os movimentos políticos do PT, da mesma forma que a eleição de Lula orientou nossas ações em 2006.

O ano de 2010 pode significar o prosseguimento, o caminho aberto por Lula, ou a volta ao modelo neoliberal, e a continuidade do nosso projeto está vinculada à nossa capacidade de fortalecer um bloco de esquerda e progressista, amparado nos movimentos sociais, intelectuais e todos os setores comprometidos com o projeto de desenvolvimento implementado pelo governo Lula. Dependerá também da capacidade de agregar forças políticas de centro. Na complexa montagem das alianças, devem ser levados em conta os objetivos de ampliar nossas bancadas nos estados, na Câmara dos Deputados e no Senado.

Para que tenhamos sucesso na tarefa de transformar as eleições em uma disputa de projetos antagônicos é importante constituir a mais ampla frente de partidos, entre os que apoiam o governo Lula.

As eleições de 2010 são um momento decisivo de travar o debate e lutar para conquistar hegemonia em torno da reforma política democrática. Reafirmamos a ênfase dada pelo nosso 3º Congresso do PT para a necessidade da reforma política. É preciso implementar um vasto processo de mobilização popular e democrática visando essa conquista. A reforma Política é um dos eixos centrais das nossas campanhas proporcionais e majoritárias. Cabe ao Diretório

Nacional avaliar e dar forma institucional às diversas propostas já tomadas pelo PT sobre a reforma política, como plebiscito e constituinte exclusiva.

Não podemos, no entanto, menosprezar a importância que têm os governos de estado. A manutenção dos cinco governos petistas e a ampliação desse número, além de reeleger e eleger governos de partidos aliados é também um objetivo importante. À medida do possível, devemos buscar palanques estaduais unitários, respeitando-se as particularidades de cada estado.

Devemos envidar todos os esforços no sentido de buscarmos candidaturas unitárias aos governos estaduais. Onde isso se revelar politicamente impossível, devemos construir um acordo de procedimentos durante a campanha, que permita a existência de dois palanques para a candidatura presidencial.

Por isso, o 4º Congresso Nacional do PT, delibera que o objetivo principal do nosso partido em 2010 é a eleição da companheira Dilma Rousseff para presidenta do Brasil. Da mesma forma que, há 8 anos, junto com nossos aliados, conseguimos a proeza de eleger um operário presidente do Brasil, dessa vez, temos o desafio de conquistar outro fato inédito na história do Brasil – a eleição da primeira mulher para a presidência da República. Para isso, é necessário que o partido busque alianças com todos os partidos da base de sustentação do governo.

A tarefa principal delegada pelo 4º Congresso Nacional do PT ao Diretório Nacional é ELEGER A COMPANHEIRA DILMA PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Para tanto, compete ao Diretório Nacional dirigir a campanha nacional e articular a ela as campanhas estaduais, imprimindo ao seu conjunto as diretrizes de programa, tática e alianças definidas pelo 4º Congresso. Compete ao Diretório Nacional conduzir a política de alianças nacional e atuar em conjunto com as Direções Estaduais na definição das alianças estaduais. Ao Diretório Nacional compete decidir, em última instância, as questões de tática e alianças necessárias à condução vitoriosa da campanha nacional.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2010.

4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores

REFORMA DO ESTATUTO APROVADA

4º CONGRESSO
3 DE SETEMBRO DE 2011

1. PROCESSO DE FILIAÇÃO

Mantém regras atuais e acrescenta:

Os diretórios municipais ou zonais realizarão obrigatoriamente quatro reuniões por ano com novos filiados para que estes conheçam o PT, sua história e concepção, seus direitos e deveres partidários. Estas atividades terão caráter nacional e conteúdo subsidiado pela Escola Nacional de Formação. As instâncias municipais devem enviar, obrigatoriamente, às Secretarias de Organização e Formação de âmbito estadual e nacional, o calendário e os relatórios para que os filiados que tenham participado de pelo menos uma reunião sejam inseridos no Cadastro Nacional de Filiados.

2. JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA NO PED

Introduz justificativa obrigatória para os filiados que não comparecerem ao PED. Quem não se justificar em um ano manterá sua filiação, mas não estará apto para votar e ser votado no PT. A justificativa poderá ser feita junto ao DM, em documento assinado pelo filiado, ou diretamente pelo filiado na Internet (Comunidade PT, com senha pessoal).

3. CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA E DIREITO DE VOTO EM ELEIÇÕES INTERNAS

Mantém Contribuição obrigatória de todo(a) filiado(a).

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM ATIVIDADES PARTIDÁRIAS PARA ASSEGURAR O DIREITO DE VOTO

Será necessária participação do filiado em pelo menos uma atividade partidária no ano para votar e ser votado, além de estar em dia com sua contribuição financeira.

5. CONTRIBUIÇÃO DE FILIADOS NÃO OCUPANTES DE CARGO ELETIVO, COMISSIONADO OU PARTIDÁRIO

- | Institui taxa semestral para filiados que não ocupam cargo eletivo, cargo comissionado ou cargo partidário;
- | DN define anualmente o valor da contribuição financeira do filiado, respeitado o princípio da proporcionalidade;
- | A “Taxa de Referência” será aplicada aos Diretórios Municipais de acordo com o número de filiados respectivo;
- | A contribuição dos filiados poderá ser **individual** ou **coletiva**;
- | O Diretório Municipal decide sobre as atividades de contribuição coletiva;
- | A contribuição coletiva deverá quitar todos os filiados da instância de base;
- | Do valor arrecadado 10% será repassado ao Diretório Estadual respectivo e 5% ao Diretório Nacional, que servirá para controle do processo;
- | Cobrança em conta única (SACE), redistribuída automaticamente aos municípios e estados.

6. PRAZO DE QUITAÇÃO PARA DIREITO E VOTO

Filiados devem quitar sua contribuição financeira 90 dias antes do PED.

7. CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DE DIRIGENTES E CANDIDATOS

- | A contribuição de dirigentes partidários, correspondente a 1% do salário líquido, passa a ser mensal, feita através do SACE, com repasse automático às instâncias;
- | Candidatos às direções partidárias e pré-candidatos a cargos eletivos devem apresentar Certidão de Adimplência, a ser emitida pelo SACE nacional;
- | Dirigentes assalariados pelo partido contribuirão como cargo eletivo ou comissionado, a ser definido pelo DN.

8. QUITAÇÃO DE REPASSES ENTRE INSTÂNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO NO PED

- | Quitação dos repasses entre instâncias **60** dias antes do PED;
- | Nas instâncias que não estiverem em dia com as instâncias superiores o PED será convocado e coordenado pela instância superior, e a eleição será realizada somente para os níveis superiores. Na nova CP não será permitida a participação dos dirigentes anteriores.

9. FORMA DE ELEIÇÃO

Direções zonais, municipais, estaduais e nacional continuarão a ser eleitas diretamente pelos filiados no PED.

10. DURAÇÃO DO MANDATO E RECALL

- | Os Mandatos das Direções passam a ser de **quatro** anos;
- | Institui o PEDEX (PED Extraordinário) a cada dois anos para instâncias que não fizeram o PED ou que não tiverem mais a totalidade de membros do diretório;
- | Será realizado Encontro de Delegados obrigatório a cada dois anos com possibilidade de “Recall” (2/3 do Encontro pode convocar novo PED em 90 dias para a respectiva instância, bem como para as instâncias setoriais).

11. FORMA DE ELEIÇÃO DO PRESIDENTE

Candidato a presidente, em todos os níveis, continua sendo apresentado separado das Chapas.

12. INDICAÇÃO DOS ELEITOS E SUPLENTES

- | As listas para as direções, delegações e órgãos, passam a ser preordenadas. Serão eleitos, pela proporcionalidade, os nomes na ordem apresentada;
- | Os demais componentes da lista passam a ser suplentes, na ordem apresentada pela chapa;
- | Substituições e convocações de suplentes obedecerão a ordem da lista de suplente preordenada.

13. CRITÉRIO DE GÊNERO

Fica aprovada a paridade de gênero na composição das direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de Secretarias.

14. CRITÉRIO GERACIONAL

Todas as chapas e direções deverão conter, no mínimo, 20% de componentes com menos de 30 anos de idade.

15. CRITÉRIO ÉTNICO-RACIAL

Todas as chapas e direções deverão obedecer critério étnico-racial, a ser regulamentado pelo Diretório Nacional, levando-se em conta a compo-

sição populacional e dos filiados ao partido, tomando como referência a participação mínima de 20% na direção.

16. ELEIÇÃO DE DELEGADOS

Nos pequenos municípios não haverá eleição de delegados locais. Todos os filiados são considerados delegados e participam de Plenária do Encontro Municipal. O DN decidirá o número de corte a cada PED.

17. EXIGÊNCIAS PARA INSCRIÇÃO DE CHAPAS E CANDIDATOS

- | Chapas incompletas serão aceitas somente com um mínimo de 30% de inscritos em relação às vagas para as chapas nacionais, bem como seus órgãos e delegações e de 50% para as estaduais e municipais;
- | Chapas nacionais deverão apresentar para o DN, componentes distribuídos em 9 estados.

18. TIPO DE ORGANIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO NO PED

- | Os municípios organizados em Comissão Provisória só votam para direção municipal;
- | Após os PED's extraordinários (Pedex) bianuais, as Comissões Provisórias que não se transformarem em DM, serão destituídas e os membros anteriores não poderão participar de uma nova CP. O PT não participará da eleição de prefeito e vereadores seguinte.

19. FINANCIAMENTO ELEITORAL

- | Cada instância, obrigatoriamente, reservará mensalmente, para constituição do Fundo Eleitoral Interno, 5% de sua receita com Fundo Partidário e contribuições de filiados;
- | O financiamento das chapas e candidatos será exclusivo através do Fundo;
- | O Fundo cobrirá as do PED, de eventuais prévias, dos encontros setoriais e Congressos da Juventude;
- | O critério de distribuição do Fundo e as contribuições financeiras de filiados às chapas e candidatos serão regulamentados pelo Diretório Nacional;
- | A contribuição dos filiados às suas chapas e candidatos, a ser regulamentado pelo DN, deverá ser feita somente através do Fundo.

20. PRÉVIAS

- | As Prévias ocorrerão para presidente da república, governador, senador e prefeito, quando houver mais de um candidato;
- | O diretório respectivo poderá, excepcionalmente, com votos de 2/3 (dois terços) de seus membros, deliberar pela não realização de prévias. Neste caso, a escolha do candidato ocorrerá no Encontro de Delegados, com votação em urna. O DN estabelecerá data limite para a decisão do respectivo diretório;
- | Quando o Diretório decidir pela não realização de prévias, a eleição de delegados deve ocorrer depois desta decisão.

21. INSCRIÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURAS MAJORITÁRIAS

- | Para ser pré-candidato(a) majoritário(a) é preciso se habilitar com apoio subscrito de, no mínimo, 10% do número de votantes no último PED na respectiva instância;
- | Quando a escolha do candidato for em Encontro, a inscrição deve ser assinada por, no mínimo, 10% dos delegados.

22. CONVOCAÇÃO E QUORUM DE ELEIÇÕES E CONSULTAS INTERNAS

- | O percentual para convocação de plebiscitos e referendos por filiados passa a ser de 20% dos votantes no último PED;
- | Os quoruns para plebiscitos, referendos, PED e prévias serão de 25% a partir de 2014. Até lá padroniza-se em 15%;
- | Cria-se o instrumento “Proposta de Resolução de Iniciativa de Filiados”. Quando subscrita por x% de votantes no último PED será submetida ao Diretório correspondente. O DN regulará o percentual mínimo de subscrição.

23. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

A Chapa que obtiver maioria absoluta dos votos válidos deve ter maioria absoluta das vagas.

24. SETORIAIS

As direções e delegações setoriais, em todos os níveis, serão eleitas em Encontros a cada quatro anos, de forma intercalada à direção nacional.

25. JUVENTUDE DO PT

- | A Juventude do PT (JPT) é a instância partidária que tem por objetivo organizar a atuação partidária dos filiados jovens e dialogar com a intervenção petista juvenil nos diferentes movimentos sociais;
- | A participação nos espaços deliberativos e instâncias de direção da Juventude do PT é aberta a todo filiado(a) com até 29 anos de idade;
- | A Juventude do PT tem o funcionamento de suas instâncias definido por regimento próprio, a ser aprovado em Congresso e submetido ao Diretório Nacional;
- | A eleição das direções da JPT será a cada 2 (dois) anos, tendo o seu formato regulamentado pelo II Congresso da JPT;
- | No Regimento deverá constar as relações da Juventude com as direções partidárias e o investimento a ser destinado para a organização e funcionamento da instância em todos os níveis, devidamente vinculado a um plano de trabalho.

26. CÓDIGO DE ÉTICA

- | Incorporar os títulos VII e VIII do Estatuto ao Código de Ética, que será impresso no mesmo caderno que o Estatuto;
- | Consolidar os artigos, excluindo as duplicidades;
- | Artigos específicos do Código de Ética se encaixarão no tema correspondente do estatuto (por exemplo: PED, escolha de candidaturas etc);

27. IMPEDIMENTO DE OCUPAÇÃO DE CARGO NO PODER EXECUTIVO

- | O Artigo 8º do Código de Ética impede que membro de Comissão Executiva ocupe cargo no poder executivo do seu respectivo nível;
- | A proibição acima continua valendo apenas para os municípios acima de 50 mil eleitores. Para municípios menores proíbe-se somente o prefeito na função de presidente do PT.

28. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

- | As contas da Fundação Perseu Abramo devem ser submetidas ao Diretório Nacional antes de submeter aos órgãos de controle;
- | Fica vedado, a partir da próxima gestão, que membro da CEN ocupe cargo na diretoria executiva da FPA.

29. ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO

- | A Escola Nacional de Formação passa a ser Órgão do partido;
- | A Escola é o órgão responsável pela elaboração da Política Nacional de Formação do PT;
- | As diretrizes da Escola serão aprovadas pelo Diretório Nacional, ouvido o Conselho Curador e a FPA.

30. LIMITAÇÃO DE NÚMERO DE MANDATOS LEGISLATIVOS

- | Fica limitado a 3 (três) o número máximo de mandatos parlamentares consecutivos – vereador, deputado estadual e deputado federal. Começa a contar para vereador em 2012 e para deputados em 2014;
- | Fica limitado a 2 (dois) o número máximo de mandatos consecutivos para o Senado, enquanto o mandato permanecer de oito anos. Começa a contagem em 2014.

31. OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DA PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO

Torna obrigatório a divulgação do resumo da prestação de contas anual do Fundo Partidário, no site do PT Nacional.

32. COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO

- | A Comissão Executiva Nacional passa a contar com 5 vice-presidentes, que poderão receber responsabilidades temáticas ou regionais, sem aumentar o número total de membros;
- | Na composição das Direções Municipais, Estaduais e Nacional, o partido buscará equilíbrio em sua composição, levando em conta a participação dos militantes do movimento social, intelectuais, integrantes da sociedade civil e membros do executivo e parlamentares.

33. FINANÇAS PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

O Diretório Nacional aplicará, conforme a determinação **legal**, o percentual de, no mínimo, **5%** do total do Fundo Partidário para o Programa de Participação Política das mulheres.

34. RECOMENDAÇÕES AO DN SOBRE TABELA DE CONTRIBUIÇÃO E DE REPASSES ENTRE INSTÂNCIAS

- | O 4º Congresso recomenda ao Diretório Nacional efetuar a revisão das tabelas de contribuição financeira para cargos no executivo e legislativo, avaliando a possibilidade de unificação de tabelas;
- | Recomenda também a revisão dos percentuais de repasses entre instâncias.

35. PARTICIPAÇÃO DIGITAL

Ficam incluídos os coletivos petistas nas redes sociais da Internet como Núcleos de base.

36. TAMANHO MÍNIMO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS

As Comissões Executivas Municipais passam a ter, no mínimo, 7 membros, incluindo as Secretarias de Organização, Comunicação e Movimentos Populares.

37. REFORMA APROVADA SOBRE SETORIAIS

Artigo 13 – São direitos do(a) filiado(a):

... **Acrescentar:** XVI – fazer a qualquer momento a adesão a um dos setoriais partidários, nos termos deste Estatuto.

Art. 58 – Dos Núcleos de Base

... **Acrescentar após o §2º: §3º:** Os Núcleos Setoriais Zonais e Municipais se articularão com as instâncias de direção correspondentes e com os respectivos Setoriais Municipais, Estaduais e Nacionais.

Seção V – Dos Setoriais, Secretarias Setoriais e Organizações Petistas – Nova Redação a Partir das Resoluções do III Congresso

Art. 121 – “Os Setoriais são instâncias partidárias que organizam a militância petista nos movimentos sociais, com três finalidades básicas:

- a) motivar a organização partidária de filiados(as) petistas dos movimentos sociais em cada setor;
- b) participar obrigatoriamente da elaboração de políticas públicas no âmbito partidário para subsidiar programaticamente a ação institucional do partido;

c) funcionar como a representação institucional do PT em cada setor nas suas relações com os movimentos sociais, as bancadas parlamentares e os governos integrados pelos quadros do partido.

Art. 122 – Os Setoriais são organizados em âmbito municipal, estadual ou nacional, mediante autorização das instâncias de direção correspondentes.

§1º. Somente a Executiva Nacional poderá instituir ou alterar a composição dos setores de atuação partidária reconhecidos como nacionais;

§2º. As Executivas Estaduais, Municipais e Zonais, bem como outras instâncias regionais de organização partidária existentes nos estados, poderão instituir setores de atuação partidária, sendo considerada prioritária a instituição em suas áreas correspondentes dos setores nacionalmente organizados.

§3º. As instâncias dirigentes zonais, municipais, estaduais e nacionais apoiarão a constituição de núcleos setoriais, nos termos deste Estatuto.

Art. 123 – “Os Setoriais estarão vinculados às Secretarias de Movimentos Populares e Políticas Setoriais de cada instância de direção correspondente, municipal, estadual ou nacional.

Art. 124 – Os Setoriais devem ter atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias.

§ 1º. – As coordenações setoriais nacionais e estaduais realizarão obrigatoriamente ao menos duas reuniões presenciais e uma plenária presencial a cada ano, comunicadas antecipadamente à instância de direção correspondente.

§2º. – As coordenações setoriais municipais e os núcleos setoriais realizarão obrigatoriamente ao menos quatro reuniões presenciais e duas plenárias presenciais a cada ano, comunicadas antecipadamente à instância de direção correspondente.

§3º. – As instâncias de direção partidárias viabilizarão os recursos financeiros necessários à viabilização do funcionamento regular mínimo dos setoriais, acima descrito.

§ 4º. O descumprimento do funcionamento regular mínimo por parte dos Setoriais permitirá à Direção da instância partidária correspondente a

convocação de encontros extraordinários para recomposição da respectiva Coordenação Setorial.

§5º. – O mandato das Coordenações Setoriais e das Secretarias Setoriais será de quatro anos, observadas as condições previstas neste Estatuto para as direções de todas as demais instâncias partidárias.”

Art. 125. – O Diretório Nacional do PT poderá constituir Secretarias Setoriais que expressem prioridades de organização de determinados setores, de forma permanente ou temporária.

§ Único Às Secretarias Setoriais não se aplicará o disposto no art. 123.

Art. 126 – As Coordenações Setoriais terão direito a voz nas reuniões dos Diretórios de nível correspondente, zonais, municipais, estaduais e nacional.

§ 1º – As Secretarias Setoriais terão direito a voz nas reuniões das Executivas partidárias de nível correspondente, zonais, municipais, estaduais e nacional.

§ 2º – Sempre que forem pautados assuntos que sejam referentes a um setorial nas Executivas partidárias, deverá ser convidada a participar a coordenação setorial de nível correspondente, com direito a voz.

Art. 127 – No orçamento geral do Partido, aprovado nas instâncias partidárias, serão destinados recursos para a ação setorial.”

Seção VI – Dos Encontros Setoriais

Art. 128 – Os Encontros Setoriais são abertos à participação de todos(as) os(as) filiados(as) que atuam junto ao respectivo setor de militância social, observados os seguintes pré-requisitos:

- a) filiação um ano antes da data de realização do encontro;
- b) adesão setorial três meses antes da data de realização do encontro;
- c) quitação de suas contribuições financeiras estatutárias.”

§ 1º. – O Diretório Nacional deverá regulamentar a adesão setorial, inclusive por meio eletrônico, emitir formulário nacional de adesão setorial, a ser preenchido pelo(a) filiado(a) e registrado junto ao respectivo Diretório Estadual, e atualizar anualmente as listagens de adesão setorial em todo o país.

§ 2º. – Os(as) filiados(as) poderão participar de um setorial com direito a voz e voto, para o qual fará a sua adesão, e de outro setorial de sua preferência, apenas com direito a voz.

§ 3º. – Filiados(as) que fizerem sua opção por participar das organizações de Juventude, Mulheres e Combate ao Racismo do PT poderão igualmente participar de um Setorial com direito a voz e voto.

§ 4º. – O Diretório Nacional deverá fixar o calendário nacional e as regras para os encontros setoriais nacionais, estaduais e municipais a cada quatro anos, em caráter ordinário, ou extraordinariamente”.

Art. 129. Os Encontros Setoriais Nacionais elegem os Coletivos e o(a) Coordenador(a) ou Secretário(a) Nacional; os Encontros Setoriais Estaduais elegem os Coletivos, o(a) Coordenador(a) ou Secretário(a) Estadual e os(as) delegados(as) ao Encontro Setorial Nacional, na proporção definida pelo Diretório Nacional; e os Encontros Setoriais Municipais elegem os Coletivos, o(a) Coordenador ou Secretário(a) Municipal e os(as) delegados(as) ao Encontro Setorial Estadual, na proporção definida pelo Diretório Nacional.

§ 1º. – Os Encontros Setoriais Nacionais só podem ser realizados quando o Setorial tiver pelo menos um ano de funcionamento, contado a partir da autorização da Executiva Nacional.

§ 2º. – Os Encontros Setoriais Estaduais e Municipais podem ser realizados por autorização das respectivas Executivas, sendo que a eleição de delegados para os Encontros Setoriais de nível superior só será permitida após um ano de seu funcionamento.

§ 3º. – O quórum para os encontros e para a eleição de delegados(as) dos Setoriais de Pessoas com Deficiência e de Assuntos Indígenas será de 50% (cinquenta por cento) inferior aos dos demais setoriais.

§ 4º. – As deliberações dos Encontros Setoriais deverão ser encaminhadas ao Encontro de mesmo nível, zonal, municipal, estadual ou nacional, para que sejam obrigatoriamente apreciadas.

38. REFORMA APROVADA SOBRE NÚCLEOS NO EXTERIOR

| No caso dos núcleos do PT no exterior, para participação nas eleições internas, além da exigência estatutária de filiação mínima de um ano,

somente terão direito a voto os filiados vinculados ao núcleo há pelo menos seis meses.

- | Os núcleos de base no exterior realizarão periodicamente o Encontro de Petistas no Exterior (EPTEX), a ser regulamentado pelo Diretório Nacional do PT.
- | **Acrescentar ao Art. 60:** No caso dos núcleos no exterior, serão eleitas também coordenações regionais, cujo funcionamento será regulamentado pelo DN.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT 2010/2014

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL 2010 A 2014

Presidente | José Eduardo Dutra
Líder do PT na Câmara | Fernando Ferro
Líder do PT no Senado | Aloísio Mercadante
Secretaria Geral | José Eduardo Cardozo
Secretaria de Finanças | João Vaccari Neto
Secretaria de Organização | Paulo Frateschi
Secretaria de Comunicação | André Vargas
Secretaria de Movimentos Populares | Renato Simões
Secretaria de Mobilização | Jorge Coelho
Secretaria de Formação Política | Carlos Henrique Árabe
Secretaria de Assuntos Institucionais | Geraldo Magela
Secretaria de Relações Internacionais | Iriny Lopes
1º Vice-Presidente | Rui Falcão
2º Vice-Presidente | Humberto Costa
3º Vice-Presidente | Fátima Bezerra
Vogais | Maria do Carmo Lara | Benedita da Silva | Mariene Pantoja | Arlete Sampaio | Virgílio Guimarães | João Motta

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT - MANDATO 2010/2014

José Eduardo de Barros Dutra | Presidente/SE
Aloísio Mercadante Oliva | Líder No Senado/SP
Fernando Ferro | Líder da Camara de Deputados/PE
Adilson Pires/RJ | Alberto Lopes Cantalice/RJ
Alexandre Luis César/MT | Ana Júlia de Vasconcelos Carepa/PA | André Luiz Vargas Ilário/PR | Arlete Avelar Sampaio/DF | Benedita Souza da Silva Sampaio/RJ | Carlos Henrique Árabe/SP | Carlos Magno Ribeiro da Costa/MG | Delcídio do Amaral Gomes/MS | Devanir Ribeiro/SP | Estela Alexandre Almagro/SP | Estilac | Martins Rodrigues Xavier/RS | Fabiano Pereira/RS | Francisco | José Campos Rodrigues/SP | Geraldo Magela Pereira/DF | Givaldo Vieira Silva/ES | Gleber Naime de Paula Machado/MG | Gleisi Helena Hoffmann/PR | Humberto Sérgio Costa Lima/PE | Iriny Nicolau Corres Lopes/ES | Jilmar Agostinho Tatto/SP | João Constatino Pavani Motta /RS | João Paulo Cunha/

SP | João Paulo Lima E Silva/PE | João Vaccari Neto/SP | Jorge Luiz Cabral Coelho/SP | Jorge Ricardo Bittar/RJ | José Dirceu de Oliveira E Silva/SP | José Eduardo Martins Cardozo/SP | José Fritsch/SC | José Genoino Neto/SP | José Ilário Gonçalves Marques /CE | José Mentor Guilherme de Mello Netto/SP | José Nobre Guimarães /CE | José Reudson de Souza /CE | Luiz Albuquerque Couto /PB | Luiz Soares Dulci /MG | Luizianne de Oliveira Lins/CE | Marcel Martins Frison/RS | Márcio Costa Macêdo/SE | Marco Antonio Pereira de Oliveira/PA | Marco Aurélio de Almeida Garcia/SP | Maria Aparecida de Jesus /MG | Maria Bernadete da Silva Accarino/RJ | Maria da Gloria Ribeiro da Silva/RJ | Maria Dalva de Souza Figueiredo/AP | Maria de Fátima Bezerra/RN | Maria de Fátima Nunes do Carmo/BA | Maria do Carmo Lara Perpétuo/MG | Maria do Rosario Nunes/RS | Maria Eunice Dias Wolf/RS | Maria Marinete Merss/SC | Maria Regina Sousa/PI | Maria Tereza Leitão de Melo/PE | Mariene Pantoja de Lima/Am | Markus Sokol/SP | Marta Tereza Suplicy /SP | Mauro Rubem de Menezes Jonas/GO | Moema Gramacho/BA | Mônica Valente/SP | Olavo Noleto Alves/GO | Osvaldo Dias/SP | Patrus Ananias de Sousa/MG | Paulo Frateschi/SP | Raul Jorge Anglada Pont/RS | Renata Alvarez Rossi/Ba | Renato Simões/SP | Ricardo José Ribeiro Berzoini /SP | Romênio Pereira/MG | Rui Goethe da Costa Falcão/SP | Sebastião Sibá Machado Oliveira/Ac | Serge Goulart/SC | Sônia Souza do Nascimento Braga/CE | Tarso Fernando Herz Genro/RS | Valter Ventura da Rocha Pomar/SP | Vander Luiz dos Santos Loubet/MS | Wilson Augusto de Oliveira/SP | Virgílio Guimarães de Paula/MG | Wellington Fernandes Prado/PI

SECRETARIAS SETORIAIS

João Antonio Felício | Secretaria Sindical Nacional/SP
 Julio Barbosa Aquino | Secretaria Nacional de Meio Ambiente/AC
 Laisy Moriére Cândida Assunção | Secretaria Nacional de Mulheres/GO
 Maria Aparecida da Silva Abreu | Secretaria de Combate Ao Racismo/RJ
 Morgana Eneile | Secretaria Nacional de Cultura/RJ
 Severine Macedo | Secretaria Nacional de Juventude/SC

COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA

Francisco Rocha da Silva/SP | Maria Rosa Lazinho/SP | Rosana Ramos da Conceição/SP | Vera Lucia Ferreira Gomes/PE | Wilmar Lacerda/DF

CONSELHO FISCAL

Adeli Sell/RS | Antonio Erismar Castro/MA | Carla Lopes da Silva/MS | Maria de Jesus Demetrio Gaia/PA | Natal Gabriel Ortega/MS

| 2014 |

XIV ENCONTRO NACIONAL DO PT

2 E 3 DE MAIO DE 2014
SÃO PAULO/SP



RESOLUÇÃO SOBRE TÁTICA ELEITORAL E POLÍTICA DE ALIANÇAS

O Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), realizado nos dias 2 e 3 de maio de 2014, na cidade de São Paulo (SP), deliberou sobre as diretrizes de programa, da tática e da política de alianças do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2014.

A versão final do documento contendo nossas diretrizes de programa de governo será proximamente aprovada e divulgada pelo Diretório Nacional do PT.

A seguir, publicamos a resolução sobre tática eleitoral e política de alianças, bem como outras resoluções e moções referendadas pelos delegados e delegadas ao 14º Encontro Nacional.

DILMA ROUSSEFF, NOSSA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

O objetivo central do PT em 2014 é dar continuidade ao projeto nacional de desenvolvimento sustentável, iniciado pelo ex-presidente Lula e continuado, com avanços, pela presidenta Dilma Rousseff. Este projeto se concretiza, agora, com a reeleição da presidenta Dilma. Este é o objetivo que organiza nossa participação nas eleições estaduais, bem como a política de alianças aprovada na primeira etapa do 5º Congresso, no Diretório Nacional e neste 14º Encontro.

O 14º Encontro Nacional delibera que a companheira Dilma Rousseff é a pré-candidata do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República nas eleições de 2014. A reeleição da companheira Dilma será conquistada com amplo apoio nos movimentos sociais, na juventude, junto às mulheres, aos idosos, aos trabalhadores da cidade e do campo, aos intelectuais, aos empresários comprometidos com o desenvolvimento nacional, aos partidos políticos que dão sustentação política ao nosso governo.

É fundamental, também, reeleger o PT nos governos estaduais que hoje encabeçamos e garantir vitórias na sucessão dos demais governos, ao

mesmo tempo em que ampliamos nossas bancadas parlamentares e as de nossos aliados favoráveis à reforma do sistema político-eleitoral.

Compete ao Diretório Nacional dirigir politicamente a campanha eleitoral nacional, articulando-a com as campanhas estaduais, imprimindo ao conjunto a tática, a política de alianças e as diretrizes de programa de governo debatidas neste 14º Encontro e na primeira etapa do 5º Congresso do Partido. À Direção Nacional, através da sua Comissão Executiva, cabe decidir, em última instância, as questões envolvendo as alianças necessárias à condução vitoriosa da campanha nacional.

O SEGUNDO MANDATO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Pesquisas recentes confirmam que a presidenta Dilma é a preferida da maioria do eleitorado, parte importante do qual deseja mudanças no segundo mandato. Prevalece no eleitorado e no povo brasileiro o desejo de que o segundo mandato Dilma “continue mudando” o Brasil. Noutras palavras, um segundo mandato Dilma superior ao atual é desejo não apenas do PT, mas da maioria do povo brasileiro.

O que significa, programaticamente, um segundo mandato superior ao primeiro? O que significa “continuar mudando” o Brasil? Responder a estas perguntas exige lembrar que, tanto no Brasil quanto no conjunto da América Latina, continua posta a tarefa de superar a herança maldita cujas fontes são a ditadura militar, o desenvolvimentismo conservador e a devastação neoliberal.

Esta herança maldita se materializa, hoje, em três dimensões principais: o domínio imperial norte-americano; a ditadura do capital financeiro e monopolista sobre a economia; e a lógica do Estado mínimo.

Superar estas três dimensões da herança maldita é uma tarefa simultaneamente nacional e regional, motivo pelo qual defendemos o aprofundamento da soberania nacional, a aceleração e radicalização da integração latino-americana e caribenha, uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.

Quase três “décadas perdidas” (metade dos anos 1970, anos 1980 e 1990) produziram uma tragédia que começamos a debelar, nas duas gestões do presidente Lula e na primeira gestão da presidenta Dilma. Mas para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhando um caminho democrático-popular de desenvolvimento, será necessário combinar

a ampliação da democratização política, as políticas públicas universalizantes do bem-estar social, e um desenvolvimento ancorado em reformas estruturais.

DISPUTA DE PROJETOS

A disputa eleitoral de 2014 vem sendo marcada por um pesado ataque ao nosso projeto, ao nosso governo e ao PT, por parte de setores da elite conservadora e da mídia oligopolista, que funciona como verdadeiro partido de oposição.

Aliás, em diferentes países da América Latina, as forças de direita parecem adotar uma tática similar contra as forças democráticas e populares. Nos últimos anos, foram pelo menos dois os golpes de Estado (Honduras e Paraguai). E em várias eleições, a direita busca dividir os países ao meio, lançando mão para isto do terrorismo econômico, do denunciamento supostamente anticorrupção e das mobilizações de rua. O PT está preparado para este tipo de enfrentamento, ao qual responderemos antes de tudo com propostas programáticas que apontem para mudanças substantivas do nosso futuro.

Nossos adversários representam um projeto oposto ao nosso, muito embora um deles se esforce em transmutar-se em uma suposta terceira via. Guardadas diferenças secundárias e temporais, arremetam os interesses privatistas, rentistas, entreguistas, sob o guarda-chuva ideológico do neoliberalismo e de valores retrógrados do machismo, racismo e homofobia, daqueles que pretendem voltar ao passado neoliberal, excludente e conservador.

UMA DURA DISPUTA

A eleição presidencial de 2014, em que hoje aparecemos como favoritos nas pesquisas, será uma das mais duras desde a redemocratização. Isto se deve, entre outras razões, ao perfil dos adversários, à complexidade da conjuntura e aos reflexos da crise mundial.

Faz parte deste contexto difícil o processo de crescente judicialização da política, no qual se destaca o Supremo Tribunal Federal, que vem extrapolando suas atribuições em várias questões da vida nacional, no que é seguido por outras instâncias do Judiciário, em detrimento da soberania popular expressa no voto.

O principal exemplo desta conduta é o julgamento de exceção em que se transformou a Ação Penal 470. Além de tudo que já foi dito em resolu-

ções anteriores do Partido a respeito, agora vemos a perseguição e a negação de direitos a condenados, com o objetivo de acuar o próprio PT. Enfrentar esta situação exige, para além de medidas imediatas, um persistente trabalho de desconstrução da opinião pública acerca deste julgamento, que foi “80% político” e injusto. A campanha eleitoral dos adversários deverá abordar este assunto, o que o tornará ainda mais incontornável.

De nossa parte, trata-se não apenas da necessária defesa de direitos individuais, mas principalmente de salvaguardar direitos democráticos duramente conquistados, inclusive porque a judicialização sabidamente se desdobra na criminalização dos movimentos sociais.

A TÁTICA

O avanço do nosso projeto está vinculado à capacidade que tivermos de apresentar um programa de mudanças a partir das conquistas realizadas desde o governo Lula, mantidas e aprofundadas por Dilma, vinculando-os aos valores da liberdade, da igualdade, da soberania nacional, da sustentabilidade ambiental e de um mundo de paz e desenvolvimento para todos os povos.

O debate programático e ideológico é uma ferramenta decisiva para a vitória. A conquista da maioria do povo para a defesa e o voto em um novo ciclo de mudanças com o PT passa pelo trabalho fundamental de difusão do nosso programa, de mobilização dos setores socialmente beneficiados por ele e do confronto – para mais uma vez derrotar – com a ideologia conservadora e o programa neoliberal.

As eleições de 2014 exigem uma tática política capaz de promover um elevado grau de unidade interna e mobilização, associados à formação e capacitação da militância, a fim de que a defesa do nosso projeto possa ser feita nas ruas e para que sejamos capazes de superar os padrões de despolitização e os ataques insidiosos que a oposição vem tentando imprimir à sucessão presidencial.

A continuidade – e, sobretudo, o avanço – do nosso projeto está vinculada à nossa capacidade de fortalecer um bloco de esquerda e progressista, amparado nos movimentos sociais, na intelectualidade e em todos os setores comprometidos com o processo de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais implementadas pelos governos Lula e Dilma.

A existência deste bloco democrático e popular é fundamental para agregar outras forças políticas e sociais de centro, numa ampla frente que apoie a eleição e o segundo mandato da presidenta Dilma.

Neste sentido, o 14º Encontro Nacional do PT destaca a importância da candidatura Dilma acolher a “Pauta da classe trabalhadora”, apresentada pela CUT e as centrais sindicais.

APROFUNDAR AS MUDANÇAS

As manifestações de junho de 2013 demonstraram e o amplo processo de discussões que o PT vem promovendo confirmaram que há um sentimento de urgência em favor de mudanças mais profundas e rápidas.

O fato é que, após mais de uma década de melhorias sociais relevantes, a população reivindica reformas, todas contidas em nosso programa, como é o caso exemplar da reforma política, a democratização da comunicação, a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma tributária.

É inegável que as condições de vida das pessoas melhoraram sensivelmente, sob diversos parâmetros: em relação ao emprego, o acesso à educação e diferentes políticas públicas. Mas essa melhora fica esmaecida devido à mobilidade urbana cada vez mais difícil, à pouca eficiência dos sistemas de saúde e educação públicas, a violência, a insegurança e a percepção de corrupção no mundo político e no judiciário.

Como já foi dito, ao apoio à continuidade do nosso projeto pela maioria da população soma-se um manifesto desejo de mudança. É continuidade com mudança ou mudança com continuidade – com o PT, não sem o PT ou contra o PT. Mudança nas condições de vida, especialmente um salto de qualidade nos serviços públicos. E mudança na organização e no funcionamento das instituições políticas, de modo a ampliar a participação popular, o controle social e os mecanismos de democracia direta, ao mesmo tempo que restringimos a influência do poder econômico.

Daí reafirmarmos a necessidade de reeleger Dilma com base na mobilização social da maioria do povo, com um avanço na hegemonia dos valores da liberdade, da igualdade, com a afirmação de um programa de desenvolvimento nacional com distribuição de renda e democracia. Isto criará as condições para fazermos um segundo mandato com novas conquistas, novos direitos, novos avanços e reformas estruturais, com prioridade para a reforma política com participação popular, a democratização da mídia e serviços públicos universais de qualidade.

Nessa mesma linha, o primeiro desafio político da campanha é articular este programa de um segundo mandato superior com a defesa das grandes conquistas obtidas pelo povo brasileiro durante os governos Lula e Dilma. Isto será feito através da formulação de um programa de governo participativo, que aponte propostas de um novo ciclo de desenvolvimento e inclusão, que amplie e aprofunde os avanços anteriores. Não basta defender o legado, por maior que ele seja. Também é necessário responder às novas demandas da sociedade. Mas quem busca a reeleição não pode apenas apresentar novos programas e falar sobre o futuro. Precisa, igualmente, mostrar o que já fez. Assim, a campanha deverá apontar os desafios que pretendemos vencer no futuro e, simultaneamente, resgatar a bem-sucedida solução dos grandes problemas do passado. No essencial, nosso discurso deve unir os dois momentos.

O programa de governo é um importante instrumento de formulação e mobilização. Ele deve ser elaborado a partir do PT, em diálogo com os movimentos sociais, com a participação de todos os partidos da coligação. Uma ação central de nossa tática é constituir um representativo grupo de trabalho que inicie este processo de formulação, consolidando eixos temáticos indicados a partir das diretrizes aprovadas nesse 14º Encontro, incorporando a militância setorial, intelectuais orgânicos e instâncias partidárias.

O DESAFIO ELEITORAL

Na medida do possível, devemos buscar a construção de palanques estaduais unitários, respeitando sempre as particularidades de cada Estado da federação. Onde um palanque unitário se revelar politicamente inviável, devemos firmar acordos de procedimento antes e durante a campanha, que possibilitem a existência de dois ou mais palanques para a candidatura presidencial.

As eleições de 2014 são, também, um momento decisivo para travar o debate de ideias e conquistar hegemonia em torno do nosso projeto de sociedade. Nesse sentido, a proposta feita pela presidenta Dilma ao Congresso Nacional, de um plebiscito para convocar uma Constituinte Exclusiva pela Reforma Política, proposta encampada pelo PT, movimentos sociais, centrais sindicais, partidos políticos, organizações da sociedade, deve fazer parte destacada da ação eleitoral da militância e de nossas candidaturas. A luta pela reforma política deve estar no centro de nossa tática eleitoral e dos programas de governo nacional e estaduais.

O PT nacional orienta os estados a constituir chapas proporcionais fortes, representativas e com o maior número possível de candidatos, entendendo que isso contribui para engajar um maior número de militantes na campanha pela reeleição da presidenta Dilma, dos majoritários estaduais e na própria legenda proporcional. Cabe ao partido estimular novas candidaturas, projetando assim novos quadros públicos, especialmente mulheres, jovens e representantes de segmentos etnorraciais.

Por fim, reafirmamos que para nós do Partido dos Trabalhadores as eleições não são um fim em si mesmo. Nosso grande objetivo é, através das vitórias que obtemos nos espaços institucionais, democratizar o Estado, inverter prioridades e estabelecer uma contra-hegemonia ao capitalismo, capaz de construir um projeto de socialismo radicalmente democrático para o Brasil.

Concluimos lembrando a necessidade de preservar e defender o PT. Os setores conservadores e o conjunto da classe dominante encaram o PT como um pesadelo, porque estamos destruindo o sonho acalentado por eles durante séculos: o sonho de uma “democracia” sem povo.

O PT está construindo o sonho das classes trabalhadoras, dos pobres e dos que mais precisam do Estado brasileiro: continuar mudando o Brasil, fazendo cada vez mais um país rico e desenvolvido, sem miséria e com democracia política, econômica e social.

MOÇÕES E RESOLUÇÕES ESPECIAIS

A MÍDIA E AS ELEIÇÕES

A defesa da liberdade de imprensa é um dos princípios fundamentais defendidos pelo PT desde sua fundação. Ao longo dos seus 34 anos, o partido sempre defendeu de forma intransigente as liberdades de opinião e expressão como elementos centrais para a democracia.

No entanto, o que percebemos do oligopólio midiático brasileiro é um distanciamento da verdade factual e a adoção de uma linha editorial que busca a permanente desconstrução dos movimentos sociais, dos nossos governos e do nosso partido. O oligopólio midiático tenta induzir a opinião pública e inflar nossos adversários, assumindo o papel de oposição sistemática.

Defendemos a verdade! Para isso é fundamental garantir o contraditório e a diversidade de opiniões nos noticiários. Cabe ao povo brasileiro fazer suas escolhas sem a maléfica influência causada pela sistemática distorção dos fatos, que vem sendo praticada por parte dos meios de comunicação.

AMPLIAR O NÚMERO DE PARLAMENTARES MULHERES

O Partido dos Trabalhadores defende os direitos das mulheres. A primeira presidenta da República é do PT. Somos o primeiro partido brasileiro a aprovar a paridade de gênero em seus organismos dirigentes. Defendemos uma reforma política, que introduza o voto em lista partidária, para garantir a paridade também no processo eleitoral.

Com estes objetivos, o Partido dos Trabalhadores tem participado ativamente da campanha do plebiscito popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, em defesa do financiamento público de campanha, do fortalecimento dos partidos, da ampliação dos instrumentos de democracia direta, participação popular e a representação dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e das negras, da juventude.

Entretanto, enquanto a reforma política não vem, precisamos adotar medidas imediatas para aumentar a presença de mulheres, especialmente das petistas, nos parlamentos estaduais e no Congresso Nacional.

Nesse sentido, o Diretório Nacional do PT, bem como as direções estaduais, darão tratamento especial para as candidatas à senadora, à deputada federal e à deputada estadual nas eleições de 2014.

Por tratamento especial, entenda-se: campanha institucional, inclusive no horário eleitoral gratuito, pedindo voto nas candidatas mulheres; apoio partidário no planejamento das candidaturas, inclusive pesquisas; apoio com impressos de campanha fornecidos pelo Partido; apoio financeiro, através de transferência de recursos do comitê partidário para os comitês proporcionais de candidaturas mulheres. Nestas eleições de 2014, o PT destinará no mínimo 30% da arrecadação do comitê financeiro para as campanhas das candidatas mulheres.

Uma decisão deste tipo antecipa os efeitos positivos da reforma política defendida pelo Partido (que inclui voto em lista, com paridade de gênero) e constitui uma demonstração prática de apoio à luta das mulheres.

SOLIDARIEDADE AO HAITI

A resolução da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC), de fazer da região uma zona de paz, reconhece que após dez anos de presença militar estrangeira, articulada pelos Estados Unidos depois do golpe das grandes potências que derrubou o governo eleito do padre Aristide, a situação segue muito difícil para o povo haitiano. Cresce a mobilização popular pela retirada das tropas da MINUSTAH, inclusive com o pedido unânime neste sentido, aprovado pelo senado haitiano. É chegado, pois, o momento de discutir se foram cumpridas as tarefas de estabilização e, em conjunto com as instituições multilaterais, discutir a retirada das tropas.

O fluxo de milhares de imigrantes haitianos, inclusive para o Brasil, indica a existência de um imenso problema humanitário, que exige a pronta atenção dos vários níveis do governo brasileiro, tendo em vista a integração digna destes imigrantes na vida civil e no mercado de trabalho.

EM DEFESA DA PETROBRAS

Cabe desencadear uma campanha popular em defesa da Petrobras, numa agenda de mobilização com a participação da FUP e de outras en-

tidades, visando desmascarar o interesse de grandes petrolíferas, aliadas à oposição, de voltar ao superado sistema de concessão.

REVISÃO DA LEI DE ANISTIA

Durante o governo da presidenta Dilma, importantes avanços foram construídos para revelar a memória e a verdade de nossa história. Precisamos ouvir os anseios da sociedade brasileira e avançar na democratização do país, enfrentando a impunidade que ainda resiste na atual Lei da Anistia, no que tange os torturadores e assassinos de presos políticos. Defendemos a revisão da Lei da Anistia e o julgamento dos que cometeram crimes contra o povo brasileiro.

APOIO AO PLEBISCITO POPULAR

Se quisermos que o Brasil continue mudando, o fortalecimento e o aprofundamento da democracia devem ocorrer em um ritmo mais acelerado. Por isso, o PT defende a convocação de uma Constituinte exclusiva para realizar a reforma política.

Com este propósito, o PT apoia e participa da iniciativa de movimentos sociais, centrais sindicais e demais organizações de realizar, entre os dias 1 e 7 de setembro de 2014, um Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Ao mesmo tempo, o PT intensificará a coleta de assinaturas para o nosso projeto de iniciativa popular, que pretende instituir o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o voto em lista preordenada para os parlamentos, o aumento compulsório da participação feminina nas candidaturas e a convocação da Assembleia Constituinte exclusiva sobre Reforma Política.

É através do debate público e da mobilização social que tornaremos realidade a reforma política e a Constituinte.

O PT saúda a proposta de proibição da doação de empresas a candidatos ou partidos políticos, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, bem como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o financiamento de campanhas eleitorais por empresas privadas, em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

O financiamento empresarial das campanhas eleitorais é um atentado ao princípio de que a democracia deve ser baseada nos direitos iguais

dos cidadãos e cidadãs, independentemente de sua riqueza e renda. Por isto, é necessário afastar a influência do poder econômico sobre as instituições representativas.

CONTRA A PEC 352/2013

O Partido dos Trabalhadores é contrário à PEC 352/2013 proposta pelo Grupo de Trabalho destinado a estudar e elaborar propostas referentes à Reforma Política e à consulta popular sobre o tema. O PT já fechou questão e orientou sua bancada na Câmara dos Deputados a barrar a tramitação desta proposta e pautar a votação do projeto do Decreto Legislativo que propõe a convocação de plebiscito sobre a reforma do sistema político.

REPÚDIO AO RACISMO

Nós, negros e negras presentes ao 14º Encontro Nacional do PT, afirmamos nossa preocupação com as crescentes manifestações de racismo nos esportes, em especial no futebol. Como parte da ação constante de combate ao racismo, apontamos a necessidade de mais ações a respeito durante a campanha eleitoral e, também, de maiores iniciativas de inclusão por parte dos programas de governo.

Repudiamos de forma veemente a pseudocampanha “Somos todos macacos”, que não combate o racismo, desconstruindo a luta histórica do movimento negro. O combate ao racismo se dá através da implantação de políticas públicas efetivas e na luta cotidiana em defesa dos direitos humanos.

Com Mandela reafirmamos: “Somos todos diferentes, mas o que nos faz diferentes não pode nos tornar desiguais”.

São Paulo, 2 e 3 de maio de 2014.

14º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores Centro de Convenções do Anhembi - SP

| 2015 |

V CONGRESSO NACIONAL DO PT

11 A 13 DE JUNHO DE 2015
SALVADOR/BA



NOTA EDITORIAL

O 5º Congresso Nacional do PT foi aberto nos dias 13 e 14 de dezembro de 2013, quando foram aprovadas as bases para os debates que aconteceriam em duas etapas. Em junho de 2015, os delegados e delegadas se reuniram no que ficou conhecido como a segunda etapa deste 5º Congresso.

A primeira etapa de debates do 5º Congresso Nacional do PT consistiu na elaboração de subsídios e contribuições das tendências internas organizadas, de fóruns de discussão promovidos pela Fundação Perseu Abramo (FPA), de diálogo institucional do Partido dos Trabalhadores (PT) com outras instituições da sociedade civil e de contribuições individuais escritas por intelectuais e militantes.

CARTA DE SALVADOR

1. Reunido em seu V Congresso, o Partido dos Trabalhadores (PT), na presença de centenas de militantes de todo o País, renova sua confiança no povo brasileiro, protagonista das grandes transformações que vivenciamos nos anos mais recentes. Reafirmamos, igualmente, nossa convicção de que a edificação de uma nova sociedade, justa, fraterna e solidária, uma Pátria socialista, só se fará com o aprofundamento da democracia e a ampla participação organizada das maiorias sociais. Por isso, diante do cenário atual, em que o mundo sofre as consequências do terremoto da crise global do capitalismo, o PT vem a público apresentar propostas de superação das dificuldades do momento, ao tempo em que nos fiamos na determinação e competência do governo da presidenta Dilma para nos liderar nessa travessia

Reconhecemos nossos avanços, apontamos nossos erros, sugerimos novos caminhos a trilhar e, sobretudo, divisamos um futuro de esperança, de progresso social e de paz.

Ao lado de resoluções que dizem mais respeito ao nosso funcionamento interno, divulgamos a presente “Carta de Salvador”, um documento de compromissos históricos, de revigoração de nossos princípios fundantes e de atualização de nosso projeto.

2. O mundo vive sob as condições geradas pela crise do capitalismo irrompida em 2008, a mais grave e prolongada desde o colapso de 1929.

3. Um tsunami devastou o sistema internacional de crédito, reduziu os fluxos comerciais entre as nações, expôs a contradição entre a crescente capacidade produtiva e a diminuição relativa da renda dos povos e desnudou os laços de dominação das grandes potências sobre os países emergentes e em desenvolvimento.

4. A resposta hegemônica dos países capitalistas dominantes vem aguçando o conflito que opõe os interesses dos trabalhadores e dos

países dependentes contra os objetivos imperialistas, neoliberais e das grandes corporações internacionais.

5. O repertório neoliberal frente à crise, rebatizado de austeridade fiscal, tem entre seus principais ingredientes a redução de salários e direitos, o corte dos gastos públicos, a salvaguarda estatal dos bancos privados, o protecionismo comercial e a imposição de novas medidas para a integração subordinada das nações emergentes à ordem econômica mundial.

6. Ao lado da China e da Rússia, e mais recentemente o governo grego, a América Latina tem se constituído em uma das principais frentes de resistência a essa estratégia, pela via autônoma que a região busca construir desde a eleição dos presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, na virada do século, seguida de triunfos eleitorais progressistas em outros países importantes.

7. A região latino-americana e caribenha trata de consolidar um modelo de desenvolvimento cujo eixo principal é a criação de amplos mercados nacionais de massa, impulsionados por políticas de distribuição de renda, fortalecimento do mercado de trabalho, soberania sobre as riquezas naturais e fortalecimento do poder público.

8. Apesar das distintas realidades locais e dos diferentes caminhos para a implementação de mudanças, a América Latina tem se empenhado em intensificar a integração regional, construindo instituições políticas, comerciais e financeiras que consolidem um projeto sustentavelmente autônomo, como servem de exemplo o Mercosul, a UNASUL, a CELAC.

9. Os resultados sociais e econômicos são fortemente positivos nos últimos quinze anos: taxas superiores de crescimento do PIB, destacada diminuição da miséria e da desigualdade social, ampliação dos direitos e serviços públicos, melhoria sensível dos indicadores de saúde e educação.

10. É inegável, porém, que a alteração do cenário internacional estabeleceu impasses para o aprofundamento desse modelo.

11. A queda abrupta do excedente comercial, provocada pela derrubada dos preços internacionais de commodities e do volume de transações, e ainda, a expressiva diminuição na arrecadação causada pela queda

importante da atividade da indústria, afetaram drasticamente a principal fonte de financiamento das políticas social-desenvolvimentistas.

12. Também se intensificou a tensão entre expansão da renda popular e cadeias produtivas, fortemente dependentes do capital privado local e mundial. Muitos dos atuais problemas inflacionários, fiscais e cambiais derivam dessa desarmonia.

13. Este novo quadro aguçava as lutas de classes em toda a região, sob a forma de conflitos distributivos em tempos de escassez. Enquanto a insaciável acumulação capitalista demanda compressão de salários e direitos para aumentar a rentabilidade dos negócios e sua competitividade internacional, a continuidade da ascensão dos pobres da cidade e do campo passou a depender de reformas tributárias e nacionalização de ativos que favoreçam uma maior distribuição de renda.

14. Os países imperialistas, particularmente os Estados Unidos, valem-se da crise para desencadear uma ofensiva contra as experiências latino-americanas, estimulando movimentos para sua derrocada e pressionando pela substituição do modelo, com o objetivo de, pelo acesso fácil aos mercados e às riquezas naturais da região, acumular e concentrar mais capital.

15. Diante deste quadro, os governos progressistas defrontam-se com dilemas cruciais: aprofundar a integração regional ou curvar-se à inserção subordinada ao sistema comandado pelo imperialismo; promover reformas que reduzam a transferência de renda do Estado para grupos privados ou ceder às exigências de mercado para ampliar os ganhos do grande capital.

16. O Brasil, desde 2003, quando toma posse o presidente Lula, é um dos pilares da nova realidade latino-americana, em suas conquistas e desafios.

17. Há quase treze anos o País vive a implantação progressiva de um projeto de desenvolvimento com inclusão social, geração de milhões de novos empregos, distribuição de renda, fortalecimento do mercado de trabalho e abertura de oportunidades para a população.

18. Os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, aproveitando-se com inteligência e firmeza das condições externas e internas, vigentes até a eclosão da crise capitalista, foram paulatinamente reduzindo as taxas de juros, eliminando a dívida pública externa e diminuindo o peso relativo do endividamento interno.

19. O Estado, a partir deste redimensionamento dos encargos financeiros, amealhou recursos para um conjunto de programas que mudaram drasticamente a vida dos brasileiros mais pobres, em um fenômeno que se refletiu em formidável ampliação do consumo de bens e serviços, que, com o simultâneo fortalecimento do mercado de trabalho, se constituíram em motores da nova etapa de desenvolvimento nacional.

20. Além das políticas sociais – que precisam ser consolidadas – o poder público retomou dinamismo como principal investidor em obras de infraestrutura e projetos estratégicos, tanto através de recursos orçamentários quanto do robustecimento de bancos e empresas estatais.

21. Graças a um longo período de recuperação econômica, o País tornou-se destino obrigatório dos fluxos internacionais de investimento, com rebaixamento acentuado da taxa de desemprego e escalada nos salários pagos nos distintos ramos de atividade.

22. A eclosão da crise internacional, no entanto, abalou o financiamento desse modelo de desenvolvimento, que muito se alimentava do excedente comercial crescente entre 2004 e 2010, com suas boas consequências para as finanças públicas.

23. O Estado começou a perder capacidade de financiar o modelo de desenvolvimento em construção. A persistência da crise mundial, ao reduzir o saldo de exportações, foi respondida pelo governo com subsídios fiscais, para tentar manter o ritmo da economia, e elevação da taxa básica de juros para atrair capitais que permitissem fechar positivamente as contas do País. O “espírito animal” do capital industrial não despertou, apesar da ampla política de desonerações. Até mesmo porque setores do capital industrial foram seduzidos pelas altas taxas de remuneração do rentismo.

24. O governo da presidenta Dilma Rousseff, com essas medidas, conseguiu defender o emprego e a renda dos trabalhadores, mas a soma de desonerações dos grupos capitalistas e a arremetida dos custos da dívida interna esvaziaram os cofres do Estado, ainda mais depauperados pelo enfraquecimento do PIB e da queda da arrecadação tributária.

25. O excedente comercial dos primeiros dez anos permitiu o avanço do projeto petista sem mexer nas estruturas rentistas herdadas dos governos neoliberais, mas a retração mundial escancarou o caráter anti-

nacional da financeirização de empresas produtivas e da concentração de renda provocada pela acumulação de bônus da dívida interna.

26. Além de sangrar o orçamento nacional, pois boa parte das receitas públicas federais se destinam a pagamento e amortização de títulos do Tesouro, o rentismo inibe os investimentos privados e aprofunda o processo de desindustrialização, ao pressionar para cima o câmbio e reduzir a competitividade das exportações brasileiras.

27. A verdade é que a baixa do superávit comercial, em convivência com estas velhas estruturas rentistas, desacelerou o crescimento da economia e a expansão do mercado interno, derrubou a taxa de investimentos e penalizou tanto a renovação da infraestrutura quando a ampliação dos serviços públicos.

28. O Partido dos Trabalhadores reconhece que essa situação exige a abertura de um novo ciclo, no qual reformas estruturais, investimentos em inovação, desenvolvimento científico e tecnológico, maior capacitação e valorização da força de trabalho abram campo para a afirmação do projeto nacional de desenvolvimento implantado a partir de 2003.

29. A nova realidade impõe um desmonte progressivo do rentismo, um combate implacável aos saudosistas do neoliberalismo a fim de recuperar a soberania financeira do Estado.

30. A oposição de direita, a mídia monopolizada e seus aliados mais conservadores defendem que a retomada do crescimento depende da atração de capitais externos a qualquer custo, através da redução relativa de salários e direitos, elevadas taxas de juros, privatizações e desregulamentações, diminuição dos gastos públicos e a inserção subordinada do País em acordos de livre-comércio e nas cadeias produtivas globais.

31. O PT se contrapõe a esse ponto de vista, prejudicial aos interesses nacionais e à maioria da população brasileira.

32. A opção pela qual lutamos é a da transição de políticas públicas para reformas de base. O País precisa de um novo programa para um novo ciclo de desenvolvimento, cujo núcleo fundamental é a transformação do sistema tributário, regressivo, injusto, concentrador de renda e riqueza. Coerente com isso, o ajuste fiscal não deve recair sobre os trabalhadores. Por essa razão é preciso que as medidas tenham como

princípio a justiça fiscal aprimorando ações como a MP 675 que eleva a CSLL de 15% para 20% no caso dos lucros e dividendos dos bancos.

33. O PT defende também a reversão da política de juros altos, comprovadamente ineficaz no combate à inflação nesta fase de retração da demanda e gravosa para o Tesouro. É preciso conduzir a orientação geral da política econômica para a implementação de estratégias para a retomada do crescimento, para a defesa do emprego, do salário e demais direitos dos trabalhadores, que permitam a ampliação das políticas sociais.

34. O Partido acha urgente, ainda, a instituição do imposto sobre grandes fortunas, grandes heranças e sobre lucros e dividendos, para alavancar o modelo de desenvolvimento sustentável com justiça social.

35. Também advoga a mudança das alíquotas do Imposto de Renda, com elevação do atual teto, aliviando a carga tributária sobre a produção e a maioria dos assalariados e onerando os grandes patrimônios e as grandes riquezas.

36. É preciso inverter a lógica do sistema atual, que concentra a carga tributária sobre impostos indiretos, regressivos e injustos, pois atingem a todos igualmente (como são o ICMS e o IPI), para incidir-la mais sobre os impostos diretos, a fim de fazer pagar mais quem tem mais.

37. Consideramos imprescindível um amplo debate nacional sobre financiamento da Saúde Pública.

38. Estas medidas, que a outras se somam, particularmente a manutenção da política de conteúdo nacional e do regime de partilha na exploração do pré-sal, são fundamentais para dotar o governo de recursos que possibilitem a execução das cinco reformas indispensáveis para a edificação do Estado de bem-estar social: agrária, urbana, educacional, sanitária e de transportes.

39. Vital, também, para o PT, é a transformação do Estado, para democratizá-lo, dar-lhe transparência, abri-lo à participação e ao controle da sociedade, bem como torná-lo mais eficiente.

40. Entre várias reformas do Estado necessárias, o PT aponta três, como medidas imediatas.

41. A primeira consiste na reorganização administrativa e institucional, que viabilize a reprogramação de todas as políticas públicas a partir da matricialidade e integração setorial de suas especialidades.

Enquanto o Estado funciona na forma de caixinhas setoriais (educação, saúde, trabalho, entre outros) e regionais, os problemas atuais tornam-se cada vez mais complexos e totalizantes, incapazes de serem superados pela lógica de organização pública em partes que não se comunicam, quando concorrentes entre si. A fonte disso encontra-se centrada na recuperação do sistema de planejamento democrático e transparente de médio e longo prazos.

42. A segunda concentra-se na necessária ampliação das políticas distributivas para as redistributivas. Ou seja, a transição da melhor repartição social do orçamento governamental para a expansão da progressividade do fundo público.

43. Arrecadando mais e melhor, o Estado passa a alterar, de maneira mais forte e eficaz, a desigualdade medieval que, apesar dos governos progressistas, ainda persiste nos países latino-americanos.

44. A terceira, por fim, refere-se à reinvenção do mercado, tendo em vista o poder dos grandes grupos econômicos sobre o Estado. Ademais das exigências da transparência e crescente participação social, o Estado precisa reconstituir-se fundamentalmente para o verdadeiro mar que organiza os micro e pequenos negócios no País, com políticas de organização e valorização do setor por meio da criação de bancos públicos de financiamento da produção e comercialização, fundos de produção e difusão tecnológica e de assistência técnica e de compras públicas. Além disso, essa reinvenção passa pela criação e o fortalecimento nas cadeias produtivas regionais, tendo em vista a integração regional energética e de infraestrutura. As cadeias regionais, no contexto político latino-americano atual, têm a capacidade de aglutinar pequenas e médias empresas, além de criar e fortalecer mercados de consumo e de trabalho nos diferentes países.

45. Somente uma reforma do Estado e uma maior ampliação do fundo público poderão ensejar um novo patamar civilizatório, como a postergação do ingresso no mercado de trabalho a partir dos 24 anos, a educação e aprendizagem para a vida toda e, ainda, jornadas de trabalho reduzidas em relação aos tempos extenuantes de agora. Tudo isso, contudo, pressupõe maioria política necessária para tornar realidade o que hoje se apresenta como mera possibilidade.

46. O Partido dos Trabalhadores compreende que estas mudanças não se limitam às fronteiras nacionais, complementando-se com a intensificação dos esforços de integração da América Latina e da aliança com as nações do BRICS.

47. Para libertar o Brasil da ditadura mundial exercida pelo capital financeiro sobre as economias dependentes, é essencial a criação de bancos, fundos de investimentos, tratados de troca e planos produtivos autônomos em relação ao sistema controlado pelos Estados Unidos e Europa. Neste sentido é preciso investir na nova arquitetura financeira mundial que vem surgindo no mundo: o Banco do Sul (da UNASUL), o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Acordo Contingente de Reservas, bem como o Banco Asiático de Desenvolvimento e Investimento da China.

48. A adoção deste programa como norte para o campo popular deve expressar movimento potente de renovação estratégica, que influencie a política de alianças, as formas de organização e ação, as relações com os movimentos sociais e a institucionalidade.

49. O Partido dos Trabalhadores considera que se fazem necessárias mudanças para que a estratégia partidária se ajuste a esta nova realidade, a fim de vencer os desafios do período que atravessamos.

50. Forjada nos anos posteriores ao colapso da União Soviética, quando se consolidava a hegemonia imperialista sobre o planeta e predominava o pensamento neoliberal, a estratégia do PT identificou uma cisão entre os grupos dominantes em relação ao modelo econômico preconizado pelo Consenso de Washington. Tal divisão semeou o terreno para alianças com setores mais vinculados à indústria nacional e ao mercado interno, cujos interesses eram representados, no plano institucional, por lideranças e grupos políticos navegando no centro do espectro partidário.

51. Foi possível, então, estabelecer uma ampla frente contra o neoliberalismo, politicamente representado pela coalizão PSDB-DEM, acumulando forças para bater as forças do rentismo nas eleições presidenciais de 2002, quando as urnas sufragaram a dobradinha Lula-José Alencar.

52. Esta aliança da esquerda para o centro tornou viável, para as administrações comandadas pelo PT, a construção de maiorias parla-

mentares táticas, que garantiram a governabilidade para aprovação de políticas públicas e manutenção da estabilidade institucional.

53. A fórmula prosperou, em boa medida, graças às condições materiais favoráveis dos primeiros dez anos. Os cenários externo e interno possibilitaram a aplicação de programas distributivos sem ferir interesses relevantes do bloco rentista, formado pelo capital financeiro, oligopólios industriais e o agronegócio.

54. Na fase ascensional do modelo desenvolvimentista, estes setores, também favorecidos pelo deslanche da economia, foram relativamente neutralizados e evitaram protagonismo na disputa político-ideológica contra os governos petistas, função que acabou exercida pelos grupos de comunicação e os estamentos mais altos das camadas médias.

55. O Partido dos Trabalhadores reconhece, no entanto, que o sucesso desta estratégia foi acompanhado por erros importantes que provocaram efeitos colaterais maléficos para a esquerda e o campo popular.

56. O principal destes equívocos foi não ter estabelecido como tarefas prioritárias, desde o princípio, a reforma do sistema político e a democratização dos meios de comunicação. A falta de maioria parlamentar progressista e a intenção de reduzir ao máximo conflitos em um cenário no qual os trabalhadores não eram força hegemônica deixaram em suspenso uma campanha nacional por esses temas e a subestimar sua influência sobre todo o processo político.

57. A verdade é que, em contraposição aos processos vividos por outras nações latino-americanas sob governos progressistas, o Partido dos Trabalhadores e as administrações sob sua liderança deixaram, na prática, de alterar instituições e instrumentos de poder das velhas oligarquias, que, mesmo fora do governo central, hoje nos combatem ferozmente.

58. O Partido e o governo acabaram, assim, adaptados a um regime marcado pelo predomínio do poder econômico, pela limitação da participação popular e pelo monopólio da informação – abdicando de denunciá-lo com o peso devido e de lutar por sua superação desde a primeira hora.

59. Deixado intacto, esse sistema político-eleitoral contaminou práticas partidárias, deformou relações internas e trouxe de contraban-

do métodos e hábitos da política tradicional: a supremacia dos mandatos sobre as instâncias partidárias, o esvaziamento da vida interna fora de períodos eleitorais, o relativo distanciamento dos movimentos sociais, sinais de burocratização, a centralização como método de direção.

60. Outro grave problema foi a deficiência em determinar a correta relação de coalizão interclassista e pluripartidária com disputa de hegemonia. O primado aliancista, da forma como muitas vezes foi conduzido, reforçou a tendência de converter o PT em braço parlamentar do governo, preliminarmente bloqueando a luta por projetos e ideias na sociedade e no Estado.

61. Uma das principais consequências desta dinâmica foi negligenciar a necessidade de investir na elevação da consciência e da cultura de classe das multidões beneficiadas pela ascensão social, objetivo que deveria ter mobilizado amplamente os aparatos de comunicação e educação do Estado, além do próprio Partido.

62. Mesmo internamente, os efeitos foram danosos, definidos pela pouca relevância oferecida à formação político-ideológica da militância e à construção de um sistema de comunicação que pudesse afrontar a influência das corporações midiáticas.

63. O Partido dos Trabalhadores tem buscado corrigir estes erros nos últimos anos, como é possível confirmar pelas resoluções e documentos aprovados desde o III Congresso.

64. Mas reconhecemos que as alterações na situação internacional e local nos obrigam a uma mudança de maior envergadura.

65. A realidade que atualmente vivemos é a da radicalização das disputas de projetos. Aqueles contrários ao projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda, democracia e soberania nacional ganharam força e buscam desestabilizar o governo, atraindo setores de centro da sociedade brasileira. Esse processo de disputa de projetos apenas confirma nossa concepção de que mudanças, em favor do povo, sem mobilização, são cada vez mais remotas.

66. As vicissitudes do quadro político atual não serão superadas, em favor da classe trabalhadora e seus aliados, sem a emergência de um poderoso movimento de massas que articulado à luta institucional, às ações efetivas e corretas de governo e à batalha cultural – seja capaz de impor uma situação de cerco ao Estado oligárquico.

67. O programa de reformas estruturais pressupõe a construção de uma frente democrática e popular, de partidos e movimentos sociais, do mundo da cultura e do trabalho, baseada na identidade com as mudanças propostas para o período histórico em curso.

68. Este caminho vai além de acordos eleitorais ou de pactos entre direções: nossa proposta é a constituição de uma nova coalizão, orgânica e plural, que se enraíze nos bairros, locais de estudo e trabalho, centros de cultura e pesquisa, capaz de organizar a mobilização social, o enfrentamento político-ideológico, a disputa de hegemonia e a construção de uma nova maioria nacional.

69. O Partido dos Trabalhadores não economizará esforços para ajudar a reunificar os movimentos, agrupamentos, coletivos e militantes que tornaram possível a reeleição da presidente Dilma Rousseff em outubro de 2014.

70. Apenas com a existência de um bloco desta natureza poderemos disputar as bases do centro político da sociedade e atrair suas lideranças mais dispostas a se separar do conservadorismo, em torno do nosso projeto democrático e popular de desenvolvimento com inclusão social, democracia e respeito aos direitos dos trabalhadores, além de dialogar com enormes contingentes de brasileiros e brasileiras sem-partido.

71. A estratégia de frente é nosso caminho para firmar uma nova aliança social, que incorpore setores novos e tradicionais da classe trabalhadora, das camadas médias, da intelectualidade e do empresariado simpático ao nosso projeto nacional.

72. Esta política deve ser fortemente mobilizadora da juventude e das mulheres, dos coletivos LGBT e antirracistas, dos grupos ecológicos e das organizações de direitos humanos.

73. O programa da frente tem a obrigação de somar, à agenda do desenvolvimento, da questão nacional (a Petrobras como pilar), da democratização do Estado, o fim dos autos de resistência, a desmilitarização das polícias estaduais, a descriminalização das drogas, a criminalização da homofobia, a igualdade de gêneros e o reconhecimento pleno da união homo-afetiva, entre outros direitos civis.

74. Agrega-se à essa plataforma a necessidade de responder imediatamente à possível vitória da contrarreforma política, operação co-

mandada pelos partidos conservadores com a intenção de manter o controle dos grandes grupos empresariais sobre o parlamento.

75. Torna-se indispensável a retomada da luta pela Constituinte exclusiva e soberana, convocada especificamente para realizar uma verdadeira reforma do sistema político-eleitoral.

76. O Partido dos Trabalhadores está pronto para cumprir estas tarefas, que exigirão muita reflexão, unidade, companheirismo e vontade política de nossos(as) militantes e dirigentes.

77. Como integrante do governo de coalizão comandado pela companheira Dilma Rousseff, o partido tudo fará para que este programa possa ter a presidenta da República como sua principal porta-voz e liderança.

78. Para estarmos aptos a ações de tanta envergadura, o V Congresso conclama todo o Partido para um profundo processo de reorientação, caracterizado pela renovação em suas estruturas, métodos de organização e direção, formas de financiamento, instrumentos de comunicação e relações com os movimentos sociais.

79. Essa é a senda de um partido de massas vocacionado para dirigir o Estado, mas cujo projeto histórico é a fundação de uma nova sociedade, socialista e democrática.

80. Cometemos erros, mas é fundamentalmente por nossas virtudes que as forças conservadoras nos atacam e almejam nossa destruição. Não aceitam que a classe trabalhadora e seu principal partido estejam no comando do País, enfrentando o legado de opressão e desigualdade gerado em séculos de dominação, violência, privilégios e preconceitos. Respondamos ao ódio reacionário com a esperança simbolizada pela bandeira vermelha: o Partido dos Trabalhadores jamais renunciará ao seu compromisso histórico com a emancipação do povo brasileiro.

81. Essa é a nossa tarefa, a nossa missão.

É só querer e, amanhã, assim será!
Salvador, Bahia, junho de 2015

RESOLUÇÃO 1

REFORMA POLÍTICA

O V Congresso Nacional do PT reafirma a defesa da convocação de uma Constituinte Exclusiva para a realização de uma verdadeira reforma política.

Reafirma também suas propostas de financiamento público, voto em lista, paridade de gênero e o repúdio ao financiamento empresarial de partidos e campanhas eleitorais.

No momento em que o Congresso Nacional, através de um golpe regimental e de uma violação à própria Constituição, aprova em primeira votação o financiamento empresarial, que abre espaço para a corrupção na vida política.

O PT reitera sua disposição de continuar lutando para que isso não passe na segunda votação, ou mesmo nas duas votações do Senado Federal.

Assim sendo o 5º Congresso Nacional do PT RESOLVE:

1. Ampliar o debate do seu projeto de Reforma Política, através de Seminários Estaduais, em Parceria com a Escola Nacional de Formação e a Fundação Perseu Abramo, para construir uma síntese que contraste com o que venha a ser aprovado na contrarreforma em pauta no Congresso.

2. Unificar suas ações junto aos movimentos sociais que hoje participam da plataforma pelo Plebiscito, bem como da coalização por eleições democráticas e livres, tendo como centro o fim do financiamento empresarial e a convocação de um plebiscito para que a população possa votar, escolhendo se é a favor ou contra a convocação de uma Constituinte Exclusiva para mudar o sistema eleitoral.

3. Continuará incansável na luta pela Reforma Política, que democratize verdadeiramente o Sistema Eleitoral Brasileiro, seja através da nossa coleta de assinaturas, seja através da ocupação das ruas e de todos os espaços deluta do povo brasileiro.

(APROVADA, MAS SUJEITA A ADENDO, POR ACORDO NA CEN/PT)

RESOLUÇÃO 2

PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Considerando a necessária retomada do Projeto Nacional de Desenvolvimento, com crescimento econômico e inclusão social;

Considerando que a retomada do projeto nacional de desenvolvimento no País não pode ser entendida fora do contexto mundial e regional, onde adisputa de hegemonia com o rentismo, o capital financeiro internacional e as transnacionais é a tônica;

Considerando que o Brasil é o País com a maior biodiversidade do mundo, o maior potencial de água doce do planeta e possui uma matriz energética considerada limpa, temas que vêm a cada dia ganhando importância na economia e assumindo protagonismo no cenário internacional;

Considerando que nos últimos 12 anos a agenda socioambiental tem se destacado nas ações de governo brasileiro;

O PT entende que, nos próximos 4 anos, a agenda de desenvolvimento nacional, em um modelo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável, deverá concentrar-se em:

1. Construir as condições para uma nova política monetária e cambial que permitam o crescimento econômico, o controle da inflação e o incentivo à atividade produtiva.

2. Direcionamento do investimento e do crédito para fortalecer a indústria nacional, a inovação e o emprego, concretizando o compromisso com o Brasil Produtivo. Nossas políticas industrial, científica, tecnológica e agrícola devem atuar para dar concretude ao desenvolvimento nacional e a geração de empregos, fortalecendo a pequena e média empresa, estimulando nossa capacidade de inovação, reduzindo os custos logísticos e melhorando o ambiente de negócios do País.

3. Aprofundamento da Reforma Agrária e da Política Agrícola e Segurança Alimentar.

4. Compromisso com o Desenvolvimento Regional: mostramos ao mundo que é possível combinar crescimento com equidade social, fazendo da desconcentração de renda uma poderosa alavanca de sua expansão econômica. A busca de maior equidade regional é não só compatível com seus objetivos em termos de competitividade, como pode ser um importante instrumento no sentido de alcançá-los. A ativação plena do potencial da ricadiversidade regional brasileira, hoje subexplorada, representa uma oportunidade para o Brasil ampliar sua capacidade competitiva e ocupar um novo papel no cenário internacional. É preciso fortalecer o compromisso com o reconhecimento das peculiaridades sociais e ambientais na promoção de políticas de desenvolvimento regional na região norte do País, levando em consideração a diversidade cultural e populacional. O mesmo se aplica à região nordeste, de modo a fortalecer a Sudene e o BNB como órgãos de formulação, financiamento do desenvolvimento e mobilização político-institucional da sociedade e do setor privado em prol da região.

5. Compromisso com a manutenção da política de conteúdo nacional e do regime de partilha na exploração do pré-sal;

6. Compromisso com a valorização do Trabalho, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, com o fortalecimento do mercado de trabalho e o contínuo combate à precarização.

7. Aprofundamento da Integração Regional da América Latina e Caribe, com investimento na integração energética, de infraestrutura (exemplo recente é a Ferrovia Transcontinental Bioceânica do acordo BrasilChina) e na criação de cadeias produtivas regionais (um exemplo exitoso é a integração produtiva da indústria de brinquedos no Mercosul, ou dos setores automotivo, de gás e petróleo financiados pelo FOCEM – Fundo do Mercosul)

8. Investir no avanço e consolidação dos novos instrumentos na arquitetura financeira mundial como Banco dos Brics, Banco do Sul, Banco Asiático de Desenvolvimento e Investimento da China.

RESOLUÇÃO 3

TERCEIRIZAÇÃO, FATOR PREVIDENCIÁRIO E DIREITOS DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores considera que um dos principais pilares do projeto de desenvolvimento com inclusão social foi e continuará sendo o fortalecimento do mercado de trabalho, o combate à precarização e a ampliação de direitos dos(as) trabalhadores(as). Assim sendo, o V Congresso Nacional do PT:

1- Uma das principais batalhas da conjuntura é a que está sendo travada contra o Projeto de Lei nº 4330, que expande a terceirização do trabalho para todas atividades econômicas, e se constituiu em um dos principais núcleos da política neoliberal. Sua aprovação definitiva representaria o mais rude golpe contra a classe trabalhadora desde a consolidação dos direitos trabalhistas em 1943. O V Congresso Nacional recomenda, assim, que os parlamentares petistas continuem seu trabalho de resistência contra essa medida, buscando unidade com representantes de outros partidos, para impedir a aprovação deste projeto de lei. Conclamamos ainda a presidenta Dilma Rousseff a assumir o papel de liderança na campanha contra a terceirização, como já tem agido, ao mesmo tempo em que recomendamos o veto presidencial caso o projeto de lei 4330 venha a ser acolhido pelo parlamento.

2- Sobre o Fator Previdenciário, o V Congresso Nacional defende que as mudanças ocorridas no âmbito de sua tramitação, aprovadas pela Câmara, não sejam vetadas, instalando-se de maneira imediata a Comissão Quadripartite com as Centrais Sindicais para discussão das regras de acesso à aposentadoria e os outros temas relativos à pauta previdenciária.

3- Finalmente, o V Congresso do PT conclama nosso governo a aprofundar o diálogo social com o movimento sindical brasileiro sobre os direitos dos(as) trabalhadores (as) e a pauta da classe trabalhadora.

RESOLUÇÃO 4

SOBRE ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIREÇÕES DO PT – PED

O PED COMO MÉTODO DE ESCOLHA DAS DIREÇÕES
PARTIDÁRIAS

O V Congresso Nacional do PT RESOLVE:

1. Tendo em vista o caráter de partido de massas do PT, manter o Processo das Eleições Diretas (PED) e aprimorá-lo, combatendo de forma enérgica os abusos identificados em eleições anteriores, desvinculando do direito ao voto o pagamento das contribuições financeiras do filiado ou filiada que não exerce cargo de dirigente, de confiança ou eletivo.

2. Realizar um Seminário Nacional, em até 90 dias, para encaminhar ao Diretório Nacional, propostas de reorganização partidária e ajustes necessários para melhorar o funcionamento das instâncias partidárias para ampliar a participação da base.

3. A CEN definirá os critérios de participação e a pauta detalhada para o seminário.

4. O rico conjunto de propostas relativas à organização partidária, debatidas e elaboradas nas etapas estaduais e municipais do 5º Congresso, será apresentado como material de subsídio para o Seminário.

RESOLUÇÃO 5

FORMAÇÃO POLÍTICA

O PT, em todas as suas instâncias, precisa atribuir à formação política maior relevância estratégica para a formulação e organização do Partido. Considerando urgente ampliar e fortalecer a formação política do PT, oferecendo-a, em larga escala, de forma presencial e on-line, para os nossos quadros dirigentes e para centenas de filiados e filiadas, inclusive os novos, através da Escola Nacional de Formação Política.

O V Congresso Nacional do PT, RESOLVE:

1. Convocar a Jornada Nacional para Dirigentes.
2. Realizar jornada voltada para candidatas e candidatos a vereador, prefeitos, deputados, governadores com base no modo petista de governar e legislar.
3. Realizar cursos temáticos para filiados e filiadas e novos filiados e filiadas não só em torno de grandes temas como capitalismo, socialismo, estado edemocracia, como também sobre o PT e a construção partidária. Em todos os momentos de formação do Partido a luta pela igualdade será conteúdo obrigatório na discussão.
4. Promover a integração e o trabalho coletivo entre a Secretaria Nacional de Formação, Secretaria Nacional de Movimentos Populares, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria Nacional de Organização e Secretaria de Comunicação nos processos formativos.
5. Concretizar os investimentos na política de formação previstos desde o 4º Congresso, ou seja, a Fundação Perseu Abramo e o Diretório Nacional investirão 10% das verbas originárias do Fundo Partidário visando tornar a Formação Política uma prioridade, de fato, no PT.
6. Será necessário, ainda, aperfeiçoar e fortalecer os processos de formação dos novos filiados, seja em nível municipal ou regional, a partir de trabalho conjunto com a SORG e Secretaria Nacional de Formação.

7. Desburocratizar a realização de plenárias de formação para novos filiados, incluindo as secretarias nacional e estaduais de formação política, a escola nacional de formação política, a FPA e os coletivos gestores da formação como incentivadores e apoiadores das instâncias municipais e zonais para que estas cumpram sua responsabilidade estatutária de convocar e realizar as plenárias de formação para novos filiados.

RESOLUÇÃO 6

SOBRE COMUNICAÇÃO: AMPLIAR A COMUNICAÇÃO DO PT, UMA NECESSIDADE QUE URGE

Em um País onde poucas famílias controlam os grandes canais de TVs, rádios e jornais e onde a legislação atual em nada ampara o direito do ofendido – vide o engavetamento do Projeto de Lei que garante o direito de resposta que se encontra com sua tramitação obstaculizada na Câmara dos Deputados – fazer comunicação de massa não é uma tarefa fácil.

Há um consenso entre todos os setores do Partido e até fora das nossas fronteiras que existe um cerco midiático-conservador sobre a nossa legenda e suas principais lideranças. Esse cerco tornou-se mais frequente nestes últimos tempos.

Há ainda um sentimento cristalizado de que o PT nesses 35 anos pouca atenção deu ao quesito comunicação. Essa desatenção fez com que o tema fosse na maioria dos diretórios estaduais e até no diretório nacional tratado como “coisa menor”, ou quando muito, meramente administrador do tempo semestral nos horários de propaganda no rádio e na televisão.

A negligência com o tema veio à tona nas manifestações de junho de 2013, quando fomos surpreendidos pela convocação massiva via redes sociais de grandes concentrações, somente aí o diretório nacional deu-se conta da importância das novas mídias.

Ao resolver apostar no fortalecimento da presença petista nas redes, ganhou o Partido importantes instrumentos de conexão e interatividade como conjunto de militantes e ativistas, bem como abriu uma janela de oportunidades nesse campo de disputa cada vez mais relevante.

Longe de querer exercitar a escolástica própria das forças de esquerda que, na ausência de propostas ou alternativas para o futuro, enveredam pelo teorismo de ocasião, apresentamos algumas propostas para o fortalecimento dos canais de comunicação existentes no Partido e vislum-

brando a criação de outros para que possamos disputar a narrativa do cotidiano da política e também municiar nossa base social, compostas de milhões de brasileiros brasileiros, com formas e meios capazes de fazer a disputa no dia a dia.

1. É imprescindível que todo diretório estadual e diretórios das capitais e de cidades acima de 100 mil eleitores estejam conectados em rede com o diretório nacional via mala de e-mails, Facebooks, Twitters, WhatsApps e Telegrams;

2. Que seja estipulado um prazo de 2 meses a partir do 5º Congresso para que os diretórios estaduais e diretórios das capitais atualizem as suas páginas na internet;

3. Estabelecer mecanismos para que em curto espaço de tempo os diretórios estaduais “criem” ou “entrem” em parceria com outros setores do campo progressista e elaborem um jornal impresso de no mínimo 4 páginas para ser distribuído em locais de grande concentração popular;

4. O diretório nacional, na medida de suas possibilidades, participaria na confecção desses semanários, disponibilizando os conteúdos de caráter nacional e auxiliando financeiramente os diretórios estaduais na produção. Esses semanários teriam distribuição gratuita;

5. Tornar a linguagem de nossa comunicação acessível aos mais jovens. É preciso disputar a juventude que se encontra a mercê da máquina de propaganda midiática, bem como da pasteurização das influências culturais externas;

6. Conquistar espaços na juventude para as pautas progressistas é fundamental para nossa sobrevivência como força política relevante. Assim, sem querer impor o “novo”, temos que criar conteúdos que estejam em comunhão com os anseios desse segmento;

7. Usar cada vez mais os espaços na propaganda no rádio e na TV para politizar e defender as pautas progressistas e a defesa do legado petista;

8. Colocar no ar, em breve espaço de tempo possível, a TV PT na web, assim como transmitir online e ao vivo todos os principais eventos partidários;

9. Criar um canal interativo com a militância, no qual a cada semana um dirigente possa responder aos questionamentos, ouvir sugestões e críticas sobre variados assuntos do momento;

10. Compreender que as redes sociais propiciam uma nova forma de interlocução com a sociedade petista e com o campo progressista. Essa forma é inédita, portanto, nunca experimentada. Esse é o caminho que devemos trilhar e investir pesadamente.

Investir nessas novas ferramentas de comunicação, buscando uma linguagem que nos conecte com a juventude e principalmente com os setores recém incluídos no mundo digital nos dará elementos para romper com o cerco midiático-conservador, já referido.

Nada do que estamos propondo terá viabilidade concreta se não superarmos a acomodação, o desânimo e a “mesmice” que vem crescendo assustadoramente no interior de nossas fileiras. Precisamos reverter essa dinâmica para junto com o povo brasileiro apontar perspectivas palpáveis para o futuro.

A luta pela afirmação das reivindicações das mulheres por mais inserção na vida política; a emergência dos negros com a reafirmação de nossa defesa contundente da política de cotas nas universidades, no serviço e nas carreiras públicas; o reconhecimento do papel dos povos indígenas e a conseqüente demarcação de suas terras; a luta contra a homofobia e o reconhecimento dos direitos do LGBTs; o reconhecimento de que a “guerra” às drogas não é o caminho para pôr fim ao morticínio, principalmente nas áreas periféricas; a valorização do emprego e a sua total formalização; o investimento maciço na educação e na saúde pública são as pautas que nos levarão ao encontro daquilo que sempre lutamos: uma sociedade brasileira mais justa e humana para todos.

Reatar nossos vínculos históricos com os artistas e intelectuais passa decisivamente pela afirmação dessas pautas progressistas.

Reconstruir as pontes entre o Partido dos Trabalhadores e o mundo da cultura por nós deveras negligenciadas reveste-se de uma importância jamais vista.

Por uma comunicação com a abrangência que necessitamos é o que temos buscado ao longo do último período. Ousemos coletivamente acertar!

(APROVADA, MAS SUJEITA A ADENDOS, POR ACORDO NA CEN/PT)

RESOLUÇÃO 7

O MODO PETISTA DE GOVERNAR E DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR NO SÉCULO XXI

A experiência dos governos petistas nas cidades e estados foi construída a partir de um rico e vigoroso processo de elaboração que alimentou e se alimentou da experiência em cada cidade e em cada estado, tendo como referência os valores do ideário socialista e a as linhas gerais de nosso programa para o Brasil. O Modo Petista de Governar se definiu em diferentes gerações de prefeituras governadas pelo PT e teve como linhas gerais políticas voltadas à garantia de direitos a partir da inversão de prioridades, o desenvolvimento econômico articulado ao desenvolvimento social e urbano ou rural. Tais políticas foram desenvolvidas com ampliação do controle e da participação social e processos voltados a transformar a gestão pública visando torná-la mais democrática, eficiente e ética. As reflexões mais recentes resultaram na perspectiva de articulação entre as políticas nacionais que estruturam nosso projeto nacional, levadas a efeito pelos governos Lula e Dilma, e o impulso ao desenvolvimento local e regional.

O V Congresso Nacional do PT RESOLVE:

1. Estimular nossos(as) prefeitos(as), governadores(as) a assumirem a liderança dos projetos locais como parte de nosso projeto nacional, fortalecendo a condição de lideranças regionais visando integrar políticas e soluções nacionais e locais, ampliando, desta maneira, o horizonte de planejamento, se utilizando para isso de instrumentos institucionais como os consórcios.
2. Estimular nossos gestores públicos em todos os níveis a desenvolver um modelo de implementação de políticas públicas em que a participação social seja parte integrante de sua concepção e desenho, monitoramento e avaliação, de modo a que ela seja, de fato, método de governo.

3. Estimular nossos (as) gestores (as) públicos (as) a elaborarem propostas de remoção das travas à ação estatal e à implantação de arranjos que viabilizem a execução e o aprimoramento das políticas para a garantia de direitos, a promoção da inclusão social e a redução da desigualdade.

4. Fortalecer as Secretarias de Assuntos Institucionais dos diretórios estaduais e municipais, sob a liderança da SNAI, para uma ação firme e contínua da direção nacional no sentido da apropriação e socialização dessa reflexão, proporcionando a troca de experiências e a elaboração coletiva.

5. No mesmo sentido, o Modo Petista de Atuação Parlamentar deve ser discutido a partir da elaboração partidária. Nossos (as) vereadores (as) são os porta-vozes de nossas políticas em cada lugar do País e devemos integrá-los aos espaços de articulação e formulação partidária.

(APROVADA, MAS SUJEITA A ADENDOS, POR ACORDO NA CEN/PT)

RESOLUÇÃO 8

TÁTICA ELEITORAL E ELEIÇÕES 2016

Tendo em vista a realização das eleições municipais de 2016, nas quais o PT terá como objetivo, manter as prefeituras que governa e ampliar o número de prefeitos e prefeitas, bem como de vereadores e vereadoras;

Tendo em vista também que é necessário debater a política de alianças e a tática eleitoral, para aprofundar as principais linhas do modo petista de governar/legislar;

Considerando ainda as diferentes realidades regionais e municipais, que exigem uma reflexão para a tomada de decisões eleitorais;

O V Congresso Nacional do PT RESOLVE:

1. Orientar os Diretórios Municipais e Zonais a promover diagnósticos sobre a correlação de forças locais, sobre os partidos existentes no município, avaliação local e estadual dos nossos governos e dos governos que compomos.

2. Orientar os diretórios a iniciarem, junto com os setores organizados da população, levantamento sobre as demandas, necessidades e possibilidades das questões locais.

3. Orientar a criação dos GTEs Estaduais e Municipais, sob orientação do Diretório Nacional.

4. Convocar para o próximo semestre uma reunião ampliada do Diretório Nacional com os Presidentes dos Diretórios Estaduais do PT e os Coordenadores Estaduais do GTE com a finalidade de definir a política de alianças, de formular um novo formato de campanha, bem como consolidar uma proposta de atualização do Modo Petista de Governar e Legislar.

RESOLUÇÃO 9

SOBRE RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Por estarem em harmonia com as diretrizes programáticas do Partido dos Trabalhadores, o V Congresso resolve incorporar as Conclusões e Recomendações constantes do capítulo 18 da Comissão Nacional da Verdade, entre as quais se encontram a extinção da Justiça Militar, a desmilitarização das polícias, o reconhecimento pelas Forças Armadas de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985), a proibição da realização de atos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964, a revogação da Lei de Segurança Nacional.

São ao todo 4 conclusões e 29 recomendações que o PT encampa, com o objetivo de contribuir para que o relatório da Comissão tenha maior impacto, no curto prazo, na formulação de políticas públicas do Estado Brasileiro.

RESOLUÇÃO 10

UM PARTIDO QUE LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

O PT liderou entre 2003 e 2014 as maiores e mais importantes iniciativas no combate à corrupção na história brasileira.

Ações exitosas como as elencadas abaixo:

1. Criação, em janeiro de 2003, da Controladoria Geral da União, institucionalizando em nível ministerial a fiscalização sistemática sobre a aplicação de recursos federais;

2. Adoção do pregão eletrônico como regra, reduzindo a possibilidade de fraudes em licitações;

3. Criação do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspeitas, excluindo dos contratos públicos fornecedores que cometeram ilícitos;

4. Monitoramento pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) de movimentações atípicas envolvendo agentes públicos;

5. Fortalecimento através da legislação de apoio ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o que intensificou a atuação no combate aos cartéis;

6. Criação do Portal da Transparência, que recebe mais de 1 milhão de consultas por mês e que foi considerado pela ONU uma das cinco melhores práticas de combate à corrupção em todo o mundo;

7. Aprovação da Lei de Acesso à Informação, que colocou o Brasil entre os países que praticam os mais avançados princípios de governança;

8. Edição do Decreto 5.497/2005 que reservou para servidores concursados 50% dos cargos no nível DAS-4 e 75% nos níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3, que antes eram de nomeação totalmente livre;

9. Respeito ao princípio constitucional da autonomia do Ministério Público, nomeando para o cargo de Procurador-Geral da República o

mais votado nas eleições da Associação Nacional do Ministério Público (e não um “engavetador geral”, como nos tempos do PSDB, que arquivou 217 inquéritos criminais envolvendo autoridades e engavetou outros 242, de um total de 626 denúncias recebidas);

10. Criação, no âmbito da Polícia Federal, das delegacias especializadas no combate à corrupção e desvio de recursos públicos, que já são 17 em todo o País;

11. O Congresso Nacional aprovou, nesse período, a Lei que regulamenta o conflito de interesses no Executivo Federal, coibindo condutas abusivas de servidores;

12. Aprovação da Lei Anticorrupção, que estabelece penas para empresas corruptoras;

13. Aprovação da nova Lei contra organizações criminosas;

Mais recentemente, a presidenta Dilma sintetizou e apresentou ao parlamento cinco novas propostas que buscam cercar a impunidade dos corruptos no Brasil:

14. Projeto de Lei que pune enriquecimento ilícito de servidores;

15. Projeto que institui a ação de perda de bens obtidos ilegalmente;

16. A extensão do critério da Ficha Limpa às nomeações para cargos de confiança nos três Poderes;

17. Projeto que criminaliza a prática de caixa dois nas eleições, todos com pedido de urgência constitucional.

O V Congresso do PT RESOLVE:

1. Realizar uma ampla campanha de comunicação, massificada junto à sociedade brasileira, sobre nossas realizações no amplo combate à corrupção.

2. Criar um núcleo de juristas progressistas, de composição plural, capaz de liderar uma reflexão sobre os caminhos da Justiça brasileira sobre a criminalização da política, dos partidos, dos movimentos sociais, e a questão da democracia.

3. Combater a raiz da corrupção, que é a “privatização” do Estado, não apenas de empresas ou serviços, mas da sobreposição do interesse privado sobre o interesse público. Nesse sentido, além das medidas jurídicas de combate à impunidade e de transparência implementadas

pelos governos do PT, é essencial aprofundar a participação e o controle social da gestão do Estado, em todos os níveis. Quanto mais transparência, quanto mais democracia, quanto mais participação da sociedade e controle social na gestão do Estado, menor é a prevalência dos interesses privados sobre a coisa pública, menor é a ação corruptora dos representantes dos interesses privados sobre os gestores e dirigentes públicos.

RESOLUÇÃO 11

CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

O V Congresso do PT reafirma sua posição contrária à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, aprovada na CCJ Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Esta questão social é um problema de política e não de polícia, resultado de um Estado marcado por injustiças sociais, de uma juventude sem acesso pleno à educação, saúde, saneamento, transporte. O jovem é na verdade a principal vítima e não produtor da violência.

Somos a quarta maior população carcerária do mundo, com ampla superlotação, e falta de políticas de reintegração dos detentos na sociedade. Temos também o vergonhoso 4º lugar no pódio de países com maior mortalidade da juventude por causa externa, índice maior do que os países que estão em conflito armado. Para combatermos esse retrocesso puxado por setores conservadores da mídia e da sociedade, o V Congresso Nacional do PT RESOLVE:

1. Garantir em nossos programas de governo políticas públicas relacionadas à educação, cultura, saúde, lazer, educação, com trato específico para jovens da periferia, como ações preventivas capazes de afastar os(as) jovens de opções arriscadas e atos de infração.

2. Realizar campanha contra qualquer projeto que proponha a redução da maioridade penal e sujeite a Juventude Brasileira às mesmas penas e condições de não jovens que adentram o sistema prisional.

3. Promover Seminário Internacional sobre a maioridade penal no mundo, já que nenhum dos 54 países que reduziram a maioridade penal obteve a diminuição dos índices de violência, países como Espanha e Alemanha que reduziram a maioridade penal, posterior-

mente voltaram atrás na decisão, e atualmente 70% dos países do mundo adotam a maioria penal de 18 anos.

(SUJEITA A ADENDOS, POR ACORDO NA CEN/PT)

RESOLUÇÃO 12

POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE AS DROGA

O Partido dos Trabalhadores apresenta como necessária a formulação de uma nova política sobre drogas no Brasil. A superação da política de guerra às drogas, falida em todo o mundo, e de encarceramento em massa, é de suma importância para reduzirmos a violência, principalmente nas favelas e periferias, e garantirmos a reinserção real dos que cometeram algum tipo de delito.

Aliada a uma política de prevenção ao abuso do uso de álcool, tabaco e outras drogas e ao tratamento a dependentes químicos, formular uma nova política de drogas que descriminalize os usuários. A regulação ajudaria a esvaziar o mercado e diminuir a violência na sociedade brasileira. É preciso construir alternativas a essa política de drogas proibicionista, com um amplo debate sobre o tema.

Uma em cada quatro pessoas está encarcerada no País por ligação com o tráfico de drogas, o que é um desastre social. A verdade é que precisamos falar sobre drogas, dialogar com a sociedade e construir uma nova política sobre o tema no País.

RESOLVE:

1. Promover através da Secretaria Nacional de Juventude do PT Seminário para avançar no amplo diálogo com a sociedade e com os especialistas da pauta, pautando a aprovação do marco legal que descriminaliza os usuários de drogas, a garantia do uso medicinal e recreativo, e a proibição da publicidade de drogas lícitas;

2. Se posicionar contra ao PL que tramita na Câmara dos Deputados, PLC 37/2013 (antigo PL7663/2010), que reformula negativamente o Sistema Nacional de Política de Drogas. A proposta prevê a interna-

ção compulsória dos dependentes químicos, não distingue o usuário do traficante e estabelece o aumento da pena mínima para traficantes, que iria de 5 para 8 anos de cadeia, e proíbe a descriminalização de qualquer substância, mesmo que para uso medicinal.

3. Dialogar com o governo federal para a implementação do programa nacional de combate à dependência química, voltado para recuperação de jovens usuários de crack e outras drogas, com destaque a promoção da cidadania nos moldes do Programa de Braços Abertos implementado pela Prefeitura de São Paulo, e Casa Viva implementado no Rio de Janeiro.

4. Lutar pela promoção da política de prevenção e de implantação de centros públicos de recuperação e tratamento de dependentes químicos, reconhecendo os diversos tipos de drogas, com atendimento multidisciplinar para a redução de danos.

(APROVADA, MAS SUJEITA A ADENDOS, POR ACORDO NA CEN/PT)

RESOLUÇÃO 13

CONTRA O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA

EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE E OFIM DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA

O PT, em todas as suas instâncias, precisa debater os altos índices de extermínio da juventude no País em especial da juventude negra e da periferia.

Apesar de todas os avanços democráticos e dos 12 anos de governos progressistas, o Brasil convive ainda hoje com um instrumento autoritário chamado “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte”, que vem legitimando o assassinato de milhares de jovens pobres da periferia, sobretudo negros.

Na prática, o auto de resistência funciona para acobertar execuções cometidas por agentes do Estado, que resultam na morte de suspeitos e raramente é apurado o que de fato ocorreu.

O V Congresso Nacional do PT RESOLVE:

1. Convocar uma ampla mobilização Nacional dos setores progressistas pela aprovação do PL4471/12 (Fim dos Autos de Resistência);

2. Fortalecer o Plano Juventude Viva Plano de Prevenção à Violência e Defesa da vida da Juventude Negra que atua na articulação e direcionamento de programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia, além de criar oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude;

3. Promover a integração entre a bancada federal e os governos estaduais do PT para um amplo trabalho de mobilização e aprovação do Fim dos Autos de Resistência nos estados.

4. Em conjunto com as organizações de defesa de direitos humanos e movimentos sociais, o PT vai intensificar o diálogo com o governo federal para que coloque como prioridade urgente a votação e aprovação do Projeto de Lei 4471/12, que desde 2012 tramita na Câmara dos Deputados. Este é o projeto que visa acabar com os autos de resistência e por consequência a diminuição das mortes perpetradas por agentes do Estado.

5. Conclamar todos os dirigentes, militantes e os jovens petistas a se unirem com a diversidade dos movimentos bem como orientar todos (as) os deputados e deputadas do PT para lutarem pela aprovação do PL4471/2012 que tramita no Congresso Nacional.

(APROVADA, MAS SUJEITA A ADENDOS, POR ACORDO NA CEN/PT)

RESOLUÇÃO 14

SOBRE FINANÇAS PARTIDÁRIAS

O V CONGRESSO do PT conclama toda a militância, em especial as nossas Bancadas na Câmara e no Senado, a continuarem se empenhando para barrar a inclusão, na Constituição Federal, do nefasto financiamento empresarial para os partidos políticos. Aprovado em primeira votação graças a um golpe regimental – e um atentado à própria Constituição – que tem sido reportado na mídia e contestado no STF, o financiamento empresarial, além de favorecer a influência do poder econômico nas eleições, renova na base os circuitos da corrupção no Brasil.

Ao mesmo tempo que continuaremos a lutar pelo financiamento público exclusivo e pelo fim do financiamento empresarial, decidimos que os diretórios do PT não mais receberão doações de empresas privadas para manter nossas atividades.

A mesma decisão remeteu para o V Congresso referendar, detalhar o alcance e regulamentar o que coubesse. Entretanto, à medida que as votações da contrarreforma eleitoral em curso ainda não se encerraram, os(as) delegados (as) ao V Congresso mandatam o Diretório Nacional para dirimir em definitivo esta questão.

(APROVADA, MAS SUJEITA A MUDANÇAS, POR TER SIDO
REMETIDA PELO PLENÁRIO DO CONGRESSO AO DN/PT)

RESOLUÇÃO 15

RESOLUÇÃO EDUCAÇÃO: BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

1. O direito à educação como condição de acesso à cultura, como uma das condições do exercício pleno da cidadania e da realização do trabalho produtivo, alcança uma dimensão mais complexa em nossa época e, em particular no Brasil, que transformou o paradigma em relação ao desenvolvimento. Em verdade, nosso governo recolocou a ideia de desenvolvimento e mais que isso demonstrou que o seu foco é o povo brasileiro com ênfase na garantia de direitos aos mais pobres.

2. A abertura de um novo ciclo de desenvolvimento marcado por novos padrões de crescimento, distribuição, produção de ciência e tecnologia, acesso às condições de produção do conhecimento e planejamento integrado por parte do Estado são condições interdependentes para que o Brasil se torne uma Pátria Educadora.

3. O Partido dos Trabalhadores aponta a necessidade de que o acesso à cultura e à tecnologia, por meio da educação básica e superior, se torne um desafio voltado à transformação dos referenciais de sociabilidade, liberdade, inclusão, justiça social e democracia para os trabalhadores.

4. Isso significa a superação na sociedade brasileira das concepções de natureza ou influência marcadamente neoliberal que prefiguram a educação básica como um celeiro de talentos, reproduzindo as políticas que concebem uma educação pobre para os pobres e que, por sua condição homogeneizadora e prescritiva, subtrai da escola o papel de criação, construção e difusão de conhecimentos em todos os campos.

5. A universalização da educação, a conquista da qualidade social para todos e a democratização da gestão educacional, em todos os níveis, não resultam de ações de premiação de professores, gestores e unidades educacionais que só fazem apartar os órgãos responsáveis pela educa-

ção das unidades educacionais e escamotear os verdadeiros e complexos problemas, que envolvem concepções, gestão e financiamento da educação no Brasil.

6. O PT reafirma sua convicção de que é por meio de políticas construídas com a sociedade, a partir da mais ampla participação em processos democráticos, e da consolidação de políticas e práticas de cooperação e colaboração entre os entes federados, no âmbito do Sistema Nacional de Educação, que será possível transformar a educação brasileira e torná-la uma prioridade na sociedade.

7. O PT reafirma, por isso, seu compromisso com as Conferências Nacionais de Educação (Conae) e com a concretização no Brasil do Plano Nacional de Educação (PNE), contribuindo com a formulação de políticas e propostas elaboradas em suas instâncias junto aos movimentos sociais, no parlamento e nos governos em que está à frente.

8. A partir dessas orientações, a Pátria Educadora deve ser materializada a partir de 13 pontos:

1. Investir no presente e no futuro das crianças: proteção e educação em tempo integral.

Universalizar a educação infantil para crianças de 4 e 5 anos até 2016, conforme EC 59 e expansão do atendimento em creches;

2. Educação da Juventude: garantia do acesso e permanência no ensino médio de maior qualidade, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. Acesso e permanência à educação profissional de qualidade;
3. Qualidade Social, Inclusão e equidade na Educação.

Fortalecer o investimento na realização de atividades culturais e esportivas nas escolas, bem como em experiências que permitam a investigação e o desenvolvimento do espírito científico em todas as unidades educacionais do País. Investir, em colaboração com os Estados e Municípios, em gestão e mediação pedagógica visando contribuir para a condução dos processos de reorientação e desenvolvimento curricular voltado à inclusão de todos, à garantia de aprendizagem e cidadania, levando-se em conta todas as dimensões do desenvolvimento das crianças, jovens e adultos. Ampliar a política de inclusão com atendimento especializado. Aperfeiçoar as políticas de educação do campo, indígena e quilombola; apoiar as redes de ensino no combate e na superação de todas as formas

de violência nas unidades educacionais; Instituir o Sistema Nacional de Avaliação da educação Básica em lei (artigo 11) Instituir a Mesa Nacional de Negociação para a valorização dos profissionais da Educação;

4. Ampliação dos investimentos na valorização – formação, remuneração e carreira profissional dos trabalhadores da Educação;
5. Instituição e execução de Políticas afirmativas que valorizem a diversidade;
6. Ampliação e qualificação do Ensino Superior. Expandir as vagas e aprofundar a interiorização da rede federal de ensino superior. Promover a Qualidade do Ensino Superior, articulando a Regulação e Avaliação no âmbito do Sinaes;
7. Ampliação dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento e soberania do País;
8. Democratização, fortalecimento e qualificação da gestão educacional;
9. Educação para a vida sem violência;
10. Educação de Jovens e Adultos para a superação do analfabetismo e analfabetismo funcional;
11. Educação no Campo, Quilombola, Indígena, Ribeirinha e da Floresta;
12. Acelerar o incremento do investimento público em educação de modo a ultrapassar o patamar de 7% previsto no primeiro quadriênio do PNE. Utilizar os recursos oriundos do Fundo Social do pré-sal e dos royalties de petróleo e gás natural para sustentar ação supletiva da União com base na fixação do custo aluno qualidade correspondente ao padrão nacional de oportunidades educacionais segundo pactuação efetivada instância interfederativa tripartite;
13. Sistema Nacional de Educação.
Definir as instâncias de normatização vinculante e deliberação interfederativa tripartite sobre as normas de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Instituir em lei as instâncias de planejamento, gestão, pactuação, avaliação, controle e participação democrática constitutivas do sistema nacional de educação.

RESOLUÇÃO 16

POLÍTICAS DE IGUALDADE PARA MULHERES

O V Congresso fortalece o aprofundamento das políticas de igualdade para as mulheres, para avançar na construção de um novo equilíbrio entre produção e reprodução, apontando para a superação da divisão sexual do trabalho, do racismo e que, portanto, contribuam para romper com as dicotomias entre público e privado.

Isso é uma base fundamental para avançar no combate a todas formas de violência contra as mulheres e para o reconhecimento da autonomia em relação ao seu corpo e sexualidade e que, portanto, enfrente a criminalização do aborto, a lesbofobia e as práticas machistas na sexualidade.

Avançar na igualdade de participação das mulheres nos espaços de decisão e poder será base fundamental para a construção feminista de um Estado Solidário.

Estabelece que em todos os momentos de formação do Partido a luta pela igualdade, incluindo a paridade, seja conteúdo obrigatório na grade curricular e na discussão.

RESOLUÇÃO 17

SEGURANÇA PÚBLICA

Os 12 anos de governo democrático e popular trouxeram avanços importantes para as políticas de segurança pública. Nunca se desenvolveram tantos organismos e mecanismos de combate à corrupção e ao crime organizado, assim como de recuperação de ativos, mesmo no exterior. Outra conquista é o Estatuto do Desarmamento e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, implementado durante o segundo governo Lula, com o aporte de mais de 5 bilhões de reais em ações de prevenção, repressão qualificada e formação dos policiais e a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que juntos deram forma a um novo paradigma para a redução da violência na democracia. E ainda merece ser citada a atenção à segurança viária, política implementada, por exemplo, através do PARADA. Precisamos, contudo, retomar as propostas construídas, com intensa participação da sociedade civil, no Plano Nacional de Segurança Pública de 2001, e no Programa Segurança Para o Brasil, apresentado na eleição presidencial de 2002. A eles devemos agregar a experiência maturada durante esse importante período a frente do governo federal. Neste sentido são bandeiras fundamentais:

1- Modernização da Investigação

Acabar com a investigação cartorial assentada sobre o ineficaz inquérito policial, pois além de ser obsoleta, ela traz de forma latente as figuras inquisitoriais do indiciamento e da intimação para depor em unidade policial, extremamente atentatórias aos direitos individuais do cidadão. Como contraponto, implementar um modelo de investigação contemporâneo, conforme as polícias investigativas de países democráticos, que utilizam de metodologia científica para a produção do conhecimento, mecanismo que reduz a dependência das oitivas em sede policial, bem como da busca da confissão por meio de interrogatórios. A herança ideológica e instrumental

das polícias, na maioria das vezes, as transformam em polícias políticas que perseguem os partidos e as organizações vinculados às causas populares e progressistas, com o discurso público do combate à corrupção.

2- Carreira Única

Reformar as carreiras das diferentes polícias garantindo a entrada única e a possibilidade de progressão até o nível mais alto da hierarquia. A existência de duplicidade de carreiras, com estatura distinta nas diversas instituições policiais, é reconhecidamente causadora de graves conflitos internos e ineficiências. É preciso registrar que essa medida não é incompatível com o princípio hierárquico ou com o estabelecimento de gradação interna à carreira, que permita a ascensão do profissional (adaptado do texto da PEC 51).

3- Desmilitarização

O ideário militar de combate ao inimigo é virtualmente impossível de ser conciliado com a aspiração de uma polícia cidadã, garantidora de direitos e imbuída na missão de servir e proteger. As polícias devem ser defensoras do conjunto da sociedade, e não da parte privilegiada desta. Mais do que romper com o modelo militarizado, deve-se retirar a previsão existente das PMs enquanto forças auxiliares e reserva do Exército. É preciso promover a compreensão de que a manutenção das Forças Armadas como superiores hierárquicas do policiamento ostensivo representa uma herança autoritária. Neste tema, é um retrocesso o aumento de competências das Forças Armadas na Segurança Pública promovidos pelas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Como todas as democracias desenvolvidas, precisamos valorizar nossas polícias e não retroceder ao militarismo.

4- Ciclo Completo de Polícia

A concentração das atividades ostensivas e investigativas, prevenção e repressão, em uma mesma força, notadamente nas atuais polícias ostensivas (ainda militares), trará enorme impacto positivo nos índices de elucidação de delitos. Este modelo possibilitará que sejam levados diretamente às barras da Justiça os autores de crimes ordinários, ao passo que desafogará as polícias investigativas (civis) para se especializarem em crimes de maior complexidade e gravi-

dade, como assassinatos, sequestros e combate às organizações criminosas. Paralelamente, devemos fortalecer a integração das Polícias Cíveis e Militares e do controle externo dos órgãos policiais por meio de Ouvidorias autônomas, o fim dos tribunais militares, a criação de corregedoria única, externa e independente e o estabelecimento de meios de participação comunitária e controle social.

5- Formação e Profissionalização da Gestão

A formação policial tem um papel estratégico. É por meio dela que podemos superar a herança autoritária e construir uma concepção de policiamento e de polícia adequados para os padrões democráticos, estimulando a formação de lideranças, o engajamento para a construção de uma cultura de paz, e com as habilidades necessárias para a criação de vínculos com as comunidades e as redes de serviços sociais. Também se deve promover a produção de conhecimento e, sobretudo, a formulação de indicadores de desempenho da atividade policial e de mecanismos para sua divulgação interna e externamente.

6- Ações Preventivas

O enfoque preventivo precisa ser defendido e demonstrado como principal caminho para a redução da violência. Precisamos retomar com prioridade a política de controle e entrega voluntária de armas de fogo, estruturar e fortalecer políticas territorializadas integradas de proteção e prevenção à violência em relação a crianças e adolescentes, fortalecer as Guardas Municipais para a gestão dessas políticas preventivas, em parceria com os municípios.

7- Modernização do Sistema Carcerário

É inadmissível que, depois de 12 anos de governos de esquerda, o sistema carcerário brasileiro permaneça com padrões medievais de tratamento da população carcerária, dando margem ao domínio por parte de facções criminosas e a práticas cotidianas de violência contra os presos. É preciso reverter a lógica de encarceramento em massa, através da estruturação de políticas verdadeiramente qualificadas de alternativas à prisão e a construção de uma rede de programas sociais consistente para os egressos do sistema prisional.

8- Diversidade Sociocultural

É urgente a criação de incentivos à participação das mulheres e negros(as) nas instituições policiais e mecanismos que garantam a sua presença nos espaços de decisão das instituições, bem como a sua chegada aos níveis mais elevados das carreiras.

9- Direitos Humanos e Segurança Pública

Precisamos superar o pesado fardo da Ditadura Militar, que nos legou um sistema de Segurança Pública sem transparência, sem participação social e orientado para práticas reativas de policiamento, isso sem falar das absurdas taxas de letalidade policial, os abusos e a tortura praticados pela polícia. Precisamos superar o falso antagonismo entre Direitos Humanos e Segurança Pública, criado pela Doutrina de Segurança Nacional. Na democracia, um não existe sem o outro.

10- Nova Política Antidrogas

É preciso repensar a política de drogas do Brasil. A Guerra às Drogas é a responsável pelo maior extermínio de vidas na América Latina, desde a colonização europeia. Manter a atual política só interessa aos que lucram dinheiro e votos fomentando o medo e o ódio. Este debate precisa ser feito sem preconceitos morais ou religiosos, mas com a estruturação de estratégias eficazes em educação sobre o tema, para efetivamente empoderar os adolescentes com informações; políticas de cultura, esporte e lazer para a juventude, e políticas de saúde mental para aqueles que precisarem de apoio do Estado. Para retomar a iniciativa nesta área é preciso atuar com um foco prioritário e urgente na redução de homicídios, via a constituição de um pacto nacional que reúna os três entes federativos, o empresariado democrático, as igrejas e os movimentos sociais, em torno de propostas concretas para a melhoria da elucidação e responsabilização criminal dos homicídios e de prevenção à violência nas áreas de maior vitimização.

11- Integração e Articulação Institucional.

Cabe avançar na integração sistêmica (federal, estaduais e distrital, e municipal) da segurança pública, como já reiterado pelo governo federal, desde o primeiro mandato do presidente Lula até o

presente momento pela presidente Dilma. É necessário compartilhar tecnologias, informações e procedimentos de maneira a potencializar as interseções dessas diferentes organizações.

12- Seminário Nacional

Ante o conjunto de medidas apresentadas acima, propomos que o PT convoque um Encontro Nacional Específico sobre este tema, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, com a participação de especialistas, intelectuais, ativistas e profissionais da área, para construir um projeto profundo para a Segurança Pública do Brasil, com base nas propostas aqui defendidas.

RESOLUÇÃO 18

MEIO AMBIENTE

O V Congresso do Partido dos Trabalhadores reafirma a concepção de sociedade futura pela qual luta como uma sociedade socialista, democrática e sustentável, fruto da ação de homens e mulheres livres da exploração e de todas as formas de opressão, vivendo em relação amigável com a natureza, da qual se reconhece parte.

Compreende que a luta para se construir a sociedade socialista, democrática e sustentável é longa, exige revoluções políticas, econômicas e culturais que possibilitem transformar a realidade econômica, a estrutura de poder político que lhe sustenta e o paradigma produtivista que lhe dá suporte ideológico.

Reconhece que uma mudança desta grandeza, em escala global, não ocorrerá por mero determinismo econômico, fruto das contradições intrínsecas do capitalismo, mas poderá ser construída pelo protagonismo político e cultural da classe trabalhadora e da cidadania global.

Identifica na realidade histórica do primeiro quarto de século XXI duas tendências avassaladoras: a) a financeirização global da economia que estabeleceu um novo patamar de exploração do trabalho, da expropriação da riqueza, e da concentração de renda e patrimônio jamais vista na história da humanidade; e b) a apropriação e mercantilização dos bens comuns, dos ecossistemas naturais, em processo de degradação incompatível com sua capacidade de regeneração; e a alteração das condições ambientais em escala global, que coloca em risco a reprodução da vida no planeta.

Não obstante o crescimento exponencial da produtividade do trabalho que possibilitou a geração de bens e serviços suficientes para satisfazer as necessidades humanas básicas de toda a humanidade, apenas

uma parcela da classe trabalhadora e da população mundial obtiveram melhorias sensíveis em suas condições de vida; enquanto a maioria da humanidade vive em condições precárias de trabalho e de sobrevivência.

Mais estarrecedor ainda é constatar que as determinações deste avanço tecnológico, desta forma de produzir e consumir mesmo com a exclusão da maioria da humanidade do bem-estar social, conduziu a um impasse global cuja expressão mais nítida são as mudanças climáticas que ameaçam não apenas o atual modo de vida humana, mas até mesmo a capacidade de sobrevivência de todas as formas de vida do planeta. Ou seja: exclusão da maioria da humanidade dos benefícios sociais e inclusão de todos e todas nos riscos ambientais.

A classe trabalhadora como um todo, povos e nações que não fizeram a revolução industrial e não são protagonistas da atual revolução tecnológica se tornaram reféns de megacorporações financeiras que sofisticaram suas formas de apropriação do excedente criado pelo trabalho de toda a humanidade e usam do poder político e militar de potências nucleares para sustentarem essa ordem mundial.

Acabou-se a utopia do bem-estar social para todos e todas durante o capitalismo e firmou-se a ideologia justificadora da fuga para o futuro de uma minoria deixando para trás a maioria da humanidade vítima da exclusão do sistema capitalista e sua exposição aos eventos violentos das mudanças climáticas.

Enfrentar essa dupla realidade da superexploração do capital em sua fase de financeirização global e da exposição da humanidade aos riscos ambientais exige a combinação da luta pela realização futura da sociedade socialista democrática e sustentável com a luta presente contra a exclusão social e a apropriação desigual do produto do trabalho humano e a luta contra os graves danos ao meio ambiente que expõe a riscos imediatos bilhões de seres humanos e variadas espécies sobre a terra.

Para o PT que define seu horizonte utópico como sociedade socialista, democrática e sustentável, é necessário fazer uma verdadeira revolução cultural para adequar os objetivos imediatos aos objetivos futuros, sob pena de se perder ao meio do caminho, no pragmatismo, nas veleidades do jogo de poder político, nas dimensões imediatas da luta de classe, e o que é pior, na gestão descomprometida deste atual modelo de desenvolvimento desigual e insustentável.

Trata-se não apenas de adequar objetivos imediatos aos objetivos futuros, mas também de adotar meios adequados aos objetivos; de exercitar métodos que possibilitem a conscientização dos seus militantes, filiados e eleitores, e também de toda a classe trabalhadora e da população em geral, para que tenham efeitos verdadeiramente revolucionários.

Essa revolução cultural num partido de massa e de militantes como o PT, é fundamental para se sair da crise atual, identificada com o esgotamento de um modo de fazer política e com um projeto progressista limitado para se transformar a realidade social. Há que se pensar em novas diretrizes estratégicas que definam um novo modo de ser e agir do Partido e se reformatar o projeto para o Brasil.

1. Um novo paradigma cultural

Um novo paradigma cultural para orientar suas atividades internas e sua participação na luta de classes, ideológica, política e ambiental é exigência imediata. Trata-se de promover uma revolução cultural para se negar o paradigma produtivista, antropocêntrico, androcêntrico e patriarcalista, centralizador de poder e desconhecedor das diferenças; e afirmar o novo paradigma sustentabilista, holístico, baseado na ética do respeito aos direitos das gerações futuras, e às diferentes expressões sociais, culturais, sexuais; anunciador de um novo modo de vida, produção e consumo sustentáveis.

2. Uma estratégia de transformação que associe ações via Estado e ações via sociedade

Uma estratégia que reconheça a predominância das mais variadas formas de organização e luta da classe trabalhadora e da cidadania, capazes de constituir um poder popular que poderá se associar a ações por dentro e via Estado, na estratégia transformadora.

3. Um programa de transição

A defesa programática de algumas medidas de transição capazes de promover transformações reais, ainda que parciais, que possam acumular forças para se garantir avanços e evitar, danos irreversíveis e estabelecer as bases de um novo modo de vida, de produção e consumo.

Medidas que facilitem o enfrentamento da crise social e econômica e resultem em empoderamento da classe trabalhadora e da sociedade civil:

a) redução progressiva da jornada de trabalho, de tal forma que homens e mulheres possam dentro de uma geração ter uma carga menor de trabalho heterônimo (trabalho necessário para sua sustentação) e uma carga maior de trabalho autônomo (de livre escolha, não obrigatório) possibilitando-lhes maior tempo para realização de suas necessidades culturais e espirituais.

b) reconhecimento de poder autônomo de iniciativas populares, em atividades econômicas, gestão territorial, em produção cultural; uso dos recursos públicos etc., sempre que possível com o apoio do Estado com políticas redistributivas de renda, particularmente dos fundos públicos.

c) adoção crescente de métodos de consulta e decisão da democracia direta.

Políticas ambientais que reduzam os danos deste modo de produzir e consumir dominante, reduzam os riscos ambientais diante das mudanças climáticas e facilitem a preservação dos ecossistemas naturais e da diversidade biológica:

a) acesso universal aos bens comuns da humanidade – água, terra, energia e radiações solares, florestas, biodiversidade e patrimônio genético, os serviços ambientais dos ecossistemas naturais – cujo uso, gestão e proteção não poderão ser transformados em mercadorias e submetidas à lógica de reprodução do capital.

b) redução das emissões de gases do efeito estufa, estabelecendo metas de médio e longo prazos para se evitar que o aumento da temperatura média da terra superior a 2 graus centígrados;

c) desmatamento zero da Amazônia, como forma de defesa dos seus ecossistemas, da floresta e de seu manancial hídrico e de suas espécies;

d) gestão nacional das Áreas Protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Territórios Quilombolas etc.) e das Áreas de Proteção Permanente e Reservas Legais – que não apenas respeitem os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, mas que assegure sua participação na gestão e lhes garanta benefícios de eventual comer-

cialização dos produtos; e no segundo caso com o envolvimento dos proprietários de terras;

e) uma nova visão sobre a gestão urbana, que exigirá uma verdadeira revolução administrativa e cultural, partindo do conceito que se trata de ecossistemas artificiais sobrepostos a ecossistemas naturais, alguns casos como as grandes metrópoles, sob forte saturação, expondo boa parte da população aos efeitos danosos da poluição, das enchentes, dos deslizamentos de terras, além do trânsito caótico e condições precárias de mobilidade; e ainda o destino adequado dos resíduos sólidos

O PRESSUPOSTO NECESSÁRIO: REVOLUÇÃO CULTURAL E AMBIENTAL NO PT

O PT deve se revolucionar a si mesmo para renovar seu compromisso de revolucionar a sociedade. Uma revolução cultural e ambiental interna exigirá antes de tudo a adoção de um novo paradigma de ver a vida, do modo como se organiza a sociedade para produzir e consumir e sua convivência com o meio ambiente. Este novo modo de ver está baseado na crítica ao modo de vida que nos foi imposto pelo capitalismo e pelas experiências do chamado socialismo real, tanto do ponto de vista econômico, político e social quanto ambiental. Propomos o paradigma da sustentabilidade.

Este novo paradigma deve reorientar as formas de nos posicionar e de atuar na sociedade. Reconhecendo em primeiro lugar que não somos únicos, que outros sujeitos políticos e sociais também se propõem construir e atuar segundo este novo paradigma. Trabalhar pacientemente neste campo do novo conhecimento, do novo modo de ser e de fazer política, para construir uma aliança estratégica por mudanças radicais globais. Em segundo lugar exigirá novas formas de pensar o Estado e a Sociedade, reconhecendo o papel que um e outra pode desempenhar na estratégia transformadora. E redefinindo nossa atuação, enquanto partido militante, tanto na esfera do Estado como da Sociedade, assegurando sempre a autonomia do Partido em relação ao governo, da sociedade civil em relação ao Estado.

Em terceiro lugar, ao adotarmos o paradigma da sustentabilidade, devemos adotar novas posturas, novas formas de organização, de atuação e de modos de fazer política interna – para que possamos concentrar e dirigir nossa energia criadora coletiva para transformar a sociedade, para construir a sociedade socialista, democrática e sustentável.

RESOLUÇÃO 19

POR UM NOVO MODELO DE TRIBUTAÇÃO

Tendo em vista a contribuição da bancada federal do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados sobre um conjunto de proposições legislativas orientadas a um novo modelo de tributação, o V Congresso do PT resolve desenvolver debates e campanhas sobre as seguintes propostas:

1. Imposto sobre grandes fortunas: esse tributo incidirá sobre o conjunto de bens e direitos, situados no País ou no exterior, que integrem o patrimônio do contribuinte, e que podem ser caracterizados como fortuna; esse tributo está previsto no inciso VII do art. 153 da Constituição Federal, e aguarda regulação por lei complementar;

2. Imposto sobre grandes heranças e doações: a ampliação da arrecadação efetiva e da progressividade tributária desse tributo, que já é parte constitutiva do sistema tributário constitucional, sendo que sua arrecadação total responde hoje por apenas 0,24% da arrecadação tributária no Brasil.

3. Tributação de lucros, dividendos no Brasil e remessa para o exterior: a legislação brasileira prevê isenção de Imposto de Renda de pessoas físicas quando da distribuição de lucros ou dividendos, caracterizando-se como um privilégio aos detentores de capital. Somente em 2013, foram 30,6 bilhões de dólares enviados ao exterior como lucro e dividendos, sem pagar um centavo de imposto. Trata-se de uma sangria de riquezas do Brasil para o exterior. Enquanto os lucros e dividendos gozam de isenção, a renda do trabalho é taxada a alíquotas de até 27,5%.

4. Tributação sobre juros sobre capital próprio: esse dispositivo estabelece um privilégio para as rendas do capital, permitindo que as grandes empresas reduzam seus lucros tributáveis a partir da dedução de uma despesa fictícia: os juros sobre o capital próprio; é uma verdadeira excentricidade tributária, única no mundo, criticada até pela OCDE, clube dos países mais ricos do mundo.

5. Cobrança da dívida ativa da União: o governo precisa aperfeiçoar os mecanismos de cobrança da dívida ativa de modo a recuperar um volume de recursos públicos estimados, para dezembro de 2014, em 1,4 trilhões de reais, segundo dados da PGFN. Também é importante que o governo desenvolva mecanismos rígidos de combate à sonegação tributária, de modo a evitar que esta prática criminosa tenha êxito no âmbito da nossa economia. A sonegação fiscal estimada para a economia brasileira, para o ano de 2014, é de aproximadamente 500 bilhões.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT

1. Convocação para janeiro de 2016 do X Encontro de negros do PT para discutir exclusivamente nossa política para o combate ao racismo;
2. Apoio à mobilização da Marcha das Mulheres Negras e aos atos de 20 de novembro;
3. Quando existir liberação de dirigentes nos estados, será obrigatoriamente obedecida a paridade de gênero;
4. O PT em seus programas de rádio e TV em épocas não eleitoral respeitará obrigatoriamente a legislação com relação ao tempo das mulheres. O espaço reservado para as mulheres deve ser fortalecido com a inserção de militantes, dirigentes, gestoras e mandatárias;
5. Financiamento: Implantar mecanismos de transparência e participação da militância nas decisões das prioridades dos recursos;
6. Quando existir remuneração de dirigentes em qualquer instância do PT, será obrigatório a paridade de Gênero, o cumprimento das cotas de jovens e negros sem diferenciação no valor da profissionalização entre os dirigentes. Que o PT assegure todas as condições necessárias de acessibilidade em todas as suas instâncias, eventos e meios de comunicação partidária, assegurando a participação de todos os filiados;
7. Que nos processos internos sejam considerados os filiados do filiaweb – sistema da justiça eleitoral;
8. Assegurar que cada parlamentar disponibilize sua agenda ao Partido para crescimento do PT;
9. Será convocado Encontros com petistas militantes no movimento social para discutir as principais bandeiras de luta dos movimentos para os próximos anos;
10. O PT fortalecerá a organização de núcleos por área geográfica e temáticas estabelecendo formas e espaços de deliberações nos municípios, inclusive de participação nas direções municipais;

11. Propor ao governo o debate com os prefeitos sobre um novo pacto federativo, trazendo à discussão a autonomia financeira para a educação;

12. Propor ao governo federal constituir um fórum permanente com os movimentos sociais;

13. Proposta de Resolução para realização de conferência de pe-
tistas e lideranças do movimento social da Amazônia.

14. Criação de Conselho Político: Considerando a necessidade de superar o distanciamento do Partido com os movimentos sociais e a intelectualidade de esquerda; considerando a estratégia de constituição de uma frente democrática e popular; considerando a necessidade de formulação sobre o novo ciclo histórico e atualização do programa partidário, resolve:

Criar um conselho político, atrelado à Direção Nacional, que assessore, aconselhe e discuta a conjuntura política cotidianamente junto à direção. Esse conselho deverá ser formado por expoentes históricos do Partido, movimentos sociais e intelectuais do campo progressista;

15. Cultura como Política Pública: Que a bancada do PT no Congresso Nacional assegure a votação das leis que tramitam sobre o financiamento e implementação do Sistema Nacional de Cultura.

RESOLUÇÃO SOBRE FINANCIAMENTO EMPRESARIAL

Reunido em Brasília, no dia 29 de outubro de 2015, os membros do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), aprovaram a seguinte resolução:

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, por delegação de seu V Congresso Nacional, referenda a resolução de não mais receber doações de recursos empresariais e inclui a proibição de receber doações de empresas também para campanhas eleitorais.

As atividades e as organizações partidárias bem como as campanhas eleitorais serão financiadas exclusivamente com recursos oriundos dos filiados(as) e simpatizantes do partido, além do fundo partidário.

Brasília, 29 de outubro de 2015.

Diretório Nacional do Partido dos trabalhadores (PT)

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Rui Goethe da Costa Falcão | Presidente
Alberto Lopes Cantalice | Vice-Presidente
Clarissa Lopes Vieira Alves da Cunha | Vice-Presidente
Gleide Andrade de Oliveira | Vice-Presidente
Jorge Luiz Cabral Coelho | Vice-Presidente
José Nobre Guimarães | Vice-Presidente
Sibá Machado | Líder do PT Na Câmara
Humberto Sergio Costa Lima | Líder do PT No Senado
Anne Karolyne Moura de Souza | Secretária de Desenvolvimento Econômico
Bruno de Oliveira Elias | Secretário de Movimentos Populares
Carlos Henrique Goulart Árabe | Secretário de Formação
Florisvaldo Raimundo de Souza | Secretário de Organização
Marcio Costa Macedo | Secretário de Finanças e Planejamento
José Américo Ascêncio Dias | Secretário de Comunicação
Juliana Cardoso | Vogal
Luiz Paulo Teixeira Ferreira | Vogal
Flora Izabel Nobre Rodrigues | Vogal
Maristella Victor de Mattos | Secretária de Mobilização
Mônica Valente | Secretária de Relações Internacionais
Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes | Secretário de Relações Internacionais
Romênio Pereira | Secretário Geral
Vivian Cristiane Gomes de Farias | Secretária de Coordenação Regional

SECRETARIAS SETORIAIS

Indalécio Wanderlei | Secretaria Sindical
Edmilson Souza Santos | Secretaria Nacional de Cultura
Elvino Bohn Gass | Secretaria Agrária Nacional
Gilney Viana | Secretaria Nacional de Meio Ambiente
Jefferson F. Lima | Secretaria Nacional de Juventude
Julio Barbosa Aquino | Secretaria Nacional de Meio Ambiente
Laisy Moriére Cândida Assunção | Secretaria Nacional de Mulheres
Nelson Murilo Padilha | Secretaria de Combate ao Racismo
Marcio Pochmann | Fundação Perseu Abramo

| 2017 |

VI CONGRESSO NACIONAL DO PT

1, 2 E 3 DE JUNHO DE 2017
BRASÍLIA/DF

CADERNO DE RESOLUÇÕES



PT

60º CONGRESSO
NACIONAL
MARISA LETÍCIA LULA DA SILVA

APRESENTAÇÃO

O 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores, realizado nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2017, aprovou um conjunto de resoluções, publicado no presente caderno.

Foram meses de debate, envolvendo petistas de todos os quadrantes, desde que a máxima instância partidária foi convocada. Além das discussões propiciadas pelas teses das distintas tendências, a direção nacional buscou estimular a construção coletiva de posições, com a criação de uma comissão de sistematização.

Essa comissão, que já havia elaborado um folheto de debates no início do processo congressual, foi responsável por redigir e apresentar projetos de resolução à plenária deliberativa do 6º Congresso, recolhendo contribuições das tendências, dos estados e dos grupos de discussão instalados durante o próprio congresso.

Aprovadas essas resoluções, praticamente por unanimidade, revelando a unidade e a coesão de nosso partido frente ao campo golpista e seu programa, coube à mesma comissão incorporar emendas e dar redação final aos documentos deliberados pelos delegados.

Esse método nos trouxe aos textos aqui reunidos, divididos em cinco temas: situação internacional, situação nacional, balanço dos governos petistas, estratégia e programa, funcionamento partidário e organização. Além dessas cinco resoluções centrais, dois anexos foram adicionados: sobre o combate interno ao machismo e sobre a luta contra o racismo.

Outras propostas, apresentadas como moções, estão incorporadas aos anais do 6º Congresso e compõem o acervo documental dessa histórica empreitada.

O PT demonstrou, mais uma vez, vitalidade orgânica e democracia interna, analisando criticamente o período histórico interrompido pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e construindo uma rica orientação política para o cenário de resistência no qual vivemos.

Os documentos congressuais sintetizam o rumo que nosso partido propõe às classes trabalhadoras e às forças progressistas de nosso país. São uma ferramenta para avançarmos na unidade do campo popular, em sua capacidade de luta, tendo como objetivo central a reconstrução de uma alternativa democrática contra as oligarquias nativas e seus sócios internacionais.

O 6º Congresso carregou a marca fundacional do PT: suas resoluções foram debatidas e aprovadas em meio às batalhas contra a agenda ultraliberal do governo usurpador, às manifestações e protestos que tomaram as ruas do país, à grande greve geral do dia 28 de abril. Foram escritas e decididas dentro das trincheiras nas quais vive, luta e se organiza o povo brasileiro.

Saímos desse processo mais unidos, mais confiantes e mais dispostos ao bom combate por um país justo, democrático e soberano. O caráter socialista e popular de nosso partido, forjado ao longo de sua história, se vê reafirmado pelas posições adotadas nos textos congressuais, que devem servir de guia para a ação prática de todos os petistas.

Viva o 6º Congresso!

Viva o Partido dos Trabalhadores!

Gleisi Hoffmann

Presidenta Nacional do PT

RESOLUÇÃO SOBRE SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. A crise do capitalismo, que teve seu epicentro nos países desenvolvidos em 2008, não se encerrou. Teve consequências – de desaceleração ou de recessão econômica – sobre o conjunto dos países do mundo com importantes impactos negativos sobre o Brasil e a América Latina.

2. Um conjunto de fatores, surgidos em diferentes momentos da história recente, compõe o cenário internacional, dentre eles: a hegemonia sem precedentes do capitalismo no mundo; a natureza do capitalismo contemporâneo, altamente financeirizado e sob profunda e duradoura crise; o declínio relativo da potência hegemônica, os EUA; a ascensão de outros polos de poder, produzindo uma situação mundial crescentemente multipolar, o que não significa um mundo pacífico; blocos, acordos e tratados com sintomas de desarranjo e crise, e não de ordem e estabilidade; a resistência da classe trabalhadora face ao aumento das taxas de exploração, de desemprego, de redução na remuneração, piora nas condições de trabalho e reversão de direitos sociais.

3. Para os governos progressistas, tal conjuntura indicou que a continuidade das políticas de inclusão social exigiria reformas econômicas e sociais mais profundas e estruturais, que aumentariam os conflitos distributivos entre classes, com um acirramento da luta entre elas. As dificuldades políticas – que incluem derrotas eleitorais e os golpes de Estado no Brasil, Honduras e no Paraguai – estão inseridas nesse contexto.

4. O colapso de 2008 é a mais grave crise do capitalismo desde 1929. As causas que produziram a crise de 2008 são de variados tipos: os programas de globalização neoliberal que dominaram o mundo nos anos 1980 e seguintes; as baixas taxas de crescimento dos países capitalistas centrais, que se arrastam desde os anos 1970; a ocorrência, em espaços de tempo cada vez menor, de crises financeiras de variados tipos e profundidades; e um conjunto de outros fenômenos, que afetam o meio ambiente, as fontes de energia e de alimento, entre outros. As diversas causas que produziram a crise

de 2008, sua profundidade, extensão e continuidade, indicam que estamos diante de uma “crise de acumulação”, ou seja, que o capitalismo enfrenta dificuldades agudas para continuar se reproduzindo de forma ampliada.

5. A resposta dos países capitalistas centrais à crise é, no plano interno, aprofundar os ataques contra os direitos políticos e sociais da classe trabalhadora; e, no plano externo, aprofundar as agressões imperialistas contra a soberania nacional dos países economicamente mais frágeis e multiplicar as guerras de pilhagem contra os povos.

6. Essas agressões geram reações e possibilidades de diferentes tipos e conteúdos. É o caso das grandes lutas sociais e das alternativas políticas e eleitorais impulsionadas por forças de esquerda em todos os continentes.

7. Na Europa, frustrações com a socialdemocracia no poder levaram o eleitorado tradicional à abstenção, o que ajuda a explicar, inclusive, resultados eleitorais de setores ultraconservadores e fascistas. Recentemente, surgem projetos de esquerda que combatem a globalização capitalista.

8. Por outro lado, no caso da América Latina e Caribe, temos a ação dos governos progressistas e de esquerda.

9. No outro plano, surgem alianças e blocos como os BRICS, que disputam espaço com a hegemonia dos EUA.

10. Mas também surgem reações e alternativas reacionárias, como é o caso do fundamentalismo terrorista e do populismo de direita, que, junto com o neoliberalismo, conduzem o mundo, por diferentes caminhos, ao agravamento da instabilidade, das crises e das guerras.

11. O PT reafirma sua oposição à política de guerra e exploração que é aplicada pelo sistema capitalista mundial em crise, bem como sua solidariedade à luta dos trabalhadores e povos por sua emancipação em todo o mundo.

12. O mundo caminha para o aumento acelerado dos conflitos entre o imperialismo e os países dependentes, entre os super-ricos e uma crescente maioria empobrecida. Por isso mesmo, a dinâmica atual do capitalismo é cada vez mais autoritária e incorpora, de modo crescente e permanente, ameaças às liberdades democráticas. As políticas de superausteridade esvaizam os regimes de bem-estar social e impõem novas formas de exclusão social e aumento acelerado da desigualdade. Esse mundo não pode ser compreendido e nem superado, se não emprendermos a crítica radical do capi-

talismo e a defesa do socialismo democrático, recolocando essa perspectiva como motor de nossas ações.

13. A crise econômica também afetou o continente latino-americano e caribenho, devido à retração dos mercados dos países desenvolvidos e à queda dos preços das commodities na esfera internacional, tendo em vista a dependência da maioria de seus países da exportação de produtos primários. Apesar do exposto compromisso político com a integração regional como mecanismo de inserção soberana da região na economia mundial, os governos progressistas e de esquerda da região não lograram imprimir maior ousadia e assertividade à integração econômica da região, através da criação de cadeias produtivas regionais complementares entre si, da diversificação econômica no caso de países dependentes de um único fator de produção -, maior agilidade na construção da integração na infraestrutura e na área energética, bem como na consolidação de uma nova arquitetura financeira capaz de financiar o desenvolvimento autônomo, integrado e soberano da região como, por exemplo, o Banco do Sul.

14. Além disso, se os governos progressistas e de esquerda tiveram um protagonismo importante para o progresso social desde a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, não conseguiram consolidar transformações estruturais importantes, como as reformas política, tributária e dos meios de comunicação, ainda que, em alguns casos, transformações estruturais importantes, no caminho de uma refundação institucional, tenham sido levadas a cabo, como na reforma da lei dos meios de comunicação na Argentina, e, ainda mais, nas refundações constitucionais da Venezuela (1999), do Equador (2008) e da Bolívia (2009).

15. Apesar do revés político recente da Argentina e do Brasil, há resistências importantes. A oposição de direita, majoritária no parlamento venezuelano, não conseguiu impor a sua agenda golpista ao país. Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), foi reeleito na Nicarágua com 72% dos votos. Lenin Moreno, o candidato a presidente pelo Movimento Alianza País, venceu a disputa em segundo turno da eleição presidencial no Equador. No Cone Sul, o direitista Macri não tem conseguido solucionar os problemas econômicos de seu país e, mais do que isso, tem agravado a situação social e aumentado o desemprego. O golpista Temer, isolado por sua ilegitimidade original, denúncias de corrupção e

uma política antipopular de contrarreformas, está ameaçado de cair antes que se esgote o mandato usurpado. Mantém-se profunda instabilidade política. A direita, na Argentina e no Brasil, promove uma verdadeira “caçada política” a Cristina Kirchner e a Luiz Inácio Lula da Silva, para impedi-los de se candidatarem nas próximas eleições presidenciais, ou ainda tentar interditar judicialmente a candidatura do presidente Fernando Lugo, do Paraguai, deposto por um golpe parlamentar em 2012.

16. Na Colômbia, se vislumbra, ainda que num horizonte um pouco distante, a possibilidade de fortalecimento de uma esquerda democrática com o acordo de paz firmado entre o governo e as FARC–EP e o início das conversações com o segundo grupo mais importante, o ELN. Entretanto, a extrema direita colombiana tenta sabotar esta possibilidade a todo custo e cabe à cidadania do país atuar para assegurar a transição para esta nova realidade, o que requer também o apoio dos partidos progressistas e de esquerda da região.

17. O Foro de São Paulo, secretariado pelo PT desde sua fundação, vem buscando responder à nova realidade política da América Latina e do Caribe, construindo um programa político denominado “Consenso de Nossa América”. Neste sentido, a realização do XXIII Encontro, a realizar-se em julho, na Nicarágua, será uma oportunidade importante para proporcionar maior dinamismo às nossas iniciativas políticas, à luz dos atuais desafios que a nova conjuntura nos impõe.

18. Em seus trinta e sete anos de existência, a atuação internacional do Partido dos Trabalhadores buscou responder aos desafios de um mundo e de um país em transformação. Nos anos seguintes à sua fundação, nosso trabalho internacional esteve marcado pelas ações de solidariedade às lutas por libertação nacional e denúncia contra as violações de Direitos Humanos em vários países da América Latina e Caribe.

19. Com os resultados obtidos na eleição presidencial de 1989, o PT ganhou maior reconhecimento e projeção internacional. Situa-se neste cenário a convocatória feita por Lula e Fidel Castro a partidos, movimentos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe, para uma reunião em julho de 1990, daquilo que mais tarde se tornaria o Foro de São Paulo.

20. Os anos 1990 foram fortemente marcados pela crise dos países do chamado “socialismo real” e pela rápida expansão do neoliberalismo

na América Latina. Neste mesmo período, o PT consolidou sua opção de trilhar caminhos próprios,

10 a partir de relações internacionais plurais com vários setores de esquerda e democráticos, o que também reflete a própria diversidade constitutiva do PT. Foi também nos anos 1990 que o PT se engajou no debate sobre a integração regional, contrapondo-se à orientação neoliberal pautada exclusivamente em acordos comerciais e apontando a necessidade de que os processos de regionalismo se orientassem pela integração das estruturas produtivas e dos povos. Também nos anos 1990, o Partido vai progressivamente conquistando administrações municipais e consolidando o chamado modo petista de governar, com forte espaço para instrumentos de democracia participativa, com repercussão, reconhecimento e ações internacionais, que, aliás, contribuíram para o surgimento do Fórum Social Mundial.

21. Com a primeira eleição de Lula, em 2002, e o início do mandato em 2003, a atuação do PT ganhou nova dimensão e novos desafios, incluindo dessa vez a tarefa de contribuir na formulação e implementação da política externa brasileira e, simultaneamente, manter uma elaboração e uma prática autônomas enquanto Partido. Desde então e até 2016, ganhamos um grande reconhecimento internacional, o que ajuda a explicar a mobilização internacional contra o golpe, tanto por parte de organizações políticas e sociais, quanto por parte de governos. A esse respeito, o 6º Congresso do PT agradece a solidariedade, tanto dos amigos de sempre – os governos e partidos de esquerda, socialistas e progressistas de todas as regiões do mundo –, quanto de governos que divergem de nossa orientação política, mas que se manifestaram de maneira firme contra o golpismo. Também é digna de nota a atuação firme e incansável dos petistas e núcleos do exterior na luta pela democracia e contra o golpismo em diversas partes do mundo.

Diante das considerações acima consolidadas, o 6º Congresso Nacional do PT sintetiza sua política internacional nas seguintes resoluções:

1. As principais características do atual cenário mundial são as crises, as guerras e a instabilidade generalizada. O aparecimento da xenofobia e do protecionismo comercial surgem como elementos ao mesmo tempo decorrentes e alimentadores da crise política. A dominância da globalização neoliberal entrou em crise.

2. Nos países centrais, as políticas neoliberais não foram interrompidas com a crise de 2008. Os grandes estados capitalistas fizeram uma profunda intervenção estatal, mas seu objetivo foi salvar o grande capital, sem alterar o padrão de acumulação. Este tipo de intervenção impediu o colapso, mas às custas de uma ampliação da polarização social, assim como do aprofundamento das agressões imperialistas e do recurso crescente à manipulação do “terrorismo” e de questões étnicas ou confessionais para fins de “guerra interna”. As forças que causam a crise e que se beneficiam dela são as mesmas que dominam o poder político, econômico, militar e ideológico nos Estados Unidos e União Europeia. É por isso que as ações práticas do governo dos EUA ampliam a crise.

3. Em decorrência dessa contraofensiva capitalista, os valores humanistas e civilizatórios estão perdendo espaço para a xenofobia, o racismo e o preconceito; a intolerância e a descrença na política fazem crescer a tecnocracia. Os partidos que se reivindicam socialistas em todo o mundo precisam, lado a lado aos movimentos sociais, construir a unidade no combate e resistência ao golpismo e às políticas de ajuste fiscal e exploração que a direita implementa em todos os continentes.

4. Há anos vimos chamando a atenção para os riscos derivados da crise econômica internacional, particularmente, devido ao receituário neoliberal aplicado para enfrentá-la. A implementação de políticas de austeridade, num momento em que a economia mundial necessita de estímulos, somente poderia levar ao resultado atual de estagnação do crescimento econômico mundial, aceleração da concentração da renda mundial, atingindo níveis nunca vistos, e evolução para uma profunda crise social e política.

5. As lutas nacionais contra a direita, contra os golpistas, as lutas democráticas e lutas sociais por reivindicações econômicas deverão se combinar necessariamente com a reivindicação da soberania nacional e do projeto de integração regional com uma inserção soberana, ativa e ativa no hemisfério e no mundo.

6. A atual situação mundial e regional, acima de tudo, requer a maior unidade possível da esquerda, dos progressistas e democratas para enfrentá-la, impondo a construção de uma agenda comum dos partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos, a exemplo do que vem sendo construído no âmbito da Jornada Continental por Democracia e Contra o Neoliberalismo, por

um conjunto de redes e movimentos sociais, incluindo a CSA - Confederação Sindical das Américas.

ENTRE OS TEMAS A SEREM CONSIDERADOS ESTÃO POSTOS:

I. Defesa de uma nova ordem internacional de caráter multilateral, fundamentada na paz entre os povos, ancorada no respeito ao direito internacional e comprometida com a solução de conflitos, com o respeito dos Direitos Humanos, com o combate às desigualdades e à pobreza, com o desenvolvimento ambientalmente sustentável, incluindo a reforma das organizações internacionais, que, como herdeiras do contexto pós-Segunda Guerra Mundial, já não refletem o mundo atual. Neste sentido, articulações como os BRICS são essenciais, pois trata-se de uma aliança que configura uma novidade de peso no cenário internacional. Ao PT caberá desenvolver estratégia própria de ação internacional, em conjunto com partidos, movimentos sociais e sindicais, que possam incidir sobre essa aliança.

II. Defesa de um amplo processo de integração regional econômica e social soberana, na perspectiva estratégica de desenvolvimento econômico e social de longo prazo da região latino-americana e caribenha, procurando a maior complementação entre os países, como condição para inserir-nos em um mundo globalizado, preservando a capacidade decisória sobre o futuro de nosso povo. Essa estratégia de desenvolvimento de longo prazo deve assegurar que as transformações estruturais e as mudanças tecnológicas contribuam com os objetivos do desenvolvimento humano, igualdade e sustentabilidade ambiental, fortalecendo a nova institucionalidade regional, como a UNASUL e a CELAC, além da democratização do Mercosul. Neste sentido, particularmente aqui em nosso país, é fundamental que nossas bancadas parlamentares federais se engajem na aprovação do projeto de lei das Eleições Diretas para os representantes brasileiros no Parlasul.

III. Defesa de políticas ambientais mundiais que busquem uma relação harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, bem como o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias para uma economia sustentável. Lutaremos pelo cumprimento das metas de redução de gases de efeito estufa, como previsto no acordo de Paris COP 21 ONU. Enfatizamos ainda a luta pela proteção da biodiversidade e da diversidade sociocultural de povos e comunidades tradicionais. Neste contexto, o 6º Congresso Nacional do

PT repudia o ato unilateral do governo dos Estados Unidos, que anunciou seu rompimento com o acordo do clima de Paris, interrompendo longo processo de negociações, de votos e de compromissos compatíveis com a preservação do planeta e de todas as suas formas de vida.

IV. Defesa dos processos democráticos da região latino-americana e ampliação da democracia, com a adoção de mecanismos eleitorais que tornem o voto o mais representativo possível e de instrumentos de democracia direta.

V. Defesa da democratização dos poderes judiciários na região latino-americana e caribenha.

VI. Democratização dos meios de comunicação em toda a região latino-americana e caribenha.

VII. Respeito à soberania do Haiti, com a completa retirada das tropas policiais e militares da ONU.

VIII. Ampla liberdade de organização sindical e de negociação coletiva.

IX. Fortalecimento do Foro de São Paulo como principal espaço de articulação e expressão da esquerda latino-americana.

X. Fortalecimento da presença e atuação do partido na África.

XI. Aproximação com as alternativas de esquerda, no plano internacional, com capacidade real de mobilização e disputas de governos, buscando estabelecer agendas e planos comuns de ação.

7. O 6º Congresso determina ao Diretório Nacional que organize, até o final de 2017, uma Conferência sobre o PT e as Relações Internacionais, com o objetivo de detalhar nossa atividade mundial, fortalecer o trabalho da Secretaria de Relações Internacionais e envolver o conjunto do partido nas iniciativas do setor.

RESOLUÇÃO SOBRE SITUAÇÃO NACIONAL

1. O Partido dos Trabalhadores realiza seu 6º Congresso em meio a uma conjuntura marcada pelo crescimento intenso das mobilizações sociais pela saída de Michel Temer do governo, contra o golpe e os ataques aos direitos consagrados na Constituição de 1988. O País vive uma profunda crise institucional e política, fortemente agravada pelas denúncias contra o presidente golpista e contra o senador Aécio Neves, escancarando, para parcelas cada vez mais amplas de trabalhadores e jovens, o sentido do golpe e a natureza corrupta do bloco golpista.

2. As denúncias recentes revelam com toda cruzeza as entranhas do sistema político conformado a partir do financiamento privado de campanhas, das piores práticas fisiológicas e da tentativa voraz de submeter o Estado aos interesses do sistema financeiro e dos grandes grupos patronais.

3. O golpista Michel Temer está refazendo a Constituição e, sem legitimidade, efetiva o programa antipopular e antinacional derrotado nas urnas desde 2003, visando ampliar os padrões de lucratividade do capital. Foi a saída encontrada pelas oligarquias financeiras, industriais, agrárias, midiáticas e pelos partidos que as representam para subordinar a política econômica aos pressupostos da ortodoxia neoliberal, em sintonia com a tendência mundial do capitalismo de concentrar e exportar capitais, ampliando a financeirização da economia no contexto da globalização. Trata-se do projeto dos sem-voto.

4. Trata-se de outro projeto de País, envolvendo uma visão sobre o Estado e suas instituições, sobre a economia, as relações de trabalho, a sociedade, a política, o poder coercitivo, a democracia, a cultura, os valores e os modos de vida.

5. Pretendem seguir atacando os direitos de nosso povo, especialmente dos mais pobres, reduzindo a renda dos trabalhadores, promovendo o desemprego, pois a miséria, a exclusão social, racial e a pobreza são funcionalmente necessárias aos padrões de acumulação pretendidos pelo grupo que usurpou o poder.

6. O governo ilegítimo de Michel Temer, depois de aprovar a PEC 55, que promove o ajuste fiscal e congela por 20 anos os investimentos públicos, pretende continuar a privatização de áreas estratégicas da economia, vender nossas terras e entregar nosso território, cria as condições para o massacre dos indígenas e trabalhadores rurais e segue operando o desmonte do sistema Petrobras, a partir da venda de seus ativos e da revogação da lei que garantia a estatal como operadora exclusiva do Pré-Sal. Enfraquece os bancos públicos, como se verifica no caso das demissões no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Pretende entregar as áreas sociais, o quanto possível, à exploração da iniciativa privada.

7. O desmonte dos direitos trabalhistas trará o aumento do desemprego, da rotatividade da mão de obra e da precarização, em contraposição a uma fase de ampliação da formalização do trabalho, verificada especialmente entre 2003/14 – 2013, e uma queda brutal na renda dos salários no Brasil, além de inviabilizar a sustentação da Previdência Social, contribuindo para sua privatização e comprometendo o futuro dos trabalhadores.

8. O desmonte da Previdência ampliará o tempo de contribuição dos trabalhadores e diminuirá o acesso aos benefícios pelos setores mais vulneráveis, na medida em que deixará de ter como referência o salário mínimo. Trata-se de um desmonte que, reafirmamos, beneficiará o mercado da previdência privada, afrontando um direito.

9. Sem legitimidade, a permanência de Michel Temer no poder se torna exercício de força e promoção de instabilidade política. Por isso o presidente ilegítimo, enquanto constata a corrosão de sua base de sustentação no Congresso, lança mão da violência e da coerção, como ficou evidente com a ação brutal da PM do Distrito Federal e da Força Nacional contra a grande manifestação pelas Diretas Já em 24 de maio. Ainda mais grave e truculento foi o chamado ilegal e acintoso ao Exército, atitude que não se via no Brasil desde a redemocratização.

10. Prevendo o crescimento vertiginoso das manifestações, Temer opta pela violência e baixa o decreto que previa o emprego das Forças Armadas para a “garantia da Lei e da Ordem no DF”. Tratava-se de sítio o Congresso para votar as reformas. O conjunto das manifestações das entidades da sociedade civil, juristas, intelectuais, da oposição no Congresso e de setores progressistas levou à revogação do decreto um dia depois.

11. São práticas de um Estado de Exceção que pretende seguir perseguindo e criminalizando os movimentos sociais, como nos casos dos ataques violentos contra a população indígena, no Mato Grosso e Maranhão, e da chacina de trabalhadores rurais na Fazenda Santa Luzia, no município de Pau D'arco, no Pará.

12. Tal violência se intensificou especialmente depois da Greve Geral de 28 de abril, uma das maiores de nossa história, da importante greve dos professores que a antecedeu e das manifestações contra o golpe, por Diretas-Já.

13. Isso explica porque setores da mídia oligopolizada, comitê central do golpe, e os partidos que ainda sustentam o governo defendam a continuidade de Meirelles e sua equipe, a qualquer custo. O conflito público, sem precedentes, entre grupos de comunicação em torno das gravações sobre o diálogo de Michel Temer com um dos donos da JBS, diz respeito, fundamentalmente, à garantia das melhores condições para acelerar o ritmo da votação das “reformas”.

14. Para aplicarem seu programa neoliberal, os próceres do golpe precisam destruir o PT, enfraquecer e desmoralizar os partidos de esquerda e os movimentos sociais, e o fazem pervertendo as informações e a pluralidade e a liberdade de expressão que dizem defender. Os oligopólios da comunicação estão em sintonia com a violência perpetrada por setores do Ministério Público, das polícias e do Judiciário, que se erigiu no Brasil como um poder bonapartista, isto é, que se anuncia acima das classes e dos poderes da República, afrontando o Estado de Direito.

15. A violência do Estado, levada a efeito por setores do Ministério Público, do Judiciário e das polícias, particularmente no que se refere à Operação Lava Jato, materializa-se nas prisões por mera suspeita, nas conduções coercitivas sem base legal, nos vazamentos criminosos de dados e na exposição da intimidade dos investigados, na invasão desregrada das comunicações pessoais, inclusive em relação aos advogados, no cerceamento da defesa em procedimentos ocultos, nas denúncias e sentenças calcadas em acusações negociadas com réus, e na não produção lícita de provas, tornando tais práticas ainda mais banais.

16. A “República de Curitiba” mantém dirigentes do PT presos há mais de um ano, alguns sequer condenados pelo regime de exceção que se instala no País. Pedimos liberdade para os presos políticos do PT.

17. De igual maneira, pretendem aprofundar a brutal e inigualável perseguição a Lula e sua família. Trata-se de tentar apagar e desqualificar o legado de seu governo e da presidenta Dilma, ao mesmo tempo em que busca invalidar e interditar o debate sobre as reformas e transformações das quais o Brasil tanto necessita.

18. O PT luta pelo fim da corrupção, defende a apuração e a punição de todos os crimes nos marcos incontornáveis do Estado de Direito.

19. Querem destruir a Constituição de 1988 e fazem o possível para separar a economia da política, desmoralizando-a com o intuito claro de desqualificar a representação, como expressão da soberania popular. O ataque à democracia e a política são imprescindíveis para reduzir direitos dos trabalhadores e comprometer a soberania do País.

20. Diante dos fatos envolvendo as gravíssimas denúncias contra o governo Temer, as elites têm se dividido entre duas alternativas: aqueles que pretendem manter Temer no poder e aqueles que querem sua saída, com eleições indiretas para a presidência. Os dois grupos têm em comum a opção pela manutenção da atual equipe econômica.

21. O PT manifesta sua posição inegociável pelas Diretas Já e contra o golpe dentro do golpe. Enfrentamos quaisquer iniciativas das classes dominantes de impor eleições indiretas por meio de um Colégio Eleitoral. O PT rejeita terminantemente as duas alternativas dos golpistas. Para pôr fim a essa crescente escalada de retrocessos, é preciso antecipar as eleições, inclusive do Congresso Nacional, para que a vontade livre e soberana do povo se manifeste nas urnas. O PT e seus parlamentares não votarão no Colégio Eleitoral.

22. O PT empenhará o melhor dos seus esforços na formação da mais ampla unidade das forças progressistas pela saída de Michel Temer e por eleições livres e diretas já para presidente e vice-presidente, senadores e deputados federais.

23. Impulsionaremos uma vigorosa mobilização e organização popular por eleições livres e diretas ao lado das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

24. Continuaremos a lutar pela retirada das reformas da Previdência e Trabalhista; pela revogação da Lei de Terceirização; pela revogação da Emenda Constitucional 95 do Limite de Gastos; da Lei de Terceirização (13.429); da Reforma do Ensino Médio, e demais medidas contra a Conferência Nacional (CONAE) e o Fórum Nacional de Educação. Continua-

remos a defender a volta do marco regulatório do Pré-Sal e a política de conteúdo nacional para a Petrobras.

25. Apontamos a urgência da realização da reforma política, para que a eleições 16 sejam verdadeiramente livres, e a soberania do povo seja exercida plenamente, sem o controle do poder econômico. Defendemos o financiamento público exclusivo; a manutenção do sistema de voto proporcional e lista partidária pré-ordenada, eleita em convenção democrática e alternadamente entre homens e mulheres; o fim das coligações proporcionais; cláusula de desempenho e federações partidárias.

26. O PT vem há mais de um ano elaborando um Programa de Emergência para o país. Aprovou no Diretório Nacional, em fevereiro de 2016, o documento intitulado O Futuro está na retomada das mudanças; aprovou, na bancada, o Programa Nacional de Emergência e contribuiu ativamente na elaboração do programa da Frente Brasil Popular. Seguem, ao final dessa resolução, os principais pontos do Plano Nacional de Emergência.

27. Nas eleições de 2018 o PT mobilizará sua militância em todo País, no sentido de ampliar sua bancada de deputados e senadores, e as bancadas progressistas de parlamentares para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

28. O PT lutará para impedir que os golpistas interditem o direito do companheiro Lula ser candidato à Presidência da República. Em primeiro lugar, porque seria uma violência contra a democracia particularmente em se tratando de quem no momento lidera todas as pesquisas de opinião —, mas também porque a eleição de Lula é uma condição para revogar as mudanças impostas pelos golpistas. Para adotar medidas de emergência que encadeiem reformas estruturais, que só o governo Lula pode conduzir, e que enfrentem a crise do ponto de vista das classes trabalhadoras, é necessária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, que revogue as medias antipopulares e antinacionais de Temer, reforme as instituições, fortaleça o Estado, realize a reforma tributária, empreenda a democratização das comunicações, a reforma agrária, com preservação ecológica, a reforma urbana e a proteção ambiental, a reforma do Judiciário, assegure e amplie a oferta e a qualidade dos direitos sociais, promova a justiça social e fortaleça a democracia.

29. A grandeza dos desafios para pôr fim aos privilégios, à corrupção, à desigualdade social e regional, à injustiça e ao autoritarismo requer do

PT firmeza e vigor na dinamização e fortalecimento de suas instâncias, de sua política de organização, formação e comunicação como um partido de massas que, junto com os movimentos sociais, buscará organizar milhares de jovens e trabalhadores e trabalhadoras no País.

30. Por isso lutaremos: pela imediata retirada das contrarreformas da Previdência e Trabalhista do Congresso Nacional; pela revogação da Lei da Terceirização (13.429); pela revogação da lei que retira da Petrobras a condição de operadora exclusiva do Pré-Sal; para tornar sem efeito as vendas e depreciações de ativos do sistema Petrobras; pela revogação da EC 95, pela revogação da reforma do ensino médio e das contrarreformas realizadas pelo governo golpista de Michel Temer!

31. Sabemos da dimensão de nossas responsabilidades. Honraremos a memória e a história de todos aqueles que, com determinação, lutaram e lutam pela transformação do Brasil em um país livre, justo, democrático e soberano.

Fora, Temer!

Eleições Diretas Já! Nenhum Direito a menos!

O 6º CONGRESSO APROVA OS SEGUINTES PONTOS PARA UM PLANO NACIONAL DE EMERGÊNCIA:

Defender os direitos da classe trabalhadora

a) Valorização e aumento real do salário mínimo para que o poder de compra dos trabalhadores estimule a economia.

b) Garantia do Benefício de Prestação Continuada e reajustes de acordo com a inflação.

c) Garantia do Bolsa Família com reajustes de acordo com a inflação; alteração da faixa de pobreza, visando incluir mais famílias, e ampliação da política de formação profissional para os beneficiários.

d) Garantia da Renda Básica de Cidadania, de caráter universal de direito de todos os brasileiros, tal como determina a Lei 10.835.

e) Aumento das parcelas do benefício do seguro desemprego, medida que já conta com previsão legal em momento de alto desemprego.

f) Ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Retomar as obras destinadas à faixa de rendimentos mais baixos do programa (paralisadas); instituir plano para financiamento a longo prazo de reformas residenciais, revendo a localização dos projetos do atual programa; ampliar

o sistema de cooperativa e assegurar a implementação da Lei 11.888, que garante assistência técnica pública.

g) Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego. Esse fundo seria destinado a obras de infraestrutura, saneamento, habitação, mobilidade urbana e energia renovável, estabelecendo contrapartidas sociais e gerando novos empregos. h) Defender as definições constitucionais sobre Seguridade Social e a Previdência Pública, mantendo a fórmula 85/95 como regra de acesso para aposentadoria.

AMPLIAR AS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO E RECUPERAR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO

a) Retomar o Planejamento de Estado, envolvendo os municípios e os estados com amplo debate e comunicação que permita a participação de vários setores da sociedade, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras.

b) Estabelecer uma política de uso criterioso e gradual de 25% das reservas cambiais em um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego, destinado a investimento em infraestrutura, e fundos setoriais de aval para operações de investimento produtivo e geração de emprego.

c) Implantar um sistema tributário progressivo.

d) Rever a Lei 9.249/95 para eliminar, particularmente, a possibilidade de distribuir lucros como se fossem juros.

e) Alterar a tributação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), criando uma nova tabela para o imposto de renda, ampliando a faixa de isenção, criando novas faixas e tributando mais quem possui alto rendimento.

f) Regulamentar o inciso VII do art. 153 da Constituição Federal, que trata do imposto sobre grandes fortunas.

g) Acelerar as medidas de combate à sonegação e de recuperação da dívida ativa, para ampliar a arrecadação daqueles que devem ao Estado brasileiro.

h) Redução dos encargos da dívida pública, fator fundamental para estabilidade da trajetória da dívida.

li) Reformar o imposto sobre heranças e doações, conferindo progressividade às alíquotas, isentando as de pequenos valores e equiparando as grandes às alíquotas praticadas nos EUA e países europeus, com arrecadação distribuída para União, estados e municípios.

j) Adotar uma política tributária específica para operações de crédito, favorecendo as micro e pequenas empresas, direcionadas a um Programa Nacional de Geração de Emprego.

k) Fomentar a indústria, mediante linhas de crédito do BNDES, condicionadas à ampliação dos postos de trabalho.

l) Estabelecer, no BB e na CEF, linhas de refinanciamento de dívidas familiares, para reconduzir as famílias endividadas ao mercado de consumo.

m) Realizar, da mesma forma, o refinanciamento das micro e pequenas empresas, com uma linha emergencial com recursos do BNDES, operados pelo BB, CEF e cooperativas de crédito.

n) Reduzir intensamente os juros reais.

o) Revitalizar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

p) Retomar as políticas de desenvolvimento local e regional, fortalecendo vocações econômicas e as experiências culturais das localidades, visando superar as desigualdades regionais.

q) Fortalecer as políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, em defesa de sua biodiversidade e de sua capacidade econômica, contra a desnacionalização. Retomar o plano Amazônia Sustentável.

r) Fortalecer as instituições públicas como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

s) Fortalecer as políticas e instituições voltadas ao desenvolvimento do Nordeste, tais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

SALVAR ESTADOS E MUNICÍPIOS

a) Renegociar as dívidas de estados e municípios e estabelecer um plano emergencial, tendo em vista que as taxas de juros que vigoraram sobre essas dívidas são abusivas. b) Criar um programa federal para pequenas obras de manutenção e reparos nos municípios.

c) Repassar aos estados e municípios recursos das multas de repatriação sem condicionalidades.

d) Ampliar o crédito para estados e municípios, visando a superação das desigualdades regionais, e impulsionar políticas de desenvolvimento local, geração de emprego, renda e inclusão.

INVESTIR EM INFRAESTRUTURA

- a) Fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Saneamento construído nos governos Lula e Dilma.
- b) Fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- c) Fortalecer o Plano Nacional de Logística e Transporte.
- d) Expandir a produção de energia elétrica focada em energias renováveis, principalmente eólicas, solar e bioeletricidade.
- e) Completar as obras ferroviárias de integração nacional, como a ferrovia Norte-Sul, Leste-Oeste e Transnordestina, dentre outras, fundamentais para redução dos custos de transporte no país.

SALVAR A PETROBRÁS E O PRÉ-SAL,
OS MAIORES PATRIMÔNIOS BRASILEIROS

- a) Impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobras.
- b) Modificar seu Plano Estratégico 2017-2021 para retomar os objetivos de crescimento da produção, buscando novas formas de financiamento e mantendo a integridade de uma empresa integrada de energia.
- c) Estabelecer regras na legislação que impeçam a privatização disfarçada e a preços vis de ativos da Petrobras e a entrega de blocos gigantes do Pré-Sal, que estão sendo realizadas pelo governo golpista.
- d) Retomar a política de conteúdo nacional e compras da Petrobras, restabelecendo e reformulando os programas de conteúdo nacional para gerar empregos no País, superando a perda de postos de trabalho causada nos últimos dois anos.
- e) Retomar o Plano Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro.

GARANTIR DIREITOS POR MEIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

- a) Defender e aperfeiçoar o SUS, ampliando as condições de seu financiamento público.
- b) Defender os preceitos constitucionais em relação ao Sistema de Proteção e Seguridade Social como garantia de cidadania.
- c) Defender o Plano Nacional de Educação construído nas Conferências Nacionais de Educação, com investimentos progressivos para

alcançar 10% do PIB em educação, e retomar a construção do Sistema Nacional de Educação.

d) Defender o Plano Nacional de Cultura, com investimentos de, no mínimo, 1% do PIB em políticas culturais, e o Sistema Nacional de Cultura.

e) Defender o Sistema Único da Assistência Social.

f) Implantar uma nova política nacional sobre drogas, considerando a interdisciplinaridade da temática, envolvendo as áreas de saúde, educação, trabalho, segurança e assistência social.

g) Defender políticas públicas que efetivem os direitos de cidadania dos povos indígenas, reconhecendo sua autonomia e especificidades.

h) Retomar a reforma agrária para garantir a segurança alimentar e nutricional com fornecimento de alimentos saudáveis, além de assegurar dignidade para quem vive no meio rural brasileiro.

i) Retomar e ampliar a política de fortalecimento da agricultura familiar, com sustentabilidade ambiental, econômica, social, cultural.

j) Retomar o Programa Nacional de Segurança Pública, com cidadania e foco especial na reestruturação do sistema penitenciário.

k) Retomar o Plano Nacional de Políticas Públicas LGBTTT, combater a lgbtphobia e criminalizar a violência e a discriminação contra a população LGBTTT.

l) Combater todas as formas de discriminação e violência contra os cidadãos. Defender incondicionalmente os Direitos Humanos e os direitos civis.

m) Retomar a Política Nacional voltada à Igualdade de Gênero, que visa combater a discriminação, o machismo, a exploração, a misoginia, a violência e a desigualdade em relação às mulheres.

n) Retomar a Política voltada à Igualdade Racial, que visa combater o racismo e o genocídio da juventude negra, aprovada nas Conferências Nacionais. Retomar a aplicação da Lei 10.639/ 11.645.

o) Retomar a Política Nacional para Juventude aprovada nas Conferências Nacionais.

RESOLUÇÃO SOBRE BALANÇO DE UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

1. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, tendo realizado, desde então, seis congressos (contando o atual) e quinze encontros nacionais (inclusive dois extraordinários), mais um sem-número de reuniões estaduais, municipais e setoriais, que aprovaram resoluções programáticas, estratégias, táticas e organizativas.

2. De conjunto, estas resoluções contêm não apenas um balanço do presente e diretrizes para o futuro, mas também uma análise do passado, inclusive da trajetória do Partido dos Trabalhadores, da ação de sua militância, de seus mandatos parlamentares e executivos, da contribuição que buscamos dar para a luta das classes trabalhadoras no Brasil e no mundo.

3. Portanto, ao incluir o tema “balanço” em sua pauta, o 6º Congresso não “inventou a roda”. Pelo contrário, pretendeu dar continuidade a uma prática crítica e autocrítica que o Partido dos Trabalhadores busca adotar desde sua criação.

4. Não somos os únicos a proceder assim. Tanto na esquerda brasileira quanto mundial, esta atitude crítica e autocrítica é almejada por muitos outros partidos. Mas nem todos possuem a pluralidade de opiniões que caracteriza o PT.

5. Nós sabemos que esta pluralidade não impediu nem impede, muito pelo contrário, que exista entre nós uma grande convergência em defesa de um conjunto de objetivos programáticos, entre os quais a luta contra todas as formas de opressão e exploração, a luta contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo, a luta contra o machismo, o racismo e a homofobia, a defesa do socialismo democrático, do bem-estar social, da mais profunda democracia, da soberania nacional, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, da paz e do desenvolvimento, assim como de uma nova ordem mundial.

6. A pluralidade interna do PT tampouco impediu ou impede que consigamos construir importantes sínteses estratégicas e táticas, nas lutas

sociais e na ação institucional, bem como na busca pela construção de um partido socialista, de massas e democrático.

7. Foi assim que construímos nosso Partido e desenvolvemos nossa ação, acumulando ao longo de quase quatro décadas um relevante conjunto de experiências em termos de organização popular, de luta social e de ação institucional, em todos os níveis. Experiências que a Fundação Perseu Abramo deve seguir sistematizando, debatendo e divulgando.

8. Sobre todas e cada uma destas experiências e formulações, há no interior do nosso Partido balanços muitas vezes diferenciados. Não achamos que isto seja um problema: trata-se de outra das muitas expressões de nossa pluralidade e, principalmente, de nossa democracia interna, que rejeita “vereditos oficiais” e não aceita “dar por encerrada a discussão”, especialmente sobre temas de natureza histórica, sobre os quais ainda se discutirá muito, sem que seja necessário emitir sobre eles qualquer pretensa “última palavra”.

9. Até porque nossas experiências e formulações não são propriedade privada do Partido dos Trabalhadores: elas fazem parte do patrimônio histórico do povo brasileiro. Primeiro, porque nossas experiências e formulações são inseparáveis das lutas deste povo. Segundo, porque o aprendizado acerca de nossas experiências e formulações está posto ao serviço das lutas populares. Terceiro, porque é inevitável, legítimo e necessário que haja um permanente debate entre os que militam nas diferentes organizações populares acerca das formulações e experiências protagonizadas pelo PT.

10. Aliás, nosso Partido já produziu diferentes avaliações acerca de sua própria trajetória, assim como da trajetória de outras experiências de esquerda. Não apenas porque o PT é plural, não apenas porque esta pluralidade é distinta a cada momento, mas também porque nosso ponto de vista é resultado de um acumulado histórico – no qual se incluem valores, princípios e tradições que nos marcam desde a criação do Partido –, sempre fortemente marcado pelas circunstâncias de cada época.

11. A época que vivemos, por exemplo, é caracterizada pela tentativa, patrocinada pelo grande capital e por seus instrumentos, especialmente o oligopólio da mídia, de desmoralizar e destruir o Partido dos Trabalhadores, bem como os avanços conquistados entre 1o de janeiro de 2003 e 12 de maio de 2016, período em que petistas estiveram à frente da presidência da República.

12. Por isto, ao realizar o balanço deste período, não podemos deixar de enfatizar nossos êxitos. Não porque não tenhamos cometido erros, tampouco porque tenhamos sido exitosos em tudo. Aliás, se fosse assim, o golpe não teria ocorrido e viveríamos no socialismo. Enfatizaremos nossos êxitos, em primeiro lugar, porque foi contra eles que os golpistas agiram e seguem agindo. Em segundo lugar, enfatizaremos nossos êxitos como resposta às mentiras e ao desmonte praticado pelos golpistas. E, em terceiro lugar, como um argumento adicional em defesa de nosso regresso à presidência da República.

13. Embora possa parecer óbvio, achamos necessário afirmar: se nós mesmos não defendermos o que fizemos, quem o fará? E se não temos motivos para defender o que fizemos, por que defendemos ser útil, ao povo brasileiro, o regresso do PT à presidência da República?

14. Ao destacar nossos êxitos, não deixaremos de apontar nossos erros e insuficiências. Está mais do que claro que os golpistas agiram contra nós, devido ao que fizemos de correto. Mas também está claro que tiveram sucesso no golpe devido a nossos erros e insuficiências. Evidentemente, identificar quais foram estes erros e insuficiências não alterará a história que passou, nem reduzirá o tamanho da derrota que sofremos, mas contribuirá para que consigamos dar a volta por cima e possamos voltar mais fortes e mais capazes de triunfar.

15. É importante, quando falamos de nossos êxitos, recordar que nossos governos não foram homogêneos. Os governos Lula e Dilma não foram iguais; o primeiro mandato de Lula não foi igual ao segundo, assim como o primeiro mandato de Dilma não foi igual ao interrompido segundo mandato. Mas, quando comparamos o desempenho de nossos governos com o desempenho de governos anteriores (nos referimos aqui, especificamente, aos mandatos de Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique), constatamos que existe uma diferença profunda: durante nossos governos houve uma melhoria no padrão de vida da maioria da população brasileira. Aliás, podemos dizer que durante os mandatos Lula e Dilma nosso país ocupou a vanguarda mundial no combate à fome, à pobreza e à miséria: dezenas de milhões de pessoas passaram a ter direito à vida. De inspiração antineoliberal, nossos governos implementaram não apenas políticas públicas de inclusão social e transferência de renda, mas principalmente de ampliação de direitos.

16. Elevar o padrão de vida da maioria da população brasileira também foi um dos êxitos de nossos governos, a razão fundamental pela qual – independentemente dos nossos erros e insuficiências consideramos que valeu a pena e segue valendo a pena o esforço de construir o Partido dos Trabalhadores, participar das organizações e mobilizações das classes trabalhadoras, disputar eleições e exercer mandatos, travar a luta política, ideológica e cultural contra o capitalismo e em defesa do socialismo democrático.

17. Alguns – inclusive no próprio Partido dos Trabalhadores – interpretam a frase “melhorar o padrão de vida” de maneira reducionista, como se fora o mesmo que dizer “consumir mais”. Alguns fazem esta interpretação em tom de crítica, outros em tom de elogio. Estas diferentes interpretações remetem a uma questão extremamente importante: que tipo de sociedade almejamos e quais os variados caminhos para construí-la.

18. O conjunto das teses debatidas no 6º Congresso Nacional do PT apontam que as classes trabalhadoras têm o direito de consumir mais, salientando, explícita ou implicitamente, que entendem isto como parte de um processo histórico que tornará possível, às classes trabalhadoras, assumir o controle das riquezas materiais e espirituais produzidas pela sua atividade criativa. Portanto, “consumir mais” não é nem pode ser um objetivo em si mesmo; pelo contrário, deve ser visto como parte de uma caminhada que inclui construir novos padrões de consumo e de vida em sociedade, de relação com outros povos e com a natureza. Motivo pelo qual, quando apontamos a ampliação do consumo individual e familiar como um desdobramento importante daquilo que nossos governos fizeram, também apontamos que não foi e/ou não deveria ter sido apenas isto o que fizemos e o que pretendemos fazer.

19. A geração de empregos vai muito além de proporcionar um salário: numa sociedade como a nossa, o desemprego tende a produzir todo tipo de constrangimento, sofrimento e humilhação. Já a geração de emprego gera não apenas desdobramentos econômicos, mas também efeitos culturais, sociais e psíquicos extremamente positivos, não apenas para um indivíduo, mas para o conjunto da vida em sociedade.

20. De maneira similar, o acesso à educação vai muito além de proporcionar qualificações técnicas e perspectivas futuras de melhoria salarial. Ao possibilitar que milhões de trabalhadores e filhos de trabalhadores te-

nham acesso à escola, à educação e à cultura, estamos desprivatizando e socializando o saber acumulado pela humanidade.

21. O acesso à casa própria vai muito além da redução do gasto com aluguel; trata-se de garantir que as pessoas do povo tenham sua moradia, seu teto, seu abrigo, seu lar, contribuindo para a segurança material e emocional, sem a qual os laços comunitários são mais facilmente ameaçados e destruídos.

22. O acesso à energia elétrica vai muito além da possibilidade de utilizar eletrodomésticos; trata-se de transportar para nosso tempo pessoas e regiões que vinham sendo mantidas em condições do século XIX e anteriores.

23. O Bolsa Família significa muito mais do que um dinheiro depositado numa conta bancária, assim como a política de reajuste do salário mínimo e das aposentadorias vai muito além de impedir a erosão inflacionária. Para milhões de pessoas, significa sentir-se parte de uma comunidade, significa demonstrar que compartilhamos responsabilidades e destinos, que ninguém pode ser sujeito ao abandono, à miséria, à privação, ao esquecimento e desemparo na doença e na velhice. Este talvez seja o sentido mais profundo de políticas como o SUAS e o SUS, entre muitas outras.

24. Portanto, quando observadas em conjunto, estas e outras políticas públicas que, no curto prazo, podem ter resultado ou efetivamente resultaram em ampliação do consumo, também tinham relação – algumas vezes tênue e contraditória, outras vezes intensa e cristalina – com o projeto de devolver às classes trabalhadoras, enquanto indivíduos e enquanto coletivo, o produto do seu trabalho. E, ao mesmo tempo, de permitir às classes trabalhadoras afirmar outros padrões societários, internos e externos, de relação entre os seres humanos e de relação com a natureza. É por isto que governos que se empenharam em gerar empregos e aumentar os salários, também buscaram garantir e ampliar direitos, combater o racismo, a homofobia, a violência contra a mulher, a exclusão e desrespeito com os povos indígenas. É por isso que nossos governos, em sua política externa, romperam com o hábito de “falar fino com os poderosos e falar grosso com os frágeis”. É por isso, igualmente, que buscamos – ainda que com muitas contradições – superar o modelo predatório que caracteriza nossa economia há séculos.

25. As teses debatidas no 6º Congresso não têm dúvida em apontar os limites de tudo que fizemos e o tanto que deixamos de fazer. Até porque

não se conseguiria mudar, em menos de duas décadas, séculos de história. O que mais importa é que estas teses deixam claro que pretendemos voltar a governar e o faremos reafirmando que não queremos ser um país plutocrático, a serviço dos que ganham sem trabalhar, nem queremos ser um país falsamente meritocrático, que garante para alguns padrões de “classe média”, às custas de muitos que são privados do acesso ao consumo e aos direitos. Queremos ser um país onde as classes trabalhadoras tenham um alto padrão de vida, material e cultural, com base em novos paradigmas de consumo e de vida em sociedade, de relação com outros povos e com a natureza.

26. Sabemos que para atingir estes objetivos é necessário garantir fortes políticas públicas, que não apenas materializem, mas que também permitam ampliar de forma expressiva e continuada os direitos. Neste sentido, com todos os limites que possam ter tido e que efetivamente tiveram, os governos Lula e Dilma construíram experiências que contrastam com a lógica anteriormente predominante em diversas esferas do Estado: a ideia de que políticas públicas são precárias por natureza, ineficientes, quando muito tratadas como matéria-prima de marketing, carentes da seriedade e da atenção que devem merecer ações cujo destinatário é o povo brasileiro.

27. Se os governos Lula e Dilma construíram e apontaram para aquele tipo de experiências, contrastantes com o que pensava e ainda pensa a classe dominante deste país, é antes de mais nada porque, ao longo de sua história de 37 anos, o Partido dos Trabalhadores desenvolveu uma prática que apontava num sentido inovador. Fizemos isto contribuindo para a organização e participando da luta das classes trabalhadoras, de todos os setores explorados e oprimidos. Fizemos isto através da ação de governos municipais e estaduais, da luta parlamentar e de leis por nós propostas, das lutas políticas e sociais que o PT protagonizou ou integrou. Os governos Lula e Dilma são e devem ser vistos como uma parte importante desta trajetória. Não como seu ápice, nem como seu final, pois muito ainda há o que fazer e muito mais ainda conseguiremos fazer: transformações profundas e estruturais, em direção ao socialismo democrático.

28. O golpismo busca desmontar, no plano simbólico e material, as ações implementadas por nossos governos nacionais no sentido de melhorar o padrão de vida da maioria da população brasileira. As teses debatidas no 6º Congresso apontam que o trabalho deletério dos golpistas foi facilitado

pela política econômica adotada no início do segundo mandato da presidenta Dilma, política que – para além dos efeitos econômicos e sociais que produziu – teve como principal efeito político desorientar parte de nossa base social e eleitoral. Os golpistas contaram, também, com a força do oligopólio da mídia, contra o qual nossos governos não tomaram as medidas reclamadas pelo nosso Partido e por grande parte da esquerda brasileira. Os golpistas se beneficiaram, ainda, da hegemonia que as forças de centro-direita seguiram mantendo sobre grande parte das instituições brasileiras, desde o Judiciário até o Congresso Nacional, que não foram objeto de uma reforma política e de Estado. Contribuiu para o golpe o controle do capital financeiro, transnacional e oligopolizado sobre a economia nacional um controle explícito no financiamento privado empresarial das eleições, assim como nas operações de sabotagem e desestabilização econômica que foram praticadas contra nossos governos. Nossos governos enfrentaram de forma tímida o capital financeiro. Deveríamos ter realizado uma auditoria cidadã e soberana da dívida pública e denunciado ao povo brasileiro o quanto dos recursos públicos são destinados ao esquema da dívida. Finalmente, mas não menos importante, o golpismo foi em alguma medida estimulado, respaldado e orientado por agentes estatais e não estatais estrangeiros.

29. Nunca é demais repetir que o programa político, econômico e social do golpismo foi derrotado nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Sendo que nas três últimas eleições presidenciais, o povo avaliou e aprovou, majoritariamente, as realizações dos governos Lula e Dilma. Todavia, há pesquisas que informam que parte importante da população brasileira aprovou o que fizemos, votou em nossas candidaturas, mas não compreendeu adequadamente o vínculo existente entre nossas realizações administrativas e um determinado programa, uma visão de mundo.

30. Neste sentido, é preciso reconhecer que falhamos em explicar e convencer o conjunto de nosso eleitorado de que os êxitos obtidos por nossos governos só foram possíveis ali onde conseguimos construir políticas públicas que materializassem uma visão alternativa e antagônica à concepção neoliberal, entreguista e antidemocrática, que foi hegemônica na presidência da República, entre 1990 e 2002.

31. Não é segredo que existem em nosso Partido diferentes opiniões acerca do quanto fizemos. Há quem esteja convicto de que fizemos o máxi-

mo que a correlação de forças permitia e permitiria. Há os que afirmam que poderíamos e deveríamos ter feito mais. Há quem esteja convencido de que conciliamos em demasia com os interesses do grande capital, do agronegócio e da especulação financeira.

32. Mas é importante ressaltar que nenhuma das posições apresentadas durante o 6º Congresso Nacional do PT duvida que – especialmente quando comparados ao governo usurpador – nossos governos efetivaram políticas públicas que buscavam implantar outra concepção de desenvolvimento, expressa, por exemplo, na política externa ativa e ativa, no arquivamento do projeto de Área de Livre Comércio das Américas (Alca), no estreitamento dos laços com os vizinhos da América do Sul, no aprofundamento de projetos comuns aos BRICS, nas relações com o continente africano, nas políticas de participação popular, na Lei da Partilha do Pré-Sal, na retomada do papel protagonista do Estado, tanto no desenvolvimento econômico quanto na ampliação do bem-estar social.

33. As teses debatidas no 6º Congresso destacam, especificamente, um conjunto de ações e políticas que ampliaram os direitos, a saúde e a educação da classe trabalhadora, especialmente das mulheres, da juventude, dos negros e das negras: a Política de Valorização do Salário Mínimo, a PEC das Domésticas, a Lei Maria da Penha, o Programa Bolsa Família, que em 2016 mantinha 13,9 milhões de família fora da extrema pobreza, o programa Mais Médicos, a política de cotas, a ampliação do investimento público total em educação em relação ao PIB, de 4,5% em 2004 para 6,2%, em 2013.

34. Portanto, as teses destacam nossos êxitos em termos de ampliação do bem-estar social, das liberdades e direitos democráticos, de fortalecimento da soberania e da integração regional, êxitos reconhecidos pela maioria do eleitorado em 2006, 2010 e 2014. Mas, apesar disso, fomos vítimas de um golpe jurídico, parlamentar e midiático. Golpe que foi seguido de uma eleição municipal em 2016, em que as candidaturas petistas tiveram – com exceções – um desempenho negativo.

35. As teses debatidas no 6º Congresso do PT apontam que o golpe foi em grande medida uma reação do grande capital nacional e internacional, do oligopólio da mídia e de diferentes setores da direita, dentro e fora do Estado brasileiro. Reação contra nós, contra o que nós somos, contra o que nós efetivamente fizemos, contra o que eles temiam que poderíamos vir

a fazer e, também, reação contra nossa recusa em capitular e implementar o programa dos golpistas. Uma reação que não se dirigia apenas contra nossos governos, mas contra o que há de mais combativo na classe trabalhadora e no conjunto do povo brasileiro. Uma reação que tinha e tem como objetivo efetivar um programa antipopular e antinacional, um programa derrotado nas urnas nas quatro últimas eleições presidenciais, um programa que visa ampliar os padrões de lucratividade do capital. O golpe foi a saída encontrada pelas oligarquias financeiras, industriais, agrárias, midiáticas e pelos partidos que as representam para subordinar a política econômica aos pressupostos da ortodoxia neoliberal, em sintonia com a tendência mundial do capitalismo de concentrar e exportar capitais, ampliando a financeirização da economia no contexto da globalização. Trata-se de aplicar outro projeto de país, projeto que envolve uma visão sobre o Estado e suas instituições, sobre a economia, as relações de trabalho, a sociedade, a política, o poder coercitivo, a democracia, a cultura, os valores, os modos de vida.

36. Não há consenso, nas diferentes teses debatidas no 6º Congresso Nacional, acerca dos motivos pelos quais o golpe foi vitorioso. Nem tampouco há consenso acerca da relação entre o golpe e aquilo que fizeram e/ou deixaram de fazer nossos governos nacionais.

37. Mesmo quando manifestam opiniões parecidas, as teses apresentam nuances importantes, seja para compreender o que ocorreu, seja para contribuir para nossas ações futuras. Mas é comum a todas as teses apontar a relação entre a política econômica adotada no segundo mandato da presidenta Dilma e o golpe finalizado em 31 de agosto de 2016. Assim como é comum a todas as teses apontar não apenas os erros cometidos pelos governos, mas também os erros cometidos pelo Partido, assim como as debilidades dos movimentos sociais.

38. No que diz respeito especificamente ao governo Dilma, é importante lembrar a crítica feita pelo próprio Diretório Nacional do Partido, transcrita em algumas teses. Ao invés de acelerar o programa distributivista, como havia sido defendido na campanha da reeleição presidencial em 2014, o governo adotou medidas de austeridade sobre o setor público, os direitos sociais e a demanda. O ajuste fiscal, além de intensificar a tendência recessiva, gerou confusão e desânimo na base social petista: entre os trabalhadores, a juventude e a intelectualidade progressista, disseminou-se a sensação, esti-

mulada pelos monopólios da comunicação, de estelionato eleitoral. A popularidade da presidenta rapidamente despencou. As forças conservadoras sentiram-se encorajadas a buscar a hegemonia nas ruas, pela primeira vez desde as semanas que antecederam o golpe militar de 1964. O enfraquecimento da esquerda, nos meses seguintes à vitória apertada no segundo turno de 2014, rapidamente alterou a correlação de forças no país, dentro e fora das instituições. A direita retomou a ofensiva. As frações de centro, assistindo ao derretimento do governo na opinião pública, começaram a se descolar da coalizão presidencial, deslizando para uma aliança conservadora que impôs sucessivas derrotas parlamentares à administração federal. Apesar de seguidas decisões do Partido, apontando ser indispensável mudar a política econômica para recuperar apoio político e social, o governo prosseguiu no rumo que escolhera, agravando as dificuldades e se distanciando do que era efetivamente necessário: recompor o equilíbrio fiscal através da tributação dos mais ricos e desmontar o oligopólio dos bancos, entre outras medidas que permitissem recursos para o Estado aprofundar políticas de desenvolvimento com distribuição de renda. Portanto, não se tratava nem se trata de um reordenamento orçamentário, mas sim de um novo ciclo programático baseado em reformas estruturais, sem o que o processo de desindustrialização e dependência externa vai se aprofundar, conduzindo o Brasil a uma situação econômica que já experimentamos antes da Revolução de 1930.

39. Como já foi dito por resoluções partidárias, registradas em algumas teses, o golpe confirmou que a burguesia, em determinada correlação de forças, pode até aceitar certas mudanças nos períodos expansivos, quando os avanços das camadas populares não resultam em diminuição de seus ganhos absolutos ou relativos. Mas a burguesia oferece brutal resistência quando esse equilíbrio distributivo está sob ameaça, particularmente nas fases de contração econômica. Noutras palavras, pode-se dizer que uma tentativa de golpe viria, mais cedo ou mais tarde, sejam quais fossem as formas e os pretextos.

40. Nesse sentido, como é dito em várias teses, deveríamos compreender que a hegemonia dos trabalhadores no Estado e na sociedade não depende exclusiva ou principalmente de administrações bem-sucedidas, nem tampouco de maiorias parlamentares, mas sim da construção de uma força política, social e cultural capaz de dirigir a sociedade e as institui-

ções, derrotando nossos inimigos em todos os terrenos. Para construir esta força, deveríamos ter costurado um programa e uma aliança estratégica entre os partidos populares e os movimentos sociais, que pudesse ampliar o peso da esquerda, dentro e fora das instituições. Deveríamos, ainda, ter desenvolvido um trabalho articulado de disputa de hegemonia pelo partido, pelos governos petistas e pelas bancadas, através de políticas de Estado e das políticas partidárias de formação e comunicação, dentre outros. Sem isto, o nosso crescimento institucional foi insuficiente e, além disso, foi contaminado pelo financiamento empresarial de campanhas, afetando nossa nitidez político-ideológica, expondo negativamente nossa imagem, abrindo flancos para ataques de aparatos judiciais controlados pela direita.

41. Como essa construção não ocorreu, nosso balanço é chamado a explicar por quais motivos o impeachment foi aprovado por um parlamento onde a “base do governo” era supostamente majoritária, respaldado por um Supremo Tribunal Federal composto, em sua ampla maioria, por ministros indicados por presidentes petistas, apoiado em provas produzidas por investigações conduzidas por um Ministério Público e por uma Polícia Federal fortalecidas em nossas gestões e publicizado por meios de comunicação financiados, em boa medida, através de verbas publicitárias do governo federal. Sem falar que Temer, o usurpador, teve sua candidatura a vice-presidente da República respaldada pelo voto amplamente majoritário de dois encontros do PT.

42. Sobre cada um destes pontos, as teses debatidas no 6º Congresso oferecem diferentes interpretações. Algumas apontam para a existência de uma estratégia de conciliação de classes, que inclusive não teria se preparado para a hipótese de ocorrer uma reação golpista. Outras interpretações reconhecem decisões efetivamente incorretas, mas consideram que elas teriam se dado nos marcos de uma estratégia correta, que buscou levar em conta a correlação de forças. Independentemente da opinião que tem acerca destas diferentes interpretações, a maioria das teses aponta que nosso retorno ao governo deveria ser acompanhado da criação de condições para uma reforma geral das instituições, a ser feita por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte.

43. Outro ponto presente em todas as teses é o tema da corrupção. É feita uma crítica da corrupção e da promiscuidade entre o público e o privado, seja enquanto componente indissociável do capitalismo em geral e

da história do Estado burguês no Brasil, seja enquanto “efeito colateral” dos mecanismos de financiamento privado empresarial.

44. Embora haja diferentes e algumas vezes muito contraditórias apreciações nas teses debatidas no 6º Congresso, pode-se dizer que todas apontam ser indispensável superar a adaptação do Partido ao “modus vivendi” da política tradicional no Brasil. Algumas teses destacam como exemplo principal de “adaptação” as coligações eleitorais com partidos de centro-direita, especialmente o PMDB. Outras destacam o estabelecimento de uma relação tradicional entre partido e governo, com o primeiro subordinando-se ao segundo, o que inclusive impediria o desempenho adequado e a defesa eficaz de ambos.

45. Na opinião de algumas teses, este processo de adaptação teria levado o PT, inclusive, a não travar alguns debates políticos e ideológicos apontados como decisivos. Embora cada tese faça sua lista específica, todas apontam que, em nome de cálculos eleitorais e/ou de governabilidade institucional, teríamos deixado de debater ou teríamos feito concessões em diversos temas, entre os quais são citados a questão do aborto, a segurança pública, a taxação das grandes fortunas, a reforma política, a reforma do sistema penitenciário, a reforma agrária, a defesa dos povos indígenas, entre outros. Há teses que chamam a atenção para o fato de que recusamos a tese formal da autonomia do Banco Central, mas que na prática esta autonomia foi exercida, beneficiando os interesses rentistas. Além disso, muitas resoluções de Conferências Nacionais – como as de Educação, Saúde, Direitos Humanos e Comunicação – teriam sido deixadas de lado.

46. Diversas teses fazem uma crítica enfática ao que consideram uma determinada interpretação do “republicanismo”, que teria nos levado a decisões equivocadas em questões relativas ao Ministério Público, à Procuradoria Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal e à Polícia Federal. Na opinião destas teses, sem aquele tipo de “republicanismo”, a Operação Lava Jato e, antes dela, a Ação Penal 470 não teriam conseguido instalar uma “justiça de exceção”, organizada com o objetivo de destruir o PT e Lula. Com o mesmo propósito, mas utilizando uma terminologia distinta, há teses que criticam a crença na neutralidade das instituições.

47. A título de conclusão, podemos afirmar que, ao tratar do tema “balanço”, as teses debatidas no 6º Congresso Nacional discutem em que

medida a ação dos nossos governos influenciou e deixou de influir na relação de forças entre as classes sociais existentes no Brasil.

48. Do ponto de vista da ação presente e futura do Partido, o 6º Congresso considera que esta é uma das questões fundamentais sobre as quais devemos nos debruçar, se quisermos voltar a governar o Brasil e se quisermos ser vitoriosos numa próxima experiência governamental. A saber: como utilizar nossa presença no governo nacional para alterar a relação de forças na sociedade brasileira. Ou, dito de outra forma: o que fazer para fortalecer cultural, política e economicamente as classes trabalhadoras? Como atrair os setores médios, buscando impedir que eles se convertam em tropa de choque da reação? Que ações implementar com o objetivo de dividir e enfraquecer o poder cultural, político e econômico da classe dominante? Responder a estas perguntas é uma das principais contribuições estratégica, nossa tática e nossa política de organização.

49. Concluimos enfatizando este último ponto: mudar o Brasil implica conquistar governos, mas exige principalmente construir um novo poder. E construir um novo poder é uma tarefa das organizações da classe trabalhadora, dentre as quais o próprio Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, talvez um de nossos maiores erros tenha sido acreditar ser possível terceirizar, para os governos, tarefas políticas, sociais e culturais que cabiam antes de tudo ao próprio Partido.

50. Reconhecer este erro e tomar as medidas práticas para que ele não se repita realizando mudanças no trabalho de massas cotidiano, no discurso feito junto à sociedade, na política de alianças, na atitude perante as instituições do Estado, no peso do institucional, nos costumes, no direcionamento das atividades partidárias, no esforço para produzir uma cultura e uma elaboração teórica à altura das necessidades – é o principal sentido das resoluções de balanço do 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores.

RESOLUÇÃO SOBRE ESTRATÉGIA E PROGRAMA

1. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo de sua história, tem sido alavancado por superexploração do trabalho, concentração de renda e riqueza, exclusão social e subordinação aos centros imperialistas. O processo de formação das classes dominantes locais, associado à sua inserção subalterna na ordem capitalista mundial, somente ofereceu, aos trabalhadores e às demais camadas populares, a chibata do escravismo, da desigualdade, da dependência e da pobreza.

2. Esses fenômenos, longe de constituírem deformações ou enfermidades do sistema, representam sua própria lógica. Cruzam-se e sintetizam o processo permanente de barateamento da mão de obra, apropriação dos recursos estatais por grupos monopolistas, abertura indiscriminada aos fluxos internacionais de capital, desobrigação fiscal sobre o lucro capitalista e exploração predatória dos recursos naturais. São esses os caminhos pelos quais a burguesia brasileira historicamente se embrenhou para compensar fragilidades estruturais e melhorar seu lugar na acumulação planetária de capitais.

3. A reprodução da miséria e da pobreza, acompanhada por opressão de raça e gênero, sempre foi funcional para a manutenção de um gigantesco exército industrial de reserva, além de refletir a situação de abandono provocada por modelos de desenvolvimento nos quais o mercado interno se restringe às camadas médias e ricas da sociedade.

4. Ao longo dessa trajetória, ocorreram variações, de duas naturezas distintas. O primeiro tipo refere-se a quando frações nacionalistas da burguesia, com forte base entre os trabalhadores, ascenderam à direção do Estado, como foram os casos do segundo governo de Getúlio Vargas e da administração de João Goulart. O segundo, durante os governos Lula e Dilma, quando um partido orgânico da classe trabalhadora alcançou o comando do poder público. Essas experiências tiveram em comum o redirecionamento do orçamento nacional para a expansão do mercado interno

de massas por meio do aumento de salários e direitos, do fortalecimento do Estado como indutor e coordenador do desenvolvimento econômico e da adoção de uma política internacional efetivamente soberana. Mais cedo ou mais tarde, nesses capítulos de nossa história, os setores hegemônicos do empresariado e seus aliados externos acabariam por comandar movimentos de caráter antinacional, antipopular e antidemocrático, com o objetivo de trazer o capitalismo brasileiro de volta ao seu leito histórico.

5. Até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, marcado pela financeirização global, essas características se exacerbaram: além de gerarem sofrimento e escassez de oportunidades às amplas maiorias, levaram à perda de força propulsora, atolando o país em baixas taxas de crescimento e investimento, ao mesmo tempo em que a rentabilidade dos ativos financeiros impulsionava os lucros monopolistas.

6. A principal consequência desse processo, no mundo do trabalho, é bastante conhecida: brutal precarização das relações laborais. O país foi empurrado à desindustrialização, à ampliação do território dedicado à agricultura de commodities e ao extrativismo mineral, à subordinação ao sistema financeiro internacional.

7. Esse cenário começou a ser alterado durante os governos liderados pelo PT, quando a elevação geral dos salários, a expansão de direitos, a recuperação do Estado e a reorientação do orçamento público impulsionaram o mercado interno, dinamizando o conjunto da economia em conjunto com a expansão do comércio mundial de commodities. A partir da crise capitalista de 2008, no entanto, paulatinamente emergiu forte reação burguesa, buscando cortar profundamente custos salariais diretos e indiretos, além de recuperar espaço nos gastos e fundos públicos, particularmente através da receita com juros e subsídios diversos. Essa contraofensiva foi relativamente contida até 2013, pelo sucesso das administrações petistas em preservar o consumo familiar, o investimento estatal e o crescimento econômico geral. Mas adquiriu agressividade quando começaram a declinar os fatores que serviam de compensação às elites frente ao aumento constante da renda do trabalho. Trata-se, enfim, da prova mais recente de incompatibilidade entre a via brasileira de desenvolvimento capitalista e os interesses nacionais-populares. O golpe de Estado perpetrado em 2016 foi a expressão política dessa arremetida do grande capital.

8. O velho sistema oligárquico-burguês revela-se, portanto, incapaz de garantir desenvolvimento sustentável, justiça social, direitos civis e independência nacional. Nessas circunstâncias, criar as condições políticas, materiais e culturais para o nascimento de uma sociedade pós-capitalista, de natureza socialista e democrática, constitui a tarefa histórica fundamental que norteia o Partido dos Trabalhadores, tal como afirmam o Manifesto de Fundação e as resoluções sobre socialismo petista aprovadas no 7o Encontro Nacional (1987), no 1o Congresso (1991) e no 3o Congresso (2007).

9. A emancipação dos trabalhadores, nesse sentido, somente será possível com a superação do regime capitalista, incapaz de resolver os grandes problemas do país. Reformas que arrefeçam sua natureza parasitária devem ser entendidas como potencialmente antagônicas às características dominantes que o regulam, colocando sob tensão a sobrevivência do próprio sistema e desmontando seus pilares de sustentação, ao mesmo tempo em que favorecem a educação política e a mobilização de amplas massas.

10. O PT entende que a reconstrução do socialismo como ideal de amplos setores sociais é um dos maiores desafios de nossa época.

11. Nosso partido se constituiu realizando uma profunda crítica aos limites e às contradições da social-democracia e ao chamado socialismo real. Ao fazê-lo apontou a necessidade de superação da gênese e dinâmicas da concentração capitalista, de ruptura dos monopólios sobre a indústria, o comércio, a terra e as finanças, a necessidade de planificação democrática da economia, de fortalecimento de empreendimentos não monopolistas e da economia solidária e cooperativa, de grande desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura em geral, bem como de sua democratização, de proteção e sustentabilidade ambiental.

12. As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, na direção da superação da dominação de seres humanos por outros seres humanos, envolverão processo continuado de lutas e conquistas, rupturas e conflitos, criação e recriação de experiências em todos os campos da vida humana. Como em outros períodos históricos as experiências de transformação nada terão de linear.

13. O Partido dos Trabalhadores buscará, com maior audácia e rigor teórico, com vigor e compromisso, intensificar o debate sobre os fundamentos de nossa concepção de socialismo democrático em diálogo com as for-

ças populares, intelectuais, artistas, partidos de esquerda, alimentando-nos para isso também da interlocução com a esquerda em diferentes partes do mundo. Mas o fazemos a partir da luta e da experiência concreta da classe trabalhadora, cuja força e movimento alimentam a existência do PT. Temos a convicção de que a sociedade capitalista, baseada na exploração e na opressão, está longe de ser o fim da história e de que ela pode e deve ser superada, para que a humanidade alcance novos patamares de dignidade e padrões de convívio social justos e livres.

14. O socialismo pelo qual lutamos corresponde à mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais do que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

15. O socialismo petista é internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e de que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda

Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, para que sejam capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz.

16. A economia socialista deverá ter como centro organizador o planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço, não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presente e futuras do conjunto da humanidade. Para tanto será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais.

17. O principal pilar desse novo modo de produção será a propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal, e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista, quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais, com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva, quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

18. O progresso desse novo sistema depende, em grande medida, da integração latino-americana e do fortalecimento de blocos que se contraponham ao controle dos Estados imperialistas sobre as principais entidades creditícias, comerciais, reguladoras e militares do planeta. A alternativa socialista não se circunscreve apenas às fronteiras nacionais, pois sua viabilidade está parcialmente condicionada pela capacidade de criar gigantescos ativos em

infraestrutura, crédito, mercado de consumo, escala de produção, comércio exterior, tecnologia e inovação, proteção do meio ambiente e autodefesa.

19. Os ideais e valores do socialismo democrático se constituem, para nós, nos referenciais para formulação das bandeiras de luta, para resgatar o que está sendo destruído pelo governo golpista e aprofundar a construção de nosso programa alternativo para o país, que deve avançar nas reformas democrático-populares iniciadas nos governos Lula e Dilma.

20. As profundas reformas de que nosso país necessita exigem a um só tempo mobilização popular e construção social, elaboração intelectual e política. Nosso intuito é que sejam defendidas pela maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, pela juventude, pelos intelectuais e cientistas, de todas as etnias, em todas as regiões.

21. O PT está desafiado a contribuir para a ampliação da organização e consciência crítica das classes trabalhadoras na luta contra as orientações e as medidas ultraliberais impostas por um governo sem voto e sem legitimidade. Nesse processo o partido deve seguir atualizando seu programa em diálogo com os movimentos sociais, com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com todos os setores e personalidades comprometidos com a transformação da sociedade brasileira no rumo da justiça social e da verdadeira democracia.

Trata-se de combinar, cada vez mais, mobilização social e ação institucional, o que envolverá conflitos e rupturas, pois a natureza das classes dominantes brasileiras, além de colonial e racista, é profundamente antidemocrática, refletindo mentalidade política decorrente do caráter particularmente predador e excludente do capitalismo tardio. Mesmo diante de reformas que beneficiem as classes populares sem afetar de modo estrutural os interesses das elites, o grande capital não hesita em atropelar o Estado de Direito.

22. A realização dessas tarefas históricas depende, a médio e longo prazos, da construção do poder popular, de um Estado dirigido pelas classes trabalhadoras, condição indispensável para impulsionar reformas que promovam a transformação profunda da vida nacional. Esse é o caminho que materializa o destino traçado no manifesto de fundação do PT: “conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.

23. A edificação do Estado popular ultrapassa a disputa pelo comando das velhas instituições oligárquicas: apenas a radicalização da democra-

cia, no curso de uma revolução política e constituinte, poderá sedimentar o processo de mudanças que almejamos. Novas instituições e métodos, que combinem mecanismos representativos com instrumentos plebiscitários, democracia direta e poder local, são indispensáveis para as reformas estruturais e a transição ao socialismo, com a plena vigência, entre outros direitos fundamentais, do voto universal e secreto, da liberdade de imprensa e manifestação, da livre organização partidária e sindical.

24. A via de aproximação para as classes trabalhadoras poderem colocar na ordem do dia o nascimento do Estado popular, nas condições históricas atuais, é a retomada da Presidência da República e a formação de uma maioria parlamentar defensora das reformas estruturais. Este é o desdobramento almejado de um processo que combine lutas institucionais e sociais, política de alianças e construção partidária, elaboração programática e reivindicações específicas, mobilização popular e batalha eleitoral, gestão local e atuação parlamentar, educação de massas e batalha cultural.

25. A conquista do governo federal representa etapa essencial, mas não significa que o poder político terá transitado para as classes trabalhadoras. No interior do Estado poderá ser aberto, por período indeterminado, contraposição entre o Poder Executivo, recuperado pelo bloco histórico progressista, e antigas instituições que servem aos desideratos das oligarquias. Apenas com a intensificação da disputa por hegemonia essa situação poderá ter solução favorável, a partir de medidas político-administrativas que ampliem o poder popular, de pressão permanente e organizada das ruas, do desmonte dos monopólios de comunicação, da elevação da consciência e cultura das massas, do reforço dos movimentos populares e do desaparelhamento do sistema jurídico-policial.

26. As forças progressistas, inclusive ao reconquistarem o governo federal, deverão levar em conta o aprendizado recente: se não estiverem preparadas para enfrentar ataques das elites oligárquico-burguesas à democracia, como resposta previsível desses setores à perda da direção do Estado, estarão fadadas a sucessivas derrotas estratégicas. As medidas concernentes vão além de garantir Público e a Polícia Federal, entre outras estruturas de coerção, impedindo seu controle pela alta tecnocracia ou por nichos corporativos vinculados aos interesses das classes dominantes.

27. Esse processo de democratização inclui o fortalecimento e a reformulação do papel das Forças Armadas, com sua dedicação exclusiva à defesa

nacional e a programas de integração territorial. Também são imprescindíveis a aplicação das recomendações prescritas pela Comissão Nacional da Verdade acerca dos direitos humanos e a alteração dos currículos das escolas de oficiais, expurgando valores antinacionais e antidemocráticos como o elogio ao golpe de 1964 e ao regime militar que então se estabeleceu.

28. Igualmente deve ser estabelecido novo marco regulatório das comunicações, que acabe com o oligopólio da mídia e assegure o direito à livre expressão, criando as bases jurídico-materiais para um modelo plural que incorpore os meios fundamentais de informação, entretenimento e cultura.

29. Entretanto, as medidas adotadas pelo governo usurpador, de ruptura da ordem democrática e das garantias constitucionais, colocam sob risco a estratégia proposta por nosso partido desde 1987, particularmente se vier a bloquear, mesmo momentaneamente, o caminho eleitoral ao comando do Estado. Somente poderemos enfrentar cenário com essas características se fortalecermos nossas relações com movimentos, frentes e partidos que tenham seu centro de gravidade na organização e mobilização popular, para defendermos o processo democrático a partir da vigilância e da fiscalização das instituições, recorrendo a métodos de intensa participação social. Para tanto, o Partido dos Trabalhadores deve recombinar atuação nos parlamentos e executivos com a intensificação da atuação de seus filiados nos núcleos, diretórios zonais, municipais e estaduais, nos setoriais, de modo a fortalecer a participação nos sindicatos, organizações estudantis, culturais e populares, nas entidades de bairro e movimentos reivindicatórios, ajudando na revitalização da política e da confiança na participação popular, como instrumento de libertação econômica, social e política das classes trabalhadoras.

30. A formação de uma maioria social, política e eleitoral que sustente nossa estratégia deve estar ancorada em um programa que responda às angústias do povo brasileiro e aos entraves para o desenvolvimento nacional com reformas que desatem os nós impostos pelo capitalismo monopolista e orientem políticas públicas a serem adotadas ao se reconquistar o governo nacional.

31. As reformas estruturais – de cunho democrático, antimonopolista, antilatifundiário, anti-imperialista e libertário – representam plataforma capaz de agregar amplas parcelas da população, das classes trabalhadoras aos pequenos e médios empresários, o mundo da cultura e a juventude, as

mulheres e a população LGBTQT, os negros e os índios, os pobres da cidade e do campo. Trata-se, afinal, de tarefas inconclusas ou negadas pela hegemonia burguesa no Brasil, cuja realização romperia o dique da superexploração do trabalho, da exclusão social e da dependência nacional, da plutocracia política e do autoritarismo estatal, ao mesmo tempo em que se avançaria no rumo de uma sociedade pós-capitalista.

32. Tais propostas buscam abrir a transição para outro sistema econômico-social, dotando o país de um modelo que, sustentado pelo dinamismo do mercado interno e a centralidade do consumo coletivo, na forma de obras de infraestrutura e serviços públicos universais, promova a reindustrialização acelerada, o desenvolvimento regional, a autossuficiência agrícola, a independência financeira, a soberania nacional e a integração continental.

33. A principal bandeira de nosso programa é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, destinada a reorganizar estruturalmente o Estado brasileiro e aprovar reformas que reorganizem suas bases socioeconômicas e institucionais, dilaceradas pelo governo usurpador. A democratização das instituições brasileiras é preâmbulo indispensável para as demais reformas estruturais.

34. Treze capítulos fundamentais sintetizam essas reformas:

Reforma política. Parlamento unicameral e proporcional ao número de eleitores em cada estado. Adoção do voto em lista partidária. Proibição de coligações proporcionais. Criação de federações partidárias. Financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Fortalecimento dos mecanismos de democracia direta e soberania popular, subordinado a deliberações da Assembleia Nacional Constituinte, com ampliação da prerrogativa de convocação dos plebiscitos também para o poder executivo e os eleitores, entre outros instrumentos.

Democratização da mídia. Proibição de propriedade cruzada. Proibição de propriedade de meios por parlamentares, governantes ou familiares até segundo grau. Criação de um Fundo em Defesa da Liberdade de Imprensa, com um percentual da receita publicitária das televisões aberta e fechada, além das rádios, para estimular novos meios de comunicação. Cláusula de objeção por consciência em todas as redações. Criação de um Conselho Social de Comunicação, que autorize e renove licenças para emisoras de rádio e TV, retirando essa prerrogativa do parlamento. Criação do direito gratuito de antena para televisão aberta e rádios.

Reforma do sistema de segurança pública. Instituição de mandatos limitados para ministros da Suprema Corte, do STJ, do TST e desembargadores dos TRFs e TJs. Desmilitarização das PMs estaduais e unificação com a polícia judiciária. Reformulação do Sistema Nacional Penitenciário, com a incorporação de todas as prisões e casas de detenção a um modelo único de gestão.

Reforma tributária. Tributação de juros sobre capital próprio. Tributação sobre lucros e dividendos. Taxação sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões. Adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Revisão da tabela do imposto de renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças, com repactuação do valor arrecadado entre União, estados e municípios.

Reforma financeira. Lei antitruste do sistema financeiro. Separação entre bancos comerciais e de investimento. Ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos. Reorganização do Banco Central como guardião da moeda, do emprego e do desenvolvimento nacional. Fortalecimento dos bancos públicos. Criação de uma agência de proteção aos direitos do consumidor de produtos financeiros.

Reforma agrária. Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural para propriedades improdutivas. Redefinição dos índices de produtividade para fins de reforma agrária. Proibição da venda de terras para estrangeiros. Estabelecimento de limites regionais para a propriedade agrária e o agronegócio. Fortalecimento da agricultura familiar e das cooperativas agroindustriais como vertentes principais para a conquista de autosuficiência alimentar. Defesa dos direitos e heranças dos povos originários.

Empresas de energia. Recomposição do regime de partilha, com a participação obrigatória da Petrobras nas explorações do Pré-Sal. Criação do Sistema Nacional de Energia, com o controle estatal sobre todas as distintas empresas do setor.

Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Definição de metas e meios para o crescimento da economia por meio de um plano decenal, que tenha como principal objetivo a recuperação da indústria brasileira e a renovação da infraestrutura do país. Regionalização do desenvolvimento a partir de planos para o norte e o nordeste do país.

Direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Restabelecimento da obrigação constitucional mínima com saúde e educação. Revogação da PEC 55. Aprovação da Consolidação de Leis Sociais, constitucionalizando o direito à renda mínima e outros benefícios. Constitucionalização da lei de valorização do salário mínimo por vinte anos. Redução da jornada máxima semanal de trabalho para 40 horas.

Reforma urbana. Combate à concentração de propriedades urbanas por meio de medidas fiscais progressivas e limitação legal da especulação imobiliária. Políticas públicas que eliminem o déficit habitacional, protejam as áreas verdes e de lazer, expandam os terrenos destinados a fins públicos como esporte e cultura.

Acesso à saúde e educação. Fortalecimento do SUS, com aumento das verbas para saúde pública até 10% da receita corrente bruta. Cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, com investimentos de 10% do PIB nas redes públicas de ensino.

Direitos das mulheres. Descriminalização do aborto e regulamentação de sua prática no serviço público de saúde. Garantia do direito ao pagamento de salário igual para trabalho igual. Extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras.

Direitos humanos. Descriminalização progressiva do consumo de drogas. Constitucionalização dos direitos de casais homoafetivos como entidade familiar plena. Promoção de políticas públicas e educacionais de combate ao racismo, ao machismo, à homofobia e a toda forma de preconceito.

35. A realização desse programa, a ser detalhado em intenso diálogo social, tem como ponto de apoio fundamental uma coalizão de partidos e movimentos que represente os operários, os trabalhadores do campo e os camponeses sem terra, os assalariados de serviços e comércio, os micro e pequenos empreendedores, os trabalhadores domésticos, os pequenos proprietários rurais e urbanos.

Também deve agregar cientistas, intelectuais, artistas e jovens que impulsionam movimentos progressistas no campo da cultura e na sociedade; movimentos antirracistas que lutam por igualdade racial, de libertação das mulheres que lutam por igualdade de gênero, os agrupamentos de defesa dos direitos de gays, lésbicas e transexuais.

36. A Frente Brasil Popular, espaço fundamental de nossa estratégia, deve ser ampliada e fortalecida como instrumento de mobilização e cola-

boração programática, preservando sua autonomia em relação às coligações eleitorais ou governamentais. Ao representar os agentes principais do projeto nacional que defendemos, deve atuar também para isolar as vozes do grande capital, ao mesmo tempo em que busca dividir sua base de apoio, atrair setores que se descolam de sua direção e estabelecer acordos táticos capazes de contribuir para o fortalecimento do campo popular. O PT igualmente se empenhará em manter o diálogo e estreitar relações políticas com a Frente Povo Sem Medo.

37. A Frente Brasil Popular tem o papel de aglutinar forças, alinhar o debate, encaminhar ações conjuntas e forjar a unidade da esquerda. Não deve suplantar as entidades que a compõem ou se sobrepor aos partidos, às centrais sindicais e movimentos sociais, aos quais cabem o protagonismo das ações. À Frente Brasil Popular cabe a construção da unidade na ação. Ao PT cabe o compromisso de priorizar a construção dos movimentos sociais que compõem a FBP.

38. A política de alianças, incluindo as coalizões eleitorais, deve aglutinar quem partilhe de uma perspectiva anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiária e radicalmente democrática. Aponta para um governo encabeçado pelo PT, Lula presidente, com partidos, correntes e personalidades que estabeleçam compromisso programático dessa natureza. A consolidação de uma esquerda antissistema, com clara identidade de projeto, constitui elemento central de nossa orientação política.

39. O Partido dos Trabalhadores dedicará suas melhores energias a esse projeto, engajando sua capacidade de formulação, convocação e representação. Temos consciência de que nosso desempenho poderá ter peso decisivo no sucesso dessa grande aliança, ampliando suas fronteiras, aprofundando seu enraizamento e alargando seus horizontes.

40. Ao retomarmos o fio da meada da estratégia democrático-popular, estabelecida ao longo da história de nosso partido, enriquecida pelas lições do período de governo e atualizada aos novos problemas nacionais, o Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a construção do caminho brasileiro ao socialismo e com a luta do povo brasileiro por sua plena emancipação.

RESOLUÇÃO SOBRE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO PARTIDÁRIO

1. O Partido dos Trabalhadores realiza seu 6º Congresso Nacional sob o fogo cerrado da aliança golpista que destituiu a presidenta Dilma, impôs um governo ilegítimo e impopular e um programa neoliberal derrotado nas quatro últimas eleições presidenciais. Somente pela força e pela violência institucional esse golpe se sustenta e se perpetua. No seu horizonte, a destruição do PT e da esquerda, como alternativa de poder, está posta como um dos objetivos da aliança golpista.

2. O PT resiste com o povo brasileiro ao golpe, ao governo Temer e à sua agenda de contrarreformas em curso no Congresso Nacional. O 6º Congresso reivindica, nessa resistência, a imensa contribuição que o PT deu, dá e dará ao processo político brasileiro e à luta democrática e socialista na América Latina e no mundo. Nosso legado não será enxovalhado e nosso futuro não será destruído pelas elites brasileiras e internacionais que se colocam no campo do golpe.

3. Somos hoje cerca de 1,7 milhão de filiados e filiadas com diferentes tipos de relação orgânica com o partido, e uma tênue política de organização, comunicação e mobilização para integrá-los plenamente à vida partidária, a oportunidades de participação e formação.

4. Nossos estatutos preveem como principais espaços de organização partidária desses filiados e filiadas os núcleos, os setoriais e os diretórios. A fragilidade desses mecanismos se expressa hoje na existência pífia de núcleos nos municípios, na falta de enraizamento e vida permanente dos setoriais na base e na falta de atividade permanente e de quórum nos milhares de diretórios zonais e municipais pelo país.

5. Assim, o conjunto de filiados e filiadas pouco participa das instâncias criadas para sua organização no interior do partido e de atividades para além dos períodos de campanhas eleitorais, sejam elas de formação, de cultura, de finanças ou de mobilização.

6. Sem organização permanente e enraizada disponível, os processos eleitorais internos e externos são atualmente o auge do processo de participação nas decisões do partido para a imensa maioria de filiados. Ampliar a participação militante, recuperar qualidade em nossa capacidade de elaboração programática e de disputa ideológica na sociedade, nossa relação com os movimentos sociais organizados e as lutas dos mais variados setores que se levantam na defesa de seus direitos, bem como recuperar iniciativa política e novas práticas e avanços na formação política, comunicação e mobilização do Partido são diretrizes essenciais das principais decisões deste 6º Congresso.

7. Desde já, esse debate que se inicia no 6º Congresso, de revisão de nossas estruturas, programas e estatutos, fica pautado para toda a militância do PT, sob coordenação da nova Direção Nacional eleita e tendo como horizonte de decisão o próximo Congresso, quando teremos a oportunidade de discutir, especificamente, nossa vida partidária, ajustar rumos e consolidar, em alterações estatutárias de maior fôlego, nosso compromisso com esse partido imprescindível à luta do povo brasileiro desta e das futuras gerações.

8. O 6º Congresso reafirma algumas das mais importantes conquistas estatutárias da história do PT, decorrentes de uma concepção radicalmente democrática que preside sua tradição: o caráter plural e democrático da construção partidária, o direito de tendências à proporcionalidade para a constituição de direções partidárias, a organização militante em núcleos, setoriais e diretórios.

9. Alguns temas são encruzilhadas que precisamos vencer neste momento histórico de enfrentamento, e, para tanto, se colocam para a deliberação de delegados e delegadas deste 6º Congresso.

Sobre a filiação e a participação de filiados e filiadas na vida interna

1. Considerando a necessidade de fortalecer o PT para enfrentar a ofensiva conservadora que pretende retirar direitos sociais duramente conquistados, o 6º Congresso decide realizar no 2º semestre de 2017 uma Campanha Nacional de Filiação e de atualização de dados cadastrais dos filiados. A campanha deverá ter um foco especial n@s trabalhador@s mulheres, negr@s, indígenas e jovens. Para facilitar o acesso aos filiados, equipes deverão ser organizadas em cada município para promover atividades descentralizadas (nos bairros) e realizar visitas às residências dos filiados, bem como utilizar mídias sociais (como o Facebook, WhatsApp, Instagram etc.).

2. O PT realizará, anualmente, jornadas nacionais de filiação e de formação política, associadas entre si, com o objetivo de ampliar sua presença na sociedade, em particular entre trabalhador@s, jovens, mulheres, negr@s e indígenas.

3. As listas de filiados e filiadas serão públicas para todas as comissões executivas, nos três níveis federativos – nacional, estadual e municipal –, conferindo transparência à movimentação interna de filiados e filiadas, além de sua condição de adimplência junto ao SACE.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE BASE E SETORIAL DO PARTIDO

1. O PT realizará, bianual ou extraordinariamente, já a partir de 2018, encontros zonais, municipais e estaduais, de forma presencial, com pauta política definida pelo Diretório Nacional do PT, abertos à participação de todos os filiados e filiadas militantes nos encontros de base e com delegados e delegadas eleitos (as) nestes para os de nível superior.

2. Núcleos e setoriais devidamente constituídos e acompanhados pelas direções zonais e municipais terão direito à voz sobre os temas de debate nas instâncias dirigentes.

3. Cada setorial partidário nacional ou estadual organizará núcleos setoriais de base nos diretórios zonais e municipais.

4. Cada diretório zonal ou municipal organizará reuniões periódicas internúcleos, com caráter de formação política e construção de agendas comuns com os movimentos sociais.

5. A construção de núcleos e setoriais será a prioridade de um esforço nacional em 2018, coordenado pelas Secretarias Nacionais de Organização, Mobilização e Movimentos Populares e Políticas Setoriais.

6. O 6º Congresso convoca os encontros setoriais e o Congresso da JPT para o segundo semestre de 2017, com pauta e cronograma definidos na primeira reunião do novo diretório nacional eleito. O 6º Congresso decide criar a Secretaria Setorial Nacional LGBT, a ser constituída neste mesmo cronograma.

7. O congresso do PT convoca para o segundo semestre de 2017 o Congresso da JPT. Logo após o 6º Congresso Nacional do PT, a JPT deve convocar um conselho político juntamente com todas as forças políticas na-

cionais, que terão participação garantida, a fim de construir uma proposta de regimento e pauta política, que será encaminhada ao diretório nacional.

8. Para ampliar a atuação da Juventude do PT, é preciso adotar medidas que contribuam com a sua sustentação financeira, de modo a garantir espaços de formação política, fóruns de discussão e amplificar o debate com os diversos movimentos sociais de juventude que apresentam e discutem suas agendas.

9. As cotas de 20% para a juventude são fundamentais para o processo de transição geracional, para formação e a chegada de companheiros e companheiras aos espaços de decisão do partido. O Congresso do PT reforça a defesa e a garantia das cotas de juventude, sem prejuízo à construção de uma JPT de massas. É necessário que a JPT e o conjunto do partido realizem uma ampla discussão sobre a participação dos jovens nas instâncias partidárias e sobre a relação das cotas com o fortalecimento da JPT. O PT deve fortalecer a articulação junto aos movimentos sociais de juventude, para garantir que o partido esteja sintonizado com as pautas e as lutas sociais que são prioridades para a juventude.

10. O PT ampliará, por meio de uma plataforma digital que integrará múltiplas finalidades, a participação de filiados e filiadas em comunidades e núcleos virtuais, a gestão política do partido, o acesso a cursos à distância de formação de base, de militantes e dirigentes, a realização de enquetes sobre temas variados propostos pela direção ou outras instâncias partidárias e a votação, por meio digital, em referendos e plebiscitos convocados pela direção partidária.

11. Caberá ao Diretório Nacional regulamentar os dispositivos de nossos estatutos sobre a realização de plebiscitos e referendos para a tomada de decisões de filiados e filiadas sobre temas de nossa construção partidária, programa ou resoluções políticas.

SOBRE AS DIREÇÕES PARTIDÁRIAS

1. Entre 1980 e 2001, o PT elegeu suas direções em congressos. De 2001 a 2013, por meio do PED. No 5o Congresso do PT decidiu-se pela manutenção do PED. Em 2017, o DN resolveu, em caráter extraordinário, realizar um processo combinado: eleição de delegados e direções municipais por meio de PED e eleição de direções estaduais e nacional durante o con-

gresso. O 6º Congresso do partido, ouvidas as diferentes opiniões de mérito a respeito e tendo em vista solucionar a questão de forma democrática, decide:

a) Convocar um plebiscito para decidir sobre o processo de eleição das direções partidárias.

b) O Diretório Nacional regulamentará o plebiscito, com base nas diretrizes a seguir:

i. Poderão votar no plebiscito todos os filiados e as filiadas até o dia 3 de junho de 2017, respeitadas as demais regras estatutárias, inclusive as aprovadas no 6º congresso.

ii. A votação será feita em urna eletrônica, num único dia, em todo o país, naquelas cidades em que haja diretório municipal eleito pelo PED realizado em 9 de abril de 2017.

iii. As propostas que serão submetidas à votação no plebiscito serão inscritas junto ao DN do PT. As propostas devem ser subscritas, obrigatoriamente, por pelo menos um integrante do DN. O prazo de inscrição das propostas será estabelecido pelo DN, quando da regulamentação do plebiscito. Uma vez recebidas as propostas, o DN irá debatê-las, na perspectiva de construir uma síntese. Concluído este debate, o DN definirá quais as formulações que serão submetidas à votação, preservado o direito de apresentação de todas as propostas existentes que tenham o apoio de pelo menos um membro do Diretório Nacional.

iv. O DN poderá incluir outras questões – não vinculadas ao processo de eleição das direções partidárias – para votação no plebiscito.

v. O Diretório Nacional elegerá uma Comissão Eleitoral, a ser regulamentada em resolução específica, com representação das diferentes propostas que serão submetidas à votação.

vi. Caberá a esta Comissão Eleitoral receber da SORG e homologar a lista de filiados e filiadas aptos ao voto, lista que será utilizada nas urnas eletrônicas.

vii. Caberá a esta Comissão Eleitoral também organizar uma programação de debates sobre os diversos temas, que devem incluir: a) pelo menos um debate presencial em todos os Diretórios Municipais; b) pelo menos um debate presencial em cada macrorregião e microrregião partidária; c) pelo menos um debate presencial em cada Diretório Es-

tadual, preferencialmente transmitido ao vivo, ou então gravado para posterior divulgação; d) um material impresso, que será enviado a todos os filiados e filiadas, material no qual haverá espaço idêntico para a defesa de cada uma das posições inscritas para votação na urna.

viii. A decisão do plebiscito entrará em vigor a partir da eleição da próxima Direção Nacional do PT, convocada para 2019.

2. A paridade de gênero e as cotas geracional e étnico-racial serão mantidas e valorizadas para a plena garantia das políticas previstas no Estatuto e nas resoluções do V Congresso.

3. O PT dará especial atenção à constituição das Comissões de Ética e dos Conselhos de Assuntos Disciplinares, previstos no Estatuto e no Código de Ética, de modo a criar efetivamente as condições para que o partido enfrente os dilemas éticos da prática de seus filiados e filiadas em todos os níveis. Será objeto de especial atenção da nova direção a escolha imediata e posse das Comissões de Ética e Conselhos de Assuntos Disciplinares em todos os níveis.

4. O Congresso Nacional determina à Comissão de Ética nacional que examine todos os casos analisados pela CEN e/ou pela Câmara de Recursos, no quais uma destas instâncias tenha deliberado a anulação total ou parcial dos resultados do PED de 9 de abril de 2017 e/ou dos Congressos Estaduais, devido à ocorrência de fraudes. A Comissão de Ética deve analisar estes casos e abrir processo ético contra filiados e filiadas que sejam acusados e ou suspeitos de responsabilidade por estas fraudes. O resultado de cada um destes processos, com as devidas sanções, deve ser remetido ao DN, que deliberará pelas medidas e punições cabíveis. Esta deliberação e a aplicação das devidas sanções deve ocorrer antes da elaboração da lista de filiados e filiadas que participarão do plebiscito que decidirá sobre o processo de eleição das direções.

5. O 6º Congresso decide ampliar o Diretório Nacional para 90 integrantes, mais o Presidente ou Presidenta, os (as) Líderes das Bancadas da Câmara e do Senado e o Presidente de Honra, Luiz Inácio Lula da Silva. A Comissão Executiva Nacional passará a ter 26 integrantes. O 6º Congresso orienta o Diretório Nacional a constituir uma Comissão Política, com reuniões semanais convocadas pela presidência nacional, e faculta aos Diretórios Regionais a prerrogativa de aumentar o atual número de membros na direção, em até um terço, respeitando a proporcionalidade do PED.

6. A nova direção partidária eleita pelo 6º Congresso, com a presença da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação Política, realizará imediatamente um planejamento de suas tarefas e atividades para o biênio 2017/2018, e funcionará com coletivos abertos à participação dos membros do Diretório Nacional em todas as Secretarias Nacionais. Fica criado o cargo de secretário adjunto junto às secretarias da Executiva Nacional, em especial nas secretarias de Finanças, Comunicação, Formação Política, Organização, Relações Internacionais e Secretaria Geral, a serem escolhidos dentre os membros do DN, preferencialmente eleitos por chapas diferentes. A direção estimulará o engajamento de dirigentes em coletivos de participação nas várias secretarias. O Conselho Fiscal será revitalizado e realizará reuniões periódicas com a Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento para integração de seus trabalhos. O DN regulamentará o papel e a indicação dos adjuntos e o funcionamento do Conselho Fiscal.

7. O 6º Congresso convoca para o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018 três Conferências Nacionais, as de Relações Internacionais, de Formação Política e de Comunicação, com o objetivo de delimitar no planejamento do próximo Diretório Nacional propostas de estratégia, programa e sistema nacional de suas respectivas áreas, bem como a interface entre elas. O Diretório Nacional do PT definirá o cronograma e a pauta de debates dessas conferências.

8. Unidade na adversidade, democracia interna, participação, justiça e transparência nas relações internas do partido são condições para o fortalecimento desse instrumento de esquerda dos mais importantes dos últimos tempos para a classe trabalhadora brasileira. Assim, o 6º Congresso estimula o PT a promover iniciativas inovadoras para ampliar a transparência e a publicação, nas instâncias dirigentes de todos os níveis, dos recursos financeiros recebidos e gastos pelo partido, bem como promover formas de participação de todas as tendências no interior do partido e dos mandatos (vereadores, prefeitos, governadores, vice-governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores).

SOBRE A MOBILIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO PETISMO

1. O PT organiza parte do petismo espalhado pela sociedade: ao longo de sua história, nosso partido consolidou uma preferência partidária expressiva no eleitorado nacional, uma influência importante no pensamento político

na academia, no mundo da cultura e nos movimentos sociais, e tornou-se uma referência na opinião de setores fundamentais da classe trabalhadora e dos mais variados grupos sociais oprimidos e discriminados. Milhões de pessoas, eleitores e eleitoras fiéis ao PT, a Lula e a Dilma, simpatizantes de nossas posições políticas, participantes das lutas sociais e de esquerda, formam um campo potencial de organização do PT, muito maior do que nossa capacidade atual de implementar políticas nessa direção.

2. O esforço desencadeado pelas Conferências Nacionais de Relações Internacionais, Comunicação e de Formação Política, pelo Congresso da JPT e pelos encontros setoriais em todos os níveis convocados para o segundo semestre de 2017 por este 6º Congresso deve estar voltado a esse desafio, o de abrir-se de forma organizada à mobilização e organização do petismo na sociedade, seja para ampliar a mobilização geral contra o golpe, pelas Diretas-Já e em defesa dos direitos ameaçados pelo governo e pelo parlamento golpistas, seja para ampliar a filiação e a participação dos petistas “de coração” nas estruturas partidárias. Como tarefas permanentes das secretarias de Mobilização, Movimentos Populares e Políticas Setoriais e de Formação Política, o PT incluirá a organização de equipes de mobilização e educação popular no âmbito dos diretórios municipais.

3. Como tarefas permanentes das direções em todos os níveis, o 6º Congresso convoca a realização de Festivais Nacionais do PT, que integrem as dimensões da cultura, do debate político-ideológico, da convivência fraterna e da formação política de filiados, filiadas e simpatizantes do partido. Não são poucas as referências internacionais da esquerda socialista sobre realização de festivais de seus partidos ou jornais. Muitas referências há também nas origens do movimento operário e socialista no Brasil, em que a dimensão cultural e afetiva da festa, do teatro, da música, da dança e da gastronomia, integram-se num projeto comum de luta social e política.

4. O PT valorizou muito mais que hoje essa dimensão cultural na sua construção.

É hora de reabrirmos nossas sedes, os escritórios políticos de nossos mandatos e os espaços privados disponibilizados por uma militância sempre generosa, transformando-os em espaços públicos de debate político, de realização de saraus e atividades culturais, de iniciativas de grupos, núcleos e setoriais voltados às suas bases sociais.

5. O Festival Nacional do PT se realizará anualmente e poderá acontecer também nos municípios e nos Estados, conforme cronograma e programação definidos pelo Diretório Nacional do PT. Será o espaço para nosso encontro, a nossa confraternização, a nossa formação, a nossa abertura ao diálogo com o petismo e a nossa afirmação como partido para o engajamento de corações e mentes, num projeto socialista e libertário de vida e de Nação.

6. O 6º Congresso encaminha para a Fundação Perseu Abramo a tarefa de continuar pesquisando e sistematizando as experiências do modo petista de governar, com vistas ao aprimoramento de sua metodologia para implementação nos governos municipais, estaduais e federal do PT.

7. O Partido dos Trabalhadores historicamente agrega ao caráter nacional de sua construção a diversidade regional e a pluralidade desse imenso país. Com o objetivo de ampliar cada vez mais a participação da militância regional em espaços de decisão, o 6º Congresso estimulará a constituição de fóruns regionais, a exemplo do Fórum do PT da Amazônia, uma das experiências mais ricas de afirmação da diversidade e das especificidades regionais na elaboração de políticas públicas e de integração de ações partidárias, com acompanhamento da Secretaria Nacional de Coordenação Regional.

8. Caberá à Direção Nacional eleita elaborar, em conjunto com a militância partidária em ambientes virtuais, uma política de comunicação que incorpore ao cotidiano de todas as nossas instâncias de direção e de organização de base a disputa de nossas posições nas redes sociais.

SOBRE AS FINANÇAS PARTIDÁRIAS

1. O PT definiu na sua fundação o objetivo de se construir como partido financiado pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, pela sua própria militância, para manter-se, crescer e transformar-se em realidade política no plano nacional.

2. Esse espírito deve nortear um novo esforço de autofinanciamento, na busca da autossustentação financeira, que este 6º Congresso lança como desafio para o conjunto do partido. A corajosa decisão desta Direção Nacional, no contexto da mais grave crise de nosso Partido e de ataque das elites ao nosso projeto, de recusar receber recursos empresariais para as campanhas e financiamento partidário, antes mesmo da resolução, pela qual tanto lutamos, de fim do financiamento empresarial determinado pelo Supremo Tribunal

Federal, deve nos inspirar a recuperar o caráter de classe e militante original de nossa sustentação financeira.

3. O PT conclama o conjunto dos filiados e das filiadas a vencer o desafio de ampliar nossa fonte própria de recursos financeiros para além dos obtidos através do Estado (Fundo Partidário) e de contribuições de detentores de mandatos, gestores(as) e assessorias, bem como a manter a determinação de estrito cumprimento de vedação ao recebimento de recursos de empresas.

4. O 6º Congresso orienta o Diretório Nacional, bem como os diretórios estaduais e municipais, a apreciarem, nas instâncias respectivas, previsões orçamentárias, gastos e estratégias de arrecadação. Orienta ainda a divulgação periódica de balancetes acerca da execução orçamentária e financeira de cada organismo dirigente.

5. Com a finalidade de ampliar a adesão ao SACE, o Diretório Nacional realizará campanhas junto aos filiados e filiadas, para contribuição partidária regular, para além das atuais contribuições estatutárias.

6. A Direção Nacional do PT aprovará anualmente uma atividade de arrecadação militante de âmbito nacional, e as direções zonais, municipais, setoriais e estaduais serão incentivadas a realizar atividades de arrecadação. Como recomendação, as atividades de finanças partidárias devem, sempre que puderem, serem públicas, disputando espaço em locais públicos e servindo de mecanismo de debate com a população sobre o padrão de financiamento da atividade partidária no país.

QUESTÕES PARA APROFUNDAMENTO E DECISÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL

1. O 6º Congresso remete ao Diretório Nacional do PT, para aprofundamento e deliberação nesta gestão 2017-2019, os seguintes pontos debatidos e aprovados na forma do Regimento Interno nos Grupos de Trabalho, porém não apreciados pelo Plenário:

a) Realização de campanhas anuais ou bianuais de refiliação: O PT realizará bianualmente (ou anualmente) a renovação do compromisso de filiados e filiadas com o partido, pela qual o conjunto de filiados e filiadas deverá reafirmar sua filiação através de um ou mais meios de participação na vida partidária, os quais serão definidas pelo Diretório Nacional. Filiados e filiadas com mais de um ano de filiação terão direito à voz e voto nas instâncias

partidárias e na eleição das direções, e todos os filiados e as filiadas que confirmarem seu compromisso partidário receberão periodicamente, pelos meios disponibilizados em seu cadastro, os materiais de comunicação do partido.

b) Mandatos das direções partidárias: Os mandatos das instâncias dirigentes do partido serão de dois, três ou quatro anos.

c) Sobre as obrigações financeiras dos filiados e filiadas para participação no processo eleitoral: O 6º Congresso decidirá da conveniência de ampliar a obrigatoriedade de quitação de obrigações financeiras de filiados e filiadas, para que exerçam o direito de voto nas eleições internas do PT. Sobre as condições para a participação dos filiados e filiadas com direito de votar e serem votados ou votadas na eleição de direções, o partido decidirá sobre:

Proposta 1 – Votam todos os filiados e filiadas que tenham reafirmado sua filiação no ano correspondente ao da eleição e estiverem em dia com sua contribuição financeira;

Proposta 2 – Votam todos os filiados e filiadas que tenham reafirmado sua filiação no ano correspondente ao da eleição, sendo que dirigentes, candidatos e candidatas e detentores de mandatos ou cargos de assessoria institucionais devem estar em dia com sua contribuição financeira.

d) Redução do prazo de filiação partidária para participação no processo eleitoral: O prazo mínimo de filiação para participar do processo eleitoral, em quaisquer das modalidades definidas, passa a ser de seis meses, para todos os filiados e filiadas.

e) Adoção do princípio da proporcionalidade qualificada para composição das direções partidárias: A composição das direções partidárias em todos os níveis passará a observar o sistema de proporcionalidade qualificada, em que as chapas serão chamadas a escolher os cargos das instâncias executivas, de acordo com a votação que obtiveram.

f) Direito de voto a núcleos e setoriais em instâncias dirigentes: Núcleos e setoriais devidamente constituídos e acompanhados pelas direções zonais e municipais terão direito a voto sobre os temas de debate nas instâncias dirigentes, sempre que estes forem previamente debatidos.

g) Sobre a obrigatoriedade da implementação de Diretórios Zonais: Em todos os municípios onde houver mais de uma zona eleitoral, em cada uma delas deverá ser formado, ainda em 2017, um Diretório Zonal para organizar e orientar a atividade militante na região, sendo este Diretório Zonal

eleito em encontro presencial de todos os filiados e filiadas da zona eleitoral, conforme regulamentação do Diretório Nacional.

h) Sobre os procedimentos para apuração de denúncias pela Comissão de Ética: Toda denúncia fundamentada de desvio ético de filiado ou filiada do PT, ou denúncia fundamentada com repercussão na sociedade, deve obrigatoriamente ser encaminhada pela Comissão Executiva local, estadual ou nacional, à Comissão de Ética ou ao Conselho de Assuntos Disciplinares. Todo filiado ou filiada que tiver condenação no Poder Judiciário, em casos que tenham implicação ética, deve, obrigatoriamente, ter sua conduta avaliada pelos organismos disciplinares internos, com pleno direito à defesa e à decisão terminativa.

i) Sobre a distribuição do Fundo Partidário: Regulamentar o art. 205 do Estatuto, no sentido de viabilizar a destinação da arrecadação do Fundo Partidário pelos Estados, designando 5% para capitais, 7,5% a ser dividido entre as cidades com mais de 200 mil habitantes e 7,5% a ser dividido entre as demais cidades. Os repasses serão feitos diretamente da Direção Nacional aos municípios, após os devidos cálculos.

j) Financiamento da JPT: Com esse objetivo, o PT aplicará no mínimo 5% do Fundo Partidário em um orçamento próprio para a Juventude do PT. A JPT deverá criar e eleger um conselho gestor para administrar esse recurso, de acordo com calendário e planejamento de ações que será aprovado no 4o Congresso Nacional da JPT.

k) Sobre o financiamento dos setoriais: os Setoriais de Cultura / Sindical / Agrário e Meio Ambiente contarão com 10% do Fundo Partidário para o funcionamento e desenvolvimento de suas atividades.

l) Supressão do Artigo 8o do Código de Ética: facultaria aos militantes que exercem cargos públicos de primeiro escalão, no Poder Executivo, a participação em instâncias partidárias do mesmo nível.

2. O Diretório Nacional do PT decidirá sobre essas questões no decorrer desta gestão eleita pelo 6o Congresso.

ANEXO I

RESOLUÇÃO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO PT

1. A discriminação e opressão das mulheres têm sua origem histórica na organização dos espaços de interação social, divididos entre o público e o privado. Diante desse quadro, não é possível ignorar a posição de discriminação, exploração e desigualdade em que estão inseridas as mulheres no mundo. A discussão entre luta de classes e gênero, assim como a luta contra a ideologia patriarcal, deve perpassar todas as nossas reflexões e ações. Não é admissível pensar o socialismo sem igualdade de gêneros.

2. O PT, desde sua fundação, luta em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e condena em seu Estatuto qualquer forma de discriminação de gênero (Artigo 14, item II).

3. A luta da classe trabalhadora nestes 37 anos de existência do PT foi capaz de obter muitas conquistas. No caso dos direitos das mulheres trabalhadoras, no Brasil, ainda são negados direitos democráticos elementares, como o direito ao aborto; e trabalhistas, prevalecendo a desigualdade salarial entre homens e mulheres nas mesmas funções. Apesar de algumas conquistas importantes no combate à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, há muito a ser conquistado.

4. Hoje, com o processo golpista que se instalou no país, a ofensiva para retroceder nos direitos trabalhistas ameaça em particular a mulher trabalhadora, que é duplamente oprimida na sociedade capitalista. O golpe representa também um recrudescimento dos aspectos mais reacionários da ideologia dominante como, por exemplo, a criminalização do aborto, a misoginia e o machismo, que se manifestam abertamente como expressão no terreno ideológico da opressão da mulher, que repousa, em última instância, nas relações de produção baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção. Por isso a questão da opressão da mulher está integrada à questão da luta de classe.

5. Partido de massa, o PT não está imune a que ocorram em seu interior manifestações de machismo ou até mesmo de violência física contra as

mulheres. Qualquer manifestação de machismo e misoginia que possa ocorrer no nosso partido deve ser combatida e corrigida, por todos e todas. Esta não é uma luta apenas das mulheres. Nesses casos, valendo-se de seu Estatuto e de suas instâncias, tais questões serão julgadas e devidamente punidas.

6. No seu 6º Congresso Nacional, dedicado à companheira “Marisa Letícia Lula da Silva”, o PT reafirma vivamente seu compromisso com a luta contra qualquer forma de opressão da mulher, em defesa de seus direitos, compreendendo que as bandeiras específicas da mulher trabalhadora, da luta pela plena igualdade entre homens e mulheres, integram a vocação do PT, que é a de lutar em defesa da classe trabalhadora e por uma nação livre e soberana.

7. O 6º Congresso Nacional reafirma também que o Partido dos Trabalhadores é um partido de homens e mulheres, em condições de igualdade, portanto reafirma a condenação de qualquer manifestação de discriminação e violência contra suas filiadas.

8. Desta forma, o 6º Congresso Nacional do PT resolve:

- a) Ficam criadas as Comissões de Combate à Violência Contra a Mulher nos Diretórios Estaduais do PT, com prazo de três meses para sua instalação em todos os Estados.
- b) São funções da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher:
 - i. Acolher solicitações da Comissão de Ética e Disciplina com denúncias apresentadas por filiadas (cis gênero ou transgênero) sobre violências praticadas contra si, por filiados;
 - ii. Orientar as filiadas sobre seus direitos partidários, incluindo procedimentos para abertura de pedido à Comissão de Ética, bem como em relação aos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência disponibilizados pelo poder público e eventuais medidas judiciais cabíveis;
 - iii. Analisar os fatos relatados pela vítima e encaminhá-los à Comissão Executiva, para conjuntamente discutir a existência de falta ética originada de violência contra a mulher, deliberar sobre a admissibilidade desta e, se for o caso, remeter à Comissão de Ética e Disciplina do partido. Emitir parecer no prazo máximo de 30 dias.
 - iv. Acompanhar o processo da Comissão de Ética, orientando a vítima até o encerramento deste e, eventualmente, sobre os procedimentos para recorrer a instâncias superiores.

- c) Da composição e funcionamento da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher:
- i. A Comissão será presidida pela Secretária Estadual de Mulheres e formada por mais três filiadas, indicadas pela secretaria em consulta ao Coletivo Estadual de Mulheres e ratificadas pelo respectivo Coletivo;
 - ii. Preferencialmente, as filiadas indicadas terão expertise na temática da violência contra a mulher;
 - iii. Orienta-se observar a necessidade de incluir mulheres negras, jovens e LGBTs na composição de cada colegiado, de acordo com o relato apresentado pela denunciante;
 - iv. O mandato da Comissão coincide com o mandato da Secretaria e Coletivo Estadual de Mulheres do PT.
- d) Os Diretórios Municipais ficam autorizados a criar suas Comissões de Combate à Violência Contra a Mulher, desde que observadas as mesmas funções e composição ora adotadas e mediante notificação à Secretaria Estadual de Mulheres do respectivo Estado.
- e) A Secretaria Nacional de Mulheres do PT organizará campanha educativa semestral sobre o combate à violência contra a mulher, a ser veiculada em todas as instâncias partidárias.

ANEXO II

RESOLUÇÃO SOBRE COMBATE AO RACISMO

1. O 6º Congresso do Partido dos Trabalhadores acontece num contexto político de ataques a direitos constitucionais fundamentais, que golpeiam a democracia, o Estado de Direito e as conquistas do campo democrático e popular. Ocorre ainda, em um contexto de criminalização da política e de fortalecimento da ideologia de direita, a exemplo do movimento Escola Sem Partido, que ameaça as lutas contra o racismo, o machismo, a lgbtfobia e a democracia.

2. Na questão étnico-racial, os impactos do golpe são ainda mais nefastos. O racismo, forjado a partir do escravismo criminoso, se materializa, dentre outras formas, no extermínio da juventude negra, na violência às mulheres negras, no ataque às religiões de matriz africana, aos territórios quilombolas e indígenas. Soma-se a isso a precarização no mundo do trabalho e a retirada de direitos trabalhistas, ampliando a exploração sobre a população negra, que já ocupa os piores postos de trabalho e tem os menores salários, resultando num profundo retrocesso às conquistas históricas da classe trabalhadora, inclusive nos recentes direitos das trabalhadoras domésticas.

3. O Partido dos Trabalhadores desenvolveu, por meio da política interna e de seus programas de governo que incluem políticas públicas que tratam das relações raciais, o maior e mais ousado projeto de ações afirmativas, buscando a promoção da igualdade racial para a população negra em seus diversos setores e, em especial, para a juventude, as mulheres, a população LGBT, os povos de terreiros, as comunidades quilombolas e povos indígenas. No entanto, internacionalmente, o que vemos são conflitos sociais, raciais, xenofobia, aumento do fascismo, do fundamentalismo e da exploração da classe trabalhadora, que têm forte impacto sobre a população negra no Brasil e no mundo.

4. No 4º Congresso Nacional o partido, ficou estabelecida a priorização do diálogo com a base partidária, a partir de três segmentos estratégicos mulheres, juventude e étnico-racial –, assegurando sua representação nas co-

tas de direção. A garantia de financiamento para as mulheres petistas vem contribuindo para seu empoderamento nas estruturas do partido, fortalecendo e ampliando sua participação nas lutas sociais e partidárias.

5. E, seguindo esse caminho, o 6º congresso precisa dar um passo adiante, assegurando que tanto a juventude quanto a população negra e indígena também disponham de condições objetivas para viabilizar as ações programáticas deliberadas nas instâncias do partido.

6. Considerando que somos 53% da população brasileira e que existe uma intrínseca associação entre o combate ao racismo e a luta de classes, é fundamental o fortalecimento das instâncias do Partido dos Trabalhadores, particularmente da Secretaria Nacional e Secretarias Estaduais de Combate ao Racismo, que são equipamentos políticos estratégicos para restabelecer a relação necessária entre a sociedade, seus territórios e o partido.

7. Assim, em relação à população negra e aos povos indígenas, o 6º Congresso 54 Nacional aprova a seguinte resolução:

a) O Diretório Nacional definirá orçamento que assegure a execução das ações de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, deliberadas em um seminário promovido pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo;

b) Esse Seminário será realizado em até 30 dias após a posse da Direção Nacional, assegurando a participação do coletivo nacional, secretárias e secretários estaduais de combate ao racismo;

c) Até o 7º Congresso deverá haver um amplo debate sobre os mecanismos de financiamento desta política.

Brasília, 1, 2 e 3 de junho de 2017

6º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores

MARISA LETICIA LULA DA SILVA

DIRETÓRIO NACIONAL 2017/2019

Presidenta | Gleisi Hoffmann

Secretário Nacional de Comunicação | Carlos Henrique Goulart Árabe

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Artur Henrique | Breno Altman | Carlos Henrique Árabe | Cícero Balestro | Isabel dos Anjos | Luiz Soares Dulci | Marco Aurélio Garcia | Markus Sokol | Renato Simões | Rui Falcão | Selma Rocha | Valter Pomar | Vivian Farias.

DIRETÓRIO NACIONAL

Gleisi Helena Hoffmann | Luiz Inacio Lula da Silva | Lindbergh Farias | Carlos Alberto Rolim Zaratinni | Adilson Nogueira Pires | Adriano de Oliveira | Alberto Lopes Cantalice | Alcione Maria Martins Comonian | Alencar Santana Braga | Alexandre Rocha Santos Padilha | Anne Karolyne Moura Souza | Ariela de Souza da Silva | Benedita da Silva Sampaio | Camila Maria Moreno da Silva | Carlos Henrique Goulart Árabe | Carlos Magno Ribeiro da Costa | Cicero Vilamil Balestro | Dejany Cristina Pereira | Dirceu Luiz Dresch | Durval Angelo Andrade | Elen da Silva Coutinho | Ellen dos Santos Costa | Elmano de Freitas da Costa | Emidio Pereira de Souza | Fatima Cleide Rodrigues da Silva | Florisvaldo Raimundo de Souza | Franciane Ribeiro Alves | Gabriel Medeiros de Miranda | Gleide Andrade de Oliveira | Ivan Alex Teixeira Lima | Jackeline Oliveira Rocha | Jandyra Massue Uehara Alves | Jeane dos Anjos Macedo Santos | João Mauricio de Freitas | João Paulo de Almeida Farina | João Paulo Rillo | Jonas Paulo de Oliveira Neres | Jones de Oliveira Carvalho | Jorge Florêncio de Oliveira | José Nobre Guimarães | Juçara Maria Dutra Vieira | Juvandia Moreira Leite | Karoline Reis Cavalcante | Kelly Cristina da Costa | Luiz Carlos Pies | Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalg | Luiz Paulo Teixeira Ferreira | Luiz Soares Dulci | Luizete Vicente da Silva | Luizianne de Oliveira Lins | Marcio Batalha Jardim | Marcio Costa Macedo | Maria América Menezes Bonfim | Maria de Fatima Bezerra | Maria Helena da Silva de Faria | Maria Selma de

Moraes Rocha | Maria Teresa Leitão de Melo | Maristella Victor de Matos | Markus Sokol | Mayra Caroline Oliveira Feitosa Noletto | Micaela da Costa Zeferino | Moara Correa Saboia | Monica Valente | Najara Leite Bento | Natália de Sena Alves | Nelsi Kistemacher Welter | Nelson Vicente Portella Pellegrino | Olavo Noletto Alves | Patricia Carla de Melo | Patricia Carlos de Sousa | Paulo José Carlos Guedes | Raimundo Martins Pereira | Raimundo Monteiro dos Santos | Raul Jorge Anglada Pont | Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes | Renato Simões | Rita de Cassia Gomes Lopes | Rodrigo de Sousa Soares | Rogerio Correia | Romênio Pereira | Rosana Ramos da Conceição | Rosane da Silva | Rui Goethe da Costa Falcão | Sara Gabriela Prado Mercês Lazaro | Sheila Maria Assis de Oliveira | Silvana Donatti | Silvana Prestes Rodacowiski | Sinesio da Silva Campos | Sonia Souza do Nascimento Braga | Tarciana Maria Silva Amaral | Vilson Augusto de Oliveira | Vitor Ferreira Quarenta | Vivian Cristiane Gomes de Farias | Washington Luiz Cardoso Siqueira.

Secretarias e Setoriais

Secretaria Nacional Geral | Romênio Pereira

Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento | Emídio de Souza

Secretaria Nacional de Comunicação | Carlos Árabe

Secretaria Nacional de Organização | Gleide Andrade

Secretaria Nacional de Relações Internacionais | Monica Valente

Secretaria Nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais |
Ivan Alex Lima

Secretaria Nacional de Juventude | João Paulo Farina

Secretaria Nacional de Coordenação Regional | Fátima Cleide

Secretaria Nacional de Formação Política | Vilson Oliveira

Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais | José Guimarães

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Econômico | Renato Simões

Secretaria Nacional LGBT | Carlos Alves

Secretaria Nacional de Mobilização |

Secretaria Setorial Nacional de Mulheres | Laisy Moriére

Secretaria Setorial Nacional Agrária | Elvino Bohn Grass

Secretaria Setorial Nacional de Combate ao Racismo |

Nelson Murilo Padilha

Secretaria Setorial Nacional de Cultura | Edmilson Souza Santos
Secretaria Setorial Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento |
Gilney Amorim Viana
Secretaria Setoria Nacional Sindical | Indalécio Wanderley Silva

Partido dos Trabalhadores

pt.org.br

SCS, Quadra 2, Bloco C, Nº 256, Edifício Toufic, 1º andar

CEP 70302-000 Brasília-DF

Telefone geral: (61) 3213-1313

Rua Silveira Martins,132 CEP: 01019-000 São Paulo-SP

Telefone geral: (11) 3243-1313

São Paulo, julho de 2017

DIRETÓRIO NACIONAL 2022

ELEITO NO 7º CONGRESSO NACIONAL DO PT
22 A 24 DE NOVEMBRO DE 2019 - BRASÍLIA, DF

Presidenta | Gleisi Hoffmann
Presidente de Honra | Luiz Inácio Lula da Silva
Líder do PT na Câmara | Paulo Pimenta
Líder do PT no Senado | Humberto Costa

VICE-PRESIDENTES:

José Geraldo Silva | José Guimarães | Luiz Dulci | Marcio Macedo
| Washington Quaquá

SECRETARIAS:

Assuntos Institucionais | Joaquim Soriano
Comunicação | Jilmar Tatto
Coordenação Regional | Luiz Carlos Caetano
Desenvolvimento Econômico | Lourival Casula Filho
Finanças e Planejamento | Gleide Andrade
Formação | Maria do Rosário
Geral | Paulo Teixeira
Mobilização | Mariana Janeiro
Movimentos Populares | Vera Lucia Barbosa
Organização | Sonia Braga
Relações Internacionais | Romenio Pereira

VOGAIS:

Camila Moreno da Silva | Cricielle Aguiar Muniz | Jessica Italomena da Silva
Moura | Maria Regina Souza | Markus Sokol | Misiara Cristina Oliveira |
Monica Valente | Natalia de Sena Alves | Rui Goethe da Costa Falcão | Sara
Gabriela Prado Mercês Lázaro

DIRETÓRIO NACIONAL:

Alberto Lopes Cantalice (RJ) | Anne Karolyne Moura de Souza (AM)
| Benedita Souza da Silva Sampaio (RJ) | Camila Maria Moreno da Silva

(MG) | Cicera Nunes da Cruz (PE) | Cícero Villamil Balestro (RS) | Cricielle Aguiar Muniz (MA) | Edjane Rodrigues da Silva (AL) | Elen da Silva Coutinho (BA) | Eric Sousa Moura (AM) | Erisvaldo Ferreira de Jesus (BA) | Everaldo Anunciação Farias (BA) | Francisco das Chagas Lima (PI) | Francisco José Teixeira (CE) | Gleide Andrade de Oliveira (MG) | Humberto Sergio Costa Lima (PE) | Ideli Salvatti (SC) | Isabel dos Anjos Leandro (MG) | Jandyra Massue Uehara Alves (SP) | Jéssica Italoema da Silva Moura (AM) | Jilmar Augustinho Tatto (SP) | Joaquim Calheiros Soriano (SP) | José Carlos Becker de Oliveira e Silva (PR) | José Carlos Nunes da Silva (ES) | José Geraldo Torres da Silva (PA) | José Inácio Sodre Rodrigues (MA) | José Nobre Guimarães (CE) | José Roberto Ribeiro Forzani (TO) | Juares Barroso Ferreira (RJ) | Juliana Cardoso (SP) | Julio Cesar Riemenschneider de Quadros (RS) | Juvandia Moreira Leite (SP) | Karine Batisti Collelo (SC) | Karol Cavalcante (PA) | Kátia Liana Moares Guimarães (MS) | Liliane da Silveira Araújo (CE) | Lourival Casula Filho (RJ) | Luana de Lima Souza (MG) | Ludmilla Lima Barreto (GO) | Luiz Carlos Caetano (BA) | Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalgh (SP) | Luiz Henrique Silva de Sousa (MA) | Luiz Paulo Teixeira Ferreira (SP) | Luiz Soares Dulci (MG) | Luizianne de Oliveira Lins (CE) | Luna Zarattini Brandão (SP) | Marcio Costa Macedo (SE) | Maria de Jesus dos Santos Lima (PA) | Maria do Rosario Nunes (RS) | Maria Emilia Sedeh Boito (SP) | Maria Isabel Nogueira de Sousa (AP) | Maria Regina Souza (PI) | Maria Rosilene Bezerra Rodrigues (SE) | Maria Teresa Leitão de Melo (PE) | Mariana Cergoli Janeiro (SP) | Mariana Rodrigues da Silva Batista (CE) | Markus Sokol (SP) | Misiara Cristina Oliveira (RS) | Moara Correa Saboia (MG) | Moema Isabel Passos Gramacho (BA) | Monica Valente (SP) | Natália de Sena Alves (RN) | Odair José da Cunha (MG) | Oscar Paes Barreto Neto (PE) | Paolla Catherine dos Santos Miguel Agard (SP) | Patrícia Carlos de Sousa (MA) | Patrícia Carla de Melo (MG) | Patrick Campos Araújo (PE) | Paulo Fernando dos Santos (AL) | Raimundo | Martins Pereira (CE) | Raul Jorge Anglada Pont (RS) | Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes (MG) | Renato Simões (SP) | Ricardo Ferro Alves da Silva (MA) | Romenio Pereira (MG) | Rosa Neide Sandes de Almeida (MT) | Rui Goethe da Costa Falcão (SP) | Sara Gabriela Prado Mercês Lázaro (BA) | Sebastião Siba Machado Oliveira (AC) | Sergio Alberto da Silva (PI) | Sheila Maria Assis de Oliveira (PE) | Silvia Aline Soares de Souza (TO) | Sonia Souza do Nascimento Braga (CE) | Tiago Soares de Oliveira (SP) | Vagner Freitas de Moraes (SP) | Valter Ventura da Rocha Pomar (SP) | Vera Lucia da Cruz Barbosa (BA) | Wilson Augusto de Oliveira (SP) | Vitor Ferreira Quarenta (SP) | Washington Luiz Cardoso Siqueira (RJ)

PROGRAMAS DE GOVERNO

1989



<https://fpabramo.org.br/CSBH/timeline/programa-de-governo-do-pt-1989/>

1994



<https://fpabramo.org.br/CSBH/timeline/programa-de-governo-do-pt-1994/>

1998



<https://fpabramo.org.br/CSBH/timeline/programa-de-governo-do-pt-1998/>

2002



<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/30>

2006



<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/31>

2010



<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/32>

2014



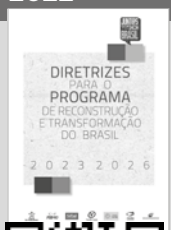
<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/33>

2018



https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Programa-de-governo-presidencia_2018.pdf

2022



<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/4931>



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



PARTIDO
DOS TRABALHADORES